ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 154

Brasília - DF, sexta-feira, 10 de agosto de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 12
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 19
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 97
Ministério da Cultura 100
Ministério da Defesa 101
Ministério da Educação 102
Ministério da Fazenda 104
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 112
Ministério da Integração Nacional 112
Ministério da Justiça 112
Ministério da Saúde 116
Ministério da Segurança Pública 122
Ministério das Cidades 125
Ministério de Minas e Energia 131
Ministério do Esporte 136
Ministério do Meio Ambiente 139
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 139
Ministério do Trabalho 139
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 143
Ministério Público da União 144
Tribunal de Contas da União 146
Poder Legislativo 165
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 167

Total de páginas desta edição: 185

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 138, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em 16 de dezembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em 16 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de agosto de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 14/3/2018.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 139, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de agosto de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 27/3/2018.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 140, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de agosto de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 4/4/2018.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 141, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

Parágrafo único. A aprovação a que se refere o **caput** deste artigo é concedida com base no entendimento de que a transferência de pessoas condenadas abrangida pelo Acordo somente ocorrerá se a execução da pena for compatível com a ordem pública e as leis internas do Estado de execução e, caso a pena seja, pela sua natureza ou duração, ou por ambas, incompatível com as leis do Estado de execução, este Estado poderá, por meio de decisão de suas autoridades competentes, adaptar a pena para uma sanção ou medida prevista em sua própria legislação.

Art. 2º Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de agosto de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 4/4/2018.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 142, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular e Democrática da Coreia, assinado em Pyongyang, em 28 de outubro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular e Democrática da Coreia, assinado em Pyongyang, em 28 de outubro de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de agosto de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 9/8/2018.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.464, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Reabre, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito especial, no valor de R$ 310.963.014,00, aberto pelas Leis que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, combinado com o art. 167, § 2º, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 43, § 2º, e no art. 50, § 4º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reabertos em favor dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, até os limites dos saldos apurados em 31 de dezembro de 2017, no valor de R$ 310.963.014,00 (trezentos e dez milhões, novecentos e sessenta e três mil e quatorze reais), os créditos especiais abertos pela Lei nº 13.513, de 24 de novembro de 2017, pela Lei nº 13.534, de 15 de dezembro de 2017, e pela Lei nº 13.550, de 20 de dezembro de 2017, para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Ficam canceladas, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 50 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, as dotações orçamentárias no valor de R$ 25.963.014,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e sessenta e três mil e quatorze reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO I — **Reabertura de Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2119		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**6.000.000**
		Atividades							
25 131	**2119 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**6.000.000**
25 131	2119 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							6.000.000
			F	3	2	90	0	334	6.000.000
TOTAL - FISCAL									**6.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.000.000**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta

ANEXO I — **Reabertura de Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2084		**Recursos Hídricos**							**19.963.014**
		Atividades							
18 544	**2084 217V**	**Apoio a Projetos de Ampliação do Acesso à Água por Meio de Tecnologias e Práticas Ambientalmente Sustentáveis**							**19.963.014**
18 544	2084 217V 0001	Apoio a Projetos de Ampliação do Acesso à Água por Meio de Tecnologias e Práticas Ambientalmente Sustentáveis - Nacional							19.963.014
			F	3	2	90	0	100	19.963.014
TOTAL - FISCAL									**19.963.014**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**19.963.014**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO I — **Reabertura de Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909		**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**285.000.000**
		Operações Especiais							
05 152	**0909 00QJ**	**Participação da União no Capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Recomposição do Núcleo Naval - Construção das Corvetas da Classe Tamandaré**							**285.000.000**

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05 152	0909 00QJ 0001	Participação da União no Capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Recomposição do Núcleo Naval - Construção das Corvetas da Classe Tamandaré - Nacional	F	5	2	90	0	342	285.000.000
									285.000.000
TOTAL - FISCAL									**285.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**285.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO II **Reabertura de Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**6.000.000**
		Atividades							
25 752	**2033 2993**	**Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica**							**2.500.000**
25 752	2033 2993 0001	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica - Nacional							2.500.000
			F	3	2	90	0	174	2.500.000
25 130	**2033 4699**	**Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica**							**1.000.000**
25 130	2033 4699 0001	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	174	1.000.000
25 125	**2033 4880**	**Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica**							**2.500.000**
25 125	2033 4880 0001	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional							2.500.000
			F	3	2	90	0	174	2.500.000
TOTAL - FISCAL									**6.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.000.000**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO II **Reabertura de Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2050	**Mudança do Clima**							**4.583.287**
		Atividades							
18 542	**2050 214M**	**Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias**							**4.583.287**
18 542	2050 214M 0001	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias - Nacional							4.583.287
			F	3	2	90	0	100	4.583.287
	2083	**Qualidade Ambiental**							**8.909.001**
		Atividades							
18 125	**2083 214N**	**Controle e Fiscalização Ambiental**							**8.909.001**
18 125	2083 214N 0001	Controle e Fiscalização Ambiental - Nacional							8.909.001
			F	3	2	90	0	100	8.909.001
TOTAL - FISCAL									**13.492.288**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**13.492.288**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II **Reabertura de Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**							**6.470.726**
		Atividades							
18 541	**2078 20WM**	**Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais**							**6.470.726**
18 541	2078 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							6.470.726
			F	3	2	90	0	100	6.470.726
TOTAL - FISCAL									**6.470.726**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.470.726**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO Nº 9.465, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, o Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos, o Decreto nº 9.137, de 21 de agosto de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República, o Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018, que transfere a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para o Ministério dos Direitos Humanos, revoga dispositivos do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social, e remaneja e transforma cargos em comissão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alíneas "a" e "b", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - da Secretaria de Governo da Presidência da República para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) um DAS 101.6;

b) cinco DAS 101.5;

c) onze DAS 101.4;

d) doze DAS 101.3;

e) dois DAS 102.5;

f) oito DAS 102.4;

g) doze DAS 102.3;

h) um DAS 102.2; e

i) um DAS 102.1; e

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério dos Direitos Humanos:

a) um DAS 101.6;

b) cinco DAS 101.5;

c) dez DAS 101.4;

d) quatorze DAS 101.3;

e) sete DAS 101.2;

f) três DAS 101.1;

g) dois DAS 102.5;

h) seis DAS 102.4;

i) nove DAS 102.3; e

j) quatro DAS 102.1.

Art. 2º Fica transformado, na forma do Anexo II, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, um cargo em comissão do Grupo-DAS de nível 4 em três cargos em comissão do Grupo-DAS de nível 2.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério dos Direitos Humanos por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados.

Art. 4º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do Ministério dos Direitos Humanos deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Ministro de Estado dos Direitos Humanos publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 5º O Ministro de Estado dos Direitos Humanos editará regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do Ministério dos Direitos Humanos, as suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de sessenta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos.

Art. 6º O Anexo II ao Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo III a este Decreto.

Art. 7º O Anexo II ao Decreto nº 9.137, de 21 de agosto de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo IV a este Decreto.

Art. 8º Fica extinta uma Função Comissionada Técnica de nível 9 - FCT - 9 alocada no Ministério dos Direitos Humanos.

Parágrafo único. O Anexo V ao Decreto nº 9.122, de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo V a este Decreto.

Art. 9º O Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura do Ministério dos Direitos Humanos." (NR)

"Art. 4º .....

.....

§ 1º .....

I - Ministério do Desenvolvimento Social;

.....

VIII - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IX - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

.....

XI - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República;

XII - Ministério dos Direitos Humanos;

.....

§ 9º Os membros do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais serão designados por ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos." (NR)

"Art. 7º A Presidência do Conselho será composta pelo Presidente, eleito na forma estabelecida pelo inciso II do **caput** do art. 6º e designado pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos." (NR)

"Art. 9º .....

.....

§ 1º O Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos exercerá a função de Secretário-Geral do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

....." (NR)

"Art. 10. A Secretaria-Executiva do Conselho, órgão de apoio técnico e administrativo, será exercida pelo Departamento de Promoção da Igualdade Racial para Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários e financeiros necessários à estruturação e ao funcionamento do Conselho e da Secretaria-Executiva serão consignados diretamente no orçamento do Ministério dos Direitos Humanos." (NR)

Art. 10. O Anexo I ao Decreto nº 9.122, de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

VI - combate à discriminação racial e étnica;

VII - coordenação da Política Nacional da Pessoa Idosa, prevista na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994; e

VIII - formulação, coordenação, definição de diretrizes e articulação de políticas públicas para as mulheres, incluídas as atividades antidiscriminatórias e voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres." (NR)

"Art. 2º .....

I - .....

.....

e) .....

1. Subsecretaria de Administração: Diretoria de Tecnologia da Informação; e

.....

II - .....

.....

d) Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa Idosa;

e) Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

f) Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres:

1. Departamento de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres;

2. Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e

3. Departamento de Ações Temáticas; e

III - .....

.....

g) Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT;

h) Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT;

i) Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais; e

j) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM." (NR)

"Art. 3º .....

.....

X - acompanhar os conselhos e os demais órgãos colegiados do Ministério;

XI - promover o atendimento às demandas da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República;

XII - articular com órgãos e entidades a atuação do Estado brasileiro nos órgãos dos sistemas internacionais de direitos humanos, mediante a solicitação de informações, a participação em audiências e reuniões, realização de eventuais pagamentos de valores decorrentes e outras ações que busquem viabilizar o cumprimento das decisões dos sistemas internacionais de direitos humanos;

XIII - coordenar e articular o cumprimento dos compromissos decorrentes de assinatura de tratados, convenções e acordos internacionais de direitos humanos pelo Estado brasileiro;

XIV - elaborar relatórios sobre o cumprimento dos compromissos decorrentes de assinatura de tratados, convenções e acordos internacionais de direitos humanos pelo Estado brasileiro, tais como os referentes a petições e casos em trâmite nos sistemas internacionais de direitos humanos; e

XV - coordenar e articular com órgãos e entidades da administração pública a negociação de soluções e de acordos extrajudiciais no âmbito de petições e casos em trâmite nos sistemas internacionais de direitos humanos." (NR)

"Art. 8º-A. À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar e controlar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp;

II - coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e as suas revisões com as demais unidades do Ministério;

III - planejar as contratações e as aquisições relativas à tecnologia da informação do Ministério;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - planejar o desenvolvimento de tecnologia de captação e de disseminação de informações para o aperfeiçoamento dos sistemas de informação do Ministério;

V - monitorar os projetos de tecnologia da informação e fornecer informações gerenciais à Secretaria-Executiva do Ministério;

VI - participar da elaboração e do acompanhamento do orçamento quanto às rubricas relativas a atividades de tecnologia da informação;

VII - planejar, desenvolver, implementar e manter os sistemas de informação necessários ao funcionamento do Ministério com recursos internos ou contratados;

VIII - propor à área de gestão de pessoas do Ministério o plano anual de treinamento, desenvolvimento e educação em tecnologia da informação e acompanhar a sua execução;

IX - propor normas de segurança da informação e dos recursos computacionais no Ministério;

X - planejar, coordenar e controlar recursos de telecomunicações; e

XI - propor a escolha e a implementação de metodologias, sistemas, plataformas e bases tecnológicas a serem adotadas pelo Ministério." (NR)

"Art. 18. .....
.....

V - coordenar ações e grupos temáticos destinados à implementação de políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais;

VI - exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, no que se refere à extinta Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;

VII - exercer a função de secretaria-executiva do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais." (NR)

"Art. 22-A. À Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres compete:

I - assessorar o Ministério na formulação, na coordenação, na articulação e na definição de diretrizes de políticas para as mulheres;

II - apoiar a elaboração e a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito nacional;

III - formular, coordenar e articular políticas públicas para as mulheres, incluídas as atividades antidiscriminatórias e destinadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres;

IV - apoiar a implementação das ações decorrentes do cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo País, relacionados com os assuntos de competência do Ministério no âmbito das políticas para as mulheres;

V - acompanhar, em articulação com o CNDM, as relações com movimentos sociais de mulheres;

VI - prestar apoio administrativo ao funcionamento do CNDM; e

VII - articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, destinados à implementação de políticas para as mulheres." (NR)

"Art. 22-B. Ao Departamento de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres compete:

I - desenvolver, apoiar e disseminar estudos, projetos e pesquisas para subsidiar as definições de políticas para as mulheres e a sua participação social;

II - formular políticas e desenvolver, implementar, apoiar, monitorar e avaliar programas e projetos para as mulheres nas áreas de trabalho e autonomia econômica, de forma direta ou em parceria com organismos governamentais e não governamentais; e

III - apoiar os eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres relacionados com os temas de trabalho e autonomia econômica das mulheres." (NR)

"Art. 22-C. Ao Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres compete:

I - formular políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres com vistas à prevenção, ao combate à violência, à assistência e à garantia de direitos àquelas em situação de violência;

II - desenvolver, implementar, monitorar e avaliar programas e projetos destinados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, de forma direta ou em parceria com organismos governamentais de diferentes entes federativos ou organizações não governamentais;

III - planejar, coordenar e avaliar as atividades da Central de Atendimento à Mulher;

IV - coordenar e monitorar os contratos, os convênios, os acordos, os ajustes ou os instrumentos congêneres relacionados com o Programa Mulher Viver sem Violência;

V - planejar, coordenar e avaliar as atividades das Casas da Mulher Brasileira;

VI - apoiar os eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres relacionados com os temas de enfrentamento à violência contra a mulher;

VII - coordenar, de modo articulado com os demais órgãos dos Poderes Públicos estadual, distrital e municipal, a formulação de conteúdos programáticos, normas técnico-gerenciais, métodos e instrumentos que orientem a criação e o fortalecimento de organismos governamentais de políticas para mulheres e de conselhos estaduais, distrital e municipais de direitos da mulher;

VIII - articular-se com os demais órgãos dos Poderes Públicos estadual, distrital e municipal na promoção da igualdade entre homens e mulheres;

IX - promover e articular a formação e a capacitação de agentes públicos nos três níveis de governo em políticas sobre as mulheres; e

X - apoiar a formulação, a articulação e a implementação, no âmbito do Governo federal, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e de outras ações e programas afetos às políticas para as mulheres." (NR)

"Art. 22-D. Ao Departamento de Ações Temáticas compete:

I - formular políticas para as mulheres nas áreas de educação, cultura, saúde e participação política, que considerem sua diversidade racial, de orientação sexual, geracional, e a diversidade relativa às mulheres com deficiência e às mulheres indígenas, sem prejuízo de outras formas de diversidade;

II - desenvolver, implementar, monitorar e avaliar programas e projetos temáticos nas áreas de educação, cultura, saúde e participação política, que considerem as mulheres em sua diversidade, com vistas à promoção dos direitos das mulheres de forma direta ou em parceria com organismos governamentais e não governamentais; e

III - apoiar os eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres relacionados com os temas de educação, cultura, saúde e participação política, de maneira a considerar as mulheres em sua diversidade." (NR)

"Art. 30-A. Ao Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016." (NR)

"Art. 30-B. Ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher cabe exercer as competências estabelecidas na Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, e no Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008." (NR)

Art. 11. O Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....
.....

Parágrafo único. A duração do apoio a que se refere o inciso II do **caput** poderá se estender até 30 de novembro de 2018, conforme o disposto em plano de trabalho definido entre a Secretaria de Governo da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos." (NR)

Art. 12. Ficam revogados os seguintes dispositivos:

I - o parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 8.750, de 2016;

II - do Anexo I ao Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016:

a) a alínea "f" do inciso III do **caput** do art. 2º; e

b) o art. 46;

III - o art. 6º do Decreto nº 9.122, de 2017; e

IV - do Anexo I ao Decreto nº 9.137, de 2017:

a) o inciso V do **caput** do art. 1º;

b) do **caput** do art. 2º:

1. a alínea "c" do inciso II; e

2. a alínea "b" do inciso IV; e

c) os art. 18 ao art. 22 e o art. 25.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor em 4 de setembro de 2018.

Brasília, 9 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior
Alberto Beltrame
Gustavo do Vale Rocha
Carlos Marun

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES -DAS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGOV/PR PARA A SEGES/MP (a)		DA SEGES/MP PARA O MDH (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	5	25,20	5	25,20
DAS 101.4	3,84	11	42,24	10	38,40
DAS 101.3	2,10	12	25,20	14	29,40
DAS 101.2	1,27	-	-	7	8,89
DAS 101.1	1,00	-	-	3	3,00
DAS 102.5	5,04	2	10,08	2	10,08
DAS 102.4	3,84	8	30,72	6	23,04
DAS 102.3	2,10	12	25,20	9	18,90
DAS 102.2	1,27	1	1,27	-	-
DAS 102.1	1,00	1	1,00	4	4,00
TOTAL		53	167,18	61	167,18
SALDO DO REMANEJAMENTO (c = b - a)				8	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 8º DA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-4	3,84	1	3,84	-	-
DAS-2	1,27	-	-	3	3,81
TOTAL		1	3,84	3	3,81
SALDO DA TRANSFORMAÇÃO (c = b - a)				2	-0,03

ANEXO III

(Anexo II ao Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017)

"a) .....

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE
	4	Assessor Especial	DAS 102.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral do Gabinete	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Cerimonial e Agenda	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Assessoria de Assuntos Internacionais	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação	4	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Assessoria de Comunicação	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	2	Gerente de Projeto	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Corregedoria	1	Corregedor	DAS 101.4
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria Especial	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	1	Ouvidor	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral da Ouvidoria	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão do Disque Direitos Humanos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência/Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
	1	Consultor Adjunto	DAS 101.4
Coordenação Geral de Assuntos Administrativos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.6
	2	Gerente de Projetos	DAS 101.4
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Logística	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Licitação e Contratos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	6	Chefe	DAS 101.2
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Inovação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Transferências Voluntárias e Monitoramento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente técnico	DAS 102.1
SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário Adjunto	DAS 101.5
	1	Diretor de Programa	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	11	Assessor do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	DAS 102.4
	1	Assessor para Assuntos sobre Refugiados	DAS 102.4
Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Direitos Humanos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
DIRETORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Proteção à Testemunha	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DIRETORIA DE PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral dos Direitos da População em Situação de Rua	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DIRETORIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1	Secretário	DAS 101.6
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas, Projetos e Convênios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral do Sistema de Informação da Pessoa com Deficiência	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral da Comissão Interministerial de Avaliação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS TEMÁTICAS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Acessibilidade	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Tecnologia Assistiva	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário Adjunto	DAS 101.5
	4	Assessor	DAS 102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Gestão do SINAPIR	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE IGUALDADE RACIAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Promoção da Igualdade Racial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	4	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Políticas Temáticas de Ações Afirmativas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Políticas para as Comunidades Quilombolas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Terreiros e para Povos Ciganos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS TEMÁTICAS DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Política de Envelhecimento Ativo e Saudável	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral do Sistema de Informações e Acompanhamento de Projetos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS TEMÁTICAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário Adjunto	DAS 101.5
	2	Assessor Especial	DAS 102.5
	3	Assessor	DAS 102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Autonomia Econômica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Direitos do Trabalho	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	4	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Acesso à Justiça e Fortalecimento da Rede de Atendimento à Mulher	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral do Programa Mulher Viver sem Violência	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Fortalecimento dos Organismos Públicos de Políticas para as Mulheres	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
DEPARTAMENTO DE AÇÕES TEMÁTICAS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Cidadania, Exercício de Direitos, Saúde, Poder, Educação e Cultura	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Diversidade	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3

b) .....

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	1	6,41	1	6,41
SUBTOTAL 1		1	6,41	1	6,41
DAS 101.6	6,27	6	37,62	7	43,89
DAS 101.5	5,04	17	85,68	22	110,88
DAS 101.4	3,84	56	215,04	66	253,44
DAS 101.3	2,10	67	140,70	81	170,10
DAS 101.2	1,27	34	43,18	41	52,07
DAS 101.1	1,00	2	2,00	5	5,00
DAS 102.5	5,04	4	20,16	6	30,24
DAS 102.4	3,84	20	76,8	26	99,84
DAS 102.3	2,10	4	8,4	13	27,30
DAS 102.2	1,27	14	17,78	14	17,78
DAS 102.1	1,00	4	4,00	8	8,00
SUBTOTAL 2		228	651,36	289	818,54
FCPE 101.4	2,30	4	9,20	4	9,20
FCPE 101.1	0,60	1	0,60	1	0,60
SUBTOTAL 3		5	9,80	5	9,80
TOTAL		234	667,57	295	834,75

....." (NR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

(Anexo II ao Decreto nº 9.137, de 21 de agosto de 2017)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE
	2	Assessor Especial	DAS 102.6
ASSESSORIA ESPECIAL	1	Chefe da Assessoria Especial	DAS 101.6
	3	Assessor Especial	DAS 102.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
SECRETARIA-EXECUTIVA DO PROGRAMA BEM MAIS SIMPLES BRASIL	1	Secretário-Executivo	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Assessor	DAS 102.4
	2	Assistente	DAS 102.2
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	2	Assessor	DAS 102.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.5
	5	Assessor	DAS 102.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Acesso à Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Gestão Interna	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES	1	Subchefe	NE
	1	Subchefe Adjunto	DAS 101.5
	3	Assessor Especial	DAS 102.5
	7	Assessor	DAS 102.4
	6	Assessor Técnico	DAS 102.3
	7	Assistente	DAS 102.2
	7	Assistente Técnico	DAS 102.1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS FEDERATIVOS	1	Subchefe	NE
	1	Subchefe Adjunto	DAS 101.5
	2	Assessor Especial	DAS 102.5
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO COM OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL	1	Diretor	DAS 101.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS	1	Diretor	DAS 101.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	5	Assessor	DAS 102.4
	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	4	Assistente	DAS 102.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário Adjunto	DAS 101.5
	2	Assessor Especial	DAS 102.5
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
ESCRITÓRIO ESPECIAL EM ALTAMIRA - ESTADO DO PARÁ	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS	1	Diretor	DAS 101.5
	5	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Precursor	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Informações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Projetos Especiais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGOS SOCIAIS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Movimentos Urbanos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Movimentos do Campo e Territórios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Participação Social na Gestão Pública	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E INOVAÇÃO SOCIAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Processos Formativos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Educação Popular e Mobilização Cidadã	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Assessor	DAS 102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Juventude	1	Secretário-Executivo	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Políticas Transversais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Relações Institucionais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Políticas Setoriais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	3	19,23	3	19,23
SUBTOTAL 1		3	19,23	3	19,23
DAS 101.6	6,27	5	31,35	4	25,08
DAS 101.5	5,04	20	100,80	15	75,60
DAS 101.4	3,84	36	138,24	25	96,00
DAS 101.3	2,10	16	33,60	4	8,40
DAS 101.2	1,27	1	1,27	1	1,27
DAS 102.6	6,27	2	12,54	2	12,54
DAS 102.5	5,04	12	60,48	10	50,40
DAS 102.4	3,84	46	176,64	38	145,92
DAS 102.3	2,10	47	98,70	35	73,50
DAS 102.2	1,27	29	36,83	28	35,56
DAS 102.1	1,00	21	21,00	20	20,00
SUBTOTAL 2		235	711,45	182	544,27
FCPE 102.3	1,26	1	1,26	1	1,26
FCPE 102.2	0,76	1	0,76	1	0,76
SUBTOTAL 3		2	2,02	2	2,02
TOTAL		240	732,70	187	565,52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

(Anexo V ao Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017)

FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS ALOCADAS NO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA	QTD.
FCT - 1	2
FCT - 2	2
FCT - 4	6
FCT - 5	3
FCT - 7	3
FCT - 8	3
FCT - 9	1
TOTAL	20

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 428, de 9 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.960.

Nº 429, de 9 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.959.

Nº 430, de 9 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.956.

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 950, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto nº 9.149, de 28 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Prêmio Viva Voluntário - Edição 2018, nos termos do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISEU LEMOS PADILHA

ANEXO

Categoria	Nome da Iniciativa	Instituição/ Responsável	Dados Cadastrais
Voluntariado nas Organizações da Sociedade Civil	Voluntários do Centro Social da Rua	Centro Social da Rua	CNPJ: 28.867.980/0001-43
	25 Anos de Voluntariado Amigos Do Bem	Amigos do Bem Instituição Nacional contra a fome e a miséria	CNPJ: 05.108.918/0001-72
Voluntariado no Setor Público	Núcleo de Apoio a Projetos Educacionais e Culturais (NAPEC)	Fundação Osvaldo Cruz - Instituto Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira	CNPJ: 33.781.055/0002-16
	Parceria com Instituições Sociais através de Chamada Pública Permanente	Copel - Companhia Paranaense de Energia	CNPJ: 76.483.817/0001-20
Voluntariado Empresarial	Programa de Voluntariado Fundação Telefônica Vivo	Fundação Telefônica Vivo	CNPJ: 02.985.136/0001-23
	Semeando o Futuro-Programa de Voluntariado Corporativo Cargill	Fundação Cargill	CNPJ: 43.829.928/0001-96
Líder Voluntário	Coletivo de mulheres indígenas artesãs terena, da Aldeia Tico Lipú	Janir Gonçalves Leite	CPF: 445.483.891-72
	Curumim Cultural - Comunidade Cultural	Bruno Costa Lopes de Carvalho	CPF: 011.878.651-25

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-19/G/N° 58, de 25 de junho de 1998, que criou o Projeto de Assentamento VALE DO LÍRIO, localizado no município de São José de Mipibú, no Estado do Rio Grande do Norte, publicada DOU nº 124, de 02 de julho de 1998, Seção 1, página 19, e **onde se lê** ... 328,6236ha (trezentos e vinte e oito hectares, sessenta e dois ares e trinta e seis centiares) , **leia-se** ... 360.0515ha (trezentos e sessenta hectares, cinco ares e quinze centiares)... .

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.010437/2018-61
Interessado: AR NOVACERT

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR NOVACERT, vinculada a AC CERTISIGN RFB, com instalação técnica localizada na RUA JOÃO PESSOA Nº 400 - 2º ANDAR, CENTRO, LEME/SP.

Processo nº 00100.011874/2018-00
Interessado: AR RH

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR RH, vinculada à AC FENACOR RFB, com instalação técnica localizada na RUA JEREMIAS DE PAULA EDUARDO, Nº 1546 A CENTRO, MONTE ALTO/SP.

Processo nº 00100.010664/2018-96
Interessado: AR CERTLINE

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTLINE, vinculada as AC CERTISIGN MULTIPLA SSL e AC CERTISIGN MULTIPLA CODESIGNING, com instalação técnica localizada na ESTRADA SÃO FRANCISCO, 2008, CONJ. 102, JARDIM WANDA, TABOÃO DA SERRA/SP

Processo nº 00100.010670/2018-43
Interessado: AR SALVO CORRETORA DE SEGUROS

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SALVO CORRETORA DE SEGUROS , vinculada as AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN MULTIPLA SSL e AC CERTISIGN MULTIPLA CODESIGNING, com instalação técnica localizada na Q SIA QUADRA 4 - C, 56 BLOCO K ED SIA CENTER I SALAS 104, 105, 106, ZONA INDUSTRIAL GUARA, BRASILIA/DF.

Processo nº 00100.010441/2018-29
Interessado: AR CINSEG

INDEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CINSEG, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.010669/2018-19
Interessado: AR Jsousa

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR JSOUSA, vinculada as AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN MULTIPLA SSL e AC CERTISIGN MULTIPLA CODESIGNING, com instalação técnica localizada na ESTRADA M'BOI MIRIM, Nº 4013, SALA 05, JARDIM DIONÍSIO, SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.010439/2018-50
Interessado: AR CERTLINE

INDEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTLINE, vinculada a AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHOS

Processo nº 00100.010668/2018-74
Interessado: AR CERTACOM DIGITAL

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTACOM DIGITAL, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na AV. XV DE NOVEMBRO, 183, EDIF. ILHA PORCHAT, SALA 05, CENTRO, CORNÉLIO PROCÓPIO/PR.

Processo nº 00100.010606/2018-62
Interessado: AR NELMAR ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR NELMAR ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na AVENIDA GENERAL ATALIBA LEONEL Nº 3158, PARADA INGLESA, SÃO PAULO/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 00100.010735/2018-51
Interessado: AR MALTA

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR MALTA , vinculada as AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN MULTIPLA SSL e AC CERTISIGN MULTIPLA CODESIGNING, com instalação técnica localizada na PRAÇA MAASTRICHT, Nº 200, 2º ANDAR, SALA 211, T II, CONDOMÍNIO RESIDENCIAL EUROVILLE, BRAGANÇA PAULISTA/SP

Processo nº 00100.010628/2018-22
Interessado: AR ACB SERVICOS E NEGOCIOS

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACB SERVICOS E NEGOCIOS, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na TRAVESSA ROBERTO SIMONSEN, Nº 51 - VILA PELICANO - SÃO CARLOS/SP

Processo nº 00100.010722/2018-81
Interessado: AR GENESIS

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR GÊNESIS BR CORRETORA DE SEGUROS, vinculada as AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN MULTIPLA SSL, AC CERTISIGN MULTIPLA CODESIGNING e AC CERTISIGN RFB, com instalação técnica localizada na AVENIDA RIO BRANCO Nº 156, SALA 2709, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHOS

Processo nº 00100.009406/2018-67
Interessado: AR FACILID CERTIFICADORA DIGITAL

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa FACILID SERVIÇOS LTDA., CNPJ 29.422.374/0001-87 (AR FACILID CERTIFICADORA DIGITAL), vinculada à AC DOCCLOUD RFB, com funcionamento no endereço: AV JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHAO, N°25, LOJA 10, VINHAIS, - SAO LUIS /MA.

Processo nº 00100.011627/2018-03
Interessado: AR New Solution Certificadora

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR NEW SOLUTION CERTIFICADORA, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na CLN 211, S/N, BLOCO D, SALA 103, ENTRADA 32, ASA NORTE, BRASÍLIA-DF.

Processo nº 00100.011446/2018-79
Interessado: AR CINSEG

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CINSEG CORRETORA DE SEGUROS, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na RUA MINAS GERAIS, Nº 148, SALA 01, CENTRO, GARÇA/SP.

Processo nº 00100.011445/2018-24
Interessado: AR CERTLINE

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CERTLINE, vinculada as AC CERTSIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com isntalação técnica localizada na ESTRADA SÃO FRANCISCO, N° 2008, CONJ. 102, PARQUE TABOÃO, TABOÃO DA SERRA/SP.

Processo nº 00100.011443/2018-35
Interessado: AR TECHNOSIG

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR TECHNOSIG, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES, Nº 1034, PITUBA, PARQUE CENTER ALA A 326 A, ITAIGARA, SALVADOR/BA.

Processo nº 00100.011375/2018-12
Interessado: AR FINANCIER

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR FINANCIER, vinculada a AC INSTITUTO FENACON RFB, com instalação técnica localizada na AV. AYRTON SENNA, Nº3.00, EDIFÍCIO GRUMARÍ, SALAS 3008 E 3009, BARRA DA TIJUCA/RJ.

Processo nº 00100.010664/2018-96
Interessado: AR CERTLINE

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTLINE, vinculada as AC CERTISIGN MULTIPLA SSL e AC CERTISIGN MULTIPLA CODESIGNING, com instalação técnica localizada na ESTRADA SÃO FRANCISCO, 2008, CONJ. 102, JARDIM WANDA, TABOÃO DA SERRA/SP.

Processo nº 00100.010610/2018-21
Interessado: AR WLM SERVICOS CARTORIAIS

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR WLM SERVICOS CARTORIAIS, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na RUA RIACHUELO, Nº 878, SÃO JOSÉ, ARACAJU/SE.

Processo nº 00100.010659/2018-83
Interessado: AR NOVACERT

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR NOVACERT, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na RUA JOÃO PESSOA Nº 400 2º ANDAR, CENTRO, LEME/SP.

Processo nº 00100.010658/2018-39
Interessado: AR JL LAPA CORRETORA DE SEGUROS

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR JL LAPA CORRETORA DE SEGUROS, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na RUA ADHEMAR DE BARROS Nº 1163, SL 01, BAIRRO STEIN, ARTUR NOGUEIRA/SP.

Processo nº 00100.010653/2018-14
Interessado: AR AR.LFDIGITAL

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR AR.LFDIGITAL, vinculada as AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na Rua Acre, Nº 77 Sala 401, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 99990.001020/2017-14
Interessado: AC Prodemge

DEFIRO o pedido de credenciamento da AC PRODEMGE BR (primeiro nível) e das entidades a ela vinculadas, a saber:
AC Prodemge Codesign;
AC Prodemge MG;
AC Prodemge SSL;
AR Prodemge; e
PSS Celepar.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Adota a Agenda Regulatória de Comércio Exterior do Brasil para o biênio 2018-19

O PRESIDENTE DO COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 4º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, torna público que o **CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR,** na sua 117ª sessão ordinária, realizada em 11 de julho de 2018, com fundamento nos incisos I e II do caput do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 2003, e considerando:

as atividades desenvolvidas no âmbito do Grupo Técnico de Regulação da Câmara de Comércio Exterior, criado na 146ª Reunião do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, em 29 de março de 2017;

a necessidade de se elencar prioridades regulatórias em matérias que impactam o comércio exterior no Brasil;

a importância de se manter um sistema regulatório coeso, coerente e transparente, o qual favoreça o ambiente de negócios no País; e

a necessidade de se reforçar o uso de boas práticas regulatórias relacionadas à elaboração e à revisão de regulamentos, resolveu:

Art. 1º Fica aprovada a Agenda Regulatória de Comércio Exterior para o biênio 2018-2019, conforme os eixos temáticos descritos no Anexo desta Resolução.

Art. 2º O Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior monitorará a implementação da Agenda Regulatória de Comércio Exterior a cada semestre, por meio de relatório preparado pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior em coordenação com os órgãos reguladores competentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE

ANEXO

Tema 1- Aduana e procedimentos de comércio exterior	Item	Ato normativo	Órgão responsável	Ação	Justificativa
	1.1	Resolução CAMEX nº 79, 01 de novembro de 2012	Secretaria Executiva da CAMEX	Revogação	A SE-CAMEX está planejando a revogação de diversas Resoluções CAMEX que cumpriram seus objetivos e não mais produzem efeitos. A Resolução CAMEX nº 79/2012, que dispõe sobre a lista de bens sem similar nacional, é um bom exemplo desta ação.
	1.2	Resolução CAMEX nº 66, 14 de agosto de 2014	Secretaria Executiva da CAMEX	Revisão	A SE-CAMEX deseja aprimorar a norma que regulamenta a redução, temporária e excepcional, da alíquota do Imposto de Importação, por meio do Regime de Ex-tarifário, de forma a tornar o processo mais célere e eficiente.
	1.3	Resolução CAMEX nº 16, de 20 de março de 2008	Secretaria Executiva da CAMEX	Revisão	Com a criação do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (CONFAC), faz-se necessário descontinuar os trabalhos no âmbito do Grupo Técnico de Facilitação de Comércio Exterior (GTFAC). Adicionalmente, é necessário avaliar a Seção IV da Resolução, que trata do procedimento de inclusão, exclusão e alteração de licenças de importação e exportação no SISCOMEX.
	1.4	Resolução CAMEX nº 36, de 29 de maio de 2013	Secretaria Executiva da CAMEX	Revogação	Revogação do regimento interno do Grupo Técnico de Gestão do Detalhamento Brasileiro de Nomenclatura (GDBN), uma vez que o Grupo cumpriu seus objetivos. A implementação do catálogo de produtos do Portal Único de Comércio Exterior tem sido considerada para suprir a necessidade de ampliar o detalhamento da

				nomenclatura de comércio exterior.
1.5	Resolução CAMEX nº 78, de 2 de outubro de 2013	Secretaria Executiva da CAMEX	Revisão	A Resolução, que dispõe sobre a prestação na Internet de informações pertinentes ao comércio exterior brasileiro, precisa ser revista para que as ferramentas previstas nos arts. 1º e 2º sejam reestruturadas, tendo em vista, principalmente, as disposições sobre publicação de informações e da legislação do Acordo sobre Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio.
1.6	Resolução CAMEX nº 06, de 5 de fevereiro de 2013	Secretaria Executiva da CAMEX	Revogação	Revogação da Resolução CAMEX que criou o Grupo Técnico de Gestão do Detalhamento Brasileiro de Nomenclatura (GBDN), pois o Grupo já cumpriu seus objetivos. A implementação do catálogo de produtos do Portal Único de Comércio Exterior tem sido considerada para suprir a necessidade de ampliar o detalhamento da nomenclatura de comércio exterior.
1.7	Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003	Secretaria Executiva da CAMEX	Revisão	A SE-CAMEX está empenhada na revisão do Decreto nº 4732/2003, de forma a aprimorar o funcionamento dos órgãos que compõem a CAMEX, incluindo a sua Secretaria Executiva e seus Comitês.
1.8	Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992	Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil	Revisão	A alteração do Decreto nº 660/1992 é necessária para o estabelecimento da nova dinâmica de importação a ser implementada pelo Programa Portal Único de Comércio Exterior. O texto permitirá a implantação de um sistema de coleta integrado de taxas, impostos, encargos e contribuições aplicados ao comércio exterior brasileiro.
1.9	Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007	Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil	Revisão	Trata-se de adequação necessária para o estabelecimento da nova dinâmica de importação a ser implementada pelo Programa Portal Único de Comércio Exterior. A IN RFB nº 800/20077 disciplina o controle aduaneiro informatizado da movimentação de embarcações, cargas e unidades de carga nos portos alfandegados.
1.10	Instrução Normativa RFB nº 248, de 25 de novembro de 2002	Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil	Revisão	A revisão da IN RFB nº 248/2002, que trata do regime de trânsito aduaneiro, é necessária para o estabelecimento do módulo de controle de carga e trânsito do Portal Único de Comércio Exterior.
1.11	Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994	Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil	Revisão	A revisão da IN SRF nº 28/1994, que trata do despacho aduaneiro de mercadorias destinadas à exportação, é necessária para adequar a norma à nova dinâmica estabelecida pelo Programa Portal Único de Comércio Exterior.
1.12	Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017	Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil	Revisão	Trata-se de adequação necessária para atualizar o controle aduaneiro no regime de remessas expressas do país por meio do Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas.
1.13	Instrução Normativa MAPA nº 32, de 23 de setembro de 2015	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Revisão	Necessidade de adequação dos procedimentos exigidos pelo MAPA às rotinas e procedimentos ditados pela RFB para a devolução de embalagens de madeira condenadas na importação.

Tema 2 - Regulamentos técnicos e sanitários	Item	Ato normativo	Órgão responsável	Ação	Justificativa
	2.1	Novo regulamento - aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em leite em pó no MERCOSUL	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Novo regulamento	O Regulamento Técnico sobre a identidade e requisitos mínimos de qualidade que deve atender o produto Leite em pó foi aprovado pelo MERCOSUL este ano. Nos termos da Resolução GMC n° 07/2018, de 19/04/2018, os países membros deverão internalizar o regulamento dentro do prazo de 180 dias, isto é, até 20/10/2018. O tema está sendo discutido por dois órgãos no Brasil (MAPA e ANVISA), pois os aditivos permitidos para leite em pó (competência da Anvisa) estão inseridos no padrão de identidade e qualidade do produto, regulamentado pelo MAPA. Assim, MAPA e ANVISA estão conduzindo tratativas para a internalização de suas normas, que devem ser concluídas dentro do prazo previsto. As propostas foram submetidas à consulta pública. No caso do MAPA, por meio da Portaria SDA nº 93, de 09/08/2017. No caso da ANVISA, por meio da consulta pública (CP 397/2017). Na ANVISA, o assunto integra a Agenda Regulatória do órgão (processo nº 25351.301200/2017-56)/Tema 4.4 - Requisitos sanitários para aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia.
	2.2	Novo regulamento - Identidade e Qualidade para Produtos Colagênicos	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Novo regulamento	O estabelecimento de Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade para Produtos Colagênicos está entre os temas priorizados pelo MAPA para normatização na área de inspeção de produtos de origem animal.
	2.3	Portaria Inmetro nº 371, de 29 de dezembro de 2009	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Revisão	Os requisitos da Portaria Inmetro nº 371/2009 serão revisados e a proposta de texto será submetida à Consulta Pública. O objetivo da medida é revisar os critérios para o Programa de Avaliação da Conformidade de Aparelhos Eletrodomésticos e Similares, com foco nos requisitos de segurança.
	2.4	Portaria Inmetro nº 4, de 04 de janeiro de 2011	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Revisão	Os requisitos da Portaria Inmetro nº 4/2011 serão revisados e a proposta de texto será disponibilizada para Consulta Pública em

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

				momento oportuno. A Portaria define requisitos para a fabricação e a importação de sistemas e equipamentos para energia fotovoltaica.
2.5	Portaria Inmetro nº 166, de 08 de abril de 2011	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Revisão	A proposta de regulamento técnico metrológico está em fase final de consolidação no Subgrupo de Trabalho nº 3 (Regulamentos técnicos) do MERCOSUL. A ideia é padronizar os critérios para os órgãos delegados da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro na fiscalização e coleta de amostras de produtos têxteis, para a realização de ensaios físico-químicos.
2.6	Portaria Inmetro nº 250, de 16 de outubro de 2006	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Revisão	O objetivo da medida é revisar os critérios para o programa de avaliação da conformidade para contentores intermediários para granéis utilizados no transporte terrestre de produtos perigosos. A proposta será submetida à consulta pública.
2.7	Portaria Inmetro nº 452, de 19 de dezembro de 2008	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Revisão	A medida tem como objetivo revisar os critérios para o programa de avaliação da conformidade para embalagens grandes utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos. A proposta será submetida à consulta pública.
2.8	Portaria Inmetro nº 451, de 19 de dezembro de 2008	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Revisão	O objetivo desta medida é revisar o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Tanques Portáteis Utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos. A proposta será submetida à consulta pública.
2.9	Novo regulamento - proibição de resíduos de medicamentos veterinários nos produtos cárneos oriundos de importação	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Novo regulamento	Atualmente, a utilização de hormônios em animais de produção é proibida no Brasil. Porém, para consumo desses produtos importados não há a mesma proibição e se faz necessário regulamentar o uso de resíduos hormonais nos produtos cárneos importados no Brasil. O assunto corresponde ao Tema 4.6 -Resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal, da Agenda Regulatória da Anvisa (processo nº 25351.907320/2017-90).
2.10	Novo regulamento - proibição de resíduos de medicamentos nos pescados consumidos no Brasil oriundos de importação	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Novo regulamento	A indústria pesqueira nacional alega perder competitividade com os pescados importados, em função da utilização de produtos e ou técnicas não aprovadas na produção doméstica. O assunto corresponde ao Tema 4.6 -Resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal, da Agenda Regulatória da Anvisa (processo nº 25351.907320/2017-90).
2.11	Novo Regulamento MAPA - Água de coco	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Novo regulamento	O estabelecimento de controle na origem da água de coco já é um tema identificado pelo MAPA como passível de regulamentação, principalmente devido à sua perecibilidade e facilidade de cometimento de fraude.
2.12	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC ANVISA nº 360, de 23 de dezembro de 2003	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Revisão	O tema "Rotulagem de alimentos" consta na Agenda Regulatória da ANVISA 2017/2020. O objetivo da medida é revisar o Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional.
2.13	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC ANVISA n° 35, de 15 de junho de 2012	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Revisão	Os procedimentos relacionados à aquisição de medicamentos de referência em território internacional e revisão da RDC 35/2012 estão previstos na Agenda Regulatória da ANVISA 2017/2020: Tema 7.1 - Registro, pós-registro e notificação de medicamentos.
2.14	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Anvisa n° 4, de 18 de janeiro de 2012	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Revisão	O tema "Critérios para a realização de estudos de resíduos e estabelecimento de limites máximos de resíduos (LMR) de agrotóxicos para fins de registro de agrotóxicos" é uma das prioridades da ANVISA e está presente na Agenda Regulatória 2017/2020 (Tema 3.6 - processo nº 25351324404/2017-21).
2.15	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC ANVISA nº 259, de 20 de setembro de 2002, e RDC ANVISA nº 123, de 13 de maio de 2004	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Revisão	O tema "Rotulagem de alimentos" consta na Agenda Regulatória da Anvisa 2017/2020 (tema 4.6) O objetivo é revisar o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados.
2.16	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC ANVISA nº 12, 02 de janeiro de 2001.	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Revisão	O tema "Padrões microbiológicos em alimentos" é uma das prioridades da ANVISA e está presente na Agenda Regulatória do órgão 2017/2020(Tema 4.3 -processo nº 25351.421446/2015-17).

Tema 3 - Produtos de defesa	Item	Ato normativo	Órgão responsável	Ação	Justificativa
	3.1	Decreto nº 3665, de 20 de novembro de 2000	Ministério da Defesa	Revisão	As mudanças nas normas complementares do Exército que tratam de comércio exterior estão sujeitas à edição do Novo Decreto de Fiscalização de Produtos Controlados, que se encontra na Casa Civil para trâmites finais.
	3.2	Novo regulamento - Política Nacional de Exportação	Ministério da Defesa	Novo regulamento	A Política Nacional de Exportação de Produtos de Defesa (PNEIPRODE), que substituirá a Política

		de Produtos de Defesa			Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM), está sendo finalizada pelo Ministério da Defesa. Ato contínuo, seguirá para apreciação do do Ministério das Relações Exteriores e Casa Civil, para trâmites finais.
Tema 4 - Financiamento e garantias às exportações	Item	Ato normativo	Órgão responsável	Ação	Justificativa
	4.1	A definir	Ministério da Fazenda - Secretaria de Assuntos Internacionais	Revisão	Restruturação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE). A medida deverá impactar alguns normativos. Tema encontra-se em estudo.
	4.2	Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004	Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig)	Revisão	Atualização do Decreto que criou o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig). Após a alteração, será necessário atualizar o regimento interno do Cofig, presente na Resolução CAMEX nº 56/2017.
	4.3	Resolução CMN nº 2.575, de 17 de dezembro de 1998	Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig)	Revisão	Atualização do normativo que trata do Programa de Financiamento e Garantia das Exportações (Proex), na modalidade financiamento. O assunto está em discussão no Grupo de Trabalho de Normativos do Cofig.
	4.4	Resolução CAMEX nº 126, de 26 de dezembro de 2013	Secretaria Executiva da CAMEX	Revisão	Atualização do normativo à luz da revisão da Resolução CMN nº 2.575, trazendo alterações nas disposições relativas ao Programa de Financiamento e Garantia das Exportações (Proex). O assunto está em discussão no Grupo de Trabalho de Normativos do Cofig.
	4.5	Portaria MDIC nº 208, de 20 de outubro de 2010	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revogação	Após aprimoramento da Resolução CAMEX nº 126, de 2013, esta Portaria deverá ser revogada.
	4.6	Resolução CAMEX nº 21, de 04 de abril de 2012	Secretaria Executiva da CAMEX	Revogação	A sugestão de revogação será analisada pelo Grupo de Trabalho de Normativos do Cofig.
	4.7	Resolução CAMEX nº 22, de 28 de março de 2013	Secretaria Executiva da CAMEX	Revisão	Revisão da Resolução que institui o Grupo Técnico para Análise, Seleção e Acompanhamento do Programa Mais Alimentos Internacional, incorporando as últimas melhorias realizadas no Programa.
	4.8	Portaria Ministério da Fazenda nº 521, de 1º de dezembro de 2017	Ministério da Fazenda	Revisão	Atualização da Portaria que trata da metodologia de cálculo dos spreads de equalização do Proex Equalização, conforme determinação do Tribunal de Contas da União. O assunto será discutido no âmbito do Grupo de Trabalho de Normativos do Cofig.
Tema 5 - Defesa comercial e regras de origem	Item	Ato normativo	Órgão responsável	Ação	Justificativa
	5.1	Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	A minuta do novo Regulamento Brasileiro de Salvaguardas, disponibilizada para consulta pública por meio da Circular SECEX nº 66, de 2017, prevê novas formas de aplicação desse mecanismo, inclusive a combinação das duas formas previstas no atual Regulamento.
	5.2	Decreto nº 2.667, de 10 de julho de 1998	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	Dispõe sobre a execução do Décimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n º 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 17 de dezembro de 1997, que trata da aplicação de medidas de salvaguardas às importações provenientes de países não membros do MERCOSUL.
	5.3	Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	Disciplina a aplicação de medidas compensatórias. A minuta de Decreto foi finalizada, faltando apenas ajustes pontuais de texto e a assinatura dos Ministérios envolvidos
	5.4	Portaria SECEX nº 17, de 9 de maio de 2017	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	Ampliar rol de entidades autorizadas a emitirem Certificado de Origem Digital e ampliar os países que usam o certificado na América Latina.
	5.5	Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	O Regulamento Brasileiro de Salvaguardas encontra-se em processo de atualização. No âmbito desse processo, foi realizada consulta pública acerca da minuta do novo regulamento por meio da Circular SECEX nº 66, de 2017.

Tema 6 - Zonas de Processamento de Exportação	Item	Ato normativo	Órgão responsável	Ação	Justificativa
	6.1	Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	A revisão da lei deve contemplar, prioritariamente, os seguintes pontos: i) eliminação do compromisso exportador; ii) incluir empresas do setor de serviços para operar nas ZPEs; iii) recomposição tributária nas vendas para o mercado interno; e iv) mais agilidade no despacho aduaneiro.
	6.2	Novo regulamento - dispensa do alfandegamento nas ZPEs	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Novo regulamento	Proposta de de Decreto regulamenta a dispensa parcial de alfandegamento no âmbito das ZPEs.
	6.3	Decreto nº 6.634, de 5 de novembro de 2008	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	Revisão deve contemplar a desburocratização do processo para implantar uma ZPE, sobretudo no que tange à flexibilidade dos prazos.
	6.4	Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	Revisão do Decreto nº 6.814/2009, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, para adequar seu texto à redação atual da Lei nº 11.508/2007

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	6.5	Resolução CZPE nº 1, de 26 de maio de 2010	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	Revisar a política de criação das Zonas de Processamento de Exportação.
	6.6	Resolução CZPE nº 5, de 28 de setembro de 2011	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	Revisa os procedimentos para apresentação de projeto industrial para instalação em Zonas de Processamento de Exportações.
Tema 7 - Transporte Logística e infraestrutura	Item	Ato normativo	Órgão responsável	Ação	Justificativa
	7.1	Resolução ANTT nº 1.474, de 31 de maio de 2006	Agência Nacional de Transporte Terrestres	Revisão	A minuta de resolução que alterará a Resolução ANTT º 1474/2006 esteve sob consulta no âmbito da Audiência Pública nº 002/2018. A minuta de resolução trata sobre os procedimentos relativos à expedição de Licença para empresas nacionais de transporte rodoviário de cargas no transporte rodoviário internacional na América do Sul. O período de recebimento de contribuições da sociedade foi de 29 de janeiro a 14 de março de 2018. Foram realizadas três sessões públicas presenciais: São Paulo (20/02), Porto Alegre-RS (22/03) e Brasília-DF (27/02).
	7.2	Atualização do Normativo MERCOSUL para o transporte terrestre de produtos perigosos	Agência Nacional de Transportes Terrestres	Revisão	A ANTT se posiciona a favor da atualização periódica do regulamento de produtos perigosos, conforme a evolução do Orange Book. No entanto, nem todas as nações envolvidas nas negociações do MERCOSUL estariam preparadas para cumprir as mais recentes exigências das últimas versões do regulamento internacional. Isso faz com que a atualização paulatina do normativo seja uma alternativa interessante, considerando as restrições existentes para a efetiva harmonização no MERCOSUL. O tema está em discussão no âmbito do Subgrupo de Trabalho pertinente do MERCOSUL.
	7.3	Resolução ANTAQ nº 2389, de 13 de fevereiro de 2012	Agência Nacional de Transporte Aquaviário	Revisão	A cobrança pelo serviço de inspeção não invasiva (escaneamento) de contêineres já é objeto de discussão na ANTAQ, no âmbito do processo n° 50300.007611/2016-48. A matéria já foi analisada pelas áreas técnica e jurídica, aguardando deliberação da Diretoria.
	7.4	Novo regulamento - aplicações de internet das coisas	Agência Nacional de Telecomunica ções	Novo regulamento	O tema é objeto do item 35 da Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2017/2018, que prevê a condução da Análise de Impacto Regulatório até o fim do período. Dada a importância do tema, pretende-se dar continuidade à iniciativa na Agenda Regulatória para o biênio subsequente, com a previsão de realização de Consulta Pública de proposta normativa ou a proposição de outro instrumento que seja considerado mais efetivo. O objetivo da revisão é viabilizar a expansão de aplicações para Internet das Coisas (IoT) e comunicações M2M.
	7.5	Novo regulamento - Consolidação de normas	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	Novo regulamento	A ANP está em fase de revisão geral e consolidação de diversas normas de importação e exportação de derivados de petróleo e de biocombustíveis. A referida proposta integra a Agenda Regulatória da ANP (ação 1.1) e teve audiência pública realizada no dia 26/7.
	7.6	Resolução ANTAQ nº 2.239, de 15 de setembro de 2011	Agência Nacional de Transporte Aquaviário	Revisão	Aprova a norma de procedimentos para o trânsito seguro de produtos perigosos por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado.
	7.7	Instrução Normativa RFB nº 327, de 09 de maio de 2003	Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil	Revisão	Alterar a Instrução Normativa RFB nº 327/2003 para retirar da base de cálculo do imposto de importação as despesas com capatazia.

Tema 8 - Serviços e compras governamentais	Item	Ato normativo		Ação	Justificativa
	8.1	Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969, e Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972.	Ministério da Defesa	Revisão	O Decreto-Lei nº 1.023/1969 e o Decreto nº 70.198/1972 estabelecem, para os navios estrangeiros que demandarem os portos do Brasil, uma tarifa de utilização de Faróis. A aplicação dessa tarifa afeta o comércio internacional de serviços de transporte marítimo, porquanto coloca as empresas de transporte marítimo estrangeiras numa situação desfavorável em relação às empresas brasileiras (Trato Nacional). Essa situação também reduz a concorrência no mercado brasileiro de serviços de transporte marítimo, elevando os fretes, e colocando o Brasil numa situação de desvantagem competitiva no comércio internacional.
	8.2	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	A SE-CAMEX, juntamente com outros órgãos de governo, trabalhou em uma redação alternativa ao Parágrafo Único, I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 116/03. O objetivo é ampliar a definição de exportação de serviços para que todos os modos de prestação de serviços sejam cobertos pela definição.
	8.3	Portaria MDIC nº 210, de 31 de agosto de 2012	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Revisão	A revisão da Portaria, que trata dos serviços passíveis de concessão de ACC e ACE, está sendo discutida no âmbito do Grupo de Trabalho de Serviços da Câmara de Comércio Exterior. A proposta de texto deve ser submetida à Consulta Pública e a revisão concluída até o final de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.4	Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Revisão	A alteração da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, visa a estabelecer em um bojo normativo único todas as regras e procedimentos licitatórios de modo que as Leis nº 8.666, de 1933, nº 10.520, de 2002, e nº 12.462, de 2011, serão revogadas neste mesmo ato. O tema está pronto para deliberação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, por meio do Projeto de Lei nº 1292/1995.
8.5	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Revogação	A alteração da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, visa a estabelecer, em um bojo normativo único, todas as regras e procedimentos licitatórios de modo que as Leis nº 8.666, de 1933, nº 10.520, de 2002, e nº 12.462, de 2011, serão revogadas neste mesmo ato. O tema estava pronto para deliberação em junho de 2018 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados por meio do Projeto de Lei nº 1292/1995.
8.6	Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Revogação	De acordo com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), a alteração da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, visa a estabelecer, em um bojo normativo único, todas as regras e procedimentos licitatórios de modo que as Leis nº 8.666, de 1933, nº 10.520, de 2002, e nº 12.462, de 2011, serão revogadas neste mesmo ato. O tema em junho de 2018 estava pronto para deliberação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados por meio do Projeto de Lei nº 1292/1995.
8.7	Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004	Ministério da Fazenda	Revisão	O Ministério da Fazenda tem trabalhado em proposta de alteração da Lei nº 10.865/2004 que instituiu o PIS/PASEP - Importação e a COFINS - Importação e deverá ser enviada para avaliação do Congresso Nacional.
8.8	Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional nº 140, de 22 de maio de 2018.	Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil	Revisão	A alteração da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) depende da alteração da Lei Complementar nº 116/2003 e, assim que a alteração legislativa for realizada, haverá espaço para a mudança do artigo 25-A §4o.
8.9	Novo regulamento - Protocolo de Contratações Públicas (Acordo de Compras Governamentaiis) do MERCOSUL	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Novo regulamento	O Protocolo está em processo de internalização por meio Exposição de Motivos Interministerial nº 31/2018.

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 5, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS - CMED, no exerc cio da competência que lhe confere o inciso XII, do artigo 12 da Resolução CMED nº. 3, de 29 de julho de 2003, faz saber que o COMITÊ T CNICO-EXECUTIVO, em reuniões realizadas nos dias 06 de março e 19 de abril de 2018 decidiu:

Nos autos do Processo Administrativo nº 25351.115874/2012-12 de interesse da Empresa HELP FARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS, CNPJ: 02.460.736/0001-78, o CTE decidiu acompanhar o voto do relator nº 03/2018 da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 3.120,61 (três mil centro e vinte reais e sessenta e um centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público em especial ao Hospital São João de Deus em violação aos arts. 2º e 8º caput da Lei nº. 10.742, de 06 de outubro de 2003, Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED nº 14, de 13 de novembro de 2006.

Nos autos do Processo nº 25351.173604/2014-42 de interesse da empresa HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto ÁCIDO ASCÓRBICO HYPOFARMA, o CTE com base na Nota Técnica nº 06005/COGPC/SUCON/SEAE/MF da Secretaria de Acompanhamento Econômico, decidiu negar provimento ao recurso apresentado, ficando o Preço Fábrica (ICMS 18%) permitido para apresentações 100 MG/ML SOL INJ IV CX 100 AMP VD AMB X 5 ML (BEM HOSP) é de R$ 48,45.

Nos autos do Processo nº 25351.600851/2017-54, de interesse da empresa EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A, CNPJ: 61.190.096/0001-92, referente ao Documento Informativo de Preço - Caso Omisso do produto CLORIDRATO DE HIDROXIZINA, o CTE decidiu que o Preço Fábrica (ICMS 18%) permitido para apresentação 2 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP é de R$ 20,06.

Nos autos do Processo Administrativo nº 25351.559053/2010-47 de interesse da Empresa NATULAB LABORATÓRIOS S/A, CNPJ: 02.456.955/0001-83, o CTE decidiu acompanhar o voto nº 05/2018/SEI/CGQS/DEICT/SDCI da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Indústrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, deferindo parcialmente o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 327.323,97 (trezentos e vinte e sete mil trezentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos) por incorrência no Art 8º caput da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c arts. 1º e 2º, Resolução CMED nº 2/2004, inciso V da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006; Resolução CMED nº 4, de 7 de agosto de 2008, e Resolução CMED nº 2/2009 e Resolução CMED nº 2/2010 pela comercialização de produtos sem apresentação de Documento Informativo de Preço à CMED, pela não entrega dos Relatórios de Comercialização e pela ausência de publicação dos preços em revistas especializadas.

Nos autos do Processo nº 25351.053876/2017-74 de interesse da empresa EISAI LABORATÓRIOS LTDA, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto BELVIQ®, Voto nº 06/2018/SEI/CGQS/DEICT/SDCI, da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, decidiu deferir o aditamento ao Recurso Administrativo apresentado, ficando os Preços Fábrica (ICMS 18%) permitidos para apresentações 10 MG COM VER CT BL AL X 60 é de R$ 321,53, 10 MG COM VER CT BL AL X 30 é de R$ 160,77, 10 MG COM VER CT BL AL X 20 é de R$ 107,18 e 10 MG COM VER CT BL AL X 10 é de R$ 53,59.

Nos autos do Processo nº 25351.295981/2017-95 de interesse da empresa LIBBS FARMACÊUTICA XAVIER, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto OXALIBBS, Voto nº 04/2018/SEI/CGQS/DEICT/SDCI, da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, decidiu deferir o Recurso Administrativo apresentado, ficando os Preços Fábrica (ICMS 18%) permitidos para apresentações 5 MG/ML SOL INJ CT FA VD AMB X 10 ML é de R$ R$ 2.226,95, 5 MG/ML SOL INJ CT FA VD AMB X 20 ML é de R$ 5 MG/ML SOL INJ CT FA VD AMB X 20 ML.

Nos autos do Processo nº 25351.390784/2017-30 de interesse da empresa OPEM REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto COLIS-TEK, Nota Técnica SEI nº 7/2018/COGIS/SUPROC/SEPRAC/MF, da Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência, decidiu deferir o Recurso Administrativo apresentado, ficando o Preço Fábrica (ICMS 18%) permitido para apresentação 300 MG PO LIOF CT FA VD TRANS é de R$ 84,16.

Nos autos do Processo nº 25351.521571/2017-81, de interesse da empresa LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - LAFEPE, CNPJ: 10.877.826/0001-13, referente ao Documento Informativo de Preço - Caso Omisso do produto LAFEPE ZIDOVUDINA, o CTE decidiu que o Preço Fábrica (ICMS 0%) permitido para apresentação 10 MG/ML XPE CX 20 FR VD AMB X 200 ML é de R$ 201,94.

Nos autos do Processo nº 25351.411665/2017-71, de interesse da empresa LABORATÓRIO SAÚDE LTDA, CNPJ: 91.671.792/0001-81, referente ao Documento Informativo de Preço - Caso Omisso do produto PÓ PELOTENSE, o CTE decidiu que os Preços Fábrica (ICMS 18%) permitidos para apresentações 5 MG/G + 1 MG/G + 100 MG/G PÓ TOP FRAS PLAS X 80 G é de R$ 7,30 e 5 MG/G + 1 MG/G + 100 MG/G PÓ TOP FRAS PLAS X 120 G é de R$ 9,86.

LEANDRO SAFATLE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 3º do Anexo do Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, e o que consta do Processo nº 21000.018479/2018-48, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as regras sobre definições, exigências, especificações, garantias, registro de produto, autorizações, embalagem, rotulagem, documentos fiscais, propaganda e tolerâncias dos fertilizantes minerais destinados à agricultura, na forma desta Instrução Normativa e seus Anexos I a V.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito da presente Instrução Normativa entende-se por:

I - Agente quelante ou complexante: compostos químicos que formam moléculas complexas com íons metálicos, adicionados intencionalmente ao produto para melhorar a sua estabilidade, durabilidade, aplicabilidade ou facilitar o processo de produção;

II - condutividade elétrica: é a capacidade de uma solução de conduzir corrente elétrica devido à presença de íons dissolvidos, sendo o valor expresso em miliSiemens por centímetro ($mS.cm^{-1}$);

III - Densidade - medida resultante da relação massa por volume, expressa em gramas por mililitros ($g.mL^{-1}$) ou gramas por centímetro cúbico ($g.cm^{-3}$);

IV - Dimensão Média de Partícula (D_{50}): tamanho de partícula que corresponde a dimensão de abertura de malha da peneira, expresso em milímetros, onde metade da massa das partículas são menores que esta dimensão de malha determinada e a outra metade são maiores.

V - fertilizante a granel: produto que tenha passado por todas as etapas de produção, exceto o processo de acondicionamento ou embalagem, pronto para uso ou comercialização tal qual.

VI - fertilizante foliar para pronto uso: produto em solução verdadeira, com ou sem agentes quelante ou complexante e aditivo autorizados, pronto para aplicação direta via foliar sem a necessidade do emprego de qualquer diluente;

VII - fluido: natureza física de produto líquido, pastoso ou gel, em solução ou suspensão;

VIII - fórmula base: fertilizante binário ou ternário, destinado exclusivamente para uso ou venda como matéria-prima para a fabricação de fertilizantes.

IX - granulado: especificação de natureza física de produto sólido constituído de partículas em que cada grânulo contenha todos os elementos declarados ou garantidos do produto;

X - incompatibilidade de fertilizantes: associação ou mistura de dois ou mais materiais incompatíveis entre si do ponto de vista físico, químico ou ambos, cuja interação produz uma deterioração de suas propriedades físicas, químicas ou físico-químicas, isolada ou cumulativamente, podendo comprometer a qualidade, a eficiência e a aplicação do produto final.

XI - Índice de Dispersão de Partículas (GSI): medida da dispersão do tamanho das partículas, utilizado para expressar a dispersão granulométrica das partículas de um produto.

XII - índice salino: valor que indica o aumento da pressão osmótica produzido por um determinado fertilizante em comparação com nitrato de sódio, cujo índice salino é igual a cem;

XIII - maior relação soluto/solvente: é a maior concentração do produto indicada para aplicação;

XIV - minério concentrado: substância mineral natural que contém nutriente para plantas, utilizado como matéria-prima para a fabricação de fertilizantes minerais simples ou complexos.

XV - mistura de grânulos: especificação de natureza física de produto sólido, em que cada grânulo não necessariamente contenha todos os elementos declarados ou garantidos do produto;

XVI - Número Guia de Tamanho (SGN): valor equivalente a cem vezes o valor da Dimensão Média de Partícula (D_{50}).

XVII - pastilha: especificação de natureza física de produto sólido, constituído de frações moldadas, em que cada fração contenha todos os elementos declarados ou garantidos do produto, devendo cada nutriente ser, no mínimo, 80% solúvel em água;

XVIII - produto acabado: fertilizante que tenha passado por todas as fases de produção, pronto para uso ou comercialização, seja embalado ou a granel;

XIX - relação soluto/solvente: propriedade que relaciona a quantidade de soluto em relação à quantidade de solvente em uma solução, expressa em massa/volume ou volume/volume;

XX - sólido: natureza física de produto constituído de partículas ou frações sólidas;

XXI - solubilidade: propriedade que um produto tem de se dissolver em um solvente a uma dada temperatura, expressa em gramas por litro;

XXII - solução: especificação de natureza física de produto fluido sem partículas sólidas;

XXIII - suspensão: especificação de natureza física de produto fluido com partículas sólidas dispersas em um meio fluido.

XXIV - suspensão concentrada: especificação de natureza física de produto fluido, composto de partículas sólidas dispersas em um meio líquido, com tamanho especificado nesta Norma, contendo nutrientes insolúveis em água, cuja formulação deve ter estabilidade física, química e físico-química validada;

XXV - estabilidade: capacidade que o produto ou formulação tem, num determinado período de tempo, do início ao final de sua vida útil, de manter as propriedades e características que apresentava no momento em que finalizou a sua fabricação, validada através de um procedimento padronizado.

CAPÍTULO II

DAS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E GARANTIAS, DO REGISTRO DE PRODUTO E DAS AUTORIZAÇÕES

Seção I

Exigências, Especificações e Garantias Mínimas

Subseção I

Da Natureza Física

Art. 3º Os fertilizantes minerais, de acordo com a sua natureza física, sólida ou fluida, terão as seguintes especificações de natureza física e garantia granulométrica:

I - Para os produtos sólidos granulados, mistura de grânulos, micrograniulados, pó, farelados e pastilhas:

NATUREZA FÍSICA	ESPECIFICAÇÃO DE NATUREZA FÍSICA	GARANTIA GRANULOMÉTRICA	
		Peneira	Partículas Passantes
SÓLIDO	Granulado e Mistura de Grânulos	4,80 mm (ABNT 4)	95% mínimo
		2 mm (ABNT 10)	40% máximo
		1 mm (ABNT 18)	5% máximo
	Micrograniulado	2,8 mm (ABNT 7)	90% mínimo
		1 mm (ABNT 18)	10% máximo
	Pó	2,0 mm (ABNT 10)	100%
		0,84 mm (ABNT 20)	70% mínimo
		0,3 mm (ABNT 50)	50% mínimo
	Farelado	4,80 mm (ABNT 4)	90% mínimo
		2,8 mm (ABNT 7)	80% mínimo
		0,50 mm (ABNT 35)	30% máximo
	Pastilha	Frações moldadas de formato e tamanho variáveis	

II - Para os produtos fluidos: solução, suspenção e suspensão concentrada.

§ 1º Para os fertilizantes minerais sólidos com especificação de natureza física granulado e misturas de grânulos definida conforme inciso I deste artigo, pode ser declarado no rótulo, na nota fiscal e em documento auxiliar da nota fiscal, o Índice de Dispersão de Partículas (GSI), sempre acompanhado de sua interpretação, da relação de peneiras utilizadas na determinação do mesmo e do Número Guia de Tamanho (SGN).

§ 2º A determinação através de análise granulométrica do produto, a forma de cálculo e a interpretação dos valores do GSI de que trata o § 1º deste artigo, serão estabelecidos no Manual de Métodos Analíticos Oficiais para Fertilizantes e Corretivos, aprovado por Instrução Normativa própria pela Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA.

§ 3º Para os fertilizantes minerais simples sólidos constantes do Anexo I desta Instrução Normativa que tiverem indicação de garantia granulométrica mínima diferente da prevista no Inciso I deste artigo, o estabelecimento produtor e importador devem mencionar no rótulo, quando se tratar de produto embalado, ou na nota fiscal e documento auxiliar da nota fiscal, quando se tratar de produto a granel, as peneiras e os percentuais de partículas passantes ou retidas nas mesmas.

§ 4º Para os fertilizantes minerais mistos com especificação de natureza física "farelado", o estabelecimento produtor ou importador deve declarar no rótulo, quando se tratar de produto embalado, ou na nota fiscal e documento auxiliar da nota fiscal, quando se tratar de produto a granel, a seguinte frase, em destaque: "ATENÇÃO: PRODUTO FARELADO COM COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA DESIGUAL FAVORECENDO A SEGREGAÇÃO E DESUNIFORMIDADE NA APLICAÇÃO" ou alternativamente declarar, além da especificação de natureza física FARELADO, o valor do Índice de Dispersão de Partículas - GSI e sua interpretação, conforme os §§ 1º e 2º deste artigo".

§ 5º Para os fertilizantes minerais sólidos que não atendam as garantias granulométricas estabelecidas para as especificações de natureza física previstas no inciso I deste artigo, deve ser declarado no rótulo, quando se tratar de produto embalado, ou na nota fiscal e documento auxiliar da nota fiscal, quando se tratar de produto a granel, o seguinte:

I - Para produtos desuniformes quanto ao perfil granulométrico, a seguinte frase, em destaque: "ATENÇÃO: PRODUTO SEM PADRÃO DE ESPECIFICAÇÃO DE NATUREZA FÍSICA COM COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA DESIGUAL FAVORECENDO A SEGREGAÇÃO E DESUNIFORMIDADE NA APLICAÇÃO";

II - Para produtos uniformes quanto ao perfil granulométrico nas peneiras de 4,8 mm (ABNT 4), 2 mm (ABNT 10) e 1 mm (ABNT 18), porém diferentes das especificações estabelecidas para produtos sólidos constantes do inciso I deste artigo para este conjunto de peneiras: informar as garantias granulométricas para as partículas passantes em cada uma dessas peneiras, o Índice de Dispersão de Partículas (GSI), sempre acompanhado de sua interpretação, da relação de peneiras utilizadas na determinação do mesmo e do Número Guia de Tamanho (SGN).

§ 6º Os fertilizantes minerais sólidos simples e complexos não acabados quanto à especificação de natureza física prevista no inciso I deste artigo, comercializados pelo fabricante exclusivamente para estabelecimento produtor como matéria-prima para o beneficiamento físico (secagem e ou peneiramento), para granulação ou para a fabricação de outros produtos, ficam dispensados de apresentar especificação de natureza física, sendo proibida sua venda tal qual para o consumidor final ou para uso direto na agricultura, devendo o estabelecimento constar da embalagem, da nota fiscal e de documento auxiliar da nota fiscal, sem prejuízo das demais exigências relativas à identificação do estabelecimento e do produto, a seguinte frase, em destaque: "PRODUTO SEM PADRÃO GRANULOMÉTRICO DEFINIDO - VENDA EXCLUSIVA PARA ESTABELECIMENTO PRODUTOR COMO MATÉRIA-PRIMA PARA A FABRICAÇÃO DE FERTILIZANTES".

§ 7º Os fertilizantes solúveis, de natureza física sólido, destinados à aplicação foliar, fertirrigação e hidroponia ficam dispensados de apresentar garantia de especificação granulométrica.

§ 8º Os fertilizantes com especificação de natureza física "suspensão concentrada" a que se refere o inciso XXIV do art. 2º e o inciso II deste artigo, ambos desta Instrução Normativa, para serem produzidos, importados e comercializados no país, devem, sem prejuízos das demais exigências desta Instrução Normativa, dar atendimento ao seguinte:

I - viscosidade: máximo de 8 $g/cm.segundo^{-1}$ ou 5.000 centipoise;

II) tamanho de partículas em suspensão presentes no produto: 100% menor que 50 µm, sendo que desse total 90% menor que 15 µm;

III - suspensibilidade: mínimo de 80% de partículas em suspensão.

Subseção II

Da Forma Química dos Nutrientes

Art. 4º Os teores dos macronutrientes primários, macronutrientes secundários e micronutrientes dos fertilizantes previstos nesta Instrução Normativa devem ser expressos como segue:

I - Macronutrientes primários: Nitrogênio (N), Fósforo (P_2O_5) e Potássio (K_2O);

II - Macronutrientes secundários: Cálcio (Ca), Magnésio (Mg) e Enxofre (S); e

III - Micronutrientes: Boro (B), Cloro (Cl), Cobalto (Co), Cobre (Cu), Ferro (Fe), Manganês (Mn), Molibdênio (Mo), Níquel (Ni), Selênio (Se), Silício (Si) e Zinco (Zn).

Art. 5º Fica facultada a indicação, entre parênteses, com dimensão gráfica igual ou menor e imediatamente após a indicação obrigatória, dos teores de macronutrientes primários Fósforo e Potássio sob a forma elementar (P e K) e dos teores de macronutrientes secundários Cálcio, Magnésio e Enxofre sob a forma de óxidos (CaO, MgO e SO_3), devendo, para tanto, utilizarem os seguintes fatores de conversão:

I - Fósforo (P) = Pentóxido de Fósforo (P_2O_5) x 0,436 (zero vírgula quatrocentos e trinta e seis);

II - Potássio (K) = Óxido de Potássio (K_2O) x 0,830 (zero vírgula oitocentos e trinta);

III - Cálcio (Ca) = Óxido de Cálcio (CaO) x 0,715 (zero vírgula setecentos e quinze);

IV - Magnésio (Mg) = Óxido de Magnésio (MgO) x 0,603 (zero vírgula seiscentos e três);

V - Enxofre (S) = Anidrido Sulfúrico (SO_3) x 0,400 (zero vírgula quatrocentos).

Subseção III

Da Solubilidade dos Nutrientes

Art. 6º Excetuados os casos em que se preveja a indicação da solubilidade de outra forma, os fertilizantes minerais, segundo o seu modo de aplicação, terão a solubilidade de seus nutrientes indicada como percentagem mássica (massa de nutrientes por massa de produto), no caso de produtos sólidos e em percentagem mássica (massa de nutrientes por massa de produto) e facultativamente em massa por volume expressa em g/L (gramas por litro), no caso de produtos fluídos, como segue:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - Para os fertilizantes para aplicação via solo, via fertirrigação ou via semente:

a) Nitrogênio (N): teor total ou teor solúvel em água;

b) Pentóxido de Fósforo (P_2O_5):

1. teor total e teor solúvel em ácido cítrico a 2%, relação 1:100: para os produtos constantes do Anexo I desta Instrução Normativa e outros fertilizantes mistos ou complexos que tenham esta especificação de solubilidade ou para as misturas sólidas e suspensões que contenham estes produtos em maior quantidade na formulação;

2. teor total e solúvel em Citrato Neutro de Amônio (CNA) + água: para os produtos constantes do Anexo I desta Instrução Normativa e outros fertilizantes mistos ou complexos que tenham esta especificação de solubilidade ou para as misturas sólidas e suspensões que contenham estes produtos em maior quantidade na formulação;

3. teor solúvel em Citrato Neutro de Amônio (CNA) + água: para as misturas sólidas e suspensões que contenham exclusivamente fosfatos acidulados;

4. teor solúvel em água:

4.1. obrigatório para os produtos constantes do Anexo I desta Instrução Normativa que tenham esta especificação de solubilidade;

4.2. obrigatório para mistura de fertilizantes fosfatados acidulados mononutrientes e para as soluções;

4.3. facultativo para as demais misturas.

c) Óxido de Potássio (K_2O):

1. teor solúvel em água para os produtos, misturas e soluções ou suspensões que contenham fontes de potássio solúveis em água;

2. teor total e teor solúvel em ácido cítrico a 2% (dois por cento), relação 1:100 (um para cem) ou teor total e teor solúvel em Citrato Neutro de Amônio (CNA) + água para os produtos ou misturas que contenham fontes de potássio insolúveis em água.

d) Macronutrientes secundários (Ca, Mg e S):

1. teor total para todos os produtos e misturas que os contenham;

2. facultativamente para todos os produtos e misturas o teor solúvel em água ou em Citrato Neutro de Amônio (CNA) + água ou em ácido cítrico a 2% (dois por cento), relação 1:100;

3. no caso do nutriente enxofre, quando misturadas fontes de enxofre elementar (S^0) com fontes de enxofre sulfato ($S\text{-}SO_4$), além do teor total, deve ser declarado o teor de $S\text{-}SO_4$ presente no produto.

e) micronutrientes (B, Cl, Co, Cu, Fe, Mn, Mo, Ni, Se, Si e Zn):

1. teor total para todos os produtos e misturas que os contenham;

2. teor solúvel em ácido cítrico a 2%, obrigatório para Boro (B), Cobalto (Co), Ferro (Fe), Molibdênio (Mo), Níquel (Ni) e Zinco (Zn) nos produtos que contenham exclusivamente estes micronutrientes ou estes micronutrientes com macronutrientes secundários e facultativamente para os demais produtos e misturas que os contenham;

3. teor solúvel em Citrato Neutro de Amônio (CNA) + água (relação 1:1), obrigatório para Cobre (Cu) e Manganês (Mn) nos produtos que contenham exclusivamente estes micronutrientes ou estes micronutrientes com macronutrientes secundários e facultativamente para os demais produtos e misturas que os contenham;

4. teor solúvel em água, facultativamente para todos os produtos e misturas.

II - Para os fertilizantes para aplicação via foliar: teor solúvel em água, para todos os nutrientes dos produtos nesses modos de aplicação, excetuados os casos de produtos com especificação de natureza física suspensão concentrada contendo nutrientes insolúveis em água, quando deve ser garantido o teor total.

III- Para os fertilizantes para aplicação via hidroponia: teor solúvel em água, para todos os nutrientes dos produtos nesse modo de aplicação.

§ 1º Fará parte do índice N-P-K, N-P, N-K ou P-K dos fertilizantes binários ou ternários, a percentagem de N total ou solúvel em água, P_2O_5 solúvel em água ou em ácido cítrico ou em CNA + água e K_2O solúvel em água ou em ácido cítrico ou CNA + água, conforme o caso, os quais serão expressos em números inteiros.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, quando se tratar de misturas que contenham produtos previstos nos itens 1 e 2 da alínea "b" deste artigo, o teor total de P_2O_5 deve ser declarado na embalagem e na nota fiscal e DANFE.

§ 3º O teor de $S\text{-}SO_4$, a que se refere o item 3 da alínea "d" deste artigo, deve ser declarado na embalagem e na nota fiscal e DANFE, mantendo-se a mesma dimensão gráfica do teor de enxofre expresso na forma total.

§ 4º No caso de produto fluido, a indicação em massa por volume g/L (gramas por litro) deverá ser feita entre parênteses, com a mesma dimensão gráfica, logo após ou abaixo da indicação feita em percentagem mássica.

Subseção IV

Dos Teores Mínimos de Nutrientes e Outras Exigências

Art. 7º Para os fertilizantes minerais simples, deve ser observado e dado cumprimento ao seguinte:

I - suas especificações e garantias serão, no mínimo, de acordo com as constantes do Anexo I desta Instrução Normativa;

II - as garantias podem ser expressas com uma casa decimal;

III - é proibido o uso de carga;

IV - podem ser adicionados ou incorporados agentes quelantes, complexantes ou aditivos autorizados, constantes dos Anexos II e III desta Instrução Normativa, observando:

a) nos casos em que a quantidade incorporada de agentes quelantes, complexantes ou aditivos, isolada ou cumulativamente, não ultrapassar 1% em massa do produto final, podem ser mantidas as garantias originais do fertilizante mineral simples;

b) No caso de adição ou incorporação aos fertilizantes minerais simples de agentes quelantes, complexantes ou aditivos, isolada ou cumulativamente, em quantidade superior a 1% em massa do produto final, respeitados os limites estabelecidos, as garantias de nutrientes do produto acabado devem guardar proporcionalidade direta às quantidades incorporadas destes agentes ou aditivos no produto final;

V - Aos fertilizantes minerais simples mononutrientes e binários e aos fertilizantes fornecedores de macronutrientes secundários exclusivamente, todos do Anexo I desta Instrução Normativa e com modo de aplicação via solo, podem ser incorporadas fontes de micronutrientes em quantidade limitada a até 1% em massa do produto final, mantendo-se as garantias originais desses produtos, observando:

a) no produto final, os teores mínimos de garantias dos micronutrientes incorporados devem atender o disposto na alínea "b" do inciso III do art. 9º desta Instrução Normativa;

b) o estabelecimento deve dispor de tecnologia eficiente de incorporação de micronutrientes nos produtos de que trata o inciso V deste artigo;

c) a comprovação da eficiência da tecnologia de fabricação perante o órgão de fiscalização do MAPA a que se refere a alínea "b" se realizará pela apresentação, previamente à fabricação do produto, dos estudos de validação do processo de produção, que devem ser consistentes e cobertos por fatos comprováveis e documentados, e que demonstrem a adequação e a eficácia da tecnologia na obtenção de produtos uniformes e dentro dos padrões de qualidade exigidos para o fim a que se destinam;

d) os documentos a que se refere a alínea "c" devem ser anexados ao processo de registro do estabelecimento.

Parágrafo único. Para os fins desta Instrução Normativa, os fertilizantes constantes do Anexo I ficam classificados como fertilizantes minerais simples, mantendo-se essa classificação no caso previsto nos incisos IV e V deste artigo.

Art. 8º Os fertilizantes minerais simples em solução ou em suspensão, com modo de aplicação via solo, via fertirrigação, via sementes, via hidroponia e via foliar, excetuados os fertilizantes foliares para pronto uso e observadas as exigências no que se refere à natureza física, forma química e solubilidade dos nutrientes, conforme o disposto nos artigos 3º, 4º, 5º e 6º desta Instrução Normativa, terão as seguintes especificações e garantias:

I - suas garantias não podem ser inferiores a 1/10 (um décimo) das garantias mínimas dos fertilizantes minerais simples constantes do Anexo I desta Instrução Normativa.

II - estas garantias podem ser expressas com até três casas decimais, facultado o seu arredondamento pelo critério de truncamento, na forma do § 4º do art. 9º desta Instrução Normativa;

III - a estes fertilizantes podem ser adicionados agentes quelantes ou complexantes ou aditivos autorizados, conforme os anexos II e III desta Instrução Normativa, devendo as suas garantias guardarem proporcionalidade direta com as quantidades adicionadas destes agentes ou aditivos no produto final.

Art. 9º Os fertilizantes minerais mistos e complexos com modo de aplicação via solo, via fertirrigação e via foliar, terão as seguintes especificações e garantias mínimas:

I - Para os macronutrientes primários:

a) para produtos com modo de aplicação via solo ou via fertirrigação com ou sem macronutrientes secundários ou micronutrientes, a soma dos macronutrientes primários deve ser igual ou superior a:

TIPO DE FERTILIZANTE	SOMA DOS MACRONUTRIENTES PRIMÁRIOS (% EM PESO)
Ternário (NPK)	18
Binário (NP, NK e PK)	15

b) para os fertilizantes com modo de aplicação via foliar, o teor de cada macronutriente primário no produto final deverá ser igual ou superior a um por cento;

II - Para os macronutrientes secundários, independentemente do modo de aplicação, as garantias de cálcio, magnésio e enxofre não podem ser inferiores a um por cento para cada macronutriente secundário declarado, podendo ser expressos com até uma casa decimal, utilizando o critério de truncamento para o arredondamento dos valores, conforme o § 4º deste artigo.

III - Para os micronutrientes:

a) para os fertilizantes mistos ou complexos com modo de aplicação via solo que contenham apenas micronutrientes ou micronutrientes e macronutrientes secundários, para uso direto no solo ou em misturas com outros fertilizantes como fonte fornecedora desses nutrientes, observado o disposto no art. 11 desta Instrução Normativa, as garantias mínimas dos micronutrientes nesses produtos não podem ser inferiores a:

NUTRIENTE	TEOR MÍNIMO (%)
Boro (B)	0,2
Cloro (Cl)	0,5
Cobalto (Co)	0,05
Cobre (Cu)	0,2
Ferro (Fe)	0,2
Manganês (Mn)	0,2
Molibdênio (Mo)	0,05
Níquel (Ni)	0,05
Selênio (Se)	0,03
Silício (Si)	0,5
Zinco (Zn)	0,3

b) para os fertilizantes minerais mistos ou complexos mononutrientes, binários ou ternários com micronutrientes ou com micronutrientes e macronutrientes secundários para aplicação via solo, via fertirrigação e via foliar e para as misturas exclusivas de micronutrientes e destes com macronutrientes secundários para aplicação via foliar e via fertirrigação, as garantias mínimas dos micronutrientes nesses produtos acabados não podem ser inferiores a:

NUTRIENTE	TEOR MÍNIMO (%)
Boro (B)	0,01
Cloro (Cl)	0,1
Cobalto (Co)	0,005
Cobre (Cu)	0,02
Ferro (Fe)	0,02
Manganês (Mn)	0,02
Molibdênio (Mo)	0,005
Níquel (Ni)	0,005
Selênio (Se)	0,003
Silício (Si)	0,05
Zinco (Zn)	0,1

§ 1º Os fertilizantes de que trata a alínea "a" do inciso III deste artigo, devem apresentar, no mínimo, 60% do teor total garantido solúvel no extrator solução de ácido cítrico a 2% (relação 1:100) ou no extrator solução de citrato neutro de amônia (CNA) + água (relação 1:1), de acordo com a alínea "e" do inciso I do art. 6º desta Instrução Normativa.

§ 2º A porcentagem de carga utilizada para ajuste de formulação de fertilizante mineral misto para aplicação via solo não pode ser superior a dez por cento em massa do produto final.

§ 3º Os fertilizantes minerais mistos e complexos que contenham NPK, NP, NK ou PK com ou sem macronutrientes secundários ou micronutrientes e com modo de aplicação via solo e fertirrigação terão os teores dos macronutrientes primários expressos em números inteiros.

§ 4º Os teores dos macronutrientes secundários e micronutrientes dos fertilizantes minerais mistos e complexos, quando expressos em porcentagem com uma, duas ou, no máximo, três casas decimais, obriga o seu arredondamento pelo critério de truncamento na primeira, segunda ou terceira casa decimal, sempre que se obtiverem valores com número de unidades decimais superiores à quantidade estabelecida, conforme os seguintes exemplos:

I - quando o teor do nutriente obtido por cálculo ou através de análise laboratorial a ser garantido for inferior a um por cento, por exemplo: 0,78956%, o teor final do micronutriente arredondado pelo critério de truncamento será: (i) na primeira casa decimal = 0,7%; (ii) na segunda casa decimal = 0,78% e, (iii) na terceira casa decimal = 0,789%.

II - quando o teor do nutriente obtido por cálculo ou através de análise laboratorial a ser garantido for superior a um por cento, por exemplo: 1,78956%, o teor final do micronutriente arredondado pelo critério de truncamento será: (i) em número inteiro = 1%; (ii) na primeira casa decimal = 1,7%; (iii) na segunda casa decimal = 1,78% e, (iii) na terceira casa decimal = 1,789%.

§ 5º Aplica-se aos fertilizantes minerais complexos granulados com modo de aplicação via solo o disposto para os fertilizantes minerais simples constante dos incisos IV e V do art. 7º desta Instrução Normativa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10. Para os fertilizantes minerais mistos ou complexos para aplicação via hidroponia, via semente e fertilizante foliar para pronto uso, os teores dos macronutrientes primários, macronutrientes secundários e micronutrientes serão aqueles informados e garantidos pelo fabricante ou importador.

Art. 11. Na produção de fertilizante mineral misto sólido de especificação de natureza física mistura de grânulos, deve ser observado e dado cumprimento ao seguinte:

I - Que sejam utilizadas na mistura fontes de mesma especificação granulométrica, excetuados os casos de misturas em que uma das matérias-primas seja microgranulada ou se enquadre no que estabelece o inciso II do § 5º do art. 3º desta Instrução Normativa, desde que o produto final atenda as especificações contidas no inciso I do art. 3º desta Instrução Normativa.

II - A porcentagem de participação da(s) matéria(s) prima(s) fornecedora(s) de nutriente(s) que se pretende adicionar ao produto final deve dar atendimento ao seguinte:

a) quando a(s) matéria(s) prima(s) fornecedora(s) do(s) nutriente(s) a ser adicionada à mistura se tratar de um produto constituído de partículas em que cada grânulo que a compõe contém o(s) nutriente(s) que se pretender adicionar e conforme o GSI do produto final, estas matérias primas devem participar com no mínimo:

1. três por cento em massa no produto final, quando este apresentar valor de GSI cuja interpretação vier delimitar tratar-se de fertilizante de baixa segregação, sendo obrigatório declarar no rótulo, na nota fiscal e DANFE o valor do GSI do produto e sua interpretação; e

2. cinco por cento em massa no produto final, quando não puder ser dado atendimento ao valor de GSI que estabelece tratar-se de fertilizante de baixa segregação, conforme item anterior, sendo facultativo declarar o seu valor e interpretação no rótulo, nota fiscal e DANFE.

b) quando se tratar de adição à mistura de dois ou mais nutrientes oriundos de diferentes matérias primas, cada fonte fornecedora desses nutrientes deve participar com no mínimo cinco por cento em massa no produto final;

c) no caso de adição de duas ou mais fontes fornecedoras de um mesmo nutriente na mistura, admite-se fazer uma pré-mistura destas fontes e adicionar no mínimo cinco por cento massa da mesma no produto final.

§ 1º A exigência prevista no inciso II deste artigo pode ser dispensada quando o estabelecimento comprovar, perante o órgão de fiscalização competente do MAPA, que dispõe de tecnologia eficiente de incorporação de macronutrientes secundários e ou de micronutrientes nos grânulos das matérias-primas fornecedoras de macronutrientes primários ou de incorporação de macronutrientes primários nos grânulos das matérias-primas fornecedoras de macronutrientes secundários e ou micronutrientes.

§ 2º A comprovação da eficiência da tecnologia de fabricação a que se refere o § 1º deste artigo se realizará pela apresentação, previamente à fabricação do produto, dos estudos de validação do processo de produção, que devem ser consistentes e cobertos por fatos comprováveis e documentados que demonstrem a adequação e a eficácia da tecnologia na obtenção de produtos uniformes e dentro dos padrões de qualidade exigidos para o fim a que se destinam.

§ 3° Os documentos a que se refere o § 2° deste artigo deverão ser anexados ao processo de registro do estabelecimento.

Seção II

Registro de Produto e Outras Exigências

Art. 12. O registro de produto será concedido pelo serviço de fiscalização competente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do MAPA - SFA da Unidade da Federação onde se localizar o requerente.

§ 1º O certificado de registro de produto conterá no mínimo o seguinte:

I - o número de registro de produto no MAPA;

II - a classificação do produto quanto à categoria;

III - o nome, o número do CNPJ e o endereço do estabelecimento produtor ou importador;

IV - garantias químicas;

V - garantia granulométrica por peneira, expressa em porcentagem de material passante (mínimo ou máximo), quando exigido para o fertilizante mineral simples constante do Anexo I;

VI - a natureza física: sólido ou fluído;

VII - os modos de aplicação;

VIII - as culturas a que atendem, no caso de fertilizante para aplicação via sementes;

IX - a origem: nacional ou importado; e

X - as observações e condicionantes relacionadas ao registro de produto, quando couber.

§ 2º Para os fertilizantes minerais simples, observado o disposto nos arts. 6º e 7º e no Anexo I, todos desta Instrução Normativa, o registro será concedido com base nas garantias químicas e físicas mínimas estabelecidas e relacionadas, respectivamente, ao teor, forma e solubilidade dos nutrientes e à granulometria (garantia granulométrica por peneira, expressa em porcentagem de material passante, quando exigido para o produto), sendo facultado ao detentor do registro declarar no rótulo da embalagem, na nota fiscal e em documento auxiliar da nota fiscal, teores de nutrientes superiores aos constantes do certificado de registro, bem como, no caso previsto na alínea "b" do inciso IV do art. 7º e observado o disposto no inciso XXVIII do art. 17, ambos desta Instrução Normativa, teores de nutrientes inferiores aos constantes do certificado de registro, dispensado novo registro de produto;

§ 3º Para os fertilizantes minerais simples em solução ou em suspensão, independentemente do modo de aplicação, uma vez atendido o disposto no art. 8º desta Instrução Normativa, o registro será concedido com base nas garantias mínimas estabelecidas, sendo facultado ao detentor do registro declarar no rótulo da embalagem, na nota fiscal e em documento auxiliar da nota fiscal que acompanha o produto, teores de nutrientes superiores aos constantes do certificado de registro, dispensado novo registro de produto.

§ 4º Para os fertilizantes minerais mistos e complexos para aplicação via solo e via fertirrigação:

I - Atendido o que estabelece o art. 9º desta Instrução Normativa, o registro será concedido com base nas garantias dos macronutrientes primários N; P; K; NP; NK; PK e NPK, observando ainda:

a) quando os macronutrientes secundários e micronutrientes forem constituintes habituais das matérias-primas que fornecem o nutriente primário, observados os limites mínimos estabelecidos nesta Instrução Normativa, os seus teores não constarão do certificado de registro, contudo o estabelecimento pode declarar os seus teores no rótulo da embalagem, na nota fiscal e em documento auxiliar da nota fiscal, sem a necessidade de um novo registro de produto;

b) quando os macronutrientes secundários e micronutrientes forem adicionados ou incorporados ao produto por ocasião de sua produção, observados os limites mínimos estabelecidos nesta Instrução Normativa e a necessidade de que pelo menos um desses macronutrientes secundários ou micronutrientes tenham teores iguais ou superiores aos teores mínimos exigidos no produto final, os seus teores não constarão do certificado de registro, contudo o estabelecimento deve declarar as correspondentes garantias no rótulo da embalagem, na nota fiscal e documento auxiliar da nota fiscal, não havendo necessidade de um novo registro de produto.

II - No caso de misturas exclusivas de macronutrientes secundários ou de micronutrientes ou de ambos, observado o disposto nas alíneas "d" e "e" do inciso I do art. 6º, nos incisos II, III e § 1º do art. 9º desta Instrução Normativa, o registro será concedido com base nas garantias oferecidas pelo requerente, constando do certificado de registro os teores totais para todos os nutrientes garantidos do produto, ficando o estabelecimento obrigado a declarar também, no rótulo, na nota fiscal e em documento auxiliar da nota fiscal que acompanha o produto, os teores solúveis em ácido cítrico ou em CNA + água, dos micronutrientes.

§ 5º Para os fertilizantes minerais mistos e complexos destinados à aplicação via hidroponia e via foliar, excetuados os fertilizantes foliares para pronto uso, o registro será concedido com base nas garantias de nutrientes informadas pelo requerente, que constarão do certificado de registro, devendo ser dado atendimento ao disposto nos incisos II e III do art. 6º e nos arts. 9º ao 11 desta Instrução Normativa.

§ 6º Para os fertilizantes com modo de aplicação via foliar, via fertirrigação e via hidroponia devem ser garantidos também, através de declaração no rótulo, na nota fiscal e em documento auxiliar da nota fiscal que acompanha o produto, os valores para:

I - solubilidade do produto sólido em água a 20ºC (vinte graus Celsius), expressa em $g.L^{-1}$ (gramas por litro).

II - maior relação soluto/solvente recomendada pelo fabricante para aplicação do produto expressa em $g.L^{-1}$ (gramas por litro) ou $mL.L^{-1}$ (mililitros por litro).

III - potencial hidrogeniônico (pH) em água na maior relação soluto/solvente recomendada pelo fabricante ou importador, exceto para os produtos com modo de aplicação via foliar e fertirrigação.

IV - índice salino, exceto para os produtos com modo de aplicação via foliar.

V - condutividade elétrica, expressa em $mS.cm^{-1}$ (miliSiemens por centímetro), na maior relação soluto/solvente recomendada pelo fabricante ou importador, exceto para os produtos com modo de aplicação via foliar.

§ 7º Para o registro de fertilizante para aplicação via semente deve ser apresentado resultado de trabalho de pesquisa conclusivo que demonstre que o produto nas dosagens recomendadas não afeta o potencial fisiológico das sementes, devendo ser informados também, por meio de declaração no rótulo, na nota fiscal e em documento auxiliar da nota fiscal que acompanha o produto, os valores para índice salino e condutividade elétrica e as dosagens recomendadas.

§ 8º Para elaboração e condução do trabalho de pesquisa a que se refere o parágrafo anterior deste artigo, devem ser observados os requisitos mínimos estabelecidos pelo MAPA.

§ 9º O registro de produto novo será concedido de acordo com o disposto no art. 15 do Anexo do Decreto nº 4.954, de 2004, e com o que estabelece os arts. 36 a 42 da Instrução Normativa MAPA nº 53, de 2013.

§ 10. No caso de registro de novos fertilizantes minerais fornecedores de Silício (teor total), a critério do órgão de fiscalização, pode ser exigido, alternativamente ao disposto no parágrafo anterior deste artigo, apenas o teste de incubação no solo, realizado por instituição de pesquisa oficial ou instituição privada credenciada, sendo que a metodologia do teste de incubação no solo será definida pelo órgão técnico competente e publicada no sítio eletrônico do MAPA.

§ 11. A adição ou incorporação de fontes fornecedoras de macronutrientes secundários, micronutrientes ou ambos a um fertilizante mineral simples mononutriente ou binário constante do Anexo I desta Instrução Normativa em quantidade superior a 1% em massa do produto final, resultando em um fertilizante mineral misto, o registro deste será concedido com base na garantia de cada nutriente, valendo apenas para aqueles níveis de garantias que constarão do certificado de registro de produto.

§ 12. O processamento dos produtos fabricados sob encomenda de que trata o parágrafo único do art. 29 do Anexo do Decreto nº 4.954, de 2004, deve ser realizado mediante solicitação formal do consumidor final ao estabelecimento, acompanhado de recomendação técnica firmada por profissional habilitado, devendo o estabelecimento manter na unidade de produção, pelo prazo de vinte e quatro meses, toda a documentação pertinente ao pedido.

§ 13. Entende-se por produto fabricado sob encomenda de que trata o § 12 deste artigo, o fertilizante mineral binário ou ternário, cuja soma NPK, NP, NK ou PK não atenda o disposto no inciso I alínea "a" do art. 9º da Instrução Normativa nº 46/2016.

Art. 13. Para os fertilizantes fluidos, independente do modo de aplicação, deve ser declarado no rótulo, na nota fiscal e em documento auxiliar da nota fiscal que acompanha o produto, a densidade do produto.

Art. 14. Podem ser registrados como fertilizantes minerais, observado o disposto nesta Instrução Normativa, os produtos contendo matéria orgânica e que não atendam às garantias mínimas estabelecidas em ato normativo específico para os fertilizantes organominerais, em relação ao Carbono Orgânico, devendo ser informado no rótulo o teor em porcentagem deste componente.

Art. 15. As matérias-primas "Minérios Concentrados" constantes do Anexo V desta Instrução Normativa podem ser utilizadas para a fabricação de fertilizantes minerais simples e complexos, observado o seguinte:

I - Somente os estabelecimentos registrados no MAPA como produtores de fertilizantes minerais simples e complexos podem receber e utilizar essas matérias-primas para a fabricação destes fertilizantes.

II - O processo de produção deve ser capaz de transformar os minérios relacionados no Anexo V desta Instrução Normativa em produtos que apresentem os nutrientes nas formas químicas assimiláveis pelas plantas.

III - O Estabelecimento Produtor não pode adquirir de fornecedores de minérios concentrados que não estejam cadastrados no MAPA as matérias-primas previstas no Anexo V desta Instrução Normativa.

Art. 16. Fica vedada a utilização direta de matérias-primas fornecedoras de Manganês que apresentem este elemento na forma de Bióxido de Manganês (MnO_2) e dos minérios concentrados constantes do Anexo V desta Instrução Normativa para fabricação de fertilizantes minerais mistos.

CAPÍTULO III

DA EMBALAGEM, ROTULAGEM, DOCUMENTOS FISCAIS E PROPAGANDA

Art. 17. Para serem vendidos ou expostos à venda em todo o território nacional, os fertilizantes, quando acondicionados ou embalados, ficam obrigados a exibir rótulos em embalagens apropriadas redigidos em português, que contenham como dados obrigatórios:

§ 1º - Em relação ao estabelecimento produtor ou importador:

I - nome empresarial;

II - endereço;

III - CNPJ; e

IV - número de registro do estabelecimento no MAPA.

§ 2º Em relação ao produto:

I - a classificação do produto quanto à categoria:

a) fertilizante mineral simples;

b) fertilizante mineral simples em solução;

c) fertilizante mineral simples em suspensão;

d) fertilizante mineral misto; e

e) fertilizante mineral complexo.

II - Quando fertilizante mineral simples, fertilizante mineral simples em solução ou fertilizante mineral simples em suspensão, além da classificação quanto à categoria, o seu nome, conforme descrito no Anexo I desta Instrução Normativa.

III - o modo de aplicação:

a) via solo;

b) via foliar;

c) via fertirrigação;

d) via hidroponia;

e) via semente.

IV - quando se tratar de fertilizante foliar para pronto uso, deve constar da embalagem a seguinte frase: FERTILIZANTE FOLIAR PARA PRONTO USO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - peso ou volume - em quilogramas ou litros ou seus múltiplos ou submúltiplos;

VI - a expressão: "Indústria Brasileira" ou "Produto Importado" ou "Produto importado de (nome do país) e embalado no Brasil".

VII - nome empresarial do fabricante e nome do país de origem, no caso de produto importado registrado no MAPA como tal;

VIII - o número do registro do produto ou o número da autorização do MAPA ou a expressão: "Produzido sob Encomenda" ou "Varredura" ou "Varredura de Fertilizantes" ou "Fórmula Base";

IX - as garantias do produto, observado o disposto nos arts. 4º, 5º e 6º desta Instrução Normativa;

X - As garantias relacionadas à especificação de natureza física:

a) quando sólido:

1. granulado, mistura de grânulos, microgranulado, farelado, pó ou pastilha;

2. as especificações próprias granulométricas de peneiras dos fertilizantes minerais simples descritas no Anexo I desta Instrução Normativa, com a indicação das peneiras e os respectivos percentuais de partículas passantes ou retidas;

3. para os fertilizantes minerais com especificação de natureza física "farelado" e para os que não atendam as especificações de natureza física mencionadas no item 1 desta alínea, no rótulo, quando se tratar de produto embalado, ou na nota fiscal e documento auxiliar da nota fiscal, quando se tratar de produto a granel, deve ser informado, caso a caso, o disposto nos §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 3º desta Instrução Normativa.

4. para os produtos solúveis com aplicação via foliar, via fertirrigação, via hidroponia e via semente, fica dispensada a indicação de especificação granulométrica.

b) quando fluido:

1. solução;

2. suspensão;

3. suspensão concentrada.

XI - indicação da densidade, quando se tratar de fertilizantes fluidos;

XII - as garantias relacionadas ao potencial hidrogeniônico em água na maior relação soluto/solvente recomendada pelo fabricante ou importador, para fertilizantes com modo de aplicação via hidroponia;

XIII - as garantias relacionadas ao índice salino para fertilizantes com modo de aplicação via fertirrigação, via hidroponia e via semente;

XIV - as garantias relacionadas à condutividade elétrica, expressa em mS/cm (miliSiemens por centímetro), na maior relação soluto/solvente recomendada pelo fabricante ou importador para fertilizantes com modo de aplicação via fertirrigação, via hidroponia e via semente;

XV - a informação sobre a maior relação soluto/solvente recomendada pelo fabricante para aplicação do produto expressa em $g.L^{-1}$ (gramas por litro) ou $mL.L^{-1}$ (mililitros por litro), para fertilizantes com modo de aplicação via fertirrigação, via hidroponia e via foliar, exceto para "fertilizante foliar para pronto uso";

XVI - a informação sobre a solubilidade do produto sólido em água a 20ºC (vinte graus Celsius), expressa em $g.L^{-1}$(gramas por litro), para fertilizantes com modo de aplicação via fertirrigação, via hidroponia e via foliar, exceto os foliares para pronto uso;

XVII - as matérias-primas componentes do produto;

XVIII - o número do lote;

XIX - data de fabricação e o prazo de validade, ou a data de fabricação e a data de validade;

XX - as informações sobre armazenamento, as limitações de uso e as instruções para uso e transporte;

XXI - para produtos fabricados por terceiros, a expressão: "Produzido por (seguido do número de registro do estabelecimento produtor contratado)";

XXII - quando utilizado agente quelante ou complexante, o seu nome ou o do grupo ao qual pertença, tal qual o Anexo II desta Instrução Normativa;

XXIII - quando usado aditivo, o seu nome ou o do grupo ao qual pertença e a porcentagem de sua participação no produto final;

XXIV - para os fertilizantes minerais mistos, quando utilizada carga, o nome desta de acordo com o Anexo IV desta Instrução Normativa e a porcentagem de sua participação no produto final;

XXV - para os fertilizantes minerais mistos para aplicação via solo e via fertirrigação, quando utilizados na sua fabricação matérias-primas fornecedoras de cálcio, magnésio ou ambos, na forma química de carbonato, de hidróxido, de óxido ou de silicato, sejam eles minerais simples, complexos ou mistos, deverá ser declarada a porcentagem de sua participação no produto final, conforme as expressões seguintes para cada caso:

a) no caso de utilização de um mineral simples como matéria-prima: "Contém .....% de (nome do fertilizante mineral simples tal qual o Anexo I desta Instrução Normativa), por exemplo: "Contém 20% de carbonato de cálcio e magnésio";

b) no caso de utilização de um fertilizante mineral complexo ou misto como matéria-prima: "Contém ....% de (os nomes dos fertilizantes minerais simples usados na fabricação dessa matéria-prima tal qual o Anexo I desta Instrução Normativa), por exemplo: "Contém 15% de (carbonato de cálcio + óxido de magnésio)".

XXVI - Culturas indicadas, no caso dos fertilizantes para aplicação via foliar, via semente e via hidroponia;

XXVII - para os fertilizantes para aplicação via fertirrigação, via semente, via hidroponia e via foliar, exceto "fertilizante foliar para pronto uso":

a.dose (quilograma ou litros de produto por hectare ou quilogramas ou litros de produto por quilograma de sementes);

b) facultativamente a relação de diluição em água para aplicação do produto (quilogramas ou litros de produto por cem litros de água);

XXVIII - no caso de adição exclusiva de agentes quelantes, complexantes e aditivos autorizados no fertilizante mineral simples em quantidade superior a 1% em massa do produto final, conforme previsto na alínea "b" do inciso IV do art. 7º desta Instrução Normativa, constar, sem prejuízo dos incisos XXII e XXIII deste artigo, o nome do fertilizante mineral simples por extenso seguido da seguinte expressão: "+ (o nome ou grupo do agente quelante ou complexante ou o nome ou grupo do Aditivo)", por exemplo: "Ureia + NBPT".

§ 3º Sem prejuízo do disposto no Regulamento da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, e em legislação complementar, é vedado constar no rótulo ou em materiais de propaganda dos produtos abrangidos por esta Instrução Normativa, qualquer que seja o meio de divulgação, indicações de parâmetros que não possuam metodologia de aferição aprovada pelo MAPA.

§4º Outras propriedades do produto podem ser declaradas no rótulo, na nota fiscal e no documento auxiliar da nota fiscal, desde que possam ser medidas quantitativamente, sejam indicadas as metodologias de determinação e garantidas as quantidades declaradas;

§ 5º Para os casos previstos no §4º deste artigo, a declaração no rótulo, na nota fiscal e no documento auxiliar da nota fiscal fica condicionada à aprovação, pela área técnica competente do MAPA, da aplicação da metodologia indicada

§ 6º Para os produtos que tenham no certificado de registro a indicação de mais de um modo de aplicação, o rótulo, quando se tratar de produto embalado, ou a nota fiscal e documento auxiliar da nota fiscal, quando se tratar de produto a granel, devem trazer todas as informações exigidas para cada modo de aplicação.

§ 7º A varredura, quando comercializada embalada, deve conter apenas a identificação do número de registro do estabelecimento no MAPA e a denominação "VARREDURA" ou "VARREDURA DE FERTILIZANTE".

§ 8º A documentação de propaganda e de venda das matérias-primas "Minérios Concentrados" constantes do Anexo V desta Instrução Normativa devem trazer a seguinte expressão: "MATÉRIA-PRIMA (nome conforme o Anexo V) PARA A PRODUÇÃO DE FERTILIZANTE".

§ 9º A dose do produto a que se refere a alínea "a" do inciso XXVII deste artigo, deve ser compatível, do ponto de vista agronômico, com as necessidades nutricionais das culturas para as quais o produto é recomendado, tendo em conta a via de aplicação e a finalidade de uso do produto no fornecimento de nutrientes.

§ 10. Na indicação das matérias-primas componentes do produto no rótulo da embalagem, quando se tratar de produto acondicionado, ou na nota fiscal e documento auxiliar da nota fiscal, quando se tratar de produto comercializado a granel, pode ser utilizada a abreviação autorizada pelo órgão central de fiscalização do MAPA.

§ 11. Quando se fizer necessário é facultado ao detentor de registro do produto, fazer uso de folheto complementar trazendo informações relativas às garantias, armazenagem, indicações e restrições de uso, dosagem, culturas, dentre outras informações, a embalagem, a nota fiscal e o documento auxiliar da nota fiscal devem fazer menção da existência do folheto complementar.

Art. 18. As embalagens e as notas fiscais e documentos auxiliares podem conter outros dados, desde que estes não dificultem a visibilidade e a compreensão dos dados obrigatórios e não induzam o consumidor a erro ou confusão quanto à natureza, composição, segurança, eficácia, adequação de uso e finalidade do produto.

Art. 19. Quando o produto ou material apresentar risco proeminente à saúde humana, animal e ao meio ambiente, o estabelecimento fica obrigado a informar na embalagem, rótulo, Nota Fiscal e documento auxiliar da nota fiscal ou, alternativamente e em observância ao disposto no § 11 do art. 17 desta Instrução Normativa, fazer uso de folheto complementar com instruções sobre os cuidados, as restrições e as precauções de uso do produto.

Parágrafo único. Quando se fizer necessário o uso de folheto complementar trazendo informações relativas à armazenagem, indicações e restrições de uso, dosagem, culturas, dentre outras, a embalagem, a nota fiscal e o documento auxiliar da nota fiscal devem fazer menção da sua existência.

CAPÍTULO IV

DAS TOLERÂNCIAS

Art. 20. Para os resultados analíticos obtidos, serão admitidas tolerâncias em relação às garantias do produto, observados os seguintes limites:

§ 1º Para deficiência, os limites de tolerância não podem ser superiores a:

I - com relação aos macronutrientes primários e soma destes, macronutrientes secundários e micronutrientes garantidos dos produtos:

Teores Garantidos (Tg) em %	Tolerância (T) Para Fertilizantes Minerais Simples e Complexos	Tolerância (T) Para Fertilizantes Minerais Mistos
Até 0,1	25%	30%
Acima de 0,1 até 1	20%	25%
Acima de 1 até 5	$T_{(p.p.)}$ = (0,1375 x Tg) + 0,0625	$T_{(p.p.)}$ = (0,1875 x Tg) + 0,0625
Acima de 5 até 10	$T_{(p.p.)}$ = (0,0500 x Tg) + 0,5000	$T_{(p.p.)}$ = (0,0500 x Tg) + 0,7500
Acima de 10 até 40	$T_{(p.p.)}$ = (0,0333 x Tg) + 0,6667	$T_{(p.p.)}$ = (0,0417 x Tg) + 0,8333
Acima de 40	2 p.p.	2,5 p.p.

II - Com relação à granulometria dos produtos para as partículas passantes (mínimo):

Peneira	Tolerância
4,8mm (ABNT nº 4)	Até 2 unidades para menos, no mínimo, passante.
3,36mm (ABNT nº 6)	Até 5 unidades para menos, no mínimo, passante.
2,8mm (ABNT nº 7)	Até 5 unidades para menos, no mínimo, passante.
2,0mm (ABNT nº 10)	Até 5 unidades para menos, no mínimo, passante
0,84mm (ABNT nº 20)	Até 5 unidades para menos, no mínimo, passante
0,3 mm (ABNT nº 50)	Até 5 unidade para menos, no mínimo, passante.
0,15 mm (ABNT n° 100)	Até 5 unidades para menos, no mínimo, passante.
0,075 mm (ABNT n° 200)	Até 5 unidades para menos, no mínimo, passante.

III - com relação ao potencial hidrogeniônico (pH): 1,0 unidade para menos.

IV - para outros componentes garantidos ou declarados do produto: até 20%.

§ 2º Para excesso, os limites de tolerância não podem ser superiores a:

I - com relação à granulometria dos produtos para as partículas passantes (máximo):

Peneira	Tolerância
2,0mm (ABNT nº 10)	até 5 unidades para mais, no máximo, passante.
1,0mm (ABNT nº 18)	Até 1 unidade para mais, no máximo, passante.
0,84mm (ABNT nº 20)	até 5 unidades para mais, no máximo, passante.
0,5mm (ABNT nº35)	Até 5 unidades para mais, no máximo, passante.

II - com relação aos nutrientes garantidos ou declarados dos fertilizantes para aplicação via solo, fertirrigação, foliar, hidroponia e semente:

a) para os fertilizantes para aplicação via solo:

1. para Boro (B), até 1,5 (uma e meia) vez o teor declarado, quando produzido ou comercializado em misturas, e até 1/4 (um quarto) do valor declarado quando produzido ou comercializado isoladamente;

2. para Cobre (Cu), Manganês (Mn) e Zinco (Zn), até 3 (três) vezes o teor declarado desses nutrientes, quando produzidos ou comercializados em misturas com macronutrientes primários e/ou em misturas de micronutrientes e/ou em misturas de micronutrientes com macronutrientes secundários e até 1/4 (um quarto) do valor declarado, quando produzidos ou comercializados isoladamente;

b) para os macronutrientes e micronutrientes dos fertilizantes com modo de aplicação via fertirrigação, foliar, hidroponia e semente:

TEOR DO ELEMENTO (%)	TOLERÂNCIA
Até 1	2 vezes o teor garantido
Acima de 1 até 5	1 vez o teor garantido
Acima de 5	0,5 vez o teor garantido

III - com relação à condutividade elétrica e ao índice salino: até 20% do valor garantido.

IV - Com relação ao potencial hidrogeniônico (pH): 1,0 unidade para mais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - Com relação a presença de resíduos sólidos em fertilizantes sólidos solúveis ou fluidos em solução com modo de aplicação via foliar, será permitido até um por cento em peso de resíduo sólido do produto acabado, na maior relação soluto/solvente recomendada pelo fabricante ou importador;

VI - Com relação ao Índice de Dispersão de Partículas (GSI): até duas unidades para mais.

§ 3º Os resultados obtidos no cálculo das tolerâncias admitidas de que trata o inciso I do § 1º deste artigo, podem ser arredondados pelo critério de truncamento em uma, duas ou três casas decimais, de conformidade com o número de casas decimais em que os resultados analíticos sejam indicados nos laudos ou certificados de análises do controle de qualidade dos estabelecimentos ou nas análises de fiscalização ou perícia.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os produtos amostrados com finalidade de comprovar sua conformidade, identidade e segurança podem ter todos os seus componentes garantidos e declarados analisados, ou apenas parte desses, da mesma forma podem ser analisados outros componentes não garantidos ou declarados de interesse investigativo.

Art. 22. O pedido de inclusão de produtos fertilizantes, de agentes quelantes e complexantes, de aditivos, de materiais utilizados como carga e de minérios concentrados, não previstos nos Anexos I, II, III, IV e V desta Instrução Normativa, será feito mediante apresentação ao órgão de fiscalização competente do MAPA dos elementos informativos e documentais técnicos conclusivos que justifiquem o uso proposto.

§ 1º O pedido de inclusão dos insumos de que trata o caput deste artigo será analisado pelo serviço de fiscalização da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do MAPA da Unidade da Federação onde se localiza a sede do interessado, que instruirá o processo pela emissão de parecer conclusivo e o encaminhará ao órgão central de fiscalização do MAPA para decisão final quanto ao deferimento ou não da solicitação.

§ 2º Deferido o pedido, o Anexo relacionado ao insumo objeto do pedido de inclusão, deve ser atualizado no endereço eletrônico do MAPA.

§ 3º Fica vedada a utilização de aditivos sem função comprovada em fertilizantes e cuja ação tóxica pode causar graves danos à saúde humana e animal, ao desenvolvimento e produção vegetal, ao meio ambiente e a qualidade e segurança do fertilizante ao qual foi incorporado.

Art. 23. Para a produção e comercialização de fertilizantes minerais simples, mistos e complexos, independentemente do modo de aplicação, tendo em vista o disposto no art. 27 do Regulamento da Lei nº 6.894, de 1980, aprovado pelo Decreto nº 4.954, de 2004, o fabricante deve considerar o seguinte:

I - para os fertilizantes minerais mistos, observada a compatibilidade das matérias-primas utilizadas:

a) para o fechamento das formulações em cem por cento (100%), não havendo divergência entre o resultado obtido no controle de qualidade das matérias-primas utilizadas e o teor nominal destas, o fabricante deve utilizar o teor nominal ou o menor teor, abaixo do teor nominal da matéria-prima utilizada, encontrado nas análises;

b) havendo divergência entre os resultados analíticos obtidos no controle de qualidade das matérias-primas e o teor nominal garantido pelos fornecedores destas, o estabelecimento produtor deve formular o fertilizante utilizando o resultado das análises de controle de qualidade, podendo optar, no caso de divergência para mais, pelo valor da garantia nominal da matéria-prima utilizada;

c) a armazenagem em um único boxe de duas ou mais matérias-primas de mesma especificação, mas de origens, lotes ou partidas distintas, obriga o estabelecimento a usar, para efeito de fechamento de fórmula, o menor valor nominal dos nutrientes garantidos dentre essas matérias-primas estocadas no mesmo boxe, caso não haja divergência, ou o menor teor de análise, abaixo da garantia nominal, encontrado nas análises de controle de qualidade das mesmas, caso haja divergência;

d) para efeito de fechamento de fórmula, tendo por base o cálculo teórico obtido a partir das matérias-primas utilizadas, o valor apurado deve ser arredondado pelo critério de truncamento, conforme o § 4º do art. 9º desta Instrução Normativa.

II - para os fertilizantes minerais simples e complexos:

a) não havendo divergência entre o resultado obtido no controle de qualidade das matérias-primas e o seu teor nominal, deve ser utilizado o teor nominal ou o menor teor, abaixo do teor nominal, encontrado nas análises;

b) havendo divergência entre os resultados analíticos obtidos no controle de qualidade das matérias-primas e o teor nominal garantido pelos fabricantes destas, o estabelecimento deverá declarar o teor do nutriente encontrado nas análises de controle de qualidade;

c) a armazenagem em um único boxe de duas ou mais matérias-primas de mesma especificação, mas de origens, lotes ou partidas distintas, obriga o estabelecimento a usar o menor valor nominal dos nutrientes garantidos dentre essas matérias-primas estocadas no mesmo boxe, caso não haja divergência, ou o menor teor de análise, abaixo da garantia nominal, encontrado nas análises de controle de qualidade das mesmas, caso haja divergência;

§ 1º A inobservância dos incisos I e II deste artigo, configura infringência ao disposto no art. 27 do Anexo do Regulamento da Lei nº 6.894, de 1980, aprovado pelo Decreto nº 4.954, de 2004.

§ 2º Os valores de divergência a serem considerados são os estabelecidos no art. 24 da Instrução Normativa nº 53, de 23 de outubro de 2013.

§ 3º Os materiais secundários de que trata o art. 16 do Anexo do Decreto nº 4.954, de 2004, podem, na condição de matéria-prima, ser utilizados na fabricação de fertilizantes minerais.

Art. 24. Sem prejuízo do disposto nos arts. 34 e 35 do Anexo do Decreto nº 4.954, de 2004, fica vedada a comercialização e propaganda de fertilizante, qualquer que seja o meio de divulgação, que contenha indicação de uso diferente do modo de aplicação constante do certificado de registro do produto, bem como informações susceptíveis de induzir o consumidor a erro ou confusão quanto à sua origem, natureza, composição, qualidade, finalidade e aplicação, incluindo aí os agentes quelantes ou complexantes, aditivos e carga constantes, respectivamente, dos Anexos II, III e IV desta Instrução Normativa.

Art. 25. Serão aplicadas as sanções previstas no Decreto nº 4.954, de 2004, aos infratores das normas disciplinadas nesta Instrução Normativa.

Art. 26. Os estabelecimentos terão prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Instrução Normativa, para, no que couber, se adequarem às novas exigências nela previstas.

Parágrafo único. Os produtos produzidos e comercializados em data anterior à publicação desta Instrução Normativa ficam dispensados de adequar as informações de rotulagem às novas exigências.

Art. 27. As dúvidas suscitadas na execução desta Instrução Normativa serão resolvidas pelo órgão central de fiscalização do MAPA.

Art. 28. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Fica revogada a Instrução Normativa nº 46, de 22 de novembro de 2016.

BLAIRO MAGGI

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DOS FERTILIZANTES MINERAIS SIMPLES

FERTILIZANTE	GARANTIA MÍNIMA		OBTENÇÃO	OBSERVAÇÃO
	TEOR E FORMA DO NUTRIENTE	SOLUBILIDADE DO NUTRIENTE/ GRANULOMETRIA		
Acetato de Amônio (CH_3COONH_4)	16% de N	Nitrogênio solúvel em água	Obtido pela reação da amônia com Ácido Acético	
Acetato de Cálcio ($Ca(C_2H_3O_2)_2.H_2O$)	18% de Ca	Cálcio solúvel em água	Reação de Ácido Acético com Calcita.	
Acetato de Cobalto ($Co(C_2H_3O_2)_2.4H_2O$)	18% de Co	Cobalto solúvel em água	Reação de Ácido Acético e Óxido de Cobalto	
Acetato de Cobre ($Cu(C_2H_3O_2)_2.2H_2O$)	23% de Cu	Cobre solúvel em água	Reação de Ácido Acético e Óxido de Cobre	
Acetato de Ferro ($FeOH(C_2H_3O_2)_2$)	23% de Fe	Ferro teor total	Reação de Ácido Acético com Hematita.	
Acetato de Magnésio ($Mg(C_2H_3O_2)_2$)	13% de Mg	Magnésio solúvel em água	Reação de Ácido Acético com Magnesita.	
Acetato de Manganês ($Mn(C_2H_3O_2)_2$)	25% de Mn	Manganês solúvel em água	Reação de Ácido Acético com Óxido Manganoso.	
Acetato de Potássio ($KC_2H_3O_2$)	38% de K_2O	Potássio solúvel em água	Reação de Ácido Acético com Potassa.	
Acetato de Zinco ($Zn(C_2H_3O_2)_2$)	28% de Zn	Zinco solúvel em água	Reação de Ácido Acético com Óxido de Zinco.	
Ácido Bórico (H_3BO_3)	17% de B	Boro solúvel em água	Obtenção a partir de Borato de Sódio ou Cálcio, tratado com Ácido Sulfúrico ou Clorídrico.	
Ácido Fosfórico (H_3PO_4)	40% de P_2O_5	P_2O_5 solúvel em água	Reação da rocha fosfática com Ácido Sulfúrico.	
Alga Marinha Lithothamnium.	32% de Ca 2% de Mg	Cálcio e Magnésio teores totais.	Extração e moagem a pó de depósitos naturais de algas marinhas lithothamnium.	Especificação de natureza física: Pó. Este produto pode ser granulado desde que seja produzido a partir da especificação de natureza física pó e seja utilizado agente desagregante.
Amônia Anidra	82% de N	Nitrogênio (N) teor total N na forma amoniacal (NH_3)	Síntese catalítica entre o Nitrogênio do ar atmosférico e o Hidrogênio proveniente do craqueamento de hidrocarboneto.	
Aquamônia	10% de N	Nitrogênio (N) teor total N na forma amoniacal (solução aquosa)	Reação da Amônia Anidra com água.	
Bicarbonato de Amônio (NH4HCO3)	17,5% de N	Nitrogênio (N) teor total N na forma amoniacal.	Reação da amônia e gás carbônico em meio aquoso.	
Borato de Monoetanolamina	8% de B	Boro solúvel em água	Éster de Ácido Bórico com monoetanolamina	
Borato de zinco ($2ZnO.3B_2O_3.nH_2O$)	14% de B 29% de Zn	Boro teor total Zinco teor total	Reação do óxido de zinco com ácido bórico	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bórax ($Na_2B_4O_7.\ nH_2O$)	10% de B	Boro teor total	a) a partir da reação do Anidrido Bórico com Hidróxido de Sódio. b) a partir da reação a quente de ácido bórico com metaborato de sódio ($2\ H_3BO_3 + 2\ NaBO_2 \rightarrow Na_2B_4O_7 + 3\ H_2O$)	
Borra de Enxofre	50% de S	Enxofre teor total.	A partir do beneficiamento (secagem, moagem e peneiramento) do material resultante da filtração de Enxofre utilizado na produção de Ácido Sulfúrico.	Esse produto pode ser dispensado de registro quando, na condição de material secundário e mediante autorização do MAPA, for comercializado tal qual para estabelecimento produtor de fertilizante como matéria-prima para a fabricação de Borra de Enxofre ou outro fertilizante.
Borra de Fosfato de Ferro e Zinco	20% de P_2O_5 10% de Fe 3% de Zn	P_2O_5 teor total e mínimo de 18% P_2O_5 solúvel em CNA + água. Zinco e Ferro teores totais	A partir do beneficiamento (secagem e moagem) do material sedimentado neutralizado, oriundo do tratamento de chapa metálica com ácido fosfórico e zinco.	Esse produto pode ser dispensado de registro quando, na condição de material secundário e mediante autorização do MAPA, for comercializado tal qual para estabelecimento produtor de fertilizante como matéria-prima para a fabricação de Borra de Fosfato de Ferro e Zinco ou outro fertilizante.
Carbonato de Cálcio ($CaCO_3$)	32% de Ca	Cálcio teor total na forma de Carbonato.	1) moagem e tamisação da rocha calcária calcítica; 2) precipitação do leite de cal; 3) moagem de conchas marinhas.	Especificação de natureza física: pó. Este produto pode ser granulado desde que seja produzido a partir da especificação de natureza física pó e seja utilizado agente desagregante. Pode conter até 3% de Mg.
Carbonato de Cálcio e Magnésio ($(CaMg)(CO_3)_2$	18% de Ca 3% de Mg	Cálcio e Magnésio teores totais na forma de Carbonato.	Moagem e tamisação da rocha calcária dolomítica	Especificação de natureza física: pó. Este produto pode ser granulado desde que seja produzido a partir da especificação de natureza física pó e seja utilizado agente desagregante.
Carbonato de Cobalto ($CoCO_3$)	42% de Co	Cobalto teor total.	A partir da reação do $Co(NO_3)_2.6H_2O$ com Carbonato de Sódio.	
Carbonato de Cobre ($CuCO_3.Cu(OH)_2$)	48% de Cu	Cobre teor total.	A partir da reação de $CuSO_4.5H_2O$ com Carbonato de Sódio.	
Carbonato de Ferro ($FeCO_3$)	41% de Fe	Ferro teor total.	A partir da reação de $FeCl_2$ com Carbonato de Sódio.	
Carbonato de Magnésio ($MgCO_3$)	25% de Mg	Magnésio teor total.	Moagem e tamisação da Magnesita.	Especificação de natureza física: pó. Este produto pode ser granulado desde que seja produzido a partir da especificação de natureza física pó e seja utilizado agente desagregante.
Carbonato de Manganês ($MnCO_3$)	40% de Mn	Manganês teor total.	A partir da reação de Sulfato de Manganês (MnSO4) com Carbonato de Sódio ou Bicarbonato de Amônio (NH4HCO3)	
Carbonato de Níquel ($NiCO_3$)	39% de Ni	Níquel teor total.	Reação do Sulfato de Níquel com Carbonato de Sódio com posterior purificação.	
Carbonato de Potássio (K_2CO_3)	66% de K_2O	K_2O solúvel em água.	Precipitação do Cloreto de Potássio (KCl) com Bicarbonato de Sódio (Na_2CO_3)	
Carbonato de Zinco ($ZnCO_3$)	49% de Zn	Zinco teor total.	A partir da reação de $ZnSO_4$ com Carbonato de Sódio	

Cianamida de cálcio	18% de N 26% de Ca	Nitrogênio teor total com, no mínimo, de 75% na forma cianamídica, podendo conter até 3% de Nitrogênio na forma de Nitrato de Cálcio.	A partir da reação de carbeto de cálcio com nitrogênio com adição de nitrato.	
Citrato de Potássio ($K_2C_6H_5O_7.H_2O$)	42% de K_2O	K_2O solúvel em água.	Por meio da reação do Ácido Cítrico com o Hidróxido de Potássio ou Carbonato de Potássio.	
Cloreto Cúprico ($CuCl_2.6H_2O$)	20% de Cu	Cobre solúvel em água.	Reação do Carbonato de Cobre com Ácido Clorídrico.	Mínimo de 23% de Cloro (Cl).
Cloreto de Amônio (NH_4Cl)	25% de N	O Nitrogênio deverá estar na forma Amoniacal.	1) Neutralização do Ácido Clorídrico por Amônia. 2) Reação entre Carbonato de Amônio e Cloreto de Sódio.	Mínimo de 62% de Cloro (Cl).
Cloreto de Cálcio ($CaCl_2.2H_2O$)	24% de Ca	Cálcio solúvel em água.	Reação do Óxido de Cálcio com Ácido Clorídrico.	Mínimo de 43% de Cloro (Cl).
Cloreto de Cobalto ($CoCl_2.2H_2O$)	34% de Co	Cobalto solúvel em água.	Reação do Carbonato de Cobalto com Ácido Clorídrico.	Mínimo de 40% de Cloro (Cl).
Cloreto de Magnésio ($MgCl_2.6H_2O$)	10% de Mg	Magnésio solúvel em água.	Reação de Óxido de Magnésio (MgO) com Ácido Clorídrico.	Mínimo de 26% de Cloro (Cl).
Cloreto de Manganês ($MnCl_2.4H_2O$)	25% de Mn	Manganês solúvel em água.	A partir da reação de Óxido de Manganês (MnO_2) com Ácido Clorídrico	Mínimo de 32% de Cloro (Cl).
Cloreto de Potássio (KCl)	50% de K_2O	K_2O solúvel em água.	A partir de sais brutos de Potássio por dissoluções seletivas, flotação ou outros métodos de separação.	Mínimo de 39% de Cloro (Cl).
Cloreto de Zinco ($ZnCl_2$)	24% de Zn	Zinco solúvel em água.	A partir da reação de Óxido de Zinco (ZnO) com Ácido Clorídrico.	Mínimo de 26% de Cloro (Cl).
Cloreto Férrico ($FeCl_3.6H_2O$)	15% de Fe	Ferro solúvel em água.	A partir da reação de Ferro (Fe) com Ácido Clorídrico.	Mínimo de 30% de Cloro (Cl).
Cloreto Ferroso ($FeCl_2.4H_2O$)	23% de Fe	Ferro solúvel em água.	A partir da reação de Ferro (Fe) com Ácido Clorídrico em presença de redutor.	Mínimo de 30% de Cloro (Cl).
Colemanita ($CaO.\ 3B_2.O_3\ 5H_2O$ ou $CaB_4O_7.15H_2O$)	8% de B	Boro total na forma de Borato de Cálcio Especificação de natureza física: pó.	Beneficiamento físico do mineral natural.	Mínimo de 6 % de Ca. Como matéria-prima para a fabricação de fertilizante, fica dispensada a exigência de especificação de natureza física.
Composto natural de folhelho carbonoso com carbonato de cálcio e magnésio ($(CaMg)(CO_3)_2+FeS_2$	8% de Ca 6% de Mg 1,2% de S	Ca, Mg e S teores totais	Moagem e tamisação do composto natural constituído das rochas folhelho carbonoso com carbonato de cálcio e magnésio	Especificação de natureza física: pó. Este produto pode ser granulado desde que seja produzido a partir da especificação de natureza física pó e seja utilizado agente desagregante.
Enxofre Elementar (Sº)	95% de S	Enxofre teor total. Especificação de natureza física: Pó	Extração de depósitos naturais de Enxofre ou a partir da pirita, subproduto de gás natural, gases de refinaria e fundições do carvão. Pode ser obtido também do Sulfato de Cálcio ou Anidrita.	1) Para uso direto na agricultura, exigida especificação de natureza física pó. 2) Como matéria-prima para a fabricação de ácido sulfúrico ou outros fins, fica dispensada a exigência de especificação de natureza física.
Enxofre Granulado	90% de S	Enxofre teor total. Especificação de natureza física: Granulado.	A partir da fusão de enxofre com moagem e adição de agente desagregante, seguida de mistura, homogeneização e granulação do produto final.	Deve ser adicionado ao enxofre fundido, no mínimo, 9,5% de bentonita em p/p do produto final.
Farinha de Osso Calcinado	18% de P_2O_5	Fósforo determinado como P_2O_5 total e mínimo de 16% solúvel em ácido cítrico a 2% na relação 1:100.	Calcinação e moagem a pó de ossos.	Deve conter, no mínimo, 15% de Cálcio.
Farinha de Osso Autoclavado	9% de P_2O_5 1% de N	Fósforo determinado como P_2O_5 total e mínimo de 8% solúvel em ácido cítrico a 2% na relação 1:100 Nitrogênio Total	Autoclavagem de ossos processados por ação de vapor saturado direto, a mais de 140ºC, sob pressão superior a 7 Bar, por, no mínimo, 3 (três) horas e moagem a pó.	Deve conter 3% ou mais de Carbono Orgânico. Mínimo de 14% de Cálcio.
Fonolito	8% de K_2O 25% de Si	K_2O teor total e mínimo de 1% solúvel em Ácido Cítrico a 2% na relação 1:100. Silício teor total.	Moagem e tamisação do mineral natural Fonolito.	Este produto pode ser granulado desde que seja produzido a partir da especificação de natureza física autorizada e seja utilizado agente desagregante.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Granulometria: Partículas passantes, no mínimo, 80% na peneira de 0,075 mm (ABNT 200).		Podem ser declarados os teores totais dos macronutrientes secundários e micronutrientes existentes naturalmente no produto, quando este for comercializado isoladamente e os teores forem iguais ou superiores a: Ca= 1%; Mg =0,15%; B =0,007%; Co= 0,0004%; Mn= 0,15%; Mo = 0,0015% e Zn= 0,002% (p/p).
Formiato de Cálcio $Ca(HCO_2)_2$	24% de Ca	Cálcio solúvel em água.	Reação de Ácido Fórmico com Calcita.	
Formiato Cobaltoso $Co(HCO_2)_2$	23% de Co	Cobalto solúvel em água.	Reação de Ácido Fórmico com Óxido Cobaltoso.	
Formiato de Cobre $Cu.HCO_2$	35% de Cu	Cobre solúvel em água.	Reação de Ácido Fórmico com Óxido Cuproso.	
Formiato Ferroso $Fe(HCO_2)_2.2H_2O$	18% de Fe	Ferro solúvel em água.	Reação de Ácido Fórmico com hematita.	
Formiato de Magnésio $Mg(HCO_2)_2$	16% de Mg	Magnésio solúvel em água.	Reação de Ácido Fórmico com Magnesita Calcinada.	
Formiato de Manganês $Mn(HCO_2)_2$	22% de Mn	Manganês solúvel em água.	Reação de Ácido Fórmico com Óxido de Manganês.	
Formiato de Potássio $(KHCO_2)$	40% de K_2O	Potássio solúvel em água.	Reação de Ácido Fórmico com Potassa.	
Formiato de Zinco $Zn(HCO_2)_2$	25% de Zn	Zinco solúvel em água.	Reação de Ácido Fórmico com Óxido de Zinco.	
Fosfatado Acidulado Sulfúrico	15% de P_2O_5 15% de Ca 10% de S	Fósforo determinado como P_2O_5 solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água e mínimo de 60% deste teor solúvel em água.	Reação de rocha fosfática moída com Ácido Sulfúrico	
Fosfatado Acidulado Fosfórico	36% de P_2O_5 10% de Ca	Fósforo determinado como P_2O_5 solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água e mínimo de 60% deste teor solúvel em água.	Reação de rocha fosfática moída com Ácido fosfórico	
Fosfato Cúprico Amoniacal. $(CuNH_4PO_4.H_2O)$	32% de Cu 34% de P_2O_5 5% de N	Nitrogênio e Cobre teores totais. P_2O_5 solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água.	Reação do Fosfato de Cobre com Amônia.	
Fosfato de Cobalto $Co_3(PO_4)_2$	41% de Co 32% de P_2O_5	Cobalto teor total e P_2O_5 solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água	A partir da reação do $CoCl_2$ com Fosfato de Amônio $(NH_4)2.HPO_4$	
Fosfato Diamônico (DAP)	17% de N 45% de P_2O_5	Nitrogênio teor total e P_2O_5 teor solúvel em CNA mais água e mínimo de 38% solúvel em água.	Reação do Ácido Fosfórico com Amônia.	Nitrogênio na forma amoniacal.
Fosfato Diamônico cristal (DAP cristal)	19% de N 50% P_2O_5	Nitrogênio e Fósforo teores solúveis em água.	1) Reação do Ácido Fosfórico de alta pureza com Amônia 2) Purificação do DAP.	Nitrogênio na forma amoniacal.
Fosfato Ferroso Amoniacal $Fe(NH_4)PO_4.H_2O$	29% de Fe 36% de P_2O_5 5% de N	Ferro solúvel em água. P_2O_5 solúvel em citrato neutro de amônio mais água.	Amoniação do Fosfato Ferroso.	
Fosfato Monoamônico (MAP)	9% de N 48% de P_2O_5	Nitrogênio teor total e P_2O_5 teor solúvel em CNA mais água e mínimo de 44% solúvel em água.	Reação do Ácido Fosfórico com Amônia.	Nitrogênio na forma amoniacal.
Fosfato Monoamônico Cristal (MAP Cristal)	11% N 60% P_2O_5	Nitrogênio e Fósforo teores solúveis em água.	1) Reação do Ácido Fosfórico de alta pureza com amônia. 2) Purificação do MAP.	Nitrogênio na forma amoniacal
Fosfato Monopotássico (KH_2PO_4)	51% de P_2O_5 33% de K_2O	Fósforo determinado como P_2O_5 solúvel em água e K_2O solúvel em água	Reação do Hidróxido de Potássio com Ácido Fosfórico	
Fosfato Natural	5% de P_2O_5	Fósforo determinado como P2O5 total e mínimo de 15% do teor total solúvel em ácido cítrico a 2% na relação 1:100. Granulometria: partículas devem passar, no mínimo, 85% em peneira de 0,075 mm (ABNT 200).	Moagem e peneiramento de rocha fosfática.	Pode ser declarado o teor total de Cálcio existente naturalmente no produto, quando este teor for igual ou superior a 1% (p/p).
Fosfato Parcialmente Acidulado	20% de P_2O_5 16% de Ca	Fósforo determinado em P_2O_5 total, mínimo de 9% solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água, e mínimo de 5% solúvel em água.	Acidulação parcial da rocha fosfática moída com Ácido Sulfúrico, Ácido Clorídrico ou Ácido Fosfórico.	Pode conter até 6% de Enxofre (S) e até 2% de Magnésio (Mg). Mínimo de 11% de P_2O_5 solúvel em Ácido Cítrico a 2% na relação 1:100.
Fosfato Precipitado	7% de P_2O_5 12% de Ca	Fósforo teor total e mínimo de 3% de P_2O_5 solúvel em Citrato Neutro de Amônia mais água.	Secagem, moagem e peneiramento do material resultante do tratamento de efluentes da solubilização de rochas fosfáticaspor via ácida, pela adição de óxido de cálcio e carbonato de cálcio e magnésio.	Esse produto pode ser dispensado de registro quando, na condição de material secundário e mediante autorização do MAPA, for comercializado tal qual para estabelecimento produtor de fertilizante como matéria-prima para a fabricação de Fosfato Precipitado ou outro fertilizante.
Fosfato Natural Reativo	27% de P_2O_5 28% de Ca	Fósforo determinado como P_2O_5 total e mínimo de 30% do teor total solúvel em Ácido Cítrico a 2% na relação 1:100. Granulometria: Partículas devem passar 100% na peneira de 4,8mm (ABNT nº 4) e passar, no mínimo, 80% na peneira de 2,8mm (ABNT nº 7)	Extração natural e beneficiamento por meio do processo de homogeneização hidropneumática ou flotação.	Poderá ser declarado o teor de P_2O_5 solúvel em Ácido Fórmico a 2%, relação 1:100, quando este for, no mínimo, 55% do P_2O_5total.
Fosfato Tripotássio (K3PO4)	32% de P_2O_5 64% de K_2O	Fósforo e Potássio teores solúveis em água.	Reação direta de ácido fosfórico com potassa cáustica.	
Fosfato Calcinado	18% de P_2O_5	Fósforo teor total e mínimo de 14% solúvel em CNA + água.	Calcinação da rocha fosfática em temperaturas superiores a 650ºC e inferiores a 1.000ºC.	Podem ser declarados teores para Cálcio e Magnésio.
Fosfito de Amônio	10% de N	Nitrogênio solúvel em água.	Reação do ácido fosforoso com hidróxido ou carbonato de amônio.	Pode conter, no máximo, 2% de Sódio residual e deve conter, no mínimo, 26% de P_2O_5oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.
Fosfito de Cálcio	5% de Ca	Cálcio solúvel em água	Reação do ácido fosforoso com Óxido de Cálcio ou Hidróxido de Cálcio.	Pode conter, no máximo, 2% de Sódio (Na) residual. Deve conter, no mínimo, 28% de P_2O_5oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.
Fosfito de Cobalto	7% de Co	Cobalto solúvel em água.	Reação do ácido fosforoso com hidróxido ou carbonato de cobalto.	Pode conter no máximo 2% de Sódio residual e deve conter, no mínimo, 16% de P_2O_5oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.
Fosfito de Cobre	3% de Cu	Cobre solúvel em água.	Reação do ácido fosforoso com óxido, hidróxido, carbonato ou sulfato de cobre.	Pode conter, no máximo, 2% de Sódio residual e deve conter, no mínimo, 7% de P_2O_5 oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.
Fosfito de Ferro	4% de Fe	Ferro solúvel em água.	Reação do ácido fosforoso com hidróxido ou carbonato de Ferro.	Pode conter, no máximo, 2% de sódio residual e deve conter, no mínimo, 9% de P_2O_5 oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fosfito de Magnésio	3% de Mg	Magnésio solúvel em água	Reação do ácido fosforoso com Óxido de Magnésio ou Hidróxido de Magnésio.	Pode conter, no máximo, 2% de Sódio (Na) residual. Deve conter, no mínimo, 28% de P_2O_5oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.
Fosfito de Manganês ($MnHPO_3.nH_2O$)	8% de Mn	Manganês solúvel em água	Reação de ácido fosforoso com óxido de manganês (MnO) ou carbonato de manganês ($MnCO_3$).	Pode conter, no máximo, 2% de Sódio (Na) residual. Deve conter, no mínimo, 28% de P_2O_5oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.
Fosfito de Níquel	4% de Ni	Níquel solúvel em água.	Reação do ácido fosforoso com hidróxido ou carbonato de Níquel.	Pode conter, no máximo, 2% de sódio residual e deve conter, no mínimo, 9% de P_2O_5 oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.
Fosfito de Potássio	20% de K_2O	K_2O solúvel em água	Reação do Ácido Fosforoso com Hidróxido ou Carbonato de Potássio.	Pode conter, no máximo, 2% de Sódio (Na) residual. Deve conter, no mínimo, 27% de P_2O_5oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.
Fosfito de Zinco	8% de Zn	Zinco solúvel em água	Reação do ácido fosforoso com Óxido de Zinco.	Pode conter, no máximo, 2% de Sódio (Na) residual. Deve conter, no mínimo, 38% de P_2O_5oriundo exclusivamente do ácido fosforoso.
Fosfossulfato de Amônio	13% de N 20% de P_2O_5 12% de S	Fósforo determinado como P_2O_5 solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água. Nitrogênio na forma amoniacal.	Reação entre Amônia Anidra e uma mistura de Ácido Fosfórico e Sulfúrico.	
Hidroboracita ($CaO.MgO.3B_2O_3.6H_2O$)	7% de B	Boro teor total	Beneficiamento físico do mineral natural	Mínimo de 7% de Ca e 4% de Mg.
Hidróxido de Cálcio ($Ca(OH)_2$)	48% de Ca	Cálcio teor total.	Calcinação total, hidratação, moagem e tamisação do mineral calcita.	
Hidróxido de Cálcio e Magnésio	24% de Ca 4% de Mg	Cálcio (Ca) e Magnésio (Mg) teores totais.	Calcinação total, hidratação, moagem e tamisação do mineral dolomita ou da mistura de calcita e magnesita.	
Hidróxido de Potássio (KOH)	71% de K_2O	K_2O solúvel em água.	Pela eletrólise da solução saturada de Cloreto de Potássio com posterior purificação.	
Hidróxido de Magnésio ($Mg(OH)_2$)	35% de Mg	Magnésio teor total	Precipitação de sal solúvel de magnésio com hidróxido de amônio	
Kieserita ($MgSO_4 .H_2O$)	15% de Mg 20% de S	Magnésio solúvel em água.	Beneficiamento de **hartsalz**composto de silvinita (KCl), halita (NaCl) e Kieserita.	
Molibdato de Amônio ($(NH_4)_6Mo_7O_{24}.2H_2O$)	52% de Mo 5% de N	Molibdênio e Nitrogênio solúveis em água na forma Nitrogênio total	Reação do Ácido Molíbdico com Hidróxido de Amônia	
Molibdato de Monoetanolamina	10% de Mo	Molibdênio solúvel em água	Éster de Ácido Molíbdico com Monoetanolamina	
Molibdato de Potássio ($K_2MoO_4.5H_2O$)	28% de Mo 27% de K_2O	Molibdênio e Potássio solúvel em água.	Obtido pela reação do trióxido de molibdênio (MoO_3) com hidróxido de potássio (KOH).	Pode conter, no máximo, 0,5% de Cloro (Cl) residual.
Molibdato de Sódio ($Na_2Mo\ O_4.2H_2O$)	39% de Mo	Molibdênio solúvel em água na forma de	Reação do Trióxido de Molibdênio com Hidróxido de Sódio.	
Multifosfato Magnesiano	18% de P_2O_5 8% de Ca 3% de Mg 6% de S	Fósforo teor solúvel em CNA mais água e mínimo de 8% solúvel em água. Cálcio, Magnésio e Enxofre teores totais. Granulometria: Partículas devem passar, no mínimo, 90% na peneira de 2,8 mm (ABNT nº 7) e passar, no máximo, 35% na peneira de 0,5 mm (ABNT nº 35).	Reação de rocha fosfática moída com Ácido Sulfúrico e Óxido de Magnésio.	
Nitrato de Amônio	32% de N	Nitrogênio teor total.	Neutralização do Ácido Nítrico pela Amônia Anidra.	O Nitrogênio deverá estar 50% na forma amoniacal e 50% na forma nítrica.
Nitrato de Amônio e Cálcio	20% de N 2% de Ca	Nitrogênio e Cálcio teores totais.	1) Adição de calcário ou dolomita sobre Amônia Anidra e Ácido Nítrico. 2) Adição de calcário ou dolomita sobre Nitrato de Amônio fundido. 3) Mistura de Nitrato de Cálcio com o Carbonato de Amônio.	O Nitrogênio deverá estar 50% na forma amoniacal e 50% na forma nítrica
Nitrato de Cálcio	14% de N 16% de Ca	Nitrogênio e Cálcio teores totais.	Reação de Ácido Nítrico com Óxido ou Carbonato de Cálcio.	Nitrogênio na forma nítrica, podendo ter até 1,5% na forma amoniacal.
Nitrato de Cobalto ($Co(NO_3)_2.6H_2O$)	17% de Co 8% de N	Nitrogênio e Cobalto solúveis em água.	A partir da reação de carbonato de cobalto ($CoCO_3$) com Ácido Nítrico.	
Nitrato de Cobre ($Cu(NO_3)_2.3H_2O$)	22% de Cu 9% de N	Cobre solúvel em água.	A partir da reação de óxido de cobre (CuO) com Ácido Nítrico.	
Nitrato de Magnésio ($Mg(NO_3)_2.6H_2O$)	8% de Mg 10% de N	Magnésio solúvel em água.	A partir da reação de MgO com Ácido Nítrico.	
Nitrato de Manganês ($Mn(NO_3)_2.nH_2O$)	16% de Mn 8% de N	Manganês solúvel em água.	A partir da reação de óxido de manganês (MnO) ou carbonato de Manganês (MnCO3) com Ácido Nítrico.	
Nitrato de Potássio	44% de K_2O 12% de N	Nitrogênio e Potássio teores solúveis em água.	1) Recuperação do caliche por cristalização das águas de lavagem. 2) Reação do Cloreto de Potássio com Ácido Nítrico. 3) A partir do Cloreto de Potássio e Nitrato de Sódio por dissoluções seletivas.	O Nitrogênio deve estar na forma nítrica.
Nitrato de Sódio	16% de N	Nitrogênio teor solúvel em água.	1) Purificação e concentração do caliche. 2) Ação de óxido de Nitrogênio sobre o Hidróxido de Sódio ou lixívia. 3) Ação de Ácido Nítrico sobre Hidróxido de Sódio ou lixívia.	O Nitrogênio deverá estar na forma nítrica. O teor de Perclorato, expresso em Perclorato de Sódio, não poderá ser maior que 1%.
Nitrato de Zinco ($Zn(NO_3)_2.6H_2O$)	8% de N 18% de Zn	Nitrogênio e Zinco teores solúveis em água.	A partir da reação de Óxido de Zinco (ZnO) com Ácido Nítrico.	Nitrogênio na forma nítrica.
Nitrato Duplo de Sódio e Potássio	14% de N 8% de K_2O	Nitrogênio e Potássio teores solúveis em água.	Refinação do caliche.	Nitrogênio na forma nítrica.
Nitrato Férrico ($Fe(NO_3)_3.9H_2O$)	8% de N 11% de Fe	Nitrogênio e Ferro teores solúveis em água.	A partir da reação de Ferro (Fe) com Ácido Nítrico.	Nitrogênio na forma nítrica.
Nitrofosfato	14% de N 18% de P_2O_5 6% de Ca	Fósforo teor solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água e mínimo de 14% de P_2O_5 solúvel em água. Nitrogênio e Cálcio teores totais.	Reação entre a rocha fosfática moída com o Ácido Nítrico ou mistura de ácidos.	Nitrogênio na forma nítrica.
Nitrossulfocálcio	24% de N 3% de S 3% de Ca	Nitrogênio, Cálcio e Enxofre teores totais.	Reação do Sulfato de Cálcio com Nitrato de Amônio.	O Nitrogênio deve estar metade na forma amoniacal e metade na forma nítrica.
Octaborato de Sódio ($Na_2B_8O_{13}.4H_2O$)	20% de B	Boro teor solúvel em água.	1) Fusão do Borato de Sódio com Anidrido Bórico. 2) Reação do ácido bórico com hidróxido de sódio.	

Octaborato de Potássio ($K_2B_80_{13}.nH_2O$)	19% de B 18% de K_2O	Boro e Potássio teor solúveis em água.	1) Reação do Ácido Bórico com Hidróxido de Potássio.	
Óxido Cúprico (CuO)	70% de Cu	Cobre teor total.	Calcinação do Cobre metálico finamente moído.	
Óxido Cuproso (Cu_2O)	80% de Cu	Cobre teor total.	Obtido em processo eletrolítico por meio do Cobre metálico ou em processo de redução em fornos por meio de Óxido Cúprico mais Cobre Metálico finamente moído.	
Óxido de Cálcio (CaO)	64% de Ca	Cálcio teor total.	Calcinação total, moagem e tamisação do mineral calcita.	
Óxido de Cálcio e Magnésio	32% de Ca 6% de Mg	Cálcio e Magnésio teores totais.	Calcinação total, moagem e tamisação do mineral Dolomita ou da mistura de calcita e magnesita.	
Óxido de Cobalto (CoO)	56% de Co	Cobalto teor total.	Calcinação total, moagem e tamisação do Carbonato de Cobalto.	
Óxido de Ferro (Fe_2O_3)	45% de Fe	Ferro teor total	Reação de Ferro Metálico e Ácido Sulfúrico, seguido de uma reação com hidróxido de sódio e oxidação.	
Óxido de Magnésio (MgO)	45% de Mg	Magnésio teor total.	Calcinação total, moagem e tamisação da magnesita.	
Óxido de Zinco (ZnO)	72% de Zn	Zinco teor total.	Calcinação, moagem e tamisação do Zinco metálico.	
Óxido Manganoso (MnO)	50% de Mn	Manganês teor total.	Redução do Bióxido de Manganês a alta temperatura.	
Pentaborato de Sódio (($NaB_5O_8.5H_2O$) ou (NaB_5O_8))	18% de B	Boro teor total.	1) Fusão do Borato de Sódio com Anidrido Bórico. 2) Reação do ácido bórico com hidróxido de sódio.	
Polifosfato de Amônio	10% de N 34% de P_2O_5	Nitrogênio e Fósforo solúveis em água. Nitrogênio na forma amoniacal	Reação do ácido fosfórico com amônia sob temperaturas entre 170 ºC e 350 ºC	
Polifosfato de Ferro e Amônio ($Fe(NH_4)HP_2O_7$)	4% de N 55% de P_2O_5 22% de Fe	Nitrogênio, Fósforo e Ferro teores totais.	Tratamento do Pirofosfato Férrico com amônia.	
Quelato de Boro	8% de B	Nutrientes solúveis em água ligados a um quelante.	Reação do sal inorgânico com um agente quelante.	O agente quelante utilizado na fabricação de cada produto quelatado deve estar previsto no Anexo II desta Instrução Normativa.
Quelato de Cobalto	2% de Co			
Quelato de Cobre	5% de Cu			
Quelato de Ferro	5% de Fe			
Quelato de Manganês	5% de Mn			
Quelato de Molibdênio	3% de Mo			
Quelato de Níquel	2% de Ni			
Quelato de Zinco	7% de Zn			
Quelato de Cálcio	2% de Ca			
Quelato de Magnésio	2% de Mg			
Selenato de Sódio (Na_2SeO_4)	40% de Se	Selênio solúvel em água.	1) Oxidação do selenito de sódio com peróxido de hidrogênio; 2) Reação de ácido selenioso com Hidróxido de Sódio	
Silicato de Cálcio (CaSiO3)	29% de Ca 20% de Si	Silício e Cálcio teores totais.	1) a partir da moagem e tratamento térmico com monitoramento diário da temperatura (mínimo de 1000ºC) do Silicato de Cálcio; 2) a partir da moagem e tratamento térmico com monitoramento diário (mínimo de 1000ºC) de compostos silicatados com compostos calcíticos.	Especificação de natureza física: pó. Este produto pode ser granulado desde que seja produzido a partir da especificação de natureza física pó e seja utilizado agente desagregante.
Silicato de Cálcio e Magnésio ($CaSiO_3 + MgSiO_3$)	7% Ca 1% de Mg 10% de Si	Silício total na forma de silicato. Cálcio total. Magnésio total.	1) a partir do tratamento térmico com monitoramento diário da temperatura (mínimo 1000ºC) de compostos silicatados com compostos dolomíticos; 2) a partir do tratamento e moagem de escórias silicatadas (agregado siderúrgico) geradas no processo de produção de ferro e de aço (processo siderúrgico).	Especificação de natureza física: pó e Farelado. Este produto pode ser granulado desde que seja produzido a partir da especificação de natureza física pó e seja utilizado agente desagregante.
Silicato de Magnésio	24% Si 21% Mg	Silício teor total Magnésio teor total	Fusão do minério de níquel, seguido de resfriamento, secagem e moagem do silicato de magnésio gerado na produção de liga ferro-níquel	Especificação de natureza física: pó. Este produto pode ser granulado desde que seja produzido a partir da especificação de natureza física pó e seja utilizado agente desagregante.
Silicato de Potássio (K_2SiO_3)	10% de K_2O 10% de Si	Potássio e Silício teores solúveis em água.	Reação de minerais silicatados ou de sílica reativa com Hidróxido de Potássio.	Fluido: solução
Solução Nitrogenada	14% de N	Nitrogênio teor total.	A partir da dissolução em água de soluções aquosas de Amônia e/ou Nitrato de Amônio e/ou Uréia ou outros compostos de Nitrogênio.	Fluído: solução
Sulfato de Amônio	20% de N 22% de S	Nitrogênio e Enxofre teores totais.	1) Neutralização do Ácido sulfúrico pela Amônia Anidra. 2) Reação do Carbonato de Amônio com o gesso. 3) A partir de gases de coqueria provenientes de unidades de fabricação de Ácido Sulfúrico.	O Nitrogênio deverá estar na forma amoniacal. O teor de Tiocianato, expresso em Tiocianato de Amônio, não poderá exceder a 1%.
Sulfato de Cálcio	16% de Ca 13% de S	Cálcio e enxofre teores totais.	1) Produto resultante da fabricação do Ácido Fosfórico. 2) Beneficiamento de gipsita.	
Sulfato de Cobalto ($CoSO_4.xH_2O$)	10% de S 20% de Co	Cobalto e Enxofre teores solúveis em água.	1) A partir da reação de $CoCO_3$com Ácido Sulfúrico. 2) Reação do Cobalto metálico com ácido sulfúrico, neutralizado com Hidróxido de Amônio.	
Sulfato de Cobre ($CuSO_4.H_2O$)	11% de S 24% de Cu	Cobre teor solúvel em água.	1) Por meio da reação do Óxido de Cobre com Ácido Sulfúrico. 2) Por meio da reação por oxidação do Cobre Metálico com ácido Sulfúrico.	
Sulfato de Magnésio ($MgSO_4.H_2O$)	11% de S 9% de Mg	Magnésio teor solúvel em água.	Por meio da reação do Óxido de Magnésio com Ácido Sulfúrico.	
Sulfato de Manganês ($MnSO_4.H_2O$)	16% de S 26% de Mn	Manganês teor solúvel em água.	Reação de óxidos de Manganês com Ácido Sulfúrico.	
Sulfato de Potássio (K_2 $SO_4.H_2O$)	48% de K_2O 15% de S	Potássio teor solúvel em água.	A partir de vários minerais potássicos.	De 0 a 1,2% de Magnésio (Mg).
Sulfato de Potássio e Magnésio (K_2 $SO_4.Mg$ SO_4)	20% de K_2O 10% de Mg 20% de S	Potássio e Magnésio teores solúveis em água.	Reação de sais de Potássio mais sais de Magnésio com ácido sulfúrico.	Pode conter 1% ou mais de Cloro (Cl).
Sulfato de potássio, cálcio e magnésio ($K_2SO_4.MgSO_4.2CaSO_4.2H_2O$)	14% de K_2O 12% de Ca 3% de Mg 19% de S	Potássio teor solúvel em água. Ca, Mg e S teores totais.	Extração e beneficiamento do mineral natural Polihalita.	
Sulfato de Níquel ($NiSO_4.6H2O$)	10% de S 19% de Ni	Enxofre e Níquel teores solúveis em água.	A partir da reação de ácido sulfúrico com Níquel metálico ou com carbonato de Níquel.	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sulfato de Zinco ($ZnSO_4.xH_2O$)	9% de S 20% de Zn	Zinco e Enxofre teores solúveis em água.	Por meio da reação do Óxido de Zinco ou de Zinco metálico com Ácido Sulfúrico.	
Sulfato Férrico ($Fe_2(SO_4)_3.4H_2O$)	18% de S 23% de Fe	Ferro e Enxofre teores solúveis em água.	Obtém-se com oxidação do Sulfato Ferroso com o oxigênio ou em contato com soluções alcalinas.	
Sulfato Ferroso	10% de S 19% de Fe	Ferro solúvel em água na forma de Sulfato ($FeSO_4xH_2O$)	Por meio da reação do Ferro Metálico ou Carbonato de Ferro com Ácido Sulfúrico.	

Sulfonitrato de Amônio	25% de N 12% de S	Nitrogênio e Enxofre teores totais.	1) Ação do Sulfato de Amônio sobre o Nitrato de Amônio fundido. 2) Neutralização de mistura de Ácido Nítrico e Sulfúrico pela Amônia Anidra.	O Nitrogênio deverá estar 75% na forma Amoniacal e 25% na forma Nítrica.
Sulfonitrato de Amônio e Magnésio	19% de N 3,5% de Mg 10% de S	Nitrogênio, Magnésio e Enxofre teores totais.	Neutralização da mistura de Ácido Sulfúrico e Nítrico pela Amônia Anidra, com adição de composto de Magnésio.	O Nitrogênio deverá estar 67% na forma amoniacal e 33% na forma nítrica.
Superfosfato Duplo	28% de P_2O_5 16% de Ca 5% de S	Fósforo determinado como P_2O_5 solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água e mínimo de 24% solúvel em água. Cálcio e Enxofre total.	1) Reação da rocha fosfática moída com mistura de Ácido Sulfúrico e Fosfórico. 2) Tratamento de Superfosfato Simples com Metafosfato de Cálcio.	
Superfosfato Simples	18% de P_2O_5 16% de Ca 10% de S	Fósforo teor solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água e mínimo de 16% em água. Cálcio e Enxofre teores totais.	Reação da rocha fosfática moída com Ácido Sulfúrico.	
Superfosfato Simples Amoniado	1% de N 14% de P_2O_5 14% de Ca 6% de S	Nitrogênio, Cálcio e Enxofre teores totais e Fósforo teor solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água.	Reação de Superfosfato Simples pó com Amônia e Ácido Sulfúrico.	Nitrogênio na forma amoniacal. A somatória de N + P_2O_5solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água deve ser, no mínimo, de 18%.
Superfosfato Triplo	41% de P_2O_5 10% de Ca	Fósforo teor solúvel em Citrato neutro de Amônio mais água e mínimo de 36% solúvel em água. Cálcio teor total	Reação da rocha fosfática moída com o Ácido Fosfórico.	
Superfosfato Triplo Amoniado	1% de N 38% de P_2O_5 8 % de Ca	Fósforo teor solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água. Nitrogênio e Cálcio teores totais.	Reação de Superfosfato Triplo pó com Amônia e Ácido Fosfórico.	Nitrogênio na forma amoniacal. A somatória de N + P_2O_5solúvel em Citrato Neutro de Amônio mais água deve ser, no mínimo, de 41%.
Termofosfato Magnesiano	17% de P_2O_5 4% de Mg 16% de Ca 8% Si	Fósforo teor total e P_2O_5 mínimo de 11% em Ácido Cítrico a 2% na relação de 1:100. Cálcio, Magnésio e Silício teores totais. Granulometria: (1) Partículas passantes no mínimo 75% em peneira de 0,15 mm (ABNT nº 100); ou (2) Partículas passantes no mínimo 85% na peneira de 0,84 mm (ABNT nº 20).	Tratamento térmico da rocha fosfática, concentrado apatítico ou outras fontes de fósforo com adição de compostos calcíticos, Magnesianos e Silícicos.	Podem ser incorporadas fontes fornecedoras de micronutrientes, desde que garantidos os seus teores.
Termofosfato Magnesiano Potássico	12% de P_2O_5 3% de K_2O 16% de Ca 4% de Mg 8% de Si	Fósforo teor total e mínimo de 6% solúvel em ácido cítrico a 2% na relação 1:100. Potássio teor solúvel em ácido cítrico a 2% na relação 1:100. Cálcio, Magnésio e Silício teores totais.	A partir do tratamento térmico a, no mínimo, 1000ºC (fundição), da rocha fosfática ou outras fontes de fósforo com adição de compostos Magnesianos, Potássicos e Silicílicos.	Podem ser incorporadas fontes fornecedoras de micronutrientes, desde que garantidos os seus teores. Especificação de natureza física: Pó e Farelado.
Termo-Superfosfato	18% de P_2O_5 1% de Mg 10% de Ca 2% de S 1% Si	Fósforo determinado como P_2O_5 total; mínimo de 16% de P_2O_5 solúvel em Ácido Cítrico a 2% na relação de 1:100 e mínimo de 5% de P_2O_5 solúvel em água. Cálcio, Enxofre, Magnésio e Silício teores totais.	Reação seguida de granulação do Termofosfato Magnesiano, com Superfosfato Simples e/ou Superfosfato Triplo e Ácido Sulfúrico.	
Tetrapotássio difosfato ($K_4P_2O_7$)	54% de K_2O 42% de P_2O_5	Potássio e Fósforo solúveis em água	Reação de Hidróxido de Potássio e Ácido Difosfórico.	
Tiossulfato de Amônio ($(NH_4)_2S_2O_3$)	11% de N 25% de S	Nitrogênio e Enxofre solúveis em água.	Reação entre amônia anidra (NH_3), anidrido sulfuroso (SO_2), Enxofre elementar e água.	Nitrogênio determinado na forma amoniacal.
Tiossulfato de Cálcio (CaS_2O_3)	6% de Ca 10% de S	Cálcio e enxofre solúveis em água	Reação entre Hidróxido de Cálcio $Ca(OH)_2$, anidrido sulfuroso (SO_2), Enxofre elementar e água.	
Tiossulfato de Potássio ($K_2S_2O_3$)	25% de K_2O 17% de S	Potássio e Enxofre solúveis em água.	Reação entre Hidróxido de Potássio (KOH), anidrido sulfuroso (SO_2), Enxofre elementar e água.	
Trióxido de Molibdênio (MoO_3)	57% de Mo	Molibdênio teor total.	Obtém-se por meio da queima do Molibdato de Amônio ou ustulação da Molibdenita (MoS_2).	
Ulexita ($Na_2O.2.CaO.5B_2\ O_3.16H_2O$)	8% de B	Boro teor total. Especificação de Natureza Física: Pó	Beneficiamento físico do mineral	Mínimo de 7% de Ca e 6% de Sódio teores totais. Como matéria-prima para a fabricação de fertilizante, fica dispensada a exigência de especificação de natureza física.
Uréia	45% de N	Nitrogênio teor total.	Reação da Amônia Anidra e Gás Carbônico sob pressão.	1) O Nitrogênio deve estar totalmente na forma amídica. 2) Quando comercializado isoladamente, para o consumidor final, o teor de biureto não pode ser maior de 2,0% para aplicação direta no solo e de 0,3% para aplicação foliar. 3) Teores superiores de biureto na uréia podem ser aceitos, desde que esta seja utilizada em misturas com outros fertilizantes, devendo neste caso, o teor de biureto na mistura final atender aos limites estabelecidos no item 2 acima.
Uréia-Formaldeído	35% de N	Nitrogênio teor total.	Reação entre Uréia e Formaldeído.	Nitrogênio na forma amídica. Pelo menos 60% do Nitrogênio deve ser insolúvel em água.
Uréia-Superfosfato ($(NH_2)2CO.H_3PO_4$)	17% de N 43% de P_2O_5	Nitrogênio na forma amídica e Fósforo solúvel em água.	Dissolução da Uréia grau técnico no ácido fosfórico grau alimentício.	

ANEXO II

AGENTES QUELANTES E COMPLEXANTES ORGÂNICOS AUTORIZADOS PARA FERTILIZANTES MINERAIS

Grupo dos Ácidos Aminopolicarboxílicos	
NOME	ABREVIATURA
Ácido Nitrilotriacético ($C_6H_9NO_6$)	NTA
Ácido Etilenodiaminotetraacético ($C_{10}H_{16}O_8N_2$)	EDTA
Ácido Hidroxietiletilenodiamino-triacético ($C_{10}H_{18}O_7N_2$)	HEDTA ou HEEDTA
Ácido Propilenodiaminotetraacético	PDTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ácido dietileno-triaminopentacético ($C_{14}H_{23}O_{10}N_3$)	DTPA
Ácido etilenodiamino-N,N'-di[(orto-hidroxifenil)acético] ($C_{18}H_{20}O_6N_2$)	[o,o] EDDHA
Ácido etilenodiamino-N[(orto-hidroxifenil)acético]-N' [(para hidroxifenil)acético] ($C_{18}H_{20}O_6N_2$)	[o,p] EDDHA
Ácido etilenodiamino-N,N'-di[(orto-hidroximetilfenil)acético ($C_{20}H_{24}O_6N_2$)	[o,o] EDDHMA
Ácido etilenodiamino-N[(orto-hidroximetilfenil)acético]-N' [(para hidroximetilfenil)acético] ($C_{20}H_{24}O_6N_2$)	[o,p] EDDHMA
Ácido etilenodiamino-N,N'-di[(5-carboxi2- -hidroxifenil)acético] ($C_{20}H_{20}O_{10}N_2$)	EDDCHA
Ácido etilenodiamino- -N,N'-di[(2-hidroxi5-sulfofenil)acético] e respetivos produtos de condensação. ($C_{18}H_{20}O_{12}N_2S_2$ + n*($C_{12}H_{14}O_8N_2S$))	EDDHSA
Ácido D,L aspártico, N-(1,2 dicarboxietil) tetra sódico (Ácido iminodissuccínico) ($C_8H_{11}O_8N$)	IDHA
Ácido N,N'-di(2-hidroxibenzil)etilenodiamina-N,N'-di(acético) ($C_{20}H_{24}N_2O_6$)	HBED
Aminoácidos naturais (albuminas, glicina, etc)	
Grupo das Aminas e Poliaminas	
Etilenodiamina	
Dietilenotriamina	

Trietilenotetramina	
Tetraetilenopentamina	
Grupo dos Ácidos Hidroxicarboxílicos	
Ácido Tartárico	
Ácido Cítrico	
Ácido Glucônico	
Acido Heptaglucônico	
Grupo dos Compostos Hidroxiaminas	
Monoetanolamina	
Dietanolamina	
Trietanolamina	
N-hidroxietiletilenodiamina	
N-dihidroxietilglicina	
Grupo dos Polióis	
Sorbitol	
Manitol	
Dulcitol	
Glicerina	
Grupo dos Compostos naturais	
Lignosulfonatos	
Poliflavonóides	
Substâncias Húmicas	
Extratos de Algas	
D-aminoácidos	

ANEXO III

ADITIVOS AUTORIZADOS PARA USO EM FERTILIZANTES MINERAIS

GRUPO DE ADITIVOS (AGENTES)	PRODUTOS/SUBSTÂNCIAS	FUNÇÃO	USO APROVADO	OBSERVAÇÕES
Acidificante	Ácido 5-sulfosalicilico	Alterar o pH da formulação para menos, conferindo-lhe acididade.	Fertilizantes fluídos e sólidos solúveis	
	Ácido acético			
	Ácido adípico			
	Ácido cítrico			
	Ácido fosforoso			
	Ácido glucônico			
	Ácido nitriloacético			
	Ácido oxinesulfônico			
	Ácido salicílico			
	Ácido tartárico			
	Ácido ou Extrato Pirolenhoso			
	Ácido fosfórico			
	Ácido sulfúrico			
	Ácido Clorídrico			
Aderente	Ceras	Permitir a fixação de outros produtos na superfície dos grânulos	Fertilizantes sólidos granulados e microgranulados	
	Amiláceos			
	Óleo de Linhaça			
	Silicone			
	Glicose Xarope			
	Parafina			
Recobrimento	Pó de rocha	Dentre outras finalidades esses produtos/substâncias podem, isolada ou cumulativamente, aumentar o tamanho, a densidade e a dureza de grânulos ou melhorar a granulação ou reduzir os particulados (pó) ou melhorar o escoamento nos equipamentos ou aumentar a eficiência de aplicação do fertilizante.	Em fertilizantes sólidos granulados e microgranulados via recobrimento de grânulos.	
	Polímeros			
	Amiláceos			
	Óleos			
	Ceras			
	Zeólitas			
	Grafite			
Aglutinante/Agregante	Bentonita	Facilitar a formação de grânulos de fertilizantes, aumentando a dureza e melhorando a sua qualidade física	Adição no processo de granulação de fertilizantes sólidos	
	Lignosulfonato			
	Amiláceos			
	Atapulgita			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Desintegrante/Desagregante	Ácido Cítrico	Auxiliam na desagregação de grânulos de fertilizantes quando de sua aplicação no solo e na presença de umidade, voltando à condição de pó.	Adição no processo de granulação de fertilizantes sólidos	
	Bicarbonato de Amônio			
	Bicarbonato de Sódio			
	Amiláceos			
	Bentonita			
	Atapulgita			
Alcalinizante	Monoetanolamina	Alterar o pH da formulação para mais, conferindo-lhe basicidade/alcalinidade.	Fertilizantes fluídos	
	Dietanolamina			
	Dietilenotriamina			
	Trietanolamina			
	Trietilenotetramina			
	Hidróxido de Sódio			
Anticongelante	Glicerina	Evitar o congelamento das soluções e suspensões	Fertilizantes fluídos e para sólidos solúveis	
	Polióis			
	Polissacarídeos			
	Propilenoglicol			
	Polietilenoglicol			
Anticristalizante	Glicerina	Evitar formação de cristais	Fertilizantes fluídos e para sólidos solúveis	
	Polissacarídeo			
	Surfactante não iônico			
	Polióis			
	Surfactante Aniônico			
Antiempedramento	Cera	Evitar ou diminuir o contato direto entre as partículas do produto impedindo a formação de pontes.	Fertilizantes sólidos em geral	Concentração máxima de 5% da massa em p/p.
	Óleo			
	Talco			
	Carvão ativado			
	Dióxido de Silício			
	Sílica precipitada			
	Caulim			
	Parafina			
	Óxido de Titânio			
	Grafite			
Antievaporante	Óleo vegetal	Agente antievaporante e protetivo das gotas de pulverização	Fertilizantes fluidos e fertilizantes foliares.	Desde que recomendados, produtos tensoativos não iônicos e aniônicos bem como surfactantes não iônicos e aniônicos podem ser enquadrados neste grupo de aditivos.
	Copolimeros poliacrilamida			
	Acrilatos			
	Goma Xantana			
	Goma Guar			
	Siliconados			
	CMC (Carboximetilcelulose)			
Dispersante/ Emulsificante/Tensoativo	Tripolifosfato de sódio	Manter a dispersão sólida-líquida homogênea, evitando a reagregação de partículas; Evitar formação de espumas nas formulações;	Fertilizantes fluidos e sólidos solúveis	a) Concentração máxima admitida no produto final é de até 10% (p/p);
	Lignossulfonato			
	Polisorbato			
	Argilas de suspensão			
	Bentonita			
	Polietilenoglicol			
	CMC (Carboximetilcelulose)			b) Desde que recomendados, produtos tensoativos não iônicos e aniônicos bem como surfactantes não iônicos e aniônicos podem ser enquadrados neste grupo de aditivos.
	HMC (Hidroximetilcelulose)			
	LASS (Laurilsulfonato de Sódio)			
	Glycosperse			
	Ácido Etidrônico			
	Silicone			
Espessante/Suspensor	Goma Xantana	Aumentar a viscosidade de suspensões, reduzindo a velocidade de sedimentação das partículas dispersas em um meio no qual elas não são solúveis.	Fertilizantes fluídos	Concentração máxima admitida no produto final é de até 20% (p/p).
	Goma Guar			
	CMC (Carboximetilcelulose)			
	HMC (Hidrometilcelulose)			
	Gelatina			
	Gelana			
	Carragena			
	Polietilenoglicol			
	Poliuretano			
	Argilas de suspensão			
	Sílica			
	Silicato de sódio			
	Amiláceos			
	Bentonita			

Estabilizante/Conservante	Ác. Carboxílicos e Hidroxicarboxílicos	Manter as condições físicas e/ou químicas e/ou físico-químicas e/ou biológicas do produto, garantindo a sua vida útil e características desejáveis.	Fertilizantes em geral	
	Aminas e Poliaminas			
	Compostos Salicílicos			
	Compostos hidroxi-aminas			
	Polímeros Vegetais			
	Polióis			
	Ácido ou Extrato Pirolenhoso			
	Lignossulfonato			

	Maltodextrina			
	Manitol			
	Melaço de cana de açúcar			
	Monoetanolamina			
	N-dihidroxietilglicina			
	N-hidroxietiletilenodiamina			
	O-fenantrolina			
	Oxina, 8-hidroxiquinolina			
	Poliflavonóides			
	Polissacarídeos			
	Dietanolamina			
	Dietilenotriamina			
	Trietilenopentamina			
	Trietanolamina			
	Trietilenotetramina			
	Tripolifosfato de sódio			
	Ácido 2 (3-clorofenoxi) propiônico			
	Acido 5-sulfosalicilico			
	Ácido acético			
	Ácido cítrico			
	Ácido glucônico			
	Ácido nitriloacético			
	Ácido oxinesulfônico			
	Ácido propilenodiaminotetracético - PDTA			
	Ácido salicílico			
	Ácido tartárico			
	Aminas e Poliaminas			
	Compostos Naturais (Aminoácidos, Substâncias Húmicas e Extrato de Algas)			
	Amiláceos			
	Polietilenoglicol			
	Dióxido de silício			
	Carvão ativado			
	Ácido lático			
	Ácido heptaglucônico			
	Ácido adípico			
	Ácido Ascórbico			
	Ácido sórbico e seus sais			
	Ácido dietilenodiaminopentacético			
	Ácido benzóico e seus sais			
Inibidor de urease	NBPT - (N-(n- butil tiofosfórico triamida)	Redução de perdas de N por volatilização	Ureia	
	NBPT-(N-(n- butil tiofosfórico triamida) + NPPT-(N-(n-propil tiofosfórico triamida)			
Melhorador da absorção e proteção foliar	Carboidratos solúveis em água (glicose, frutose, dextrinas, sacarose, polihexoses lineares solúveis e outras oses cíclicas solúveis)	Favorece o aumento da absorção foliar e auxilia na proteção das folhas contra injúrias	Fertilizantes foliares	Concentração máxima admitida no produto final é de até 10% (p.p.)
Marcador	Corante Natural	Diferenciação do produto, melhoria da sua aparência e identificação, permite a rastreabilidade do produto.	Fertilizantes em geral	
	Corante Sintético			
	Traçador	Usado principalmente para fins de pesquisa e experimentação, visando determinar, entre outras variáveis, a porcentagem do nutriente absorvido pela cultura (a partir do adubo marcado), a absorção total de nutrientes e a quantidade de nutrientes fornecido pelo fertilizante.		
Secante	Surfactante Não Iônico	Proporcionar rápida secagem na aplicação	Fertilizantes para aplicação foliar	
	Surfactante Aniônico			
	Talco			
	Terra Diatomácea			
	Bentonita			
	Caulim			
	Dióxido de silício			
Tamponante	Tripolifosfato de sódio	Manter o pH do produto.	Fertilizantes fluídos e para sólidos solúveis	
	Citrato de Sódio			
	Carbonato de Potássio			
	Tetrapirofosfato			
Umectante/Emoliente	Glicerol	Manter a esfera de hidratação da fase sólida em uma fase líquida	Fertilizantes fluídos e para sólidos solúveis	
	Manitol			
	Sorbitol			
	Polietilenoglicol			
	Polisorbato			
	Polióis			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

MATERIAIS APROVADOS PARA USO COMO CARGAS EM FORMULAÇÕES DE FERTILIZANTES MINERAIS

CARGA	OBSERVAÇÃO	USO APROVADO
Granilha	Rocha calcária que apresenta suas partículas de tamanho compatíveis com a granulometria do produto em que estiver sendo adicionada.	Ajuste de formulação de fertilizantes minerais. Concentração máxima admitida de carga no produto final até 10% (p.p.).
Calcário granulado	No processo de granulação devem ser utilizados materiais ou substâncias que confiram dureza, resistência e estabilidade dos grânulos.	
Quartzo, Argila e Saibro	Partículas de tamanho compatíveis com a granulometria do produto em que estiver sendo adicionada	
Vermiculita		
Pirofilita e filito		
Caulim		
Turfa	Partículas de tamanho compatíveis com a granulometria do produto em que estiver sendo adicionada. Devem apresentar baixo teor de umidade	
Farelos e tortas de origem vegetal		

ANEXO V

MINÉRIOS CONCENTRADOS AUTORIZADOS PARA FABRICAÇÃO DE FERTILIZANTES COMPLEXOS FORNECEDORES DE MICRONUTRIENTES

MATÉRIA-PRIMA	GARANTIA MÍNIMA/ CARACTERÍSTICAS	OBTENÇÃO	MINÉRIO
Minério concentrado de Cobre	8% de Cu	Teor total	1) Moagem e Concentração do minério 2) Moagem e ustulação — Cuprita, Malaquita, Calcopirita
Minério concentrado de Manganês	15% de Mn	Teor total	1) Moagem e Concentração do minério 2) Moagem e redução térmica — Rodocrisita, Pirocroita, Piroluzita
Minério Concentrado de Molibdênio	8% de Mo	Teor total	Tratamento térmico do minério de Molibdênio (Mo) — Molibdenita
Minério Concentrado de Zinco	10% de Zn	Teor total	1) Moagem e Concentração do minério 2) Moagem e ustulação — Willemita, Herminorfita, Hidrocincita, Smithsonita, Esfarelita

DESPACHO Nº 67, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

Assunto: **Determina Instauração de Processo de Apuração de Responsabilidade - PAR e Investigação Preliminar - IP.**

Interessado: **Gabinete do Ministro**

Referência: **Processo n° 21000.007965/2018-31. Processo n° 00222.000638/2015-21. Processo n° 70100.005322/2015-97.**

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 066/2018/CORREG/SE, de 30 de julho de 2018, cujos fundamentos agrego a esta decisão, para dela tornarem-se parte, independentemente de transcrição, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, decido:

a) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda de responsabilização de pessoa jurídica, objeto da análise técnica empreendida na supracitada Nota Técnica; e

b) ordenar à Corregedoria que tome as providências necessárias à instauração dos procedimentos listados abaixo, classificando-os segundo o grau de prioridade do procedimento a ser instaurado in casu, de forma a garantir o respeito à ordem de processos pendentes de instauração na Unidade Seccional de Correição desta Secretaria-Executiva, a saber:

b.1) Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, conforme descrito no item II.2 da Nota Técnica n° 066/2018/CORREG/SE, inserta no processo em epígrafe, em cumprimento ao disposto no artigo 4°, inciso II, do Decreto n° 8.420/2015 e no artigo 8°, da Lei n° 12.846/2013;

b.2) Investigação Preliminar, conforme descrito nos itens II.3 e II.4 da Nota Técnica n° 066/2018/CORREG/SE, inserta no processo em epígrafe, em cumprimento ao disposto no artigo 4°, inciso I, do Decreto n° 8.420/2015.

BLAIRO MAGGI
Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 299, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016, das atribuições que lhe confere o Art. 262, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, no Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21036.001977/2018-44, resolve:

Art.1° Cancelar, a pedido, o credenciamento da empresa SERLIMP - FABRICAÇÃO, LIMPEZA E DESCONTAMINAÇÃO DE PALLETS E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-ME, CNPJ n° 10.015.382/0001-80, localizada na Rua 26, nº 60, Bairro Alto da Boa Vista, Petrolina/PE, CEP 56.312-261, sob o número BR PE 0360, concedido por meio da Portaria nº 040, de 06 de fevereiro de 2015 publicada no DOU em 10 de fevereiro de 2015, para realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários em mercadorias, embalagens e suportes de madeira, na modalidade Fumigação sob Câmara de Lona com Brometo de Metila (FCL-MB)

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JÚNIOR

PORTARIA Nº 300, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Superintendente Federal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016, das atribuições que lhe confere o Art. 262, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, no Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21036.001937/2018-01, resolve:

Art.1°-Excluir, a pedido, do credenciamento da empresa FUMITEC SERVIÇOS DE TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO LTDA-EPP, CNPJ n° 12.361.958/0001-97, localizada na Rua Clóvis Beviláqua, 54, Bairro Madalena, Recife/PE, CEP 50.710-330, sob o número BR PE 0430, concedido por meio da Portaria nº 106, de 29 de abril de 2011 publicada no D.O.U em 04 de maio de 2011 e alterada pela Portaria nº 281, de 20 de outubro de 2011 publicada no D.O.U em 04/11/2011 e renovada pela Portaria nº 331, de 23/10/2015, publicada no D.O.U de 27/10/2015 as seguintes modalidades de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários:

- Fumigação em Contêiner com Brometo de Metila (FEC - MB);
- Fumigação em Porões de Navios com Fosfina (FPN - Fosfina);
- Fumigação em Câmara de Lona com Fosfina (FCL - Fosfina);
- Fumigação em Câmara de Lona com Brometo de Metila (FCL - MB);
- Fumigação em Contêiner com Fosfina (FEC - Fosfina).

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JÚNIOR

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 156, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Distrito Federal, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os períodos de semeadura, para o cultivo de sorgo granífero no Distrito Federal, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros das 26 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 3 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes de 50 cm e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente; e

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

As áreas agrícolas do Distrito Federal indicadas por terem apresentado em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Distrito Federal os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21a30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Distrito Federal, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, Chopper, DOMINATOR, ENFORCER, FOX, JOWAR SHORT, MR. 43, TAGUÁ, ATX1S, NX 13014 e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, 50a 10, 50A50, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: Podium e SHS605;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: SG 11001;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: Dow 1G282, 50A70 e SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304, BRS 310, BRS 330 e BRS 332;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS 570 Astral;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: FORMOSO e PR 401;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG 2005-E, AG 2501-C, AS 4625, DKB 540, CVSW81198, AS 4420, AS 4560, AG 1080, CVSW80007, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, NUGRAIN410, K200, JB1330, JB1326 e NUGRAIN320;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

ATLANTICA SEMENTES S.A.: JOWAR FOOD II e SUMMER T 70;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 658;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG1040, AG 1060, DKB550, AS 4615, Volumax, QUALIMAX, CVSW82568, NUGRAIN430, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
1 a 5	1 a 6	1 a 7

PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
1 a 3	1 a 4	1 a 5

PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
1 a 2	1 a 2	1 a 3

PORTARIA Nº 157, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Goiás, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de sorgo granífero no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros das 134 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 16 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes de 50 cm e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente; e

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 40P50, 40P84, 10S20, 10S30, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, Chopper, DOMINATOR, ENFORCER, FOX, JOWAR SHORT, MR. 43, TAGUÁ, ATX1S, NX 13014 e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, 50A10, 50A50, 50A40, 50A60 e SP 2R01;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 373 e BRS 380;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: Podium, SHS 570 Astral, SHS605, SHS-410, BM 737 e BM750;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34 e PR 401;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG2501P;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9721R;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: SG 11001;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: Dow 1G282, 50A70, SS302, SS318, 1G245, SP 2R02, CH 9102 e CH 9104;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304, BRS 310, BRS 330 e BRS 332;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: FORMOSO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG 2005-E, AG 2501-C, AS 4625, DKB 540, CVSW81198, AS 4420, AS 4560, AG 1080, CVSW80007, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, NUGRAIN410, JB1330, JB1326 e NUGRAIN320;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9735R;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

ATLANTICA SEMENTES S.A.: JOWAR FOOD II, SUMMER T 70 e NX 13014;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 658 e BRS 716;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG1040, AG 1060, DKB550, AS 4615, Volumax, QUALIMAX, CVSW82568, NUGRAIN430, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abadia de Goiás	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Abadiânia	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Acreúna	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Adelândia	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Água Fria de Goiás	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Água Limpa	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Águas Lindas de Goiás	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Alexânia	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Aloândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Alto Horizonte	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Alto Paraíso de Goiás	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Alvorada do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Amaralina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Americano do Brasil	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Amorinópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Anápolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Anhanguera	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Anicuns	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Aparecida de Goiânia	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Aparecida do Rio Doce	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Aporé	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Araçu	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Aragarças	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Aragoiânia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Araguapaz	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Arenópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Aruanã	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Aurilândia	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Avelinópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Baliza	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Barro Alto	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Bela Vista de Goiás	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Bom Jardim de Goiás	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Bom Jesus de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Bonfinópolis	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Bonópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Brazabrantes	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Britânia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Buriti Alegre	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Buriti de Goiás	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Buritinópolis	1 a 4	1 a 4	1 a 6
Cabeceiras	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cachoeira Alta	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cachoeira de Goiás	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Cachoeira Dourada	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Caçu	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Caiapônia	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Caldas Novas	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Caldazinha	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Campestre de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Campinaçu	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Campinorte	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Campo Alegre de Goiás	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Campo Limpo de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Campos Belos	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Campos Verdes	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Carmo do Rio Verde	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Castelândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Catalão	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Caturaí	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cavalcante	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Ceres	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cezarina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Chapadão do Céu	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Cidade Ocidental	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cocalzinho de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Colinas do Sul	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Córrego do Ouro	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Corumbá de Goiás	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Corumbaíba	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Cristalina	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Cristianópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Crixás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cromínia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cumari	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Damianópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Damolândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Davinópolis	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Diorama	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Divinópolis de Goiás	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Doverlândia	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Edealina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Edéia	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Estrela do Norte	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Faina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Fazenda Nova	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Firminópolis	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Flores de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Formosa	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Formoso	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Gameleira de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Goianápolis	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Goiandira	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Goianésia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Goiânia	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Goianira	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Goiatuba	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Gouvelândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Guapó	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Guaraíta	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Guarani de Goiás	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Guarinos	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Heitoraí	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Hidrolândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Hidrolina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Iaciara	1 a 4	1 a 4	1 a 6
Inaciolândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Indiara	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Inhumas	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Ipameri	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Ipiranga de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Iporá	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Israelândia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itaberaí	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itaguari	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itaguaru	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itajá	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itapaci	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itapirapuã	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itapuranga	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itarumã	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Itauçu	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itumbiara	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Ivolândia	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Jandaia	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Jaraguá	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Jataí	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Jaupaci	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Jesúpolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Joviânia	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Jussara	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Lagoa Santa	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Leopoldo de Bulhões	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Luziânia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Mairipotaba	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Mambaí	1 a 4	1 a 4	1 a 6
Mara Rosa	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Marzagão	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Matrinchã	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Maurilândia	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Mimoso de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Minaçu	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Mineiros	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Moiporá	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Monte Alegre de Goiás	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Montes Claros de Goiás	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Montividiu	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Montividiu do Norte	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Morrinhos	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Morro Agudo de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Mossâmedes	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Mozarlândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Mundo Novo	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Mutunópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nazário	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nerópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Niquelândia	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Nova América	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nova Aurora	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nova Crixás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nova Glória	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nova Iguaçu de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nova Roma	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Nova Veneza	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Novo Brasil	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Novo Gama	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Novo Planalto	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Orizona	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Ouro Verde de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Ouvidor	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Padre Bernardo	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Palestina de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Palmeiras de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Palmelo	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Palminópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Panamá	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Paranaiguara	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Paraúna	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Perolândia	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Petrolina de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Pilar de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Piracanjuba	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Piranhas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Pirenópolis	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Pires do Rio	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Planaltina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Pontalina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Porangatu	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Porteirão	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Portelândia	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Posse	1 a 4	1 a 4	1 a 6
Professor Jamil	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Quirinópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Rialma	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Rianápolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Rio Quente	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Rio Verde	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Rubiataba	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Sanclerlândia	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Santa Bárbara de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Cruz de Goiás	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Santa Fé de Goiás	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santa Helena de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Isabel	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Rita do Araguaia	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Santa Rita do Novo Destino	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Rosa de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Tereza de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Terezinha de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santo Antônio da Barra	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santo Antônio de Goiás	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Santo Antônio do Descoberto	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Domingos	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Francisco de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São João d'Aliança	1 a 4	1 a 4	1 a 5
São João da Paraúna	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Luís de Montes Belos	1 a 5	1 a 5	1 a 6
São Luíz do Norte	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Miguel do Araguaia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Miguel do Passa Quatro	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Patrício	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Simão	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Senador Canedo	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Serranópolis	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Silvânia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Simolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Sítio d'Abadia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Taquaral de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Teresina de Goiás	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Terezópolis de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Três Ranchos	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Trindade	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Trombas	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Turvânia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Turvelândia	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Uirapuru	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Uruaçu	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Uruana	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Urutaí	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Valparaíso de Goiás	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Varjão	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Vianópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Vicentinópolis	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Vila Boa	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Vila Propício	1 a 5	1 a 6	1 a 7

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abadia de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Abadiânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Acreúna	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Adelândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Água Fria de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Água Limpa	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Águas Lindas de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Alexânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Aloândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Alto Horizonte	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Alto Paraíso de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Alvorada do Norte		1 a 2	1 a 2
Amaralina	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Americano do Brasil	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Amorinópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Anápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Anhanguera	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Anicuns	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Aparecida de Goiânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Aparecida do Rio Doce	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Aporé	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Araçu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Aragarças	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Aragoiânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Araguapaz	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Arenópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Aruanã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Aurilândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Avelinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Baliza	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Barro Alto	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Bela Vista de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bom Jardim de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Bom Jesus de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Bonfinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bonópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Brazabrantes	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Britânia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Buriti Alegre	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Buriti de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Buritinópolis		1 a 2	1 a 3
Cachoeira Alta	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cachoeira de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Cachoeira Dourada	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Caçu	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Caiapônia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Caldas Novas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Caldazinha	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Campestre de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Campinaçu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Campinorte	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Campo Alegre de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Campo Limpo de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Campos Belos	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Campos Verdes	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Carmo do Rio Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Castelândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Catalão	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Caturaí	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cavalcante	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ceres	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cezarina	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Chapadão do Céu	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Cidade Ocidental	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cocalzinho de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Colinas do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Córrego do Ouro	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Corumbá de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Corumbaíba	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cristalina	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cristianópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Crixás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cromínia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cumari	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Damianópolis		1 a 2	1 a 3
Damolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Davinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Diorama	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Divinópolis de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Doverlândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Edealina	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Edéia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Estrela do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Faina	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Fazenda Nova	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Firminópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Flores de Goiás		1 a 2	1 a 2
Formoso	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Gameleira de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Goianápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Goiandira	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Goianésia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Goiânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Goianira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Goiatuba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Gouvelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guapó	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Guaraíta	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Guarani de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Guarinos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Heitoraí	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Hidrolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Hidrolina	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Iaciara	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Inaciolândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Indiara	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Inhumas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ipameri	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ipiranga de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Iporá	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Israelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itaberaí	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Itaguari	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Itaguaru	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Itajá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itapaci	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itapirapuã	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Itapuranga	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Itarumã	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itauçu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Itumbiara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ivolândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Jandaia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jaraguá	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Jataí	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Jaupaci	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jesúpolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Joviânia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Jussara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Lagoa Santa	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Leopoldo de Bulhões	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Luziânia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Mairipotaba	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Mambaí	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Mara Rosa	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Marzagão	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Matrinchã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Maurilândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Mimoso de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Minaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Mineiros	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Moiporá	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Monte Alegre de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Montes Claros de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Montividiu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Montividiu do Norte	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Morrinhos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Morro Agudo de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Mossâmedes	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Mozarlândia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Mundo Novo	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Mutunópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Nazário	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Nerópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Niquelândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Nova América	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Aurora	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nova Crixás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Nova Glória	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Nova Iguaçu de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Nova Roma	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Nova Veneza	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Novo Brasil	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Novo Gama	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Novo Planalto	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Orizona	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ouro Verde de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ouvidor	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Padre Bernardo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Palestina de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Palmeiras de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Palmelo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Palminópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Panamá	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Paranaiguara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Paraúna	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Perolândia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Petrolina de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Pilar de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Piracanjuba	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Piranhas	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pirenópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Pires do Rio	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Planaltina	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Pontalina	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Porangatu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Porteirão	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Portelândia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Posse	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Professor Jamil	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Quirinópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Rialma	1 a 2	1 a 3	1 a 4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rianápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Rio Quente	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Rio Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Rubiataba	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Sanclerlândia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santa Bárbara de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Santa Cruz de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santa Fé de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Helena de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santa Isabel	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Santa Rita do Araguaia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Santa Rita do Novo Destino	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Santa Rosa de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Santa Tereza de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Santa Terezinha de Goiás	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santo Antônio da Barra	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santo Antônio de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio do Descoberto	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Domingos	1 a 3	1 a 3	1 a 4
São Francisco de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São João d'Aliança		1 a 2	1 a 3
São João da Paraúna	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Luís de Montes Belos	1 a 3	1 a 3	1 a 4
São Luíz do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São Miguel do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São Miguel do Passa Quatro	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São Patrício	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São Simão	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Senador Canedo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Serranópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Silvânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Simolândia		1 a 2	1 a 3
Sítio d'Abadia		1 a 2	1 a 2
Taquaral de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Teresina de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Terezópolis de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Três Ranchos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Trindade	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Trombas	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Turvânia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Turvelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Uirapuru	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Uruaçu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Uruana	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Urutaí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Valparaíso de Goiás	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Varjão	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Vianópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Vicentinópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Vila Propício	1 a 3	1 a 4	1 a 4

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abadia de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Abadiânia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Acreúna		1 a 2	1 a 3
Adelândia		1 a 2	1 a 3
Água Fria de Goiás		1 a 2	1 a 3
Água Limpa		1 a 2	1 a 3
Águas Lindas de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Alexânia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Aloândia		1 a 2	1 a 3
Alto Horizonte		1 a 2	1 a 3
Alto Paraíso de Goiás		1 a 2	1 a 2
Amaralina		1 a 2	1 a 3
Americano do Brasil		1 a 2	1 a 3
Amorinópolis		1 a 2	1 a 3
Anápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Anhanguera		1 a 2	1 a 2
Anicuns		1 a 2	1 a 3
Aparecida de Goiânia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Aparecida do Rio Doce		1 a 2	1 a 3
Aporé	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Araçu		1 a 2	1 a 3
Aragarças		1 a 2	1 a 3
Aragoiânia	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Araguapaz		1 a 2	1 a 3
Arenópolis		1 a 2	1 a 2
Aruanã		1 a 2	1 a 2
Aurilândia		1 a 2	1 a 2
Avelinópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Baliza		1 a 2	1 a 3
Barro Alto		1 a 2	1 a 3
Bela Vista de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bom Jardim de Goiás		1 a 2	1 a 2
Bom Jesus de Goiás		1 a 2	1 a 3
Bonfinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Bonópolis		1 a 2	1 a 3
Brazabrantes	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Britânia		1 a 2	1 a 2
Buriti Alegre		1 a 2	1 a 3
Buriti de Goiás		1 a 2	1 a 3
Buritinópolis			1 a 2
Cachoeira Alta		1 a 2	1 a 3
Cachoeira de Goiás		1 a 2	1 a 2
Cachoeira Dourada		1 a 2	1 a 3
Caçu		1 a 2	1 a 3
Caiapônia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Caldas Novas		1 a 2	1 a 3
Caldazinha	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Campestre de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Campinaçu		1 a 2	1 a 3
Campinorte		1 a 2	1 a 3
Campo Alegre de Goiás			1 a 2
Campo Limpo de Goiás		1 a 2	1 a 3
Campos Belos		1 a 2	1 a 2
Campos Verdes		1 a 2	1 a 3
Carmo do Rio Verde		1 a 2	1 a 3
Castelândia		1 a 2	1 a 3
Catalão		1 a 2	1 a 2
Caturaí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cavalcante		1 a 2	1 a 2
Ceres		1 a 2	1 a 2
Cezarina		1 a 2	1 a 3
Chapadão do Céu	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cidade Ocidental		1 a 2	1 a 3
Cocalzinho de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Colinas do Sul		1 a 2	1 a 2
Córrego do Ouro		1 a 2	1 a 3
Corumbá de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Corumbaíba		1 a 2	1 a 3
Cristalina		1 a 2	1 a 3
Cristianópolis		1 a 2	1 a 3
Crixás		1 a 2	1 a 3
Cromínia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cumari		1 a 2	1 a 2
Damolândia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Davinópolis			1 a 2
Diorama		1 a 2	1 a 2
Divinópolis de Goiás		1 a 2	1 a 2
Doverlândia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Edealina		1 a 2	1 a 3
Edéia		1 a 2	1 a 3
Estrela do Norte	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Faina		1 a 2	1 a 3
Fazenda Nova		1 a 2	1 a 2
Firminópolis		1 a 2	1 a 3
Formoso		1 a 2	1 a 3
Gameleira de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Goianápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Goiandira		1 a 2	1 a 3
Goianésia		1 a 2	1 a 3
Goiânia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Goianira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Goiás		1 a 2	1 a 3
Goiatuba		1 a 2	1 a 3
Gouvelândia		1 a 2	1 a 3
Guapó	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Guaraíta		1 a 2	1 a 3
Guarani de Goiás			1 a 2
Guarinos	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Heitoraí		1 a 2	1 a 3
Hidrolândia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Hidrolina		1 a 2	1 a 3
Iaciara			1 a 2
Inaciolândia		1 a 2	1 a 3
Indiara		1 a 2	1 a 3
Inhumas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ipameri		1 a 2	1 a 2
Ipiranga de Goiás		1 a 2	1 a 3
Iporá		1 a 2	1 a 3
Israelândia		1 a 2	1 a 2
Itaberaí		1 a 2	1 a 3
Itaguari		1 a 2	1 a 3
Itaguaru	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Itajá	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itapaci	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Itapirapuã		1 a 2	1 a 2
Itapuranga	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Itarumã		1 a 2	1 a 3
Itauçu		1 a 2	1 a 3
Itumbiara		1 a 2	1 a 3
Ivolândia		1 a 2	1 a 3
Jandaia		1 a 2	1 a 2
Jaraguá	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Jataí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jaupaci		1 a 2	1 a 2
Jesúpolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Joviânia		1 a 2	1 a 3
Jussara		1 a 2	1 a 2
Lagoa Santa		1 a 2	1 a 3
Leopoldo de Bulhões	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Luziânia	1	1 a 2	1 a 3
Mairipotaba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Mambaí			1 a 2
Mara Rosa		1 a 2	1 a 3
Marzagão		1 a 2	1 a 3
Matrinchã		1 a 2	1 a 2
Maurilândia		1 a 2	1 a 3
Mimoso de Goiás		1 a 2	1 a 3
Minaçu		1 a 2	1 a 2
Mineiros	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Moiporá		1 a 2	1 a 2
Monte Alegre de Goiás		1 a 2	1 a 2
Montes Claros de Goiás		1 a 2	1 a 2
Montividiu	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Montividiu do Norte		1 a 2	1 a 2
Morrinhos		1 a 2	1 a 3
Morro Agudo de Goiás		1 a 2	1 a 3
Mossâmedes		1 a 2	1 a 3
Mozarlândia		1 a 2	1 a 3
Mundo Novo		1 a 2	1 a 3
Mutunópolis		1 a 2	1 a 3
Nazário		1 a 2	1 a 3
Nerópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Niquelândia		1 a 2	1 a 3
Nova América	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Nova Aurora		1 a 2	1 a 2
Nova Crixás		1 a 2	1 a 3
Nova Glória		1 a 2	1 a 3
Nova Iguaçu de Goiás		1 a 2	1 a 3
Nova Roma			1 a 2
Nova Veneza	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Novo Brasil		1 a 2	1 a 3
Novo Gama	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Novo Planalto		1 a 2	1 a 3
Orizona		1 a 2	1 a 3
Ouro Verde de Goiás		1 a 2	1 a 3
Ouvidor			1 a 2
Padre Bernardo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Palestina de Goiás		1 a 2	1 a 3
Palmeiras de Goiás		1 a 2	1 a 3
Palmelo		1 a 2	1 a 3
Palminópolis		1 a 2	1 a 3
Panamá		1 a 2	1 a 3
Paranaiguara		1 a 2	1 a 2
Paraúna		1 a 2	1 a 3
Perolândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Petrolina de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pilar de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Piracanjuba		1 a 2	1 a 3
Piranhas		1 a 2	1 a 3
Pirenópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Pires do Rio		1 a 2	1 a 3
Planaltina		1 a 2	1 a 3
Pontalina	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Porangatu		1 a 2	1 a 3
Porteirão		1 a 2	1 a 3
Portelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Posse			1 a 2
Professor Jamil	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Quirinópolis		1 a 2	1 a 3
Rialma		1 a 2	1 a 2
Rianápolis		1 a 2	1 a 3
Rio Quente		1 a 2	1 a 3
Rio Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rubiataba	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Sanclerlândia		1 a 2	1 a 3
Santa Bárbara de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Santa Cruz de Goiás		1 a 2	1 a 3
Santa Fé de Goiás		1 a 2	1 a 2
Santa Helena de Goiás		1 a 2	1 a 3
Santa Isabel		1 a 2	1 a 3
Santa Rita do Araguaia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Rita do Novo Destino		1 a 2	1 a 3
Santa Rosa de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Santa Tereza de Goiás		1 a 2	1 a 3
Santa Terezinha de Goiás		1 a 2	1 a 3
Santo Antônio da Barra		1 a 2	1 a 3
Santo Antônio de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Descoberto	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Domingos		1 a 2	1 a 2
São Francisco de Goiás	1 a 2	1 a 2	1 a 3
São João d'Aliança		1	1 a 2
São João da Paraúna		1 a 2	1 a 2
São Luís de Montes Belos		1 a 2	1 a 3
São Luíz do Norte		1 a 2	1 a 3
São Miguel do Araguaia	1 a 2	1 a 2	1 a 3
São Miguel do Passa Quatro		1 a 2	1 a 3
São Patrício		1 a 2	1 a 3
São Simão		1 a 2	1 a 2
Senador Canedo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Serranópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Silvânia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Taquaral de Goiás		1 a 2	1 a 3
Teresina de Goiás		1 a 2	1 a 2
Terezópolis de Goiás	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Três Ranchos			1 a 2
Trindade	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Trombas		1 a 2	1 a 3
Turvânia		1 a 2	1 a 3
Turvelândia		1 a 2	1 a 3
Uirapuru		1 a 2	1 a 3
Uruaçu		1 a 2	1 a 3
Uruana		1 a 2	1 a 3
Urutaí		1 a 2	1 a 3
Valparaíso de Goiás		1 a 2	1 a 3
Varjão	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Vianópolis		1 a 2	1 a 3
Vicentinópolis		1 a 2	1 a 3
Vila Propício	1 a 2	1 a 2	1 a 3

PORTARIA Nº 158, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de sorgo granífero no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros das 63 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 9 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes de 50 cm e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente; e

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 40P50, 40P84, 10S20, 10S30, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, ENFORCER, FOX, JOWAR SHORT, MR. 43, TAGUÁ e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 373 e BRS 380;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS605, SHS-410, BM 737, BM 500, BM 515, SHS 615 e BM750;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG2501P;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9721R;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: DOMINATOR, SG 11001, NX 13014 e ATX1S;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SS302, SS318 e SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304, BRS 310, BRS 330 e BRS 332;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: Podium e SHS 570 Astral;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 401;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG 2005-E, AG 2501-C, AS 4625, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, NUGRAIN410, K200 e NUGRAIN320;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9735R;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

ATLANTICA SEMENTES S.A.: JOWAR FOOD II, SUMMER T 70 e NX 13014;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 658 e BRS 716;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG1040, AG 1060, DKB550, AS 4615, Volumax, NUGRAIN430, JB1330, JB1326, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVAERES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Clara	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Alcinópolis	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Amambaí	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Anastácio		1 a 2	1 a 4
Anaurilândia	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Angélica	1 a 2	1 a 5	1 a 8
Antônio João	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Aparecida do Taboado	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Aquidauana	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Aral Moreira	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Bandeirantes	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bataguassu	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Batayporã	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Bela Vista	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Bodoquena		1 a 2	1 a 3
Bonito	1 a 2	1 a 6	1 a 8
Brasilândia	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Caarapó	1 a 6	1 a 8	1 a 8

Camapuã	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Campo Grande	1 a 3	1 a 4	1 a 8
Caracol	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Cassilândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Chapadão do Sul	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Corguinho	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Coronel Sapucaia	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Corumbá	1 a 2	1 a 3	1 a 6
Costa Rica	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Coxim	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Deodápolis	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Dois Irmãos do Buriti	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Douradina	1 a 2	1 a 5	1 a 8
Dourados	1 a 5	1 a 8	1 a 8
Eldorado	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Fátima do Sul	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Figueirão	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Glória de Dourados	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Guia Lopes da Laguna	1 a 2	1 a 5	1 a 8
Iguatemi	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Inocência	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Itaporã	1 a 2	1 a 5	1 a 8
Itaquiraí	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Ivinhema	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Japorã	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Jaraguari	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Jardim	1 a 2	1 a 6	1 a 8
Jateí	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Juti	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Ladário	1 a 2	1 a 3	1 a 6
Laguna Carapã	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Maracaju	1 a 2	1 a 5	1 a 8
Miranda		1 a 2	1 a 3
Mundo Novo	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Naviraí	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Nioaque		1 a 2	1 a 6
Nova Alvorada do Sul	1 a 2	1 a 5	1 a 8
Nova Andradina	1 a 2	1 a 4	1 a 8
Novo Horizonte do Sul	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Paraíso das Águas	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Paranaíba	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Paranhos	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Pedro Gomes	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Ponta Porã	1 a 5	1 a 8	1 a 8
Porto Murtinho	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Ribas do Rio Pardo	1 a 3	1 a 4	1 a 7
Rio Brilhante	1 a 2	1 a 5	1 a 8
Rio Negro	1 a 2	1 a 4	1 a 6
Rio Verde de Mato Grosso	1 a 2	1 a 4	1 a 6
Rochedo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santa Rita do Pardo	1 a 3	1 a 4	1 a 8
São Gabriel do Oeste	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Selvíria	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Sete Quedas	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Sidrolândia	1 a 2	1 a 4	1 a 8
Sonora	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Tacuru	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Taquarussu	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Terenos	1 a 2	1 a 4	1 a 6
Três Lagoas	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Vicentina	1 a 6	1 a 8	1 a 8

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVAERES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Clara	1 a 2	1 a 4	1 a 6
Alcinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Amambaí	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Anastácio			1 a 2
Anaurilândia		1 a 8	1 a 8
Angélica		1 a 8	1 a 8
Antônio João	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Aparecida do Taboado	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Aquidauana			1 a 2
Aral Moreira	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Bandeirantes		1 a 2	1 a 3
Bataguassu		1 a 5	1 a 8
Batayporã		1 a 8	1 a 8
Bela Vista	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Bodoquena			1 a 2
Bonito	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Brasilândia		1 a 3	1 a 3

Caarapó	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Camapuã	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Campo Grande		1 a 3	1 a 7
Caracol	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Cassilândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Chapadão do Sul	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Corguinho		1 a 2	1 a 3
Coronel Sapucaia	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Corumbá		1 a 2	1 a 3
Costa Rica	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Coxim	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Deodápolis	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Dois Irmãos do Buriti			1 a 2
Douradina	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Dourados	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Eldorado	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Fátima do Sul	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Figueirão	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Glória de Dourados	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Guia Lopes da Laguna	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Iguatemi	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Inocência	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itaporã	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Itaquiraí	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Ivinhema	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Japorã	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Jaraguari		1 a 2	1 a 3
Jardim	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Jateí	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Juti	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Ladário		1 a 2	1 a 4
Laguna Carapã	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Maracaju	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Miranda			1 a 2
Mundo Novo	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Naviraí	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Nioaque			1 a 2
Nova Alvorada do Sul		1 a 7	1 a 8
Nova Andradina		1 a 8	1 a 8
Novo Horizonte do Sul	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Paraíso das Águas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Paranaíba	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Paranhos	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Pedro Gomes	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ponta Porã	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Porto Murtinho	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Ribas do Rio Pardo		1 a 3	1 a 5
Rio Brilhante	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Rio Negro		1 a 2	1 a 3
Rio Verde de Mato Grosso		1 a 2	1 a 3
Rochedo		1 a 2	1 a 3
Santa Rita do Pardo		1 a 3	1 a 5
São Gabriel do Oeste		1 a 2	1 a 3
Selvíria	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Sete Quedas	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Sidrolândia		1 a 4	1 a 7
Sonora	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Tacuru	1 a 8	1 a 8	1 a 8
Taquarussu		1 a 8	1 a 8
Terenos		1 a 2	1 a 3
Três Lagoas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Vicentina	1 a 8	1 a 8	1 a 8

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVAERES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Clara		1 a 4	1 a 4
Alcinópolis		1 a 3	1 a 4
Amambaí	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Anaurilândia		1 a 6	1 a 8
Angélica		1 a 7	1 a 8

Antônio João	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Aparecida do Taboado			1 a 2
Aral Moreira	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Bandeirantes			1 a 2
Bataguassu		1 a 6	1 a 7
Batayporã		1 a 7	1 a 8
Bela Vista	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Bonito		1 a 7	1 a 8
Brasilândia			1 a 2
Caarapó	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Camapuã		1 a 2	1 a 3
Campo Grande		1 a 2	1 a 4
Caracol	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Cassilândia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Chapadão do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Corguinho			1 a 2
Coronel Sapucaia	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Corumbá			1 a 2
Costa Rica	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Coxim			1 a 2
Deodápolis		1 a 7	1 a 8
Douradina		1 a 7	1 a 8
Dourados		1 a 7	1 a 8
Eldorado	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Fátima do Sul	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Figueirão	1 a 2	1 a 5	1 a 6
Glória de Dourados	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Guia Lopes da Laguna	1 a 4	1 a 5	1 a 8
Iguatemi	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Inocência		1 a 2	1 a 3
Itaporã		1 a 7	1 a 8
Itaquiraí	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Ivinhema		1 a 7	1 a 8
Japorã	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Jaraguari			1 a 2
Jardim		1 a 8	1 a 8
Jateí	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Juti	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Ladário			1 a 2
Laguna Carapã	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Maracaju		1 a 7	1 a 8
Mundo Novo	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Naviraí	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Nova Alvorada do Sul		1 a 6	1 a 7
Nova Andradina		1 a 7	1 a 8
Novo Horizonte do Sul		1 a 7	1 a 8
Paraíso das Águas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Paranaíba		1 a 2	1 a 2
Paranhos	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Pedro Gomes			1 a 3
Ponta Porã	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Porto Murtinho		1 a 6	1 a 8
Ribas do Rio Pardo		1 a 2	1 a 3
Rio Brilhante		1 a 6	1 a 7
Rio Negro			1 a 2
Rio Verde de Mato Grosso			1 a 2
Rochedo			1 a 2
Santa Rita do Pardo		1 a 2	1 a 4
São Gabriel do Oeste			1 a 2
Selvíria			1 a 2
Sete Quedas	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Sidrolândia			1 a 2
Sonora		1 a 2	1 a 3
Tacuru	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Taquarussu		1 a 7	1 a 8
Terenos			1 a 2
Três Lagoas			1 a 2
Vicentina	1 a 6	1 a 7	1 a 8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 159, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente a seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de sorgo granífero no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros das 64 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 8 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes de 50 cm e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente; e

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 10S20, 10S30, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, Chopper, DOMINATOR, ENFORCER, FOX, JOWAR SHORT, MR. 43, ATX1S, NX 13014 e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G220, Dow 1G100, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 373 e BRS 380;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: Podium, SHS605, SHS-410, BM 737 e BM750;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34 e PR 401;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG2501P;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9721R e A9735R;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020;

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: SG 11001;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SS318 e SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304, BRS 310, BRS 330 e BRS 332;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS 570 Astral;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: FORMOSO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG 2005-E, AG 2501-C, AS 4625, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, NUGRAIN410, NUGRAIN430, K200, JB1330, JB1326 e NUGRAIN320;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

ATLANTICA SEMENTES S.A.: JOWAR FOOD II, SUMMER T 70 e NX 13014;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 658 e BRS 716;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG1040, AG 1060, DKB550, AS 4615, Volumax, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acorizal	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Água Boa	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Alta Floresta	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Alto Araguaia	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Alto Boa Vista	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Alto Garças	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Alto Paraguai	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Alto Taquari	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Apiacás	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Araguaiana	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Araguainha	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Araputanga	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Arenápolis	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Aripuanã	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Barão de Melgaço	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Barra do Bugres	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Barra do Garças	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Bom Jesus do Araguaia	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Brasnorte	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Cáceres	1 a 3	1 a 7	1 a 8
Campinápolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Campo Novo do Parecis	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Campo Verde	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Campos de Júlio	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Canabrava do Norte	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Canarana	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Carlinda	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Castanheira	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Chapada dos Guimarães	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Cláudia	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Cocalinho	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Colíder	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Colniza	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Comodoro	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Confresa	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Conquista d'Oeste	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Cotriguaçu	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Cuiabá	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Curvelândia	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Denise	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Diamantino	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Dom Aquino	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Feliz Natal	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Figueirópolis d'Oeste	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Gaúcha do Norte	1 a 5	1 a 6	1 a 8
General Carneiro	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Glória d'Oeste	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Guarantã do Norte	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Guiratinga	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Indiavaí	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Ipiranga do Norte	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Itanhangá	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Itaúba	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Itiquira	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Jaciara	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Jangada	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Jauru	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Juara	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Juína	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Juruena	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Juscimeira	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Lambari d'Oeste	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Lucas do Rio Verde	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Luciára	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Marcelândia	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Matupá	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Mirassol d'Oeste	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Nobres	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Nortelândia	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Nossa Senhora do Livramento	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Nova Bandeirantes	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Nova Brasilândia	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Nova Canaã do Norte	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Nova Guarita	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Nova Lacerda	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Nova Marilândia	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Nova Maringá	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Nova Monte verde	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Nova Mutum	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Nova Nazaré	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Nova Olímpia	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Nova Santa Helena	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Nova Ubiratã	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Nova Xavantina	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Novo Horizonte do Norte	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Novo Mundo	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Novo Santo Antônio	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Novo São Joaquim	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Paranaíta	1 a 6	1 a 8	1 a 8

Paranatinga	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Pedra Preta	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Peixoto de Azevedo	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Planalto da Serra	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Poconé	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Pontal do Araguaia	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Ponte Branca	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Pontes e Lacerda	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Porto Alegre do Norte	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Porto dos Gaúchos	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Porto Esperidião	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Porto Estrela	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Poxoréo	1 a 4	1 a 7	1 a 7
Primavera do Leste	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Querência	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Reserva do Cabaçal	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Ribeirão Cascalheira	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Ribeirãozinho	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Rio Branco	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Rondolândia	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Rondonópolis	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Rosário Oeste	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Salto do Céu	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Santa Carmem	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Santa Cruz do Xingu	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Santa Rita do Trivelato	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Santa Terezinha	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Santo Afonso	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Santo Antônio do Leste	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santo Antônio do Leverger	1 a 6	1 a 7	1 a 8
São Félix do Araguaia	1 a 6	1 a 6	1 a 8
São José do Povo	1 a 4	1 a 7	1 a 7
São José do Rio Claro	1 a 6	1 a 8	1 a 8
São José do Xingu	1 a 6	1 a 7	1 a 8
São José dos Quatro Marcos	1 a 5	1 a 7	1 a 8
São Pedro da Cipa	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Sapezal	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Serra Nova Dourada	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Sinop	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Sorriso	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Tabaporã	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Tangará da Serra	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Tapurah	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Terra Nova do Norte	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Tesouro	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Torixoréu	1 a 4	1 a 6	1 a 7
União do Sul	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Vale de São Domingos	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Várzea Grande	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Vera	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Vila Bela da Santíssima Trindade	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Vila Rica	1 a 6	1 a 7	1 a 8

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acorizal	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Água Boa	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Alta Floresta	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Alto Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Alto Boa Vista	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Alto Garças	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Alto Paraguai	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Alto Taquari	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Apiacás	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Araguaiana	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Araguainha	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Araputanga	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Arenápolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Aripuanã	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Barão de Melgaço	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Barra do Bugres	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Barra do Garças	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Bom Jesus do Araguaia	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Brasnorte	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cáceres	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Campinápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Campo Novo do Parecis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Campo Verde	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Campos de Júlio	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Canabrava do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Canarana	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Carlinda	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Castanheira	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Chapada dos Guimarães	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Cláudia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cocalinho	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Colíder	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Colniza	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Comodoro	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Confresa	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Conquista d'Oeste	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cotriguaçu	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Cuiabá	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Curvelândia	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Denise	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Diamantino	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Dom Aquino	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Feliz Natal	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Figueirópolis d'Oeste	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Gaúcha do Norte	1 a 4	1 a 4	1 a 5
General Carneiro	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Glória d'Oeste	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Guarantã do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Guiratinga	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Indiavaí	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Ipiranga do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itanhangá	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itaúba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itiquira	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Jaciara	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Jangada	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Jauru	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Juara	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Juína	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Juruena	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Juscimeira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Lambari d'Oeste	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Lucas do Rio Verde	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Luciára	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Marcelândia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Matupá	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Mirassol d'Oeste	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Nobres	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nortelândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nossa Senhora do Livramento	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Nova Bandeirantes	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nova Brasilândia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nova Canaã do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nova Guarita	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nova Lacerda	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Nova Marilândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nova Maringá	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Nova Monte verde	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nova Mutum	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nova Nazaré	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Nova Olímpia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nova Santa Helena	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nova Ubiratã	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Nova Xavantina	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Novo Horizonte do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Novo Mundo	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Novo Santo Antônio	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Novo São Joaquim	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Paranaíta	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Paranatinga	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Pedra Preta	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Peixoto de Azevedo	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Planalto da Serra	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Poconé	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Pontal do Araguaia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ponte Branca	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Pontes e Lacerda	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Porto Alegre do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Porto dos Gaúchos	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Porto Esperidião	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Porto Estrela	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Poxoréo	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Primavera do Leste	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Querência	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Reserva do Cabaçal	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Ribeirão Cascalheira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ribeirãozinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Rio Branco	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Rondolândia	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Rondonópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Rosário Oeste	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Salto do Céu	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santa Carmem	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santa Cruz do Xingu	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santa Rita do Trivelato	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santa Terezinha	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Afonso	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santo Antônio do Leste	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio do Leverger	1 a 4	1 a 5	1 a 5
São Félix do Araguaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São José do Povo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São José do Rio Claro	1 a 4	1 a 5	1 a 7
São José do Xingu	1 a 4	1 a 5	1 a 5
São José dos Quatro Marcos	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Pedro da Cipa	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Sapezal	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Serra Nova Dourada	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Sinop	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Sorriso	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Tabaporã	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Tangará da Serra	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Tapurah	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Terra Nova do Norte	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Tesouro	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Torixoréu	1 a 3	1 a 3	1 a 4
União do Sul	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Vale de São Domingos	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Várzea Grande	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Vera	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Vila Bela da Santíssima Trindade	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Vila Rica	1 a 4	1 a 5	1 a 5

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLO TIPO 1	SOLO TIPO 2	SOLO TIPO 3
Acorizal	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Água Boa	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Alta Floresta	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Alto Araguaia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Alto Boa Vista	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Alto Garças	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Alto Paraguai	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Alto Taquari	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Apiacás	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Araguaiana	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Araguainha	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Araputanga	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Arenápolis	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Aripuanã	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Barão de Melgaço	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Barra do Bugres	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Barra do Garças	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Bom Jesus do Araguaia	1 a 2	1 a 3	1 a 4

Brasnorte	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cáceres	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Campinápolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Campo Novo do Parecis	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Campo Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Campos de Júlio	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Canabrava do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Canarana	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Carlinda	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Castanheira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Chapada dos Guimarães	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cláudia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cocalinho	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Colíder	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Colniza	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Comodoro	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Confresa	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Conquista d'Oeste	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cotriguaçu	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Cuiabá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Curvelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Denise	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Diamantino	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Dom Aquino	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Feliz Natal	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Figueirópolis d'Oeste	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Gaúcha do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4
General Carneiro	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Glória d'Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guarantã do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Guiratinga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Indiavai	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ipiranga do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itanhangá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itaúba	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Itiquira	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jaciara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jangada	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jauru	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Juara	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Juína	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Juruena	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Juscimeira	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Lambari d'Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Lucas do Rio Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Luciára	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Marcelândia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Matupá	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Mirassol d'Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nobres	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Nortelândia	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Nossa Senhora do Livramento	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nova Bandeirantes	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Brasilândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nova Canaã do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Nova Guarita	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Nova Lacerda	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Marilândia	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Nova Maringá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Monte verde	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Nova Mutum	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Nazaré	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Nova Olímpia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Santa Helena	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Ubiratã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nova Xavantina	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Novo Horizonte do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Novo Mundo	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Novo Santo Antônio	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Novo São Joaquim	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Paranaíta	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Paranatinga	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pedra Preta	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Peixoto de Azevedo	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Planalto da Serra	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Poconé	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pontal do Araguaia	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Ponte Branca	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Pontes e Lacerda	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Porto Alegre do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Porto dos Gaúchos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Porto Esperidião	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Porto Estrela	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Poxoréo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Primavera do Leste	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Querência	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Reserva do Cabaçal	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ribeirão Cascalheira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ribeirãozinho	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Rio Branco	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Rondolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Rondonópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Rosário Oeste	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Salto do Céu	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santa Carmem	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Cruz do Xingu	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Rita do Trivelato	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Terezinha	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santo Afonso	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio do Leste	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santo Antônio do Leverger	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Félix do Araguaia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São José do Povo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São José do Rio Claro	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São José do Xingu	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São José dos Quatro Marcos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Pedro da Cipa	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Sapezal	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Serra Nova Dourada	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Sinop	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Sorriso	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Tabaporã	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Tangará da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Tapurah	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Terra Nova do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Tesouro	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Torixoréu	1 a 2	1 a 2	1 a 3
União do Sul	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Vale de São Domingos	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Várzea Grande	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Vera	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Vila Bela da Santíssima Trindade	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Vila Rica	1 a 2	1 a 3	1 a 4

PORTARIA Nº 160, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura, com menor risco climático para o cultivo de sorgo granífero no Estado.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 20 anos de registros de 438 postos pluviométricos disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimada para períodos decendiais em cada estação utilizada, aplicando-se o método de Penman-Monteith;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva do sistema radicular e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 40P50, 40P84, 10S20, 10S30, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, Chopper, ENFORCER, FOX, JOWAR SHORT, MR. 43, TAGUÁ, ATX1S e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, 50A40, 50A60 e SP 2R01;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 373 e BRS 380;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: Podium, SHS 570 Astral, SHS605, BM 737, BM 500, BM 515, SHS 615 e BM750;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34 e PR 401;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG2501P;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9721R;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020;

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: DOMINATOR, SG 11001, NX 13014 e ATX1S;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SS302, SS318, 1G245, SP 2R02, CH 9102 e CH 9104;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304, BRS 310, BRS 330, BRS 332 e BRS 511;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS-410;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: FORMOSO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG 2005-E, AG 2501-C, AS 4625, DKB 540, CVSW81198, AS 4420, AS 4560, AG 1080, CVSW80007, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, NUGRAIN410 e NUGRAIN320;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9735R;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

ATLANTICA SEMENTES S.A.: JOWAR FOOD II, SUMMER T 70 e NX 13014;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 658 e BRS 716;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG1040, AG 1060, DKB550, AS 4615, Volumax, QUALIMAX, CVSW82568, NUGRAIN430, K200, JB1330, JB1326, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abadia dos Dourados	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Abaeté	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Abre Campo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Acaiaca	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Açucena	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Água Boa	28 a 32	28 a 34	28 a 08
Água Comprida	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Aguanil	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Águas Formosas	28 a 31	28 a 32 + 06 a 07	28 a 33 + 06 a 08
Águas Vermelhas	28 a 31	28 a 32	28 a 32
Aimorés	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Aiuruoca	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Alagoa	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Albertina	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Além Paraíba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alfenas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alfredo Vasconcelos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Almenara	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 02 a 08
Alpercata	28 a 31	28 a 33	28 a 34 + 03 a 04
Alpinópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alterosa	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Alto Caparaó	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Alto Jequitibá	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Alto Rio Doce	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alvarenga	28 a 32	28 a 33	28 a 34 + 06 a 07
Alvinópolis	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Alvorada de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Amparo do Serra	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Andradas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Andrelândia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Angelândia	28 a 32	28 a 34	28 a 08
Antônio Carlos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Antônio Dias	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Antônio Prado de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Araçaí	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Aracitaba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Araçuaí	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Araguari	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Arantina	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Araponga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Araporã	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Arapuá	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Araújos	28 a 35 + 04 a 05	28 a 07	28 a 08
Araxá	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Arceburgo	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Arcos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Areado	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Argirita	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Aricanduva	28 a 33	28 a 34	28 a 08
Arinos	28 a 33 + 01 a 07	28 a 07	28 a 08
Astolfo Dutra	28 a 34 + 02 a 08	28 a 08	28 a 09
Ataléia	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
Augusto de Lima	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Baependi	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Baldim	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Bambuí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bandeira	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 03 a 08
Bandeira do Sul	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Barão de Cocais	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Barão de Monte Alto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Barbacena	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Barra Longa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Barroso	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bela Vista de Minas	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Belmiro Braga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Belo Horizonte	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Belo Oriente	28 a 32	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08
Belo Vale	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Berilo	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Berizal	28 a 31	28 a 32	28 a 32
Bertópolis	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Betim	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Bias Fortes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bicas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Biquinhas	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Boa Esperança	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Bocaina de Minas	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Bocaiúva	28 a 32	28 a 34	28 a 04
Bom Despacho	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Bom Jardim de Minas	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Bom Jesus da Penha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bom Jesus do Amparo	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Bom Jesus do Galho	28 a 33	28 a 34 + 05 a 08	28 a 08
Bom Repouso	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bom Sucesso	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Bonfim	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Bonfinópolis de Minas	28 a 33 + 01 a 07	28 a 07	28 a 08
Bonito de Minas	28 a 32	28 a 34	28 a 35
Borda da Mata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Botelhos	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Botumirim	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Brás Pires	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Brasilândia de Minas	28 a 32	28 a 04	28 a 07
Brasília de Minas	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Brasópolis	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Braúnas	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Brumadinho	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Bueno Brandão	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Buenópolis	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Bugre	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Buritis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Buritizeiro	28 a 32	28 a 34	28 a 04
Cabeceira Grande	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cabo Verde	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Cachoeira da Prata	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Cachoeira de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cachoeira de Pajeú	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Cachoeira Dourada	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Caetanópolis	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Caeté	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Caiana	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Cajuri	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Caldas	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Camacho	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Camanducaia	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Cambuí	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Cambuquira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campanário	28 a 31	28 a 33	28 a 33 + 01 a 08
Campanha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campestre	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Campina Verde	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Campo Azul	28 a 31	28 a 33	28 a 02
Campo Belo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campo do Meio	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campo Florido	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Campos Altos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campos Gerais	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Cana Verde	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Canaã	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Canápolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Candeias	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cantagalo	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Caparaó	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Capela Nova	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Capelinha	28 a 33	28 a 34	28 a 08
Capetinga	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Capim Branco	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Capinópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Capitão Andrade	28 a 31	28 a 33	28 a 34 + 03 a 04
Capitão Enéas	28 a 32	28 a 33	28 a 02
Capitólio	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Caputira	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Caraí	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 04 a 06
Caranaíba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carandaí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carangola	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Caratinga	28 a 33	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08
Carbonita	28 a 33	28 a 34	28 a 06
Careaçu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carlos Chagas	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Carmésia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carmo da Cachoeira	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carmo da Mata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carmo de Minas	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Carmo do Cajuru	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carmo do Paranaíba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carmo do Rio Claro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carmópolis de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carneirinho	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carrancas	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Carvalhópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carvalhos	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Casa Grande	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Cascalho Rico	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Cássia	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Cataguases	28 a 34 + 02 a 07	28 a 09	28 a 09
Catas Altas	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Catas Altas da Noruega	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Catuji	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 04 a 08
Catuti	28 a 31	28 a 32	28 a 34
Caxambu	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Cedro do Abaeté	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Central de Minas	28 a 31	28 a 33	28 a 34 + 04 a 07
Centralina	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Chácara	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Chalé	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Chapada do Norte	28 a 32	28 a 32	28 a 33
Chapada Gaúcha	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Chiador	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cipotânea	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Claraval	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Claro dos Poções	28 a 31	28 a 33	28 a 01
Cláudio	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Coimbra	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Coluna	28 a 32	28 a 34	28 a 08
Comendador Gomes	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Comercinho	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Conceição da Aparecida	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Conceição da Barra de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Conceição das Alagoas	28 a 07	28 a 07	28 a 08

Conceição das Pedras	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Conceição de Ipanema	28 a 33	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08
Conceição do Mato Dentro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Conceição do Pará	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Conceição do Rio Verde	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Conceição dos Ouros	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cônego Marinho	28 a 32	28 a 34	28 a 35
Confins	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Congonhal	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Congonhas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Congonhas do Norte	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Conquista	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Conselheiro Lafaiete	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Conselheiro Pena	28 a 31	28 a 32	28 a 34
Consolação	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Contagem	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Coqueiral	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Coração de Jesus	28 a 31	28 a 33	28 a 01
Cordisburgo	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Cordislândia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Corinto	28 a 32	28 a 04	28 a 07
Coroaci	28 a 32	28 a 33	28 a 33 + 01 a 07
Coromandel	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Coronel Fabriciano	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Coronel Murta	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Coronel Pacheco	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Coronel Xavier Chaves	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Córrego Danta	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Córrego do Bom Jesus	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Córrego Fundo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Córrego Novo	28 a 33	28 a 34 + 05 a 08	28 a 08
Couto de Magalhães de Minas	28 a 34	28 a 04	28 a 08
Crisólita	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Cristais	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cristália	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Cristiano Otoni	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Cristina	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Crucilândia	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Cruzeiro da Fortaleza	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cruzília	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cuparaque	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Curral de Dentro	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Curvelo	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Datas	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Delfim Moreira	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Delfinópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Delta	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Descoberto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Desterro de Entre Rios	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Desterro do Melo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Diamantina	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Diogo de Vasconcelos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Dionísio	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Divinésia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Divino	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Divino das Laranjeiras	28 a 31	28 a 33	28 a 34 + 03 a 05
Divinolândia de Minas	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08
Divinópolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Divisa Alegre	28 a 31	28 a 32	28 a 32
Divisa Nova	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Divisópolis	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 05 a 07
Dom Bosco	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Dom Cavati	28 a 32	28 a 33	28 a 03
Dom Joaquim	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Dom Silvério	28 a 34 + 02 a 07	28 a 07	28 a 08
Dom Viçoso	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Dona Eusébia	28 a 34 + 02 a 08	28 a 08	28 a 09
Dores de Campos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Dores de Guanhães	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Dores do Indaiá	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Dores do Turvo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Doresópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Douradoquara	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Durandé	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Elói Mendes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Engenheiro Caldas	28 a 32	28 a 33	28 a 34 + 02 a 04
Engenheiro Navarro	28 a 32	28 a 33	28 a 04
Entre Folhas	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Entre Rios de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Ervália	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Esmeraldas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Espera Feliz	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Espinosa	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Espírito Santo do Dourado	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estiva	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estrela Dalva	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estrela do Indaiá	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estrela do Sul	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Eugenópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ewbank da Câmara	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Extrema	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Fama	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Faria Lemos	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Felício dos Santos	28 a 34	28 a 04	28 a 07
Felisburgo	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Felixlândia	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Fernandes Tourinho	28 a 32	28 a 33 + 01 a 06	28 a 34 + 01 a 06
Ferros	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Fervedouro	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Florestal	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Formiga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Formoso	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Fortaleza de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Fortuna de Minas	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Francisco Badaró	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Francisco Dumont	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Francisco Sá	28 a 32	28 a 33	28 a 01
Franciscópolis	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Frei Gaspar	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
Frei Inocêncio	28 a 32	28 a 33	28 a 34 + 02 a 04
Frei Lagonegro	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Fronteira	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Fronteira dos Vales	28 a 31	28 a 32 + 05 a 07	28 a 33 + 05 a 08
Fruta de Leite	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Frutal	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Funilândia	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Galiléia	28 a 31	28 a 33	28 a 33 + 03 a 04
Gameleiras	28 a 32	28 a 32	28 a 33
Glaucilândia	28 a 32	28 a 33	28 a 01
Goiabeira	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Goianá	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Gonçalves	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Gonzaga	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08
Gouveia	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Governador Valadares	28 a 31	28 a 33	28 a 34 + 02 a 04
Grão Mogol	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Grupiara	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Guanhães	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Guapé	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guaraciaba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guaraciama	28 a 32	28 a 33	28 a 35
Guaranésia	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Guarani	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guarará	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Guarda-Mor	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Guaxupé	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Guidoval	28 a 34 + 02 a 08	28 a 09	28 a 09
Guimarânia	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Guiricema	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Gurinhatã	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Heliodora	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Iapu	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Ibertioga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ibiá	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ibiaí	28 a 32	28 a 33	28 a 04
Ibiracatu	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Ibiraci	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Ibirité	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ibitiúra de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ibituruna	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Icaraí de Minas	28 a 32	28 a 33 + 01 a 02	28 a 03
Igarapé	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Igaratinga	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Iguatama	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ijaci	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ilicínea	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Imbé de Minas	28 a 32	28 a 34 + 01 a 07	28 a 07
Inconfidentes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Indaiabira	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Indianópolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ingaí	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Inhapim	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Inhaúma	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Inimutaba	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Ipaba	28 a 32	28 a 34	28 a 08
Ipanema	28 a 32	28 a 33 + 02 a 07	28 a 35 + 02 a 08
Ipatinga	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Ipiaçu	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ipuiúna	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Iraí de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itabira	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Itabirinha de Mantena	28 a 31	28 a 33	28 a 33 + 04 a 06
Itabirito	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itacambira	28 a 32	28 a 33	28 a 35
Itacarambi	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Itaguara	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Itaipé	28 a 31	28 a 33	28 a 34 + 04 a 08
Itajubá	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Itamarandiba	28 a 33	28 a 34	28 a 08
Itamarati de Minas	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Itambacuri	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Itambé do Mato Dentro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Itamogi	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Itamonte	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Itanhandu	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Itanhomi	28 a 32	28 a 33	28 a 34 + 04 a 05
Itaobim	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Itapagipe	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itapecerica	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Itapeva	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Itatiaiuçu	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itaú de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Itaúna	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itaverava	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Itinga	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Itueta	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Ituiutaba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itumirim	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Iturama	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itutinga	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Jaboticatubas	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Jacinto	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Jacuí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Jacutinga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Jaguaraçu	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Jaíba	28 a 32	28 a 33	28 a 03
Jampruca	28 a 31	28 a 33	28 a 04
Janaúba	28 a 32	28 a 33	28 a 02
Januária	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Japaraíba	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Japonvar	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Jeceaba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Jenipapo de Minas	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Jequeri	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Jequitaí	28 a 32	28 a 33	28 a 01
Jequitibá	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Jequitinhonha	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 03 a 08
Jesuânia	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Joaíma	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 05 a 08
Joanésia	28 a 07	28 a 08	28 a 09

João Monlevade	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
João Pinheiro	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Joaquim Felício	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Jordânia	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 03 a 08
José Gonçalves de Minas	28 a 31	28 a 32	28 a 33
José Raydan	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Josenópolis	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Juatuba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Juiz de Fora	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Juramento	28 a 32	28 a 33	28 a 01
Juruaia	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Juvenília	28 a 32	28 a 33	28 a 35
Ladainha	28 a 32	28 a 34	28 a 08
Lagamar	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Lagoa da Prata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Lagoa dos Patos	28 a 32	28 a 33	28 a 01
Lagoa Dourada	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Lagoa Formosa	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Lagoa Grande	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Lagoa Santa	28 a 35 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Lajinha	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Lambari	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Lamim	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Laranjal	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Lassance	28 a 32	28 a 04	28 a 07
Lavras	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Leandro Ferreira	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Leme do Prado	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Leopoldina	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Liberdade	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Lima Duarte	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Limeira do Oeste	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Lontra	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Luisburgo	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Luislândia	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Luminárias	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Luz	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Machacalis	28 a 31	28 a 32 + 01 a 07	28 a 33 + 01 a 08
Machado	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Madre de Deus de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Malacacheta	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Mamonas	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Manga	28 a 32	28 a 33	28 a 35
Manhuaçu	28 a 33 + 01 a 07	28 a 07	28 a 08
Manhumirim	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Mantena	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 02 a 06
Mar de Espanha	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Maravilhas	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Maria da Fé	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Mariana	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Marilac	28 a 32	28 a 33	28 a 03
Mário Campos	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Maripá de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Marliéria	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Marmelópolis	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Martinho Campos	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Martins Soares	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Mata Verde	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 05 a 07
Materlândia	28 a 33	28 a 08	28 a 08
Mateus Leme	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Mathias Lobato	28 a 32	28 a 33	28 a 34 + 02 a 08
Matias Barbosa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Matias Cardoso	28 a 32	28 a 33	28 a 01
Matipó	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Mato Verde	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Matozinhos	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Matutina	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Medeiros	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Medina	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Mendes Pimentel	28 a 31	28 a 33	28 a 34 + 02 a 04
Mercês	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Mesquita	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Minas Novas	28 a 32	28 a 34	28 a 06
Minduri	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Mirabela	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Miradouro	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Miraí	28 a 34 + 02 a 08	28 a 09	28 a 09
Miravânia	28 a 32	28 a 34	28 a 35
Moeda	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Moema	28 a 35 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Monjolos	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Monsenhor Paulo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Montalvânia	28 a 32	28 a 34	28 a 35
Monte Alegre de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Monte Azul	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Monte Belo	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Monte Carmelo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Monte Formoso	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Monte Santo de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Monte Sião	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Montes Claros	28 a 32	28 a 33	28 a 02
Montezuma	28 a 29	28 a 30	28 a 33
Morada Nova de Minas	28 a 04	28 a 07	28 a 07
Morro da Garça	28 a 32	28 a 04	28 a 07
Morro do Pilar	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Munhoz	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Muriaé	28 a 34 + 02 a 08	28 a 09	28 a 09
Mutum	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08
Muzambinho	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Nacip Raydan	28 a 32	28 a 33	28 a 34 + 01 a 04
Nanuque	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
Naque	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Natalândia	28 a 33 + 01 a 07	28 a 07	28 a 08
Natércia	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Nazareno	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Nepomuceno	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ninheira	28 a 30	28 a 32	28 a 32
Nova Belém	28 a 32	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Nova Era	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Nova Lima	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Nova Módica	28 a 31	28 a 33	28 a 33 + 01 a 07
Nova Ponte	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Nova Porteirinha	28 a 32	28 a 33	28 a 35
Nova Resende	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Nova Serrana	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Nova União	28 a 35 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Novo Cruzeiro	28 a 32	28 a 33	28 a 35 + 04 a 06
Novo Oriente de Minas	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 04 a 07
Novorizonte	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Olaria	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Olhos-d'Água	28 a 32	28 a 34	28 a 07
Olímpio Noronha	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Oliveira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Oliveira Fortes	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Onça de Pitangui	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Oratórios	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Orizânia	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 08
Ouro Branco	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Ouro Fino	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ouro Preto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ouro Verde de Minas	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Padre Carvalho	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Padre Paraíso	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Pai Pedro	28 a 31	28 a 32	28 a 34
Paineiras	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Pains	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paiva	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Palma	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Palmópolis	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 03 a 08
Papagaios	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Pará de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Paracatu	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Paraguaçu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paraisópolis	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Paraopeba	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Passa Quatro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Passa Tempo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Passa-Vinte	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Passabém	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Passos	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Patis	28 a 32	28 a 33	28 a 35
Patos de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Patrocínio	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Patrocínio do Muriaé	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paula Cândido	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paulistas	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Pavão	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
Peçanha	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Pedra Azul	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 05 a 07
Pedra Bonita	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Pedra do Anta	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pedra do Indaiá	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pedra Dourada	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pedralva	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Pedras de Maria da Cruz	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Pedrinópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pedro Leopoldo	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Pedro Teixeira	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Pequeri	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Pequi	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Perdigão	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Perdizes	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Perdões	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Periquito	28 a 32	28 a 33	28 a 34 + 02 a 08
Pescador	28 a 31	28 a 33	28 a 33 + 01 a 05
Piau	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Piedade de Caratinga	28 a 33	28 a 34	28 a 07
Piedade de Ponte Nova	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Piedade do Rio Grande	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Piedade dos Gerais	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pimenta	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pingo-d'Água	28 a 33	28 a 34 + 05 a 08	28 a 08
Pintópolis	28 a 32	28 a 33	28 a 03
Piracema	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pirajuba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Piranga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Piranguçu	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Piranguinho	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pirapetinga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pirapora	28 a 32	28 a 34	28 a 04
Piraúba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pitangui	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Piumhi	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Planura	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Poço Fundo	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Poços de Caldas	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Pocrane	28 a 32	28 a 33	28 a 33 + 02 a 07
Pompéu	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Ponte Nova	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Ponto Chique	28 a 31	28 a 33	28 a 35 + 01 a 03
Ponto dos Volantes	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Porteirinha	28 a 32	28 a 33	28 a 35
Porto Firme	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Poté	28 a 32	28 a 34	28 a 08
Pouso Alegre	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pouso Alto	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Prados	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Prata	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pratápolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pratinha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Presidente Bernardes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Presidente Juscelino	28 a 34 + 02 a 07	28 a 07	28 a 08
Presidente Kubitschek	28 a 34 + 03 a 07	28 a 07	28 a 08
Presidente Olegário	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Prudente de Morais	28 a 34	28 a 04	28 a 08
Quartel Geral	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Queluzito	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Raposos	28 a 34 + 02 a 07	28 a 07	28 a 08
Raul Soares	28 a 33	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08
Recreio	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Reduto	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Resende Costa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Resplendor	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Ressaquinha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Riachinho	28 a 33 + 01 a 06	28 a 07	28 a 07
Riacho dos Machados	28 a 32	28 a 33	28 a 34
Ribeirão das Neves	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Ribeirão Vermelho	28 a 35 + 01 a 07	28 a 07	28 a 09

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rio Acima	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Casca	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio do Prado	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Rio Doce	28 a 34 + 02 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Espera	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Manso	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Rio Novo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Paranaíba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Pardo de Minas	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Rio Piracicaba	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Pomba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Preto	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Rio Vermelho	28 a 33	28 a 04	28 a 08
Ritápolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Rochedo de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rodeiro	28 a 34 + 02 a 08	28 a 08	28 a 09
Romaria	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rosário da Limeira	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Rubelita	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Rubim	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Sabará	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Sabinópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Sacramento	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Salinas	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 06 a 08
Salto da Divisa	28 a 30	28 a 32 + 02 a 08	28 a 33 + 01 a 09
Santa Bárbara	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Santa Bárbara do Leste	28 a 33	28 a 34 + 02 a 05	28 a 08
Santa Bárbara do Monte Verde	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Santa Bárbara do Tugúrio	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Cruz de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santa Cruz de Salinas	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Santa Cruz do Escalvado	28 a 34 + 02 a 07	28 a 07	28 a 09
Santa Efigênia de Minas	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Santa Fé de Minas	28 a 31	28 a 34	28 a 04
Santa Helena de Minas	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 03 a 08
Santa Juliana	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Santa Luzia	28 a 35 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Santa Margarida	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 08
Santa Maria de Itabira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Maria do Salto	28 a 30	28 a 32 + 01 a 08	28 a 33 + 01 a 09
Santa Maria do Suaçuí	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Santa Rita de Caldas	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Santa Rita de Ibitipoca	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Rita de Jacutinga	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Santa Rita de Minas	28 a 33	28 a 35	28 a 08
Santa Rita do Itueto	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Santa Rita do Sapucaí	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Santa Rosa da Serra	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Vitória	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santana da Vargem	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Santana de Cataguases	28 a 34 + 02 a 08	28 a 09	28 a 09
Santana de Pirapama	28 a 34 + 03 a 07	28 a 07	28 a 08
Santana do Deserto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santana do Garambéu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santana do Jacaré	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santana do Manhuaçu	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Santana do Paraíso	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Santana do Riacho	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Santana dos Montes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santo Antônio do Amparo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santo Antônio do Aventureiro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santo Antônio do Grama	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Santo Antônio do Itambé	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Santo Antônio do Jacinto	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Santo Antônio do Monte	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santo Antônio do Retiro	28 a 30	28 a 32	28 a 33
Santo Antônio do Rio Abaixo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santo Hipólito	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Santos Dumont	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Bento Abade	28 a 07	28 a 07	28 a 09
São Brás do Suaçuí	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Domingos das Dores	28 a 32	28 a 34	28 a 07
São Domingos do Prata	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Félix de Minas	28 a 31	28 a 33	28 a 33 + 03 a 05
São Francisco	28 a 32	28 a 33	28 a 07
São Francisco de Paula	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Francisco de Sales	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Francisco do Glória	28 a 08	28 a 09	28 a 09
São Geraldo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Geraldo da Piedade	28 a 32	28 a 33	28 a 08
São Geraldo do Baixio	28 a 31	28 a 33	28 a 34
São Gonçalo do Abaeté	28 a 07	28 a 07	28 a 07
São Gonçalo do Pará	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Gonçalo do Rio Abaixo	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
São Gonçalo do Rio Preto	28 a 34	28 a 04	28 a 08
São Gonçalo do Sapucaí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Gotardo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São João Batista do Glória	28 a 07	28 a 08	28 a 08
São João da Lagoa	28 a 31	28 a 33	28 a 01
São João da Mata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São João da Ponte	28 a 32	28 a 33	28 a 35
São João das Missões	28 a 32	28 a 33	28 a 35
São João del Rei	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São João do Manhuaçu	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 08
São João do Manteninha	28 a 31	28 a 33	28 a 33 + 02 a 05
São João do Oriente	28 a 32	28 a 33	28 a 03
São João do Pacuí	28 a 31	28 a 33	28 a 34
São João do Paraíso	28 a 30	28 a 32	28 a 32
São João Evangelista	28 a 32	28 a 07	28 a 08
São João Nepomuceno	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Joaquim de Bicas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São José da Barra	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São José da Lapa	28 a 35	28 a 07	28 a 08
São José da Safira	28 a 32	28 a 33	28 a 08
São José da Varginha	28 a 04	28 a 07	28 a 08
São José do Alegre	28 a 07	28 a 09	28 a 09
São José do Divino	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
São José do Goiabal	28 a 34	28 a 07	28 a 08
São José do Jacuri	28 a 32	28 a 33	28 a 08
São José do Mantimento	28 a 33	28 a 07	28 a 08
São Lourenço	28 a 07	28 a 09	28 a 09
São Miguel do Anta	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Pedro da União	28 a 07	28 a 09	28 a 09
São Pedro do Suaçuí	28 a 32	28 a 33	28 a 08
São Pedro dos Ferros	28 a 34	28 a 07	28 a 08
São Romão	28 a 31	28 a 33	28 a 03
São Roque de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Sebastião da Bela Vista	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Sebastião da Vargem Alegre	28 a 35 + 02 a 07	28 a 09	28 a 09
São Sebastião do Anta	28 a 32	28 a 34	28 a 07
São Sebastião do Maranhão	28 a 32	28 a 33	28 a 08
São Sebastião do Oeste	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Sebastião do Paraíso	28 a 07	28 a 08	28 a 08
São Sebastião do Rio Preto	28 a 34 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
São Sebastião do Rio Verde	28 a 05	28 a 06	28 a 07
São Thomé das Letras	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Tiago	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Tomás de Aquino	28 a 07	28 a 08	28 a 08
São Vicente de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Sapucaí-Mirim	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Sardoá	28 a 32	28 a 33	28 a 08
Sarzedo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Sem-Peixe	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Senador Amaral	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Senador Cortes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador Firmino	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador José Bento	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador Modestino Gonçalves	28 a 33	28 a 04	28 a 07
Senhora de Oliveira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senhora do Porto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senhora dos Remédios	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Sericita	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Seritinga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Serra Azul de Minas	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Serra da Saudade	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Serra do Salitre	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Serra dos Aimorés	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
Serrania	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Serranópolis de Minas	28 a 31	28 a 32	28 a 34
Serranos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Serro	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Sete Lagoas	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Setubinha	28 a 32	28 a 34	28 a 08
Silveirânia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Silvianópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Simão Pereira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Simonésia	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Sobrália	28 a 32	28 a 33	28 a 07
Soledade de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Tabuleiro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Taiobeiras	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Taparuba	28 a 32	28 a 33 + 02 a 07	28 a 34 + 02 a 07
Tapira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Tapiraí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Taquaraçu de Minas	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Tarumirim	28 a 32	28 a 33	28 a 05
Teixeiras	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Teófilo Otoni	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 08
Timóteo	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Tiradentes	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Tiros	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Tocantins	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Tocos do Moji	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Toledo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Tombos	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Três Corações	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Três Marias	28 a 33 + 01 a 04	28 a 07	28 a 08
Três Pontas	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Tumiritinga	28 a 31	28 a 33	28 a 33 + 03 a 04
Tupaciguara	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Turmalina	28 a 32	28 a 34	28 a 35 + 01 a 05
Turvolândia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ubá	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ubaí	28 a 31	28 a 33	28 a 02
Ubaporanga	28 a 33	28 a 34	28 a 07
Uberaba	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Uberlândia	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Umburatiba	28 a 31	28 a 32 + 01 a 07	28 a 08
Unaí	28 a 07	28 a 07	28 a 08
União de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Uruana de Minas	28 a 33 + 01 a 07	28 a 07	28 a 08
Urucânia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Urucuia	28 a 32	28 a 34	28 a 04
Vargem Alegre	28 a 33	28 a 34	28 a 08
Vargem Bonita	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Vargem Grande do Rio Pardo	28 a 30	28 a 32	28 a 33
Varginha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Varjão de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Várzea da Palma	28 a 32	28 a 34	28 a 04
Varzelândia	28 a 32	28 a 33	28 a 35
Vazante	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Verdelândia	28 a 32	28 a 33	28 a 02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Veredinha	28 a 33	28 a 34	28 a 07
Veríssimo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Vermelho Novo	28 a 33	28 a 05	28 a 08
Vespasiano	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Viçosa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Vieiras	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Virgem da Lapa	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Virgínia	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Virginópolis	28 a 32	28 a 08	28 a 09
Virgolândia	28 a 32	28 a 33	28 a 05
Visconde do Rio Branco	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Volta Grande	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Wenceslau Braz	28 a 08	28 a 09	28 a 09

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abadia dos Dourados	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Abaeté	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Abre Campo	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Acaiaca	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Açucena	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Água Boa	28 a 31	28 a 33	28 a 08
Água Comprida	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Aguanil	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Águas Formosas	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 07 a 08
Águas Vermelhas	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Aimorés	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Aiuruoca	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Alagoa	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Albertina	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Além Paraíba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alfenas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alfredo Vasconcelos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Almenara	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 02 a 08
Alpercata	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Alpinópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alterosa	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Alto Caparaó	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Alto Jequitibá	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Alto Rio Doce	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alvarenga	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 06 a 07
Alvinópolis	28 a 33 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Alvorada de Minas	28 a 36	28 a 08	28 a 09
Amparo do Serra	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Andradas	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Andrelândia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Angelândia	28 a 31	28 a 33	28 a 08
Antônio Carlos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Antônio Dias	28 a 32	28 a 08	28 a 08
Antônio Prado de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Araçaí	28 a 32	28 a 07	28 a 07
Aracitaba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Araçuaí	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Araguari	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Arantina	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Araponga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Araporã	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Arapuá	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Araújos	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Araxá	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Arceburgo	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Arcos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Areado	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Argirita	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Aricanduva	28 a 31	28 a 34	28 a 07
Arinos	28 a 33 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Astolfo Dutra	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Ataléia	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 04 a 08
Augusto de Lima	28 a 31	28 a 34 + 02 a 04	28 a 07
Baependi	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Baldim	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Bambuí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bandeira	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 03 a 08
Bandeira do Sul	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Barão de Cocais	28 a 36	28 a 07	28 a 08
Barão de Monte Alto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Barbacena	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Barra Longa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Barroso	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bela Vista de Minas	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Belmiro Braga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Belo Horizonte	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Belo Oriente	28 a 31	28 a 33 + 02 a 07	28 a 08
Belo Vale	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Berilo	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Berizal	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Bertópolis	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 08
Betim	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Bias Fortes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bicas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Biquinhas	28 a 04	28 a 07	28 a 07
Boa Esperança	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Bocaina de Minas	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Bocaiúva	28 a 31	28 a 32	28 a 04
Bom Despacho	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Bom Jardim de Minas	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Bom Jesus da Penha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bom Jesus do Amparo	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Bom Jesus do Galho	28 a 31	28 a 33 + 05 a 08	28 a 08
Bom Repouso	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bom Sucesso	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bonfim	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Bonfinópolis de Minas	28 a 33 + 01 a 07	28 a 07	28 a 08
Bonito de Minas	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Borda da Mata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Botelhos	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Botumirim	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 01 a 04
Brás Pires	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Brasilândia de Minas	28 a 30	28 a 04	28 a 07
Brasília de Minas	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Brasópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Braúnas	28 a 34	28 a 08	28 a 09
Brumadinho	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Bueno Brandão	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Buenópolis	28 a 31	28 a 34 + 01 a 07	28 a 07
Bugre	28 a 30	28 a 32	28 a 07
Buritis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Buritizeiro	28 a 30	28 a 33	28 a 04
Cabeceira Grande	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cabo Verde	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Cachoeira da Prata	28 a 32	28 a 07	28 a 07
Cachoeira de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cachoeira de Pajeú	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Cachoeira Dourada	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Caetanópolis	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Caeté	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Caiana	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Cajuri	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Caldas	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Camacho	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Camanducaia	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Cambuí	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Cambuquira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campanário	28 a 29	28 a 31	28 a 32 + 01 a 08
Campanha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campestre	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Campina Verde	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Campo Azul	28 a 30	28 a 31	28 a 34
Campo Belo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campo do Meio	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campo Florido	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Campos Altos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campos Gerais	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Cana Verde	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Canaã	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Canápolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Candeias	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cantagalo	28 a 30	28 a 31	28 a 08
Caparaó	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Capela Nova	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Capelinha	28 a 31	28 a 34	28 a 08
Capetinga	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Capim Branco	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Capinópolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Capitão Andrade	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Capitão Enéas	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Capitólio	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Caputira	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Caraí	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Caranaíba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carandaí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carangola	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Caratinga	28 a 31	28 a 33 + 02 a 07	28 a 08
Carbonita	28 a 31	28 a 32	28 a 04
Careaçu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carlos Chagas	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 08
Carmésia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carmo da Cachoeira	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Carmo da Mata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carmo de Minas	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Carmo do Cajuru	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carmo do Paranaíba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carmo do Rio Claro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carmópolis de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carneirinho	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carrancas	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Carvalhópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carvalhos	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Casa Grande	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Cascalho Rico	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cássia	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Cataguases	28 a 34 + 02 a 07	28 a 09	28 a 09
Catas Altas	28 a 33 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Catas Altas da Noruega	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Catuji	28 a 30	28 a 30	28 a 31 + 04 a 05
Catuti	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Caxambu	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Cedro do Abaeté	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Central de Minas	28 a 30	28 a 30	28 a 32
Centralina	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Chácara	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Chalé	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Chapada do Norte	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Chapada Gaúcha	28 a 31	28 a 32	28 a 07
Chiador	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cipotânea	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Claraval	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Claro dos Poções	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Cláudio	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Coimbra	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Coluna	28 a 30	28 a 34	28 a 08
Comendador Gomes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Comercinho	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Conceição da Aparecida	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Conceição da Barra de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Conceição das Alagoas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Conceição das Pedras	28 a 07	28 a 09	28 a 09

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conceição de Ipanema	28 a 31	28 a 32 + 02 a 07	28 a 08
Conceição do Mato Dentro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Conceição do Pará	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Conceição do Rio Verde	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Conceição dos Ouros	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cônego Marinho	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Confins	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Congonhal	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Congonhas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Congonhas do Norte	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Conquista	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Conselheiro Lafaiete	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Conselheiro Pena	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Consolação	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Contagem	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Coqueiral	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Coração de Jesus	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Cordisburgo	28 a 32	28 a 04	28 a 07
Cordislândia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Corinto	28 a 31	28 a 04	28 a 07
Coroaci	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 01 a 07
Coromandel	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Coronel Fabriciano	28 a 32	28 a 34 + 02 a 06	28 a 08
Coronel Murta	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Coronel Pacheco	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Coronel Xavier Chaves	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Córrego Danta	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Córrego do Bom Jesus	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Córrego Fundo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Córrego Novo	28 a 31	28 a 33 + 03 a 08	28 a 08
Couto de Magalhães de Minas	28 a 32	28 a 04	28 a 08
Crisólita	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 08
Cristais	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cristália	28 a 30	28 a 31	28 a 31 + 01 a 04
Cristiano Otoni	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cristina	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Crucilândia	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Cruzeiro da Fortaleza	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cruzília	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cuparaque	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Curral de Dentro	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Curvelo	28 a 32	28 a 07	28 a 07
Datas	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Delfim Moreira	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Delfinópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Delta	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Descoberto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Desterro de Entre Rios	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Desterro do Melo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Diamantina	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Diogo de Vasconcelos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Dionísio	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Divinésia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Divino	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Divino das Laranjeiras	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 01 a 02
Divinolândia de Minas	28 a 30	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08
Divinópolis	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Divisa Alegre	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Divisa Nova	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Divisópolis	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Dom Bosco	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Dom Cavati	28 a 30	28 a 32	28 a 33
Dom Joaquim	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Dom Silvério	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Dom Viçoso	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Dona Eusébia	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Dores de Campos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Dores de Guanhães	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Dores do Indaiá	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Dores do Turvo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Doresópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Douradoquara	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Durandé	28 a 32	28 a 08	28 a 09
Elói Mendes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Engenheiro Caldas	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 01 a 02
Engenheiro Navarro	28 a 30	28 a 32	28 a 32
Entre Folhas	28 a 31	28 a 33	28 a 08
Entre Rios de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Ervália	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Esmeraldas	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Espera Feliz	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Espinosa	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Espírito Santo do Dourado	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estiva	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estrela Dalva	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estrela do Indaiá	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estrela do Sul	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Eugenópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ewbank da Câmara	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Extrema	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Fama	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Faria Lemos	28 a 32 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Felício dos Santos	28 a 31	28 a 04	28 a 08
Felisburgo	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 05 a 08
Felixlândia	28 a 32	28 a 04	28 a 08
Fernandes Tourinho	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Ferros	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Fervedouro	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Florestal	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Formiga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Formoso	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Fortaleza de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Fortuna de Minas	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Francisco Badaró	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Francisco Dumont	28 a 30	28 a 32	28 a 33
Francisco Sá	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Franciscópolis	28 a 30	28 a 32	28 a 08
Frei Gaspar	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 08
Frei Inocêncio	28 a 29	28 a 31	28 a 32 + 01 a 07
Frei Lagonegro	28 a 30	28 a 33	28 a 05
Fronteira	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Fronteira dos Vales	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 07 a 08
Fruta de Leite	28 a 29	28 a 31	28 a 31
Frutal	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Funilândia	28 a 32	28 a 07	28 a 07
Galiléia	28 a 30	28 a 31	28 a 31
Gameleiras	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Glaucilândia	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Goiabeira	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Goianá	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Gonçalves	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Gonzaga	28 a 30	28 a 33	28 a 08
Gouveia	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Governador Valadares	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 01 a 02
Grão Mogol	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Grupiara	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Guanhães	28 a 33 + 01 a 04	28 a 08	28 a 09
Guapé	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guaraciaba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guaraciama	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Guaranésia	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Guarani	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guarará	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Guarda-Mor	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Guaxupé	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Guidoval	28 a 34 + 02 a 07	28 a 09	28 a 09
Guimarânia	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Guiricema	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Gurinhatã	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Heliodora	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Iapu	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
Ibertioga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ibiá	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ibiaí	28 a 30	28 a 31	28 a 35
Ibiracatu	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Ibiraci	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Ibirité	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Ibitiúra de Minas	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Ibituruna	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Icaraí de Minas	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Igarapé	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Igaratinga	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Iguatama	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Ijaci	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Ilicínea	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Imbé de Minas	28 a 31	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
Inconfidentes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Indaiabira	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Indianópolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ingaí	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Inhapim	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
Inhaúma	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Inimutaba	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Ipaba	28 a 31	28 a 32	28 a 08
Ipanema	28 a 31	28 a 32 + 02 a 07	28 a 32 + 02 a 08
Ipatinga	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Ipiaçu	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ipuiúna	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Iraí de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itabira	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Itabirinha de Mantena	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 02
Itabirito	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itacambira	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Itacarambi	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Itaguara	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Itaipé	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 04 a 05
Itajubá	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Itamarandiba	28 a 31	28 a 34	28 a 08
Itamarati de Minas	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Itambacuri	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 01 a 08
Itambé do Mato Dentro	28 a 34 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Itamogi	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Itamonte	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Itanhandu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Itanhomi	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Itaobim	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Itapagipe	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itapecerica	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Itapeva	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Itatiaiuçu	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itaú de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Itaúna	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itaverava	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Itinga	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Itueta	28 a 30	28 a 31	28 a 31
Ituiutaba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itumirim	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Iturama	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itutinga	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Jaboticatubas	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Jacinto	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 02 a 08
Jacuí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Jacutinga	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Jaguaraçu	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Jaíba	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Jampruca	28 a 29	28 a 31	28 a 32 + 01 a 02
Janaúba	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Januária	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Japaraíba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Japonvar	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Jeceaba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Jenipapo de Minas	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Jequeri	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Jequitaí	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Jequitibá	28 a 32	28 a 07	28 a 07
Jequitinhonha	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 03 a 08
Jesuânia	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Joaíma	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 07 a 08
Joanésia	28 a 34	28 a 08	28 a 09
João Monlevade	28 a 32 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
João Pinheiro	28 a 04	28 a 07	28 a 07
Joaquim Felício	28 a 30	28 a 32	28 a 07
Jordânia	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 03 a 08
José Gonçalves de Minas	28 a 30	28 a 30	28 a 31
José Raydan	28 a 30	28 a 33	28 a 08
Josenópolis	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Juatuba	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Juiz de Fora	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Juramento	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Juruaia	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Juvenília	28 a 30	28 a 32	28 a 33
Ladainha	28 a 30	28 a 32	28 a 05
Lagamar	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Lagoa da Prata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Lagoa dos Patos	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Lagoa Dourada	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Lagoa Formosa	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Lagoa Grande	28 a 04	28 a 07	28 a 07

Lagoa Santa	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Lajinha	28 a 31	28 a 08	28 a 09
Lambari	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Lamim	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Laranjal	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Lassance	28 a 30	28 a 34 + 03 a 04	28 a 04
Lavras	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Leandro Ferreira	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Leme do Prado	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Leopoldina	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Liberdade	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Lima Duarte	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Limeira do Oeste	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Lontra	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Luisburgo	28 a 32 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Luislândia	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Luminárias	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Luz	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Machacalis	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 08
Machado	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Madre de Deus de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Malacacheta	28 a 30	28 a 32	28 a 08
Mamonas	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Manga	28 a 30	28 a 32	28 a 33
Manhuaçu	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Manhumirim	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Mantena	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Mar de Espanha	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Maravilhas	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Maria da Fé	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Mariana	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Marilac	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 01 a 07
Mário Campos	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Maripá de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Marliéria	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Marmelópolis	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Martinho Campos	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Martins Soares	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Mata Verde	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Materlândia	28 a 33	28 a 08	28 a 08
Mateus Leme	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Mathias Lobato	28 a 29	28 a 31	28 a 32 + 01 a 07
Matias Barbosa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Matias Cardoso	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Matipó	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Mato Verde	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Matozinhos	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Matutina	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Medeiros	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Medina	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Mendes Pimentel	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Mercês	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Mesquita	28 a 32	28 a 08	28 a 08
Minas Novas	28 a 31	28 a 32	28 a 35
Minduri	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Mirabela	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Miradouro	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Miraí	28 a 34 + 02 a 07	28 a 09	28 a 09
Miravânia	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Moeda	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Moema	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Monjolos	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Monsenhor Paulo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Montalvânia	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Monte Alegre de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Monte Azul	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Monte Belo	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Monte Carmelo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Monte Formoso	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Monte Santo de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Monte Sião	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Montes Claros	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Montezuma	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Morada Nova de Minas	28 a 04	28 a 07	28 a 07
Morro da Garça	28 a 32	28 a 04	28 a 07
Morro do Pilar	28 a 35	28 a 08	28 a 09
Munhoz	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Muriaé	28 a 34 + 02 a 07	28 a 09	28 a 09
Mutum	28 a 31	28 a 32 + 02 a 07	28 a 08
Muzambinho	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Nacip Raydan	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 02 a 07
Nanuque	28 a 29	28 a 30	28 a 32 + 01 a 08
Naque	28 a 30	28 a 32	28 a 07
Natalândia	28 a 33 + 01 a 07	28 a 07	28 a 08
Natércia	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Nazareno	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Nepomuceno	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Ninheira	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Nova Belém	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 04 a 08
Nova Era	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Nova Lima	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Nova Módica	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Nova Ponte	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Nova Porteirinha	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Nova Resende	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Nova Serrana	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Nova União	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Novo Cruzeiro	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Novo Oriente de Minas	28 a 30	28 a 30	28 a 31 + 04 a 05
Novorizonte	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Olaria	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Olhos-d'Água	28 a 31	28 a 32	28 a 07
Olímpio Noronha	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Oliveira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Oliveira Fortes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Onça de Pitangui	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Oratórios	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Orizânia	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Ouro Branco	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Ouro Fino	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ouro Preto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ouro Verde de Minas	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 07
Padre Carvalho	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Padre Paraíso	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Pai Pedro	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Paineiras	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Pains	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paiva	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Palma	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Palmópolis	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Papagaios	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Pará de Minas	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Paracatu	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Paraguaçu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paraisópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paraopeba	28 a 32	28 a 07	28 a 07
Passa Quatro	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Passa Tempo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Passa-Vinte	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Passabém	28 a 34	28 a 08	28 a 09
Passos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Patis	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Patos de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Patrocínio	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Patrocínio do Muriaé	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Paula Cândido	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paulistas	28 a 31	28 a 04	28 a 08
Pavão	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 07
Peçanha	28 a 30	28 a 31	28 a 08
Pedra Azul	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Pedra Bonita	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Pedra do Anta	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pedra do Indaiá	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pedra Dourada	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pedralva	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Pedras de Maria da Cruz	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Pedrinópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pedro Leopoldo	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Pedro Teixeira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pequeri	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Pequi	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Perdigão	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Perdizes	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Perdões	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Periquito	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 02 a 07
Pescador	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Piau	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Piedade de Caratinga	28 a 31	28 a 33	28 a 07
Piedade de Ponte Nova	28 a 34	28 a 08	28 a 09
Piedade do Rio Grande	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Piedade dos Gerais	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pimenta	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pingo-d'Água	28 a 31	28 a 33 + 02 a 07	28 a 08
Pintópolis	28 a 30	28 a 31	28 a 33
Piracema	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pirajuba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Piranga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Piranguçu	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Piranguinho	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pirapetinga	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Pirapora	28 a 30	28 a 32	28 a 36
Piraúba	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Pitangui	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Piumhi	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Planura	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Poço Fundo	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Poços de Caldas	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Pocrane	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 06 a 07
Pompéu	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Ponte Nova	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Ponto Chique	28 a 30	28 a 33	28 a 35
Ponto dos Volantes	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Porteirinha	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Porto Firme	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Poté	28 a 30	28 a 31	28 a 08
Pouso Alegre	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pouso Alto	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Prados	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Prata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pratápolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Pratinha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Presidente Bernardes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Presidente Juscelino	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Presidente Kubitschek	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Presidente Olegário	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Prudente de Morais	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Quartel Geral	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Queluzito	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Raposos	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Raul Soares	28 a 31	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08
Recreio	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Reduto	28 a 33	28 a 08	28 a 09
Resende Costa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Resplendor	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Ressaquinha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Riachinho	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Riacho dos Machados	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Ribeirão das Neves	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Ribeirão Vermelho	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Rio Acima	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Casca	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio do Prado	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Rio Doce	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Espera	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Manso	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Novo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Paranaíba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Pardo de Minas	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Rio Piracicaba	28 a 32 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Pomba	28 a 07	28 a 08	28 a 09

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rio Preto	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Rio Vermelho	28 a 31	28 a 04	28 a 08
Ritápolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Rochedo de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rodeiro	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Romaria	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rosário da Limeira	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Rubelita	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Rubim	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Sabará	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Sabinópolis	28 a 04	28 a 08	28 a 09
Sacramento	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Salinas	28 a 29	28 a 31	28 a 31
Salto da Divisa	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 05 a 09
Santa Bárbara	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Santa Bárbara do Leste	28 a 31	28 a 33 + 02 a 05	28 a 08
Santa Bárbara do Monte Verde	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Santa Bárbara do Tugúrio	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Cruz de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santa Cruz de Salinas	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Santa Cruz do Escalvado	28 a 34	28 a 07	28 a 09
Santa Efigênia de Minas	28 a 30	28 a 31	28 a 08
Santa Fé de Minas	28 a 30	28 a 32	28 a 04
Santa Helena de Minas	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Santa Juliana	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Santa Luzia	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Santa Margarida	28 a 33 + 04 a 07	28 a 08	28 a 08
Santa Maria de Itabira	28 a 34	28 a 08	28 a 09
Santa Maria do Salto	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Santa Maria do Suaçuí	28 a 30	28 a 33	28 a 08
Santa Rita de Caldas	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Santa Rita de Ibitipoca	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Rita de Jacutinga	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Santa Rita de Minas	28 a 31	28 a 33 + 05 a 07	28 a 07
Santa Rita do Itueto	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Santa Rita do Sapucaí	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Santa Rosa da Serra	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Vitória	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santana da Vargem	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Santana de Cataguases	28 a 34 + 02 a 07	28 a 09	28 a 09
Santana de Pirapama	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Santana do Deserto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santana do Garambéu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santana do Jacaré	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santana do Manhuaçu	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Santana do Paraíso	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Santana do Riacho	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Santana dos Montes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santo Antônio do Amparo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santo Antônio do Aventureiro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santo Antônio do Grama	28 a 34 + 02 a 07	28 a 07	28 a 09
Santo Antônio do Itambé	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Santo Antônio do Jacinto	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Santo Antônio do Monte	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santo Antônio do Retiro	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Santo Antônio do Rio Abaixo	28 a 35	28 a 08	28 a 09
Santo Hipólito	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Santos Dumont	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Bento Abade	28 a 07	28 a 07	28 a 09
São Brás do Suaçuí	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Domingos das Dores	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
São Domingos do Prata	28 a 32	28 a 07	28 a 08
São Félix de Minas	28 a 29	28 a 31	28 a 31
São Francisco	28 a 31	28 a 31	28 a 32
São Francisco de Paula	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Francisco de Sales	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Francisco do Glória	28 a 08	28 a 09	28 a 09
São Geraldo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Geraldo da Piedade	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 01 a 07
São Geraldo do Baixio	28 a 30	28 a 30	28 a 31
São Gonçalo do Abaeté	28 a 04	28 a 07	28 a 07
São Gonçalo do Pará	28 a 04	28 a 07	28 a 08
São Gonçalo do Rio Abaixo	28 a 34	28 a 07	28 a 08
São Gonçalo do Rio Preto	28 a 32	28 a 04	28 a 08
São Gonçalo do Sapucaí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Gotardo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São João Batista do Glória	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São João da Lagoa	28 a 30	28 a 31	28 a 32
São João da Mata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São João da Ponte	28 a 30	28 a 31	28 a 32
São João das Missões	28 a 30	28 a 31	28 a 33
São João del Rei	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São João do Manhuaçu	28 a 33	28 a 08	28 a 08
São João do Manteninha	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São João do Oriente	28 a 30	28 a 32	28 a 33
São João do Pacuí	28 a 30	28 a 31	28 a 32
São João do Paraíso	28 a 29	28 a 30	28 a 30
São João Evangelista	28 a 31	28 a 07	28 a 08
São João Nepomuceno	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Joaquim de Bicas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São José da Barra	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São José da Lapa	28 a 35	28 a 07	28 a 08
São José da Safira	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 01 a 08
São José da Varginha	28 a 34	28 a 07	28 a 08
São José do Alegre	28 a 07	28 a 09	28 a 09
São José do Divino	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São José do Goiabal	28 a 32	28 a 07	28 a 08
São José do Jacuri	28 a 30	28 a 35	28 a 07
São José do Mantimento	28 a 31	28 a 07	28 a 08
São Lourenço	28 a 07	28 a 09	28 a 09
São Miguel do Anta	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Pedro da União	28 a 07	28 a 09	28 a 09
São Pedro do Suaçuí	28 a 30	28 a 31	28 a 36+ 02 a 07
São Pedro dos Ferros	28 a 32	28 a 07	28 a 08
São Romão	28 a 30	28 a 31	28 a 35
São Roque de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Sebastião da Bela Vista	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Sebastião da Vargem Alegre	28 a 03	28 a 09	28 a 09
São Sebastião do Anta	28 a 30	28 a 32	28 a 33 + 01 a 07
São Sebastião do Maranhão	28 a 31	28 a 33	28 a 08
São Sebastião do Oeste	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Sebastião do Paraíso	28 a 07	28 a 08	28 a 08
São Sebastião do Rio Preto	28 a 34 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
São Sebastião do Rio Verde	28 a 03	28 a 03	28 a 04
São Thomé das Letras	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Tiago	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Tomás de Aquino	28 a 07	28 a 08	28 a 08
São Vicente de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Sapucaí-Mirim	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Sardoá	28 a 30	28 a 31	28 a 08
Sarzedo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Sem-Peixe	28 a 33	28 a 07	28 a 08
Senador Amaral	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Senador Cortes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador Firmino	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador José Bento	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador Modestino Gonçalves	28 a 31	28 a 04	28 a 07
Senhora de Oliveira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senhora do Porto	28 a 04	28 a 08	28 a 09
Senhora dos Remédios	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Sericita	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Seritinga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Serra Azul de Minas	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Serra da Saudade	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Serra do Salitre	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Serra dos Aimorés	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 07
Serrania	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Serranópolis de Minas	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Serranos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Serro	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Sete Lagoas	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Setubinha	28 a 30	28 a 32	28 a 08
Silveirânia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Silvianópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Simão Pereira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Simonésia	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Sobrália	28 a 30	28 a 31	28 a 33
Soledade de Minas	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Tabuleiro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Taiobeiras	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Taparuba	28 a 31	28 a 32 + 02 a 07	28 a 32 + 02 a 07
Tapira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Tapiraí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Taquaraçu de Minas	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Tarumirim	28 a 30	28 a 31	28 a 33
Teixeiras	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Teófilo Otoni	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 08
Timóteo	28 a 32	28 a 33 + 02 a 07	28 a 08
Tiradentes	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Tiros	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Tocantins	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Tocos do Moji	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Toledo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Tombos	28 a 33 + 01 a 07	28 a 08	28 a 09
Três Corações	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Três Marias	28 a 33 + 01 a 04	28 a 07	28 a 08
Três Pontas	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Tumiritinga	28 a 30	28 a 31	28 a 31
Tupaciguara	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Turmalina	28 a 30	28 a 32	28 a 04
Turvolândia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ubá	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Ubaí	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Ubaporanga	28 a 31	28 a 32	28 a 07
Uberaba	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Uberlândia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Umburatiba	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 08
Unaí	28 a 07	28 a 07	28 a 08
União de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Uruana de Minas	28 a 33 + 01 a 07	28 a 07	28 a 08
Urucânia	28 a 34	28 a 07	28 a 09
Urucuia	28 a 30	28 a 32	28 a 04
Vargem Alegre	28 a 31	28 a 32 + 05 a 07	28 a 08
Vargem Bonita	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Vargem Grande do Rio Pardo	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Varginha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Varjão de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Várzea da Palma	28 a 30	28 a 32	28 a 36
Varzelândia	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Vazante	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Verdelândia	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Veredinha	28 a 31	28 a 32	28 a 07
Veríssimo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Vermelho Novo	28 a 31	28 a 34 + 02 a 05	28 a 08
Vespasiano	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Viçosa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Vieiras	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Virgem da Lapa	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Virgínia	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Virginópolis	28 a 31	28 a 08	28 a 09
Virgolândia	28 a 30	28 a 31	28 a 07
Visconde do Rio Branco	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Volta Grande	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Wenceslau Braz	28 a 08	28 a 09	28 a 09

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOSTIPO 3
Abadia dos Dourados	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Abaeté	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Abre Campo	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Acaiaca	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Açucena	28 a 29	28 a 31	28 a 07
Água Boa	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Água Comprida	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Aguanil	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Águas Formosas	28 a 29	28 a 29	28 a 29

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Águas Vermelhas		28 a 29	28 a 29
Aimorés	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Aiuruoca	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Alagoa	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Albertina	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Além Paraíba	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Alfenas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alfredo Vasconcelos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Almenara	28 a 29	28 a 29	28 a 29 + 08 a 09
Alpercata	28 a 29	28 a 29 + 05 a 07	28 a 30 + 02 a 08
Alpinópolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Alterosa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alto Caparaó	28 a 30	28 a 08	28 a 09
Alto Jequitibá	28 a 30	28 a 35	28 a 36
Alto Rio Doce	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Alvarenga	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Alvinópolis	28 a 31	28 a 35 + 04 a 07	28 a 08
Alvorada de Minas	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Amparo do Serra	28 a 36 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Andradas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Andrelândia	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Angelândia	28 a 30	28 a 31	28 a 06
Antônio Carlos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Antônio Dias	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Antônio Prado de Minas	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Araçaí	28 a 30	28 a 34	28 a 07
Aracitaba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Araçuaí	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Araguari	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Arantina	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Araponga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Araporã	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Arapuá	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Araújos	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Araxá	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Arceburgo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Arcos	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Areado	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Argirita	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Aricanduva	28 a 30	28 a 31	28 a 06
Arinos	28 a 30	28 a 07	28 a 07
Astolfo Dutra	28 a 34 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Ataléia	28 a 29	28 a 29	28 a 30 + 02 a 07
Augusto de Lima	28 a 30	28 a 31	28 a 07
Baependi	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Baldim	28 a 31	28 a 04	28 a 07
Bambuí	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Bandeira		28 a 29	28 a 29 + 04 a 07
Bandeira do Sul	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Barão de Cocais	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Barão de Monte Alto	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Barbacena	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Barra Longa	28 a 32 + 02 a 07	28 a 07	28 a 08
Barroso	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Bela Vista de Minas	28 a 31	28 a 35 + 04 a 07	28 a 08
Belmiro Braga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Belo Horizonte	28 a 36	28 a 08	28 a 08
Belo Oriente	28 a 29	28 a 31	28 a 07
Belo Vale	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Berilo	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Berizal		28 a 29	28 a 29
Bertópolis	28 a 29	28 a 29	28 a 29 + 02 a 07
Betim	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Bias Fortes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bicas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Biquinhas	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Boa Esperança	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Bocaina de Minas	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Bocaiúva	28 a 29	28 a 31	28 a 03
Bom Despacho	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Bom Jardim de Minas	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Bom Jesus da Penha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bom Jesus do Amparo	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Bom Jesus do Galho	28 a 30	28 a 31	28 a 08
Bom Repouso	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Bom Sucesso	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Bonfim	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Bonfinópolis de Minas	28 a 33 + 01 a 04	28 a 07	28 a 07
Bonito de Minas	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Borda da Mata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Botelhos	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Botumirim	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Brás Pires	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Brasilândia de Minas	28 a 29	28 a 34	28 a 04
Brasília de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 31
Brasópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Braúnas	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Brumadinho	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Bueno Brandão	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Buenópolis	28 a 30	28 a 31	28 a 07
Bugre	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Buritis	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Buritizeiro	28 a 29	28 a 30	28 a 34
Cabeceira Grande	28 a 05	28 a 07	28 a 08
Cabo Verde	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cachoeira da Prata	28 a 30	28 a 31	28 a 07
Cachoeira de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cachoeira de Pajeú	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Cachoeira Dourada	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Caetanópolis	28 a 31	28 a 35	28 a 07
Caeté	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Caiana	28 a 30 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Cajuri	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Caldas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Camacho	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Camanducaia	28 a 08	28 a 08	28 a 08
Cambuí	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Cambuquira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campanário	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Campanha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campestre	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Campina Verde	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Campo Azul	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Campo Belo	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Campo do Meio	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Campo Florido	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Campos Altos	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Campos Gerais	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Cana Verde	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Canaã	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Canápolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Candeias	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Cantagalo	28 a 29	28 a 30	28 a 04
Caparaó	28 a 30	28 a 08	28 a 09
Capela Nova	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Capelinha	28 a 30	28 a 31	28 a 07
Capetinga	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Capim Branco	28 a 31	28 a 35	28 a 07
Capinópolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Capitão Andrade	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Capitão Enéas	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Capitólio	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Caputira	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Caraí	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Caranaíba	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Carandaí	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Carangola	28 a 30	28 a 08	28 a 08
Caratinga	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 02 a 07
Carbonita	28 a 29	28 a 31	28 a 03
Careaçu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carlos Chagas		28 a 29	28 a 30 + 01 a 07
Carmésia	28 a 31	28 a 08	28 a 08
Carmo da Cachoeira	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carmo da Mata	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carmo de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carmo do Cajuru	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Carmo do Paranaíba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carmo do Rio Claro	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Carmópolis de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carneirinho	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carrancas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Carvalhópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Carvalhos	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Casa Grande	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cascalho Rico	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cássia	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cataguases	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Catas Altas	28 a 31	28 a 35 + 04 a 07	28 a 08
Catas Altas da Noruega	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Catuji	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Catuti	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Caxambu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cedro do Abaeté	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Central de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Centralina	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Chácara	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Chalé	28 a 30	28 a 31	28 a 08
Chapada do Norte	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Chapada Gaúcha	28 a 29	28 a 31	28 a 04
Chiador	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cipotânea	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Claraval	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Claro dos Poções	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Cláudio	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Coimbra	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Coluna	28 a 29	28 a 30	28 a 07
Comendador Gomes	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Comercinho	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Conceição da Aparecida	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Conceição da Barra de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Conceição das Alagoas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Conceição das Pedras	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Conceição de Ipanema	28 a 30	28 a 31	28 a 07
Conceição do Mato Dentro	28 a 35	28 a 08	28 a 08
Conceição do Pará	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Conceição do Rio Verde	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Conceição dos Ouros	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Cônego Marinho	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Confins	28 a 32	28 a 07	28 a 07
Congonhal	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Congonhas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Congonhas do Norte	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Conquista	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Conselheiro Lafaiete	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Conselheiro Pena	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Consolação	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Contagem	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Coqueiral	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Coração de Jesus	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Cordisburgo	28 a 30	28 a 35	28 a 07
Cordislândia	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Corinto	28 a 30	28 a 04	28 a 07
Coroaci	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Coromandel	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Coronel Fabriciano	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Coronel Murta	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Coronel Pacheco	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Coronel Xavier Chaves	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Córrego Danta	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Córrego do Bom Jesus	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Córrego Fundo	28 a 04	28 a 08	28 a 08
Córrego Novo	28 a 30	28 a 32	28 a 08
Couto de Magalhães de Minas	28 a 30	28 a 35	28 a 07
Crisólita	28 a 29	28 a 29	28 a 29 + 01 a 07
Cristais	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cristália	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Cristiano Otoni	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cristina	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Crucilândia	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Cruzeiro da Fortaleza	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Cruzília	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Cuparaque		28 a 29	28 a 30
Curral de Dentro		28 a 29	28 a 29
Curvelo	28 a 30	28 a 35	28 a 07
Datas	28 a 30	28 a 05	28 a 08
Delfim Moreira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Delfinópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Delta	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Descoberto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Desterro de Entre Rios	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Desterro do Melo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Diamantina	28 a 30	28 a 34	28 a 07
Diogo de Vasconcelos	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Dionísio	28 a 30	28 a 35	28 a 08
Divinésia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Divino	28 a 30	28 a 08	28 a 08
Divino das Laranjeiras	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Divinolândia de Minas	28 a 29	28 a 30	28 a 08
Divinópolis	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Divisa Alegre		28 a 29	28 a 29
Divisa Nova	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Divisópolis		28 a 29	28 a 29
Dom Bosco	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Dom Cavati	28 a 29	28 a 30	28 a 31

Dom Joaquim	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Dom Silvério	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Dom Viçoso	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Dona Eusébia	28 a 34 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Dores de Campos	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Dores de Guanhães	28 a 31	28 a 08	28 a 08
Dores do Indaiá	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Dores do Turvo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Doresópolis	28 a 04	28 a 08	28 a 08
Douradoquara	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Durandé	28 a 30	28 a 36	28 a 08
Elói Mendes	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Engenheiro Caldas	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Engenheiro Navarro	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Entre Folhas	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 02 a 05
Entre Rios de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ervália	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Esmeraldas	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Espera Feliz	28 a 30 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Espinosa	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Espírito Santo do Dourado	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estiva	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Estrela Dalva	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Estrela do Indaiá	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Estrela do Sul	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Eugenópolis	28 a 34 + 04 a 07	28 a 08	28 a 08
Ewbank da Câmara	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Extrema	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Fama	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Faria Lemos	28 a 30	28 a 01 + 03 a 07	28 a 08
Felício dos Santos	28 a 30	28 a 34	28 a 07
Felisburgo	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Felixlândia	28 a 32	28 a 04	28 a 07
Fernandes Tourinho	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Ferros	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Fervedouro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Florestal	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Formiga	28 a 05	28 a 07	28 a 08
Formoso	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Fortaleza de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Fortuna de Minas	28 a 31	28 a 36	28 a 07
Francisco Badaró	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Francisco Dumont	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Francisco Sá	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Franciscópolis	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Frei Gaspar	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Frei Inocêncio	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Frei Lagonegro	28 a 29	28 a 30	28 a 04
Fronteira	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Fronteira dos Vales	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Fruta de Leite	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Frutal	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Funilândia	28 a 31	28 a 35	28 a 07
Galiléia	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Gameleiras	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Glaucilândia	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Goiabeira	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Goianá	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Gonçalves	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Gonzaga	28 a 29	28 a 30	28 a 07
Gouveia	28 a 30	28 a 05	28 a 08
Governador Valadares	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Grão Mogol	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Grupiara	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Guanhães	28 a 30	28 a 08	28 a 08
Guapé	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Guaraciaba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guaraciama	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Guaranésia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guarani	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guarará	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guarda-Mor	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Guaxupé	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Guidoval	28 a 31 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Guimarânia	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Guiricema	28 a 08	28 a 09	28 a 09
Gurinhatã	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Heliodora	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Iapu	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Ibertioga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ibiá	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ibiaí	28 a 29	28 a 30	28 a 34
Ibiracatu	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Ibiraci	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ibirité	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ibitiúra de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ibituruna	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Icaraí de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Igarapé	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Igaratinga	28 a 04	28 a 07	28 a 07
Iguatama	28 a 36 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Ijaci	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ilicínea	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Imbé de Minas	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 02 a 06
Inconfidentes	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Indaiabira		28 a 29	28 a 29
Indianópolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ingaí	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Inhapim	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Inhaúma	28 a 31	28 a 35	28 a 07
Inimutaba	28 a 31	28 a 35	28 a 07
Ipaba	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Ipanema	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 02 a 07
Ipatinga	28 a 30	28 a 36	28 a 08
Ipiaçu	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ipuiúna	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Iraí de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itabira	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Itabirinha de Mantena	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Itabirito	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itacambira	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Itacarambi	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Itaguara	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Itaipé	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Itajubá	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Itamarandiba	28 a 30	28 a 31	28 a 07
Itamarati de Minas	28 a 31	28 a 08	28 a 09
Itambacuri	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Itambé do Mato Dentro	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Itamogi	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Itamonte	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Itanhandu	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Itanhomi	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Itaobim	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Itapagipe	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itapecerica	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itapeva	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Itatiaiuçu	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itaú de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Itaúna	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Itaverava	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Itinga	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Itueta	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Ituiutaba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Itumirim	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Iturama	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Itutinga	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Jaboticatubas	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Jacinto		28 a 29	28 a 29 + 03 a 09
Jacuí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Jacutinga	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Jaguaraçu	28 a 30	28 a 35	28 a 08
Jaíba	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Jampruca	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Janaúba	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Januária	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Japaraíba	28 a 36 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Japonvar	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Jeceaba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Jenipapo de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Jequeri	28 a 34 + 04 a 07	28 a 07	28 a 09
Jequitaí	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Jequitibá	28 a 31	28 a 04	28 a 07
Jequitinhonha	28 a 29	28 a 29	28 a 30 + 03 a 07
Jesuânia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Joaíma	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Joanésia	28 a 30	28 a 07	28 a 08
João Monlevade	28 a 31	28 a 07	28 a 08
João Pinheiro	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Joaquim Felício	28 a 29	28 a 30	28 a 35
Jordânia		28 a 29	28 a 29 + 03 a 07
José Gonçalves de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 30
José Raydan	28 a 29	28 a 30	28 a 32 + 01 a 07
Josenópolis	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Juatuba	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Juiz de Fora	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Juramento	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Juruaia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Juvenília	28 a 29	28 a 31	28 a 31
Ladainha	28 a 29	28 a 30	28 a 32 + 01 a 04
Lagamar	28 a 07	28 a 07	28 a 07
Lagoa da Prata	28 a 36 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Lagoa dos Patos	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Lagoa Dourada	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Lagoa Formosa	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Lagoa Grande	28 a 05	28 a 07	28 a 07
Lagoa Santa	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Lajinha	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Lambari	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Lamim	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Laranjal	28 a 31 + 03 a 04	28 a 08	28 a 09
Lassance	28 a 29	28 a 31	28 a 03
Lavras	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Leandro Ferreira	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Leme do Prado	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Leopoldina	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Liberdade	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Lima Duarte	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Limeira do Oeste	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Lontra	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Luisburgo	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Luislândia	28 a 29	28 a 29	28 a 31
Luminárias	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Luz	28 a 36 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Machacalis	28 a 29	28 a 29	28 a 29 + 01 a 07
Machado	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Madre de Deus de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Malacacheta	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Mamonas	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Manga	28 a 29	28 a 31	28 a 31
Manhuaçu	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Manhumirim	28 a 30	28 a 08	28 a 08
Mantena	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Mar de Espanha	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Maravilhas	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Maria da Fé	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Mariana	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Marilac	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Mário Campos	28 a 35 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
Maripá de Minas	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Marliéria	28 a 30	28 a 36	28 a 08
Marmelópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Martinho Campos	28 a 31	28 a 04	28 a 07
Martins Soares	28 a 31	28 a 08	28 a 09
Mata Verde		28 a 29	28 a 29
Materlândia	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Mateus Leme	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Mathias Lobato	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Matias Barbosa	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Matias Cardoso	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Matipó	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Mato Verde	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Matozinhos	28 a 31	28 a 35	28 a 07
Matutina	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Medeiros	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Medina	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Mendes Pimentel	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Mercês	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Mesquita	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Minas Novas	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Minduri	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Mirabela	28 a 29	28 a 29	28 a 31
Miradouro	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Miraí	28 a 31 + 02 a 08	28 a 09	28 a 09
Miravânia	28 a 29	28 a 31	28 a 31
Moeda	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Moema	28 a 35	28 a 07	28 a 08
Monjolos	28 a 31	28 a 04	28 a 07
Monsenhor Paulo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Montalvânia	28 a 29	28 a 31	28 a 31
Monte Alegre de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Monte Azul	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Monte Belo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Monte Carmelo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Monte Formoso	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Monte Santo de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Monte Sião	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Montes Claros	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Montezuma		28 a 29	28 a 29
Morada Nova de Minas	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Morro da Garça	28 a 31	28 a 04	28 a 07

Morro do Pilar	28 a 34	28 a 08	28 a 08
Munhoz	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Muriaé	28 a 31 + 02 a 08	28 a 08	28 a 09
Mutum	28 a 29	28 a 30	28 a 07
Muzambinho	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Nacip Raydan	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Nanuque		28 a 29	28 a 30 + 02 a 07
Naque	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Natalândia	28 a 33 + 01 a 04	28 a 07	28 a 07
Natércia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Nazareno	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Nepomuceno	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ninheira		28 a 29	28 a 29
Nova Belém	28 a 29	28 a 29	28 a 30 + 02 a 07
Nova Era	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Nova Lima	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Nova Módica	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Nova Ponte	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Nova Porteirinha	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Nova Resende	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Nova Serrana	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Nova União	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Novo Cruzeiro	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Novo Oriente de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Novorizonte	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Olaria	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Olhos-d'Água	28 a 29	28 a 31	28 a 07
Olímpio Noronha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Oliveira	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Oliveira Fortes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Onça de Pitangui	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Oratórios	28 a 31	28 a 07	28 a 09
Orizânia	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Ouro Branco	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ouro Fino	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ouro Preto	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Ouro Verde de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 29 + 01 a 02
Padre Carvalho	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Padre Paraíso	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Pai Pedro	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Paineiras	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Pains	28 a 04	28 a 08	28 a 08
Paiva	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Palma	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Palmópolis	28 a 29	28 a 29	28 a 29 + 02 a 07
Papagaios	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Pará de Minas	28 a 04	28 a 07	28 a 07
Paracatu	28 a 05	28 a 07	28 a 08
Paraguaçu	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Paraisópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paraopeba	28 a 31	28 a 36	28 a 07
Passa Quatro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Passa Tempo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Passa-Vinte	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Passabém	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Passos	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Patis	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Patos de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Patrocínio	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Patrocínio do Muriaé	28 a 31 + 02 a 07	28 a 07	28 a 08
Paula Cândido	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Paulistas	28 a 29	28 a 35	28 a 08
Pavão		28 a 29	28 a 29+ 01 a 02
Peçanha	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 07
Pedra Azul		28 a 29	28 a 29
Pedra Bonita	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Pedra do Anta	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Pedra do Indaiá	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Pedra Dourada	28 a 34 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Pedralva	28 a 07	28 a 09	28 a 09
Pedras de Maria da Cruz	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Pedrinópolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Pedro Leopoldo	28 a 31	28 a 36	28 a 07
Pedro Teixeira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pequeri	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pequi	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Perdigão	28 a 34	28 a 07	28 a 07
Perdizes	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Perdões	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Periquito	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Pescador	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Piau	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Piedade de Caratinga	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 02 a 05
Piedade de Ponte Nova	28 a 31	28 a 07	28 a 09
Piedade do Rio Grande	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Piedade dos Gerais	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Pimenta	28 a 04	28 a 08	28 a 08
Pingo-d'Água	28 a 30	28 a 32	28 a 08
Pintópolis	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Piracema	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pirajuba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Piranga	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Piranguçu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Piranguinho	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pirapetinga	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Pirapora	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Piraúba	28 a 34 + 05 a 07	28 a 08	28 a 09
Pitangui	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Piumhi	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Planura	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Poço Fundo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Poços de Caldas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Pocrane	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Pompéu	28 a 30	28 a 04	28 a 07
Ponte Nova	28 a 32 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Ponto Chique	28 a 29	28 a 29	28 a 34
Ponto dos Volantes	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Porteirinha	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Porto Firme	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Poté	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Pouso Alegre	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pouso Alto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Prados	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Prata	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Pratápolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Pratinha	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Presidente Bernardes	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Presidente Juscelino	28 a 31	28 a 07	28 a 07
Presidente Kubitschek	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Presidente Olegário	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Prudente de Morais	28 a 31	28 a 35	28 a 07
Quartel Geral	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Queluzito	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Raposos	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Raul Soares	28 a 30	28 a 32	28 a 08
Recreio	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Reduto	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Resende Costa	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Resplendor	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Ressaquinha	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Riachinho	28 a 30	28 a 07	28 a 07
Riacho dos Machados	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Ribeirão das Neves	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Ribeirão Vermelho	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Acima	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Casca	28 a 31	28 a 07	28 a 09
Rio do Prado	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Rio Doce	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Rio Espera	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Manso	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Novo	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Paranaíba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rio Pardo de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Rio Piracicaba	28 a 31	28 a 35 + 04 a 07	28 a 08
Rio Pomba	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Preto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Rio Vermelho	28 a 30	28 a 34	28 a 07
Ritápolis	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rochedo de Minas	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Rodeiro	28 a 34 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Romaria	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Rosário da Limeira	28 a 34 + 02 a 08	28 a 09	28 a 09
Rubelita	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Rubim	28 a 29	28 a 29	28 a 29 + 02 a 07
Sabará	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Sabinópolis	28 a 30	28 a 08	28 a 08
Sacramento	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Salinas	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Salto da Divisa		28 a 29	28 a 29 + 03 a 09
Santa Bárbara	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Santa Bárbara do Leste	28 a 30	28 a 31	28 a 33 + 02 a 05
Santa Bárbara do Monte Verde	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Bárbara do Tugúrio	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Cruz de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santa Cruz de Salinas	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Santa Cruz do Escalvado	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Santa Efigênia de Minas	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 07
Santa Fé de Minas	28 a 29	28 a 30	28 a 03
Santa Helena de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Santa Juliana	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santa Luzia	28 a 32	28 a 07	28 a 08
Santa Margarida	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Santa Maria de Itabira	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Santa Maria do Salto		28 a 29	28 a 29 + 03 a 09
Santa Maria do Suaçuí	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Santa Rita de Caldas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Rita de Ibitipoca	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Rita de Jacutinga	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Santa Rita de Minas	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 02 a 05
Santa Rita do Itueto	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Santa Rita do Sapucaí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santa Rosa da Serra	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Santa Vitória	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santana da Vargem	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santana de Cataguases	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
Santana de Pirapama	28 a 31	28 a 04	28 a 07
Santana do Deserto	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santana do Garambéu	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santana do Jacaré	28 a 04	28 a 07	28 a 09
Santana do Manhuaçu	28 a 30	28 a 34	28 a 08
Santana do Paraíso	28 a 30	28 a 34	28 a 08
Santana do Riacho	28 a 34	28 a 07	28 a 08
Santana dos Montes	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Santo Antônio do Amparo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Santo Antônio do Aventureiro	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Santo Antônio do Grama	28 a 31	28 a 07	28 a 09
Santo Antônio do Itambé	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Santo Antônio do Jacinto	28 a 29	28 a 29	28 a 29 + 02 a 07
Santo Antônio do Monte	28 a 04	28 a 07	28 a 08
Santo Antônio do Retiro		28 a 29	28 a 29
Santo Antônio do Rio Abaixo	28 a 35 + 04 a 07	28 a 08	28 a 08
Santo Hipólito	28 a 31	28 a 36	28 a 07
Santos Dumont	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Bento Abade	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Brás do Suaçuí	28 a 35	28 a 07	28 a 08
São Domingos das Dores	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São Domingos do Prata	28 a 31	28 a 36 + 04 a 07	28 a 08
São Félix de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 30
São Francisco	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São Francisco de Paula	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Francisco de Sales	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Francisco do Glória	28 a 08	28 a 08	28 a 09
São Geraldo	28 a 36 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
São Geraldo da Piedade	28 a 29	28 a 30	28 a 30
São Geraldo do Baixio	28 a 29	28 a 29	28 a 30
São Gonçalo do Abaeté	28 a 35	28 a 07	28 a 07
São Gonçalo do Pará	28 a 35	28 a 07	28 a 07
São Gonçalo do Rio Abaixo	28 a 31	28 a 07	28 a 08
São Gonçalo do Rio Preto	28 a 30	28 a 34	28 a 07
São Gonçalo do Sapucaí	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Gotardo	28 a 07	28 a 08	28 a 08
São João Batista do Glória	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São João da Lagoa	28 a 29	28 a 29	28 a 30
São João da Mata	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São João da Ponte	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São João das Missões	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São João del Rei	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São João do Manhuaçu	28 a 30	28 a 07	28 a 08
São João do Manteninha	28 a 29	28 a 29	28 a 30
São João do Oriente	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São João do Pacuí	28 a 29	28 a 29	28 a 30

São João do Paraíso		28 a 29	28 a 29
São João Evangelista	28 a 29	28 a 04	28 a 08
São João Nepomuceno	28 a 34 + 02 a 07	28 a 08	28 a 09
São Joaquim de Bicas	28 a 35 + 04 a 07	28 a 07	28 a 08
São José da Barra	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São José da Lapa	28 a 32	28 a 07	28 a 07
São José da Safira	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São José da Varginha	28 a 32	28 a 07	28 a 07
São José do Alegre	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São José do Divino	28 a 29	28 a 29	28 a 30
São José do Goiabal	28 a 30	28 a 36	28 a 08
São José do Jacuri	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 03
São José do Mantimento	28 a 30	28 a 31	28 a 08
São Lourenço	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Miguel do Anta	28 a 07	28 a 07	28 a 09
São Pedro da União	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Pedro do Suaçuí	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 01 a 04
São Pedro dos Ferros	28 a 30	28 a 35	28 a 08
São Romão	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São Roque de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 08
São Sebastião da Bela Vista	28 a 07	28 a 08	28 a 09
São Sebastião da Vargem Alegre	28 a 08	28 a 09	28 a 09
São Sebastião do Anta	28 a 29	28 a 30	28 a 31
São Sebastião do Maranhão	28 a 29	28 a 31	28 a 32 + 01 a 07
São Sebastião do Oeste	28 a 04	28 a 07	28 a 08
São Sebastião do Paraíso	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Sebastião do Rio Preto	28 a 34	28 a 08	28 a 09
São Sebastião do Rio Verde	28 a 36	28 a 36	28 a 36 + 04 a 07
São Thomé das Letras	28 a 07	28 a 07	28 a 09
São Tiago	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Tomás de Aquino	28 a 07	28 a 07	28 a 08
São Vicente de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Sapucaí-Mirim	28 a 08	28 a 08	28 a 09
Sardoá	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Sarzedo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Sem-Peixe	28 a 31	28 a 35 + 04 a 07	28 a 08
Senador Amaral	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador Cortes	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador Firmino	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador José Bento	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senador Modestino Gonçalves	28 a 30	28 a 31	28 a 04
Senhora de Oliveira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Senhora do Porto	28 a 31	28 a 08	28 a 08
Senhora dos Remédios	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Sericita	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Seritinga	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Serra Azul de Minas	28 a 30	28 a 04	28 a 08
Serra da Saudade	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Serra do Salitre	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Serra dos Aimorés		28 a 29	28 a 30+ 02 a 07
Serrania	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Serranópolis de Minas	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Serranos	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Serro	28 a 31	28 a 07	28 a 08
Sete Lagoas	28 a 31	28 a 35	28 a 08
Setubinha	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Silveirânia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Silvianópolis	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Simão Pereira	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Simonésia	28 a 30	28 a 34	28 a 08
Sobrália	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Soledade de Minas	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Tabuleiro	28 a 34 + 03 a 05	28 a 08	28 a 09
Taiobeiras	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Taparuba	28 a 29	28 a 30	28 a 31 + 02 a 07
Tapira	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Tapiraí	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Taquaraçu de Minas	28 a 32	28 a 07	28 a 07
Tarumirim	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Teixeiras	28 a 36 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Teófilo Otoni	28 a 29	28 a 29	28 a 30 + 01 a 07
Timóteo	28 a 30	28 a 32	28 a 08
Tiradentes	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Tiros	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Tocantins	28 a 34	28 a 08	28 a 09 + 04 a 07
Tocos do Moji	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Toledo	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Tombos	28 a 33	28 a 08	28 a 08
Três Corações	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Três Marias	28 a 30	28 a 04	28 a 07
Três Pontas	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Tumiritinga	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Tupaciguara	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Turmalina	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Turvolândia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Ubá	28 a 34 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Ubaí	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Ubaporanga	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 02 a 05
Uberaba	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Uberlândia	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Umburatiba		28 a 29	28 a 30 + 02 a 07
Unaí	28 a 04	28 a 07	28 a 08
União de Minas	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Uruana de Minas	28 a 30	28 a 07	28 a 07
Urucânia	28 a 31	28 a 07	28 a 09
Urucuia	28 a 29	28 a 31	28 a 03
Vargem Alegre	28 a 30	28 a 31	28 a 32 + 02 a 05
Vargem Bonita	28 a 07	28 a 08	28 a 08
Vargem Grande do Rio Pardo		28 a 29	28 a 29
Varginha	28 a 07	28 a 07	28 a 09
Varjão de Minas	28 a 35	28 a 07	28 a 07
Várzea da Palma	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Varzelândia	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Vazante	28 a 05	28 a 07	28 a 07
Verdelândia	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Veredinha	28 a 30	28 a 31	28 a 06
Veríssimo	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Vermelho Novo	28 a 30	28 a 32	28 a 08
Vespasiano	28 a 33	28 a 07	28 a 07
Viçosa	28 a 36 + 04 a 07	28 a 08	28 a 09
Vieiras	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Virgem da Lapa	28 a 29	28 a 29	28 a 29
Virgínia	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Virginópolis	28 a 30	28 a 07	28 a 08
Virgolândia	28 a 29	28 a 29	28 a 30
Visconde do Rio Branco	28 a 07	28 a 08	28 a 09
Volta Grande	28 a 07	28 a 07	28 a 08
Wenceslau Braz	28 a 08	28 a 08	28 a 09

PORTARIA Nº 161, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de São Paulo, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de sorgo granífero no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros das 210 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 27 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes de 50 cm e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente; e

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 40P50, 40P84, 10S20, 10S30, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, Chopper, ENFORCER, FOX, MR. 43, TAGUÁ, ATX1S e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, 50A40, 50A60 e SP 2R01;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 373 e BRS 380;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: Podium, SHS 570 Astral, SHS605, BM 737, BM 500, BM 515, SHS 615 e BM750;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG2501P;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9721R e A9735R;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GRUPO II

ATLANTICA SEMENTES S.A.: DOMINATOR, SG 11001, NX 13014 e ATX1S;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SS302, SS318, 1G245, SP 2R02, CH 9102 e CH 9104;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304, BRS 310, BRS 330, BRS 332 e BRS 511;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS-410;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: FORMOSO e PR 401;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG 2005-E, AG 2501-C, AS 4625, DKB 540, CVSW81198, AG 1080, CVSW80007, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, NUGRAIN410 e NUGRAIN320;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: JOWAR FOOD II;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 658 e BRS 716;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG1040, AG 1060, DKB550, AS 4615, Volumax, QUALIMAX, CVSW82568, NUGRAIN430, K200, JB1330, JB1326, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Adamantina	1 a 4	1 a 7
Adolfo	1 a 4	1 a 7
Aguaí	1 a 5	1 a 5
Águas da Prata	1 a 2	1 a 2
Águas de Lindóia	1 a 5	1 a 5
Águas de Santa Bárbara	1 a 5	1 a 5
Águas de São Pedro	1 a 7	1 a 7
Agudos	1 a 5	1 a 5
Alambari	1 a 5	1 a 5
Alfredo Marcondes	1 a 3	1 a 7
Altair	1 a 4	1 a 7
Altinópolis	1 a 5	1 a 5
Alto Alegre	1 a 4	1 a 7
Alumínio	1 a 5	1 a 5
Álvares Florence	1 a 4	1 a 7
Álvares Machado	1 a 4	1 a 7
Álvaro de Carvalho	1 a 7	1 a 7
Alvinlândia	1 a 5	1 a 5
Americana	1 a 5	1 a 5
Américo Brasiliense	1 a 5	1 a 5
Américo de Campos	1 a 4	1 a 7
Amparo	1 a 5	1 a 5
Analândia	1 a 5	1 a 5
Andradina	1 a 3	1 a 7
Angatuba	1 a 5	1 a 5
Anhembi	1 a 7	1 a 7
Anhumas	1 a 4	1 a 7
Aparecida	1 a 5	1 a 5
Aparecida d'Oeste	1 a 3	1 a 7
Araçariguama	1 a 5	1 a 5
Araçatuba	1 a 4	1 a 7
Araçoiaba da Serra	1 a 5	1 a 5
Aramina	1 a 5	1 a 7
Arandu	1 a 5	1 a 5
Arapeí	1 a 5	1 a 5
Araraquara	1 a 5	1 a 5
Araras	1 a 5	1 a 5
Arco-Íris	1 a 4	1 a 7
Arealva	1 a 7	1 a 7
Areias	1 a 2	1 a 2
Areiópolis	1 a 5	1 a 5
Ariranha	1 a 5	1 a 7
Artur Nogueira	1 a 5	1 a 5
Arujá	1 a 5	1 a 5
Aspásia	1 a 3	1 a 5
Assis	1 a 5	1 a 5
Atibaia	1 a 5	1 a 5
Auriflama	1 a 3	1 a 7
Avaí	1 a 7	1 a 7
Avanhandava	1 a 4	1 a 7
Avaré	1 a 5	1 a 5
Bady Bassitt	1 a 4	1 a 7
Balbinos	1 a 7	1 a 7
Bálsamo	1 a 4	1 a 7
Bananal	1 a 5	1 a 5
Barão de Antonina	1 a 5	1 a 5
Barbosa	1 a 4	1 a 7
Bariri	1 a 7	1 a 7
Barra Bonita	1 a 7	1 a 7
Barretos	1 a 5	1 a 7
Barrinha	1 a 5	1 a 7
Bastos	1 a 4	1 a 7
Batatais	1 a 5	1 a 5
Bauru	1 a 7	1 a 7
Bebedouro	1 a 5	1 a 7
Bento de Abreu	1 a 4	1 a 7
Bernardino de Campos	1 a 5	1 a 5
Bilac	1 a 4	1 a 7
Birigui	1 a 4	1 a 7
Boa Esperança do Sul	1 a 7	1 a 7
Bocaina	1 a 7	1 a 7
Bofete	1 a 5	1 a 5
Boituva	1 a 5	1 a 5
Bom Jesus dos Perdões	1 a 5	1 a 5
Borá	1 a 7	1 a 7
Boracéia	1 a 7	1 a 7
Borborema	1 a 5	1 a 7
Borebi	1 a 5	1 a 5
Botucatu	1 a 5	1 a 5
Bragança Paulista	1 a 5	1 a 5
Braúna	1 a 4	1 a 7
Brejo Alegre	1 a 4	1 a 7
Brodowski	1 a 5	1 a 7
Brotas	1 a 5	1 a 5
Buri	1 a 5	1 a 5
Buritama	1 a 4	1 a 7
Buritizal	1 a 5	1 a 7
Cabrália Paulista	1 a 5	1 a 5
Cabreúva	1 a 5	1 a 5
Caçapava	1 a 5	1 a 5
Cachoeira Paulista	1 a 5	1 a 5
Caconde	1 a 5	1 a 5
Cafelândia	1 a 5	1 a 7
Caiabu	1 a 4	1 a 7
Caiuá	1 a 3	1 a 7
Cajobi	1 a 5	1 a 7
Cajuru	1 a 5	1 a 5
Campina do Monte Alegre	1 a 5	1 a 5
Campinas	1 a 5	1 a 5
Campo Limpo Paulista	1 a 5	1 a 5
Campos Novos Paulista	1 a 5	1 a 5
Canas	1 a 7	1 a 7
Cândido Mota	1 a 7	1 a 7
Cândido Rodrigues	1 a 5	1 a 7
Canitar	1 a 7	1 a 7
Capão Bonito	1 a 5	1 a 5
Capela do Alto	1 a 5	1 a 5
Capivari	1 a 5	1 a 5
Cardoso	1 a 4	1 a 6
Casa Branca	1 a 5	1 a 5
Cássia dos Coqueiros	1 a 5	1 a 5
Castilho	1 a 3	1 a 7
Catanduva	1 a 5	1 a 7
Catiguá	1 a 5	1 a 7
Cedral	1 a 4	1 a 7
Cerqueira César	1 a 5	1 a 5
Cerquilho	1 a 5	1 a 5
Cesário Lange	1 a 5	1 a 5
Charqueada	1 a 5	1 a 5
Chavantes	1 a 7	1 a 7
Clementina	1 a 4	1 a 7
Colina	1 a 5	1 a 7
Colômbia	1 a 4	1 a 7
Conchal	1 a 5	1 a 5
Conchas	1 a 7	1 a 7
Cordeirópolis	1 a 5	1 a 5
Coroados	1 a 4	1 a 7
Coronel Macedo	1 a 5	1 a 5
Corumbataí	1 a 5	1 a 5
Cosmópolis	1 a 5	1 a 5
Cosmorama	1 a 4	1 a 7
Cravinhos	1 a 6	1 a 7
Cristais Paulista	1 a 5	1 a 5
Cruzália	1 a 7	1 a 7
Cruzeiro	1 a 5	1 a 5
Cunha	1 a 2	1 a 2
Descalvado	1 a 5	1 a 5
Dirce Reis	1 a 3	1 a 7
Divinolândia	1 a 2	1 a 2
Dobrada	1 a 6	1 a 7
Dois Córregos	1 a 5	1 a 5
Dolcinópolis	1 a 3	1 a 5
Dourado	1 a 5	1 a 5
Dracena	1 a 3	1 a 7
Duartina	1 a 5	1 a 5
Dumont	1 a 6	1 a 7
Echaporã	1 a 5	1 a 5
Elias Fausto	1 a 5	1 a 5
Elisiário	1 a 5	1 a 7
Embaúba	1 a 5	1 a 7
Emilianópolis	1 a 3	1 a 7
Engenheiro Coelho	1 a 5	1 a 5
Espírito Santo do Pinhal	1 a 5	1 a 5
Espírito Santo do Turvo	1 a 5	1 a 5
Estiva Gerbi	1 a 5	1 a 5
Estrela d'Oeste	1 a 3	1 a 7
Estrela do Norte	1 a 3	1 a 7
Euclides da Cunha Paulista	1 a 3	1 a 7
Fartura	1 a 5	1 a 5
Fernando Prestes	1 a 5	1 a 7
Fernandópolis	1 a 4	1 a 7
Fernão	1 a 5	1 a 5
Flora Rica	1 a 3	1 a 7
Floreal	1 a 4	1 a 7
Flórida Paulista	1 a 3	1 a 7
Florínia	1 a 7	1 a 7
Franca	1 a 5	1 a 5
Gabriel Monteiro	1 a 4	1 a 7
Gália	1 a 5	1 a 5
Garça	1 a 5	1 a 5
Gastão Vidigal	1 a 4	1 a 7
Gavião Peixoto	1 a 7	1 a 7
General Salgado	1 a 4	1 a 7
Getulina	1 a 5	1 a 7
Glicério	1 a 4	1 a 7
Guaiçara	1 a 5	1 a 7
Guaimbê	1 a 7	1 a 7
Guaíra	1 a 5	1 a 7
Guapiaçu	1 a 4	1 a 7
Guará	1 a 5	1 a 7
Guaraçaí	1 a 3	1 a 7
Guaraci	1 a 4	1 a 7
Guarani d'Oeste	1 a 3	1 a 6
Guarantã	1 a 7	1 a 7
Guararapes	1 a 4	1 a 7
Guararema	1 a 5	1 a 5
Guaratinguetá	1 a 5	1 a 5
Guareí	1 a 5	1 a 5
Guariba	1 a 6	1 a 7
Guatapará	1 a 6	1 a 7
Guzolândia	1 a 3	1 a 7
Herculândia	1 a 7	1 a 7
Holambra	1 a 5	1 a 5
Hortolândia	1 a 5	1 a 5
Iacanga	1 a 7	1 a 7
Iacri	1 a 4	1 a 7
Iaras	1 a 5	1 a 5
Ibaté	1 a 5	1 a 5
Ibirá	1 a 5	1 a 7
Ibirarema	1 a 7	1 a 7
Ibitinga	1 a 7	1 a 7
Icém	1 a 4	1 a 7
Iepê	1 a 7	1 a 7
Igaraçu do Tietê	1 a 7	1 a 7
Igarapava	1 a 5	1 a 7
Igaratá	1 a 5	1 a 5
Ilha Solteira	1 a 3	1 a 7
Indaiatuba	1 a 5	1 a 5
Indiana	1 a 4	1 a 7
Indiaporã	1 a 3	1 a 5
Inúbia Paulista	1 a 4	1 a 7
Ipaussu	1 a 5	1 a 5
Iperó	1 a 5	1 a 5
Ipeúna	1 a 5	1 a 5
Ipiguá	1 a 4	1 a 7
Ipuã	1 a 5	1 a 7
Iracemápolis	1 a 5	1 a 5
Irapuã	1 a 5	1 a 7
Irapuru	1 a 3	1 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Itaberá	1 a 5	1 a 5
Itaí	1 a 5	1 a 5
Itajobi	1 a 5	1 a 7
Itaju	1 a 7	1 a 7
Itapetininga	1 a 5	1 a 5
Itapeva	1 a 5	1 a 5
Itapira	1 a 5	1 a 5
Itápolis	1 a 5	1 a 7
Itaporanga	1 a 5	1 a 5
Itapuí	1 a 7	1 a 7
Itapura	1 a 3	1 a 7
Itararé	1 a 5	1 a 5
Itatiba	1 a 5	1 a 5
Itatinga	1 a 5	1 a 5
Itirapina	1 a 5	1 a 5
Itirapuã	1 a 5	1 a 5
Itobi	1 a 5	1 a 5
Itu	1 a 5	1 a 5
Itupeva	1 a 5	1 a 5
Ituverava	1 a 5	1 a 7
Jaborandi	1 a 5	1 a 7
Jaboticabal	1 a 5	1 a 7
Jacareí	1 a 5	1 a 5
Jaci	1 a 4	1 a 7
Jaguariúna	1 a 5	1 a 5
Jales	1 a 3	1 a 7
Jambeiro	1 a 5	1 a 5
Jardinópolis	1 a 5	1 a 7
Jarinu	1 a 5	1 a 5
Jaú	1 a 7	1 a 7
Jeriquara	1 a 5	1 a 5
João Ramalho	1 a 7	1 a 7
José Bonifácio	1 a 4	1 a 7
Júlio Mesquita	1 a 7	1 a 7
Jumirim	1 a 7	1 a 7
Jundiaí	1 a 5	1 a 5
Junqueirópolis	1 a 3	1 a 7
Lagoinha	1 a 5	1 a 5
Laranjal Paulista	1 a 7	1 a 7
Lavínia	1 a 3	1 a 7
Lavrinhas	1 a 5	1 a 5
Leme	1 a 5	1 a 5
Lençóis Paulista	1 a 5	1 a 5
Limeira	1 a 5	1 a 5
Lindóia	1 a 5	1 a 5
Lins	1 a 5	1 a 7
Lorena	1 a 5	1 a 5
Lourdes	1 a 4	1 a 7
Louveira	1 a 5	1 a 5
Lucélia	1 a 4	1 a 7
Lucianópolis	1 a 5	1 a 5
Luís Antônio	1 a 6	1 a 7
Luiziânia	1 a 4	1 a 7
Lupércio	1 a 5	1 a 5
Lutécia	1 a 7	1 a 7
Macatuba	1 a 7	1 a 7
Macaubal	1 a 4	1 a 7
Macedônia	1 a 3	1 a 6
Magda	1 a 4	1 a 7
Mairinque	1 a 5	1 a 5
Manduri	1 a 5	1 a 5
Marabá Paulista	1 a 3	1 a 7
Maracaí	1 a 7	1 a 7
Marapoama	1 a 5	1 a 7
Mariápolis	1 a 3	1 a 7
Marília	1 a 7	1 a 7
Marinópolis	1 a 3	1 a 7
Martinópolis	1 a 4	1 a 7
Matão	1 a 6	1 a 7
Mendonça	1 a 4	1 a 7
Meridiano	1 a 4	1 a 7
Mesópolis	1 a 3	1 a 5
Miguelópolis	1 a 5	1 a 7
Mineiros do Tietê	1 a 5	1 a 5
Mira Estrela	1 a 3	1 a 5
Mirandópolis	1 a 3	1 a 7
Mirante do Paranapanema	1 a 3	1 a 7
Mirassol	1 a 4	1 a 7
Mirassolândia	1 a 4	1 a 7
Mococa	1 a 5	1 a 5
Mogi Guaçu	1 a 5	1 a 5
Moji Mirim	1 a 5	1 a 5
Mombuca	1 a 5	1 a 5
Monções	1 a 4	1 a 7
Monte Alegre do Sul	1 a 5	1 a 5
Monte Alto	1 a 5	1 a 7
Monte Aprazível	1 a 4	1 a 7
Monte Azul Paulista	1 a 5	1 a 7
Monte Castelo	1 a 3	1 a 7
Monte Mor	1 a 5	1 a 5
Monteiro Lobato	1 a 5	1 a 5
Morro Agudo	1 a 5	1 a 7
Morungaba	1 a 5	1 a 5
Motuca	1 a 6	1 a 7
Murutinga do Sul	1 a 3	1 a 7
Nantes	1 a 7	1 a 7
Narandiba	1 a 4	1 a 7
Natividade da Serra	1 a 5	1 a 5
Nazaré Paulista	1 a 4	1 a 5
Neves Paulista*	1 a 4	1 a 7
Nhandeara	1 a 4	1 a 7
Nipoã	1 a 4	1 a 7
Nova Aliança	1 a 4	1 a 7
Nova Canaã Paulista	1 a 3	1 a 7
Nova Castilho	1 a 4	1 a 7
Nova Europa	1 a 7	1 a 7
Nova Granada	1 a 4	1 a 7
Nova Guataporanga	1 a 3	1 a 7
Nova Independência	1 a 3	1 a 7
Nova Luzitânia	1 a 4	1 a 7
Nova Odessa	1 a 5	1 a 5
Novais	1 a 5	1 a 7
Novo Horizonte	1 a 5	1 a 7
Nuporanga	1 a 5	1 a 7
Ocauçu	1 a 5	1 a 5
Óleo	1 a 5	1 a 5
Olímpia	1 a 5	1 a 7
Onda Verde	1 a 4	1 a 7
Oriente	1 a 7	1 a 7
Orindiúva	1 a 4	1 a 7
Orlândia	1 a 5	1 a 7
Oscar Bressane	1 a 7	1 a 7
Osvaldo Cruz	1 a 4	1 a 7
Ourinhos	1 a 7	1 a 7
Ouro Verde	1 a 3	1 a 7
Ouroeste	1 a 3	1 a 5
Pacaembu	1 a 3	1 a 7
Palestina	1 a 4	1 a 7
Palmares Paulista	1 a 5	1 a 7
Palmeira d'Oeste	1 a 3	1 a 7
Palmital	1 a 7	1 a 7
Panorama	1 a 3	1 a 7
Paraguaçu Paulista	1 a 7	1 a 7
Paraíso	1 a 5	1 a 7
Paranapanema	1 a 5	1 a 5
Paranapuã	1 a 3	1 a 5
Parapuã	1 a 4	1 a 7
Pardinho	1 a 5	1 a 5
Parisi	1 a 4	1 a 7
Patrocínio Paulista	1 a 5	1 a 5
Paulicéia	1 a 3	1 a 7
Paulínia	1 a 5	1 a 5
Paulistânia	1 a 5	1 a 5
Paulo de Faria	1 a 4	1 a 6
Pederneiras	1 a 7	1 a 7
Pedranópolis	1 a 4	1 a 6
Pedregulho	1 a 5	1 a 5
Pedreira	1 a 5	1 a 5
Pedrinhas Paulista	1 a 7	1 a 7
Penápolis	1 a 4	1 a 7
Pereira Barreto	1 a 3	1 a 7
Pereiras	1 a 5	1 a 5
Piacatu	1 a 4	1 a 7
Piedade	1 a 5	1 a 5
Pilar do Sul	1 a 5	1 a 5
Pindamonhangaba	1 a 5	1 a 5
Pindorama	1 a 5	1 a 7
Pinhalzinho	1 a 5	1 a 5
Piquerobi	1 a 3	1 a 7
Piquete	1 a 5	1 a 5
Piracaia	1 a 5	1 a 5
Piracicaba*	1 a 5	1 a 5
Piraju	1 a 5	1 a 5
Pirajuí	1 a 7	1 a 7
Pirangi	1 a 5	1 a 7
Pirapora do Bom Jesus	1 a 5	1 a 5
Pirapozinho	1 a 4	1 a 7
Pirassununga	1 a 5	1 a 5
Piratininga	1 a 5	1 a 5
Pitangueiras	1 a 5	1 a 7
Planalto	1 a 4	1 a 7
Platina	1 a 5	1 a 5
Poloni	1 a 4	1 a 7
Pompéia	1 a 7	1 a 7
Pongaí	1 a 5	1 a 7
Pontal	1 a 5	1 a 7
Pontalinda	1 a 3	1 a 7
Pontes Gestal	1 a 4	1 a 6
Populina	1 a 3	1 a 5
Porangaba	1 a 5	1 a 5
Porto Feliz	1 a 5	1 a 5
Porto Ferreira	1 a 5	1 a 5
Potim	1 a 7	1 a 7
Potirendaba	1 a 4	1 a 7
Pracinha	1 a 4	1 a 7
Pradópolis	1 a 6	1 a 7
Pratânia	1 a 5	1 a 5
Presidente Alves	1 a 7	1 a 7
Presidente Bernardes	1 a 3	1 a 7
Presidente Epitácio	1 a 3	1 a 7
Presidente Prudente	1 a 4	1 a 7
Presidente Venceslau	1 a 3	1 a 7
Promissão	1 a 5	1 a 7
Quadra	1 a 5	1 a 5
Quatá	1 a 7	1 a 7
Queiroz	1 a 5	1 a 7
Queluz	1 a 5	1 a 5
Quintana	1 a 7	1 a 7
Rafard	1 a 5	1 a 5
Rancharia	1 a 7	1 a 7
Redenção da Serra	1 a 5	1 a 5
Regente Feijó	1 a 4	1 a 7
Reginópolis	1 a 7	1 a 7
Restinga	1 a 5	1 a 5
Ribeirão Bonito	1 a 5	1 a 5
Ribeirão Corrente	1 a 5	1 a 5
Ribeirão do Sul	1 a 5	1 a 5
Ribeirão dos Índios	1 a 3	1 a 7
Ribeirão Preto	1 a 6	1 a 7
Rifaina	1 a 5	1 a 7
Rincão	1 a 6	1 a 7
Rinópolis	1 a 4	1 a 7
Rio Claro	1 a 5	1 a 5
Rio das Pedras	1 a 5	1 a 5
Riolândia	1 a 4	1 a 6
Riversul	1 a 5	1 a 5
Rosana	1 a 3	1 a 7
Roseira	1 a 5	1 a 5
Rubiácea	1 a 4	1 a 7
Rubinéia	1 a 3	1 a 5
Sabino	1 a 5	1 a 7
Sagres	1 a 4	1 a 7
Sales	1 a 5	1 a 7
Sales Oliveira	1 a 5	1 a 7
Salmourão	1 a 4	1 a 7
Saltinho	1 a 5	1 a 5
Salto	1 a 5	1 a 5
Salto de Pirapora	1 a 5	1 a 5
Salto Grande	1 a 7	1 a 7
Sandovalina	1 a 3	1 a 7
Santa Adélia	1 a 5	1 a 7
Santa Albertina	1 a 3	1 a 5
Santa Bárbara d'Oeste	1 a 5	1 a 5
Santa Branca	1 a 5	1 a 5
Santa Clara d'Oeste	1 a 3	1 a 5
Santa Cruz da Conceição	1 a 5	1 a 5
Santa Cruz da Esperança	1 a 6	1 a 7
Santa Cruz das Palmeiras	1 a 5	1 a 5
Santa Cruz do Rio Pardo	1 a 5	1 a 5
Santa Ernestina	1 a 6	1 a 7
Santa Fé do Sul	1 a 3	1 a 5
Santa Gertrudes	1 a 5	1 a 5
Santa Isabel	1 a 5	1 a 5
Santa Lúcia	1 a 6	1 a 7
Santa Maria da Serra	1 a 7	1 a 7
Santa Mercedes	1 a 3	1 a 7
Santa Rita d'Oeste	1 a 3	1 a 5
Santa Rita do Passa Quatro	1 a 5	1 a 5
Santa Rosa de Viterbo	1 a 5	1 a 5
Santa Salete	1 a 3	1 a 6
Santana da Ponte Pensa	1 a 3	1 a 6
Santo Anastácio	1 a 3	1 a 7
Santo Antônio da Alegria	1 a 5	1 a 5
Santo Antônio de Posse	1 a 5	1 a 5
Santo Antônio do Aracanguá	1 a 4	1 a 7
Santo Antônio do Jardim	1 a 5	1 a 5
Santo Expedito	1 a 3	1 a 7
Santópolis do Aguapeí	1 a 4	1 a 7
São Carlos	1 a 5	1 a 5
São Francisco	1 a 3	1 a 7
São João da Boa Vista	1 a 5	1 a 5
São João das Duas Pontes	1 a 3	1 a 7
São João de Iracema	1 a 4	1 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São João do Pau d'Alho	1 a 3	1 a 7
São Joaquim da Barra	1 a 5	1 a 7
São José da Bela Vista	1 a 5	1 a 5
São José do Barreiro	1 a 2	1 a 2
São José do Rio Pardo	1 a 5	1 a 5
São José do Rio Preto	1 a 4	1 a 7
São José dos Campos	1 a 5	1 a 5
São Luís do Paraitinga	1 a 5	1 a 5
São Manuel	1 a 5	1 a 5
São Miguel Arcanjo	1 a 5	1 a 5
São Pedro	1 a 5	1 a 5
São Pedro do Turvo	1 a 5	1 a 5
São Roque	1 a 5	1 a 5
São Sebastião da Grama	1 a 2	1 a 2
São Simão	1 a 5	1 a 5
Sarapuí	1 a 5	1 a 5
Sarutaiá	1 a 5	1 a 5
Sebastianópolis do Sul	1 a 4	1 a 7
Serra Azul	1 a 6	1 a 7
Serra Negra	1 a 5	1 a 5
Serrana	1 a 6	1 a 7
Sertãozinho	1 a 5	1 a 7
Severínia	1 a 5	1 a 7
Silveiras	1 a 5	1 a 5
Socorro	1 a 5	1 a 5
Sorocaba	1 a 5	1 a 5
Sud Mennucci	1 a 3	1 a 7
Sumaré	1 a 5	1 a 5
Suzanápolis	1 a 3	1 a 7
Tabapuã	1 a 5	1 a 7
Tabatinga	1 a 6	1 a 7
Taciba	1 a 4	1 a 7
Taguaí	1 a 5	1 a 5
Taiaçu	1 a 5	1 a 7
Taiúva	1 a 5	1 a 7
Tambaú	1 a 5	1 a 5
Tanabi	1 a 4	1 a 7
Tapiratiba	1 a 5	1 a 5
Taquaral	1 a 5	1 a 7
Taquaritinga	1 a 6	1 a 7
Taquarituba	1 a 5	1 a 5
Taquarivaí	1 a 5	1 a 5
Tarabai	1 a 3	1 a 7
Tarumã	1 a 7	1 a 7
Tatuí	1 a 5	1 a 5
Taubaté	1 a 5	1 a 5
Tejupá	1 a 5	1 a 5
Teodoro Sampaio	1 a 3	1 a 7
Terra Roxa	1 a 5	1 a 7
Tietê	1 a 7	1 a 7
Timburi	1 a 5	1 a 5
Torre de Pedra	1 a 5	1 a 5
Torrinha	1 a 5	1 a 5
Trabiju	1 a 7	1 a 7
Tremembé	1 a 5	1 a 5
Três Fronteiras	1 a 3	1 a 5
Tuiuti	1 a 5	1 a 5
Tupã	1 a 7	1 a 7
Tupi Paulista	1 a 3	1 a 7
Turiúba	1 a 4	1 a 7
Turmalina	1 a 3	1 a 5
Ubarana	1 a 4	1 a 7
Ubirajara	1 a 5	1 a 5
Uchoa	1 a 5	1 a 7
União Paulista	1 a 4	1 a 7
Urânia	1 a 3	1 a 6
Uru	1 a 6	1 a 7
Urupês	1 a 5	1 a 7
Valentim Gentil	1 a 4	1 a 7
Valinhos	1 a 5	1 a 5
Valparaíso	1 a 3	1 a 7
Vargem Grande do Sul	1 a 5	1 a 5
Vargem Grande Paulista	1 a 2	1 a 2
Várzea Paulista*	1 a 5	1 a 5
Vera Cruz	1 a 7	1 a 7
Vinhedo	1 a 5	1 a 5
Viradouro	1 a 5	1 a 7
Vista Alegre do Alto	1 a 5	1 a 7
Vitória Brasil	1 a 3	1 a 6
Votorantim	1 a 5	1 a 5
Votuporanga	1 a 4	1 a 7
Zacarias	1 a 4	1 a 7

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Adamantina	1 a 2	1 a 7
Adolfo	1 a 3	1 a 7
Aguaí	1 a 5	1 a 5
Águas da Prata	1 a 2	1 a 2
Águas de Lindóia	1 a 5	1 a 5
Águas de Santa Bárbara	1 a 5	1 a 5
Águas de São Pedro	1 a 7	1 a 7
Agudos	1 a 5	1 a 5
Alambari	1 a 5	1 a 5
Alfredo Marcondes	1 a 2	1 a 7
Altair	1 a 3	1 a 5
Altinópolis	1 a 4	1 a 5
Alto Alegre	1 a 3	1 a 7
Alumínio	1 a 5	1 a 5
Álvares Florence	1 a 2	1 a 4
Álvares Machado	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Álvaro de Carvalho	1 a 7	1 a 7
Alvinlândia	1 a 5	1 a 5
Americana	1 a 5	1 a 5
Américo Brasiliense	1 a 5	1 a 5
Américo de Campos	1 a 3	1 a 4
Amparo	1 a 5	1 a 5
Analândia	1 a 5	1 a 5
Andradina	1 a 2	1 a 7
Angatuba	1 a 5	1 a 5
Anhembi	1 a 7	1 a 7
Anhumas	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7
Aparecida	1 a 5	1 a 5
Aparecida d'Oeste	1 a 2	1 a 4
Araçariguama	1 a 5	1 a 5
Araçatuba	1 a 2	1 a 7
Araçoiaba da Serra	1 a 5	1 a 5
Aramina	1 a 3	1 a 5
Arandu	1 a 5	1 a 5
Arapeí	1 a 5	1 a 5
Araraquara	1 a 5	1 a 5
Araras	1 a 5	1 a 5
Arco-Íris	1 a 3	1 a 7
Arealva	1 a 7	1 a 7
Areias	1 a 2	1 a 2
Areiópolis	1 a 5	1 a 5
Ariranha	1 a 4	1 a 7
Artur Nogueira	1 a 5	1 a 5
Arujá	1 a 5	1 a 5
Aspásia	1 a 2	1 a 4
Assis	1 a 5	1 a 5
Atibaia	1 a 5	1 a 5
Auriflama	1 a 2	1 a 7
Avaí	1 a 7	1 a 7
Avanhandava	1 a 3	1 a 7
Avaré	1 a 5	1 a 5
Bady Bassitt	1 a 3	1 a 7
Balbinos	1 a 7	1 a 7
Bálsamo	1 a 3	1 a 7
Bananal	1 a 5	1 a 5
Barão de Antonina	1 a 5	1 a 5
Barbosa	1 a 3	1 a 7
Bariri	1 a 7	1 a 7
Barra Bonita	1 a 7	1 a 7
Barretos	1 a 3	1 a 5
Barrinha	1 a 4	1 a 7
Bastos	1 a 3	1 a 7
Batatais	1 a 4	1 a 5
Bauru	1 a 7	1 a 7
Bebedouro	1 a 4	1 a 7
Bento de Abreu	1 a 2	1 a 7
Bernardino de Campos	1 a 5	1 a 5
Bilac	1 a 3	1 a 7
Birigui	1 a 3	1 a 7
Boa Esperança do Sul	1 a 7	1 a 7
Bocaina	1 a 7	1 a 7
Bofete	1 a 5	1 a 5
Boituva	1 a 5	1 a 5
Bom Jesus dos Perdões	1 a 5	1 a 5
Borá	1 a 7	1 a 7
Boracéia	1 a 7	1 a 7
Borborema	1 a 4	1 a 7
Borebi	1 a 5	1 a 5
Botucatu	1 a 5	1 a 5
Bragança Paulista	1 a 5	1 a 5
Braúna	1 a 3	1 a 7
Brejo Alegre	1 a 3	1 a 7
Brodowski	1 a 4	1 a 7
Brotas	1 a 5	1 a 5
Buri	1 a 5	1 a 5

Buritama	1 a 3	1 a 7
Buritizal	1 a 4	1 a 5
Cabrália Paulista	1 a 5	1 a 5
Cabreúva	1 a 5	1 a 5
Caçapava	1 a 5	1 a 5
Cachoeira Paulista	1 a 5	1 a 5
Caconde	1 a 5	1 a 5
Cafelândia	1 a 4	1 a 7
Caiabu	1 a 2	1 a 7
Caiuá	1 a 2	1 a 7
Cajobi	1 a 3	1 a 7
Cajuru	1 a 4	1 a 5
Campina do Monte Alegre	1 a 5	1 a 5
Campinas	1 a 5	1 a 5
Campo Limpo Paulista	1 a 5	1 a 5
Campos Novos Paulista	1 a 5	1 a 5
Canas	1 a 5	1 a 7
Cândido Mota	1 a 7	1 a 7
Cândido Rodrigues	1 a 4	1 a 7
Canitar	1 a 7	1 a 7
Capão Bonito	1 a 5	1 a 5
Capela do Alto	1 a 5	1 a 5
Capivari	1 a 5	1 a 5
Cardoso	1 a 2	1 a 4
Casa Branca	1 a 5	1 a 5
Cássia dos Coqueiros	1 a 5	1 a 5
Castilho	1 a 2	1 a 7
Catanduva	1 a 4	1 a 7
Catiguá	1 a 3	1 a 7
Cedral	1 a 3	1 a 7
Cerqueira César	1 a 5	1 a 5
Cerquilho	1 a 5	1 a 5
Cesário Lange	1 a 5	1 a 5
Charqueada	1 a 5	1 a 5
Chavantes	1 a 7	1 a 7
Clementina	1 a 3	1 a 7
Colina	1 a 4	1 a 7
Colômbia	1 a 3	1 a 5
Conchal	1 a 5	1 a 5
Conchas	1 a 7	1 a 7
Cordeirópolis	1 a 5	1 a 5
Coroados	1 a 3	1 a 7
Coronel Macedo	1 a 5	1 a 5
Corumbataí	1 a 5	1 a 5
Cosmópolis	1 a 5	1 a 5
Cosmorama	1 a 3	1 a 5
Cravinhos	1 a 4	1 a 7
Cristais Paulista	1 a 4	1 a 5
Cruzália	1 a 7	1 a 7
Cruzeiro	1 a 5	1 a 5
Cunha	1 a 2	1 a 2
Descalvado	1 a 5	1 a 5
Dirce Reis	1 a 2	1 a 4
Divinolândia	1 a 2	1 a 2
Dobrada	1 a 4	1 a 7
Dois Córregos	1 a 5	1 a 5
Dolcinópolis	1 a 2	1 a 4
Dourado	1 a 5	1 a 5
Dracena	1 a 2	1 a 7
Duartina	1 a 5	1 a 5
Dumont	1 a 4	1 a 7
Echaporã	1 a 5	1 a 5
Elias Fausto	1 a 5	1 a 5
Elisiário	1 a 4	1 a 7
Embaúba	1 a 3	1 a 7
Emilianópolis	1 a 2	1 a 7
Engenheiro Coelho	1 a 5	1 a 5
Espírito Santo do Pinhal	1 a 5	1 a 5
Espírito Santo do Turvo	1 a 5	1 a 5
Estiva Gerbi	1 a 5	1 a 5
Estrela d'Oeste	1 a 2	1 a 4
Estrela do Norte	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Euclides da Cunha Paulista	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Fartura	1 a 5	1 a 5
Fernando Prestes	1 a 4	1 a 7
Fernandópolis	1 a 2	1 a 4
Fernão	1 a 5	1 a 5
Flora Rica	1 a 2	1 a 7
Floreal	1 a 3	1 a 7
Flórida Paulista	1 a 2	1 a 7
Florínia	1 a 7	1 a 7
Franca	1 a 4	1 a 5
Gabriel Monteiro	1 a 3	1 a 7
Gália	1 a 5	1 a 5
Garça	1 a 5	1 a 5
Gastão Vidigal	1 a 3	1 a 7
Gavião Peixoto	1 a 7	1 a 7
General Salgado	1 a 2	1 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Getulina	1 a 4	1 a 7
Glicério	1 a 3	1 a 7
Guaiçara	1 a 4	1 a 7
Guaimbê	1 a 4	1 a 7
Guaíra	1 a 3	1 a 5
Guapiaçu	1 a 3	1 a 7
Guará	1 a 4	1 a 5
Guaraçaí	1 a 2	1 a 7
Guaraci	1 a 3	1 a 5
Guarani d'Oeste	1 a 2	1 a 4
Guarantã	1 a 7	1 a 7
Guararapes	1 a 2	1 a 7
Guararema	1 a 5	1 a 5
Guaratinguetá	1 a 5	1 a 5
Guareí	1 a 5	1 a 5
Guariba	1 a 4	1 a 7
Guatapará	1 a 4	1 a 7
Guzolândia	1 a 2	1 a 4
Herculândia	1 a 7	1 a 7
Holambra	1 a 5	1 a 5
Hortolândia	1 a 5	1 a 5
Iacanga	1 a 7	1 a 7
Iacri	1 a 3	1 a 7
Iaras	1 a 5	1 a 5
Ibaté	1 a 5	1 a 5
Ibirá	1 a 3	1 a 7
Ibirarema	1 a 7	1 a 7
Ibitinga	1 a 7	1 a 7
Icém	1 a 3	1 a 5
Iepê	1 a 7	1 a 7
Igaraçu do Tietê	1 a 7	1 a 7
Igarapava	1 a 3	1 a 5
Igaratá	1 a 5	1 a 5
Ilha Solteira	1 a 2	1 a 4
Indaiatuba	1 a 5	1 a 5
Indiana	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7
Indiaporã	1 a 2	1 a 4
Inúbia Paulista	1 a 2	1 a 7
Ipaussu	1 a 5	1 a 5
Iperó	1 a 5	1 a 5
Ipeúna	1 a 5	1 a 5
Ipiguá	1 a 3	1 a 6
Ipuã	1 a 3	1 a 5
Iracemápolis	1 a 5	1 a 5
Irapuã	1 a 3	1 a 7
Irapuru	1 a 2	1 a 7
Itaberá	1 a 5	1 a 5
Itaí	1 a 5	1 a 5
Itajobi	1 a 4	1 a 7
Itaju	1 a 7	1 a 7
Itapetininga	1 a 5	1 a 5
Itapeva	1 a 5	1 a 5
Itapira	1 a 5	1 a 5
Itápolis	1 a 4	1 a 7
Itaporanga	1 a 5	1 a 5
Itapuí	1 a 7	1 a 7
Itapura	1 a 2	1 a 4
Itararé	1 a 5	1 a 5
Itatiba	1 a 5	1 a 5
Itatinga	1 a 5	1 a 5
Itirapina	1 a 5	1 a 5
Itirapuã	1 a 4	1 a 5
Itobi	1 a 5	1 a 5
Itu	1 a 5	1 a 5
Itupeva	1 a 5	1 a 5
Ituverava	1 a 4	1 a 5
Jaborandi	1 a 3	1 a 6
Jaboticabal	1 a 4	1 a 7
Jacareí	1 a 5	1 a 5
Jaci	1 a 3	1 a 7
Jaguariúna	1 a 5	1 a 5
Jales	1 a 2	1 a 4
Jambeiro	1 a 5	1 a 5
Jardinópolis	1 a 4	1 a 7
Jarinu	1 a 5	1 a 5
Jaú	1 a 7	1 a 7
Jeriquara	1 a 4	1 a 5
João Ramalho	1 a 7	1 a 7
José Bonifácio	1 a 3	1 a 7
Júlio Mesquita	1 a 7	1 a 7
Jumirim	1 a 7	1 a 7
Jundiaí	1 a 5	1 a 5
Junqueirópolis	1 a 2	1 a 7
Lagoinha	1 a 5	1 a 5
Laranjal Paulista	1 a 7	1 a 7
Lavínia	1 a 2	1 a 7
Lavrinhas	1 a 5	1 a 5
Leme	1 a 5	1 a 5
Lençóis Paulista	1 a 5	1 a 5
Limeira	1 a 5	1 a 5
Lindóia	1 a 5	1 a 5
Lins	1 a 4	1 a 7
Lorena	1 a 5	1 a 5
Lourdes	1 a 3	1 a 7
Louveira	1 a 5	1 a 5
Lucélia	1 a 2	1 a 7
Lucianópolis	1 a 5	1 a 5
Luís Antônio	1 a 5	1 a 7
Luiziânia	1 a 3	1 a 7
Lupércio	1 a 5	1 a 5
Lutécia	1 a 7	1 a 7
Macatuba	1 a 7	1 a 7
Macaubal	1 a 3	1 a 7
Macedônia	1 a 2	1 a 4
Magda	1 a 2	1 a 5
Mairinque	1 a 5	1 a 5
Manduri	1 a 5	1 a 5
Marabá Paulista	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Maracaí	1 a 7	1 a 7
Marapoama	1 a 4	1 a 7
Mariápolis	1 a 2	1 a 7
Marília	1 a 7	1 a 7
Marinópolis	1 a 2	1 a 4
Martinópolis	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7
Matão	1 a 4	1 a 7
Mendonça	1 a 3	1 a 7
Meridiano	1 a 2	1 a 4
Mesópolis	1 a 2	1 a 4
Miguelópolis	1 a 3	1 a 5
Mineiros do Tietê	1 a 5	1 a 5
Mira Estrela	1 a 2	1 a 4
Mirandópolis	1 a 2	1 a 7
Mirante do Paranapanema	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Mirassol	1 a 3	1 a 7
Mirassolândia	1 a 3	1 a 6
Mococa	1 a 5	1 a 5
Mogi Guaçu	1 a 5	1 a 5
Moji Mirim	1 a 5	1 a 5
Mombuca	1 a 5	1 a 5
Monções	1 a 3	1 a 7
Monte Alegre do Sul	1 a 5	1 a 5
Monte Alto	1 a 4	1 a 7
Monte Aprazível	1 a 3	1 a 7
Monte Azul Paulista	1 a 4	1 a 7
Monte Castelo	1 a 2	1 a 7
Monte Mor	1 a 5	1 a 5
Monteiro Lobato	1 a 5	1 a 5
Morro Agudo	1 a 4	1 a 7
Morungaba	1 a 5	1 a 5
Motuca	1 a 4	1 a 7
Murutinga do Sul	1 a 2	1 a 7
Nantes	1 a 7	1 a 7
Narandiba	1 a 2 + 5 a 7	1 a 7
Natividade da Serra	1 a 5	1 a 5
Nazaré Paulista	1 a 3	1 a 5
Neves Paulista*	1 a 3	1 a 7
Nhandeara	1 a 3	1 a 7
Nipoã	1 a 3	1 a 7
Nova Aliança	1 a 3	1 a 7
Nova Canaã Paulista	1 a 2	1 a 4
Nova Castilho	1 a 2	1 a 7
Nova Europa	1 a 7	1 a 7
Nova Granada	1 a 3	1 a 5
Nova Guataporanga	1 a 2	1 a 7
Nova Independência	1 a 2	1 a 7
Nova Luzitânia	1 a 3	1 a 7
Nova Odessa	1 a 5	1 a 5
Novais	1 a 4	1 a 7
Novo Horizonte	1 a 4	1 a 7
Nuporanga	1 a 4	1 a 7
Ocauçu	1 a 5	1 a 5
Óleo	1 a 5	1 a 5
Olímpia	1 a 3	1 a 7
Onda Verde	1 a 3	1 a 6
Oriente	1 a 7	1 a 7
Orindiúva	1 a 3	1 a 4
Orlândia	1 a 4	1 a 7
Oscar Bressane	1 a 7	1 a 7
Osvaldo Cruz	1 a 2	1 a 7
Ourinhos	1 a 7	1 a 7
Ouro Verde	1 a 2	1 a 7
Ouroeste	1 a 2	1 a 4
Pacaembu	1 a 2	1 a 7
Palestina	1 a 3	1 a 4
Palmares Paulista	1 a 4	1 a 7
Palmeira d'Oeste	1 a 2	1 a 4
Palmital	1 a 7	1 a 7
Panorama	1 a 2	1 a 7
Paraguaçu Paulista	1 a 7	1 a 7
Paraíso	1 a 4	1 a 7
Paranapanema	1 a 5	1 a 5
Paranapuã	1 a 2	1 a 4
Parapuã	1 a 3	1 a 7
Pardinho	1 a 5	1 a 5
Parisi	1 a 2	1 a 4
Patrocínio Paulista	1 a 4	1 a 5
Paulicéia	1 a 2	1 a 7
Paulínia	1 a 5	1 a 5
Paulistânia	1 a 5	1 a 5
Paulo de Faria	1 a 3	1 a 4
Pederneiras	1 a 7	1 a 7
Pedranópolis	1 a 2	1 a 4
Pedregulho	1 a 4	1 a 5
Pedreira	1 a 5	1 a 5
Pedrinhas Paulista	1 a 7	1 a 7
Penápolis	1 a 3	1 a 7
Pereira Barreto	1 a 2	1 a 7
Pereiras	1 a 5	1 a 5
Piacatu	1 a 3	1 a 7
Piedade	1 a 5	1 a 5
Pilar do Sul	1 a 5	1 a 5
Pindamonhangaba	1 a 5	1 a 5
Pindorama	1 a 4	1 a 7
Pinhalzinho	1 a 5	1 a 5
Piquerobi	1 a 2	1 a 7
Piquete	1 a 5	1 a 5
Piracaia	1 a 5	1 a 5
Piracicaba*	1 a 5	1 a 5
Piraju	1 a 5	1 a 5
Pirajuí	1 a 7	1 a 7
Pirangi	1 a 4	1 a 7
Pirapora do Bom Jesus	1 a 5	1 a 5
Pirapozinho	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Pirassununga	1 a 5	1 a 5
Piratininga	1 a 5	1 a 5
Pitangueiras	1 a 4	1 a 7
Planalto	1 a 3	1 a 7
Platina	1 a 5	1 a 5
Poloni	1 a 3	1 a 7
Pompéia	1 a 7	1 a 7
Pongaí	1 a 4	1 a 7
Pontal	1 a 4	1 a 7
Pontalinda	1 a 2	1 a 4
Pontes Gestal	1 a 2	1 a 4
Populina	1 a 2	1 a 4
Porangaba	1 a 5	1 a 5
Porto Feliz	1 a 5	1 a 5
Porto Ferreira	1 a 5	1 a 5
Potim	1 a 5	1 a 7
Potirendaba	1 a 3	1 a 7
Pracinha	1 a 2	1 a 7
Pradópolis	1 a 4	1 a 7
Pratânia	1 a 5	1 a 5
Presidente Alves	1 a 7	1 a 7
Presidente Bernardes	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Presidente Epitácio	1 a 2	1 a 7
Presidente Prudente	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Presidente Venceslau	1 a 2	1 a 7
Promissão	1 a 3	1 a 7
Quadra	1 a 5	1 a 5
Quatá	1 a 7	1 a 7
Queiroz	1 a 3	1 a 7
Queluz	1 a 5	1 a 5
Quintana	1 a 7	1 a 7
Rafard	1 a 5	1 a 5
Rancharia	1 a 7	1 a 7
Redenção da Serra	1 a 5	1 a 5
Regente Feijó	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7
Reginópolis	1 a 7	1 a 7
Restinga	1 a 4	1 a 5
Ribeirão Bonito	1 a 5	1 a 5
Ribeirão Corrente	1 a 4	1 a 5
Ribeirão do Sul	1 a 5	1 a 5
Ribeirão dos Índios	1 a 2	1 a 7
Ribeirão Preto	1 a 4	1 a 7
Rifaina	1 a 3	1 a 5
Rincão	1 a 5	1 a 7
Rinópolis	1 a 3	1 a 7
Rio Claro	1 a 5	1 a 5
Rio das Pedras	1 a 5	1 a 5
Riolândia	1 a 2	1 a 4
Riversul	1 a 5	1 a 5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rosana	6 a 7	1 a 7
Roseira	1 a 5	1 a 5
Rubiácea	1 a 2	1 a 7
Rubinéia	1 a 2	1 a 4
Sabino	1 a 3	1 a 7
Sagres	1 a 2	1 a 7
Sales	1 a 3	1 a 7
Sales Oliveira	1 a 4	1 a 7
Salmourão	1 a 2	1 a 7
Saltinho	1 a 5	1 a 5
Salto	1 a 5	1 a 5
Salto de Pirapora	1 a 5	1 a 5
Salto Grande	1 a 7	1 a 7
Sandovalina	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Santa Adélia	1 a 4	1 a 7
Santa Albertina	1 a 2	1 a 3
Santa Bárbara d'Oeste	1 a 5	1 a 5
Santa Branca	1 a 5	1 a 5
Santa Clara d'Oeste	1 a 2	1 a 3
Santa Cruz da Conceição	1 a 5	1 a 5
Santa Cruz da Esperança	1 a 4	1 a 7
Santa Cruz das Palmeiras	1 a 5	1 a 5
Santa Cruz do Rio Pardo	1 a 5	1 a 5
Santa Ernestina	1 a 4	1 a 7
Santa Fé do Sul	1 a 2	1 a 4
Santa Gertrudes	1 a 5	1 a 5
Santa Isabel	1 a 5	1 a 5
Santa Lúcia	1 a 5	1 a 7
Santa Maria da Serra	1 a 7	1 a 7
Santa Mercedes	1 a 2	1 a 7
Santa Rita d'Oeste	1 a 2	1 a 4
Santa Rita do Passa Quatro	1 a 5	1 a 5
Santa Rosa de Viterbo	1 a 5	1 a 5
Santa Salete	1 a 2	1 a 4
Santana da Ponte Pensa	1 a 2	1 a 4
Santo Anastácio	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Santo Antônio da Alegria	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio de Posse	1 a 5	1 a 5
Santo Antônio do Aracanguá	1 a 2	1 a 7
Santo Antônio do Jardim	1 a 5	1 a 5
Santo Expedito	1 a 2	1 a 7
Santópolis do Aguapeí	1 a 3	1 a 7
São Carlos	1 a 5	1 a 5
São Francisco	1 a 2	1 a 4
São João da Boa Vista	1 a 5	1 a 5
São João das Duas Pontes	1 a 2	1 a 4
São João de Iracema	1 a 2	1 a 4
São João do Pau d'Alho	1 a 2	1 a 7
São Joaquim da Barra	1 a 4	1 a 6
São José da Bela Vista	1 a 4	1 a 5
São José do Barreiro	1 a 2	1 a 2
São José do Rio Pardo	1 a 5	1 a 5
São José do Rio Preto	1 a 3	1 a 7
São José dos Campos	1 a 5	1 a 5
São Luís do Paraitinga	1 a 5	1 a 5
São Manuel	1 a 5	1 a 5
São Miguel Arcanjo	1 a 5	1 a 5
São Pedro	1 a 5	1 a 5
São Pedro do Turvo	1 a 5	1 a 5
São Roque	1 a 5	1 a 5
São Sebastião da Grama	1 a 2	1 a 2
São Simão	1 a 5	1 a 5
Sarapuí	1 a 5	1 a 5
Sarutaiá	1 a 5	1 a 5
Sebastianópolis do Sul	1 a 3	1 a 6
Serra Azul	1 a 4	1 a 7
Serra Negra	1 a 5	1 a 5
Serrana	1 a 4	1 a 7
Sertãozinho	1 a 4	1 a 7
Severínia	1 a 3	1 a 7
Silveiras	1 a 5	1 a 5
Socorro	1 a 5	1 a 5
Sorocaba	1 a 5	1 a 5
Sud Mennucci	1 a 2	1 a 7
Sumaré	1 a 5	1 a 5
Suzanápolis	1 a 2	1 a 4
Tabapuã	1 a 3	1 a 7
Tabatinga	1 a 5	1 a 7
Taciba	1 a 7	1 a 7
Taguaí	1 a 5	1 a 5
Taiaçu	1 a 4	1 a 7
Taiúva	1 a 4	1 a 7
Tambaú	1 a 5	1 a 5
Tanabi	1 a 3	1 a 5
Tapiratiba	1 a 5	1 a 5
Taquaral	1 a 4	1 a 7
Taquaritinga	1 a 4	1 a 7
Taquarituba	1 a 5	1 a 5
Taquarivaí	1 a 5	1 a 5
Tarabai	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Tarumã	1 a 7	1 a 7
Tatuí	1 a 5	1 a 5
Taubaté	1 a 5	1 a 5
Tejupá	1 a 5	1 a 5
Teodoro Sampaio	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Terra Roxa	1 a 4	1 a 7
Tietê	1 a 7	1 a 7
Timburi	1 a 5	1 a 5
Torre de Pedra	1 a 5	1 a 5
Torrinha	1 a 5	1 a 5
Trabiju	1 a 7	1 a 7
Tremembé	1 a 5	1 a 5
Três Fronteiras	1 a 2	1 a 4
Tuiuti	1 a 5	1 a 5
Tupã	1 a 3	1 a 7
Tupi Paulista	1 a 2	1 a 7
Turiúba	1 a 3	1 a 7
Turmalina	1 a 2	1 a 4
Ubarana	1 a 3	1 a 7
Ubirajara	1 a 5	1 a 5
Uchoa	1 a 3	1 a 7
União Paulista	1 a 3	1 a 7
Urânia	1 a 2	1 a 4
Uru	1 a 4	1 a 7
Urupês	1 a 3	1 a 7
Valentim Gentil	1 a 2	1 a 4
Valinhos	1 a 5	1 a 5
Valparaíso	1 a 2	1 a 7
Vargem Grande do Sul	1 a 5	1 a 5
Vargem Grande Paulista	1 a 2	1 a 2
Várzea Paulista*	1 a 5	1 a 5
Vera Cruz	1 a 7	1 a 7
Vinhedo	1 a 5	1 a 5
Viradouro	1 a 4	1 a 7
Vista Alegre do Alto	1 a 4	1 a 7
Vitória Brasil	1 a 2	1 a 4
Votorantim	1 a 5	1 a 5
Votuporanga	1 a 2	1 a 4
Zacarias	1 a 3	1 a 7

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Adamantina		1 a 7
Adolfo	1 a 3	1 a 7
Aguaí	1 a 5	1 a 5
Águas da Prata	1 a 2	1 a 2
Águas de Lindóia	1 a 5	1 a 5
Águas de Santa Bárbara	1 a 5	1 a 5
Águas de São Pedro	1 a 7	1 a 7
Agudos	1 a 5	1 a 5
Alambari	1 a 5	1 a 5
Alfredo Marcondes		1 a 7
Altair	1 a 3	1 a 5
Altinópolis	1 a 4	1 a 5
Alto Alegre	1 a 3	1 a 7
Alumínio	1 a 5	1 a 5
Álvares Florence		1 a 4
Álvares Machado	1 a 2	1 a 7
Álvaro de Carvalho	1 a 7	1 a 7
Alvinlândia	1 a 5	1 a 5
Americana	1 a 5	1 a 5
Américo Brasiliense	1 a 5	1 a 5
Américo de Campos	1 a 3	1 a 4
Amparo	1 a 5	1 a 5
Analândia	1 a 5	1 a 5
Andradina		1 a 7
Angatuba	1 a 5	1 a 5
Anhembi	1 a 7	1 a 7
Anhumas	1 a 3	1 a 7
Aparecida	1 a 5	1 a 5
Aparecida d'Oeste		1 a 4
Araçariguama	1 a 5	1 a 5
Araçatuba		1 a 7
Araçoiaba da Serra	1 a 5	1 a 5
Aramina	1 a 3	1 a 5
Arandu	1 a 5	1 a 5
Arapeí	1 a 5	1 a 5
Araraquara	1 a 5	1 a 5
Araras	1 a 5	1 a 5
Arco-Íris	1 a 3	1 a 7
Arealva	1 a 7	1 a 7
Areias	1 a 2	1 a 2
Areiópolis	1 a 5	1 a 5
Ariranha	1 a 4	1 a 7
Artur Nogueira	1 a 5	1 a 5
Arujá	1 a 5	1 a 5
Aspásia		1 a 4
Assis	1 a 5	1 a 5
Atibaia	1 a 5	1 a 5
Auriflama		1 a 7
Avaí	1 a 7	1 a 7
Avanhandava	1 a 3	1 a 7
Avaré	1 a 5	1 a 5
Bady Bassitt	1 a 3	1 a 7
Balbinos	1 a 7	1 a 7
Bálsamo	1 a 3	1 a 7
Bananal	1 a 5	1 a 5
Barão de Antonina	1 a 5	1 a 5
Barbosa	1 a 3	1 a 7
Bariri	1 a 7	1 a 7
Barra Bonita	1 a 7	1 a 7
Barretos	1 a 3	1 a 5
Barrinha	1 a 4	1 a 7
Bastos	1 a 3	1 a 7
Batatais	1 a 4	1 a 5
Bauru	1 a 7	1 a 7
Bebedouro	1 a 4	1 a 7
Bento de Abreu		1 a 7
Bernardino de Campos	1 a 5	1 a 5
Bilac	1 a 3	1 a 7
Birigui	1 a 3	1 a 7
Boa Esperança do Sul	1 a 7	1 a 7
Bocaina	1 a 7	1 a 7
Bofete	1 a 5	1 a 5
Boituva	1 a 5	1 a 5
Bom Jesus dos Perdões	1 a 5	1 a 5
Borá	1 a 7	1 a 7
Boracéia	1 a 7	1 a 7
Borborema	1 a 4	1 a 7
Borebi	1 a 5	1 a 5
Botucatu	1 a 5	1 a 5
Bragança Paulista	1 a 5	1 a 5
Braúna	1 a 3	1 a 7
Brejo Alegre	1 a 3	1 a 7
Brodowski	1 a 4	1 a 7
Brotas	1 a 5	1 a 5
Buri	1 a 5	1 a 5
Buritama	1 a 3	1 a 7
Buritizal	1 a 4	1 a 5
Cabrália Paulista	1 a 5	1 a 5
Cabreúva	1 a 5	1 a 5
Caçapava	1 a 5	1 a 5
Cachoeira Paulista	1 a 5	1 a 5
Caconde	1 a 5	1 a 5
Cafelândia	1 a 4	1 a 7
Caiabu		1 a 7
Caiuá		1 a 7
Cajobi	1 a 3	1 a 7
Cajuru	1 a 4	1 a 5
Campina do Monte Alegre	1 a 5	1 a 5
Campinas	1 a 5	1 a 5
Campo Limpo Paulista	1 a 5	1 a 5
Campos Novos Paulista	1 a 5	1 a 5
Canas	1 a 7	1 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cândido Mota	1 a 7	1 a 7
Cândido Rodrigues	1 a 4	1 a 7
Canitar	1 a 7	1 a 7
Capão Bonito	1 a 5	1 a 5
Capela do Alto	1 a 5	1 a 5
Capivari	1 a 5	1 a 5
Cardoso		1 a 4
Casa Branca	1 a 5	1 a 5
Cássia dos Coqueiros	1 a 5	1 a 5
Castilho		1 a 7
Catanduva	1 a 4	1 a 7
Catiguá	1 a 3	1 a 7
Cedral	1 a 3	1 a 7
Cerqueira César	1 a 5	1 a 5
Cerquilho	1 a 5	1 a 5
Cesário Lange	1 a 5	1 a 5
Charqueada	1 a 5	1 a 5
Chavantes	1 a 7	1 a 7
Clementina	1 a 3	1 a 7
Colina	1 a 4	1 a 7
Colômbia	1 a 3	1 a 5
Conchal	1 a 5	1 a 5
Conchas	1 a 7	1 a 7
Cordeirópolis	1 a 5	1 a 5
Coroados	1 a 3	1 a 7
Coronel Macedo	1 a 5	1 a 5
Corumbataí	1 a 5	1 a 5
Cosmópolis	1 a 5	1 a 5
Cosmorama	1 a 3	1 a 5
Cravinhos	1 a 4	1 a 7
Cristais Paulista	1 a 4	1 a 5
Cruzália	1 a 7	1 a 7
Cruzeiro	1 a 5	1 a 5
Cunha	1 a 2	1 a 2
Descalvado	1 a 5	1 a 5
Dirce Reis		1 a 4
Divinolândia	1 a 2	1 a 2
Dobrada	1 a 4	1 a 7
Dois Córregos	1 a 5	1 a 5
Dolcinópolis		1 a 4
Dourado	1 a 5	1 a 5
Dracena		1 a 7
Duartina	1 a 5	1 a 5
Dumont	1 a 4	1 a 7
Echaporã	1 a 5	1 a 5
Elias Fausto	1 a 5	1 a 5
Elisiário	1 a 4	1 a 7
Embaúba	1 a 3	1 a 7
Emilianópolis		1 a 7
Engenheiro Coelho	1 a 5	1 a 5
Espírito Santo do Pinhal	1 a 5	1 a 5
Espírito Santo do Turvo	1 a 5	1 a 5
Estiva Gerbi	1 a 5	1 a 5
Estrela d'Oeste		1 a 4
Estrela do Norte	1 a 2	1 a 7
Euclides da Cunha Paulista	1 a 2	1 a 7
Fartura	1 a 5	1 a 5
Fernando Prestes	1 a 4	1 a 7
Fernandópolis		1 a 4
Fernão	1 a 5	1 a 5
Flora Rica		1 a 7
Floreal	1 a 3	1 a 7
Flórida Paulista		1 a 7
Florínia	1 a 7	1 a 7
Franca	1 a 4	1 a 5
Gabriel Monteiro	1 a 3	1 a 7
Gália	1 a 5	1 a 5
Garça	1 a 5	1 a 5
Gastão Vidigal	1 a 3	1 a 7
Gavião Peixoto	1 a 7	1 a 7
General Salgado		1 a 7
Getulina	1 a 4	1 a 7
Glicério	1 a 3	1 a 7
Guaiçara	1 a 4	1 a 7
Guaimbê	1 a 4	1 a 7
Guaíra	1 a 3	1 a 5
Guapiaçu	1 a 3	1 a 7
Guará	1 a 4	1 a 5
Guaraçaí		1 a 7
Guaraci	1 a 3	1 a 5
Guarani d'Oeste		1 a 4
Guarantã	1 a 7	1 a 7
Guararapes		1 a 7
Guararema	1 a 5	1 a 5
Guaratinguetá	1 a 5	1 a 5
Guareí	1 a 5	1 a 5
Guariba	1 a 4	1 a 7
Guatapará	1 a 4	1 a 7
Guzolândia		1 a 4
Herculândia	1 a 7	1 a 7
Holambra	1 a 5	1 a 5
Hortolândia	1 a 5	1 a 5
Iacanga	1 a 7	1 a 7
Iacri	1 a 3	1 a 7
Iaras	1 a 5	1 a 5
Ibaté	1 a 5	1 a 5
Ibirá	1 a 3	1 a 7
Ibirarema	1 a 7	1 a 7
Ibitinga	1 a 7	1 a 7
Icém	1 a 3	1 a 5
Iepê	1 a 7	1 a 7
Igaraçu do Tietê	1 a 7	1 a 7
Igarapava	1 a 3	1 a 5
Igaratá	1 a 5	1 a 5
Ilha Solteira		1 a 4
Indaiatuba	1 a 5	1 a 5
Indiana	1 a 3	1 a 7
Indiaporã		1 a 4
Inúbia Paulista		1 a 7
Ipaussu	1 a 5	1 a 5
Iperó	1 a 5	1 a 5
Ipeúna	1 a 5	1 a 5
Ipiguá	1 a 3	1 a 6
Ipuã	1 a 3	1 a 5
Iracemápolis	1 a 5	1 a 5
Irapuã	1 a 3	1 a 7
Irapuru		1 a 7
Itaberá	1 a 5	1 a 5
Itaí	1 a 5	1 a 5
Itajobi	1 a 4	1 a 7
Itaju	1 a 7	1 a 7
Itapetininga	1 a 5	1 a 5
Itapeva	1 a 5	1 a 5
Itapira	1 a 5	1 a 5
Itápolis	1 a 4	1 a 7
Itaporanga	1 a 5	1 a 5
Itapuí	1 a 7	1 a 7
Itapura		1 a 4
Itararé	1 a 5	1 a 5
Itatiba	1 a 5	1 a 5
Itatinga	1 a 5	1 a 5
Itirapina	1 a 5	1 a 5
Itirapuã	1 a 4	1 a 5
Itobi	1 a 5	1 a 5
Itu	1 a 5	1 a 5
Itupeva	1 a 5	1 a 5
Ituverava	1 a 4	1 a 5
Jaborandi	1 a 3	1 a 6
Jaboticabal	1 a 4	1 a 7
Jacareí	1 a 5	1 a 5
Jaci	1 a 3	1 a 7
Jaguariúna	1 a 5	1 a 5
Jales		1 a 4
Jambeiro	1 a 5	1 a 5
Jardinópolis	1 a 4	1 a 7
Jarinu	1 a 5	1 a 5
Jaú	1 a 7	1 a 7
Jeriquara	1 a 4	1 a 5
João Ramalho	1 a 7	1 a 7
José Bonifácio	1 a 3	1 a 7
Júlio Mesquita	1 a 7	1 a 7
Jumirim	1 a 7	1 a 7
Jundiaí	1 a 5	1 a 5
Junqueirópolis		1 a 7
Lagoinha	1 a 5	1 a 5
Laranjal Paulista	1 a 7	1 a 7
Lavínia		1 a 7
Lavrinhas	1 a 5	1 a 5
Leme	1 a 5	1 a 5
Lençóis Paulista	1 a 5	1 a 5
Limeira	1 a 5	1 a 5
Lindóia	1 a 5	1 a 5
Lins	1 a 4	1 a 7
Lorena	1 a 5	1 a 5
Lourdes	1 a 3	1 a 7
Louveira	1 a 5	1 a 5
Lucélia		1 a 7
Lucianópolis	1 a 5	1 a 5
Luís Antônio	1 a 5	1 a 7
Luiziânia	1 a 3	1 a 7
Lupércio	1 a 5	1 a 5
Lutécia	1 a 7	1 a 7
Macatuba	1 a 7	1 a 7
Macaubal	1 a 3	1 a 7
Macedônia		1 a 4
Magda		1 a 5
Mairinque	1 a 5	1 a 5
Manduri	1 a 5	1 a 5
Marabá Paulista	1 a 2	1 a 7
Maracaí	1 a 7	1 a 7
Marapoama	1 a 4	1 a 7
Mariápolis		1 a 7
Marília	1 a 7	1 a 7
Marinópolis		1 a 4
Martinópolis	1 a 3	1 a 7
Matão	1 a 4	1 a 7
Mendonça	1 a 3	1 a 7
Meridiano		1 a 4
Mesópolis		1 a 4
Miguelópolis	1 a 3	1 a 5
Mineiros do Tietê	1 a 5	1 a 5
Mira Estrela		1 a 4
Mirandópolis		1 a 7
Mirante do Paranapanema	1 a 2	1 a 7
Mirassol	1 a 3	1 a 7
Mirassolândia	1 a 3	1 a 6
Mococa	1 a 5	1 a 5
Mogi Guaçu	1 a 5	1 a 5
Moji Mirim	1 a 5	1 a 5
Mombuca	1 a 5	1 a 5
Monções	1 a 3	1 a 7
Monte Alegre do Sul	1 a 5	1 a 5
Monte Alto	1 a 4	1 a 7
Monte Aprazível	1 a 3	1 a 7
Monte Azul Paulista	1 a 4	1 a 7
Monte Castelo		1 a 7
Monte Mor	1 a 5	1 a 5
Monteiro Lobato	1 a 5	1 a 5
Morro Agudo	1 a 4	1 a 7
Morungaba	1 a 5	1 a 5
Motuca	1 a 4	1 a 7
Murutinga do Sul		1 a 7
Nantes	1 a 7	1 a 7
Narandiba	1 a 2	1 a 7
Natividade da Serra	1 a 5	1 a 5
Nazaré Paulista	1 a 3	1 a 5
Neves Paulista*	1 a 3	1 a 7
Nhandeara	1 a 3	1 a 7
Nipoã	1 a 3	1 a 7
Nova Aliança	1 a 3	1 a 7
Nova Canaã Paulista		1 a 4
Nova Castilho		1 a 7
Nova Europa	1 a 7	1 a 7
Nova Granada	1 a 3	1 a 5
Nova Guataporanga		1 a 7
Nova Independência		1 a 7
Nova Luzitânia	1 a 3	1 a 7
Nova Odessa	1 a 5	1 a 5
Novais	1 a 4	1 a 7
Novo Horizonte	1 a 4	1 a 7
Nuporanga	1 a 4	1 a 7
Ocauçu	1 a 5	1 a 5
Óleo	1 a 5	1 a 5
Olímpia	1 a 3	1 a 7
Onda Verde	1 a 3	1 a 6
Oriente	1 a 7	1 a 7
Orindiúva	1 a 3	1 a 4
Orlândia	1 a 4	1 a 7
Oscar Bressane	1 a 7	1 a 7
Osvaldo Cruz		1 a 7
Ourinhos	1 a 7	1 a 7
Ouro Verde		1 a 7
Ouroeste		1 a 4
Pacaembu		1 a 7
Palestina	1 a 3	1 a 4
Palmares Paulista	1 a 4	1 a 7
Palmeira d'Oeste		1 a 4
Palmital	1 a 7	1 a 7
Panorama		1 a 7
Paraguaçu Paulista	1 a 7	1 a 7
Paraíso	1 a 4	1 a 7
Paranapanema	1 a 5	1 a 5
Paranapuã		1 a 4
Parapuã	1 a 3	1 a 7
Pardinho	1 a 5	1 a 5

Parisi		1 a 4
Patrocínio Paulista	1 a 4	1 a 5
Paulicéia		1 a 7
Paulínia	1 a 5	1 a 5
Paulistânia	1 a 5	1 a 5
Paulo de Faria	1 a 3	1 a 4
Pederneiras	1 a 7	1 a 7
Pedranópolis		1 a 4
Pedregulho	1 a 4	1 a 5
Pedreira	1 a 5	1 a 5
Pedrinhas Paulista	1 a 7	1 a 7
Penápolis	1 a 3	1 a 7
Pereira Barreto		1 a 7
Pereiras	1 a 5	1 a 5
Piacatu	1 a 3	1 a 7
Piedade	1 a 5	1 a 5
Pilar do Sul	1 a 5	1 a 5
Pindamonhangaba	1 a 5	1 a 5
Pindorama	1 a 4	1 a 7
Pinhalzinho	1 a 5	1 a 5
Piquerobi		1 a 7
Piquete	1 a 5	1 a 5
Piracaia	1 a 5	1 a 5
Piracicaba*	1 a 5	1 a 5
Piraju	1 a 5	1 a 5
Pirajuí	1 a 7	1 a 7
Pirangi	1 a 4	1 a 7
Pirapora do Bom Jesus	1 a 5	1 a 5
Pirapozinho	1 a 2	1 a 7
Pirassununga	1 a 5	1 a 5
Piratininga	1 a 5	1 a 5
Pitangueiras	1 a 4	1 a 7
Planalto	1 a 3	1 a 7
Platina	1 a 5	1 a 5
Poloni	1 a 3	1 a 7
Pompéia	1 a 7	1 a 7
Pongaí	1 a 4	1 a 7
Pontal	1 a 4	1 a 7
Pontalinda		1 a 4
Pontes Gestal		1 a 4
Populina		1 a 4
Porangaba	1 a 5	1 a 5
Porto Feliz	1 a 5	1 a 5
Porto Ferreira	1 a 5	1 a 5
Potim	1 a 7	1 a 7
Potirendaba	1 a 3	1 a 7
Pracinha		1 a 7
Pradópolis	1 a 4	1 a 7
Pratânia	1 a 5	1 a 5
Presidente Alves	1 a 7	1 a 7
Presidente Bernardes	1 a 2	1 a 7
Presidente Epitácio		1 a 7
Presidente Prudente	1 a 2	1 a 7
Presidente Venceslau		1 a 7
Promissão	1 a 3	1 a 7
Quadra	1 a 5	1 a 5
Quatá	1 a 7	1 a 7
Queiroz	1 a 3	1 a 7
Queluz	1 a 5	1 a 5
Quintana	1 a 7	1 a 7
Rafard	1 a 5	1 a 5
Rancharia	1 a 7	1 a 7
Redenção da Serra	1 a 5	1 a 5
Regente Feijó	1 a 3	1 a 7
Reginópolis	1 a 7	1 a 7
Restinga	1 a 4	1 a 5
Ribeirão Bonito	1 a 5	1 a 5
Ribeirão Corrente	1 a 4	1 a 5
Ribeirão do Sul	1 a 5	1 a 5
Ribeirão dos Índios		1 a 7
Ribeirão Preto	1 a 4	1 a 7
Rifaina	1 a 3	1 a 5
Rincão	1 a 5	1 a 7
Rinópolis	1 a 3	1 a 7
Rio Claro	1 a 5	1 a 5
Rio das Pedras	1 a 5	1 a 5
Riolândia		1 a 4
Riversul	1 a 5	1 a 5
Rosana	6 a 7	1 a 7
Roseira	1 a 5	1 a 5
Rubiácea		1 a 7
Rubinéia		1 a 4
Sabino	1 a 3	1 a 7
Sagres		1 a 7
Sales	1 a 3	1 a 7
Sales Oliveira	1 a 4	1 a 7
Salmourão		1 a 7
Saltinho	1 a 5	1 a 5
Salto	1 a 5	1 a 5
Salto de Pirapora	1 a 5	1 a 5
Salto Grande	1 a 7	1 a 7
Sandovalina	1 a 2	1 a 7
Santa Adélia	1 a 4	1 a 7
Santa Albertina		1 a 3
Santa Bárbara d'Oeste	1 a 5	1 a 5
Santa Branca	1 a 5	1 a 5
Santa Clara d'Oeste		1 a 3
Santa Cruz da Conceição	1 a 5	1 a 5
Santa Cruz da Esperança	1 a 4	1 a 7
Santa Cruz das Palmeiras	1 a 5	1 a 5
Santa Cruz do Rio Pardo	1 a 5	1 a 5
Santa Ernestina	1 a 4	1 a 7
Santa Fé do Sul		1 a 4
Santa Gertrudes	1 a 5	1 a 5
Santa Isabel	1 a 5	1 a 5
Santa Lúcia	1 a 5	1 a 7
Santa Maria da Serra	1 a 7	1 a 7
Santa Mercedes		1 a 7
Santa Rita d'Oeste		1 a 4
Santa Rita do Passa Quatro	1 a 5	1 a 5
Santa Rosa de Viterbo	1 a 5	1 a 5
Santa Salete		1 a 4
Santana da Ponte Pensa		1 a 4
Santo Anastácio	1 a 2	1 a 7
Santo Antônio da Alegria	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio de Posse	1 a 5	1 a 5
Santo Antônio do Aracanguá		1 a 7
Santo Antônio do Jardim	1 a 5	1 a 5
Santo Expedito		1 a 7
Santópolis do Aguapeí	1 a 3	1 a 7
São Carlos	1 a 5	1 a 5
São Francisco		1 a 4
São João da Boa Vista	1 a 5	1 a 5
São João das Duas Pontes		1 a 4
São João de Iracema		1 a 4
São João do Pau d'Alho		1 a 7
São Joaquim da Barra	1 a 4	1 a 6
São José da Bela Vista	1 a 4	1 a 5
São José do Barreiro	1 a 2	1 a 2
São José do Rio Pardo	1 a 5	1 a 5
São José do Rio Preto	1 a 3	1 a 7
São José dos Campos	1 a 5	1 a 5
São Luís do Paraitinga	1 a 5	1 a 5
São Manuel	1 a 5	1 a 5
São Miguel Arcanjo	1 a 5	1 a 5
São Pedro	1 a 5	1 a 5
São Pedro do Turvo	1 a 5	1 a 5
São Roque	1 a 5	1 a 5
São Sebastião da Grama	1 a 2	1 a 2
São Simão	1 a 5	1 a 5
Sarapuí	1 a 5	1 a 5
Sarutaiá	1 a 5	1 a 5
Sebastianópolis do Sul	1 a 3	1 a 6
Serra Azul	1 a 4	1 a 7
Serra Negra	1 a 5	1 a 5
Serrana	1 a 4	1 a 7
Sertãozinho	1 a 4	1 a 7
Severínia	1 a 3	1 a 7
Silveiras	1 a 5	1 a 5
Socorro	1 a 5	1 a 5
Sorocaba	1 a 5	1 a 5
Sud Mennucci		1 a 7
Sumaré	1 a 5	1 a 5
Suzanápolis		1 a 4
Tabapuã	1 a 3	1 a 7
Tabatinga	1 a 5	1 a 7
Taciba	1 a 7	1 a 7
Taguaí	1 a 5	1 a 5
Taiaçu	1 a 4	1 a 7
Taiúva	1 a 4	1 a 7
Tambaú	1 a 5	1 a 5
Tanabi	1 a 3	1 a 5
Tapiratiba	1 a 5	1 a 5
Taquaral	1 a 4	1 a 7
Taquaritinga	1 a 4	1 a 7
Taquarituba	1 a 5	1 a 5
Taquarivaí	1 a 5	1 a 5
Tarabai	1 a 2	1 a 7
Tarumã	1 a 7	1 a 7
Tatuí	1 a 5	1 a 5
Taubaté	1 a 5	1 a 5
Tejupá	1 a 5	1 a 5
Teodoro Sampaio	1 a 2	1 a 7
Terra Roxa	1 a 4	1 a 7
Tietê	1 a 7	1 a 7
Timburi	1 a 5	1 a 5
Torre de Pedra	1 a 5	1 a 5
Torrinha	1 a 5	1 a 5
Trabiju	1 a 7	1 a 7
Tremembé	1 a 5	1 a 5
Três Fronteiras		1 a 4
Tuiuti	1 a 5	1 a 5
Tupã	1 a 3	1 a 7
Tupi Paulista		1 a 7
Turiúba	1 a 3	1 a 7
Turmalina		1 a 4
Ubarana	1 a 3	1 a 7
Ubirajara	1 a 5	1 a 5
Uchoa	1 a 3	1 a 7
União Paulista	1 a 3	1 a 7
Urânia		1 a 4
Uru	1 a 4	1 a 7
Urupês	1 a 3	1 a 7
Valentim Gentil		1 a 4
Valinhos	1 a 5	1 a 5
Valparaíso		1 a 7
Vargem Grande do Sul	1 a 5	1 a 5
Vargem Grande Paulista	1 a 2	1 a 2
Várzea Paulista*	1 a 5	1 a 5
Vera Cruz	1 a 7	1 a 7
Vinhedo	1 a 5	1 a 5
Viradouro	1 a 4	1 a 7
Vista Alegre do Alto	1 a 4	1 a 7
Vitória Brasil		1 a 4
Votorantim	1 a 5	1 a 5
Votuporanga		1 a 4
Zacarias	1 a 3	1 a 7

PORTARIA Nº 162, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção.

A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, com menor risco climático para o cultivo de sorgo granífero no Estado.

Essa identificação foi realizada com base em critérios térmicos e hídricos.

O balanço hídrico da cultura foi realizado com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluviométrica - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 250 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Pennam-Monteith, nas 36 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva do sistema radicular e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50 em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 40P50, 40P84, 10S20, 10S30, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, 50A10, 50A50, SS302 e 50A40;

GERTHE ASSESSORIA LTDA: TOB MATRERO, PADRILLO, TOB 121 S e TOB 171 BMR;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: Podium, SHS 570 Astral, SHS605, BM 515 e BM750;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG2501P;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9721R;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020;

GRUPO II

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, Candy Graze MT, Chopper, DOMINATOR, ENFORCER, FOX, JOWAR SHORT, MR. 43, TAGUÁ, ATX1S, Nutribem, NX 13014, Jumbo e CRACKA;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304, BRS 802 e BRS 810;

GERTHE ASSESSORIA LTDA: TOB 51 e TOB 60 T;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS-410, BM 500 e SHS 615;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34 e PR 401;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG 2005-E, AG 2501-C, AS 4420, AS 4560, AG 1080, DKB 590 e AS 4639;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9735R.

GRUPO III

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: JOWAR FOOD II, SUMMER T 70 e NX 13014;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 610, BRS 655, BRS 658 e BRS 716;

GERTHE ASSESSORIA LTDA: TOB 71 DP;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG1040, AG 1060, DKB550, Volumax, QUALIMAX, AG1090, AG1085, AS4650, DKB530 e DKB 540;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso e Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Aceguá		33 a 1	27 + 32 a 1
Água Santa	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Agudo	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Ajuricaba	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Alecrim	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Alegrete		33 a 2	27 + 32 a 2
Alegria	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Almirante Tamandaré do Sul	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Alpestre	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Alto Alegre	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Alto Feliz	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Alvorada	33 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Amaral Ferrador	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Ametista do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
André da Rocha	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Anta Gorda	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Antônio Prado	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Arambaré	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Araricá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Aratiba	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Arroio do Meio	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Arroio do Padre	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Arroio do Sal	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Arroio do Tigre	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Arroio dos Ratos	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Arroio Grande		32 a 2	27 a 2
Arvorezinha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Augusto Pestana	32 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Áurea	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Bagé		33 a 1	27 + 32 a 1
Balneário Pinhal	33 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Barão	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Barão de Cotegipe	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Barão do Triunfo	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Barra do Guarita	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Barra do Quaraí		33 a 1	33 a 1
Barra do Ribeiro	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Barra do Rio Azul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Barra Funda	27 a 28 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Barracão	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Barros Cassal	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Benjamin Constant do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Bento Gonçalves	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Boa Vista das Missões	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Boa Vista do Buricá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Boa Vista do Cadeado	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Boa Vista do Incra	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Boa Vista do Sul	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Bom Jesus	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Bom Princípio	27 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Bom Progresso	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Bom Retiro do Sul	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Boqueirão do Leão	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Bossoroca	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Bozano	32 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Braga	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Brochier	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Butiá	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Caçapava do Sul	36 a 2	32 a 2	27 a 2
Cacequi	36 + 2	32 a 2	27 + 31 a 2
Cachoeira do Sul	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Cachoeirinha	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Cacique Doble	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Caibaté	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Caiçara	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Camaquã	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Camargo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cambará do Sul	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Campestre da Serra	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Campina das Missões	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Campinas do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Campo Bom	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Campo Novo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Campos Borges	32 a 2	30 a 2	27 a 2
Candelária	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Cândido Godói	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Candiota		33 a 1	27 + 32 a 1
Canela	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Canguçu	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Canoas	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Canudos do Vale	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Capão Bonito do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Capão da Canoa	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Capão do Cipó	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Capão do Leão	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Capela de Santana		27 a 2	27 a 2
Capitão	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Capivari do Sul	33 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Caraá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Carazinho	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Carlos Barbosa	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Carlos Gomes	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Casca	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Caseiros	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Catuípe	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Caxias do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Centenário	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cerrito	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Cerro Branco	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Cerro Grande	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cerro Grande do Sul	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Cerro Largo	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Chapada	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Charqueadas		27 + 32 a 2	27 a 2
Charrua	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Chiapeta	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Chuí		35 a 1	27 + 32 a 1
Chuvisca	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Cidreira	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ciríaco	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Colinas	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Colorado	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Condor	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Constantina	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Coqueiro Baixo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Coqueiros do Sul	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Coronel Barros	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Coronel Bicaco	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Coronel Pilar	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Cotiporã	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Coxilha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Crissiumal	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cristal	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Cristal do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cruz Alta	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Cruzaltense	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cruzeiro do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
David Canabarro	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Derrubadas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Dezesseis de Novembro	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Dilermando de Aguiar	36 a 2	32 a 2	27 a 2
Dois Irmãos	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Dois Irmãos das Missões	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Dois Lajeados	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Dom Feliciano	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Dom Pedrito		34 a 1	33 a 1
Dom Pedro de Alcântara	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Dona Francisca	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Doutor Maurício Cardoso	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Doutor Ricardo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Eldorado do Sul		27 + 32 a 2	27 a 2
Encantado	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Encruzilhada do Sul	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Engenho Velho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Entre-Ijuís	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Entre Rios do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Erebango	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Erechim	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ernestina	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Erval Grande	27 a 2	27 a 2	27 a 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Erval Seco	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Esmeralda	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Esperança do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Espumoso	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Estação	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Estância Velha	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Esteio	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Estrela	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Estrela Velha	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Eugênio de Castro	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Fagundes Varela	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Farroupilha	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Faxinal do Soturno	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Faxinalzinho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Fazenda Vilanova	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Feliz	27 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Flores da Cunha	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Floriano Peixoto	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Fontoura Xavier	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Formigueiro	35 a 2	33 a 2	27 a 2
Forquetinha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Fortaleza dos Valos	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Frederico Westphalen	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Garibaldi	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Garruchos	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Gaurama	27 a 29 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
General Câmara	33 a 2	31 a 2	27 a 2
Gentil	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Getúlio Vargas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Giruá	27 a 28 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Glorinha	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Gramado	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Gramado dos Loureiros	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Gramado Xavier	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Gravataí	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Guabiju	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Guaíba		27 + 32 a 2	27 a 2
Guaporé	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Guarani das Missões	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Harmonia	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Herval		33 a 1	27 + 32 a 1
Herveiras	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Horizontina	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Hulha Negra		33 a 1	27 + 32 a 1
Humaitá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ibarama	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Ibiaçá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ibiraiaras	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Ibirapuitã	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ibirubá	32 a 2	30 a 2	27 a 2
Igrejinha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ijuí	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Ilópolis	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Imbé	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Imigrante	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Independência	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Inhacorá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ipê	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Ipiranga do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Iraí	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Itaara	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Itacurubi	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 28 + 31 a 2
Itapuca	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Itaqui	34 a 2	32 a 2	27 + 32 a 2
Itati	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Itatiba do Sul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Ivorá	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Ivoti	27 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Jaboticaba	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Jacuizinho	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Jacutinga	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Jaguarão		33 a 1	27 + 32 a 1
Jaguari	32 a 2	31 a 2	27 a 28 + 31 a 2
Jaquirana	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Jari	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Jóia	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Júlio de Castilhos	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Lagoa Bonita do Sul	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Lagoa dos Três Cantos	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Lagoa Vermelha	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Lagoão	29 a 2	29 a 2	27 a 2
Lajeado	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Lajeado do Bugre	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Lavras do Sul		34 a 2	27 a 2
Liberato Salzano	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Lindolfo Collor	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Linha Nova	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Maçambara	33 a 2	32 a 2	27 + 32 a 2
Machadinho	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Mampituba	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Manoel Viana	32 a 2	32 a 2	27 + 31 a 2
Maquiné	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Maratá	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Marau	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Marcelino Ramos	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Mariana Pimentel	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Mariano Moro	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Marques de Souza	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Mata	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Mato Castelhano	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Mato Leitão	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Mato Queimado	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Maximiliano de Almeida	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Minas do Leão	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Miraguaí	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Montauri	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Monte Alegre dos Campos	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Monte Belo do Sul	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Montenegro		27 a 29 + 32 a 2	27 a 2
Mormaço	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Morrinhos do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Morro Redondo	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Morro Reuter	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Mostardas	33 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Muçum	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Muitos Capões	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Muliterno	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Não-Me-Toque	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Nicolau Vergueiro	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nonoai	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Alvorada	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Araçá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Bassano	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Boa Vista	27 a 28 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Bréscia	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Candelária	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Esperança do Sul	32 a 2	31 a 2	27 a 28 + 31 a 2
Nova Hartz	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Pádua	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Palma	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Nova Petrópolis	30 a 36	27 a 2	27 a 2
Nova Prata	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Ramada	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Roma do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Santa Rita	32 + 36 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Novo Barreiro	27 a 28 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Cabrais	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Novo Hamburgo	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Machado	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Tiradentes	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Xingu	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Osório	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paim Filho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Palmares do Sul	33 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Palmeira das Missões	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Palmitinho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Panambi	32 a 2	30 a 2	27 a 2
Pantano Grande	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Paraí	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paraíso do Sul	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Pareci Novo	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Parobé	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Passa Sete	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Passo do Sobrado	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Passo Fundo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paulo Bento	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paverama	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Pedras Altas		33 a 1	27 + 32 a 1
Pedro Osório		32 a 2	27 a 2
Pejuçara	32 a 2	30 a 2	27 a 2
Pelotas	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Picada Café	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Pinhal	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Pinhal da Serra	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Pinhal Grande	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Pinheirinho do Vale	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Pinheiro Machado	35 a 2	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2
Pinto Bandeira	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Pirapó	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Piratini	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 29 + 32 a 2
Planalto	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Poço das Antas	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Pontão	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ponte Preta	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Portão	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Porto Alegre	33 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Porto Lucena	32 a 2	27 a 28 + 31 a 2	27 a 2
Porto Mauá	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Porto Vera Cruz	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Porto Xavier	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Pouso Novo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Presidente Lucena	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Progresso	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Protásio Alves	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Putinga	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Quaraí		33 a 1	27 + 33 a 1
Quatro Irmãos	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Quevedos	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Quinze de Novembro	32 a 2	30 a 2	27 a 2
Redentora	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Relvado	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Restinga Seca	32 a 2	32 a 2	27 a 2
Rio dos Índios	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Rio Grande		32 a 2	27 + 32 a 2
Rio Pardo	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Riozinho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Roca Sales	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Rodeio Bonito	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Rolador	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Rolante	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ronda Alta	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Rondinha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Roque Gonzales	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Rosário do Sul		32 a 2	27 a 2
Sagrada Família	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Saldanha Marinho	32 a 2	30 a 2	27 a 2
Salto do Jacuí	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Salvador das Missões	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Salvador do Sul	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Sananduva	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Bárbara do Sul	32 a 2	30 a 2	27 a 2
Santa Cecília do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Clara do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Cruz do Sul	29 a 2	29 a 2	27 a 2
Santa Margarida do Sul		33 a 2	27 a 2
Santa Maria	32 a 2	32 a 2	27 a 2
Santa Maria do Herval	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Rosa	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Tereza	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Vitória do Palmar		35 a 1	27 + 32 a 1
Santana da Boa Vista	33 + 36 a 2	32 a 2	27 a 2
Santana do Livramento		32 a 1	27 a 1
Santiago	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 28 + 31 a 2
Santo Ângelo	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Antônio da Patrulha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Antônio das Missões	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Santo Antônio do Palma	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Antônio do Planalto	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Augusto	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Cristo	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Expedito do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São Borja	33 a 2	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2
São Domingos do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São Francisco de Assis	32 a 2	31 a 2	27 + 31 a 2
São Francisco de Paula	32 a 36	32 a 36	32 a 36
São Gabriel		33 a 2	27 a 2
São Jerônimo	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
São João da Urtiga	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São João do Polêsine	32 a 2	31 a 2	27 a 2
São Jorge	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São José das Missões	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Herval	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Hortêncio	27 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Inhacorá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Norte	33 a 2	32 a 2	27 + 32 a 2
São José do Ouro	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Sul	32 a 2	27 a 2	27 a 2
São Leopoldo	31 a 2	27 a 2	27 a 2
São Lourenço do Sul	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
São Luiz Gonzaga	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
São Marcos	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São Martinho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São Martinho da Serra	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
São Miguel das Missões	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
São Nicolau	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
São Paulo das Missões	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
São Pedro da Serra	32 a 2	27 a 2	27 a 2
São Pedro das Missões	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São Pedro do Butiá	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
São Pedro do Sul	32 a 2	32 a 2	27 a 2
São Sebastião do Caí	32 a 2	27 a 2	27 a 2
São Sepé	35 a 2	33 a 2	27 a 2
São Valentim	27 a 2	27 a 2	27 a 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Valentim do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São Valério do Sul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
São Vendelino	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
São Vicente do Sul	32 a 2	32 a 2	27 + 31 a 2
Sapiranga	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Sapucaia do Sul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Sarandi	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Seberi	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Sede Nova	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Segredo	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Selbach	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Senador Salgado Filho	27 a 28 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Sentinela do Sul	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Serafina Corrêa	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Sério	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Sertão	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Sertão Santana	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Sete de Setembro	27 a 28 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Severiano de Almeida	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Silveira Martins	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Sinimbu	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Sobradinho	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Soledade	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tabaí	33 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Tapejara	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tapera	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Tapes	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 2
Taquara	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Taquari	33 a 2	31 a 2	27 a 2
Taquaruçu do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tavares	33 a 2	32 a 2	27 a 2
Tenente Portela	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Terra de Areia	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Teutônia	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Tio Hugo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tiradentes do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Toropi	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Torres	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tramandaí	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Travesseiro	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Arroios	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Cachoeiras	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Coroas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três de Maio	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Forquilhas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Palmeiras	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Passos	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Trindade do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Triunfo		27 + 32 a 2	27 a 2
Tucunduva	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tunas	29 a 2	29 a 2	27 a 2
Tupanci do Sul	27 a 1	27 a 2	27 a 2
Tupanciretã	32 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Tupandi	27 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Tuparendi	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Turuçu	32 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Ubiretama	31 a 2	27 a 2	27 a 2
União da Serra	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Unistalda	32 a 2	27 + 32 a 2	27 a 28 + 31 a 2
Uruguaiana		33 a 1	33 a 1
Vacaria	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Vale do Sol	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Vale Real	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Vale Verde	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Vanini	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Venâncio Aires	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Vera Cruz	29 a 2	29 a 2	27 a 2
Veranópolis	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Vespasiano Correa	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Viadutos	32 a 2	27 a 2	27 a 2
Viamão	33 a 2	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2
Vicente Dutra	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Victor Graeff	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Flores	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Lângaro	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Maria	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Nova do Sul		33 a 2	27 a 2
Vista Alegre	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Vista Alegre do Prata	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Vista Gaúcha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Vitória das Missões	27 a 28 + 32 a 2	27 a 2	27 a 2
Westfália	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Xangri-lá	27 a 2	27 a 2	27 a 2

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Aceguá		33 a 1	32 a 1
Água Santa	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Agudo	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Ajuricaba	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Alecrim	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Alegrete	36 a 2	32 a 2	30 a 2
Alegria	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Almirante Tamandaré do Sul	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Alpestre	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Alto Alegre	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Alto Feliz	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Alvorada	32 a 33 + 36 a 2	30 a 2	27 a 2
Amaral Ferrador	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Ametista do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
André da Rocha	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Anta Gorda	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Antônio Prado	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Arambaré	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Araricá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Aratiba	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Arroio do Meio	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Arroio do Padre	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Arroio do Sal	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Arroio do Tigre	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Arroio dos Ratos	31 a 32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Arroio Grande		31 a 1	30 a 1
Arvorezinha	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Augusto Pestana	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Áurea	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Bagé		33 a 1	32 a 1
Balneário Pinhal	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Barão	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Barão de Cotegipe	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Barão do Triunfo	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Barra do Guarita	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Barra do Quaraí		34 a 36	31 a 1
Barra do Ribeiro	31 a 33 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Barra do Rio Azul	30 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Barra Funda	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Barracão	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Barros Cassal	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Benjamin Constant do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Bento Gonçalves	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Boa Vista das Missões	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Boa Vista do Buricá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Boa Vista do Cadeado	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Boa Vista do Incra	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Boa Vista do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Bom Jesus	33 a 36	33 a 36	33 a 36
Bom Princípio	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Bom Progresso	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Bom Retiro do Sul	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Boqueirão do Leão	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Bossoroca	31 a 2	31 a 2	27 + 30 a 2
Bozano	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Braga	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Brochier	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Butiá	31 a 32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Caçapava do Sul	31 a 1	31 a 2	30 a 2
Cacequi	31 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Cachoeira do Sul	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Cachoeirinha	30 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Cacique Doble	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Caibaté	30 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Caiçara	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Camaquã	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Camargo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Cambará do Sul	33 a 36	33 a 36	33 a 36
Campestre da Serra	31 a 36	31 a 36	31 a 36
Campina das Missões	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Campinas do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Campo Bom	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Campo Novo	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Campos Borges	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Candelária	30 a 2	29 a 2	27 a 2
Cândido Godói	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Candiota		33 a 1	32 a 1
Canela	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Canguçu	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Canoas	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Canudos do Vale	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Capão Bonito do Sul	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Capão da Canoa	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Capão do Cipó	31 a 2	31 a 2	27 + 30 a 2
Capão do Leão	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Capela de Santana	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Capitão	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Capivari do Sul	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Caraá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Carazinho	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Carlos Barbosa	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Carlos Gomes	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Casca	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Caseiros	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Catuípe	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Caxias do Sul	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Centenário	30 a 36	27 a 2	27 a 2
Cerrito	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Cerro Branco	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Cerro Grande	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cerro Grande do Sul	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Cerro Largo	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Chapada	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Charqueadas	32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Charrua	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Chiapeta	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Chuí		32 a 1	32 a 1
Chuvisca	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Cidreira	30 a 2	29 a 2	27 a 2
Ciriaco	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Colinas	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Colorado	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Condor	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Constantina	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Coqueiro Baixo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Coqueiros do Sul	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Coronel Barros	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Coronel Bicaco	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Coronel Pilar	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Cotiporã	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Coxilha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Crissiumal	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cristal	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Cristal do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Cruz Alta	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Cruzaltense	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cruzeiro do Sul	28 a 2	28 a 2	27 a 2
David Canabarro	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Derrubadas	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Dezesseis de Novembro	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Dilermando de Aguiar	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Dois Irmãos	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Dois Irmãos das Missões	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Dois Lajeados	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Dom Feliciano	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Dom Pedrito		34 a 1	32 a 1
Dom Pedro de Alcântara	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Dona Francisca	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Doutor Maurício Cardoso	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Doutor Ricardo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Eldorado do Sul	32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Encantado	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Encruzilhada do Sul	31 a 1	30 a 2	27 a 2
Engenho Velho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Entre-Ijuís	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Entre Rios do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Erebango	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Erechim	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ernestina	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Erval Grande	29 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Erval Seco	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Esmeralda	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Esperança do Sul	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Espumoso	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Estação	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Estância Velha	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Esteio	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Estrela	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Estrela Velha	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Eugênio de Castro	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Fagundes Varela	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Farroupilha	31 a 36	30 a 36	30 a 36
Faxinal do Soturno	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Faxinalzinho	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Fazenda Vilanova	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Feliz	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Flores da Cunha	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Floriano Peixoto	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Fontoura Xavier	28 a 2	27 a 2	27 a 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Formigueiro	32 a 1	30 a 2	30 a 2
Forquetinha	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Fortaleza dos Valos	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Frederico Westphalen	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Garibaldi	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Garruchos	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Gaurama	27 a 28 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
General Câmara	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Gentil	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Getúlio Vargas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Giruá	27 + 31 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Glorinha	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Gramado	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Gramado dos Loureiros	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Gramado Xavier	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Gravataí	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Guabiju	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Guaíba	32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Guaporé	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Guarani das Missões	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Harmonia	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Herval		31 a 1	30 a 1
Herveiras	28 a 2	28 a 2	27 a 2
Horizontina	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Hulha Negra		33 a 1	32 a 1
Humaitá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ibarama	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Ibiaçá	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Ibiraiaras	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Ibirapuitã	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ibirubá	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Igrejinha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ijuí	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Ilópolis	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Imbé	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Imigrante	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Independência	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Inhacorá	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Ipê	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Ipiranga do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Iraí	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Itaara	31 a 2	30 a 2	27 + 30 a 2
Itacurubi	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Itapuca	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Itaqui	33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Itati	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Itatiba do Sul	30 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Ivorá	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Ivoti	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Jaboticaba	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Jacuizinho	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Jacutinga	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Jaguarão		31 a 1	30 a 1
Jaguari	31 a 2	30 a 2	30 a 2
Jaquirana	33 a 36	33 a 36	33 a 36
Jari	31 a 2	30 a 2	27 + 30 a 2
Jóia	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Júlio de Castilhos	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Lagoa Bonita do Sul	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Lagoa dos Três Cantos	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Lagoa Vermelha	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Lagoão	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Lajeado	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Lajeado do Bugre	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Lavras do Sul		34 a 2	32 a 2
Liberato Salzano	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Lindolfo Collor	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Linha Nova	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Maçambara	33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Machadinho	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Mampituba	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Manoel Viana	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Maquiné	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Maratá	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Marau	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Marcelino Ramos	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Mariana Pimentel	31 a 33 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Mariano Moro	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Marques de Souza	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Mata	31 a 2	30 a 2	30 a 2
Mato Castelhano	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Mato Leitão	28 a 2	28 a 2	27 a 2
Mato Queimado	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Maximiliano de Almeida	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Minas do Leão	31 a 32 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Miraguaí	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Montauri	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Monte Alegre dos Campos	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Monte Belo do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Montenegro	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Mormaço	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Morrinhos do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Morro Redondo	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Morro Reuter	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Mostardas	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Muçum	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Muitos Capões	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Muliterno	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Não-Me-Toque	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Nicolau Vergueiro	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nonoai	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Alvorada	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Araçá	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Bassano	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Boa Vista	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Bréscia	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Candelária	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Esperança do Sul	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Nova Hartz	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Pádua	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Palma	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Nova Petrópolis	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Prata	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Ramada	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Nova Roma do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Santa Rita	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Novo Barreiro	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Cabrais	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Novo Hamburgo	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Machado	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Tiradentes	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Xingu	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Osório	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paim Filho	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Palmares do Sul	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Palmeira das Missões	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Palmitinho	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Panambi	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Pantano Grande	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Paraí	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Paraíso do Sul	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Pareci Novo	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Parobé	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Passa Sete	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Passo do Sobrado	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Passo Fundo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paulo Bento	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paverama	31 a 2	28 a 2	27 a 2
Pedras Altas		32 a 1	30 a 1
Pedro Osório		31 a 1	30 a 1
Pejuçara	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Pelotas	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Picada Café	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Pinhal	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Pinhal da Serra	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Pinhal Grande	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Pinheirinho do Vale	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Pinheiro Machado	31 a 1	31 a 1	30 a 1
Pinto Bandeira	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Pirapó	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Piratini	31 a 1	31 a 1	27 + 30 a 1
Planalto	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Poço das Antas	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Pontão	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ponte Preta	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Portão	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Porto Alegre	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Porto Lucena	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Porto Mauá	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Porto Vera Cruz	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Porto Xavier	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Pouso Novo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Presidente Lucena	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Progresso	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Protásio Alves	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Putinga	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Quaraí		32 a 1	30 a 1
Quatro Irmãos	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Quevedos	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Quinze de Novembro	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Redentora	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Relvado	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Restinga Seca	31 a 2	30 a 2	29 a 2
Rio dos Índios	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Rio Grande		31 a 2	30 a 2
Rio Pardo	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Riozinho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Roca Sales	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Rodeio Bonito	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Rolador	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Rolante	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ronda Alta	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Rondinha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Roque Gonzales	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Rosário do Sul	31 + 1 a 2	31 a 2	30 a 2
Sagrada Família	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Saldanha Marinho	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Salto do Jacuí	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Salvador das Missões	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Salvador do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Sananduva	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Santa Bárbara do Sul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Cecília do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Santa Clara do Sul	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Cruz do Sul	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Santa Margarida do Sul		32 a 2	31 a 2
Santa Maria	31 a 2	30 a 2	30 a 2
Santa Maria do Herval	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Rosa	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Tereza	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Vitória do Palmar		32 a 1	32 a 1
Santana da Boa Vista	31 a 1	31 a 2	30 a 2
Santana do Livramento		31 a 1	30 a 1
Santiago	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Santo Ângelo	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Santo Antônio da Patrulha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Antônio das Missões	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Santo Antônio do Palma	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Santo Antônio do Planalto	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Augusto	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Cristo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Expedito do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São Borja	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
São Domingos do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São Francisco de Assis	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
São Francisco de Paula	32 a 36	32 a 36	32 a 36
São Gabriel		32 a 2	31 a 2
São Jerônimo	31 a 32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
São João da Urtiga	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São João do Polêsine	31 a 2	30 a 2	28 a 2
São Jorge	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São José das Missões	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Herval	28 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Hortêncio	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Inhacorá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Norte		31 a 2	30 a 2
São José do Ouro	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São José do Sul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
São Leopoldo	30 a 2	27 a 2	27 a 2
São Lourenço do Sul	31 a 1	31 a 2	27 a 2
São Luiz Gonzaga	31 a 2	31 a 2	27 a 2
São Marcos	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São Martinho	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São Martinho da Serra	31 a 2	30 a 2	27 + 30 a 2
São Miguel das Missões	31 a 2	31 a 2	27 a 2
São Nicolau	31 a 2	31 a 2	27 a 2
São Paulo das Missões	30 a 2	28 a 2	27 a 2
São Pedro da Serra	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São Pedro das Missões	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São Pedro do Butiá	31 a 2	28 a 2	27 a 2
São Pedro do Sul	31 a 2	30 a 2	30 a 2
São Sebastião do Caí	31 a 2	27 a 2	27 a 2
São Sepé	32 a 1	30 a 2	30 a 2
São Valentim	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São Valentim do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São Valério do Sul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
São Vendelino	29 a 2	27 a 2	27 a 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Vicente do Sul	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Sapiranga	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Sapucaia do Sul	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Sarandi	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Seberi	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Sede Nova	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Segredo	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Selbach	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Senador Salgado Filho	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Sentinela do Sul	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Serafina Corrêa	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Sério	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Sertão	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Sertão Santana	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Sete de Setembro	31 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Severiano de Almeida	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Silveira Martins	31 a 2	30 a 2	28 a 2
Sinimbu	28 a 2	28 a 2	27 a 2
Sobradinho	31 a 2	28 a 2	27 a 2
Soledade	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Tabaí	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Tapejara	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Tapera	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Tapes	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Taquara	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Taquari	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Taquaruçu do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Tavares	36 a 2	31 a 2	28 a 2
Tenente Portela	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Terra de Areia	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Teutônia	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Tio Hugo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tiradentes do Sul	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Toropi	31 a 2	30 a 2	30 a 2
Torres	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tramandaí	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Travesseiro	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Arroios	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Três Cachoeiras	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Coroas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três de Maio	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Forquilhas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Palmeiras	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Passos	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Trindade do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Triunfo	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Tucunduva	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tunas	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Tupanci do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Tupanciretã	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Tupandi	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Tuparendi	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Turuçu	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Ubiretama	30 a 2	27 a 2	27 a 2
União da Serra	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Unistalda	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Uruguaiana		34 a 1	31 a 1
Vacaria	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Vale do Sol	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Vale Real	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Vale Verde	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Vanini	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Venâncio Aires	28 a 2	28 a 2	27 a 2
Vera Cruz	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Veranópolis	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Vespasiano Correa	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Viadutos	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Viamão	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Vicente Dutra	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Victor Graeff	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Flores	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Vila Lângaro	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Maria	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Nova do Sul		32 a 2	30 a 2
Vista Alegre	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Vista Alegre do Prata	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Vista Gaúcha	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Vitória das Missões	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Westfália	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Xangri-lá	27 a 2	27 a 2	27 a 2

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Aceguá		33 a 1	32 a 1
Água Santa	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Agudo	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Ajuricaba	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Alecrim	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Alegrete	36 a 2	32 a 2	30 a 2
Alegria	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Almirante Tamandaré do Sul	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Alpestre	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Alto Alegre	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Alto Feliz	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Alvorada	32 a 33 + 36 a 2	30 a 2	27 a 2
Amaral Ferrador	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Ametista do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
André da Rocha	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Anta Gorda	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Antônio Prado	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Arambaré	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Araricá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Aratiba	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Arroio do Meio	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Arroio do Padre	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Arroio do Sal	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Arroio do Tigre	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Arroio dos Ratos	31 a 32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Arroio Grande		31 a 1	30 a 1
Arvorezinha	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Augusto Pestana	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Áurea	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Bagé		33 a 1	32 a 1
Balneário Pinhal	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Barão	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Barão de Cotegipe	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Barão do Triunfo	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Barra do Guarita	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Barra do Quaraí		34 a 36	31 a 1
Barra do Ribeiro	31 a 33 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Barra do Rio Azul	30 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Barra Funda	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Barracão	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Barros Cassal	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Benjamin Constant do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Bento Gonçalves	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Boa Vista das Missões	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Boa Vista do Buricá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Boa Vista do Cadeado	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Boa Vista do Incra	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Boa Vista do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Bom Jesus	33 a 36	33 a 36	33 a 36
Bom Princípio	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Bom Progresso	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Bom Retiro do Sul	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Boqueirão do Leão	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Bossoroca	31 a 2	31 a 2	27 + 30 a 2
Bozano	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Braga	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Brochier	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Butiá	31 a 32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Caçapava do Sul	31 a 1	31 a 2	30 a 2
Cacequi	31 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Cachoeira do Sul	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Cachoeirinha	30 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Cacique Doble	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Caibaté	30 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Caiçara	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Camaquã	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Camargo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Cambará do Sul	33 a 36	33 a 36	33 a 36
Campestre da Serra	31 a 36	31 a 36	31 a 36
Campina das Missões	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Campinas do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Campo Bom	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Campo Novo	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Campos Borges	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Candelária	30 a 2	29 a 2	27 a 2
Cândido Godói	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Candiota		33 a 1	32 a 1
Canela	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Canguçu	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Canoas	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Canudos do Vale	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Capão Bonito do Sul	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Capão da Canoa	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Capão do Cipó	31 a 2	31 a 2	27 + 30 a 2

Capão do Leão	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Capela de Santana	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Capitão	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Capivari do Sul	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Caraá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Carazinho	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Carlos Barbosa	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Carlos Gomes	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Casca	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Caseiros	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Catuípe	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Caxias do Sul	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Centenário	30 a 36	27 a 2	27 a 2
Cerrito	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Cerro Branco	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Cerro Grande	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cerro Grande do Sul	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Cerro Largo	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Chapada	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Charqueadas	32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Charrua	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Chiapeta	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Chuí		32 a 1	32 a 1
Chuvisca	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Cidreira	30 a 2	29 a 2	27 a 2
Ciríaco	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Colinas	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Colorado	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Condor	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Constantina	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Coqueiro Baixo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Coqueiros do Sul	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Coronel Barros	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Coronel Bicaco	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Coronel Pilar	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Cotiporã	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Coxilha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Crissiumal	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cristal	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Cristal do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Cruz Alta	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Cruzaltense	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Cruzeiro do Sul	28 a 2	28 a 2	27 a 2
David Canabarro	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Derrubadas	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Dezesseis de Novembro	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Dilermando de Aguiar	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Dois Irmãos	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Dois Irmãos das Missões	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Dois Lajeados	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Dom Feliciano	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Dom Pedrito		34 a 1	32 a 1
Dom Pedro de Alcântara	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Dona Francisca	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Doutor Maurício Cardoso	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Doutor Ricardo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Eldorado do Sul	32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Encantado	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Encruzilhada do Sul	31 a 1	30 a 2	27 a 2
Engenho Velho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Entre-Ijuís	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Entre Rios do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Erebango	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Erechim	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ernestina	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Erval Grande	29 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Erval Seco	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Esmeralda	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Esperança do Sul	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Espumoso	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Estação	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Estância Velha	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Esteio	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Estrela	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Estrela Velha	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Eugênio de Castro	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Fagundes Varela	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Farroupilha	31 a 36	30 a 36	30 a 36
Faxinal do Soturno	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Faxinalzinho	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Fazenda Vilanova	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Feliz	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Flores da Cunha	30 a 36	30 a 36	30 a 36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Floriano Peixoto	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Fontoura Xavier	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Formigueiro	32 a 1	30 a 2	30 a 2
Forquetinha	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Fortaleza dos Valos	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Frederico Westphalen	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Garibaldi	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Garruchos	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Gaurama	27 a 28 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
General Câmara	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Gentil	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Getúlio Vargas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Giruá	27 + 31 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Glorinha	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Gramado	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Gramado dos Loureiros	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Gramado Xavier	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Gravataí	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Guabiju	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Guaíba	32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Guaporé	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Guarani das Missões	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Harmonia	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Herval		31 a 1	30 a 1
Herveiras	28 a 2	28 a 2	27 a 2
Horizontina	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Hulha Negra		33 a 1	32 a 1
Humaitá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ibarama	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Ibiaçá	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Ibiraiaras	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Ibirapuitã	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ibirubá	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Igrejinha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ijuí	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Ilópolis	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Imbé	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Imigrante	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Independência	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Inhacorá	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Ipê	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Ipiranga do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Iraí	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Itaara	31 a 2	30 a 2	27 + 30 a 2
Itacurubi	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Itapuca	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Itaqui	33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Itati	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Itatiba do Sul	30 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Ivorá	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Ivoti	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Jaboticaba	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Jacuizinho	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Jacutinga	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Jaguarão		31 a 1	30 a 1
Jaguari	31 a 2	30 a 2	30 a 2
Jaquirana	33 a 36	33 a 36	33 a 36
Jari	31 a 2	30 a 2	27 + 30 a 2
Jóia	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Júlio de Castilhos	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Lagoa Bonita do Sul	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Lagoa dos Três Cantos	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Lagoa Vermelha	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Lagoão	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Lajeado	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Lajeado do Bugre	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Lavras do Sul		34 a 2	32 a 2
Liberato Salzano	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Lindolfo Collor	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Linha Nova	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Maçambara	33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Machadinho	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Mampituba	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Manoel Viana	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Maquiné	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Maratá	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Marau	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Marcelino Ramos	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Mariana Pimentel	31 a 33 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
Mariano Moro	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Marques de Souza	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Mata	31 a 2	30 a 2	30 a 2
Mato Castelhano	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Mato Leitão	28 a 2	28 a 2	27 a 2
Mato Queimado	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Maximiliano de Almeida	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Minas do Leão	31 a 32 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Miraguaí	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Montauri	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Monte Alegre dos Campos	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Monte Belo do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Montenegro	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Mormaço	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Morrinhos do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Morro Redondo	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Morro Reuter	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Mostardas	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Muçum	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Muitos Capões	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Muliterno	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Não-Me-Toque	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Nicolau Vergueiro	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nonoai	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Alvorada	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Araçá	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Bassano	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Boa Vista	27 + 30 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Bréscia	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Candelária	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Esperança do Sul	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Nova Hartz	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Nova Pádua	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Palma	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Nova Petrópolis	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Prata	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Ramada	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Nova Roma do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Nova Santa Rita	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Novo Barreiro	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Cabrais	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Novo Hamburgo	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Machado	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Tiradentes	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Novo Xingu	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Osório	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paim Filho	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Palmares do Sul	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Palmeira das Missões	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Palmitinho	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Panambi	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Pantano Grande	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Paraí	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Paraíso do Sul	30 a 2	30 a 2	27 a 2
Pareci Novo	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Parobé	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Passa Sete	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Passo do Sobrado	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Passo Fundo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paulo Bento	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Paverama	31 a 2	28 a 2	27 a 2
Pedras Altas		32 a 1	30 a 1
Pedro Osório		31 a 1	30 a 1
Pejuçara	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Pelotas	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Picada Café	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Pinhal	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Pinhal da Serra	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Pinhal Grande	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Pinheirinho do Vale	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Pinheiro Machado	31 a 1	31 a 1	30 a 1
Pinto Bandeira	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Pirapó	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Piratini	31 a 1	31 a 1	27 + 30 a 1
Planalto	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Poço das Antas	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Pontão	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ponte Preta	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Portão	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Porto Alegre	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Porto Lucena	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Porto Mauá	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Porto Vera Cruz	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Porto Xavier	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Pouso Novo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Presidente Lucena	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Progresso	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Protásio Alves	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Putinga	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Quaraí		32 a 1	30 a 1
Quatro Irmãos	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Quevedos	31 a 2	30 a 2	27 a 2
Quinze de Novembro	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Redentora	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Relvado	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Restinga Seca	31 a 2	30 a 2	29 a 2
Rio dos Índios	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Rio Grande		31 a 2	30 a 2
Rio Pardo	31 a 2	29 a 2	27 a 2
Riozinho	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Roca Sales	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Rodeio Bonito	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Rolador	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Rolante	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Ronda Alta	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Rondinha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Roque Gonzales	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Rosário do Sul	31 + 1 a 2	31 a 2	30 a 2
Sagrada Família	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Saldanha Marinho	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Salto do Jacuí	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Salvador das Missões	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Salvador do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Sananduva	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Santa Bárbara do Sul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Cecília do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Santa Clara do Sul	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Cruz do Sul	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Santa Margarida do Sul		32 a 2	31 a 2
Santa Maria	31 a 2	30 a 2	30 a 2
Santa Maria do Herval	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Rosa	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Tereza	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Santa Vitória do Palmar		32 a 1	32 a 1
Santana da Boa Vista	31 a 1	31 a 2	30 a 2
Santana do Livramento		31 a 1	30 a 1
Santiago	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Santo Ângelo	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Santo Antônio da Patrulha	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Antônio das Missões	31 a 2	31 a 2	30 a 2
Santo Antônio do Palma	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Santo Antônio do Planalto	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Augusto	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Cristo	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Santo Expedito do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São Borja	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
São Domingos do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São Francisco de Assis	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
São Francisco de Paula	32 a 36	32 a 36	32 a 36
São Gabriel		32 a 2	31 a 2
São Jerônimo	31 a 32 + 1 a 2	31 a 2	27 a 2
São João da Urtiga	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São João do Polêsine	31 a 2	30 a 2	28 a 2
São Jorge	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São José das Missões	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Herval	28 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Hortêncio	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Inhacorá	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São José do Norte		31 a 2	30 a 2
São José do Ouro	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São José do Sul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
São Leopoldo	30 a 2	27 a 2	27 a 2
São Lourenço do Sul	31 a 1	31 a 2	27 a 2
São Luiz Gonzaga	31 a 2	31 a 2	27 a 2
São Marcos	30 a 36	30 a 36	30 a 36
São Martinho	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São Martinho da Serra	31 a 2	30 a 2	27 + 30 a 2
São Miguel das Missões	31 a 2	31 a 2	27 a 2
São Nicolau	31 a 2	31 a 2	27 a 2
São Paulo das Missões	30 a 2	28 a 2	27 a 2
São Pedro da Serra	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São Pedro das Missões	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São Pedro do Butiá	31 a 2	28 a 2	27 a 2
São Pedro do Sul	31 a 2	30 a 2	30 a 2
São Sebastião do Caí	31 a 2	27 a 2	27 a 2
São Sepé	32 a 1	30 a 2	30 a 2
São Valentim	27 a 2	27 a 2	27 a 2
São Valentim do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São Valério do Sul	31 a 2	27 a 2	27 a 2
São Vendelino	29 a 2	27 a 2	27 a 2
São Vicente do Sul	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Sapiranga	27 a 2	27 a 2	27 a 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sapucaia do Sul	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Sarandi	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Seberi	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Sede Nova	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Segredo	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Selbach	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Senador Salgado Filho	30 a 2	27 a 2	27 a 2
Sentinela do Sul	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Serafina Corrêa	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Sério	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Sertão	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Sertão Santana	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Sete de Setembro	31 a 2	27 + 30 a 2	27 a 2
Severiano de Almeida	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Silveira Martins	31 a 2	30 a 2	28 a 2
Sinimbu	28 a 2	28 a 2	27 a 2
Sobradinho	31 a 2	28 a 2	27 a 2
Soledade	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Tabaí	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Tapejara	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Tapera	31 a 2	27 a 2	27 a 2
Tapes	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Taquara	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Taquari	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Taquaruçu do Sul	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Tavares	36 a 2	31 a 2	28 a 2
Tenente Portela	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Terra de Areia	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Teutônia	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Tio Hugo	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tiradentes do Sul	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Toropi	31 a 2	30 a 2	30 a 2
Torres	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tramandaí	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Travesseiro	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Arroios	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Três Cachoeiras	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Coroas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três de Maio	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Forquilhas	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Palmeiras	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Três Passos	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Trindade do Sul	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Triunfo	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Tucunduva	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Tunas	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Tupanci do Sul	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Tupanciretã	31 a 2	31 a 2	27 a 2
Tupandi	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Tuparendi	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Turuçu	31 a 1	31 a 2	27 a 2
Ubiretama	30 a 2	27 a 2	27 a 2
União da Serra	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Unistalda	31 a 33 + 36 a 2	31 a 2	30 a 2
Uruguaiana		34 a 1	31 a 1
Vacaria	32 a 36	32 a 36	32 a 36
Vale do Sol	30 a 2	28 a 2	27 a 2
Vale Real	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Vale Verde	32 a 2	31 a 2	27 a 2
Vanini	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Venâncio Aires	28 a 2	28 a 2	27 a 2
Vera Cruz	29 a 2	28 a 2	27 a 2
Veranópolis	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Vespasiano Correa	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Viadutos	31 a 35 + 2	27 a 2	27 a 2
Viamão	32 a 33 + 36 a 2	31 a 2	27 a 2
Vicente Dutra	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Victor Graeff	27 + 31 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Flores	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Vila Lângaro	27 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Maria	28 a 2	27 a 2	27 a 2
Vila Nova do Sul		32 a 2	30 a 2
Vista Alegre	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Vista Alegre do Prata	30 a 36	30 a 36	30 a 36
Vista Gaúcha	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Vitória das Missões	31 a 2	27 + 31 a 2	27 a 2
Westfália	29 a 2	27 a 2	27 a 2
Xangri-lá	27 a 2	27 a 2	27 a 2

PORTARIA Nº 163, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Alagoas, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo clima quente para expressar seu potencial de produção.

A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão, dependendo do local de produção, a produtividade pode ser bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, com menor risco climático para o cultivo de sorgo granífero no Estado.

A definição das áreas de risco climático foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de floração/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

A análise hídrica foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fonológicas, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos.

Foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 na fase de floração/enchimento dos grãos, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123, ADV 2800 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS605;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502 e IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34, PR 401 e FORMOSO;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, Jade, Ranchero, XB 6022, XB 6020 e A 9904.

GRUPO II

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304 e BRS 310;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB550, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca	12 a 14	12 a 14
Anadia	7 a 18	7 a 18
Arapiraca	11 a 13	11 a 13
Atalaia	7 a 18	7 a 18
Barra de Santo Antônio	7 a 18	7 a 18
Barra de São Miguel	7 a 18	7 a 18
Belém	7 a 18	7 a 18
Boca da Mata	7 a 18	7 a 18
Branquinha	7 a 18	7 a 18
Cacimbinhas		11 a 12
Cajueiro	7 a 18	7 a 18
Campestre	7 a 18	7 a 18
Campo Alegre	7 a 18	7 a 18
Campo Grande	11 a 15	11 a 16
Capela	7 a 18	7 a 18
Chã Preta	7 a 18	7 a 18
Coité do Nóia	11 a 16	11 a 17
Colônia Leopoldina	7 a 18	7 a 18
Coqueiro Seco	7 a 18	7 a 18
Coruripe	7 a 17	7 a 18
Dois Riachos		11 a 12
Estrela de Alagoas	11 a 12	11 a 13
Feira Grande	11 a 16	11 a 17
Feliz Deserto	7 a 17	7 a 18
Flexeiras	7 a 18	7 a 18
Girau do Ponciano	11 a 14	11 a 15
Ibateguara	7 a 18	7 a 18
Igaci	11 a 15	11 a 16
Igreja Nova	7 a 17	7 a 18
Inhapi	12 a 14	11 a 15
Jacuípe	7 a 18	7 a 18
Japaratinga	7 a 18	7 a 18
Jequiá da Praia	7 a 18	7 a 18
Joaquim Gomes	7 a 18	7 a 18
Jundiá	7 a 18	7 a 18
Junqueiro	10 a 17	8 a 18
Lagoa da Canoa	11 a 15	11 a 16
Limoeiro de Anadia	8 a 17	8 a 18
Maceió	7 a 18	7 a 18
Mar Vermelho	7 a 18	7 a 18
Maragogi	7 a 18	7 a 18
Marechal Deodoro	7 a 18	7 a 18
Maribondo	7 a 18	7 a 18
Mata Grande	12 a 14	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Matriz de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Messias	7 a 18	7 a 18
Minador do Negrão	11 a 12	11 a 13
Murici	7 a 18	7 a 18
Novo Lino	7 a 18	7 a 18
Olho d'Água Grande	8 a 15	8 a 16
Palmeira dos Índios	7 a 18	7 a 18
Paripueira	7 a 18	7 a 18
Passo de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Paulo Jacinto	7 a 18	7 a 18
Penedo	7 a 17	7 a 18
Piaçabuçu	7 a 17	7 a 18
Pilar	7 a 18	7 a 18
Pindoba	7 a 18	7 a 18
Porto Calvo	7 a 18	7 a 18
Porto de Pedras	7 a 18	7 a 18
Porto Real do Colégio	7 a 16	7 a 17
Quebrangulo	7 a 18	7 a 18
Rio Largo	7 a 18	7 a 18
Roteiro	7 a 18	7 a 18
Santa Luzia do Norte	7 a 18	7 a 18
Santana do Mundaú	7 a 18	7 a 18
São Brás	7 a 16	7 a 16
São José da Laje	7 a 18	7 a 18
São Luís do Quitunde	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Campos	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Milagres	7 a 18	7 a 18
São Sebastião	8 a 17	8 a 17
Satuba	7 a 18	7 a 18
Tanque d'Arca	7 a 18	7 a 18
Taquarana	7 a 18	7 a 18
Teotônio Vilela	7 a 17	7 a 18
Traipu		11 a 12
União dos Palmares	7 a 18	7 a 18
Viçosa	7 a 18	7 a 18

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca	9 a 12	9 a 12
Anadia	7 a 16	7 a 18
Arapiraca	9 a 10	9 a 12
Atalaia	7 a 17	7 a 18
Barra de Santo Antônio	7 a 18	7 a 18
Barra de São Miguel	7 a 17	7 a 18
Belém	7 a 17	7 a 18
Boca da Mata	7 a 18	7 a 18
Branquinha	7 a 17	7 a 18
Cajueiro	7 a 17	7 a 18
Campestre	7 a 18	7 a 18
Campo Alegre	7 a 15	7 a 16
Campo Grande	9 a 13	7 a 14
Capela	7 a 17	7 a 18
Chã Preta	7 a 17	7 a 18
Coité do Nóia	8 a 13	8 a 14
Colônia Leopoldina	7 a 18	7 a 18
Coqueiro Seco	7 a 18	7 a 18
Coruripe	7 a 15	7 a 16
Dois Riachos		9 a 10
Estrela de Alagoas	9 a 10	9 a 10
Feira Grande	9 a 13	8 a 14
Feliz Deserto	7 a 15	7 a 16
Flexeiras	7 a 18	7 a 18
Girau do Ponciano	9 a 13	9 a 13
Ibateguara	7 a 18	7 a 18
Igaci	8 a 13	8 a 14
Igreja Nova	7 a 15	7 a 16
Inhapi	10 a 12	10 a 13
Jacuípe	7 a 18	7 a 18
Japaratinga	7 a 17	7 a 18
Jequiá da Praia	7 a 15	7 a 17
Joaquim Gomes	7 a 17	7 a 18
Jundiá	7 a 18	7 a 18
Junqueiro	8 a 15	7 a 15
Lagoa da Canoa	9 a 13	9 a 13
Limoeiro de Anadia	7 a 15	7 a 16
Maceió	7 a 18	7 a 18
Mar Vermelho	7 a 17	7 a 18
Maragogi	7 a 17	7 a 18
Marechal Deodoro	7 a 18	7 a 18
Maribondo	7 a 17	7 a 18
Mata Grande	9 a 12	9 a 13
Matriz de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Messias	7 a 18	7 a 18
Minador do Negrão	9 a 10	9 a 10
Murici	7 a 17	7 a 18
Novo Lino	7 a 18	7 a 18
Olho d'Água Grande	7 a 14	7 a 14
Palmeira dos Índios	7 a 15	7 a 17
Paripueira	7 a 18	7 a 18
Passo de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Paulo Jacinto	7 a 17	7 a 18
Penedo	7 a 15	7 a 16
Piaçabuçu	7 a 15	7 a 16
Pilar	7 a 18	7 a 18
Pindoba	7 a 17	7 a 18
Porto Calvo	7 a 18	7 a 18
Porto de Pedras	7 a 18	7 a 18
Porto Real do Colégio	7 a 14	7 a 14
Quebrangulo	7 a 17	7 a 17
Rio Largo	7 a 18	7 a 18
Roteiro	7 a 17	7 a 18
Santa Luzia do Norte	7 a 18	7 a 18
Santana do Mundaú	7 a 17	7 a 18
São Brás	7 a 14	7 a 14
São José da Laje	7 a 18	7 a 18
São Luís do Quitunde	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Campos	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Milagres	7 a 18	7 a 18
São Sebastião	7 a 15	7 a 15
Satuba	7 a 18	7 a 18
Tanque d'Arca	7 a 17	7 a 18
Taquarana	7 a 15	7 a 17
Teotônio Vilela	7 a 15	7 a 16
União dos Palmares	7 a 17	7 a 18
Viçosa	7 a 17	7 a 18

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca	9 a 10	9 a 10
Anadia	7 a 15	7 a 16
Arapiraca	8 a 9	8 a 9
Atalaia	7 a 16	7 a 17
Barra de Santo Antônio	7 a 18	7 a 18
Barra de São Miguel	7 a 16	7 a 17
Belém	7 a 16	7 a 16
Boca da Mata	7 a 16	7 a 17
Branquinha	7 a 15	7 a 16
Cajueiro	7 a 15	7 a 17
Campestre	7 a 17	7 a 17
Campo Alegre	7 a 14	7 a 15
Campo Grande	8 a 12	7 a 12
Capela	7 a 16	7 a 17
Chã Preta	7 a 15	7 a 16
Coité do Nóia	7 a 11	7 a 12
Colônia Leopoldina	7 a 17	7 a 17
Coqueiro Seco	7 a 17	7 a 18
Coruripe	7 a 14	7 a 15
Estrela de Alagoas		8 a 10
Feira Grande	8 a 12	8 a 12
Feliz Deserto	7 a 14	7 a 15
Flexeiras	7 a 18	7 a 18
Girau do Ponciano	8 a 9	8 a 12
Ibateguara	7 a 16	7 a 17
Igaci	8 a 11	7 a 12
Igreja Nova	7 a 14	7 a 15
Inhapi	9 a 11	9 a 11
Jacuípe	7 a 17	7 a 17
Japaratinga	7 a 15	7 a 17
Jequiá da Praia	7 a 15	7 a 15
Joaquim Gomes	7 a 15	7 a 16
Jundiá	7 a 17	7 a 18
Junqueiro	7 a 13	7 a 14
Lagoa da Canoa	8 a 12	8 a 12
Limoeiro de Anadia	7 a 14	7 a 14
Maceió	7 a 17	7 a 18
Mar Vermelho	7 a 16	7 a 16
Maragogi	7 a 15	7 a 17
Marechal Deodoro	7 a 16	7 a 17
Maribondo	7 a 15	7 a 16
Mata Grande	9 a 11	9 a 12
Matriz de Camaragibe	7 a 17	7 a 18
Messias	7 a 17	7 a 18
Minador do Negrão		9 a 10
Murici	7 a 15	7 a 16
Novo Lino	7 a 17	7 a 17
Olho d'Água Grande	7 a 12	7 a 13
Palmeira dos Índios	7 a 15	7 a 16
Paripueira	7 a 17	7 a 18
Passo de Camaragibe	7 a 18	7 a 18
Paulo Jacinto	7 a 16	7 a 16
Penedo	7 a 14	7 a 15
Piaçabuçu	7 a 14	7 a 15
Pilar	7 a 16	7 a 17
Pindoba	7 a 15	7 a 17
Porto Calvo	7 a 17	7 a 18
Porto de Pedras	7 a 17	7 a 18
Porto Real do Colégio	7 a 12	7 a 13
Quebrangulo	7 a 15	7 a 16
Rio Largo	7 a 17	7 a 18
Roteiro	7 a 15	7 a 16
Santa Luzia do Norte	7 a 17	7 a 18
Santana do Mundaú	7 a 15	7 a 16
São Brás	7 a 12	7 a 12
São José da Laje	7 a 16	7 a 17
São Luís do Quitunde	7 a 18	7 a 18
São Miguel dos Campos	7 a 16	7 a 17
São Miguel dos Milagres	7 a 17	7 a 18
São Sebastião	7 a 12	7 a 14
Satuba	7 a 17	7 a 18
Tanque d'Arca	7 a 16	7 a 16
Taquarana	7 a 14	7 a 15
Teotônio Vilela	7 a 14	7 a 15
União dos Palmares	7 a 15	7 a 16
Viçosa	7 a 16	7 a 17

PORTARIA Nº 164, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado da Bahia, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção.

A temperatura do ar, ótima para o desenvolvimento da cultura, varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, com menor risco climático para o cultivo de sorgo granífero no Estado.

Essa identificação foi realizada com base em critérios térmicos e hídricos.

O balanço hídrico da cultura foi realizado com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluviométrica - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 156 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Pennam-Monteith, nas 40 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva do sistema radicular e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50 em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 10S20, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: ATX1S, Buster, ENFORCER, FOX, JOWAR FOOD II, JOWAR SHORT, MR. 43 e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 380;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: Podium, SHS 570 Astral, SHS605, BM 737 e BM750;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34 e PR 401;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 50A70 e SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304 e BRS 310;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: FORMOSO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG1040, DKB550, AS 4615, AS 4625, DKB 540, AS 4420, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 716;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPOS 2	SOLO TIPO 3
Abaíra			28 a 30
Acajutiba	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Adustina	10 a 14	08 a 18	08 a 18
Água Fria	06 a 16	06 a 17	06 a 18
Aiquara	03 a 16	02 a 17	01 a 18
Alagoinhas	04 a 18	04 a 18	03 a 18
Alcobaça	01 a 18	28 a 32 + 01 a 18	28 a 32 + 35 a 18
Almadina	03 a 17	02 a 17	28 a 29 + 01 a 17
Amargosa	02 a 18	01 a 18	01 a 18
Amélia Rodrigues	03 a 18	03 a 18	03 a 18
América Dourada			12 a 13
Anagé	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Andaraí			29 a 30
Angical	28 a 01	28 a 02	28 a 03
Anguera	07 a 17	06 a 17	06 a 18
Antas	10 a 15	08 a 18	08 a 18
Antônio Cardoso	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Antônio Gonçalves	10 a 14	05 a 15	03 a 15
Aporá	03 a 18	03 a 18	03 a 18
Apuarema	03 a 18	02 a 18	01 a 18
Araças	04 a 18	04 a 18	03 a 18
Aracatu		28 a 29	28 a 32
Araci		12 a 14	11 a 14
Aramari	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Arataca	01 a 18	28 a 30 + 01 a 18	28 a 32 + 35 a 18
Aratuípe	02 a 18	01 a 18	36 a 18
Aurelino Leal	01 a 16	28 a 29 + 01 a 17	28 a 29 + 36 a 18
Baianópolis	28 a 31	28 a 32	28 a 02
Banzaê	10 a 15	10 a 15	10 a 16
Barra	28 a 30	28 a 32	28 a 34
Barra da Estiva			28 a 31
Barra do Choça	04 a 16	28 a 31 + 04 a 16	28 a 33 + 36 a 16
Barra do Mendes			30 a 31
Barra do Rocha	02 a 18	01 a 18	01 a 18 + 28 a 29
Barreiras	28 a 03	28 a 05	28 a 05
Barro Alto			30 a 31
Barro Preto	01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 18
Barrocas	11 a 13	10 a 14	10 a 15
Belmonte	28 a 17	28 a 17	28 a 18
Belo Campo	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Biritinga	10 a 16	09 a 16	09 a 17
Boa Nova	04 a 15	04 a 16	04 a 17
Bom Jesus da Lapa	28 a 31	28 a 32	28 a 32
Bom Jesus da Serra	07 a 15	28 a 30 + 07 a 16	28 a 31 + 06 a 16
Boninal			28 a 29
Boquira			28 a 31
Botuporã			28 a 31
Brejões	08 a 13	08 a 14	08 a 14
Brejolândia	28 a 31	28 a 32	28 a 32
Brotas de Macaúbas			28 a 31
Brumado		28 a 29	28 a 32
Buerarema	01 a 18	28 a 30 + 01 a 18	28 a 18
Buritirama	28 a 31	28 a 32	28 a 02
Caatiba	05 a 15	04 a 15 + 28 a 29	28 a 33 + 04 a 16
Cabaceiras do Paraguaçu	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Cachoeira	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Caculé		28 a 29	28 a 31
Caém		12 a 13	11 a 14
Caetanos		28 a 29	28 a 32
Caetité		28 a 30	28 a 32
Cafarnaum			12 a 13
Cairu	33 a 18	32 a 18	28 a 18
Caldeirão Grande		12 a 13	11 a 14
Camacan	36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 32 + 35 a 18
Camaçari	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Camamu	33 a 18	28 a 29 + 33 a 18	28 a 29 + 33 a 18
Campo Alegre de Lourdes			30 a 33
Canápolis	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Canarana			30 a 31
Canavieiras	36 a 18	28 a 29 + 36 a 18	28 a 32 + 35 a 18
Candeal	09 a 17	08 a 17	08 a 17
Candeias	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Candiba	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Cândido Sales	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Caraíbas		28 a 29	28 a 32
Caravelas	01 a 17	28 a 32 + 01 a 17	28 a 17
Cardeal da Silva	04 a 18	03 a 18	02 a 18
Carinhanha	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Castro Alves	04 a 18	03 a 18	02 a 18
Catolândia	28 a 36	28 a 02	28 a 03
Catu	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Caturama			28 a 31
Central			30 a 31
Cícero Dantas	10 a 15	10 a 15	09 a 16
Cipó	10 a 15	09 a 15	08 a 16
Coaraci	03 a 17	03 a 17	28 a 29 + 36 a 17
Cocos	28 a 36	28 a 01	28 a 03
Conceição da Feira	05 a 18	04 a 18	03 a 18
Conceição do Almeida	03 a 18	02 a 18	36 a 18
Conceição do Coité	10 a 14	10 a 14	10 a 14
Conceição do Jacuípe	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Conde	03 a 18	02 a 18	02 a 18
Condeúba	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Contendas do Sincorá			28 a 31
Coração de Maria	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Cordeiros	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Coribe	28 a 31	28 a 32	28 a 01
Coronel João Sá	10 a 15	09 a 16	09 a 17
Correntina	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Cotegipe	28 a 36	28 a 01	28 a 03
Cravolândia	03 a 18	03 a 18	36 a 18
Crisópolis	03 a 17	03 a 17	03 a 18
Cristópolis	28 a 31	28 a 32	28 a 03
Cruz das Almas	04 a 18	03 a 18	02 a 18
Dário Meira	04 a 17	03 a 17	28 a 29 + 03 a 17
Dias d'Ávila	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Dom Basílio			28 a 31
Dom Macedo Costa	01 a 18	01 a 18	36 a 18
Elísio Medrado	02 a 18	02 a 18	35 a 18
Encruzilhada	28 a 29	28 a 31	28 a 33
Entre Rios	04 a 18	03 a 18	02 a 18
Érico Cardoso			28 a 30
Esplanada	03 a 18	02 a 18	02 a 18
Euclides da Cunha	10 a 11	10 a 14	10 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Eunápolis	28 a 16	28 a 17	28 a 18
Fátima	10 a 14	10 a 15	09 a 16
Feira da Mata	28 a 31	28 a 33	28 a 33
Feira de Santana	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Filadélfia		05 a 09 + 13 a 14	03 a 09 + 13 a 14
Firmino Alves	04 a 15	28 a 29 + 04 a 15	28 a 29 + 04 a 16
Floresta Azul	04 a 15	28 a 29 + 04 a 16	28 a 29 + 01 a 17
Formosa do Rio Preto	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Gandu	34 a 18	28 a 29 + 34 a 18	28 a 29 + 33 a 18
Gentio do Ouro			31 a 32
Gongogi	02 a 17	01 a 17	28 a 29 + 36 a 18
Governador Mangabeira	03 a 18	03 a 18	03 a 18
Guajeru	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Guanambi	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Guaratinga	28 a 16	28 a 17	28 a 18
Heliópolis	10 a 14	10 a 15	09 a 16
Ibiassucê	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Ibicaraí	36 a 16	28 a 29 + 36 a 17	28 a 32 + 36 a 18
Ibicoara			29 a 30
Ibicuí	03 a 16	03 a 17	28 a 29 + 36 a 17
Ibipeba			30 a 31
Ibipitanga			28 a 31
Ibirapitanga	34 a 18	34 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Ibirapuã	01 a 16	28 a 32 + 01 a 17	28 a 17
Ibirataia	02 a 18	02 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Ibititá			30 a 31
Ibotirama	28 a 29	28 a 32	28 a 32
Ichu	10 a 15	09 a 16	09 a 17
Igaporã	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Igrapiúna	33 a 18	28 a 29 + 33 a 18	28 a 30 + 33 a 18
Iguaí	04 a 16	04 a 16	28 a 29 + 03 a 17
Ilhéus	35 a 18	28 a 29 + 35 a 18	28 a 18
Inhambupe	05 a 18	05 a 18	04 a 18
Ipecaetá	06 a 17	06 a 17	06 a 17
Ipiaú	02 a 17	01 a 17	28 a 29 + 36 a 18
Ipirá		13 a 14	09 a 14
Ipupiara			30 a 31
Irajuba		13 a 14	10 a 14
Irará	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Irecê			30 a 31
Itabela	28 a 18	28 a 18	28 a 18
Itabuna	36 a 18	28 a 29 + 35 a 18	28 a 18
Itacaré	36 a 18	28 a 29 + 35 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Itagi	04 a 16	04 a 16	04 a 17
Itagibá	02 a 17	01 a 17	28 a 29 + 36 a 18
Itagimirim	28 a 17	28 a 17	28 a 18
Itaju do Colônia	05 a 15	28 a 29 + 05 a 15	28 a 29 + 05 a 16
Itajuípe	35 a 18	28 a 29 + 34 a 18	28 a 18
Itamaraju	28 a 32 + 35 a 18	28 a 32 + 35 a 18	28 a 18
Itamari	35 a 18	34 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Itambé	06 a 14	28 a 29 + 05 a 14	28 a 33 + 05 a 15
Itanagra	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Itanhém	35 a 16	28 a 32 + 35 a 16	28 a 32 + 35 a 17
Itaparica	36 a 17	36 a 18	36 a 18
Itapé	36 a 17	28 a 29+ 35 a 17	28 a 32 + 35 a 18
Itapebi	28 a 17	28 a 17	28 a 18
Itapetinga	05 a 14	28 a 29 + 05 a 14	28 a 31 + 05 a 15
Itapicuru	10 a 15	09 a 15	07 a 16
Itapitanga	36 a 16	36 a 17	28 a 29 + 36 a 18
Itaquara	05 a 17	04 a 17	03 a 18
Itarantim	05 a 16	28 a 30 + 04 a 16	28 a 32 + 02 a 17
Itatim	07 a 16	06 a 16	06 a 16
Itiruçu	08 a 14	08 a 14	07 a 14
Itororó	05 a 15	28 a 29 + 05 a 15	28 a 29 + 05 a 16
Ituaçu		28 a 30	28 a 31
Ituberá	33 a 18	28 a 29 + 32 a 18	28 a 18
Iuiú	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Jaborandi	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Jacaraci		28 a 29	28 a 31
Jacobina			12 a 13
Jaguaquara	04 a 17	03 a 17	01 a 18
Jaguaripe	36 a 18	35 a 18	34 a 18
Jandaíra	03 a 18	01 a 18	01 a 18
Jequié	08 a 14	08 a 15	06 a 15
Jeremoabo			12 a 15
Jiquiriçá	34 a 18	33 a 18	33 a 18
Jitaúna	04 a 17	03 a 17	02 a 18
João Dourado			30 a 31
Jucuruçu	28 a 16	28 a 17	28 a 18
Jussara			30 a 31
Jussari	35 a 17	28 a 29 + 35 a 17	28 a 32 + 35 a 18
Jussiape			28 a 31
Lafaiete Coutinho*	09 a 14	08 a 14	07 a 14
Lagoa Real		28 a 29	28 a 31
Laje	35 a 18	34 a 18	33 a 18
Lajedão	01 a 16	28 a 32 + 01 a 16	28 a 17
Lajedo do Tabocal	09 a 14	08 a 14	08 a 14
Lamarão	06 a 17	05 a 17	05 a 18
Lapão			30 a 31
Lauro de Freitas	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Licínio de Almeida		28 a 29	28 a 31
Livramento de Nossa Senhora			28 a 31
Luís Eduardo Magalhães	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Macarani		28 a 29	28 a 32 + 05 a 14
Macaúbas	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Madre de Deus	04 a 18	03 a 18	02 a 18
Maetinga	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Maiquinique	07 a 15	28 a 30 + 06 a 15	28 a 32 + 05 a 15
Malhada	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Malhada de Pedras	28 a 29	28 a 29	28 a 32
Manoel Vitorino		28 a 29	28 a 30 + 09 a 10
Mansidão	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Maragogipe	02 a 18	02 a 18	02 a 18
Maraú	35 a 18	28 a 29 + 35 a 18	28 a 29 + 33 a 18
Mascote	36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 32 + 35 a 18
Mata de São João	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Matina	28 a 30	28 a 31	28 a 32
Medeiros Neto	35 a 16	28 a 32 + 35 a 16	28 a 32 + 35 a 17
Miguel Calmon			12 a 13
Milagres	06 a 17	05 a 17	05 a 17
Mirangaba	10 a 12	10 a 14	10 a 14
Mirante		28 a 29	28 a 31
Morpará	28 a 30	28 a 32	28 a 32
Morro do Chapéu			12 a 13
Mortugaba		28 a 29	28 a 31
Mucugê			28 a 30
Mucuri	01 a 16	28 a 32 + 01 a 16	28 a 17
Mulungu do Morro			30 a 31
Mundo Novo			12 a 13
Muniz Ferreira	02 a 18	02 a 18	01 a 18
Muquém de São Francisco	28 a 31	28 a 32	28 a 32
Muritiba	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Mutuípe	33 a 18	33 a 18	33 a 18
Nazaré	02 a 18	02 a 18	36 a 18
Nilo Peçanha	33 a 18	28 a 29 + 32 a 18	28 a 18
Nova Canaã	04 a 16	28 a 29 + 04 a 16	28 a 33 + 03 a 16
Nova Ibiá	34 a 18	34 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Nova Itarana		11 a 12	11 a 12
Nova Soure	10 a 15	09 a 16	08 a 17
Nova Viçosa	01 a 17	28 a 32 + 01 a 17	28 a 17
Novo Horizonte			28 a 30
Novo Triunfo	10 a 15	08 a 16	08 a 18
Olindina	10 a 16	09 a 16	07 a 17
Oliveira dos Brejinhos			28 a 31
Ouriçangas	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Palmas de Monte Alto	28 a 31	28 a 32	28 a 32
Paramirim			28 a 31
Paratinga	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Paripiranga	10 a 15	08 a 18	08 a 18
Pau Brasil	36 a 17	28 a 30 + 36 a 18	28 a 31 + 36 a 18
Pedrão	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Pedro Alexandre	10 a 14	10 a 15	10 a 16
Piatã			28 a 29
Pilão Arcado			28 a 33
Pindaí	28 a 29	28 a 30	28 a 31
Pindobaçu	10 a 14	05 a 14	03 a 15
Piraí do Norte	34 a 18	28 a 29 + 34 a 18	28 a 29 + 33 a 18
Piripá	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Piritiba			12 a 13
Planalto	04 a 16	29 a 31 + 04 a 16	28 a 33 + 02 a 16
Poções	04 a 15	29 a 30 + 04 a 16	28 a 33 + 03 a 16
Pojuca	03 a 18	03 a 18	03 a 18
Porto Seguro	28 a 18	28 a 18	28 a 18
Potiraguá	36 a 17	28 a 30 + 36 a 17	28 a 32 + 36 a 18
Prado	01 a 18	28 a 32 + 01 a 18	28 a 32 + 35 a 18
Presidente Dutra			30 a 31
Presidente Jânio Quadros	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Presidente Tancredo Neves	33 a 18	33 a 18	28 a 29 + 32 a 18
Quijingue	10 a 13	10 a 14	10 a 15
Rafael Jambeiro	08 a 14	08 a 14	07 a 14
Riachão das Neves	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Riachão do Jacuípe	10 a 13	10 a 14	09 a 15
Riacho de Santana	28 a 31	28 a 32	28 a 32
Ribeira do Amparo	10 a 14	10 a 15	10 a 15
Ribeira do Pombal	10 a 14	10 a 15	09 a 16
Ribeirão do Largo		28 a 29	28 a 33
Rio de Contas			28 a 31
Rio do Antônio	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Rio do Pires			28 a 30
Rio Real	03 a 18	01 a 18	01 a 18
Salinas da Margarida	03 a 18	02 a 18	36 a 18
Salvador	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Santa Bárbara	07 a 16	05 a 17	05 a 18
Santa Cruz Cabrália	28 a 17	28 a 17	28 a 18
Santa Cruz da Vitória	04 a 15	28 a 29 + 04 a 15	28 a 29 + 04 a 16
Santa Inês	04 a 16	04 a 17	03 a 18
Santa Luzia	36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 32 + 35 a 18
Santa Maria da Vitória	28 a 33	28 a 33	28 a 01
Santa Rita de Cássia	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Santa Teresinha	05 a 17	05 a 17	04 a 17
Santana	28 a 31	28 a 32	28 a 32
Santanópolis	07 a 16	07 a 17	07 a 18
Santo Amaro	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Santo Antônio de Jesus	36 a 18	35 a 18	35 a 18
Santo Estêvão	06 a 17	05 a 17	05 a 18
São Desidério	28 a 04	28 a 05	28 a 06
São Felipe	02 a 18	02 a 18	36 a 18
São Félix	04 a 18	03 a 18	02 a 18
São Félix do Coribe	28 a 31	28 a 32	28 a 33
São Francisco do Conde	04 a 18	03 a 18	03 a 18
São Gabriel			30 a 31
São Gonçalo dos Campos	04 a 18	04 a 18	03 a 18
São José da Vitória	35 a 16	28 a 31 + 35 a 17	28 a 18
São Miguel das Matas	35 a 18	35 a 18	34 a 18
São Sebastião do Passé	03 a 18	03 a 18	03 a 18
Sapeaçu	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Sátiro Dias	10 a 15	09 a 16	08 a 17
Saubara	04 a 17	03 a 18	36 a 18
Saúde	11 a 14	11 a 14	10 a 14
Sebastião Laranjeiras	28 a 30	28 a 32	28 a 32
Senhor do Bonfim	10 a 14	05 a 15	03 a 15
Serra do Ramalho	28 a 31	28 a 32	28 a 33
Serra Dourada	28 a 31	28 a 31	28 a 32
Serra Preta	08 a 17	07 a 17	06 a 17
Serrinha	10 a 15	09 a 16	09 a 17
Serrolândia			12 a 13
Simões Filho	03 a 17	03 a 18	02 a 18
Sítio do Mato	28 a 31	28 a 31	28 a 32
Sítio do Quinto	10 a 15	09 a 18	09 a 18
Tabocas do Brejo Velho	28 a 31	28 a 32	28 a 01
Tanhaçu		28 a 29	28 a 32
Tanque Novo	28 a 29	28 a 30	28 a 32
Tanquinho	07 a 17	07 a 17	07 a 18
Taperoá	33 a 18	28 a 29 + 32 a 18	28 a 18
Tapiramutá			12 a 13
Teixeira de Freitas	01 a 17	28 a 32 + 01 a 17	28 a 32 + 35 a 18
Teodoro Sampaio	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Teofilândia	10 a 14	10 a 15	10 a 15
Teolândia	33 a 18	28 a 29 + 32 a 18	28 a 18
Terra Nova	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Tremedal	28 a 29	28 a 31	28 a 32
Tucano	10 a 14	10 a 15	10 a 15
Ubaíra	35 a 18	34 a 18	34 a 18
Ubaitaba	35 a 18	35 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Ubatã	35 a 18	35 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Uibaí			30 a 31
Una	35 a 18	28 a 29 + 35 a 18	28 a 32 + 35 a 18
Urandi		28 a 29	28 a 31
Uruçuca	35 a 18	28 a 29 + 35 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Valença	33 a 18	33 a 18	28 a 29 + 32 a 18
Várzea do Poço			12 a 13
Várzea Nova			12 a 13
Varzedo	35 a 18	35 a 18	35 a 18
Vera Cruz	36 a 18	36 a 18	36 a 18
Vereda	28 a 17	28 a 17	28 a 18
Vitória da Conquista	28 a 30	28 a 31	28 a 33
Wanderley	28 a 31	28 a 32	28 a 02
Wenceslau Guimarães	34 a 17	28 a 29 + 34 a 18	28 a 29 + 33 a 18
Xique-Xique	29 a 30	29 a 31	28 a 32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaíra			28 a 29
Acajutiba	03 a 16	03 a 16	02 a 16
Adustina	08 a 16	08 a 16	08 a 17
Água Fria	06 a 15	06 a 15	06 a 16
Aiquara	03 a 15	02 a 15	01 a 15
Alagoinhas	04 a 18	04 a 18	03 a 18
Alcobaça	02 a 15	28 a 29 + 01 a 15	28 a 30 + 36 a 17
Almadina	03 a 14	03 a 14	36 a 15
Amargosa	02 a 17	01 a 17	01 a 17
Amélia Rodrigues	03 a 18	03 a 18	03 a 18
Anagé		28 a 29	28 a 30
Angical	28 a 36	28 a 36	28 a 01
Anguera	07 a 15	06 a 15	06 a 16
Antas	08 a 16	08 a 16	08 a 17
Antônio Cardoso	05 a 16	04 a 16	04 a 17
Antônio Gonçalves		10 a 11	10 a 13
Aporá	03 a 16	03 a 16	03 a 16
Apuarema	03 a 17	01 a 17	01 a 18
Araças	04 a 18	04 a 18	03 a 18
Aracatu		28 a 29	28 a 29
Araci			11 a 12
Aramari	05 a 17	04 a 17	04 a 18
Arataca	36 a 16	28 a 29 + 36 a 16	28 a 30 + 35 a 17
Aratuípe	02 a 18	01 a 18	36 a 18
Aurelino Leal	36 a 15	36 a 15	36 a 16
Baianópolis	28 a 30	28 a 30	28 a 36
Banzaê	10 a 13	10 a 13	10 a 13
Barra	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Barra da Estiva			28 a 29
Barra do Choça	04 a 13	28 a 29 + 04 a 13	28 a 31 + 03 a 14
Barra do Rocha	02 a 16	01 a 16	36 a 17
Barreiras	28 a 03	28 a 03	28 a 03
Barro Preto	01 a 16	01 a 16 + 34 a 36	28 a 16
Barrocas	11 a 12	10 a 12	10 a 13
Belmonte	28 a 15	28 a 15	28 a 16
Belo Campo		28 a 29	28 a 30
Biritinga	10 a 14	09 a 14	09 a 14
Boa Nova	04 a 13	04 a 13	04 a 14
Bom Jesus da Lapa	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Bom Jesus da Serra	07 a 12	06 a 12	28 a 29 + 06 a 12
Boquira			28 a 29
Botuporã			28 a 30
Brejões	08 a 12	08 a 12	08 a 13
Brejolândia	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Brotas de Macaúbas			28 a 29
Brumado		28 a 29	28 a 29
Buerarema	35 a 15	35 a 15	28 a 30 + 35 a 16
Buritirama	28 a 30	28 a 30	28 a 01
Caatiba	05 a 13	04 a 13	28 a 30 + 04 a 13
Cabaceiras do Paraguaçu	05 a 17	04 a 17	04 a 17
Cachoeira	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Caculé		28 a 29	28 a 29
Caém			11 a 12
Caetanos			28 a 29
Caetité		28 a 29	28 a 30
Cairu	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Camacan	36 a 17	28 a 29 + 36 a 17	28 a 29 + 35 a 18
Camaçari	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Camamu	33 a 18	33 a 18	33 a 18
Campo Alegre de Lourdes			30 a 31
Canápolis	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Canavieiras	36 a 16	28 a 29 + 36 a 16	28 a 30 + 35 a 18
Candeal	09 a 14	08 a 14	08 a 15
Candeias	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Candiba		28 a 29	28 a 30
Cândido Sales		28 a 29	28 a 30
Caraíbas		28 a 29	28 a 30
Caravelas	02 a 15	28 a 30 + 01 a 15	28 a 31 + 35 a 15
Cardeal da Silva	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Carinhanha	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Castro Alves	04 a 17	03 a 17	02 a 18
Catolândia	28 a 36	28 a 36	28 a 01
Catu	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Caturama			28 a 29
Cícero Dantas	10 a 13	10 a 13	09 a 13
Cipó	10 a 13	09 a 13	08 a 13
Coaraci	03 a 14	03 a 14	36 a 15
Cocos	28 a 35	28 a 35	28 a 01
Conceição da Feira	05 a 18	04 a 18	03 a 18
Conceição do Almeida	03 a 18	02 a 18	36 a 18
Conceição do Coité	10 a 11	10 a 11	10 a 12
Conceição do Jacuípe	04 a 17	03 a 17	03 a 18
Conde	01 a 18	01 a 18	01 a 18
Condeúba		28 a 29	28 a 30
Contendas do Sincorá		28 a 29	28 a 29
Coração de Maria	05 a 17	04 a 17	04 a 18
Cordeiros		28 a 29	28 a 30
Coribe	28 a 30	28 a 31	28 a 35
Coronel João Sá	10 a 14	09 a 14	09 a 14
Correntina	28 a 02	28 a 02	28 a 03
Cotegipe	28 a 36	28 a 36	28 a 01
Cravolândia	03 a 16	03 a 16	36 a 17
Crisópolis	03 a 15	03 a 15	03 a 16
Cristópolis	28 a 34	28 a 35	28 a 01
Cruz das Almas	04 a 18	03 a 18	02 a 18
Dário Meira	04 a 14	03 a 14	01 a 15
Dias d'Ávila	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Dom Basílio			28 a 29
Dom Macedo Costa	01 a 18	01 a 18	36 a 18
Elísio Medrado	02 a 17	02 a 17	35 a 17
Encruzilhada		28 a 29	28 a 30
Entre Rios	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Érico Cardoso			28 a 29
Esplanada	03 a 18	02 a 18	02 a 18
Euclides da Cunha	10 a 11	10 a 12	10 a 12
Eunápolis	28 a 15	28 a 15	28 a 16
Fátima	10 a 13	10 a 13	09 a 13
Feira da Mata	28 a 31	28 a 31	28 a 32
Feira de Santana	05 a 16	05 a 16	05 a 17
Firmino Alves	05 a 13	05 a 13	04 a 13
Floresta Azul	04 a 14	04 a 14	01 a 14
Formosa do Rio Preto	28 a 01	28 a 02	28 a 03
Gandu	34 a 18	34 a 18	33 a 18
Gongogi	02 a 15	36 a 15	36 a 16
Governador Mangabeira	03 a 18	03 a 18	03 a 18
Guajeru		28 a 29	28 a 30
Guanambi		28 a 29	28 a 30
Guaratinga	28 a 15	28 a 15	28 a 16
Heliópolis	10 a 13	10 a 13	09 a 13
Ibiassucê		28 a 29	28 a 29
Ibicaraí	36 a 15	36 a 15	29 a 30 + 36 a 15
Ibicuí	03 a 14	03 a 14	36 a 15
Ibipitanga			28 a 29
Ibirapitanga	34 a 18	34 a 18	34 a 18
Ibirapuã	02 a 13	28 a 30 + 01 a 13	28 a 31 + 35 a 13
Ibirataia	02 a 17	35 a 17	34 a 17
Ibotirama	28 a 29	28 a 30	28 a 30
Ichu	10 a 13	09 a 13	09 a 14
Igaporã		28 a 29	28 a 30
Igrapiúna	33 a 18	32 a 18	28 a 29 + 32 a 18
Iguaí	04 a 13	04 a 13	03 a 14
Ilhéus	35 a 15	35 a 15	28 a 30 + 34 a 16
Inhambupe	05 a 16	05 a 16	04 a 16
Ipecaetá	06 a 14	06 a 14	06 a 15
Ipiaú	02 a 15	01 a 15	36 a 17
Ipirá		10 a 11	09 a 11
Ipupiara			28 a 29
Irajuba		10 a 11	10 a 11
Irará	05 a 16	05 a 16	05 a 17
Itabela	36 a 15	28 a 29 + 36 a 15	28 a 30 + 36 a 16
Itabuna	35 a 15	35 a 15	28 a 30 + 34 a 16
Itacaré	35 a 15	35 a 16	28 a 29 + 34 a 17
Itagi	04 a 14	04 a 14	04 a 15
Itagibá	02 a 15	01 a 15	36 a 15
Itagimirim	34 a 15	28 a 30 + 34 a 15	28 a 16
Itaju do Colônia	05 a 12	05 a 12	05 a 13
Itajuípe	35 a 15	35 a 16	28 a 30 + 35 a 16
Itamaraju	35 a 16	28 a 30 + 35 a 16	28 a 17
Itamari	35 a 17	34 a 17	34 a 18
Itambé	06 a 11	28 a 29 + 05 a 11	28 a 30 + 05 a 12
Itanagra	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Itanhém	35 a 13	28 a 30 + 35 a 13	28 a 31 + 35 a 16
Itaparica	36 a 16	36 a 18	36 a 18
Itapé	36 a 15	35 a 15	30 + 35 a 15
Itapebi	34 a 15	28 a 30 + 34 a 15	28 a 16
Itapetinga	05 a 11	05 a 11	28 a 29 + 05 a 12
Itapicuru	10 a 13	09 a 13	08 a 14
Itapitanga	36 a 15	36 a 15	36 a 15
Itaquara	05 a 15	04 a 15	03 a 16
Itarantim	05 a 14	28 a 29 + 04 a 14	28 a 30 + 02 a 15
Itatim	07 a 14	06 a 14	06 a 14
Itiruçu	08 a 13	08 a 13	07 a 13
Itororó	06 a 12	05 a 12	05 a 13
Ituaçu		28 a 29	28 a 29
Ituberá	33 a 18	32 a 18	28 a 29 + 32 a 18
Iuiú	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Jaborandi	28 a 02	28 a 02	28 a 03
Jacaraci		28 a 29	28 a 29
Jacobina			12 a 13
Jaguaquara	04 a 15	03 a 15	01 a 17
Jaguaripe	36 a 18	35 a 18	34 a 18
Jandaíra	01 a 18	01 a 18	01 a 18
Jequié	08 a 13	08 a 13	06 a 13
Jiquiriçá	34 a 17	33 a 17	33 a 18
Jitaúna	04 a 15	03 a 15	02 a 15
Jucuruçu	35 a 14	28 a 30 + 35 a 14	28 a 15
Jussari	35 a 15	35 a 15	28 a 30 + 35 a 15
Jussiape			28 a 29
Lagoa Real		28 a 29	28 a 29
Laje	35 a 18	34 a 18	33 a 18
Lajedão	02 a 13	28 a 30 + 01 a 13	28 a 31 + 35 a 13
Lamarão	09 a 14	08 a 15	08 a 15
Lauro de Freitas	04 a 17	03 a 18	02 a 18
Licínio de Almeida		28 a 29	28 a 29
Livramento de Nossa Senhora			28 a 29
Luís Eduardo Magalhães	28 a 03	28 a 03	28 a 03
Macarani		28 a 29	28 a 30 + 05 a 11
Macaúbas		28 a 29	28 a 30
Madre de Deus	04 a 18	03 a 18	02 a 18
Maetinga		28 a 29	28 a 30
Maiquinique	07 a 11	28 a 29 + 06 a 11	28 a 30 + 05 a 12
Malhada	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Malhada de Pedras		28 a 29	28 a 29
Manoel Vitorino			28 a 29
Mansidão	28 a 01	28 a 01	28 a 03
Maragogipe	02 a 18	02 a 18	36 a 18
Maraú	35 a 18	32 a 18	28 a 29 + 32 a 18
Mascote	36 a 17	28 a 29 + 36 a 17	28 a 30 + 35 a 18
Mata de São João	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Matina	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Medeiros Neto	35 a 13	28 a 30 + 35 a 13	28 a 31 + 35 a 15
Miguel Calmon			12 a 13
Milagres	06 a 15	05 a 15	05 a 15
Mirangaba		10 a 11	10 a 12
Mirante			28 a 29
Morpará	28 a 29	28 a 30	28 a 30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Morro do Chapéu			12 a 13
Mortugaba		28 a 29	28 a 29
Mucugê			28 a 29
Mucuri	02 a 13	28 a 30 + 01 a 13	28 a 32 + 01 a 13
Mundo Novo			12 a 13
Muniz Ferreira	36 a 18	36 a 18	36 a 18
Muquém de São Francisco	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Muritiba	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Mutuípe	33 a 18	33 a 18	33 a 18
Nazaré	02 a 18	02 a 18	36 a 18
Nilo Peçanha	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Nova Canaã	04 a 13	04 a 13	28 a 29 + 03 a 13
Nova Ibiá	34 a 17	34 a 17	34 a 18
Nova Itarana			11 a 12
Nova Soure	10 a 14	09 a 14	08 a 14
Nova Viçosa	02 a 15	28 a 30 + 01 a 15	28 a 31 + 35 a 15
Novo Horizonte			28 a 29
Novo Triunfo	08 a 14	08 a 14	08 a 16
Olindina	10 a 14	09 a 14	08 a 14
Oliveira dos Brejinhos			28 a 29
Ouriçangas	06 a 16	05 a 16	05 a 17
Palmas de Monte Alto	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Paramirim			28 a 29
Paratinga		28 a 29	28 a 30
Paripiranga	08 a 16	08 a 16	08 a 17
Pau Brasil	36 a 15	28 a 29 + 36 a 15	28 a 30 + 36 a 17
Pedrão	05 a 16	04 a 16	04 a 18
Pedro Alexandre	10 a 12	10 a 12	10 a 13
Piatã			28 a 29
Pilão Arcado			28 a 31
Pindaí		28 a 29	28 a 29
Pindobaçu*		09 a 11	09 a 12
Piraí do Norte	34 a 18	33 a 18	32 a 18
Piripá		28 a 29	28 a 30
Piritiba			12 a 13
Planalto	04 a 13	28 a 29 + 04 a 13	28 a 31 + 03 a 14
Poções	04 a 13	04 a 13	28 a 30 + 03 a 14
Pojuca	04 a 18	04 a 18	03 a 18
Porto Seguro	36 a 15	28 a 29 + 36 a 15	28 a 30 + 36 a 16
Potiraguá	36 a 15	28 a 29 + 36 a 15	28 a 30 + 36 a 16
Prado	02 a 16	28 a 29 + 01 a 16	28 a 30 + 36 a 17
Presidente Jânio Quadros		28 a 29	28 a 30
Presidente Tancredo Neves	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Quijingue	10 a 12	10 a 12	10 a 12
Rafael Jambeiro	08 a 11	08 a 11	07 a 12
Riachão das Neves	28 a 01	28 a 02	28 a 03
Riachão do Jacuípe	10 a 12	10 a 12	09 a 13
Riacho de Santana	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Ribeira do Amparo	10 a 13	10 a 13	09 a 13
Ribeira do Pombal	10 a 13	10 a 13	10 a 13
Ribeirão do Largo		28 a 29	28 a 30
Rio de Contas			28 a 29
Rio do Antônio		28 a 29	28 a 29
Rio do Pires			28 a 29
Rio Real	01 a 15	01 a 16	01 a 16
Salinas da Margarida	03 a 18	03 a 18	36 a 18
Salvador	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Santa Bárbara	08 a 15	08 a 15	08 a 16
Santa Cruz Cabrália	35 a 15	28 a 29 + 35 a 15	28 a 30 + 34 a 16
Santa Cruz da Vitória	04 a 13	04 a 13	04 a 13
Santa Inês	04 a 15	04 a 15	03 a 16
Santa Luzia	36 a 17	28 a 29 + 36 a 17	28 a 30 + 35 a 18
Santa Maria da Vitória	28 a 31	28 a 31	28 a 35
Santa Rita de Cássia	28 a 01	28 a 02	28 a 03
Santa Teresinha	05 a 15	05 a 15	04 a 15
Santana	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Santanópolis	07 a 15	07 a 15	07 a 16
Santo Amaro	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Santo Antônio de Jesus	36 a 18	35 a 18	35 a 18
Santo Estêvão	06 a 15	05 a 15	05 a 16
São Desidério	28 a 03	28 a 03	28 a 03
São Felipe	02 a 18	02 a 18	36 a 18
São Félix	04 a 18	03 a 18	02 a 18
São Félix do Coribe	28 a 30	28 a 30	28 a 31
São Francisco do Conde	04 a 18	03 a 18	03 a 18
São Gonçalo dos Campos	04 a 17	04 a 17	03 a 18
São José da Vitória	35 a 17	28 a 29 + 35 a 17	28 a 31 + 35 a 17
São Miguel das Matas	35 a 16	35 a 18	34 a 18
São Sebastião do Passé	03 a 18	03 a 18	03 a 18
Sapeaçu	03 a 17	03 a 18	02 a 18
Sátiro Dias	10 a 14	09 a 14	09 a 15
Saubara	04 a 17	03 a 18	36 a 18
Saúde		10 a 11	10 a 11
Sebastião Laranjeiras	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Senhor do Bonfim		10 a 12	10 a 13
Serra do Ramalho	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Serra Dourada	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Serra Preta	08 a 14	07 a 14	06 a 15
Serrinha	10 a 14	09 a 14	09 a 14
Serrolândia			12 a 13
Simões Filho	03 a 18	03 a 18	02 a 18
Sítio do Mato	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Sítio do Quinto	10 a 16	09 a 16	09 a 17
Tabocas do Brejo Velho	28 a 30	28 a 30	28 a 31
Tanhaçu			28 a 29
Tanque Novo		28 a 29	28 a 30
Tanquinho	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Taperoá	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Tapiramutá			12 a 13
Teixeira de Freitas	02 a 15	28 a 30 + 01 a 15	28 a 31 + 36 a 15
Teodoro Sampaio	04 a 17	03 a 17	03 a 18
Teofilândia	10 a 13	10 a 13	10 a 13
Teolândia	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Terra Nova	04 a 18	03 a 18	03 a 18
Tremedal		28 a 29	28 a 30
Tucano	10 a 12	10 a 12	10 a 13
Ubaíra	35 a 17	34 a 17	34 a 17
Ubaitaba	35 a 15	35 a 15	34 a 17
Ubatã	35 a 17	35 a 17	34 a 18
Una	35 a 16	28 a 29 + 35 a 16	28 a 30 + 35 a 16
Urandi		28 a 29	28 a 29
Uruçuca	35 a 15	35 a 15	28 a 30 + 34 a 16
Valença	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Várzea do Poço			12 a 13
Várzea Nova			12 a 13
Varzedo	35 a 17	35 a 18	35 a 18
Vera Cruz	36 a 18	36 a 18	36 a 18
Vereda	35 a 16	28 a 30 + 35 a 16	28 a 16
Vitória da Conquista		28 a 29	28 a 31
Wanderley	28 a 30	28 a 30	28 a 01
Wenceslau Guimarães	34 a 17	34 a 18	33 a 18
Xique-Xique		28 a 29	28 a 30

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acajutiba	03 a 14	03 a 14	02 a 15
Adustina	07 a 13	07 a 14	03 a 15
Água Fria	06 a 14	06 a 14	06 a 14
Aiquara	03 a 13	02 a 13	01 a 14
Alagoinhas	04 a 16	04 a 16	03 a 17
Alcobaça	03 a 14	28 a 29 + 03 a 14	28 a 29 + 01 a 16
Almadina	03 a 13	03 a 13	36 a 13
Amargosa	02 a 15	01 a 15	01 a 16
Amélia Rodrigues	03 a 16	03 a 16	03 a 17
Anagé			28 a 29
Angical	28 a 34	28 a 35	28 a 35
Anguera	07 a 14	06 a 14	06 a 15
Antas	08 a 13	08 a 14	04 a 15
Antônio Cardoso	05 a 15	04 a 15	04 a 16
Aporá	03 a 14	03 a 14	03 a 15
Apuarema	03 a 15	01 a 15	01 a 16
Araças	04 a 17	04 a 17	03 a 18
Aracatu			28 a 29
Aramari	05 a 15	04 a 15	04 a 16
Arataca	36 a 14	35 a 14	28 a 29 + 34 a 16
Aratuípe	02 a 18	01 a 18	36 a 18
Aurelino Leal	02 a 13	01 a 13	36 a 14
Baianópolis		28 a 29	28 a 35
Banzaê		10 a 11	10 a 12
Barra		28 a 29	28 a 30
Barra do Choça	04 a 11	28 a 29 + 04 a 11	28 a 29 + 03 a 12
Barra do Rocha	02 a 15	01 a 15	36 a 16
Barreiras	28 a 35	28 a 35	28 a 01
Barro Preto	36 a 14	01 a 14 + 35 a 36	33 a 15
Barrocas		10 a 11	10 a 11
Belmonte	34 a 14	33 a 14	28 a 29 + 33 a 15
Belo Campo		28 a 29	28 a 29
Biritinga	10 a 12	09 a 12	09 a 13
Boa Nova	04 a 12	04 a 12	04 a 13
Bom Jesus da Lapa		28 a 29	28 a 29
Boquira			28 a 29
Botuporã			28 a 29
Brejões	09 a 10	09 a 10	08 a 11
Brejolândia		28 a 29	28 a 29
Brumado			28 a 29
Buerarema	35 a 14	35 a 14	28 a 29 + 34 a 14
Buritirama		28 a 29	28 a 30 + 35 a 36
Caatiba	05 a 10	04 a 10	28 a 29 + 04 a 12
Cabaceiras do Paraguaçu	05 a 15	04 a 15	04 a 16
Cachoeira	03 a 17	03 a 17	02 a 18
Caculé			28 a 29
Caetanos			28 a 29
Caetité			28 a 29
Cairu	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Camacan	36 a 16	35 a 16	28 a 29 + 34 a 16
Camaçari	03 a 17	02 a 17	02 a 18
Camamu	33 a 18	33 a 18	33 a 18
Canápolis		28 a 29	28 a 30
Canavieiras	36 a 15	35 a 15	28 a 29 + 34 a 15
Candeal	09 a 12	08 a 12	08 a 13
Candeias	04 a 17	03 a 17	03 a 18
Candiba			28 a 29
Cândido Sales		28 a 29	28 a 29
Caraíbas			28 a 29
Caravelas	03 a 13	28 a 29 + 03 a 13	28 a 29 + 01 a 14
Cardeal da Silva	04 a 17	03 a 17	03 a 18
Carinhanha		28 a 29	28 a 30
Castro Alves	04 a 15	03 a 15	02 a 16
Catolândia	28 a 34	28 a 35	28 a 35
Catu	04 a 17	03 a 17	03 a 17
Cícero Dantas		10 a 11	10 a 12
Cipó	09 a 10	09 a 11	08 a 11
Coaraci	03 a 13	03 a 13	36 a 14
Cocos	28 a 33	28 a 34	28 a 35
Conceição da Feira	05 a 16	04 a 16	03 a 17
Conceição do Almeida	03 a 17	02 a 17	36 a 18
Conceição do Jacuípe	04 a 15	03 a 15	03 a 16
Conde	03 a 15	02 a 16	02 a 17
Condeúba			28 a 29
Contendas do Sincorá			28 a 29
Coração de Maria	05 a 15	04 a 15	04 a 16
Cordeiros		28 a 29	28 a 29
Coribe		28 a 29	28 a 30
Coronel João Sá	10 a 12	09 a 12	09 a 13
Correntina	28 a 36	28 a 01	28 a 02
Cotegipe	28 a 34	28 a 35	28 a 36
Cravolândia	03 a 14	03 a 14	01 a 15
Crisópolis	03 a 13	03 a 13	03 a 14
Cristópolis		28 a 29	28 a 35
Cruz das Almas	04 a 17	03 a 17	02 a 17
Dário Meira	04 a 12	03 a 12	01 a 13
Dias d'Ávila	01 a 17	01 a 17	01 a 18
Dom Basílio			28 a 29
Dom Macedo Costa	01 a 18	01 a 18	36 a 18
Elísio Medrado	02 a 15	02 a 15	35 a 16
Encruzilhada		28 a 29	28 a 29
Entre Rios	04 a 17	03 a 17	03 a 18
Esplanada	03 a 16	02 a 16	02 a 17
Euclides da Cunha		10 a 11	10 a 11
Eunápolis	33 a 13	28 a 29 + 33 a 13	28 a 29 + 33 a 15
Fátima		10 a 11	09 a 12

Feira da Mata	28 a 30	28 a 30	28 a 30
Feira de Santana	05 a 15	05 a 15	05 a 15
Firmino Alves	05 a 11	05 a 11	04 a 12
Floresta Azul	04 a 12	04 a 12	02 a 13
Formosa do Rio Preto	28 a 35	28 a 36	28 a 01
Gandu	34 a 17	34 a 17	33 a 18
Gongogi	02 a 13	36 a 13	35 a 14
Governador Mangabeira	03 a 16	03 a 16	03 a 17
Guajeru			28 a 29
Guanambi		28 a 29	28 a 29
Guaratinga	33a 13	28 a 29 + 33 a 13	28 a 15
Heliópolis		10 a 11	09 a 11
Ibiassucê			28 a 29
Ibicaraí	36 a 13	35 a 13	35 a 14
Ibicuí	03 a 13	03 a 13	36 a 14
Ibirapitanga	34 a 16	34 a 16	34 a 17
Ibirapuã	04 a 13	28 a 29 + 04 a 13	28 a 29 + 01 a 14
Ibirataia	03 a 15	36 a 15	35 a 16
Ibotirama		28 a 29	28 a 29
Ichu	10 a 12	09 a 12	09 a 12
Igaporã			28 a 29
Igrapiúna	33 a 18	32 a 18	32 a 18
Iguaí	04 a 12	04 a 12	03 a 13
Ilhéus	35 a 14	35 a 14	33 a 15
Inhambupe	05 a 14	05 a 14	04 a 15
Ipecaetá	06 a 13	06 a 13	06 a 13
Ipiaú	02 a 13	01 a 13	36 a 14
Irajuba			10 a 11
Irará	05 a 14	05 a 14	05 a 15
Itabela	36 a 14	28 a 29 + 36 a 14	28 a 29 + 36 a 15
Itabuna	35 a 14	35 a 14	33 a 15
Itacaré	35 a 14	35 a 14	34 a 15
Itagi	04 a 12	04 a 12	04 a 13
Itagibá	02 a 13	01 a 13	36 a 14
Itagimirim	34 a 13	28 a 29 + 33 a 13	28 a 29 + 33 a 15
Itaju do Colônia	05 a 10	05 a 10	05 a 11
Itajuípe	35 a 14	35 a 14	33 a 15
Itamaraju	35 a 14	28 a 29 + 34 a 14	28 a 16
Itamari	35 a 16	35 a 16	34 a 16
Itambé		09 a 10	28 + 05 a 10
Itanagra	04 a 17	03 a 17	03 a 18
Itanhém	36 a 12	28 a 29 + 34 a 12	28 a 30 + 34 a 12
Itaparica	02 a 16	02 a 17	01 a 17
Itapé	36 a 13	35 a 13	35 a 14
Itapebi	34 a 14	33 a 14	28 a 29 + 33 a 15
Itapetinga		09 a 10	05 a 10
Itapicuru	09 a 12	09 a 12	08 a 12
Itapitanga	02 a 13	02 a 13	36 a 14
Itaquara	05 a 13	04 a 13	03 a 15
Itarantim	05 a 12	04 a 12	28 a 29 + 02 a 13
Itatim	07 a 12	06 a 12	06 a 12
Itiruçu	09 a 11	09 a 11	07 a 11
Itororó	09 a 10	09 a 11	05 a 11
Ituaçu			28 a 29
Ituberá	33 a 18	32 a 18	32 a 18
Iuiú		28 a 29	28 a 30
Jaborandi	28 a 36	28 a 01	28 a 01
Jacaraci			28 a 29
Jaguaquara	04 a 14	03 a 14	01 a 15
Jaguaripe	36 a 18	35 a 18	34 a 18
Jandaíra	01 a 15	01 a 16	01 a 17
Jequié		10 a 11	06 a 11
Jiquiriçá	34 a 16	33 a 16	33 a 17
Jitaúna	04 a 13	03 a 13	02 a 14
Jucuruçu	35 a 13	28 a 29 + 34 a 13	28 a 14
Jussari	35 a 13	35 a 13	28 a 29 + 34 a 14
Lagoa Real			28 a 29
Laje	35 a 17	33 a 17	33 a 18
Lajedão		28 a 29	28 a 30 + 36 a 03
Lamarão	09 a 13	08 a 13	08 a 14
Lauro de Freitas	03 a 17	03 a 17	02 a 18
Licínio de Almeida			28 a 29
Luís Eduardo Magalhães	28 a 36	28 a 01	28 a 02
Macarani			28 a 29
Macaúbas			28 a 29
Madre de Deus	04 a 17	03 a 17	02 a 17
Maetinga			28 a 29
Maiquinique			28 a 29 + 04 a 11
Malhada		28 a 29	28 a 30
Malhada de Pedras			28 a 29
Mansidão	28 a 35	28 a 35	28 a 01
Maragogipe	02 a 17	01 a 17	36 a 18
Maraú	35 a 16	34 a 16	33 a 17
Mascote	36 a 15	35 a 15	28 a 29 + 34 a 16
Mata de São João	03 a 17	03 a 17	02 a 18
Matina		28 a 29	28 a 29
Medeiros Neto	36 a 10	28 a 29 + 36 a 11	28 a 30 + 35 a 12
Milagres	06 a 13	05 a 13	05 a 14
Morpará		28 a 29	28 a 29
Mortugaba			28 a 29
Mucuri		28 a 29	28 a 30 + 36 a 03
Muniz Ferreira	36 a 18	36 a 18	36 a 18
Muquém de São Francisco		28 a 29	28 a 29
Muritiba	04 a 16	03 a 16	03 a 17
Mutuípe	33 a 16	33 a 16	33 a 17
Nazaré	02 a 18	01 a 18	36 a 18
Nilo Peçanha	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Nova Canaã	04 a 10	04 a 11	03 a 12
Nova Ibiá	34 a 16	34 a 16	34 a 17
Nova Soure	10 a 12	09 a 12	08 a 12
Nova Viçosa	04 a 13	28 a 29 + 04 a 13	28 a 29 + 01 a 14
Novo Triunfo	08 a 13	08 a 13	08 a 14
Olindina	10 a 12	09 a 12	08 a 13
Ouriçangas	06 a 15	05 a 15	05 a 15
Palmas de Monte Alto		28 a 29	28 a 29
Paratinga		28 a 29	28 a 29
Paripiranga	07 a 14	04 a 15	03 a 15
Pau Brasil	36 a 14	36 a 14	36 a 15
Pedrão	05 a 15	04 a 15	04 a 16
Pedro Alexandre		10 a 11	10 a 12
Pilão Arcado			28 a 29
Pindaí			28 a 29
Piraí do Norte	34 a 17	33 a 18	32 a 18
Piripá		28 a 29	28 a 29
Planalto	04 a 11	28 a 29 + 04 a 11	28 a 29 + 03 a 12
Poções	04 a 11	04 a 11	28 a 29 + 03 a 12
Pojuca	04 a 17	04 a 17	03 a 17
Porto Seguro	36 a 14	28 a 29 + 36 a 14	28 a 29 + 36 a 15
Potiraguá	36 a 14	36 a 14	28 a 29 + 36 a 15
Prado	02 a 14	28 a 29 + 01 a 14	28 a 29 + 01 a 16
Presidente Jânio Quadros			28 a 29
Presidente Tancredo Neves	33 a 17	33 a 17	32 a 18
Quijingue			10 a 11
Rafael Jambeiro	08 a 09	08 a 10	07 a 11
Riachão das Neves	28 a 35	28 a 35	28 a 36
Riachão do Jacuípe		10 a 11	09 a 11
Riacho de Santana		28 a 29	28 a 29
Ribeira do Amparo		10 a 11	10 a 11
Ribeira do Pombal		10 a 11	10 a 12
Ribeirão do Largo			28 a 29
Rio do Antônio			28 a 29
Rio Real	01 a 15	01 a 15	01 a 15
Salinas da Margarida	03 a 17	03 a 17	36 a 18
Salvador	03 a 17	03 a 17	02 a 18
Santa Bárbara	08 a 13	08 a 13	08 a 14
Santa Cruz Cabrália	35 a 14	28 a 29 + 35 a 14	28 a 29 + 34 a 15
Santa Cruz da Vitória	04 a 11	04 a 11	04 a 12
Santa Inês	04 a 13	04 a 13	03 a 15
Santa Luzia	36 a 16	35 a 16	28 a 29 + 34 a 16
Santa Maria da Vitória		28 a 30	28 a 33
Santa Rita de Cássia	28 a 35	28 a 36	28 a 01
Santa Teresinha	05 a 13	05 a 13	04 a 14
Santana		28 a 29	28 a 29
Santanópolis	07 a 14	07 a 14	07 a 14
Santo Amaro	04 a 17	03 a 17	03 a 17
Santo Antônio de Jesus	36 a 18	35 a 18	35 a 18
Santo Estêvão	06 a 14	05 a 14	05 a 15
São Desidério	28 a 36	28 a 01	28 a 02
São Felipe	02 a 17	02 a 18	02 a 18
São Félix	04 a 17	03 a 17	02 a 18
São Félix do Coribe		28 a 29	28 a 30
São Francisco do Conde	04 a 17	03 a 17	03 a 17
São Gonçalo dos Campos	04 a 16	04 a 16	03 a 17
São José da Vitória	35 a 14	35 a 14	28 a 29 + 35 a 15
São Miguel das Matas	35 a 16	35 a 16	34 a 17
São Sebastião do Passé	03 a 17	03 a 17	03 a 18
Sapeaçu	03 a 16	03 a 16	02 a 17
Sátiro Dias	10 a 12	09 a 12	09 a 13
Saubara	04 a 17	03 a 17	36 a 18
Sebastião Laranjeiras		28 a 29	28 a 29
Serra do Ramalho		28 a 29	28 a 29
Serra Dourada		28 a 29	28 a 29
Serra Preta	08 a 13	07 a 13	07 a 13
Serrinha	10 a 12	09 a 12	09 a 13
Simões Filho	03 a 17	03 a 17	02 a 18
Sítio do Mato		28 a 29	28 a 29
Sítio do Quinto	10 a 12	09 a 12	09 a 12
Tabocas do Brejo Velho		28 a 29	28 a 29
Tanhaçu			28 a 29
Tanque Novo			28 a 29
Tanquinho	07 a 13	07 a 13	07 a 14
Taperoá	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Teixeira de Freitas	02 a 13	28 a 29 + 36 a 13	28 a 29 + 36 a 14
Teodoro Sampaio	04 a 15	03 a 15	03 a 16
Teofilândia		10 a 11	10 a 11
Teolândia	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Terra Nova	04 a 16	03 a 16	03 a 17
Tremedal		28 a 29	28 a 29
Tucano		10 a 11	10 a 11
Ubaíra	35 a 15	34 a 15	34 a 16
Ubaitaba	35 a 14	35 a 14	34 a 15
Ubatã	35 a 15	35 a 15	34 a 16
Una	35 a 14	35 a 14	28 a 29 + 34 a 15
Urandi			28 a 29
Uruçuca	35 a 14	35 a 14	34 a 15
Valença	33 a 18	33 a 18	32 a 18
Varzedo	04 a 15	35 a 17	35 a 17
Vera Cruz	36 a 17	36 a 17	36 a 18
Vereda	35 a 14	28 a 29 + 35 a 14	28 a 15
Vitória da Conquista		28 a 29	28 a 29
Wanderley		28 a 29	28 a 35
Wenceslau Guimarães	34 a 17	34 a 17	33 a 18
Xique-Xique			28 a 29

PORTARIA Nº 165, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Ceará, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de sorgo granífero no Estado, em condições de baixo risco climático.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros das 190 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 13 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes de 50 cm e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 50 mm e 70 mm, respectivamente; e

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34, PR 401 e FORMOSO;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6020 e XB 6022.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304 e BRS 310;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB550, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaiara	1 a 7	1 a 7
Acarape	1 a 8	1 a 9
Acaraú	1 a 8	1 a 9
Acopiara	1 a 8	1 a 8
Aiuaba	1 a 6	1 a 7
Alcântaras	1 a 8	1 a 9
Altaneira	1 a 7	1 a 8
Alto Santo	2 a 7	2 a 7
Amontada	1 a 8	1 a 8
Antonina do Norte	1 a 6	1 a 7
Apuiarés	3 a 7	2 a 8
Aquiraz	1 a 9	1 a 9
Aracati	2 a 5	2 a 7
Aracoiaba	1 a 8	1 a 9
Ararendá	1 a 7	1 a 8
Araripe	1 a 7	1 a 8
Aratuba	1 a 9	1 a 9
Arneiroz	2 a 6	1 a 7
Assaré	1 a 7	1 a 8
Aurora	1 a 7	1 a 7
Baixio	1 a 6	1 a 7
Banabuiú	3 a 7	3 a 8
Barbalha	1 a 7	1 a 7
Barreira	3 a 7	3 a 8
Barro	1 a 7	1 a 8
Barroquinha	1 a 8	1 a 8
Baturité	1 a 9	1 a 9
Beberibe	2 a 8	1 a 9
Bela Cruz	1 a 7	1 a 8
Boa Viagem	1 a 8	1 a 9
Brejo Santo	1 a 6	1 a 7
Camocim	1 a 8	1 a 9
Campos Sales	1 a 6	1 a 7
Canindé	1 a 8	1 a 9
Capistrano	1 a 9	1 a 9
Caridade	1 a 9	1 a 9
Cariré	1 a 8	1 a 8
Caririaçu	1 a 7	1 a 8
Cariús	1 a 8	1 a 8
Carnaubal	1 a 9	1 a 9
Cascavel	3 a 8	1 a 9
Catarina	1 a 8	1 a 9
Catunda	2 a 7	1 a 8
Caucaia	1 a 9	1 a 9
Cedro	1 a 7	1 a 8
Chaval	1 a 8	1 a 8
Choró	1 a 8	1 a 9
Chorozinho	3 a 8	3 a 8
Coreaú	1 a 8	1 a 9
Crateús	1 a 7	1 a 8
Crato	1 a 7	1 a 8
Croatá	1 a 8	1 a 9
Cruz	1 a 8	1 a 8
Deputado Irapuan Pinheiro	3 a 7	1 a 8
Ererê	3 a 8	2 a 8
Eusébio	1 a 9	1 a 9
Farias Brito	1 a 7	1 a 8
Forquilha	1 a 6	1 a 7
Fortaleza	1 a 9	1 a 9
Fortim	2 a 5	2 a 7
Frecheirinha	1 a 9	1 a 9
General Sampaio	2 a 7	1 a 8
Graça	1 a 9	1 a 9
Granja	1 a 9	1 a 9
Granjeiro	1 a 7	1 a 8
Groaíras	1 a 6	1 a 7
Guaiúba	1 a 9	1 a 9
Guaraciaba do Norte	1 a 9	1 a 9
Guaramiranga	1 a 9	1 a 9
Hidrolândia	1 a 8	1 a 8
Horizonte	2 a 8	1 a 9
Ibaretama	1 a 8	1 a 8
Ibiapina	1 a 9	1 a 9
Ibicuitinga	3 a 8	3 a 8
Icapuí	3 a 7	2 a 7
Icó	1 a 7	1 a 7
Iguatu	1 a 8	1 a 8
Independência	2 a 6	1 a 7
Ipaporanga	1 a 7	1 a 8
Ipaumirim	1 a 6	1 a 7
Ipu	1 a 8	1 a 9
Ipueiras	1 a 8	1 a 8
Iracema	3 a 7	2 a 8
Irauçuba	3 a 6	2 a 7
Itaiçaba	3 a 5	3 a 7
Itaitinga	1 a 9	1 a 9
Itapagé	1 a 8	1 a 9
Itapipoca	1 a 8	1 a 9
Itapiúna	1 a 8	1 a 9
Itarema	1 a 8	1 a 9
Itatira	2 a 8	2 a 9
Jaguaretama	3 a 7	3 a 8
Jaguaribara	3 a 7	2 a 7
Jaguaribe	3 a 7	1 a 8
Jaguaruana	3 a 5	3 a 7
Jardim	1 a 6	1 a 7
Jati	1 a 5	1 a 7
Jijoca de Jericoacoara	1 a 7	1 a 8
Juazeiro do Norte	1 a 7	1 a 8
Jucás	1 a 8	1 a 8
Lavras da Mangabeira	1 a 7	1 a 7
Limoeiro do Norte	3 a 7	3 a 8
Madalena	3 a 8	3 a 9
Maracanaú	1 a 9	1 a 9
Maranguape	1 a 9	1 a 9
Marco	1 a 7	1 a 8
Martinópole	1 a 8	1 a 9
Massapê	1 a 8	1 a 9
Mauriti	1 a 7	1 a 7
Meruoca	1 a 9	1 a 9
Milagres	1 a 7	1 a 7
Milhã	3 a 8	1 a 8
Miraíma	2 a 7	2 a 7
Missão Velha	1 a 7	1 a 7
Mombaça	1 a 8	1 a 8
Monsenhor Tabosa	1 a 8	1 a 9
Morada Nova	3 a 7	2 a 8
Moraújo	1 a 8	1 a 9
Morrinhos	1 a 7	1 a 8
Mucambo	1 a 9	1 a 9
Mulungu	1 a 9	1 a 9
Nova Olinda	1 a 7	1 a 8
Nova Russas	1 a 7	1 a 8
Novo Oriente	2 a 6	1 a 7
Ocara	3 a 7	3 a 8
Orós	1 a 7	1 a 7
Pacajus	1 a 8	1 a 8
Pacatuba	1 a 9	1 a 9
Pacoti	1 a 9	1 a 9
Pacujá	1 a 8	1 a 9
Palhano	3 a 5	3 a 7
Palmácia	1 a 9	1 a 9
Paracuru	1 a 9	1 a 9
Paraipaba	1 a 9	1 a 9
Parambu	1 a 6	1 a 7
Paramoti	3 a 7	2 a 8
Pedra Branca	1 a 8	1 a 9
Penaforte	1 a 5	1 a 7
Pentecoste	1 a 7	1 a 8
Pereiro	2 a 8	1 a 9
Pindoretama	2 a 8	1 a 9
Piquet Carneiro	1 a 7	1 a 8
Pires Ferreira	1 a 8	1 a 8
Poranga	1 a 8	1 a 9
Porteiras	1 a 6	1 a 7
Potengi	1 a 7	1 a 8
Potiretama	3 a 7	2 a 8
Quiterianópolis	1 a 7	1 a 7
Quixadá	1 a 8	1 a 8
Quixelô	2 a 8	1 a 9
Quixeramobim	3 a 8	1 a 8
Quixeré	3 a 7	3 a 7
Redenção	1 a 9	1 a 9
Reriutaba	1 a 8	1 a 9
Russas	3 a 7	3 a 7
Saboeiro	2 a 6	1 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Salitre	1 a 6	1 a 7
Santa Quitéria	1 a 8	1 a 9
Santana do Acaraú	1 a 8	1 a 8
Santana do Cariri	1 a 7	1 a 8
São Benedito	1 a 9	1 a 9
São Gonçalo do Amarante	1 a 8	1 a 8
São João do Jaguaribe	2 a 7	2 a 7
São Luís do Curu	1 a 7	1 a 8
Senador Pompeu	1 a 8	1 a 8
Senador Sá	1 a 8	1 a 9
Sobral	1 a 8	1 a 8
Solonópole	3 a 7	1 a 8
Tabuleiro do Norte	3 a 7	2 a 7
Tamboril	2 a 7	1 a 8
Tarrafas	1 a 6	1 a 7
Tauá	1 a 7	1 a 8
Tejuçuoca	1 a 7	1 a 8
Tianguá	1 a 9	1 a 9
Trairi	1 a 9	1 a 9
Tururu	1 a 8	1 a 9
Ubajara	1 a 9	1 a 9
Umari	1 a 7	1 a 7
Umirim	1 a 8	1 a 8
Uruburetama	1 a 8	1 a 9
Uruoca	1 a 8	1 a 9
Varjota	1 a 8	1 a 8
Várzea Alegre	1 a 7	1 a 8
Viçosa do Ceará	1 a 9	1 a 9

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaiara	1 a 4	1 a 5
Acarape	1 a 5	1 a 6
Acaraú	1 a 6	1 a 7
Acopiara	1 a 5	1 a 6
Aiuaba	1 a 4	1 a 4
Alcântaras	1 a 6	1 a 7
Altaneira	1 a 5	1 a 6
Alto Santo	1 a 4	1 a 5
Amontada	1 a 5	1 a 6
Antonina do Norte	1 a 4	1 a 4
Apuiarés	1 a 5	1 a 5
Aquiraz	1 a 8	1 a 9
Aracati	1 a 4	1 a 5
Aracoiaba	1 a 6	1 a 7
Ararendá	1 a 5	1 a 6
Araripe	1 a 4	1 a 5
Aratuba	1 a 9	1 a 9
Arneiroz	1 a 4	1 a 4
Assaré	1 a 4	1 a 5
Aurora	1 a 5	1 a 5
Baixio	1 a 4	1 a 5
Banabuiú	1 a 5	1 a 5
Barbalha	1 a 4	1 a 5
Barreira	1 a 5	1 a 6
Barro	1 a 5	1 a 5
Barroquinha	1 a 6	1 a 6
Baturité	1 a 9	1 a 9
Beberibe	1 a 6	1 a 6
Bela Cruz	1 a 5	1 a 6
Boa Viagem	1 a 6	1 a 6
Brejo Santo	1 a 4	1 a 5
Camocim	1 a 6	1 a 7
Campos Sales	1 a 4	1 a 5
Canindé	1 a 6	1 a 7
Capistrano	1 a 8	1 a 9
Caridade	1 a 9	1 a 9
Cariré	1 a 6	1 a 6
Caririaçu	1 a 5	1 a 6
Cariús	1 a 5	1 a 6
Carnaubal	1 a 8	1 a 9
Cascavel	1 a 6	1 a 7
Catarina	1 a 5	1 a 6
Catunda	1 a 5	1 a 6
Caucaia	1 a 8	1 a 9
Cedro	1 a 5	1 a 6
Chaval	1 a 6	1 a 6
Choró	1 a 6	1 a 7
Chorozinho	1 a 5	1 a 6
Coreaú	1 a 6	1 a 7
Crateús	1 a 5	1 a 5
Crato	1 a 5	1 a 5
Croatá	1 a 6	1 a 6
Cruz	1 a 5	1 a 6
Deputado Irapuan Pinheiro	1 a 5	1 a 6
Ererê	1 a 5	1 a 6
Eusébio	1 a 8	1 a 9
Farias Brito	1 a 5	1 a 5
Forquilha	1 a 4	1 a 5
Fortaleza	1 a 9	1 a 9
Fortim	1 a 4	1 a 5
Frecheirinha	1 a 7	1 a 8
General Sampaio	1 a 5	1 a 5
Graça	1 a 8	1 a 9
Granja	1 a 7	1 a 7
Granjeiro	1 a 5	1 a 5
Groaíras	1 a 4	1 a 5
Guaiúba	1 a 7	1 a 7
Guaraciaba do Norte	1 a 8	1 a 9
Guaramiranga	1 a 9	1 a 9
Hidrolândia	1 a 5	1 a 6
Horizonte	1 a 5	1 a 6
Ibaretama	1 a 5	1 a 6
Ibiapina	1 a 9	1 a 9
Ibicuitinga	1 a 5	1 a 6
Icapuí	1 a 4	1 a 5
Icó	1 a 4	1 a 5
Iguatu	1 a 5	1 a 6
Independência	1 a 4	1 a 4
Ipaporanga	1 a 5	1 a 6
Ipaumirim	1 a 4	1 a 5
Ipu	1 a 6	1 a 7
Ipueiras	1 a 5	1 a 6
Iracema	1 a 5	1 a 6
Irauçuba	1 a 4	1 a 5
Itaiçaba	1 a 4	1 a 5
Itaitinga	1 a 7	1 a 8
Itapagé	1 a 6	1 a 6
Itapipoca	1 a 6	1 a 7
Itapiúna	1 a 6	1 a 7
Itarema	1 a 7	1 a 7
Itatira	1 a 6	1 a 7
Jaguaretama	1 a 5	1 a 5
Jaguaribara	1 a 4	1 a 5
Jaguaribe	1 a 5	1 a 5
Jaguaruana	1 a 4	1 a 5
Jardim	1 a 4	1 a 5
Jati	1 a 3	1 a 4
Jijoca de Jericoacoara	1 a 5	1 a 6
Juazeiro do Norte	1 a 5	1 a 5
Jucás	1 a 5	1 a 6
Lavras da Mangabeira	1 a 5	1 a 5
Limoeiro do Norte	1 a 5	1 a 5
Madalena	1 a 6	1 a 6
Maracanaú	1 a 8	1 a 9
Maranguape	1 a 9	1 a 9
Marco	1 a 5	1 a 6
Martinópole	1 a 6	1 a 6
Massapê	1 a 6	1 a 7
Mauriti	1 a 4	1 a 5
Meruoca	1 a 7	1 a 8
Milagres	1 a 4	1 a 5
Milhã	1 a 5	1 a 6
Miraíma	1 a 4	1 a 5
Missão Velha	1 a 4	1 a 5
Mombaça	1 a 5	1 a 6
Monsenhor Tabosa	1 a 5	1 a 6
Morada Nova	1 a 5	1 a 5
Moraújo	1 a 6	1 a 7
Morrinhos	1 a 4	1 a 5
Mucambo	1 a 7	1 a 8
Mulungu	1 a 9	1 a 9
Nova Olinda	1 a 5	1 a 5
Nova Russas	1 a 5	1 a 6
Novo Oriente	1 a 4	1 a 5
Ocara	1 a 5	1 a 5
Orós	1 a 4	1 a 5
Pacajus	1 a 5	1 a 6
Pacatuba	1 a 7	1 a 8
Pacoti	1 a 9	1 a 9
Pacujá	1 a 6	1 a 6
Palhano	1 a 4	1 a 5
Palmácia	1 a 9	1 a 9
Paracuru	1 a 8	1 a 9
Paraipaba	1 a 8	1 a 9
Parambu	1 a 4	1 a 4
Paramoti	1 a 4	1 a 5
Pedra Branca	1 a 6	1 a 6
Penaforte	1 a 3	1 a 4
Pentecoste	1 a 5	1 a 6
Pereiro	1 a 5	1 a 6
Pindoretama	1 a 7	1 a 7
Piquet Carneiro	1 a 5	1 a 6
Pires Ferreira	1 a 6	1 a 6
Poranga	1 a 5	1 a 6
Porteiras	1 a 4	1 a 5
Potengi	1 a 4	1 a 5
Potiretama	1 a 4	1 a 5
Quiterianópolis	1 a 4	1 a 5
Quixadá	1 a 5	1 a 6
Quixelô	1 a 5	1 a 6
Quixeramobim	1 a 5	1 a 6
Quixeré	1 a 4	1 a 5
Redenção	1 a 8	1 a 8
Reriutaba	1 a 6	1 a 7
Russas	1 a 4	1 a 5
Saboeiro	1 a 4	1 a 4
Salitre	1 a 4	1 a 4
Santa Quitéria	1 a 5	1 a 6
Santana do Acaraú	1 a 6	1 a 6
Santana do Cariri	1 a 4	1 a 5
São Benedito	1 a 9	1 a 9
São Gonçalo do Amarante	1 a 6	1 a 7
São João do Jaguaribe	1 a 5	1 a 5
São Luís do Curu	1 a 5	1 a 6
Senador Pompeu	1 a 5	1 a 6
Senador Sá	1 a 6	1 a 6
Sobral	1 a 6	1 a 6
Solonópole	1 a 5	1 a 6
Tabuleiro do Norte	1 a 4	1 a 5
Tamboril	1 a 5	1 a 5
Tarrafas	1 a 4	1 a 5
Tauá	1 a 4	1 a 5
Tejuçuoca	1 a 5	1 a 5
Tianguá	1 a 9	1 a 9
Trairi	1 a 7	1 a 8
Tururu	1 a 6	1 a 7
Ubajara	1 a 9	1 a 9
Umari	1 a 4	1 a 5
Umirim	1 a 5	1 a 6
Uruburetama	1 a 6	1 a 6
Uruoca	1 a 6	1 a 7
Varjota	1 a 5	1 a 6
Várzea Alegre	1 a 5	1 a 5
Viçosa do Ceará	1 a 9	1 a 9

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaiara	1 a 3	1 a 4
Acarape	1 a 4	1 a 4
Acaraú	1 a 4	1 a 5
Acopiara	1 a 4	1 a 5
Aiuaba	1 a 2	1 a 3
Alcântaras	1 a 5	1 a 5
Altaneira	1 a 3	1 a 4
Alto Santo	1 a 2	1 a 3
Amontada	1 a 4	1 a 5
Antonina do Norte	1 a 2	1 a 3
Apuiarés	1 a 3	1 a 3
Aquiraz	1 a 6	1 a 7
Aracati	1 a 2	1 a 3
Aracoiaba	1 a 5	1 a 5
Ararendá	1 a 3	1 a 4
Araripe	1 a 3	1 a 3
Aratuba	1 a 9	1 a 9
Arneiroz	1 a 2	1 a 3
Assaré	1 a 3	1 a 4
Aurora	1 a 3	1 a 4
Baixio	1 a 3	1 a 3
Banabuiú	1 a 3	1 a 4
Barbalha	1 a 3	1 a 4
Barreira	1 a 4	1 a 4
Barro	1 a 3	1 a 4
Barroquinha	1 a 4	1 a 5
Baturité	1 a 8	1 a 8
Beberibe	1 a 3	1 a 4
Bela Cruz	1 a 3	1 a 4
Boa Viagem	1 a 4	1 a 5
Brejo Santo	1 a 3	1 a 3
Camocim	1 a 5	1 a 5
Campos Sales	1 a 2	1 a 3
Canindé	1 a 5	1 a 6

Capistrano	1 a 6	1 a 7
Caridade	1 a 8	1 a 9
Cariré	1 a 4	1 a 5
Caririaçu	1 a 3	1 a 4
Cariús	1 a 3	1 a 4
Carnaubal	1 a 6	1 a 7
Cascavel	1 a 4	1 a 5
Catarina	1 a 4	1 a 4
Catunda	1 a 3	1 a 4
Caucaia	1 a 7	1 a 7
Cedro	1 a 3	1 a 4
Chaval	1 a 4	1 a 5
Choró	1 a 4	1 a 5
Chorozinho	1 a 4	1 a 4
Coreaú	1 a 5	1 a 6
Crateús	1 a 3	1 a 4
Crato	1 a 3	1 a 4
Croatá	1 a 4	1 a 5
Cruz	1 a 4	1 a 4
Deputado Irapuan Pinheiro	1 a 3	1 a 4
Ererê	1 a 3	1 a 4
Eusébio	1 a 7	1 a 7
Farias Brito	1 a 3	1 a 4
Forquilha	1 a 3	1 a 3
Fortaleza	1 a 7	1 a 8
Fortim	1 a 2	1 a 3
Frecheirinha	1 a 5	1 a 6
General Sampaio	1 a 3	1 a 3
Graça	1 a 6	1 a 8
Granja	1 a 5	1 a 6
Granjeiro	1 a 3	1 a 4
Groaíras	1 a 3	1 a 3
Guaiúba	1 a 5	1 a 6
Guaraciaba do Norte	1 a 6	1 a 8
Guaramiranga	1 a 9	1 a 9
Hidrolândia	1 a 4	1 a 4
Horizonte	1 a 4	1 a 5
Ibaretama	1 a 4	1 a 5
Ibiapina	1 a 8	1 a 9
Ibicuitinga	1 a 3	1 a 4
Icapuí	1 a 2	1 a 3
Icó	1 a 3	1 a 3
Iguatu	1 a 3	1 a 5
Independência	1 a 2	1 a 3
Ipaporanga	1 a 3	1 a 4
Ipaumirim	1 a 3	1 a 3
Ipu	1 a 5	1 a 5
Ipueiras	1 a 3	1 a 4
Iracema	1 a 2	1 a 3
Irauçuba	1 a 3	1 a 3
Itaiçaba	1 a 2	1 a 3
Itaitinga	1 a 6	1 a 7
Itapagé	1 a 4	1 a 5
Itapipoca	1 a 4	1 a 5
Itapiúna	1 a 5	1 a 6
Itarema	1 a 5	1 a 6
Itatira	1 a 5	1 a 6
Jaguaretama	1 a 3	1 a 3
Jaguaribara	1 a 2	1 a 3
Jaguaribe	1 a 3	1 a 3
Jaguaruana	1 a 2	1 a 3
Jardim	1 a 2	1 a 3
Jati	1 a 2	1 a 3
Jijoca de Jericoacoara	1 a 3	1 a 4
Juazeiro do Norte	1 a 3	1 a 4
Jucás	1 a 3	1 a 5
Lavras da Mangabeira	1 a 3	1 a 3
Limoeiro do Norte	1 a 3	1 a 4
Madalena	1 a 3	1 a 5
Maracanaú	1 a 6	1 a 7
Maranguape	1 a 8	1 a 8
Marco	1 a 3	1 a 4
Martinópole	1 a 4	1 a 5
Massapê	1 a 5	1 a 6
Mauriti	1 a 3	1 a 3
Meruoca	1 a 6	1 a 7
Milagres	1 a 3	1 a 3
Milhã	1 a 4	1 a 4
Miraíma	1 a 3	1 a 3
Missão Velha	1 a 3	1 a 4
Mombaça	1 a 4	1 a 5
Monsenhor Tabosa	1 a 4	1 a 5
Morada Nova	1 a 3	1 a 4
Moraújo	1 a 5	1 a 5
Morrinhos	1 a 3	1 a 3
Mucambo	1 a 6	1 a 7
Mulungu	1 a 9	1 a 9
Nova Olinda	1 a 3	1 a 4
Nova Russas	1 a 3	1 a 4
Novo Oriente	1 a 2	1 a 3
Ocara	1 a 3	1 a 3
Orós	1 a 3	1 a 3
Pacajus	1 a 4	1 a 4
Pacatuba	1 a 6	1 a 7
Pacoti	1 a 9	1 a 9
Pacujá	1 a 4	1 a 5
Palhano	1 a 3	1 a 3
Palmácia	1 a 8	1 a 9
Paracuru	1 a 6	1 a 7
Paraipaba	1 a 7	1 a 7
Parambu	1 a 2	1 a 3
Paramoti	1 a 3	1 a 3
Pedra Branca	1 a 4	1 a 5
Penaforte	1 a 2	1 a 3
Pentecoste	1 a 4	1 a 5
Pereiro	1 a 4	1 a 5
Pindoretama	1 a 5	1 a 5
Piquet Carneiro	1 a 3	1 a 4
Pires Ferreira	1 a 4	1 a 5
Poranga	1 a 4	1 a 5
Porteiras	1 a 2	1 a 3
Potengi	1 a 3	1 a 3
Potiretama	1 a 2	1 a 3
Quiterianópolis	1 a 2	1 a 3
Quixadá	1 a 3	1 a 5
Quixelô	1 a 4	1 a 5
Quixeramobim	1 a 3	1 a 4
Quixeré	1 a 3	1 a 3
Redenção	1 a 6	1 a 7
Reriutaba	1 a 5	1 a 5
Russas	1 a 3	1 a 3
Saboeiro	1 a 2	1 a 3
Salitre	1 a 2	1 a 3
Santa Quitéria	1 a 4	1 a 5
Santana do Acaraú	1 a 4	1 a 4
Santana do Cariri	1 a 3	1 a 4
São Benedito	1 a 8	1 a 9
São Gonçalo do Amarante	1 a 4	1 a 5
São João do Jaguaribe	1 a 2	1 a 3
São Luís do Curu	1 a 4	1 a 5
Senador Pompeu	1 a 4	1 a 5
Senador Sá	1 a 4	1 a 5
Sobral	1 a 4	1 a 5
Solonópole	1 a 3	1 a 4
Tabuleiro do Norte	1 a 2	1 a 3
Tamboril	1 a 3	1 a 3
Tarrafas	1 a 3	1 a 3
Tauá	1 a 3	1 a 3
Tejuçuoca	1 a 3	1 a 3
Tianguá	1 a 7	1 a 8
Trairi	1 a 5	1 a 7
Tururu	1 a 4	1 a 5
Ubajara	1 a 8	1 a 9
Umari	1 a 3	1 a 3
Umirim	1 a 4	1 a 5
Uruburetama	1 a 4	1 a 5
Uruoca	1 a 4	1 a 5
Varjota	1 a 4	1 a 4
Várzea Alegre	1 a 3	1 a 4
Viçosa do Ceará	1 a 7	1 a 8

PORTARIA Nº 166, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Maranhão, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção.

A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, com menor risco climático para o cultivo de sorgo granífero no Estado.

Essa identificação foi realizada com base em critérios térmicos e hídricos.

O balanço hídrico da cultura foi realizado com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluviométrica - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 126 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Pennam-Monteith, nas 14 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 110$ dias); Grupo II ($110 \text{ dias} \leq n \leq 120$ dias); e Grupo III ($n > 120$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva do sistema radicular e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50 em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123, ADV 2800 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, Chopper, ENFORCER, FOX, JOWAR FOOD II, JOWAR SHORT, MR. 43, ATX1S e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS605;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34, PR 401 e FORMOSO;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6020 e XB 6022.

GRUPO II

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SP 2R02.

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304 e BRS 310;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB550, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açailândia	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Afonso Cunha	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Água Doce do Maranhão	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Alcântara	34 a 06	34 a 06	34 a 06
Aldeias Altas	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Altamira do Maranhão	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Alto Alegre do Maranhão	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Alto Alegre do Pindaré	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Alto Parnaíba	28 a 03	28 a 05	28 a 06
Amapá do Maranhão	34 a 06	33 a 06	33 a 06
Amarante do Maranhão	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Anajatuba	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Anapurus	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Apicum-Açu	35 a 06	34 a 06	34 a 06
Araguanã	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Araioses	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Arame	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Arari	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Axixá	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Bacabal	35 a 06	31 a 06	31 a 06
Bacabeira	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Bacuri	34 a 06	34 a 06	34 a 06
Bacurituba	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Balsas	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Barão de Grajaú	28 a 06	28 a 06	28 a 06
Barra do Corda	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Barreirinhas	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Bela Vista do Maranhão	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Belágua	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Benedito Leite	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Bequimão	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Bernardo do Mearim	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Boa Vista do Gurupi	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Bom Jardim	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Bom Jesus das Selvas	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Bom Lugar	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Brejo	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Brejo de Areia	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Buriti	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Buriti Bravo	31 a 06	29 a 06	29 a 06
Buriticupu	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Buritirana	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Cachoeira Grande	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Cajapió	34 a 06	33 a 06	33 a 06
Cajari	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Campestre do Maranhão	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Cândido Mendes	34 a 06	33 a 06	33 a 06
Cantanhede	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Capinzal do Norte	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Carolina	28 a 06	28 a 06	28 a 06
Carutapera	34 a 06	33 a 06	33 a 06
Caxias	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Cedral	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Central do Maranhão	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Centro do Guilherme	34 a 06	34 a 06	33 a 06
Centro Novo do Maranhão	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Chapadinha	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Cidelândia	30 a 06	29 a 06	28 a 06
Codó	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Coelho Neto	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Colinas	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Conceição do Lago-Açu	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Coroatá	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Cururupu	35 a 06	35 a 06	34 a 06
Davinópolis	30 a 06	29 a 06	28 a 06
Dom Pedro	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Duque Bacelar	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Esperantinópolis	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Estreito	28 a 06	28 a 06	28 a 06
Feira Nova do Maranhão	28 a 06	28 a 06	28 a 06
Fernando Falcão	30 a 05	29 a 05	28 a 06
Formosa da Serra Negra	30 a 05	28 a 05	28 a 06
Fortaleza dos Nogueiras	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Fortuna	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Godofredo Viana	34 a 06	33 a 06	33 a 06
Gonçalves Dias	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Governador Archer	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Governador Edison Lobão	30 a 06	29 a 06	28 a 06
Governador Eugênio Barros	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Governador Luiz Rocha	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Governador Newton Bello	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Governador Nunes Freire	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Graça Aranha	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Grajaú	30 a 05	28 a 05	28 a 06
Guimarães	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Humberto de Campos	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Icatu	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Igarapé do Meio	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Igarapé Grande	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Imperatriz	30 a 06	29 a 06	28 a 06
Itaipava do Grajaú	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Itapecuru Mirim	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Itinga do Maranhão	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Jatobá	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Jenipapo dos Vieiras	31 a 06	30 a 06	30 a 06
João Lisboa	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Joselândia	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Junco do Maranhão	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Lago da Pedra	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Lago do Junco	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Lago dos Rodrigues	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Lago Verde	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Lagoa do Mato	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Lagoa Grande do Maranhão	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Lajeado Novo	30 a 06	29 a 06	28 a 06
Lima Campos	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Loreto	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Luís Domingues	34 a 06	33 a 06	33 a 06
Magalhães de Almeida	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Maracaçumé	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Marajá do Sena	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Maranhãozinho	35 a 06	34 a 06	33 a 06
Mata Roma	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Matinha	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Matões	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Matões do Norte	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Milagres do Maranhão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Mirador	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Miranda do Norte	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Mirinzal	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Monção	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Montes Altos	30 a 06	29 a 06	28 a 06
Morros	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Nina Rodrigues	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Nova Colinas	28 a 06	28 a 06	28 a 06
Nova Iorque	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Nova Olinda do Maranhão	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Olho d'Água das Cunhãs	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Olinda Nova do Maranhão	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Paço do Lumiar	34 a 06	34 a 06	34 a 06
Palmeirândia	35 a 06	34 a 06	34 a 06
Paraibano	30 a 06	29 a 06	28 a 06
Parnarama	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Passagem Franca	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Pastos Bons	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Paulino Neves	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Paulo Ramos	35 a 06	31 a 06	31 a 06
Pedreiras	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Pedro do Rosário	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Penalva	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Peri Mirim	35 a 06	33 a 06	33 a 06
Peritoró	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Pindaré-Mirim	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Pinheiro	35 a 06	35 a 06	34 a 06
Pio XII	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Pirapemas	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Poção de Pedras	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Porto Franco	28 a 06	28 a 06	28 a 06
Porto Rico do Maranhão	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Presidente Dutra	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Presidente Juscelino	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Presidente Médici	35 a 06	35 a 06	34 a 06
Presidente Sarney	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Presidente Vargas	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Primeira Cruz	33 a 06	32 a 06	32 a 06
Raposa	34 a 06	34 a 06	34 a 06
Riachão	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Ribamar Fiquene	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Rosário	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Sambaíba	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Santa Filomena do Maranhão	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Santa Helena	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Santa Inês	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Santa Luzia	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Santa Luzia do Paruá	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Santa Quitéria do Maranhão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Santa Rita	33 a 06	32 a 06	32 a 06
Santana do Maranhão	33 a 06	33 a 06	32 a 06

Santo Amaro do Maranhão	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Santo Antônio dos Lopes	31 a 06	31 a 06	31 a 06
São Benedito do Rio Preto	32 a 06	32 a 06	32 a 06
São Bento	33 a 06	33 a 06	33 a 06
São Bernardo	33 a 06	33 a 06	32 a 06
São Domingos do Azeitão	30 a 06	28 a 06	28 a 06
São Domingos do Maranhão	31 a 06	30 a 06	29 a 06
São Félix de Balsas	28 a 05	28 a 05	28 a 06
São Francisco do Brejão	30 a 06	29 a 06	28 a 06
São Francisco do Maranhão	30 a 06	29 a 06	28 a 06
São João Batista	35 a 06	35 a 06	34 a 06
São João do Carú	35 a 06	35 a 06	35 a 06
São João do Paraíso	28 a 06	28 a 06	28 a 06
São João do Soter	32 a 06	31 a 06	31 a 06
São João dos Patos	28 a 06	28 a 06	28 a 06
São José de Ribamar	33 a 06	33 a 06	33 a 06
São José dos Basílios	31 a 06	31 a 06	31 a 06
São Luís	33 a 06	33 a 06	33 a 06
São Luís Gonzaga do Maranhão	31 a 06	31 a 06	31 a 06
São Mateus do Maranhão	31 a 06	31 a 06	31 a 06
São Pedro da Água Branca	30 a 06	28 a 06	28 a 06
São Pedro dos Crentes	28 a 06	28 a 06	28 a 06
São Raimundo das Mangabeiras	28 a 05	28 a 05	28 a 06
São Raimundo do Doca Bezerra	31 a 06	31 a 06	31 a 06
São Roberto	31 a 06	31 a 06	31 a 06
São Vicente Ferrer	35 a 06	33 a 06	33 a 06
Satubinha	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Senador Alexandre Costa	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Senador La Rocque	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Serrano do Maranhão	35 a 06	35 a 06	34 a 06
Sítio Novo	28 a 06	28 a 06	28 a 06
Sucupira do Norte	30 a 06	28 a 06	28 a 06
Sucupira do Riachão	28 a 06	28 a 06	28 a 06
Tasso Fragoso	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Timbiras	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Timon	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Trizidela do Vale	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Tufilândia	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Tuntum	31 a 06	30 a 06	29 a 06
Turiaçu	34 a 06	34 a 06	34 a 06
Turilândia	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Tutóia	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Urbano Santos	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Vargem Grande	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Viana	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Vila Nova dos Martírios	30 a 06	29 a 06	28 a 06
Vitória do Mearim	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Vitorino Freire	35 a 06	35 a 06	35 a 06
Zé Doca	35 a 06	35 a 06	35 a 06

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açailândia	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Afonso Cunha	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Água Doce do Maranhão	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Alcântara	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Aldeias Altas	30 a 05	29 a 06	29 a 06
Altamira do Maranhão	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Alto Alegre do Maranhão	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Alto Alegre do Pindaré	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Alto Parnaíba	28 a 01	28 a 03	28 a 05
Amapá do Maranhão	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Amarante do Maranhão	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Anajatuba	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Anapurus	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Apicum-Açu	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Araguanã	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Araioses	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Arame	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Arari	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Axixá	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Bacabal	32 a 06	31 a 06	30 a 06
Bacabeira	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Bacuri	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Bacurituba	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Balsas	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Barão de Grajaú	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Barra do Corda	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Barreirinhas	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Bela Vista do Maranhão	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Belágua	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Benedito Leite	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Bequimão	33 a 06	32 a 06	32 a 06
Bernardo do Mearim	29 a 06	28 a 06	28 a 06
Boa Vista do Gurupi	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Bom Jardim	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Bom Jesus das Selvas	28 a 05	28 a 06	28 a 06
Bom Lugar	33 a 06	33 a 06	32 a 06
Brejo	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Brejo de Areia	33 a 06	33 a 06	31 a 06
Buriti	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Buriti Bravo	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Buriticupu	29 a 06	29 a 06	28 a 06
Buritirana	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Cachoeira Grande	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Cajapió	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Cajari	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Campestre do Maranhão	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Cândido Mendes	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Cantanhede	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Capinzal do Norte	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Carolina	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Carutapera	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Caxias	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Cedral	34 a 06	33 a 06	33 a 06
Central do Maranhão	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Centro do Guilherme	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Centro Novo do Maranhão	33 a 06	32 a 06	32 a 06
Chapadinha	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Cidelândia	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Codó	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Coelho Neto	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Colinas	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Conceição do Lago-Açu	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Coroatá	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Cururupu	33 a 06	32 a 06	32 a 06
Davinópolis	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Dom Pedro	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Duque Bacelar	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Esperantinópolis	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Estreito	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Feira Nova do Maranhão	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Fernando Falcão	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Formosa da Serra Negra	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Fortaleza dos Nogueiras	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Fortuna	29 a 04	29 a 05	28 a 06
Godofredo Viana	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Gonçalves Dias	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Governador Archer	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Governador Edison Lobão	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Governador Eugênio Barros	29 a 04	29 a 05	28 a 06
Governador Luiz Rocha	29 a 04	29 a 05	28 a 06
Governador Newton Bello	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Governador Nunes Freire	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Graça Aranha	29 a 04	28 a 05	28 a 06
Grajaú	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Guimarães	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Humberto de Campos	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Icatu	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Igarapé do Meio	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Igarapé Grande	29 a 06	28 a 06	28 a 06
Imperatriz	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Itaipava do Grajaú	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Itapecuru Mirim	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Itinga do Maranhão	28 a 05	28 a 06	28 a 06
Jatobá	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Jenipapo dos Vieiras	28 a 04	28 a 05	28 a 06
João Lisboa	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Joselândia	29 a 05	29 a 05	29 a 06
Junco do Maranhão	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Lago da Pedra	29 a 05	28 a 06	28 a 06
Lago do Junco	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Lago dos Rodrigues	29 a 05	28 a 06	28 a 06
Lago Verde	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Lagoa do Mato	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Lagoa Grande do Maranhão	29 a 05	28 a 05	28 a 06
Lajeado Novo	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Lima Campos	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Loreto	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Luís Domingues	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Magalhães de Almeida	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Maracaçumé	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Marajá do Sena	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Maranhãozinho	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Mata Roma	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Matinha	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Matões	29 a 05	29 a 06	28 a 06
Matões do Norte	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Milagres do Maranhão	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Mirador	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Miranda do Norte	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Mirinzal	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Monção	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Montes Altos	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Morros	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Nina Rodrigues	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Nova Colinas	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Nova Iorque	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Nova Olinda do Maranhão	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Olho d'Água das Cunhãs	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Olinda Nova do Maranhão	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Paço do Lumiar	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Palmeirândia	33 a 06	32 a 06	32 a 06
Paraibano	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Parnarama	28 a 05	28 a 06	28 a 06
Passagem Franca	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Pastos Bons	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Paulino Neves	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Paulo Ramos	30 a 06	30 a 06	29 a 06
Pedreiras	29 a 06	28 a 06	28 a 06
Pedro do Rosário	33 a 06	33 a 06	33 a 06

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180810000 8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Penalva	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Peri Mirim	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Peritoró	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Pindaré-Mirim	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Pinheiro	33 a 06	32 a 06	32 a 06
Pio XII	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Pirapemas	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Poção de Pedras	28 a 05	28 a 06	28 a 06
Porto Franco	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Porto Rico do Maranhão	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Presidente Dutra	29 a 04	29 a 05	28 a 06
Presidente Juscelino	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Presidente Médici	33 a 06	31 a 06	31 a 06
Presidente Sarney	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Presidente Vargas	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Primeira Cruz	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Raposa	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Riachão	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Ribamar Fiquene	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Rosário	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Sambaíba	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Santa Filomena do Maranhão	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Santa Helena	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Santa Inês	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Santa Luzia	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Santa Luzia do Paruá	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Santa Quitéria do Maranhão	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Santa Rita	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Santana do Maranhão	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Santo Amaro do Maranhão	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Santo Antônio dos Lopes	29 a 05	29 a 06	29 a 06
São Benedito do Rio Preto	30 a 06	30 a 06	30 a 06
São Bento	31 a 06	31 a 06	31 a 06
São Bernardo	31 a 06	31 a 06	30 a 06
São Domingos do Azeitão	28 a 04	28 a 05	28 a 05
São Domingos do Maranhão	28 a 04	28 a 05	28 a 06
São Félix de Balsas	28 a 03	28 a 04	28 a 05
São Francisco do Brejão	28 a 04	28 a 05	28 a 05
São Francisco do Maranhão	28 a 04	28 a 05	28 a 06
São João Batista	33 a 06	32 a 06	32 a 06
São João do Carú	33 a 06	33 a 06	33 a 06
São João do Paraíso	28 a 04	28 a 05	28 a 05
São João do Soter	29 a 05	29 a 05	29 a 06
São João dos Patos	28 a 04	28 a 05	28 a 05
São José de Ribamar	31 a 06	31 a 06	31 a 06
São José dos Basílios	29 a 05	29 a 05	29 a 06
São Luís	31 a 06	31 a 06	31 a 06
São Luís Gonzaga do Maranhão	30 a 06	29 a 06	29 a 06
São Mateus do Maranhão	30 a 06	30 a 06	30 a 06
São Pedro da Água Branca	28 a 04	28 a 05	28 a 05
São Pedro dos Crentes	28 a 04	28 a 05	28 a 05
São Raimundo das Mangabeiras	28 a 03	28 a 04	28 a 05
São Raimundo do Doca Bezerra	29 a 05	28 a 05	28 a 06
São Roberto	29 a 05	28 a 05	28 a 06
São Vicente Ferrer	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Satubinha	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Senador Alexandre Costa	29 a 04	29 a 05	29 a 06
Senador La Rocque	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Serrano do Maranhão	33 a 06	32 a 06	32 a 06
Sítio Novo	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Sucupira do Norte	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Sucupira do Riachão	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Tasso Fragoso	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Timbiras	30 a 06	30 a 06	29 a 06
Timon	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Trizidela do Vale	29 a 06	28 a 06	28 a 06
Tufilândia	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Tuntum	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Turiaçu	32 a 06	31 a 06	31 a 06
Turilândia	33 a 06	32 a 06	32 a 06
Tutóia	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Urbano Santos	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Vargem Grande	30 a 06	30 a 06	29 a 06
Viana	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Vila Nova dos Martírios	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Vitória do Mearim	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Vitorino Freire	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Zé Doca	33 a 06	33 a 06	33 a 06

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açailândia	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Afonso Cunha	29 a 05	29 a 05	28 a 06
Água Doce do Maranhão	30 a 05	30 a 06	30 a 06
Alcântara	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Aldeias Altas	29 a 04	29 a 04	29 a 05
Altamira do Maranhão	32 a 05	32 a 06	32 a 06
Alto Alegre do Maranhão	31 a 04	29 a 05	28 a 06
Alto Alegre do Pindaré	32 a 05	32 a 06	32 a 06
Alto Parnaíba	28 a 01	28 a 01	28 a 02
Amapá do Maranhão	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Amarante do Maranhão	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Anajatuba	32 a 05	32 a 06	32 a 06
Anapurus	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Apicum-Açu	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Araguanã	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Araioses	30 a 05	30 a 06	30 a 06
Arame	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Arari	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Axixá	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Bacabal	31 a 06	29 a 06	29 a 06
Bacabeira	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Bacuri	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Bacurituba	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Balsas	28 a 02	28 a 03	28 a 03
Barão de Grajaú	28 a 03	28 a 03	28 a 04
Barra do Corda	28 a 03	28 a 03	28 a 04
Barreirinhas	30 a 05	29 a 06	29 a 06
Bela Vista do Maranhão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Belágua	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Benedito Leite	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Bequimão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Bernardo do Mearim	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Boa Vista do Gurupi	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Bom Jardim	32 a 05	32 a 06	32 a 06
Bom Jesus das Selvas	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Bom Lugar	32 a 04	32 a 05	30 a 06
Brejo	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Brejo de Areia	32 a 04	32 a 05	30 a 06
Buriti	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Buriti Bravo	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Buriticupu	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Buritirana	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Cachoeira Grande	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Cajapió	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Cajari	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Campestre do Maranhão	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Cândido Mendes	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Cantanhede	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Capinzal do Norte	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Carolina	28 a 02	28 a 03	28 a 03
Carutapera	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Caxias	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Cedral	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Central do Maranhão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Centro do Guilherme	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Centro Novo do Maranhão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Chapadinha	29 a 05	29 a 05	28 a 06
Cidelândia	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Codó	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Coelho Neto	29 a 05	29 a 05	29 a 06
Colinas	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Conceição do Lago-Açu	32 a 05	32 a 06	32 a 06
Coroatá	31 a 04	29 a 05	28 a 06
Cururupu	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Davinópolis	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Dom Pedro	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Duque Bacelar	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Esperantinópolis	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Estreito	28 a 03	28 a 03	28 a 04
Feira Nova do Maranhão	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Fernando Falcão	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Formosa da Serra Negra	28 a 02	28 a 03	28 a 03
Fortaleza dos Nogueiras	28 a 03	28 a 03	28 a 03
Fortuna	28 a 03	28 a 03	28 a 04
Godofredo Viana	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Gonçalves Dias	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Governador Archer	28 a 03	28 a 05	28 a 05
Governador Edison Lobão	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Governador Eugênio Barros	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Governador Luiz Rocha	28 a 03	28 a 03	28 a 04
Governador Newton Bello	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Governador Nunes Freire	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Graça Aranha	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Grajaú	28 a 02	28 a 03	28 a 03
Guimarães	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Humberto de Campos	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Icatu	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Igarapé do Meio	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Igarapé Grande	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Imperatriz	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Itaipava do Grajaú	28 a 03	28 a 03	28 a 04
Itapecuru Mirim	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Itinga do Maranhão	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Jatobá	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Jenipapo dos Vieiras	28 a 03	28 a 04	28 a 04
João Lisboa	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Joselândia	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Junco do Maranhão	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Lago da Pedra	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Lago do Junco	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Lago dos Rodrigues	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Lago Verde	32 a 05	32 a 05	32 a 06
Lagoa do Mato	28 a 03	28 a 04	28 a 05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180810000 9

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lagoa Grande do Maranhão	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Lajeado Novo	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Lima Campos	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Loreto	28 a 02	28 a 03	28 a 03
Luís Domingues	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Magalhães de Almeida	30 a 05	29 a 06	29 a 06
Maracaçumé	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Marajá do Sena	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Maranhãozinho	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Mata Roma	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Matinha	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Matões	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Matões do Norte	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Milagres do Maranhão	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Mirador	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Miranda do Norte	32 a 05	32 a 06	32 a 06
Mirinzal	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Monção	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Montes Altos	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Morros	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Nina Rodrigues	29 a 05	29 a 06	28 a 06
Nova Colinas	28 a 02	28 a 03	28 a 03
Nova Iorque	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Nova Olinda do Maranhão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Olho d'Água das Cunhãs	32 a 04	32 a 05	32 a 06
Olinda Nova do Maranhão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Paço do Lumiar	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Palmeirândia	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Paraibano	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Parnarama	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Passagem Franca	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Pastos Bons	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Paulino Neves	30 a 05	30 a 06	30 a 06
Paulo Ramos	29 a 04	29 a 05	29 a 06
Pedreiras	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Pedro do Rosário	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Penalva	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Peri Mirim	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Peritoró	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Pindaré-Mirim	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Pinheiro	31 a 06	31 a 06	31 a 06
Pio XII	32 a 05	32 a 06	32 a 06
Pirapemas	29 a 05	29 a 06	29 a 06
Poção de Pedras	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Porto Franco	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Porto Rico do Maranhão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Presidente Dutra	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Presidente Juscelino	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Presidente Médici	32 a 06	32 a 06	30 a 06
Presidente Sarney	30 a 06	30 a 06	30 a 06
Presidente Vargas	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Primeira Cruz	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Raposa	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Riachão	28 a 02	28 a 03	28 a 03
Ribamar Fiquene	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Rosário	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Sambaíba	28 a 02	28 a 03	28 a 03
Santa Filomena do Maranhão	28 a 03	28 a 03	28 a 04
Santa Helena	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Santa Inês	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Santa Luzia	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Santa Luzia do Paruá	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Santa Quitéria do Maranhão	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Santa Rita	30 a 06	29 a 06	29 a 06
Santana do Maranhão	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Santo Amaro do Maranhão	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Santo Antônio dos Lopes	28 a 03	28 a 04	28 a 05
São Benedito do Rio Preto	29 a 05	29 a 06	29 a 06
São Bento	30 a 06	30 a 06	30 a 06
São Bernardo	29 a 06	29 a 06	29 a 06
São Domingos do Azeitão	28 a 02	28 a 03	28 a 04
São Domingos do Maranhão	28 a 03	28 a 03	28 a 04
São Félix de Balsas	28 a 02	28 a 03	28 a 03
São Francisco do Brejão	28 a 02	28 a 03	28 a 04
São Francisco do Maranhão	28 a 03	28 a 04	28 a 04
São João Batista	32 a 06	32 a 06	32 a 06
São João do Carú	32 a 06	32 a 06	32 a 06
São João do Paraíso	28 a 03	28 a 04	28 a 04
São João do Soter	28 a 03	28 a 04	28 a 04
São João dos Patos	28 a 03	28 a 03	28 a 04
São José de Ribamar	30 a 06	30 a 06	30 a 06
São José dos Basílios	28 a 03	28 a 04	28 a 05
São Luís	30 a 06	30 a 06	30 a 06
São Luís Gonzaga do Maranhão	28 a 04	28 a 05	28 a 06
São Mateus do Maranhão	29 a 05	29 a 05	28 a 06
São Pedro da Água Branca	28 a 02	28 a 03	28 a 04
São Pedro dos Crentes	28 a 03	28 a 03	28 a 04
São Raimundo das Mangabeiras	28 a 03	28 a 03	28 a 03
São Raimundo do Doca Bezerra	28 a 03	28 a 04	28 a 04
São Roberto	28 a 03	28 a 04	28 a 04
São Vicente Ferrer	31 a 06	30 a 06	30 a 06
Satubinha	32 a 05	32 a 06	32 a 06
Senador Alexandre Costa	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Senador La Rocque	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Serrano do Maranhão	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Sítio Novo	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Sucupira do Norte	28 a 03	28 a 03	28 a 04
Sucupira do Riachão	28 a 03	28 a 03	28 a 04
Tasso Fragoso	28 a 02	28 a 03	28 a 03
Timbiras	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Timon	28 a 03	28 a 04	28 a 05
Trizidela do Vale	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Tufilândia	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Tuntum	28 a 03	28 a 04	28 a 04
Turiaçu	31 a 06	31 a 06	30 a 06
Turilândia	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Tutóia	30 a 05	30 a 06	30 a 06
Urbano Santos	29 a 06	29 a 06	29 a 06
Vargem Grande	29 a 05	28 a 06	28 a 06
Viana	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Vila Nova dos Martírios	28 a 02	28 a 03	28 a 04
Vitória do Mearim	32 a 06	32 a 06	32 a 06
Vitorino Freire	32 a 05	32 a 05	32 a 06
Zé Doca	32 a 06	32 a 06	32 a 06

PORTARIA Nº 167, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado da Paraíba, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de sorgo granífero no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros das 99 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 3 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes de 50 cm e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente; e

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34, PR 401 e FORMOSO;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020.

GRUPO II

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304 e BRS 310;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB550, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca	2 a 4	1 a 5
Aguiar	2 a 5	1 a 6
Alagoa Grande	3 a 18	2 a 18
Alagoa Nova	1 a 18	1 a 18
Alagoinha	3 a 18	2 a 18
Alcantil	2 a 4	1 a 5
Algodão de Jandaíra	2 a 4	1 a 5
Alhandra	2 a 18	2 a 18
Amparo	2 a 4	1 a 5
Aparecida	1 a 5	1 a 6
Araçagi	4 a 18	3 a 18
Arara	3 a 18	3 a 18
Araruna	4 a 17	4 a 18
Areia	2 a 18	1 a 18
Areia de Baraúnas	2 a 4	1 a 5
Areial	3 a 18	2 a 18
Aroeiras	8 a 16	7 a 16
Assunção	2 a 4	1 a 5
Bananeiras	3 a 18	2 a 18
Baraúna	2 a 4	1 a 5
Barra de Santa Rosa	2 a 4	1 a 5
Barra de Santana	10 a 14	9 a 15
Barra de São Miguel	2 a 4	1 a 5
Belém	3 a 18	3 a 18
Belém do Brejo do Cruz	2 a 7	1 a 8
Bernardino Batista	2 a 7	1 a 8
Boa Ventura	1 a 5	1 a 6
Boa Vista	2 a 4	1 a 5
Bom Jesus	1 a 5	1 a 6
Bom Sucesso	3 a 5	2 a 6
Bonito de Santa Fé	1 a 5	1 a 6
Boqueirão	2 a 4	1 a 5
Borborema	3 a 18	2 a 18
Brejo do Cruz	3 a 7	2 a 8
Brejo dos Santos	3 a 6	2 a 7
Caaporã	2 a 18	1 a 18
Cabaceiras	2 a 4	1 a 5
Cachoeira dos Índios	1 a 5	1 a 6
Cacimba de Areia	2 a 4	1 a 5
Cacimba de Dentro	7 a 16	6 a 17
Cacimbas	2 a 4	1 a 5
Caiçara	4 a 17	3 a 18
Cajazeiras	1 a 5	1 a 6
Cajazeirinhas	2 a 5	1 a 6
Caldas Brandão	3 a 17	2 a 18
Camalaú	2 a 4	1 a 5
Campina Grande	5 a 14	4 a 15
Campo de Santana	4 a 17	3 a 18
Capim	3 a 18	1 a 18
Caraúbas	2 a 4	1 a 5
Carrapateira	1 a 5	1 a 6
Casserengue	4 a 17	3 a 18
Catingueira	2 a 5	1 a 6
Catolé do Rocha	2 a 7	1 a 8
Caturité	2 a 4	1 a 5
Conceição	1 a 5	1 a 6
Condado	2 a 5	1 a 6
Congo	2 a 4	1 a 5
Coremas	2 a 5	1 a 6
Coxixola	2 a 4	1 a 5
Cruz do Espírito Santo	3 a 18	2 a 18
Cubati	2 a 4	1 a 5
Cuité	2 a 4	1 a 5
Cuité de Mamanguape	4 a 18	3 a 18
Cuitegi	3 a 18	2 a 18
Curral de Cima	4 a 18	3 a 18
Curral Velho	1 a 6	1 a 7
Damião	7 a 15	6 a 16
Desterro	2 a 4	1 a 5
Diamante	1 a 6	1 a 7
Dona Inês	4 a 17	3 a 18
Duas Estradas	4 a 18	3 a 18
Emas	2 a 5	1 a 6
Esperança	3 a 18	2 a 18
Fagundes	5 a 15	4 a 16
Frei Martinho	2 a 4	1 a 5
Gado Bravo	10 a 14	9 a 15
Guarabira	3 a 18	2 a 18
Gurinhém	3 a 18	2 a 18
Gurjão	2 a 4	1 a 5
Ibiara	1 a 5	1 a 6
Igaracy	2 a 5	1 a 6
Imaculada	3 a 4	2 a 5
Ingá	4 a 18	3 a 18
Itabaiana	3 a 18	2 a 18
Itaporanga	2 a 5	1 a 6
Itapororoca	4 a 18	3 a 18
Itatuba	4 a 18	3 a 18
Jacaraú	3 a 18	2 a 18
Jericó	3 a 5	2 a 6
Juarez Távora	3 a 18	2 a 18
Juazeirinho	2 a 4	1 a 5
Junco do Seridó	2 a 4	1 a 5
Juripiranga	3 a 18	2 a 18
Juru	2 a 4	1 a 5
Lagoa	3 a 4	2 a 6
Lagoa de Dentro	4 a 17	3 a 18
Lagoa Seca	2 a 18	1 a 18
Lastro	1 a 6	1 a 7
Livramento	2 a 4	1 a 5
Logradouro	4 a 17	3 a 18
Mãe d'Água	3 a 4	2 a 5
Malta	2 a 4	1 a 5
Mamanguape	1 a 18	1 a 18
Manaíra	1 a 7	1 a 8
Mari	3 a 18	2 a 18
Marizópolis	1 a 7	1 a 8
Massaranduba	3 a 18	2 a 18
Matinhas	1 a 18	1 a 18
Mato Grosso	3 a 4	2 a 6
Maturéia	2 a 4	1 a 5
Mogeiro	4 a 18	3 a 18
Montadas	3 a 18	2 a 18
Monte Horebe	1 a 5	1 a 6
Monteiro	2 a 4	1 a 5
Mulungu	3 a 18	2 a 18
Natuba	9 a 16	8 a 17
Nazarezinho	1 a 5	1 a 6
Nova Floresta	2 a 4	1 a 5
Nova Olinda	2 a 5	1 a 7
Nova Palmeira	2 a 4	1 a 5
Olho d'Água	2 a 5	1 a 7
Olivedos	2 a 4	1 a 5
Ouro Velho	2 a 4	1 a 5
Parari	2 a 4	1 a 5
Passagem	2 a 4	1 a 5
Patos	2 a 4	1 a 5
Paulista	3 a 4	2 a 7
Pedra Branca	1 a 5	1 a 7
Pedra Lavrada	2 a 5	1 a 7
Pedras de Fogo	2 a 18	1 a 18
Pedro Régis	4 a 18	3 a 18
Piancó	3 a 5	2 a 6
Picuí	2 a 5	1 a 7
Pilar	3 a 18	2 a 18
Pilões	3 a 18	2 a 18
Pilõezinhos	3 a 18	2 a 18
Pirpirituba	3 a 18	2 a 18
Pocinhos	2 a 4	1 a 5
Poço Dantas	2 a 7	1 a 8
Poço de José de Moura	1 a 8	1 a 9
Pombal	2 a 5	1 a 7
Prata	2 a 4	1 a 5
Princesa Isabel	1 a 8	1 a 9
Puxinanã	4 a 16	3 a 17
Queimadas	5 a 10	4 a 11
Quixabá	2 a 4	1 a 5
Remígio	3 a 18	2 a 18
Riachão	4 a 17	3 a 18
Riachão do Bacamarte	4 a 18	3 a 18
Riachão do Poço	3 a 18	2 a 18
Riacho de Santo Antônio	2 a 4	1 a 5
Riacho dos Cavalos	1 a 7	1 a 8
Salgadinho	2 a 4	1 a 5
Salgado de São Félix	4 a 18	3 a 18
Santa Cecília	11 a 13	10 a 16
Santa Cruz	3 a 6	2 a 7
Santa Helena	1 a 7	1 a 8
Santa Inês	1 a 5	1 a 7
Santa Luzia	2 a 4	1 a 5
Santa Teresinha	2 a 4	1 a 6
Santana de Mangueira	1 a 6	1 a 7
Santana dos Garrotes	3 a 4	2 a 6
Santarém	2 a 6	1 a 8
Santo André	2 a 4	1 a 5
São Bentinho	2 a 5	1 a 6
São Bento	1 a 6	1 a 7
São Domingos de Pombal	2 a 5	1 a 7
São Domingos do Cariri	2 a 4	1 a 5
São Francisco	3 a 6	2 a 7
São João do Cariri	2 a 4	1 a 5
São João do Rio do Peixe	1 a 7	1 a 8
São João do Tigre	2 a 4	1 a 5
São José da Lagoa Tapada	1 a 5	1 a 7
São José de Caiana	1 a 6	1 a 7
São José de Espinharas	2 a 4	1 a 6
São José de Piranhas	1 a 5	1 a 7
São José de Princesa	1 a 8	1 a 9
São José do Bonfim	3 a 5	2 a 7
São José do Brejo do Cruz	2 a 7	1 a 8
São José do Sabugi	2 a 4	1 a 5
São José dos Cordeiros	2 a 4	1 a 5
São José dos Ramos	3 a 18	2 a 18
São Mamede	3 a 4	2 a 6
São Miguel de Taipu	3 a 18	2 a 18
São Sebastião de Lagoa de Roça	1 a 18	1 a 18
São Sebastião do Umbuzeiro	2 a 4	1 a 5
Sapé	3 a 18	2 a 18
Seridó	2 a 4	2 a 5
Serra Branca	2 a 4	1 a 5
Serra da Raiz	4 a 18	3 a 18
Serra Grande	2 a 5	1 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Serra Redonda	3 a 18	2 a 18
Serraria	3 a 18	2 a 18
Sertãozinho	4 a 18	3 a 18
Sobrado	3 a 18	2 a 18
Solânea	3 a 18	2 a 18
Soledade	2 a 4	1 a 5
Sossêgo	2 a 4	1 a 5
Sousa	1 a 6	1 a 7
Sumé	2 a 4	1 a 5
Taperoá	2 a 4	1 a 5
Tavares	1 a 7	1 a 8
Teixeira	2 a 4	1 a 5
Tenório	2 a 4	1 a 5
Triunfo	1 a 7	1 a 8
Uiraúna	1 a 6	1 a 8
Umbuzeiro	8 a 17	7 a 18
Várzea	2 a 4	1 a 5
Vieirópolis	1 a 8	1 a 9
Vista Serrana	2 a 4	1 a 6
Zabelê	2 a 4	1 a 5

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca	1 a 3	1 a 4
Aguiar	1 a 3	1 a 4
Alagoa Grande	2 a 16	1 a 17
Alagoa Nova	1 a 16	1 a 17
Alagoinha	2 a 16	1 a 17
Alcantil	1 a 3	1 a 4
Algodão de Jandaíra	1 a 3	1 a 4
Alhandra	1 a 17	1 a 17
Amparo	1 a 3	1 a 4
Aparecida	1 a 4	1 a 5
Araçagi	3 a 15	2 a 16
Arara	2 a 16	1 a 17
Araruna	3 a 14	3 a 16
Areia	1 a 17	1 a 17
Areia de Baraúnas	1 a 3	1 a 4
Areial	2 a 16	1 a 17
Aroeiras	7 a 14	6 a 14
Assunção	1 a 3	1 a 4
Bananeiras	2 a 16	1 a 17
Baraúna	1 a 3	1 a 4
Barra de Santa Rosa	1 a 3	1 a 4
Barra de Santana	9 a 13	8 a 13
Barra de São Miguel	1 a 3	1 a 4
Belém	1 a 16	1 a 17
Belém do Brejo do Cruz	1 a 6	1 a 7
Bernardino Batista	1 a 6	1 a 7
Boa Ventura	1 a 4	1 a 5
Boa Vista	1 a 3	1 a 4
Bom Jesus	1 a 4	1 a 5
Bom Sucesso	2 a 4	1 a 5
Bonito de Santa Fé	1 a 4	1 a 5
Boqueirão	1 a 3	1 a 4
Borborema	2 a 17	1 a 17
Brejo do Cruz	2 a 6	1 a 7
Brejo dos Santos	2 a 5	1 a 6
Caaporã	1 a 17	1 a 17
Cabaceiras	1 a 3	1 a 4
Cachoeira dos Índios	1 a 4	1 a 5
Cacimba de Areia	1 a 3	1 a 4
Cacimba de Dentro	6 a 15	5 a 16
Cacimbas	1 a 3	1 a 4
Caiçara	3 a 16	2 a 17
Cajazeiras	1 a 4	1 a 5
Cajazeirinhas	1 a 4	1 a 5
Caldas Brandão	2 a 16	1 a 17
Camalaú	1 a 3	1 a 4
Campina Grande	4 a 13	3 a 14
Campo de Santana	3 a 16	2 a 17
Capim	2 a 17	2 a 17
Caraúbas	1 a 3	1 a 4
Carrapateira	1 a 4	1 a 5
Casserengue	3 a 15	2 a 16
Catingueira	1 a 4	1 a 5
Catolé do Rocha	1 a 6	1 a 7
Caturité	1 a 3	1 a 4
Conceição	1 a 4	1 a 4
Condado	1 a 4	1 a 5
Congo	1 a 3	1 a 4
Coremas	1 a 4	1 a 5
Coxixola	1 a 3	1 a 4
Cruz do Espírito Santo	2 a 17	1 a 17
Cubati	1 a 3	1 a 4
Cuité	1 a 3	1 a 4
Cuité de Mamanguape	2 a 16	2 a 16
Cuitegi	1 a 16	1 a 17
Curral de Cima	3 a 15	2 a 16
Curral Velho	1 a 4	1 a 5
Damião	6 a 13	5 a 14
Desterro	1 a 3	1 a 4
Diamante	1 a 5	1 a 6
Dona Inês	3 a 15	2 a 16
Duas Estradas	3 a 15	2 a 16
Emas	1 a 3	1 a 4
Esperança	2 a 16	1 a 17
Fagundes	4 a 14	3 a 15
Frei Martinho	1 a 3	1 a 4
Gado Bravo	9 a 13	8 a 13
Guarabira	2 a 16	1 a 17
Gurinhém	2 a 15	1 a 16
Gurjão	1 a 3	1 a 4
Ibiara	1 a 4	1 a 5
Igaracy	1 a 4	1 a 5
Imaculada	2 a 3	1 a 4
Ingá	3 a 16	2 a 17
Itabaiana	2 a 15	1 a 16
Itaporanga	1 a 4	1 a 5
Itapororoca	3 a 15	2 a 16
Itatuba	3 a 15	2 a 16
Jacaraú	2 a 16	1 a 17
Jericó	2 a 3	1 a 5
Juarez Távora	1 a 16	1 a 17
Juazeirinho	1 a 3	1 a 4
Junco do Seridó	1 a 3	1 a 4
Juripiranga	2 a 16	1 a 17
Juru	1 a 3	1 a 4
Lagoa	2 a 3	1 a 4
Lagoa de Dentro	3 a 15	2 a 16
Lagoa Seca	1 a 16	1 a 17
Lastro	1 a 4	1 a 5
Livramento	1 a 3	1 a 4
Logradouro	3 a 14	2 a 15
Mãe d'Água	2 a 3	1 a 4
Malta	2 a 3	1 a 4
Mamanguape	1 a 16	1 a 17
Manaíra	1 a 5	1 a 6
Mari	2 a 16	1 a 17
Marizópolis	1 a 5	1 a 6
Massaranduba	2 a 16	1 a 17
Matinhas	1 a 16	1 a 17
Mato Grosso	2 a 3	1 a 4
Maturéia	1 a 3	1 a 4
Mogeiro	2 a 16	2 a 16
Montadas	2 a 15	1 a 16
Monte Horebe	1 a 3	1 a 4
Monteiro	1 a 3	1 a 4
Mulungu	2 a 16	1 a 17
Natuba	7 a 15	6 a 16
Nazarezinho	1 a 4	1 a 5
Nova Floresta	1 a 3	1 a 4
Nova Olinda	1 a 3	1 a 4
Nova Palmeira	1 a 3	1 a 4
Olho d'Água	1 a 3	1 a 4
Olivedos	1 a 3	1 a 4
Ouro Velho	1 a 3	1 a 4
Parari	1 a 3	1 a 4
Passagem	1 a 3	1 a 4
Patos	1 a 3	1 a 4
Paulista	2 a 3	1 a 5
Pedra Branca	1 a 4	1 a 6
Pedra Lavrada	1 a 3	1 a 4
Pedras de Fogo	1 a 17	1 a 17
Pedro Régis	3 a 15	2 a 16
Piancó	2 a 3	1 a 4
Picuí	1 a 3	1 a 4
Pilar	2 a 16	1 a 17
Pilões	2 a 16	1 a 17
Pilõezinhos	2 a 16	1 a 17
Pirpirituba	2 a 16	1 a 17
Pocinhos	1 a 3	1 a 4
Poço Dantas	1 a 6	1 a 7
Poço de José de Moura	1 a 6	1 a 7
Pombal	1 a 3	1 a 4
Prata	1 a 3	1 a 4
Princesa Isabel	1 a 7	1 a 8
Puxinanã	3 a 15	2 a 16
Queimadas	4 a 9	3 a 10
Quixabá	1 a 3	1 a 4
Remígio	2 a 16	1 a 17
Riachão	2 a 14	2 a 16
Riachão do Bacamarte	3 a 16	2 a 16
Riachão do Poço	2 a 16	1 a 17
Riacho de Santo Antônio	1 a 3	1 a 4
Riacho dos Cavalos	1 a 6	1 a 7
Salgadinho	1 a 3	1 a 4
Salgado de São Félix	3 a 15	2 a 16
Santa Cecília	9 a 11	8 a 13
Santa Cruz	2 a 4	1 a 5
Santa Helena	1 a 5	1 a 6
Santa Inês	1 a 4	1 a 5
Santa Luzia	1 a 3	1 a 4
Santa Teresinha	1 a 3	1 a 4
Santana de Mangueira	1 a 5	1 a 6
Santana dos Garrotes	2 a 3	1 a 4
Santarém	1 a 4	1 a 5
Santo André	1 a 3	1 a 4
São Bentinho	1 a 3	1 a 4
São Bento	1 a 4	1 a 5
São Domingos de Pombal	1 a 4	1 a 6
São Domingos do Cariri	1 a 3	1 a 4
São Francisco	2 a 5	1 a 6
São João do Cariri	1 a 3	1 a 4
São João do Rio do Peixe	1 a 6	1 a 7
São João do Tigre	1 a 3	1 a 4
São José da Lagoa Tapada	1 a 4	1 a 5
São José de Caiana	1 a 5	1 a 6
São José de Espinharas	1 a 3	1 a 4
São José de Piranhas	1 a 4	1 a 5
São José de Princesa	1 a 7	1 a 8
São José do Bonfim	2 a 3	1 a 5
São José do Brejo do Cruz	1 a 6	1 a 7
São José do Sabugi	1 a 3	1 a 4
São José dos Cordeiros	1 a 3	1 a 4
São José dos Ramos	2 a 16	1 a 17
São Mamede	2 a 3	1 a 4
São Miguel de Taipu	2 a 16	1 a 17
São Sebastião de Lagoa de Roça	1 a 16	1 a 17
São Sebastião do Umbuzeiro	1 a 3	1 a 4
Sapé	2 a 16	1 a 17
Seridó	1 a 3	1 a 4
Serra Branca	1 a 3	1 a 4
Serra da Raiz	3 a 15	2 a 16
Serra Grande	1 a 3	1 a 4
Serra Redonda	1 a 16	1 a 17
Serraria	1 a 16	1 a 17
Sertãozinho	2 a 15	2 a 16
Sobrado	2 a 16	1 a 17
Solânea	2 a 16	1 a 17
Soledade	1 a 3	1 a 4
Sossêgo	1 a 3	1 a 4
Sousa	1 a 4	1 a 5
Sumé	1 a 3	1 a 4
Taperoá	1 a 3	1 a 4
Tavares	1 a 4	1 a 6
Teixeira	1 a 3	1 a 4
Tenório	1 a 3	1 a 4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Triunfo	1 a 5	1 a 6
Uiraúna	1 a 5	1 a 6
Umbuzeiro	7 a 15	6 a 16
Várzea	1 a 3	1 a 4
Vieirópolis	1 a 6	1 a 7
Vista Serrana	1 a 3	1 a 4
Zabelê	1 a 3	1 a 4

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLO TIPO 2	SOLO TIPO 3
Água Branca	1 a 2	1 a 3
Aguiar	1 a 2	1 a 3
Alagoa Grande	1 a 14	1 a 15
Alagoa Nova	1 a 15	1 a 16
Alagoinha	1 a 14	1 a 15
Alcantil	1 a 2	1 a 3
Algodão de Jandaíra	1 a 2	1 a 3
Alhandra	1 a 15	1 a 16
Amparo	1 a 2	1 a 3
Aparecida	1 a 3	1 a 4
Araçagi	2 a 13	1 a 14
Arara	1 a 15	1 a 16
Araruna	2 a 12	2 a 13
Areia	1 a 15	1 a 16
Areia de Baraúnas	1 a 2	1 a 3
Areial	1 a 13	1 a 14
Aroeiras	6 a 11	5 a 12
Assunção	1 a 2	1 a 3
Bananeiras	1 a 15	1 a 16
Baraúna	1 a 2	1 a 3
Barra de Santa Rosa	1 a 2	1 a 3
Barra de Santana	8 a 10	7 a 11
Barra de São Miguel	1 a 2	1 a 3
Belém	1 a 14	1 a 15
Belém do Brejo do Cruz	1 a 5	1 a 6
Bernardino Batista	1 a 5	1 a 6
Boa Ventura	1 a 3	1 a 4
Boa Vista	1 a 2	1 a 3
Bom Jesus	1 a 3	1 a 4
Bom Sucesso	1 a 3	1 a 4
Bonito de Santa Fé	1 a 3	1 a 4
Boqueirão	1 a 2	1 a 3
Borborema	1 a 15	1 a 16
Brejo do Cruz	1 a 5	1 a 6
Brejo dos Santos	1 a 4	1 a 5
Caaporã	1 a 15	1 a 16
Cabaceiras	1 a 2	1 a 3
Cachoeira dos Índios	1 a 3	1 a 4
Cacimba de Areia	1 a 2	1 a 3
Cacimba de Dentro	5 a 14	4 a 15
Cacimbas	1 a 2	1 a 3
Caiçara	2 a 15	1 a 16
Cajazeiras	1 a 3	1 a 4
Cajazeirinhas	1 a 3	1 a 4
Caldas Brandão	1 a 15	1 a 16
Camalaú	1 a 2	1 a 3
Campina Grande	3 a 12	2 a 13
Campo de Santana	2 a 15	1 a 16
Capim	1 a 15	1 a 16
Caraúbas	1 a 2	1 a 3
Carrapateira	1 a 3	1 a 4
Casserengue	2 a 13	1 a 14
Catingueira	1 a 3	1 a 4
Catolé do Rocha	1 a 5	1 a 6
Caturité	1 a 2	1 a 3
Conceição	1 a 3	1 a 4
Condado	1 a 3	1 a 4
Congo	1 a 2	1 a 3
Coremas	1 a 3	1 a 4
Coxixola	1 a 2	1 a 3
Cruz do Espírito Santo	1 a 15	1 a 16
Cubati	1 a 2	1 a 3
Cuité	1 a 2	1 a 3
Cuité de Mamanguape	1 a 14	1 a 15
Cuitegi	1 a 15	1 a 16
Curral de Cima	2 a 13	1 a 14
Curral Velho	1 a 2	1 a 4
Damião	5 a 11	4 a 12
Desterro	1 a 2	1 a 3
Diamante	1 a 4	1 a 5
Dona Inês	2 a 13	1 a 14
Duas Estradas	2 a 13	1 a 14
Emas	1 a 2	1 a 3
Esperança	1 a 14	1 a 15
Fagundes	3 a 13	2 a 14
Frei Martinho	1 a 2	1 a 3
Gado Bravo	8 a 10	7 a 11
Guarabira	1 a 15	1 a 16
Gurinhém	1 a 14	1 a 15
Gurjão	1 a 2	1 a 3
Ibiara	1 a 3	1 a 4
Igaracy	1 a 3	1 a 4
Imaculada	1 a 2	1 a 3
Ingá	2 a 14	1 a 15
Itabaiana	1 a 13	1 a 14
Itaporanga	1 a 3	1 a 4
Itapororoca	2 a 13	1 a 14
Itatuba	2 a 13	1 a 14
Jacaraú	1 a 14	1 a 15
Jericó	1 a 2	1 a 3
Juarez Távora	1 a 14	1 a 15
Juazeirinho	1 a 2	1 a 3
Junco do Seridó	1 a 2	1 a 3
Juripiranga	1 a 14	1 a 15
Juru	1 a 2	1 a 3
Lagoa	1 a 2	1 a 3
Lagoa de Dentro	2 a 13	1 a 14
Lagoa Seca	1 a 14	1 a 15
Lastro	1 a 2	1 a 3
Livramento	1 a 2	1 a 3
Logradouro	2 a 12	1 a 13
Mãe d'Água	1 a 2	1 a 3
Malta	1 a 2	1 a 3
Mamanguape	1 a 14	1 a 15
Manaíra	1 a 3	1 a 4
Mari	1 a 14	1 a 15
Marizópolis	1 a 3	1 a 4
Massaranduba	1 a 14	1 a 15
Matinhas	1 a 15	1 a 16
Mato Grosso	1 a 2	1 a 3
Maturéia	1 a 2	1 a 3
Mogeiro	1 a 13	1 a 14
Montadas	1 a 13	1 a 14
Monte Horebe	1 a 2	1 a 3
Monteiro	1 a 2	1 a 3
Mulungu	1 a 14	1 a 15
Natuba	5 a 14	4 a 15
Nazarezinho	1 a 3	1 a 4
Nova Floresta	1 a 2	1 a 3
Nova Olinda	1 a 2	1 a 3
Nova Palmeira	1 a 2	1 a 3
Olho d'Água	1 a 2	1 a 3
Olivedos	1 a 2	1 a 3
Ouro Velho	1 a 2	1 a 3
Parari	1 a 2	1 a 3
Passagem	1 a 2	1 a 3
Patos	1 a 2	1 a 3
Paulista	1 a 2	1 a 3
Pedra Branca	1 a 3	1 a 4
Pedra Lavrada	1 a 2	1 a 3
Pedras de Fogo	1 a 15	1 a 16
Pedro Régis	1 a 13	1 a 14
Piancó	1 a 2	1 a 3
Picuí	1 a 2	1 a 3
Pilar	1 a 15	1 a 16
Pilões	1 a 15	1 a 16
Pilõezinhos	1 a 15	1 a 16
Pirpirituba	1 a 15	1 a 16
Pocinhos	1 a 2	1 a 3
Poço Dantas	1 a 5	1 a 6
Poço de José de Moura	1 a 5	1 a 6
Pombal	1 a 2	1 a 3
Prata	1 a 2	1 a 3
Princesa Isabel	1 a 6	1 a 7
Puxinanã	2 a 14	1 a 15
Queimadas	3 a 8	2 a 9
Quixabá	1 a 2	1 a 3
Remígio	1 a 15	1 a 16
Riachão	1 a 13	1 a 14
Riachão do Bacamarte	2 a 13	1 a 14
Riachão do Poço	1 a 14	1 a 15
Riacho de Santo Antônio	1 a 2	1 a 3
Riacho dos Cavalos	1 a 5	1 a 6
Salgadinho	1 a 2	1 a 3
Salgado de São Félix	2 a 13	1 a 14
Santa Cecília	8 a 9	7 a 10
Santa Cruz	1 a 3	1 a 3
Santa Helena	1 a 4	1 a 4
Santa Inês	1 a 3	1 a 4
Santa Luzia	1 a 2	1 a 3
Santa Teresinha	1 a 2	1 a 3
Santana de Mangueira	1 a 4	1 a 5
Santana dos Garrotes	1 a 2	1 a 3
Santarém	1 a 2	1 a 4
Santo André	1 a 2	1 a 3
São Bentinho	1 a 2	1 a 3
São Bento	1 a 3	1 a 4
São Domingos de Pombal	1 a 3	1 a 5
São Domingos do Cariri	1 a 2	1 a 3
São Francisco	1 a 4	1 a 5
São João do Cariri	1 a 2	1 a 3
São João do Rio do Peixe	1 a 5	1 a 6
São João do Tigre	1 a 2	1 a 3
São José da Lagoa Tapada	1 a 3	1 a 4
São José de Caiana	1 a 4	1 a 5
São José de Espinharas	1 a 2	1 a 3
São José de Piranhas	1 a 3	1 a 4
São José de Princesa	1 a 6	1 a 7
São José do Bonfim	1 a 3	1 a 4
São José do Brejo do Cruz	1 a 5	1 a 6
São José do Sabugi	1 a 2	1 a 3
São José dos Cordeiros	1 a 2	1 a 3
São José dos Ramos	1 a 14	1 a 15
São Mamede	1 a 2	1 a 3
São Miguel de Taipu	1 a 14	1 a 15
São Sebastião de Lagoa de Roça	1 a 14	1 a 15
São Sebastião do Umbuzeiro	1 a 2	1 a 3
Sapé	1 a 14	1 a 15
Seridó	1 a 2	1 a 3
Serra Branca	1 a 2	1 a 3
Serra da Raiz	2 a 13	1 a 14
Serra Grande	1 a 2	1 a 3
Serra Redonda	1 a 14	1 a 15
Serraria	1 a 14	1 a 15
Sertãozinho	1 a 14	1 a 15
Sobrado	1 a 14	1 a 15
Solânea	1 a 14	1 a 15
Soledade	1 a 2	1 a 3
Sossêgo	1 a 2	1 a 3
Sousa	1 a 3	1 a 4
Sumé	1 a 2	1 a 3
Taperoá	1 a 2	1 a 3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tavares	1 a 3	1 a 4
Teixeira	1 a 2	1 a 3
Tenório	1 a 2	1 a 3
Triunfo	1 a 4	1 a 5
Uiraúna	1 a 4	1 a 5
Umbuzeiro	6 a 13	5 a 14
Várzea	1 a 2	1 a 3
Vieirópolis	1 a 4	1 a 6
Vista Serrana	1 a 2	1 a 3
Zabelê	1 a 2	1 a 3

PORTARIA Nº 168, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Pernambuco, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de sorgo granífero no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros das 483 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 7 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes de 50 cm e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente; e

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011 e IPA 8602502;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34, PR 401 e FORMOSO;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020;

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304 e BRS 310;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB550, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Afogados da Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Afrânio	1 a 2	1 a 4
Agrestina	7 a 13	7 a 13
Águas Belas	11 a 12	7 a 12
Alagoinha	7 a 12	7 a 12
Altinho	7 a 13	7 a 13
Angelim	6 a 13	6 a 13
Araripina	1 a 5	36 a 6
Arcoverde	7 a 9	5 a 9
Barra de Guabiraba	6 a 13	6 a 13
Belém de São Francisco		3 a 5
Belo Jardim	7 a 12	7 a 12
Betânia	2 a 4	2 a 6
Bezerros	9 a 12	6 a 12
Bodocó	1 a 4	36 a 6
Bom Conselho	7 a 12	7 a 12
Bom Jardim	6 a 13	6 a 13
Bonito	6 a 13	6 a 13
Brejão	6 a 13	5 a 13
Brejinho	2 a 6	1 a 6
Brejo da Madre de Deus	6 a 7	6 a 9
Buíque	5 a 8	4 a 10
Cabrobó	3 a 4	3 a 6
Cachoeirinha	7 a 12	7 a 12
Caetés	7 a 13	7 a 13
Calçado	7 a 13	7 a 13
Calumbi	2 a 6	1 a 6
Camocim de São Félix	6 a 13	6 a 13
Canhotinho	6 a 13	6 a 13
Capoeiras	7 a 12	7 a 12
Carnaíba	2 a 6	1 a 6
Carnaubeira da Penha	3 a 4	3 a 6
Caruaru	10 a 12	7 a 12
Casinhas	7 a 13	7 a 13
Cedro	1 a 4	1 a 6
Correntes	6 a 12	5 a 12
Cumaru	7 a 13	7 a 13
Cupira	6 a 13	6 a 13
Custódia	3 a 4	2 a 6
Dormentes	2 a 4	2 a 5
Exu	1 a 4	36 a 6
Feira Nova	7 a 12	7 a 12
Flores	2 a 6	1 a 6
Floresta	3 a 4	3 a 5
Frei Miguelinho	7 a 12	7 a 12
Garanhuns	6 a 13	6 a 13
Granito	1 a 4	36 a 6
Gravatá	7 a 12	7 a 12
Iati	7 a 12	7 a 12
Ibirajuba	7 a 13	7 a 13
Iguaraci	1 a 6	1 a 6
Ingazeira	1 a 6	1 a 6
Ipubi	1 a 4	36 a 6
Itaíba	11 a 12	7 a 12
Itapetim	1 a 6	1 a 6
Jataúba	6 a 8	6 a 9
João Alfredo	7 a 13	7 a 13
Jucati	7 a 13	7 a 13
Jupi	7 a 13	7 a 13
Jurema	6 a 13	6 a 13
Lagoa do Ouro	7 a 12	7 a 12
Lagoa dos Gatos	6 a 13	6 a 13
Lagoa Grande	2 a 4	2 a 5
Lajedo	7 a 13	7 a 13
Limoeiro	7 a 13	7 a 13
Machados	6 a 13	6 a 13
Manari		11 a 12
Mirandiba	2 a 5	2 a 6
Moreilândia	1 a 4	36 a 6
Orobó	6 a 13	6 a 13
Ouricuri	1 a 3	1 a 4
Palmeirina	6 a 13	6 a 13
Panelas	6 a 13	6 a 13
Paranatama	7 a 13	7 a 13
Parnamirim	1 a 2	1 a 3
Passira	7 a 13	7 a 13
Pedra	6 a 9	5 a 10
Pesqueira	7 a 12	7 a 12
Petrolina	2 a 4	2 a 5
Poção	7 a 12	7 a 12
Quixaba	2 a 5	1 a 6
Riacho das Almas	9 a 12	7 a 12
Sairé	7 a 12	7 a 12
Salgadinho	7 a 13	7 a 13
Salgueiro	3 a 4	2 a 6
Saloá	7 a 13	6 a 13
Sanharó	7 a 12	7 a 12
Santa Cruz		1 a 3
Santa Cruz da Baixa Verde	2 a 6	1 a 6
Santa Cruz do Capibaribe		7 a 9
Santa Filomena		1 a 3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Maria do Cambucá	7 a 12	7 a 12
Santa Terezinha	1 a 6	1 a 6
São Bento do Una	7 a 12	7 a 12
São Caitano	10 a 12	7 a 12
São João	6 a 13	6 a 13
São Joaquim do Monte	6 a 13	6 a 13
São José do Belmonte	1 a 5	1 a 6
São José do Egito	1 a 6	1 a 6
São Vicente Ferrer	6 a 13	6 a 13
Serra Talhada	1 a 5	1 a 6
Serrita	1 a 4	1 a 6
Sertânia	3 a 4	1 a 6
Solidão	2 a 6	1 a 6
Surubim	7 a 12	7 a 12
Tabira	2 a 6	1 a 6
Tacaimbó	7 a 12	7 a 12
Taquaritinga do Norte	7 a 12	7 a 12
Terezinha	6 a 12	6 a 12
Terra Nova	1 a 3	1 a 4
Toritama	10 a 12	7 a 12
Trindade	1 a 3	36 a 6
Triunfo	2 a 6	1 a 6
Tupanatinga	11 a 12	5 a 12
Tuparetama	1 a 6	1 a 6
Venturosa	11 a 12	7 a 12
Verdejante	1 a 4	1 a 6
Vertente do Lério	7 a 13	7 a 13
Vertentes	7 a 12	7 a 12

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Afogados da Ingazeira	3 a 5	2 a 5
Afrânio		1 a 3
Agrestina	8 a 12	8 a 13
Águas Belas	11 a 12	7 a 12
Alagoinha	9 a 11	8 a 11
Altinho	8 a 12	8 a 12
Angelim	7 a 11	7 a 13
Araripina	1 a 2	1 a 4
Arcoverde		6 a 8
Barra de Guabiraba	7 a 11	7 a 12
Belo Jardim	7 a 10	7 a 11
Betânia		2 a 4
Bezerros	10 a 12	9 a 12
Bodocó	2 a 3	2 a 5
Bom Conselho	9 a 11	8 a 12
Bom Jardim	8 a 12	7 a 12
Bonito	8 a 12	7 a 12
Brejão	8 a 12	7 a 12
Brejinho	3 a 4	1 a 5
Brejo da Madre de Deus		6 a 7
Buíque		6 a 9
Cabrobó		3 a 4
Cachoeirinha	8 a 10	8 a 11
Caetés	8 a 11	8 a 12
Calçado	8 a 11	8 a 12
Calumbi	2 a 5	2 a 5
Camocim de São Félix	8 a 12	8 a 12
Canhotinho	7 a 11	7 a 11
Capoeiras	7 a 11	7 a 11
Carnaíba	2 a 5	1 a 5
Carnaubeira da Penha		3 a 4
Caruaru		9 a 11
Casinhas	8 a 11	8 a 12
Cedro	1 a 2	1 a 5
Correntes	8 a 11	5 a 11
Cumaru	6 a 11	6 a 12
Cupira	6 a 11	6 a 12
Custódia		2 a 5
Dormentes		2 a 4
Exu	1 a 2	1 a 4
Feira Nova	6 a 10	6 a 11
Flores	2 a 4	2 a 5
Frei Miguelinho	9 a 11	9 a 12
Garanhuns	8 a 12	8 a 12
Granito	1 a 2	1 a 4
Gravatá	9 a 11	8 a 12
Iati	9 a 11	8 a 12
Ibirajuba	8 a 11	8 a 12
Iguaraci	1 a 4	1 a 5
Ingazeira	1 a 4	1 a 5
Ipubi	1 a 2	1 a 4
Itaíba		8 a 11
Itapetim	1 a 5	1 a 5
Jataúba		6 a 8
João Alfredo	8 a 12	8 a 12
Jucati	8 a 12	8 a 12
Jupi	8 a 12	8 a 12
Jurema	8 a 13	8 a 13
Lagoa do Ouro	9 a 11	9 a 12
Lagoa dos Gatos	5 a 10	5 a 12
Lagoa Grande		2 a 3
Lajedo	6 a 13	6 a 13
Limoeiro	6 a 13	6 a 13
Machados	6 a 13	6 a 13
Mirandiba	2 a 3	2 a 5
Moreilândia	1 a 2	1 a 4
Orobó	8 a 12	8 a 12
Ouricuri		1 a 2
Palmeirina	8 a 12	8 a 12
Panelas	8 a 12	8 a 12
Paranatama	8 a 12	8 a 12
Passira	8 a 12	8 a 12
Pedra		7 a 9
Pesqueira	10 a 12	10 a 13
Petrolina		2 a 4
Poção	8 a 11	8 a 11
Quixaba	2 a 4	2 a 4
Riacho das Almas	10 a 11	9 a 12
Sairé	8 a 11	8 a 11
Salgadinho	8 a 11	8 a 11
Salgueiro		2 a 5
Saloá	8 a 11	8 a 12
Sanharó	7 a 11	7 a 11
Santa Cruz da Baixa Verde	2 a 4	2 a 5
Santa Cruz do Capibaribe		7 a 9
Santa Maria do Cambucá	8 a 11	8 a 11
Santa Terezinha	2 a 4	1 a 5
São Bento do Una	9 a 11	9 a 12
São Caitano		9 a 12
São João	7 a 13	7 a 13
São Joaquim do Monte	7 a 13	7 a 13
São José do Belmonte	1 a 4	1 a 6
São José do Egito	1 a 4	1 a 6
São Vicente Ferrer	8 a 12	8 a 13
Serra Talhada	1 a 4	1 a 5
Serrita	1 a 4	1 a 6
Sertânia		1 a 6
Solidão	3 a 5	3 a 6
Surubim	5 a 10	5 a 11
Tabira	2 a 5	1 a 6
Tacaimbó	9 a 11	9 a 11
Taquaritinga do Norte	9 a 11	9 a 11
Terezinha	6 a 12	6 a 12
Terra Nova		1 a 2
Toritama	9 a 11	9 a 11
Trindade		1 a 4
Triunfo	2 a 6	1 a 6
Tupanatinga	11 a 12	5 a 12
Tuparetama	1 a 6	1 a 6
Venturosa	11 a 12	7 a 12
Verdejante	1 a 2	1 a 3
Vertente do Lério	9 a 12	9 a 13
Vertentes	10 a 12	9 a 12

MUNICÍPIOS	**PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III**	
	SOLOS TIPO 2	**SOLOS TIPO 3**
Afogados da Ingazeira		2 a 5
Agrestina	9 a 11	8 a 13
Águas Belas	11 a 12	7 a 12
Alagoinha	9 a 11	8 a 11
Altinho	9 a 11	8 a 12
Angelim	7 a 11	7 a 13
Araripina	1 a 2	1 a 4
Arcoverde	7 a 8	5 a 8
Barra de Guabiraba	7 a 11	7 a 12
Belo Jardim	7 a 10	7 a 11
Bezerros	10 a 12	9 a 12
Bodocó	2 a 3	2 a 5
Bom Conselho	9 a 11	8 a 12
Bom Jardim	8 a 12	7 a 12
Bonito	8 a 12	7 a 12
Brejão	10 a 12	7 a 12
Brejinho	3 a 4	1 a 5
Buíque		4 a 9
Cachoeirinha	8 a 10	8 a 11
Caetés	8 a 11	8 a 12
Calçado	8 a 11	8 a 12
Calumbi	2 a 5	2 a 5
Camocim de São Félix	8 a 11	8 a 12
Canhotinho	7 a 11	7 a 11
Capoeiras	7 a 11	7 a 11
Carnaíba	2 a 5	1 a 5
Casinhas	8 a 11	8 a 12
Cedro	1 a 2	1 a 5
Correntes	8 a 11	5 a 11
Cumaru	6 a 11	6 a 12
Cupira	6 a 11	6 a 12
Custódia		2 a 5
Exu	1 a 2	1 a 4
Feira Nova	6 a 10	6 a 11
Flores	2 a 4	2 a 5
Frei Miguelinho	9 a 11	9 a 12
Garanhuns	8 a 11	8 a 12
Granito	1 a 2	1 a 4
Gravatá	9 a 11	8 a 12
Iati	9 a 11	8 a 12
Ibirajuba	8 a 11	8 a 12
Iguaraci	1 a 4	1 a 5
Ingazeira	1 a 4	1 a 5
Ipubi	1 a 2	1 a 4
Itaíba		8 a 11
Itapetim	1 a 5	1 a 5
João Alfredo	8 a 12	8 a 12
Jucati	8 a 12	8 a 12
Jupi	8 a 12	8 a 12
Jurema	8 a 13	8 a 13
Lagoa do Ouro	9 a 11	9 a 12
Lagoa dos Gatos	5 a 10	5 a 12
Lajedo	6 a 13	6 a 13
Limoeiro	6 a 13	6 a 13
Machados	6 a 13	6 a 13
Mirandiba	2 a 3	2 a 5
Moreilândia	1 a 2	1 a 3
Orobó	8 a 12	8 a 12
Palmeirina	8 a 12	8 a 12
Panelas	8 a 12	8 a 12
Paranatama	8 a 12	8 a 12
Passira	8 a 12	8 a 12
Pedra		5 a 8
Pesqueira	10 a 12	9 a 12
Poção	8 a 11	8 a 11
Quixaba	2 a 4	2 a 4
Riacho das Almas	10 a 11	9 a 12
Sairé	8 a 11	8 a 11
Salgadinho	8 a 11	8 a 11
Salgueiro		2 a 5
Saloá	8 a 11	8 a 11
Sanharó	7 a 11	7 a 11
Santa Cruz da Baixa Verde	2 a 4	2 a 5
Santa Maria do Cambucá	8 a 11	8 a 11
Santa Terezinha	2 a 4	1 a 5
São Bento do Una	9 a 11	9 a 12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Caitano		9 a 12
São João	7 a 13	7 a 13
São Joaquim do Monte	7 a 13	7 a 13
São José do Belmonte	1 a 4	1 a 6
São José do Egito	1 a 4	1 a 6
São Vicente Ferrer	9 a 10	9 a 11
Serra Talhada	1 a 4	1 a 5
Serrita	1 a 4	1 a 6
Sertânia		1 a 6
Solidão	3 a 5	3 a 6
Surubim	5 a 10	5 a 11
Tabira	2 a 5	1 a 6
Tacaimbó	9 a 11	9 a 11
Taquaritinga do Norte	9 a 11	9 a 11
Terezinha	6 a 12	6 a 12
Toritama	9 a 11	9 a 11
Trindade		1 a 4
Triunfo	2 a 6	1 a 6
Tupanatinga	11 a 12	5 a 12
Tuparetama	1 a 6	1 a 6
Venturosa	11 a 12	7 a 12
Verdejante		1 a 3
Vertente do Lério	9 a 12	9 a 13
Vertentes	10 a 12	9 a 12

PORTARIA Nº 169, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Piauí, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção.

A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, com menor risco climático para o cultivo de sorgo granífero no Estado.

Essa identificação foi realizada com base em critérios térmicos e hídricos.

O balanço hídrico da cultura foi realizado com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluviométrica - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 155 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Pennam-Monteith, nas 6 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva do sistema radicular e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico. Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50 em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, Chopper, ENFORCER, FOX, JOWAR FOOD II, JOWAR SHORT, MR. 43, ATX1S e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS605;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34, PR 401 e FORMOSO;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: A9721R;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304 e BRS 310;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB550, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acauã	1 a 2	34 a 3	34 a 5
Agricolândia	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Água Branca	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Alagoinha do Piauí		1 a 4	35 a 6
Alegrete do Piauí	2 a 3	35 a 5	35 a 6
Alto Longá	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Altos	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Alvorada do Gurguéia	33 a 2	32 a 4	28 a 5
Amarante	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Angical do Piauí	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Anísio de Abreu		33 a 3	32 a 4
Antônio Almeida	32 a 5	28 a 6	28 a 6
Aroazes	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Aroeiras do Itaim		34 a 3	34 a 4
Arraial	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Assunção do Piauí	36 a 4	33 a 5	33 a 6
Avelino Lopes	31 a 3	29 a 3	28 a 4
Baixa Grande do Ribeiro	30 a 3	28 a 5	28 a 6
Barra d'Alcântara	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Barras	33 a 6	33 a 6	32 a 6
Barreiras do Piauí	28 a 3	28 a 5	28 a 6
Barro Duro	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Batalha	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Bela Vista do Piauí		34 a 3	34 a 6
Belém do Piauí	36 a 3	34 a 5	34 a 6
Beneditinos	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Bertolínia	31 a 3	29 a 4	29 a 6
Betânia do Piauí	33 a 5	32 a 5	32 a 6
Boa Hora	33 a 06	33 a 06	33 a 06
Bocaina	1 a 2	33 a 4	33 a 5
Bom Jesus	31 a 3	28 a 3	28 a 4
Bom Princípio do Piauí	1 a 6	35 a 6	35 a 6
Bonfim do Piauí		33 a 3	32 a 4
Boqueirão do Piauí	33 a 6	32 a 6	31 a 6
Brasileira	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Brejo do Piauí	33 a 34	33 a 3	32 a 4
Buriti dos Lopes	35 a 6	35 a 6	34 a 6
Buriti dos Montes	36 a 5	34 a 6	34 a 6
Cabeceiras do Piauí	33 a 6	32 a 6	31 a 6
Cajazeiras do Piauí	33 a 4	32 a 5	32 a 6
Cajueiro da Praia	1 a 6	35 a 6	35 a 6
Caldeirão Grande do Piauí	2 a 3	35 a 5	35 a 6
Campinas do Piauí	35 a 3	34 a 4	33 a 5
Campo Alegre do Fidalgo		34 a 1	34 a 3
Campo Grande do Piauí		35 a 4	35 a 6
Campo Largo do Piauí	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Campo Maior	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Canavieira	32 a 4	30 a 6	29 a 6
Canto do Buriti	33 a 36	33 a 3	31 a 4
Capitão de Campos	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Capitão Gervásio Oliveira		35 a 1	34 a 3
Caracol	32 a 1	32 a 3	30 a 4
Caraúbas do Piauí	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Caridade do Piauí	33 a 4	33 a 5	33 a 6
Castelo do Piauí	35 a 5	33 a 6	33 a 6
Caxingó	34 a 6	34 a 6	32 a 6
Cocal	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Cocal de Telha	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Cocal dos Alves	35 a 6	35 a 6	35 a 6
Coivaras	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Colônia do Gurguéia	33 a 1	31 a 3	31 a 4
Colônia do Piauí	33 a 36	32 a 5	32 a 6
Conceição do Canindé	35 a 36	34 a 3	34 a 6
Coronel José Dias			34 a 3
Corrente	28 a 1	28 a 4	28 a 5
Cristalândia do Piauí	28 a 1	28 a 4	28 a 5
Cristino Castro	31 a 1	31 a 3	29 a 4
Curimatá	31 a 3	29 a 3	28 a 4
Currais	31 a 1	29 a 3	28 a 4
Curral Novo do Piauí	33 a 5	32 a 5	32 a 6
Curralinhos	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Demerval Lobão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Dirceu Arcoverde			33 a 4
Dom Expedito Lopes	34 a 36	33 a 4	32 a 5
Dom Inocêncio			34 a 3
Domingos Mourão	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Elesbão Veloso	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Eliseu Martins	33 a 1	31 a 3	30 a 4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esperantina	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Fartura do Piauí		34 a 35	33 a 4
Flores do Piauí	33 a 36	33 a 4	32 a 5
Floresta do Piauí	35 a 3	33 a 4	33 a 5
Floriano	33 a 5	31 a 6	30 a 6
Francinópolis	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Francisco Ayres	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Francisco Macedo	1 a 3	34 a 5	34 a 6
Francisco Santos		34 a 4	34 a 6
Fronteiras		1 a 5	35 a 6
Geminiano		34 a 4	34 a 5
Gilbués	28 a 3	28 a 5	28 a 6
Guadalupe	32 a 5	30 a 6	30 a 6
Guaribas	32 a 1	31 a 3	30 a 4
Hugo Napoleão	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Ilha Grande	1 a 6	1 a 6	34 a 6
Inhuma	33 a 4	32 a 6	32 a 6
Ipiranga do Piauí	33 a 5	32 a 5	32 a 5
Isaías Coelho	35 a 36	34 a 4	33 a 5
Itainópolis	33 a 4	33 a 5	33 a 6
Itaueira	33 a 3	30 a 4	30 a 6
Jacobina do Piauí	35 a 4	34 a 5	34 a 6
Jaicós	33 a 1	33 a 4	33 a 6
Jardim do Mulato	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Jatobá do Piauí	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Jerumenha	32 a 5	30 a 6	30 a 6
João Costa		35 a 2	34 a 4
Joaquim Pires	34 a 6	34 a 6	32 a 6
Joca Marques	34 a 6	33 a 6	33 a 6
José de Freitas	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Juazeiro do Piauí	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Júlio Borges	31 a 3	29 a 3	28 a 4
Jurema	32 a 1	32 a 3	30 a 4
Lagoa Alegre	33 a 6	32 a 6	31 a 6
Lagoa de São Francisco	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Lagoa do Barro do Piauí		34 a 1	34 a 3
Lagoa do Piauí	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Lagoa do Sítio	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Lagoinha do Piauí	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Landri Sales	32 a 4	28 a 6	28 a 6
Luís Correia	1 a 6	35 a 6	35 a 6
Luzilândia	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Madeiro	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Manoel Emídio	33 a 3	31 a 4	28 a 5
Marcolândia	1 a 3	35 a 5	34 a 6
Marcos Parente	32 a 4	30 a 6	29 a 6
Massapê do Piauí	33 a 36	33 a 4	33 a 6
Matias Olímpio	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Miguel Alves	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Miguel Leão	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Milton Brandão	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Monsenhor Gil	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Monsenhor Hipólito		35 a 4	34 a 6
Monte Alegre do Piauí	31 a 2	28 a 3	28 a 4
Morro Cabeça no Tempo	31 a 3	29 a 3	28 a 4
Morro do Chapéu do Piauí	34 a 6	33 a 6	33 a 6
Murici dos Portelas	34 a 6	34 a 6	33 a 6
Nazaré do Piauí	33 a 4	32 a 5	30 a 6
Nazária	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Nossa Senhora de Nazaré	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Nossa Senhora dos Remédios	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Nova Santa Rita		34 a 3	34 a 4
Novo Oriente do Piauí	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Novo Santo Antônio	34 a 5	33 a 6	33 a 6
Oeiras	33 a 4	32 a 5	32 a 6
Olho d'Água do Piauí	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Padre Marcos	36 a 3	34 a 5	34 a 6
Paes Landim	35 a 3	34 a 3	34 a 4
Pajeú do Piauí	33 a 36	33 a 4	32 a 5
Palmeira do Piauí	31 a 1	30 a 4	28 a 5
Palmeirais	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Paquetá	33 a 5	32 a 5	32 a 5
Parnaguá	31 a 36	28 a 4	28 a 4
Parnaíba	1 a 6	35 a 6	34 a 6
Passagem Franca do Piauí	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Patos do Piauí	35 a 36	34 a 4	34 a 5
Pau d'Arco do Piauí	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Paulistana	35 a 36	34 a 3	34 a 5
Pavussu	33 a 36	33 a 3	32 a 4
Pedro II	34 a 6	34 a 6	34 a 6
Pedro Laurentino	1 a 2	34 a 4	33 a 4
Picos		34 a 4	33 a 5
Pimenteiras	34 a 4	33 a 6	33 a 6
Pio IX		1 a 5	35 a 6
Piracuruca	35 a 6	34 a 6	34 a 6
Piripiri	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Porto	33 a 6	33 a 6	33 a 6
Porto Alegre do Piauí	32 a 5	29 a 6	29 a 6
Prata do Piauí	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Queimada Nova		34 a 1	34 a 3
Redenção do Gurguéia	31 a 3	28 a 3	28 a 4
Regeneração	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Riacho Frio	31 a 2	28 a 3	28 a 4
Ribeira do Piauí	33 a 4	33 a 5	32 a 5
Ribeiro Gonçalves	29 a 5	28 a 5	28 a 6
Rio Grande do Piauí	33 a 36	33 a 3	32 a 4
Santa Cruz do Piauí	33 a 3	32 a 5	32 a 5
Santa Cruz dos Milagres	34 a 4	32 a 5	32 a 6
Santa Filomena	28 a 5	28 a 5	28 a 6
Santa Luz	31 a 1	30 a 3	29 a 4
Santa Rosa do Piauí	33 a 4	32 a 5	32 a 6
Santana do Piauí	35 a 2	33 a 4	33 a 5
Santo Antônio de Lisboa		34 a 5	33 a 6
Santo Antônio dos Milagres	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Santo Inácio do Piauí	35 a 36	33 a 4	33 a 5
São Braz do Piauí	32 a 1	32 a 3	30 a 4
São Félix do Piauí	34 a 5	32 a 5	32 a 6
São Francisco de Assis do Piauí	35 a 2	34 a 2	34 a 3
São Francisco do Piauí	33 a 36	32 a 5	32 a 5
São Gonçalo do Gurguéia	28 a 2	28 a 4	28 a 6
São Gonçalo do Piauí	33 a 5	32 a 6	32 a 6
São João da Canabrava	34 a 5	33 a 5	33 a 6
São João da Fronteira	35 a 6	34 a 6	34 a 6
São João da Serra	34 a 4	33 a 5	33 a 6
São João da Varjota	33 a 5	32 a 5	32 a 6
São João do Arraial	34 a 6	33 a 6	33 a 6
São João do Piauí		35 a 3	34 a 4
São José do Divino	34 a 6	33 a 6	33 a 6
São José do Peixe	33 a 4	32 a 5	32 a 5
São José do Piauí	34 a 02	33 a 04	33 a 06
São Julião		1 a 4	35 a 6
São Lourenço do Piauí			33 a 4
São Luis do Piauí	34 a 2	33 a 5	33 a 6
São Miguel da Baixa Grande	34 a 5	32 a 6	32 a 6
São Miguel do Fidalgo	35 a 3	33 a 4	33 a 4
São Miguel do Tapuio	36 a 4	32 a 5	32 a 6
São Pedro do Piauí	33 a 5	32 a 6	32 a 6
São Raimundo Nonato	32 a 1	32 a 3	30 a 4
Sebastião Barros	28 a 1	28 a 4	28 a 5
Sebastião Leal	31 a 4	28 a 5	28 a 6
Sigefredo Pacheco	34 a 6	33 a 6	32 a 6
Simões	36 a 3	34 a 5	33 a 6
Simplício Mendes	35 a 36	34 a 3	34 a 5
Socorro do Piauí	33 a 4	32 a 5	32 a 5
Sussuapara		33 a 4	33 a 5
Tamboril do Piauí	33 a 34	33 a 3	32 a 4
Tanque do Piauí	33 a 4	32 a 5	32 a 6
Teresina	33 a 6	32 a 6	32 a 6
União	33 a 6	32 a 6	31 a 6
Uruçuí	31 a 5	28 a 5	28 a 6
Valença do Piauí	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Várzea Branca		34 a 3	32 a 4
Várzea Grande	33 a 5	32 a 6	32 a 6
Vera Mendes	35 a 36	34 a 4	34 a 5
Vila Nova do Piauí	2 a 3	35 a 4	35 a 6
Wall Ferraz	34 a 36	32 a 5	32 a 5

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acauã		34 a 1	32 a 3
Agricolândia	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Água Branca	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Alagoinha do Piauí		32 a 3	32 a 5
Alegrete do Piauí		33 a 2	31 a 5
Alto Longá	31 a 3	30 a 4	30 a 5
Altos	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Alvorada do Gurguéia	31 a 1	30 a 1	28 a 3
Amarante	31 a 5	29 a 5	29 a 5
Angical do Piauí	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Anísio de Abreu	31 a 34	31 a 36	30 a 5
Antônio Almeida	31 a 2	28 a 3	28 a 5
Aroazes	31 a 4	31 a 4	30 a 5
Aroeiras do Itaim		31 a 34	31 a 2
Arraial	31 a 3	30 a 4	29 a 5
Assunção do Piauí	34 a 36	32 a 3	31 a 5
Avelino Lopes	29 a 3	28 a 3	28 a 3
Baixa Grande do Ribeiro	29 a 2	28 a 3	28 a 5
Barra d'Alcântara	31 a 4	30 a 5	29 a 5
Barras	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Barreiras do Piauí	28 a 1	28 a 2	28 a 4
Barro Duro	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Batalha	32 a 5	31 a 6	31 a 6
Bela Vista do Piauí		32 a 36	32 a 1
Belém do Piauí	34 a 1	29 a 2	28 a 5
Beneditinos	31 a 4	30 a 4	29 a 5
Bertolínia	31 a 1	28 a 3	28 a 5
Betânia do Piauí	31 a 4	29 a 4	28 a 5
Boa Hora	32 a 5	31 a 6	31 a 6
Bocaina		31 a 4	31 a 5
Bom Jesus	29 a 3	28 a 3	28 a 5
Bom Princípio do Piauí	35 a 5	32 a 6	32 a 6
Bonfim do Piauí		31 a 36	30 a 5
Boqueirão do Piauí	31 a 5	30 a 6	30 a 6
Brasileira	32 a 5	32 a 6	32 a 6
Brejo do Piauí		31 a 1	30 a 5
Buriti dos Lopes	33 a 6	31 a 6	31 a 6
Buriti dos Montes	34 a 2	31 a 4	31 a 5
Cabeceiras do Piauí	31 a 6	30 a 6	30 a 6
Cajazeiras do Piauí	31 a 2	30 a 3	29 a 5
Cajueiro da Praia	35 a 5	32 a 6	32 a 6
Caldeirão Grande do Piauí	36 a 1	33 a 2	31 a 5
Campinas do Piauí	33 a 1	31 a 2	31 a 3
Campo Alegre do Fidalgo		32 a 36	32 a 1
Campo Grande do Piauí		32 a 2	31 a 5
Campo Largo do Piauí	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Campo Maior	31 a 5	30 a 6	30 a 6
Canavieira	31 a 1	28 a 3	28 a 5
Canto do Buriti	31 a 34	31 a 1	30 a 3
Capitão de Campos	33 a 4	32 a 5	31 a 6
Capitão Gervásio Oliveira		30 a 36	30 a 1
Caracol	31 a 1	30 a 3	30 a 6
Caraúbas do Piauí	32 a 5	32 a 6	31 a 6
Caridade do Piauí	31 a 4	31 a 4	28 a 5
Castelo do Piauí	33 a 4	31 a 5	31 a 5
Caxingó	32 a 5	32 a 6	31 a 6
Cocal	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Cocal de Telha	32 a 4	32 a 5	31 a 6
Cocal dos Alves	33 a 6	32 a 6	32 a 6
Coivaras	31 a 3	30 a 4	30 a 5
Colônia do Gurguéia	31 a 1	29 a 1	29 a 5
Colônia do Piauí	31 a 33	30 a 1	30 a 2
Conceição do Canindé		32 a 1	31 a 3
Coronel José Dias		31 a 36	31 a 2
Corrente	28 a 1	28 a 1	28 a 2
Cristalândia do Piauí	28 a 1	28 a 1	28 a 2
Cristino Castro	29 a 2	29 a 3	29 a 5
Curimatá	29 a 3	28 a 3	28 a 3
Currais	29 a 3	28 a 3	28 a 5
Curral Novo do Piauí	31 a 4	29 a 4	28 a 5
Curralinhos	31 a 3	29 a 5	29 a 5
Demerval Lobão	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Dirceu Arcoverde		31 a 36	31 a 2
Dom Expedito Lopes	33 a 1	31 a 4	31 a 5
Dom Inocêncio		33 a 36	31 a 2
Domingos Mourão	32 a 5	32 a 5	32 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Elesbão Veloso	31 a 5	30 a 5	30 a 5
Eliseu Martins	31 a 1	29 a 1	28 a 5
Esperantina	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Fartura do Piauí		31 a 36	31 a 3
Flores do Piauí		31 a 1	30 a 3
Floresta do Piauí	33 a 1	31 a 2	31 a 3
Floriano	31 a 2	29 a 3	29 a 5
Francinópolis	31 a 5	30 a 5	29 a 5
Francisco Ayres	31 a 3	30 a 4	29 a 5
Francisco Macedo	36 a 1	31 a 2	28 a 5
Francisco Santos		31 a 2	31 a 5
Fronteiras		33 a 2	32 a 5
Geminiano	3 a 4	30 a 4	28 a 5
Gilbués	28 a 1	28 a 2	28 a 4
Guadalupe	31 a 2	28 a 3	28 a 5
Guaribas	31 a 1	30 a 3	30 a 3
Hugo Napoleão	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Ilha Grande	36 a 3	31 a 6	31 a 6
Inhuma	31 a 1	31 a 3	30 a 5
Ipiranga do Piauí	31 a 1	31 a 4	31 a 5
Isaías Coelho		32 a 2	31 a 3
Itainópolis	31 a 2	29 a 2	28 a 3
Itaueira	31 a 1	28 a 3	28 a 4
Jacobina do Piauí	36 a 1	31 a 2	28 a 5
Jaicós	31 a 4	29 a 4	28 a 5
Jardim do Mulato	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Jatobá do Piauí	33 a 3	31 a 5	31 a 6
Jerumenha	31 a 2	28 a 3	28 a 5
João Costa		33 a 36	31 a 1
Joaquim Pires	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Joca Marques	32 a 6	31 a 6	31 a 6
José de Freitas	31 a 6	30 a 6	30 a 6
Juazeiro do Piauí	33 a 3	32 a 4	31 a 5
Júlio Borges	29 a 3	28 a 3	28 a 3
Jurema	31 a 34	30 a 36	30 a 5
Lagoa Alegre	31 a 6	30 a 6	30 a 6
Lagoa de São Francisco	32 a 5	32 a 5	32 a 6
Lagoa do Barro do Piauí		32 a 36	32 a 1
Lagoa do Piauí	31 a 3	29 a 5	29 a 5
Lagoa do Sítio	31 a 2	30 a 4	30 a 5
Lagoinha do Piauí	31 a 3	30 a 4	30 a 4
Landri Sales	31 a 1	28 a 3	28 a 5
Luís Correia	35 a 5	32 a 6	32 a 6
Luzilândia	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Madeiro	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Manoel Emídio	31 a 1	30 a 3	28 a 5
Marcolândia	36 a 1	31 a 2	30 a 5
Marcos Parente	31 a 1	28 a 3	28 a 5
Massapê do Piauí	31 a 4	31 a 4	28 a 5
Matias Olímpio	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Miguel Alves	31 a 6	30 a 6	30 a 6
Miguel Leão	31 a 3	29 a 5	29 a 6
Milton Brandão	33 a 3	32 a 4	32 a 5
Monsenhor Gil	31 a 3	29 a 5	29 a 5
Monsenhor Hipólito		29 a 2	29 a 5
Monte Alegre do Piauí	29 a 1	28 a 1	28 a 4
Morro Cabeça no Tempo	29 a 3	28 a 3	28 a 3
Morro do Chapéu do Piauí	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Murici dos Portelas	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Nazaré do Piauí	31 a 2	30 a 2	29 a 5
Nazária	31 a 3	30 a 4	30 a 5
Nossa Senhora de Nazaré	31 a 5	30 a 6	30 a 6
Nossa Senhora dos Remédios	32 a 6	31 a 6	31 a 6
Nova Santa Rita		32 a 36	32 a 1
Novo Oriente do Piauí	31 a 4	30 a 5	30 a 5
Novo Santo Antônio	33 a 4	31 a 4	31 a 5
Oeiras	31 a 2	29 a 3	29 a 5
Olho d'Água do Piauí	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Padre Marcos	34 a 1	31 a 2	28 a 5
Paes Landim	34 a 1	31 a 3	31 a 5
Pajeú do Piauí		31 a 1	30 a 3
Palmeira do Piauí	29 a 1	29 a 3	28 a 5
Palmeirais	31 a 5	29 a 5	29 a 5
Paquetá	31 a 4	29 a 4	28 a 5
Parnaguá	29 a 34	28 a 2	28 a 2
Parnaíba	35 a 5	31 a 6	31 a 6
Passagem Franca do Piauí	31 a 3	30 a 5	30 a 5
Patos do Piauí	31 a 36	31 a 1	31 a 3
Pau d'Arco do Piauí	31 a 5	30 a 5	29 a 5
Paulistana		34 a 1	32 a 3
Pavussu		31 a 1	30 a 5
Pedro II	32 a 5	32 a 5	32 a 6
Pedro Laurentino	36 e 1	32 a 2	31 a 3
Picos	2 a 4	31 a 4	28 a 5
Pimenteiras	32 a 34	32 a 4	31 a 5
Pio IX	2	33 a 3	32 a 5
Piracuruca	33 a 5	32 a 6	31 a 6
Piripiri	32 a 5	32 a 5	32 a 6
Porto	31 a 6	31 a 6	31 a 6
Porto Alegre do Piauí	31 a 2	28 a 3	28 a 5
Prata do Piauí	31 a 3	30 a 4	29 a 5
Queimada Nova		34 a 36	32 a 1
Redenção do Gurguéia	29 a 3	28 a 3	28 a 5
Regeneração	31 a 5	29 a 5	29 a 5
Riacho Frio	29 a 1	28 a 1	28 a 5
Ribeira do Piauí	33 a 1	31 a 2	30 a 5
Ribeiro Gonçalves	28 a 2	28 a 3	28 a 5
Rio Grande do Piauí		31 a 1	30 a 3
Santa Cruz do Piauí	33 a 1	29 a 3	28 a 5
Santa Cruz dos Milagres	33 a 3	30 a 4	29 a 5
Santa Filomena	28 a 2	28 a 3	28 a 5
Santa Luz	29 a 3	28 a 3	28 a 3
Santa Rosa do Piauí	31 a 2	30 a 3	29 a 5
Santana do Piauí		31 a 2	31 a 5
Santo Antônio de Lisboa		31 a 2	31 a 5
Santo Antônio dos Milagres	32 a 1	31 a 5	31 a 5
Santo Inácio do Piauí		31 a 1	31 a 2
São Braz do Piauí	31 a 34	30 a 1	30 a 5
São Félix do Piauí	33 a 3	30 a 4	30 a 5
São Francisco de Assis do Piauí		32 a 36	32 a 1
São Francisco do Piauí	31 a 1	30 a 1	29 a 5
São Gonçalo do Gurguéia	28 a 1	28 a 1	28 a 4
São Gonçalo do Piauí	31 a 3	30 a 5	30 a 5
São João da Canabrava	32 a 1	31 a 3	31 a 5
São João da Fronteira	33 a 5	32 a 6	32 a 6
São João da Serra	34 a 1	31 a 3	31 a 5
São João da Varjota	31 a 2	30 a 4	30 a 5
São João do Arraial	32 a 6	31 a 6	31 a 6
São João do Piauí		30 a 36	30 a 1
São José do Divino	33 a 5	31 a 6	31 a 6
São José do Peixe	31 a 2	30 a 3	30 a 5
São José do Piauí	32 a 1	31 a 3	31 a 5
São Julião		33 a 2	32 a 5
São Lourenço do Piauí		31 a 36	31 a 5
São Luis do Piauí	32 e 1	31 a 3	31 a 5
São Miguel da Baixa Grande	31 a 3	30 a 4	30 a 5
São Miguel do Fidalgo		31 a 2	31 a 5
São Miguel do Tapuio	34 a 1	31 a 3	31 a 5
São Pedro do Piauí	31 a 3	30 a 5	30 a 5
São Raimundo Nonato	31 a 34	30 a 1	30 a 5
Sebastião Barros	28 a 01	28 a 1	28 a 2
Sebastião Leal	31 a 1	28 a 3	28 a 5
Sigefredo Pacheco	33 a 3	31 a 5	31 a 5
Simões	31 a 4	29 a 4	28 a 5
Simplício Mendes		31 a 1	31 a 2
Socorro do Piauí	31 a 2	30 a 2	30 a 5
Sussuapara		31 a 2	31 a 5
Tamboril do Piauí		31 a 1	30 a 3
Tanque do Piauí	31 a 2	30 a 3	29 a 5
Teresina	31 a 5	30 a 5	30 a 5
União	31 a 6	30 a 6	30 a 6
Uruçuí	29 a 2	28 a 3	28 a 5
Valença do Piauí	31 a 5	30 a 5	30 a 5
Várzea Branca		31 a 36	31 a 5
Várzea Grande	31 a 5	29 a 5	29 a 5
Vera Mendes		32 a 2	31 a 3
Vila Nova do Piauí		33 a 2	29 a 5
Wall Ferraz	33 a 1	29 a 3	29 a 5

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acauã		35 a 3	32 a 4
Agricolândia	30 a 1	29 a 2	29 a 3
Água Branca	30 a 1	29 a 2	29 a 2
Alagoinha do Piauí		32 a 36	31 a 1
Alegrete do Piauí		33 a 36	32 a 2
Alto Longá	30 a 1	29 a 2	29 a 3
Altos	30 a 1	29 a 3	29 a 3
Alvorada do Gurguéia	29 a 34	29 a 35	29 a 36
Amarante	29 a 36	29 a 2	29 a 2
Angical do Piauí	29 a 1	29 a 2	29 a 2
Anísio de Abreu		29 a 36	29 a 36
Antônio Almeida	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Aroazes	31 a 36	30 a 1	30 a 2
Aroeiras do Itaim		31 a 36	30 a 2
Arraial	29 a 36	29 a 1	29 a 2
Assunção do Piauí	34 a 35	30 a 36	30 a 2
Avelino Lopes	29 a 35	28 a 36	28 a 36
Baixa Grande do Ribeiro	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Barra d'Alcântara	30 a 1	29 a 2	29 a 4
Barras	30 a 4	30 a 5	29 a 6
Barreiras do Piauí	28 a 35	28 a 1	28 a 2
Barro Duro	30 a 1	29 a 2	29 a 2
Batalha	31 a 4	30 a 5	30 a 5
Bela Vista do Piauí		32 a 35	32 a 36
Belém do Piauí	35 a 36	29 a 02	28 a 3
Beneditinos	30 a 1	29 a 3	29 a 3
Bertolínia	29 a 36	28 a 36	28 a 2
Betânia do Piauí	32 a 1	31 a 3	29 a 4
Boa Hora	31 a 4	30 a 4	30 a 5
Bocaina		30 a 36	30 a 1
Bom Jesus	29 a 36	28 a 2	28 a 2
Bom Princípio do Piauí	33 a 4	32 a 4	32 a 5
Bonfim do Piauí		29 a 35	29 a 36
Boqueirão do Piauí	31 a 4	30 a 4	30 a 4
Brasileira	31 a 4	30 a 4	30 a 5
Brejo do Piauí		31 a 35	30 a 2
Buriti dos Lopes	32 a 4	32 a 4	31 a 5
Buriti dos Montes	32 a 1	31 a 2	31 a 3
Cabeceiras do Piauí	30 a 4	29 a 5	29 a 6
Cajazeiras do Piauí	30 a 35	29 a 36	29 a 1
Cajueiro da Praia	33 a 4	32 a 4	32 a 5
Caldeirão Grande do Piauí		33 a 1	32 a 2
Campinas do Piauí	33 a 35	32 a 36	31 a 1

Campo Grande do Piauí		32 a 36	31 a 1
Campo Largo do Piauí	30 a 4	30 a 6	30 a 6
Campo Maior	30 a 2	29 a 3	29 a 4
Canavieira	28 a 35	28 a 1	28 a 2
Canto do Buriti	30 a 34	29 a 35	29 a 36
Capitão de Campos	31 a 1	31 a 3	30 a 4
Caracol	30 a 33	29 a 35	29 a 36
Caraúbas do Piauí	31 a 4	30 a 5	30 a 6
Caridade do Piauí	30 a 36	30 a 2	29 a 3
Castelo do Piauí	31 a 1	30 a 2	30 a 3
Caxingó	31 a 4	31 a 4	30 a 5
Cocal	33 a 4	32 a 5	31 a 6
Cocal de Telha	31 a 1	30 a 3	30 a 4
Cocal dos Alves	32 a 4	31 a 4	31 a 5
Coivaras	30 a 1	29 a 2	29 a 3
Colônia do Gurguéia	30 a 36	29 a 1	29 a 2
Colônia do Piauí	29 a 33	29 a 36	29 a 1
Conceição do Canindé		31 a 2	31 a 3
Corrente	28 a 35	28 a 36	28 a 1
Cristalândia do Piauí	28 a 34	28 a 35	28 a 36
Cristino Castro	30 a 36	29 a 1	29 a 2
Curimatá	29 a 36	28 a 36	28 a 1
Currais	29 a 36	28 a 36	28 a 1
Curral Novo do Piauí	30 a 1	29 a 3	28 a 4
Curralinhos	29 a 1	29 a 3	29 a 3
Demerval Lobão	30 a 1	29 a 2	29 a 3
Dirceu Arcoverde		33 a 35	31 a 36
Dom Expedito Lopes	30 a 35	29 a 36	29 a 1
Domingos Mourão	31 a 4	31 a 4	31 a 4
Elesbão Veloso	30 a 1	29 a 3	29 a 4
Eliseu Martins	29 a 33	29 a 35	28 a 2
Esperantina	31 a 4	30 a 6	30 a 6
Fartura do Piauí		29 a 35	29 a 36
Flores do Piauí	32 a 33	29 a 35	29 a 36
Floresta do Piauí	33 a 35	31 a 36	30 a 1
Floriano	29 a 36	28 a 1	28 a 2
Francinópolis	30 a 36	29 a 2	29 a 3
Francisco Ayres	29 a 36	29 a 1	29 a 2
Francisco Macedo	35 a 36	33 a 2	30 a 3
Francisco Santos		31 a 36	30 a 1
Fronteiras		33 a 36	32 a 2
Geminiano		31 a 2	31 a 3
Gilbués	28 a 35	28 a 1	28 a 2
Guadalupe	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Guaribas	30 a 33	29 a 35	29 a 36
Hugo Napoleão	30 a 1	29 a 2	29 a 2
Ilha Grande	33 a 4	32 a 4	32 a 4
Inhuma	29 a 35	29 a 2	29 a 2
Ipiranga do Piauí	29 a 35	29 a 36	29 a 1
Isaías Coelho		31 a 36	31 a 2
Itainópolis		31 a 36	31 a 2
Itaueira	28 a 34	28 a 36	28 a 2
Jacobina do Piauí		31 a 2	30 a 3
Jaicós	31 a 36	31 a 2	30 a 3
Jardim do Mulato	30 a 36	29 a 1	29 a 2
Jatobá do Piauí	31 a 1	30 a 3	30 a 3
Jerumenha	28 a 36	28 a 1	28 a 2
João Costa		33 a 35	32 a 36
Joaquim Pires	31 a 4	30 a 5	30 a 6
Joca Marques	31 a 4	30 a 6	30 a 6
José de Freitas	30 a 4	29 a 4	29 a 5
Juazeiro do Piauí	31 a 1	31 a 2	30 a 3
Júlio Borges	28 a 35	28 a 36	28 a 36
Jurema	30 a 33	29 a 35	29 a 36
Lagoa Alegre	30 a 4	29 a 5	29 a 6
Lagoa de São Francisco	31 a 4	30 a 4	30 a 5
Lagoa do Piauí	30 a 1	29 a 3	29 a 3
Lagoa do Sítio	29 a 1	29 a 2	29 a 2
Lagoinha do Piauí	30 a 1	29 a 2	29 a 2
Landri Sales	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Luís Correia	33 a 4	32 a 4	32 a 5
Luzilândia	31 a 4	30 a 6	30 a 6
Madeiro	31 a 4	30 a 6	30 a 6
Manoel Emídio	29 a 34	29 a 1	29 a 2
Marcolândia		30 a 1	29 a 2
Marcos Parente	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Massapê do Piauí	30 a 36	30 a 2	30 a 3
Matias Olímpio	31 a 4	30 a 6	30 a 6
Miguel Alves	29 a 4	29 a 6	29 a 6
Miguel Leão	30 a 1	29 a 2	29 a 3
Milton Brandão	31 a 1	31 a 3	31 a 3
Monsenhor Gil	29 a 1	29 a 3	29 a 4
Monsenhor Hipólito		31 a 36	31 a 1
Monte Alegre do Piauí	28 a 35	28 a 36	28 a 2
Morro Cabeça no Tempo	29 a 36	28 a 1	28 a 1
Morro do Chapéu do Piauí	31 a 4	30 a 6	30 a 6
Murici dos Portelas	31 a 4	31 a 4	30 a 5
Nazaré do Piauí	29 a 36	29 a 1	28 a 2
Nossa Senhora de Nazaré	30 a 4	29 a 4	29 a 4
Nossa Senhora dos Remédios	30 a 4	30 a 6	30 a 6
Nova Santa Rita		33 a 34	32 a 36
Novo Oriente do Piauí	30 a 36	29 a 1	29 a 2
Novo Santo Antônio	31 a 1	30 a 2	30 a 3
Oeiras	29 a 35	29 a 36	29 a 1
Olho d'Água do Piauí	30 a 1	29 a 2	29 a 2
Padre Marcos	34 a 1	32 a 3	30 a 4
Paes Landim	33 a 36	33 a 02	31 a 3
Pajeú do Piauí		30 a 35	29 a 36
Palmeira do Piauí	29 a 36	28 a 36	28 a 1
Palmeirais	29 a 1	29 a 2	29 a 3
Paquetá	29 a 36	29 a 1	29 a 3
Parnaguá	28 a 34	28 a 36	28 a 1
Parnaíba	33 a 4	32 a 4	32 a 5
Passagem Franca do Piauí	29 a 1	29 a 3	29 a 4
Patos do Piauí	30 a 36	30 a 2	29 a 3
Pau d'Arco do Piauí	30 a 1	29 a 2	29 a 3
Paulistana		34 a 36	34 a 2
Pavussu	30 a 33	29 a 35	28 a 36
Pedro II	31 a 4	31 a 4	31 a 4
Pedro Laurentino		33 a 2	31 a 3
Picos		31 a 2	31 a 3
Pimenteiras	31 a 35	30 a 36	30 a 1
Pio IX		31 a 36	31 a 1
Piracuruca	31 a 4	31 a 4	31 a 5
Piripiri	31 a 4	30 a 4	30 a 5
Porto	30 a 4	30 a 6	29 a 6
Porto Alegre do Piauí	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Prata do Piauí	29 a 1	29 a 2	29 a 3
Redenção do Gurguéia	29 a 36	28 a 2	28 a 2
Regeneração	30 a 36	29 a 1	29 a 2
Riacho Frio	28 a 35	28 a 35	28 a 2
Ribeira do Piauí	30 a 33	29 a 35	29 a 2
Ribeiro Gonçalves	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Rio Grande do Piauí	30 a 33	29 a 35	29 a 36
Santa Cruz do Piauí	32 a 36	29 a 01	29 a 3
Santa Cruz dos Milagres	33 a 1	30 a 2	30 a 3
Santa Filomena	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Santa Luz	30 a 36	29 a 2	28 a 2
Santa Rosa do Piauí	30 a 35	29 a 36	29 a 1
Santana do Piauí		31 a 36	30 a 1
Santo Antônio de Lisboa		31 a 36	30 a 1
Santo Antônio dos Milagres	30 a 1	29 a 2	29 a 2
Santo Inácio do Piauí		31 a 36	30 a 1
São Braz do Piauí	30 a 33	29 a 36	29 a 36
São Félix do Piauí	31 a 1	30 a 2	29 a 3
São Francisco do Piauí	29 a 35	29 a 36	28 a 1
São Gonçalo do Gurguéia	28 a 35	28 a 36	28 a 1
São Gonçalo do Piauí	30 a 1	29 a 2	29 a 2
São João da Canabrava	31 a 36	30 a 1	30 a 2
São João da Fronteira	31 a 4	31 a 4	31 a 4
São João da Serra	34 a 1	30 a 2	30 a 3
São João da Varjota	29 a 35	29 a 36	29 a 1
São João do Arraial	31 a 4	30 a 6	30 a 6
São João do Piauí			31 a 34
São José do Divino	31 a 4	30 a 4	30 a 5
São José do Peixe	30 a 36	29 a 36	29 a 1
São José do Piauí	31 a 35	30 a 36	30 a 1
São Julião		33 a 36	32 a 1
São Lourenço do Piauí		31 a 35	31 a 2
São Luis do Piauí		30 a 36	30 a 1
São Miguel da Baixa Grande	29 a 1	29 a 2	29 a 3
São Miguel do Fidalgo		31 a 36	31 a 2
São Miguel do Tapuio	34 a 36	30 a 1	30 a 2
São Pedro do Piauí	29 a 1	29 a 2	29 a 3
São Raimundo Nonato	31 a 33	30 a 35	30 a 2
Sebastião Barros	28 a 34	28 a 35	28 a 36
Sebastião Leal	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Sigefredo Pacheco	31 a 1	30 a 2	30 a 3
Simões	35 a 1	29 a 03	28 a 4
Simplício Mendes		33 a 2	31 a 3
Socorro do Piauí	30 a 35	30 a 36	29 a 3
Sussuapara		31 a 36	30 a 1
Tamboril do Piauí		31 a 35	30 a 36
Tanque do Piauí	30 a 35	29 a 36	29 a 1
Teresina	29 a 1	29 a 3	29 a 4
União	29 a 4	29 a 5	29 a 5
Uruçuí	28 a 36	28 a 1	28 a 2
Valença do Piauí	29 a 1	29 a 2	29 a 2
Várzea Branca		29 a 36	29 a 2
Várzea Grande	30 a 1	29 a 3	29 a 4
Vera Mendes		31 a 1	31 a 2
Vila Nova do Piauí		32 a 36	31 a 1
Wall Ferraz	32 a 36	29 a 1	29 a 3

PORTARIA Nº 170, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Rio Grande do Norte, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão a produtividade do sorgo é bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de sorgo granífero no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial- utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros das 165 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais, pelo método de Penman-Monteith, nas 5 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica;

d) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes de 50 cm e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3 com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente; e

Nas simulações do balanço hídrico foram utilizados os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por período de semeadura, na fase de florescimento/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: Podium, SHS605 e BM750;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34, PR 401 e FORMOSO;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Ranchero, XB 6022, XB 6020 e Jade;

GRUPO II

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS 570 Astra;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB550, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açu	3 a 6	3 a 8
Afonso Bezerra	3 a 6	3 a 8
Água Nova	2 a 8	1 a 9
Alexandria	2 a 8	2 a 9
Almino Afonso	2 a 7	1 a 8
Alto do Rodrigues		4 a 7
Angicos		3 a 5
Antônio Martins	2 a 7	2 a 9
Apodi	3 a 7	3 a 9
Arês	4 a 15	3 a 15
Baía Formosa	4 a 15	3 a 15
Baraúna	3 a 7	3 a 8
Barcelona	7 a 9	7 a 12
Bodó		5 a 7
Bom Jesus	7 a 10	7 a 13
Brejinho	5 a 15	4 a 15
Caiçara do Norte	4 a 8	4 a 9
Caicó	3 a 4	3 a 6
Campo Grande	3 a 7	3 a 8
Campo Redondo	3 a 5	3 a 8
Canguaretama	4 a 15	3 a 15
Caraúbas	3 a 7	2 a 8
Carnaubais		4 a 7
Ceará-Mirim	4 a 15	3 a 15
Coronel Ezequiel	3 a 5	3 a 8
Coronel João Pessoa	2 a 8	1 a 9
Cruzeta		4 a 6
Doutor Severiano	2 a 8	1 a 9
Encanto	2 a 8	2 a 9
Espírito Santo	4 a 15	4 a 15
Extremoz	4 a 15	3 a 15
Felipe Guerra	3 a 7	3 a 8
Florânia		3 a 7
Francisco Dantas	2 a 7	1 a 8
Frutuoso Gomes	2 a 7	1 a 8
Goianinha	4 a 15	4 a 15
Governador Dix-Sept Rosado	3 a 7	3 a 8
Grossos	3 a 7	3 a 8
Ielmo Marinho	6 a 14	4 a 15
Ipanguaçu	3 a 6	3 a 7
Ipueira	3 a 5	3 a 7
Itajá		3 a 5
Itaú	3 a 7	3 a 8
Jandaíra	4 a 8	4 a 9
Janduís	2 a 8	2 a 9
Januário Cicco	7 a 10	7 a 13
Jardim de Angicos	4 a 8	4 a 9
Jardim de Piranhas	3 a 5	3 a 7
Jardim do Seridó	4 a 5	4 a 7
João Câmara	4 a 8	4 a 9
João Dias	2 a 8	2 a 9
José da Penha	1 a 8	1 a 9
Jucurutu	3 a 5	3 a 7
Jundiá	4 a 12	4 a 14
Lagoa d'Anta		10 a 11
Lagoa de Pedras	6 a 15	5 a 15
Lagoa de Velhos	7 a 10	7 a 13
Lagoa Nova	3 a 4	3 a 7
Lagoa Salgada	7 a 12	6 a 13
Lajes Pintadas		4 a 7
Lucrécia	2 a 8	1 a 8
Luís Gomes	1 a 8	1 a 9
Macaíba	4 a 15	4 a 15
Macau		4 a 7
Major Sales	1 a 8	1 a 9
Marcelino Vieira	2 a 8	1 a 9
Martins	1 a 8	1 a 9
Maxaranguape	4 a 15	4 a 15
Messias Targino	2 a 7	2 a 8
Montanhas	6 a 15	6 a 15
Monte Alegre	5 a 15	5 a 15
Mossoró	3 a 7	3 a 8
Nísia Floresta	4 a 15	3 a 15
Nova Cruz	6 a 12	6 a 15
Olho-d'Água do Borges	2 a 8	2 a 8
Ouro Branco		4 a 6
Paraná	1 a 8	1 a 8
Paraú	3 a 7	3 a 7
Parazinho		6 a 8
Parnamirim	4 a 15	4 a 15
Passa e Fica		6 a 12
Passagem	4 a 13	4 a 15
Patu	1 a 8	1 a 8
Pau dos Ferros	2 a 7	2 a 8
Pedra Grande		5 a 7
Pedra Preta	4 a 8	4 a 9
Pedro Avelino	3 a 5	3 a 8
Pedro Velho	4 a 15	4 a 15
Pendências		4 a 7
Pilões	2 a 7	2 a 7
Poço Branco		5 a 7
Portalegre	1 a 8	1 a 8
Presidente Juscelino	7 a 10	7 a 13
Pureza	4 a 13	4 a 15
Rafael Fernandes	2 a 8	2 a 8
Rafael Godeiro	2 a 8	1 a 8
Riacho da Cruz	3 a 8	2 a 8
Riacho de Santana	1 a 8	1 a 8
Riachuelo	5 a 6	5 a 11
Rio do Fogo	4 a 15	4 a 15
Rodolfo Fernandes	2 a 8	2 a 8
Ruy Barbosa	5 a 7	5 a 13
Santana do Matos		3 a 7
Santo Antônio	6 a 12	5 a 15
São Fernando	3 a 4	3 a 7
São Francisco do Oeste	2 a 8	2 a 8
São Gonçalo do Amarante	3 a 15	3 a 15
São João do Sabugi	3 a 4	3 a 6
São José de Mipibu	4 a 15	4 a 15
São José do Seridó		4 a 5
São Miguel	2 a 8	1 a 9
São Miguel do Gostoso		5 a 8
São Paulo do Potengi	5 a 6	5 a 11
São Pedro	5 a 6	5 a 11
São Rafael	3 a 4	3 a 7
São Tomé		4 a 7
Senador Elói de Souza	7 a 10	7 a 13
Senador Georgino Avelino	4 a 15	3 a 15
Serra Negra do Norte	3 a 5	2 a 7
Serrinha	7 a 8	6 a 12
Serrinha dos Pintos	2 a 8	1 a 8
Severiano Melo	3 a 7	3 a 8
Sítio Novo		4 a 7
Taboleiro Grande	2 a 7	2 a 8
Taipu	5 a 7	5 a 13
Tenente Ananias	2 a 7	1 a 8
Tibau do Sul	4 a 15	3 a 15
Timbaúba dos Batistas	3 a 5	3 a 6
Touros	4 a 15	4 a 15
Triunfo Potiguar	3 a 7	3 a 8
Umarizal	1 a 7	1 a 8
Upanema	3 a 7	3 a 8
Várzea	5 a 15	4 a 15
Venha-Ver	1 a 8	1 a 9
Vera Cruz	6 a 15	5 a 15
Viçosa	1 a 8	1 a 9
Vila Flor	4 a 15	3 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açu	4 a 5	3 a 8
Afonso Bezerra		3 a 8
Água Nova	2 a 8	1 a 9
Alexandria	2 a 8	2 a 9
Almino Afonso	2 a 7	1 a 8
Alto do Rodrigues		4 a 7
Angicos		3 a 5
Antônio Martins	2 a 7	2 a 9
Apodi	3 a 7	3 a 9
Arês	4 a 15	3 a 15
Baía Formosa	4 a 15	3 a 15
Baraúna	3 a 7	3 a 8

Barcelona	7 a 9	7 a 12
Bodó		5 a 7
Bom Jesus	7 a 10	7 a 13
Brejinho	5 a 15	4 a 15
Caiçara do Norte	4 a 8	4 a 9
Caicó		3 a 6
Campo Grande	3 a 7	3 a 8
Campo Redondo		5 a 8
Canguaretama	4 a 15	3 a 15
Caraúbas	3 a 7	2 a 8
Carnaubais		4 a 7
Ceará-Mirim	4 a 15	3 a 15
Coronel Ezequiel	3 a 5	3 a 8
Coronel João Pessoa	2 a 8	1 a 9
Cruzeta		4 a 6
Doutor Severiano	2 a 8	1 a 9
Encanto	2 a 8	2 a 9
Espírito Santo	4 a 15	4 a 15
Extremoz	4 a 15	3 a 15
Felipe Guerra		3 a 8
Florânia		3 a 7
Francisco Dantas	2 a 7	1 a 8
Frutuoso Gomes	2 a 7	1 a 8
Goianinha	4 a 15	4 a 15
Governador Dix-Sept Rosado		3 a 8

Grossos		3 a 8
Ielmo Marinho	6 a 14	4 a 15
Ipanguaçu		3 a 7
Ipueira		3 a 7
Itajá		3 a 5
Itaú	3 a 6	3 a 7
Jandaíra		4 a 9
Janduís	2 a 8	2 a 9
Januário Cicco	7 a 10	7 a 13
Jardim de Angicos		4 a 9
Jardim de Piranhas		3 a 7
Jardim do Seridó		4 a 7
João Câmara	4 a 6	4 a 9
João Dias	2 a 8	2 a 9
José da Penha	1 a 8	1 a 9
Jucurutu		3 a 7
Jundiá	4 a 12	4 a 14
Lagoa d'Anta		10 a 11
Lagoa de Pedras	6 a 15	5 a 15
Lagoa de Velhos	7 a 10	7 a 13
Lagoa Nova		3 a 7
Lagoa Salgada	7 a 12	6 a 13
Lajes Pintadas		4 a 7
Lucrécia	2 a 8	1 a 8
Luís Gomes	2 a 8	1 a 9
Macaíba	4 a 15	4 a 15
Macau		4 a 7
Major Sales	1 a 8	1 a 9
Marcelino Vieira	2 a 8	1 a 9
Martins	1 a 8	1 a 9
Maxaranguape	4 a 15	4 a 15
Messias Targino	2 a 7	2 a 8
Montanhas	6 a 15	6 a 15
Monte Alegre	5 a 15	5 a 15
Mossoró		3 a 8
Nísia Floresta	4 a 15	3 a 15
Nova Cruz	6 a 12	6 a 15
Olho-d'Água do Borges	2 a 8	2 a 8
Ouro Branco		4 a 6
Paraná	1 a 8	1 a 8
Paraú	3 a 6	3 a 7
Parazinho		6 a 8
Parnamirim	4 a 15	4 a 15
Passa e Fica		6 a 12
Passagem	4 a 13	4 a 15
Patu	1 a 8	1 a 8
Pau dos Ferros	2 a 7	2 a 8
Pedra Grande		5 a 7
Pedra Preta		4 a 9
Pedro Avelino		3 a 8
Pedro Velho	4 a 15	4 a 15
Pendências		4 a 7
Pilões	2 a 7	2 a 7
Poço Branco		5 a 7
Portalegre	1 a 8	1 a 8
Presidente Juscelino	7 a 10	7 a 13
Pureza	4 a 13	4 a 15
Rafael Fernandes	2 a 8	2 a 8
Rafael Godeiro	2 a 8	1 a 8
Riacho da Cruz	3 a 8	2 a 8
Riacho de Santana	2 a 8	1 a 8
Riachuelo		5 a 11
Rio do Fogo	4 a 15	4 a 15
Rodolfo Fernandes	2 a 8	2 a 8
Ruy Barbosa	5 a 7	5 a 13
Santana do Matos		3 a 7
Santo Antônio	6 a 12	5 a 15
São Fernando		3 a 7
São Francisco do Oeste	2 a 8	2 a 8
São Gonçalo do Amarante	3 a 15	3 a 15
São João do Sabugi		3 a 6
São José de Mipibu	4 a 15	4 a 15
São José do Seridó		4 a 5
São Miguel	2 a 7	1 a 8
São Miguel do Gostoso		5 a 8
São Paulo do Potengi		5 a 11
São Pedro		5 a 11
São Rafael		3 a 7
São Tomé		4 a 7
Senador Elói de Souza	7 a 10	7 a 13
Senador Georgino Avelino	4 a 15	3 a 15
Serra Negra do Norte	5 a 6	2 a 7
Serrinha	7 a 8	6 a 12
Serrinha dos Pintos	2 a 8	1 a 8
Severiano Melo	3 a 7	3 a 8
Sítio Novo		4 a 7
Taboleiro Grande	2 a 7	2 a 8
Taipu	5 a 7	5 a 13
Tenente Ananias	2 a 7	1 a 8
Tibau do Sul	4 a 15	3 a 15
Timbaúba dos Batistas		3 a 6
Touros	4 a 15	4 a 15
Triunfo Potiguar	3 a 7	3 a 8
Umarizal	1 a 7	1 a 8
Upanema	3 a 7	3 a 8
Várzea	5 a 15	4 a 15
Venha-Ver	1 a 8	1 a 9
Vera Cruz	6 a 15	5 a 15
Viçosa	1 a 8	1 a 9
Vila Flor	4 a 15	3 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açu		3 a 8
Afonso Bezerra		3 a 8
Água Nova	2 a 8	1 a 9
Alexandria	2 a 8	2 a 9
Almino Afonso	2 a 7	1 a 8
Alto do Rodrigues		4 a 7
Angicos		3 a 5
Antônio Martins	2 a 7	2 a 9
Apodi	4 a 5	3 a 9
Arês	4 a 15	3 a 15
Baía Formosa	4 a 15	3 a 15
Baraúna		3 a 8
Barcelona		7 a 12
Bodó		5 a 7
Bom Jesus	7 a 9	7 a 13
Brejinho	5 a 15	4 a 15
Caiçara do Norte		4 a 9
Caicó		3 a 6
Campo Grande		3 a 8
Campo Redondo		5 a 8
Canguaretama	4 a 15	3 a 15
Caraúbas	4 a 5	2 a 8
Carnaubais		4 a 7
Ceará-Mirim	4 a 15	3 a 15
Coronel Ezequiel	3 a 5	3 a 8
Coronel João Pessoa	2 a 8	1 a 9
Cruzeta		4 a 5
Doutor Severiano	2 a 8	1 a 9
Encanto	2 a 8	2 a 9
Espírito Santo	4 a 15	4 a 15
Extremoz	4 a 15	3 a 15
Felipe Guerra		3 a 8
Florânia		3 a 7
Francisco Dantas	4 a 6	1 a 8
Frutuoso Gomes	4 a 6	1 a 8
Goianinha	4 a 15	4 a 15
Governador Dix-Sept Rosado		3 a 8
Grossos		3 a 8
Ielmo Marinho	6 a 14	4 a 15
Ipanguaçu		3 a 7
Ipueira		3 a 7
Itajá		3 a 5
Itaú	3 a 6	3 a 7
Jandaíra	4 a 6	4 a 9
Janduís	2 a 6	2 a 9
Januário Cicco	7 a 10	7 a 13
Jardim de Angicos		4 a 8
Jardim de Piranhas		3 a 7
Jardim do Seridó		4 a 7
João Câmara	5 a 7	4 a 9
João Dias	2 a 8	2 a 9
José da Penha	1 a 8	1 a 9
Jucurutu	5 a 6	3 a 7
Jundiá	4 a 12	4 a 14
Lagoa d'Anta		10 a 11
Lagoa de Pedras	6 a 12	5 a 15
Lagoa de Velhos	7 a 9	7 a 13
Lagoa Nova		3 a 7
Lagoa Salgada	7 a 10	6 a 13
Lajes Pintadas		4 a 7
Lucrécia	2 a 8	1 a 8
Luís Gomes	2 a 8	1 a 9
Macaíba	4 a 15	4 a 15
Macau		4 a 7
Major Sales	1 a 8	1 a 9
Marcelino Vieira	2 a 8	1 a 9
Martins	1 a 8	1 a 9
Maxaranguape	4 a 15	4 a 15
Messias Targino	2 a 5	2 a 8
Montanhas	6 a 15	6 a 15
Monte Alegre	5 a 15	5 a 15
Mossoró		3 a 8
Nísia Floresta	4 a 15	3 a 15
Nova Cruz	6 a 12	6 a 15
Olho-d'Água do Borges	2 a 8	2 a 8
Ouro Branco		4 a 6
Paraná	1 a 8	1 a 8
Paraú	5 a 6	3 a 7
Parazinho		6 a 8
Parnamirim	4 a 15	4 a 15
Passa e Fica		6 a 12
Passagem	4 a 10	4 a 15
Patu	1 a 8	1 a 8
Pau dos Ferros	2 a 7	2 a 8
Pedra Grande		5 a 7
Pedra Preta		4 a 9
Pedro Avelino		3 a 8
Pedro Velho	4 a 15	4 a 15
Pendências		4 a 7
Pilões	2 a 7	2 a 7
Poço Branco		5 a 7
Portalegre	1 a 8	1 a 8
Presidente Juscelino	7 a 9	7 a 13
Pureza	4 a 13	4 a 15
Rafael Fernandes	2 a 8	2 a 8
Rafael Godeiro	2 a 8	1 a 8
Riacho da Cruz	3 a 8	2 a 8
Riacho de Santana	1 a 8	1 a 8
Riachuelo	5 a 6	5 a 11
Rio do Fogo	4 a 15	4 a 15
Rodolfo Fernandes	2 a 8	2 a 8
Ruy Barbosa		5 a 13
Santana do Matos		3 a 7
Santo Antônio	6 a 9	5 a 15
São Fernando		3 a 7
São Francisco do Oeste	2 a 7	2 a 8
São Gonçalo do Amarante	3 a 15	3 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São João do Sabugi		3 a 6
São José de Mipibu	4 a 15	4 a 15
São José do Seridó		4 a 5
São Miguel	2 a 8	1 a 8
São Miguel do Gostoso		5 a 8
São Paulo do Potengi		5 a 11
São Pedro		5 a 11
São Rafael		3 a 7
São Tomé		4 a 7
Senador Elói de Souza	7 a 10	7 a 13
Senador Georgino Avelino	4 a 15	3 a 15
Serra Negra do Norte		2 a 7
Serrinha	7 a 8	6 a 12
Serrinha dos Pintos	2 a 8	1 a 8
Severiano Melo	3 a 7	3 a 8
Sítio Novo		4 a 7
Tabuleiro Grande	2 a 7	2 a 8
Taipu	5 a 7	5 a 13
Tenente Ananias	2 a 7	1 a 8
Tibau do Sul	4 a 15	3 a 15
Timbaúba dos Batistas	3 a 5	3 a 6
Touros	4 a 15	4 a 15
Triunfo Potiguar		3 a 8
Umarizal		1 a 8
Upanema	3 a 7	3 a 8
Várzea	5 a 15	4 a 15
Venha-Ver	1 a 8	1 a 9
Vera Cruz	6 a 15	5 a 15
Viçosa	1 a 8	1 a 9
Vila Flor	4 a 15	3 a 15

PORTARIA Nº 171, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Sergipe, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo clima quente para expressar seu potencial de produção.

A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão, dependendo do local de produção, a produtividade pode ser bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, com menor risco climático para o cultivo de sorgo granífero no Estado.

A definição das áreas de risco climático foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de floração/enchimento de grãos, considerada a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

A análise hídrica foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fonológicas, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos.

Foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

Foram indicados os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 na fase de floração/enchimento dos grãos, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 80G20, AGROMEN 70G70, 70G15, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34, PR 401 e FORMOSO;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020;

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304 e BRS 310;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS 4420, DKB550, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, K200, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Amparo de São Francisco	11 a 16	11 a 17
Aquidabã	11 a 16	10 a 18
Aracaju	10 a 17	10 a 18
Arauá	10 a 18	10 a 18
Areia Branca	11 a 17	10 a 18
Barra dos Coqueiros	11 a 17	10 a 18
Boquim	11 a 17	10 a 18
Brejo Grande	14 a 17	14 a 18
Campo do Brito	11 a 17	10 a 18
Canhoba	11 a 16	11 a 17
Canindé de São Francisco	11 a 14	10 a 15
Capela	10 a 17	10 a 18
Carira	10 a 18	10 a 18
Carmópolis	11 a 16	10 a 18
Cedro de São João	11 a 16	10 a 17
Cristinápolis	11 a 17	10 a 18
Cumbe	10 a 18	10 a 18
Divina Pastora	10 a 17	10 a 18
Estância	13 a 18	13 a 18
Feira Nova	10 a 18	10 a 18
Frei Paulo	10 a 17	10 a 18
Gararu	11 a 14	11 a 15
General Maynard	11 a 16	10 a 18
Gracho Cardoso	11 a 17	10 a 18
Ilha das Flores	12 a 17	11 a 18
Indiaroba	13 a 18	13 a 18
Itabaiana	10 a 17	10 a 18
Itabaianinha	11 a 17	10 a 18
Itabi	11 a 16	11 a 17
Itaporanga d'Ajuda	13 a 17	13 a 18
Japaratuba	10 a 16	10 a 18
Japoatã	11 a 16	10 a 18
Lagarto	11 a 17	10 a 18
Laranjeiras	11 a 17	10 a 18
Macambira	10 a 17	10 a 18
Malhada dos Bois	11 a 16	10 a 18
Malhador	11 a 17	10 a 18
Maruim	11 a 16	10 a 18
Moita Bonita	10 a 17	10 a 18
Monte Alegre de Sergipe	11 a 15	10 a 16
Muribeca	11 a 17	10 a 18
Neópolis	12 a 15	11 a 17
Nossa Senhora Aparecida	10 a 18	10 a 18
Nossa Senhora da Glória	11 a 18	10 a 18
Nossa Senhora das Dores	10 a 17	10 a 18
Nossa Senhora de Lourdes	11 a 16	11 a 17
Nossa Senhora do Socorro	10 a 17	10 a 18
Pacatuba	14 a 17	14 a 18
Pedra Mole	11 a 17	10 a 18
Pedrinhas	11 a 17	10 a 18
Pinhão	11 a 17	10 a 18
Pirambu	14 a 17	14 a 18
Poço Redondo	11 a 14	10 a 15
Poço Verde	12 a 16	11 a 17
Porto da Folha	11 a 14	10 a 15
Propriá	11 a 16	11 a 17
Riachão do Dantas	11 a 16	11 a 18
Riachuelo	11 a 17	10 a 18
Ribeirópolis	10 a 18	10 a 18
Rosário do Catete	11 a 16	10 a 18
Salgado	10 a 17	10 a 18
Santa Luzia do Itanhy	10 a 18	10 a 18
Santa Rosa de Lima	10 a 17	10 a 18
Santana do São Francisco	12 a 15	11 a 17
Santo Amaro das Brotas	11 a 16	10 a 18
São Cristóvão	10 a 17	10 a 18
São Domingos	11 a 17	10 a 18
São Francisco	11 a 16	10 a 18
São Miguel do Aleixo	10 a 18	10 a 18
Simão Dias	12 a 16	10 a 18
Siriri	10 a 17	10 a 18
Telha	11 a 16	11 a 17
Tobias Barreto	12 a 16	11 a 17
Tomar do Geru	12 a 17	10 a 18
Umbaúba	11 a 17	10 a 18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Amparo de São Francisco	11 a 15	11 a 16
Aquidabã	11 a 15	10 a 17
Aracaju	10 a 16	10 a 17
Arauá	10 a 16	10 a 17
Areia Branca	10 a 16	10 a 17
Barra dos Coqueiros	11 a 16	10 a 17
Boquim	10 a 16	10 a 17
Brejo Grande	14 a 16	14 a 16
Campo do Brito	11 a 16	10 a 17
Canhoba	11 a 15	11 a 16
Capela	10 a 16	10 a 17
Carira	10 a 17	10 a 17
Carmópolis	11 a 15	10 a 17
Cedro de São João	11 a 15	10 a 16
Cristinápolis	11 a 16	10 a 17
Cumbe	10 a 17	10 a 18
Divina Pastora	10 a 16	10 a 17
Estância	13 a 16	13 a 17
Feira Nova	10 a 17	10 a 18
Frei Paulo	10 a 16	10 a 18
General Maynard	11 a 15	10 a 17
Gracho Cardoso	11 a 16	10 a 17
Ilha das Flores	12 a 16	11 a 16
Indiaroba	13 a 16	13 a 17
Itabaiana	10 a 16	10 a 17
Itabaianinha	11 a 16	10 a 17
Itabi	11 a 15	11 a 16
Itaporanga d'Ajuda	13 a 16	13 a 17
Japaratuba	10 a 15	10 a 17
Japoatã	11 a 15	10 a 17
Lagarto	11 a 16	10 a 17
Laranjeiras	11 a 16	10 a 17
Macambira	10 a 16	10 a 17
Malhada dos Bois	11 a 15	10 a 17
Malhador	10 a 16	10 a 17
Maruim	11 a 15	10 a 17
Moita Bonita	10 a 16	10 a 17
Muribeca	11 a 16	10 a 17
Neópolis	12 a 15	11 a 16
Nossa Senhora Aparecida	10 a 17	10 a 18
Nossa Senhora da Glória	11 a 17	10 a 18
Nossa Senhora das Dores	10 a 17	10 a 18
Nossa Senhora de Lourdes	11 a 15	11 a 16
Nossa Senhora do Socorro	10 a 16	10 a 17
Pacatuba	14 a 16	14 a 16
Pedra Mole	11 a 16	10 a 17
Pedrinhas	11 a 16	10 a 17
Pinhão	11 a 16	10 a 17
Pirambu	14 a 16	14 a 17
Poço Verde	12 a 15	11 a 16
Propriá	11 a 15	11 a 16
Riachão do Dantas	11 a 15	11 a 17
Riachuelo	11 a 16	10 a 17
Ribeirópolis	10 a 17	10 a 18
Rosário do Catete	11 a 15	10 a 17
Salgado	10 a 16	10 a 17
Santa Luzia do Itanhy	10 a 16	10 a 17
Santa Rosa de Lima	10 a 16	10 a 17
Santana do São Francisco	12 a 15	11 a 16
Santo Amaro das Brotas	11 a 15	10 a 17
São Cristóvão	10 a 16	10 a 17
São Domingos	11 a 16	10 a 17
São Francisco	11 a 15	10 a 17
São Miguel do Aleixo	10 a 17	10 a 18
Simão Dias	12 a 15	10 a 17
Siriri	10 a 16	10 a 17
Telha	11 a 15	11 a 16
Tobias Barreto	12 a 15	11 a 16
Tomar do Geru	12 a 16	10 a 17
Umbaúba	11 a 16	10 a 17

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Amparo de São Francisco	11 a 15	11 a 16
Aquidabã	11 a 15	10 a 17
Aracaju	10 a 16	10 a 17
Arauá	10 a 17	10 a 17
Areia Branca	11 a 16	10 a 17
Barra dos Coqueiros	11 a 16	11 a 17
Boquim	10 a 16	10 a 17
Brejo Grande	14 a 16	14 a 16
Campo do Brito	11 a 16	10 a 17
Canhoba	11 a 15	11 a 16
Capela	10 a 16	10 a 17
Carira	10 a 17	10 a 17
Carmópolis	11 a 15	10 a 17
Cedro de São João	11 a 15	10 a 16
Cristinápolis	11 a 16	10 a 17
Cumbe	11 a 16	10 a 18
Divina Pastora	10 a 16	10 a 17
Estância	13 a 17	13 a 17
Feira Nova	10 a 16	10 a 18
Frei Paulo	10 a 16	10 a 18
General Maynard	11 a 15	10 a 17
Gracho Cardoso	11 a 16	10 a 17
Ilha das Flores	12 a 16	11 a 16
Indiaroba	13 a 17	13 a 17
Itabaiana	10 a 16	10 a 17
Itabaianinha	11 a 16	10 a 17
Itabi	11 a 15	11 a 16
Itaporanga d'Ajuda	13 a 16	13 a 17
Japaratuba	10 a 15	10 a 17
Japoatã	11 a 15	10 a 17
Lagarto	11 a 16	10 a 17
Laranjeiras	11 a 16	10 a 17
Macambira	10 a 16	10 a 17
Malhada dos Bois	11 a 15	10 a 17
Malhador	10 a 16	10 a 17
Maruim	11 a 15	10 a 17
Moita Bonita	10 a 16	10 a 17
Muribeca	11 a 16	10 a 17
Neópolis	12 a 15	11 a 16
Nossa Senhora Aparecida	10 a 17	10 a 18
Nossa Senhora da Glória	11 a 17	10 a 18
Nossa Senhora das Dores	10 a 16	10 a 18
Nossa Senhora de Lourdes	11 a 15	11 a 16
Nossa Senhora do Socorro	10 a 16	10 a 17
Pacatuba	14 a 16	14 a 16
Pedra Mole	11 a 16	10 a 17
Pedrinhas	11 a 16	10 a 17
Pinhão	11 a 16	10 a 17
Pirambu	14 a 16	14 a 17
Poço Verde	12 a 15	11 a 16
Propriá	11 a 15	11 a 16
Riachão do Dantas	11 a 15	11 a 17
Riachuelo	11 a 16	10 a 17
Ribeirópolis	10 a 17	10 a 18
Rosário do Catete	11 a 15	10 a 17
Salgado	10 a 16	10 a 17
Santa Luzia do Itanhy	10 a 17	10 a 17
Santa Rosa de Lima	10 a 16	10 a 17
Santana do São Francisco	12 a 15	11 a 16
Santo Amaro das Brotas	11 a 15	10 a 17
São Cristóvão	10 a 16	10 a 17
São Domingos	11 a 16	10 a 17
São Francisco	11 a 15	10 a 17
São Miguel do Aleixo	10 a 17	10 a 18
Simão Dias	12 a 15	10 a 17
Siriri	10 a 16	10 a 17
Telha	11 a 15	11 a 16
Tobias Barreto	12 a 15	11 a 16
Tomar do Geru	12 a 16	10 a 17
Umbaúba	11 a 16	10 a 17

PORTARIA Nº 172, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de sorgo granífero no Estado de Tocantins, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo clima quente para expressar seu potencial de produção.

A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Apesar de resistente à seca, a ocorrência de déficits hídricos, principalmente na fase de florescimento e de enchimento de grãos, pode provocar redução acentuada na produção.

Nas semeaduras tardias e nos cultivos após uma safra de verão, dependendo do local de produção, a produtividade pode ser bastante afetada pelo regime de chuvas, pelas limitações de radiação solar e pelas temperaturas baixas durante o final do ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, com menor risco climático para o cultivo de sorgo granífero no Estado.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura para períodos decendiais de semeadura. Para cada período, fase fenológica e local da estação pluviométrica foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

Foram consideradas as seguintes variáveis: precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, coeficiente de cultura (Kc), ciclos e fases fonológicas das cultivares e a capacidade de água disponível dos solos.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica; e

Foram adotados os seguintes critérios para o cultivo do sorgo em condição de baixo risco:

- ISNA maior ou igual a 0,50 na fase de crescimento/enchimento de grãos; e
- Temperatura máxima (média) na fase de florescimento e produção igual ou inferior a 32 ºC.

Foram indicados os municípios que apresentaram, no mínimo, 20% de seu território em condições de baixo risco climático, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 123 e ADV2499;

AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA: AGROMEN 70G35, Agromen 8040, AGROMEN 80G80, 40P50, AGROMEN 70G70, AGROMEN 90G10 e AGROMEN 90G45;

ATLANTICA SEMENTES S.A.: Buster, Chopper, ENFORCER, FOX, JOWAR FOOD II, JOWAR SHORT, MR. 43, SG 11001, ATX1S e CRACKA;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G222, 1G233, Dow 1G100, Dow 1G220, 1G244, Dow 1G282, 50A10, 50A50, 50A70, SS302, 50A40, 50A60, 1G245, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS605;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 7301011;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 40G34 e PR 401;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: A 6304, A 9904, Jade, Ranchero, XB 6022 e XB 6020.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV 2800;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: SP 2R02;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 304;

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: FORMOSO;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB550, DKB 540, AG 1080, DKB 590, AS 4639, AG1090, AG1085, AS4650 e DKB530;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Precioso.

GRUPO III

MONSANTO DO BRASIL LTDA: Volumax e K200;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Catissorgo.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abreulândia	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Aguiarnópolis	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Aliança do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Almas	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Alvorada	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Ananás	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Angico	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Aparecida do Rio Negro	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Aragominas	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Araguacema	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Araguaçu	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Araguaína	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Araguanã	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Araguatins	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Arapoema	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Arraias	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Augustinópolis	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Aurora do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Axixá do Tocantins	01 a 07	01 a 07	01 a 08
Babaçulândia	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Bandeirantes do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Barra do Ouro	01 a 06	01 a 07	01 a 07
Barrolândia	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Bernardo Sayão	01 a 07	01 a 07	01 a 09
Bom Jesus do Tocantins	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Brasilândia do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Brejinho de Nazaré	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Buriti do Tocantins	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Cachoeirinha	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Campos Lindos	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Cariri do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Carmolândia	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Carrasco Bonito	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Caseara	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Centenário	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Chapada da Natividade	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Chapada de Areia	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Colinas do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Colméia	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Combinado	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Conceição do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 07
Couto de Magalhães	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Cristalândia	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Crixás do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Darcinópolis	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Dianópolis	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Divinópolis do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Dois Irmãos do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Dueré	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Esperantina	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Fátima	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Figueirópolis	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Filadélfia	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Formoso do Araguaia	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Fortaleza do Tabocão	01 a 06	01 a 07	01 a 07
Goianorte	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Goiatins	01 a 06	01 a 07	01 a 07
Guaraí	01 a 06	01 a 07	01 a 07
Gurupi	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Ipueiras	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Itacajá	01 a 06	01 a 07	01 a 07
Itaguatins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Itapiratins	01 a 06	01 a 07	01 a 07
Itaporã do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Jaú do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Juarina	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Lagoa da Confusão	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Lagoa do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Lajeado	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Lavandeira	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Lizarda	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Luzinópolis	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Marianópolis do Tocantins	01 a 05	01 a 07	01 a 08
Mateiros	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Maurilândia do Tocantins	01 a 07	01 a 07	01 a 08
Miracema do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Miranorte	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Monte do Carmo	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Monte Santo do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Muricilândia	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Natividade	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Nazaré	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Nova Olinda	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Nova Rosalândia	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Novo Acordo	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Novo Alegre	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Novo Jardim	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Oliveira de Fátima	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Palmas	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Palmeirante	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Palmeiras do Tocantins	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Palmeirópolis	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Paraíso do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Paranã	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Pau D'Arco	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Pedro Afonso	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Peixe	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Pequizeiro	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Pindorama do Tocantins	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Piraquê	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Pium	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Ponte Alta do Bom Jesus	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Ponte Alta do Tocantins	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Porto Alegre do Tocantins	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Porto Nacional	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Praia Norte	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Presidente Kennedy	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Pugmil	01 a 06	01 a 07	01 a 07
Recursolândia	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Riachinho	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Rio da Conceição	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Rio dos Bois	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Rio Sono	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Sampaio	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Sandolândia	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Santa Fé do Araguaia	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Santa Maria do Tocantins	01 a 06	01 a 07	01 a 07
Santa Rita do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Santa Rosa do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Santa Tereza do Tocantins	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Santa Terezinha do Tocantins	01 a 07	01 a 08	01 a 08
São Bento do Tocantins	01 a 07	01 a 08	01 a 08
São Félix do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 07
São Miguel do Tocantins	01 a 06	01 a 08	01 a 08
São Salvador do Tocantins	01 a 05	01 a 05	01 a 06
São Sebastião do Tocantins	01 a 07	01 a 08	01 a 08
São Valério da Natividade	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Silvanópolis	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Sítio Novo do Tocantins	01a 06	01 a 07	01 a 08
Sucupira	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Taguatinga	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Taipas do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Talismã	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Tocantínia	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Tocantinópolis	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Tupirama	01 a 05	01 a 07	01 a 07
Tupiratins	01 a 06	01 a 07	01 a 08
Wanderlândia	01 a 07	01 a 08	01 a 09
Xambioá	01 a 07	01 a 08	01 a 09

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abreulândia	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Aguiarnópolis	01 a 05	01 a 05	01 a 06
Aliança do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Almas	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Alvorada	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Ananás	01 a 05	01 a 06	01 a 06
Angico	01 a 05	01 a 05	01 a 06
Aparecida do Rio Negro	01 a 03	01 a 05	01 a 05
Aragominas	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Araguacema	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Araguaçu	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Araguaína	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Araguanã	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Araguatins	01 a 04	01 a 06	01 a 07
Arapoema	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Arraias	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Augustinópolis	01 a 04	01 a 06	01 a 07
Aurora do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Axixá do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Babaçulândia	01 a 05	01 a 05	01 a 06
Bandeirantes do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Barra do Ouro	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Barrolândia	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Bernardo Sayão	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Bom Jesus do Tocantins	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Brasilândia do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Brejinho de Nazaré	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Buriti do Tocantins	01 a 04	01 a 06	01 a 07
Cachoeirinha	01 a 05	01 a 05	01 a 06
Campos Lindos	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Cariri do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Carmolândia	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Carrasco Bonito	01 a 04	01 a 06	01 a 06
Caseara	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Centenário	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Chapada da Natividade	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Chapada de Areia	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Colinas do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Colméia	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Combinado	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Conceição do Tocantins	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Couto de Magalhães	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Cristalândia	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Crixás do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Darcinópolis	01 a 05	01 a 06	01 a 07

Dianópolis	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Divinópolis do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Dois Irmãos do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Dueré	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Esperantina	01 a 04	01 a 06	01 a 07
Fátima	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Figueirópolis	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Filadélfia	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Formoso do Araguaia	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Fortaleza do Tabocão	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Goianorte	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Goiatins	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Guaraí	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Gurupi	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Ipueiras	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Itacajá	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Itaguatins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Itapiratins	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Itaporã do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Jaú do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Juarina	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Lagoa da Confusão	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Lagoa do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Lajeado	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Lavandeira	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Lizarda	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Luzinópolis	01 a 05	01 a 05	01 a 06
Marianópolis do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Mateiros	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Maurilândia do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Miracema do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Miranorte	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Monte do Carmo	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Monte Santo do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Muricilândia	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Natividade	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Nazaré	01 a 05	01 a 05	01 a 06
Nova Olinda	01 a 05	01 a 05	01 a 06
Nova Rosalândia	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Novo Acordo	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Novo Alegre	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Novo Jardim	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Oliveira de Fátima	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Palmas	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Palmeirante	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Palmeiras do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 06
Palmeirópolis	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Paraíso do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Paranã	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Pau D'Arco	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Pedro Afonso	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Peixe	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Pequizeiro	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Pindorama do Tocantins	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Piraquê	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Pium	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Ponte Alta do Bom Jesus	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Ponte Alta do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Porto Alegre do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Porto Nacional	01 a 03	01 a 05	01 a 05
Praia Norte	01 a 04	01 a 06	01 a 06
Presidente Kennedy	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Pugmil	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Recursolândia	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Riachinho	01 a 05	01 a 06	01 a 06
Rio da Conceição	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Rio dos Bois	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Rio Sono	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Sampaio	01 a 04	01 a 06	01 a 06
Sandolândia	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Santa Fé do Araguaia	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Santa Maria do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Santa Rita do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Santa Rosa do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Santa Tereza do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Santa Terezinha do Tocantins	01 a 05	01 a 05	01 a 06
São Bento do Tocantins	01 a 05	01 a 06	01 a 06
São Félix do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
São Miguel do Tocantins	01 a 04	01 a 06	01 a 06
São Salvador do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 04
São Sebastião do Tocantins	01 a 04	01 a 06	01 a 07
São Valério da Natividade	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Silvanópolis	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Sítio Novo do Tocantins	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Sucupira	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Taguatinga	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Taipas do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Talismã	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Tocantínia	01 a 04	01 a 05	01 a 06
Tocantinópolis	01 a 05	01 a 05	01 a 06
Tupirama	01 a 04	01 a 04	01 a 05
Tupiratins	01 a 04	01 a 05	01 a 05
Wanderlândia	01 a 05	01 a 06	01 a 07
Xambioá	01 a 05	01 a 06	01 a 07

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abreulândia	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Aguiarnópolis	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Aliança do Tocantins	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Almas	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Alvorada		01 a 02	01 a 03
Ananás	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Angico	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Aparecida do Rio Negro	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Aragominas	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Araguacema	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Araguaçu		01 a 02	01 a 03
Araguaína	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Araguanã	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Araguatins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Arapoema	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Arraias		01 a 02	01 a 03
Augustinópolis	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Aurora do Tocantins		01 a 02	01 a 03
Axixá do Tocantins	01 a 02	01 a 04	01 a 04
Babaçulândia	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Bandeirantes do Tocantins	01 a 02	01 a 04	01 a 04
Barra do Ouro	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Barrolândia	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Bernardo Sayão	01 a 02	01 a 04	01 a 04
Bom Jesus do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Brasilândia do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Brejinho de Nazaré	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Buriti do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Cachoeirinha	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Campos Lindos		01 a 02	01 a 03
Cariri do Tocantins		01 a 02	01 a 03
Carmolândia	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Carrasco Bonito	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Caseara	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Centenário	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Chapada da Natividade	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Chapada de Areia	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Colinas do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Colméia	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Combinado		01 a 02	01 a 03
Conceição do Tocantins	01 a 02	01 a 02	01 a 02
Couto de Magalhães	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Cristalândia	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Crixás do Tocantins	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Darcinópolis	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Dianópolis		01 a 02	01 a 03
Divinópolis do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Dois Irmãos do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Dueré	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Esperantina	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Fátima	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Figueirópolis		01 a 02	01 a 03
Filadélfia	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Formoso do Araguaia		01 a 02	01 a 03
Fortaleza do Tabocão	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Goianorte	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Goiatins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Guaraí	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Gurupi		01 a 02	01 a 03
Ipueiras	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Itacajá	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Itaguatins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Itapiratins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Itaporã do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Jaú do Tocantins		01 a 02	01 a 02
Juarina	01 a 02	01 a 04	01 a 04
Lagoa da Confusão	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Lagoa do Tocantins	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Lajeado	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Lavandeira		01 a 02	01 a 03
Lizarda	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Luzinópolis	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Marianópolis do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Mateiros	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Maurilândia do Tocantins	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Miracema do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Miranorte	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Monte do Carmo	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Monte Santo do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Muricilândia	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Natividade	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Nazaré	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Nova Olinda	01 a 02	01 a 04	01 a 04
Nova Rosalândia	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Novo Acordo	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Novo Alegre		01 a 02	01 a 03
Novo Jardim	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Oliveira de Fátima	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Palmas	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Palmeirante	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Palmeiras do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Palmeirópolis		01 a 02	01 a 02
Paraíso do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Paranã		01 a 02	01 a 02
Pau D'Arco	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Pedro Afonso	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Peixe		01 a 02	01 a 03
Pequizeiro	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Pindorama do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Piraquê	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Pium	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Ponte Alta do Bom Jesus	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Ponte Alta do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Porto Alegre do Tocantins	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Porto Nacional	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Praia Norte	01 a 02	01 a 04	01 a 04
Presidente Kennedy	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Pugmil	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Recursolândia		01 a 02	01 a 03
Riachinho	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Rio da Conceição		01 a 02	01 a 03
Rio dos Bois	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Rio Sono	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Sampaio	01 a 03	01 a 04	01 a 04
Sandolândia		01 a 02	01 a 03
Santa Fé do Araguaia	01 a 03	01 a 04	01 a 05

Santa Maria do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Santa Rita do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Santa Rosa do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Santa Tereza do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Santa Terezinha do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 04
São Bento do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 04
São Félix do Tocantins		01 a 02	01 a 03
São Miguel do Tocantins	01 a 02	01 a 04	01 a 04
São Salvador do Tocantins		01 a 02	01 a 02
São Sebastião do Tocantins	01 a 03	01 a 04	01 a 05
São Valério da Natividade	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Silvanópolis	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Sítio Novo do Tocantins	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Sucupira		01 a 02	01 a 03
Taguatinga		01 a 02	01 a 03
Taipas do Tocantins		01 a 02	01 a 03
Talismã		01 a 02	01 a 03
Tocantínia	01 a 02	01 a 03	01 a 04
Tocantinópolis	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Tupirama	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Tupiratins	01 a 02	01 a 03	01 a 03
Wanderlândia	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Xambioá	01 a 03	01 a 04	01 a 05

PORTARIA Nº 173, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Roraima, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAUJO

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O sorgo (Sorghum bicolor L. Moench) é uma planta de origem tropical, de dias curtos e com altas taxas fotossintéticas, exigindo, por isso, um clima quente para poder expressar seu potencial de produção. A temperatura do ar ótima para o desenvolvimento da cultura varia com a cultivar. A grande maioria dos materiais genéticos de sorgo requer temperaturas superiores a 21°C para um bom crescimento e desenvolvimento, não suportando, normalmente, temperaturas abaixo de 16°C, sendo que temperaturas superiores a 38°C também reduzem a produtividade.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do sorgo no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análise hídrica baseada em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluviométrica, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

Parâmetros e variáveis incorporados ao balanço hídrico da cultura:

a) ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,6	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - para efeito de simulação as cultivares foram classificadas em dois grupos de características homogêneas: Grupo I (cultivares com n entre 90 e 110 dias) e Grupo II (cultivares com n entre 111 e 130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c) Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,60 na fase vegetativa I e 0,5 na fase reprodutiva III, e ainda apresentou baixo risco de excesso de chuva na fase de maturação e colheita, o que corresponde a observação dos últimos 2 decêndios do ciclo e a ocorrência de no máximo 4 dias de chuva dentro de cada um dos 2 últimos decêndios.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do excesso de chuva, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

Além disso, os estudos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático foram realizados com base no Projeto PRODES (2008, INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) no qual foram consideradas as áreas de não florestas, áreas de cerrado, e desmatamento até 2008.

Segundo o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), são consideradas áreas rurais consolidadas aquelas com ocupação antrópica preexistentes a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de sorgo granífero no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 1G245, SP 2R02, CH 9102, CH 9104 e SP 2R01.

INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA: IPA 8602502 e IPA 7301011.

GRUPO II

MONSANTO DO BRASIL LTDA: K200, AS4650 e DKB530.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amajari	14 a 17	14 a 18	14 a 19	18				19 a 20	20
Alto Alegre	14 a 17	14 a 18	14 a 19	18			19	19 a 20	20
Boa Vista	14 a 17	14 a 18	14 a 18	18		19		19 a 20	20
Bonfim	14 a 17	14 a 17	14 a 18		18	19	18	19	
Cantá	14 a 17	14 a 18	14 a 18	18		19		19 a 20	20
Caracaraí	14 a 18	14 a 18	14 a 19		19 a 20	20	19 a 20	21	21
Caroebe		14	14 a 16	14 a 16	15 a 17	17 a 18	17 a 18	18 a 19	19 a 21
Iracema	14 a 18	14 a 18	14 a 18		19	19 a 20	19	20	21
Mucajaí	14 a 18	14 a 18	14 a 19		19	20	19	20	21
Normandia	14 a 17	14 a 17	14 a 18		18				19
Pacaraima	14 a 17	14 a 18	14 a 19	18				19	20
Rorainópolis	14	14 a 16	14 a 16	15 a 17	17	17 a 19	18 a 19	18 a 20	20 a 21
São João Da Baliza		14	14 a 16	14 a 16	15 a 17	17 a 19	17 a 18	18 a 20	20 a 21
São Luiz	14	14 a 15	14 a 16	15 a 17	16 a 17	17 a 19	18	18 a 20	20 a 21
Uiramutã	14 a 17	14 a 17	14 a 18		18				19

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amajari	13 a 16	13 a 16	13 a 17		17	18	17	18	19 a 21
Alto Alegre	13 a 16	13 a 16	13 a 17		17	18	17 a 18	18	19
Boa Vista	13 a 16	13 a 16	13 a 17		17	18	17		19
Bonfim	13 a 15	13 a 16	13 a 16	16		17		17	18
Cantá	13 a 16	13 a 16	13 a 17		17	18	17 a 18	18	19
Caracaraí	13 a 16	13 a 17	13 a 18	17	18	19	18 a 19	19	20
Caroebe			13	13 a 15	13 a 16	14 a 16	16	17	17 a 18
Iracema	13 a 16	13 a 16	13 a 17		17	18	17 a 18	18	19 a 20
Mucajaí	13 a 16	13 a 16	13 a 17		17	18	17 a 18	18	19 a 20
Normandia	13 a 15	13 a 16	13 a 16	16		17		17	
Pacaraima	13 a 16	13 a 16	13 a 17		17		17	18	18 a 19
Rorainópolis	13	13 a 14	13 a 15	14 a 16	15 a 16	16 a 17	17	17 a 18	18 a 20
São João Da Baliza		13	13 a 14	13 a 15	14 a 16	15 a 17	16	17	18
São Luiz	13	13 a 14	13 a 15	14 a 15	15 a 16	16 a 17	16 a 17	17 a 18	18 a 19
Uiramutã	13 a 15	13 a 16	13 a 17	16				17	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.795, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.049248/2015-86, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 15.778/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º00775/2018, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, e no Despacho Interno CGPO 3209110, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a permissão outorgada à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 144, datada em 4 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2003, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 662, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilhabela, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.980, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, nno uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.069282/2013-59, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15.264/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer nº 842/2018/CONJUR-MCTIC, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 01 de maio de 2014, a concessão outorgada à Radio Clube de Birigui Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 492, de 31 de maio de 1948, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Birigui, estado de São Paulo, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 2 DE AGOSTO DE 2018

Nº 436 - Processo nº 53504.014055/2011-53
Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S.A. CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria de três votos, nos termos da Análise nº 220/2017/SEI/AD (SEI nº 1882115), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para alterar a sanção de multa constante do Despacho Decisório nº 10/2016/SEI/CODI/SCO, de 8 de agosto de 2016.

Nº 438 - Processo nº 53524.003556/2013-38
Recorrente/Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA CNPJ/MF nº 18.682.930/0001-38

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 155/2018/SEI/OR (SEI nº 2955756), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 7 DE AGOSTO DE 2018

Nº 452 - Processo nº 53500.014766/2011-68
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0010-60

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 142/2018/SEI/OR (SEI nº 2906372), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 453 - Processo nº 53566.000344/2014-93
Recorrente/Interessado: TELEVISÃO PIONEIRA LTDA. CNPJ/MF nº 09.590.480/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 113/2018/SEI/OR (SEI nº 2755909), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, o valor da multa aplicada por infração ao art. 163 da Lei nº 9.472, para se alterar o valor final da sanção pecuniária de R$ 2.870,49 para R$ 3.189,43, em razão da não incidência da atenuante prevista no inciso IV do art. 20 do RASA/2012.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Nº 455 - Processo nº 53520.002789/2012-72
Recorrente/Interessado: BRASIL TELECOM S.A. CNPJ/MF nº 76.535.764/0322-66

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 152/2018/SEI/OR (SEI nº 2945558), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 456 - Processo nº 53532.000450/2015-45
Recorrente/Interessado: DETELPE - DEPARTAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO CNPJ/MF nº 11.219.607/0001-83

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 150/2018/SEI/OR (SEI nº 2925643), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 457 - Processo nº 53532.003371/2013-24
Recorrente/Interessado: DETELPE - DEPARTAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO CNPJ/MF nº 11.219.607/0001-83

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 149/2018/SEI/OR (SEI nº 2924186), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 458 - Processo nº 53532.000440/2015-18
Recorrente/Interessado: DETELPE - DEPARTAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO CNPJ/MF nº 11.219.607/0001-83

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 148/2018/SEI/OR (SEI nº 2922960), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recuso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento. b) rever, de ofício, o valor da sanção pecuniária para alterá-la de R$ 3.562,50 para R$ 3.384,38, nos termos do Enunciado nº 5 da Portaria nº 468 e do art. 20, inciso III, do Anexo à Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012.

Nº 459 - Processo nº 53508.002863/2011-38
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 147/2018/SEI/OR (SEI nº 2918504), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 460 - Processo nº 53566.000067/2010-95
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0010-60

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 141/2018/SEI/OR (SEI nº 2894828), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 461 - Processo nº 53557.000700/2011-35
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0004-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 139/2018/SEI/OR (SEI nº 2890903), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, a sanção, em razão de erro na aplicação da circunstância agravante relativa à reincidência específica, com a redução dos valores de multas aplicadas de R$ 757.931,47 para R$ 741.818,24.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 6.000, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização à REFRANOR REFRATARIOS DO NORDESTE SA, CNPJ nº 07.152.689/0003-80 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.640, DE 27 DE JULHO DE 2018

Processo nº 53500.035156/2018-74.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA TV PAULISTA LTDA, CNPJ 03.822.583/0001-24, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Arujá/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.848 - Processo nº 53500.026895/2018-75.

Expede autorização à P.H.I TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.539.345/0001-13, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.849 - Processo nº 53500.031138/2018-13.

Expede autorização à GNET TELECOM SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 29.702.036/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.852 - Processo nº 53500.033151/2018-15.

Expede autorização à MIX INFORMATICA & TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 08.198.753/0001-65, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 7 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.873 - Processo nº 53500.024695/2018-88.

Expede autorização à BCMG INTERNET LTDA, CNPJ nº 04.964.902/0001-07, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.874 - Processo nº 53500.025875/2018-87.

Expede autorização à FORTELEVEN TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 27.270.845/0001-53, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.882 - Processo nº 53500.036646/2018-98.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INACIO MARTINS PREFEITURA, CNPJ/MF nº 76.178.029/0001-20, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Inácio Martins/PR.

Nº 5.884 - Processo nº 53500.036658/2018-12.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA DE RADIO E TELEVISAO OURO PRETO, CNPJ/MF nº 00.306.770/0001-67, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ouro Preto/MG.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 5.885 - Processo nº 53500.036660/2018-91.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Rio Negrinho/SC.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.924 - Processo nº 53500.018943/2018-51.
Expede autorização à ASTERIKS TECNOLOGIA EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 11.562.159/0001-16, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.926 - Processo nº 53500.034555/2018-18.
Expede autorização à BOSSATTO PAZETO TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 26.639.806/0001-18, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.937 - Processo nº 53500.035675/2018-32.
Expede autorização à NEW ERA TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 29.719.324/0001-66, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.938 - Processo nº 53500.032688/2018-50.
Expede autorização à ASSOCIACAO NACIONAL DOS MICRO PRESTADORES DE TELECOMUNICACOES - MICROTEL, CNPJ/MF nº 23.766.833/0001-63, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.943 - Processo nº 53500.034659/2018-22.
Expede autorização à JOY TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 29.943.954/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.950 - Autoriza EMPRESA PAULISTA DE TELEVISAO S/A, CNPJ nº 46.242.004/0002-68, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de Barretos/SP e Orlândia/SP, no período de 15/08/2018 a 27/08/2018.

Nº 5.976 - Autoriza PY2 RADIOSOM INSTALAÇOES COMERCIO IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA ME, CNPJ nº 11.061.010/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de Goiânia/GO, Formosa/GO, Luís Eduardo Magalhães/BA, Barra/BA, São Raimundo Nonato/PI, Juazeiro do Norte/CE e Fortaleza/CE, no período de 15/08/2018 a 29/08/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0002/1990	Universidade Federal de São Paulo	52.480,00
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	401.150,17
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	22.834,72
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	499.309,03
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	301.529,68
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	330.811,42
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	14.600,00
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	440.198,13
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	145.420,60
0018/1990	Fundação Universidade de Brasília	87.313,30
0019/1990	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	142.686,88
0020/1990	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	137.567,63
0021/1990	Universidade Federal de Minas Gerais	3.971,00
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	934.273,03
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	537.231,37
0045/1990	Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	100.717,92
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	1.903,68
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	12.806,00
0070/1990	Fund. de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRPUSP	10.165,00
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	674.341,61
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	380.761,48
0101/1990	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira /Hospital Albert Einstein	10.532,03
0102/1990	Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura	171.115,36
0103/1990	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de PE	2.937,00
0122/1990	Universidade Estadual de Maringá	10.592,88
0123/1990	Universidade Estadual de Londrina	6.080,36
0131/1990	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	14.600,00
0135/1990	Fundação Butantan	1.925.049,49
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	172.481,05
0152/1990	Associação Paranaense de Cultura/PUCPR	49.992,72
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	117.739,74
0161/1990	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	23.000,00
0167/1990	Instituto Agronômico do Paraná	1.874,12
0207/1991	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais	234.552,67
0227/1991	Universidade Estadual de Ponta Grossa	179.000,00
0231/1991	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	752,50
0238/1991	Fundação Universidade de Pernambuco	128,00
0242/1991	Fund. Reg. Integrada /Univ. Reg. Int do Alto Uruguai e das Missões	21.000,00
0285/1991	Fundação Christiano Ottoni	12.580,00
0298/1992	Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba	2.878,53
0311/1992	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa	7.128,98
0337/1992	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	339.901,46
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	157.176,88
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	1.022.966,01
0513/1993	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	105.297,08
0515/1993	Universidade Estadual do Centro Oeste	128.290,12
0523/1993	Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria	18.100,00
0534/1993	Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	2.420.825,38
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	238.666,64
0585/1994	Comissão Nacional de Energia Nuclear/CDTN	1.282,27
0589/1994	USP/Instituto de Física de São Carlos	12.335,10
0590/1994	USP/Instituto de Química de São Carlos	34.821,30
0656/1995	Instituto de Ciências Biomédicas - ICB III	1.714,42
0668/1996	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	39.816,99
0674/1996	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá	7.463,74
0677/1996	Fund. de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino Pesquisa e Extensão	67.434,86
0693/1997	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	930.173,45
0698/1997	USP/Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	1.855,00
0712/1997	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	234.694,11
0725/1998	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	30.653,01
0729/1998	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	20.826,76
0737/1998	Instituto Presbiteriano Mackenzie/Mackenzie	54.872,39
0740/1998	Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolv. em Telecomunicações	5.351,40
0742/1998	Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera	845,64
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	565.673,67
0750/1998	Faculdades Católicas/PUC-Rio	650.046,59
0760/1999	Fund. para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	76.052,08
0762/1999	Fundação Educacional Ciência e Desenvolvimento	23.581,20
0772/2000	Fundação Espírito Santense de Tecnologia	2.323,00
0774/2000	Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico	850,00
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	132.030,13
0798/2000	Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande	69.667,34
0812/2001	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	25.921,00
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	699.889,18
0819/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ	7.806,13
0850/2002	Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE	4.223,00
0860/2002	Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto	3.310,00
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência/PUC-RS	1.954,59
0918/2004	Fundação Guimarães Duque	14.035,00
0932/2005	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	20.781,06
0975/2006	Fundação Josué Montello	98.715,88
0981/2006	Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino e Extensão	69.679,70
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	131.420,66
1008/2006	Fundação Universidade Federal do ABC	9.926,00
1012/2007	Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural	3.318,33
1022/2007	Universidade Estadual Vale do Acaraú	184.979,90
1049/2008	Universidade Estadual de Goiás	30.547,24
1057/2008	Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	188.671,17
1073/2008	Instituto Mato-Grossense do Algodão	8.220,12
1080/2009	Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas	8.386,36
1087/2009	Instituto de Tecnologia e Pesquisa	87.500,00
1089/2009	Fundação Pio XII/Hospital de Câncer de Barretos	64.499,68
1103/2009	Universidade Regional do Cariri	67.900,00
1120/2010	Centro de Inovações CSEM Brasil	3.425,63
1122/2010	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	22.832,00
1123/2010	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	2.106.279,80
1259/2017	Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural	9.004,04
1264/2017	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	76.973,95

Brasília, 7 de agosto de 2018.

CLAUDIO DA SILVA LIMA

Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação

Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 3.697, DE 31 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017,, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de advertência, multa e suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.028065/2013	Fundação Cultural E Assistencial Diário Do Amapá	FME	Macapá	AP	Multa e Advertência	3.802,11	Art. 38, "c "e "e" e art. 62 da Lei nº 4.117/62, art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/99 c/c art. 2º da Portaria nº 4.335/2015	Portaria DECEF n° 3697 de 31/07/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIAS DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53569.001348/2015	Associação De Desenvolvimento Sustentável De Bonito - Pa	RADCOM	Bonito	PA	Multa	667,90	Art. 40, XXII do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 1531 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.000540/2015	Associação Radio Comunitária Tome-Açu Cidade	RADCOM	Tomé-Açu	PA	Multa	667,90	Art. 40, XXII do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 1567 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.000990/2015	Associação Comunitária Unidos Para Sempre	RADCOM	Conceição do Araguaia	PA	Multa	667,90	Art. 40, XXII do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 1572 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.001624/2015	Associação De Desenvolvimento Comunitário Da Cidade De Santa Isabel	RADCOM	Santa Izabel do Pará	PA	Multa	667,90	Art. 40, XXII do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 2435 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.002572/2016	Radio E Televisao Marajoara Ltda,	TVE	Belém	PA	Multa	23.563,61	Art. 62 da Lei n° 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 3931 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.001690/2016	Tvsbt Canal 5 De Belem S/A	TV	Belém	PA	Multa	11.781,81	Art. 62 da Lei n° 4.117/1962..	Portaria DECEF n° 3963 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.001342/2016	Rauland Belem Som Ltda	RTV	Belém	PA	Multa	1.870,13	*Caput* do art. 45 do Decreto nº 5.371/2005	Portaria DECEF n° 3981 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.001418/2016	W M W Goncalves Ltda-Me	RTV	Bragança	PA	Multa	1.335,81	*Caput* do art. 45 do Decreto nº 5.371/2005	Portaria DECEF n° 3985 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.002633/2016	Televisao Independente De Sao Jose Do Rio Preto Ltda	RTV	Belém	PA	Multa	3.740,26	*Caput* do art. 45 do Decreto nº 5.371/2005	Portaria DECEF n° 3991 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53551.000017/2015	Associação Comunitária De Rádio Difusão De Carrasco Bonito	RADCOM	Carrasco Bonito	TO	Multa	571,16	Art. 40, XXII do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 3991 de 09/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

INEZ JOFFILY FRANÇA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 3.979-SEI, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.044102/2018-95, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Bebedouro/SP, o canal 43 (quarenta e três), correspondente à faixa de frequência de 644 a 650 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 4.016-SEI, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.044497/2018-26, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Avaré/SP, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.427-SEI, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.044831/2018-41, resolve:

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 14 (catorze) à União, a partir de 2 de agosto de 2018, da FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de CUIABÁ/MT. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, podendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, salvo quando estiver prevista a imediata utilização do canal analógico para a transmissão do sinal digital de outra entidade. Ressalta-se que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 15 (quinze), consignado por intermédio da Portaria nº 593, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 13 de junho de 2013.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.429-SEI, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.045052/2018-63, resolve:

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução dos canais analógicos listados abaixo, à União, da entidade SISTEMA TV PAULISTA LTDA, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, podendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, salvo quando estiver prevista a imediata utilização do canal analógico para a transmissão do sinal digital de outra entidade, sendo que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital a ela consignado na referida localidade.

Processo	Localidade	UF	Canal Analógico	Ato Outorga	Canal Digital	Ato Consignação	Data do Desligamento
01250.044902/2018-14	Campo Grande	MS	48	Portaria n° 132, de 12/03/2002 DOU de 20/03/2002	47	Portaria n° 77, de 31/01/2012 DOU de 22/02/2012	02/08/2018
01250.044909/2018-28	Palmas	TO	46	Portaria n° 1913, de 01/10/2002 DOU de 20/12/2002	47	Portaria n° 118, de 18/01/2013 DOU de 25/06/2013	02/08/2018

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.456-SEI, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.046206/2018-34, resolve:

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 23 (vinte e três) à União, a partir de 7 de agosto de 2018, da entidade SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de CAMPO GRANDE/MS. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, devendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, salvo quando estiver prevista a imediata utilização do canal analógico para a transmissão do sinal digital de outra entidade. Ressalta-se que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 24 (vinte e quatro), consignado por intermédio da Portaria nº 1.115, de 18 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 22 de novembro de 2010.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.433-SEI, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.026674/2018-92, resolve:

Autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de BELÉM, estado do Pará, utilizando o canal digital nº 19 (dezenove) em substituição ao canal 34 (trinta e quatro) nos termos da Nota Técnica nº 17464/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.416-SEI, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.029695/2018-60, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RIO LONTRA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PALMAS, estado do Tocantins, utilizando o canal digital 21 (vinte e um), nos termos da Nota Técnica nº 17292/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE
OLIVEIRA BARROS

Ministério da Cultura

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 524, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
182448 - AMOR AZUL
Gege Producões Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 27.051.978/0001-39
Processo: 01400013418201874
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 4.155.275,00
Prazo de Captação: 10/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Criação, produção e apresentação da ópera clássica "AMOR AZUL", em forma de canção popular brasileira composta por Gilberto Gil e Aldo Brizzi. O texto da Ópera é baseado no texto clássico indiano: Gita-Govinda, um poema líricodramático composto no século XII por Jayadeva Goswami. Música de Aldo Brizzi e Gilberto Gil. A visão criativa dessa obra é fiel ao formato original da "'Ópera" buscando a criação de "uma obra de arte completa" repleta de emoções.

182423 - Ensaios Técnicos das Escolas de Samba na Marquês de Sapucaí 2018/2019
LIGA INDEPENDENTE DAS ESC DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/CPF: 28.715.167/0001-58
Processo: 01400013300201846
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 5.494.788,00
Prazo de Captação: 10/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de uma série de desfiles com todas as Escolas de Samba do Grupo Especial e de Acesso Serie A do Rio de Janeiro visando preparar as Agremiações para o Carnaval. Esses ensaios, além de possibilitar que o publico assista de forma gratuita a uma previa do carnaval, ajudam as Escolas a aprimorarem seus quesitos de desfiles no Carnaval e garantem a qualidade que os desfiles tem apresentado.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
182432 - Lets Jazz! Festival
KALLOS EDITORA MULTIMIDIA LTDA
CNPJ/CPF: 25.328.123/0001-87
Processo: 01400013395201806
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 2.515.292,38
Prazo de Captação: 10/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Um festival de jazz que levará ao público músicos e bandas do Brasil e exterior, contemplando assim muitas dasvertentes do estilo. Além disso, como contrapartida social, o festival levará para o público um espetáculodidático, ensinando princípios musicais para alunos e professores de escolas da região. Como ação de ampliação deacesso, transmitirá em tempo real os shows pela internet. E como ação de democratização de acesso, realizaráuma série de audições de jazz comentadas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
182440 - Exposições de arte na 9ª Edição do Festival de Fotografia de Tiradentes
CAMERA WORK PRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 02.860.030/0001-01
Processo: 01400013409201883
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 441.792,40
Prazo de Captação: 10/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização da 9ª Edição do Festival de Fotografia de Tiradentes - Foto em Pauta, que promove na cidade de Tiradentes a montagem de exposições em diversos espaços, mesas de discussão e projeções de obras de artistas relevantes da produção fotográfica brasileira contemporânea na praça principal.

182436 - João Varanda e a Petrópolis Republicana 1930-1960
ESTACAO CASA AMARELA PRODUCOES E SERVICOS EIRELI
CNPJ/CPF: 25.158.111/0001-51
Processo: 01400013399201886
Cidade: Caçapava - SP;
Valor Aprovado: R$ 400.745,82
Prazo de Captação: 10/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de uma exposição apresentando objetos diversos inclusive esculturas, fotografias, vestuário e mobiliário do período entre as décadas de 1930 e 1960, promoção de palestras, exibição de filmes antigos que remontam a história de Petrópolis e apresentações de música instrumental com repertório relativo à época retratada.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
182160 - Ideias Incontidas - V
ASSOCIACAO EMCANTAR DE ARTE, EDUCACAO, CULTURA E MEIO AMBIENTE
CNPJ/CPF: 05.791.083/0001-06
Processo: 01400011649201843
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 331.521,90
Prazo de Captação: 10/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto constitui-se pela continuidade do projeto Ideias Incontidas. Terá como foco a realização de um processo de formação cultural fundado na experiência e criação literárias, tendo como público alvo crianças e adolescentes de 06 a 14 anos, moradores de bairros de periferia. A formação terá entre seus resultados a produção de um livro com os textos criados pelos alunos. O projeto prevê, ainda, a realização de um evento de lançamento do livro.

PORTARIA Nº 525, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 8618 - PEQUENO CAMPEÃO moving
ASSOCIACAO MONTENEGRINA DE JIU JITSU AMJJ
CNPJ/CPF: 23.010.864/0001-90
RS - Montenegro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 526, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
179185 - Violin Festspiele Brazil
Wisnton Marquesi Ramalho Junior
CNPJ/CPF: 026.977.849-77
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 280,00
Valor total atual: R$ 199.382,14

PORTARIA Nº 527, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do proponente do projeto Mostra Internacional, Residência Artística e Intercambio Cultural no FIT-BH 2018 - PRONAC 18 0737, publicado na portaria n.º 220 de 27/03/2018, no D.O.U. de 28/03/2018:

Onde se lê: CIRC - Centro Internacional de Referência do Circo

CNPJ/CPF: 12.157.714/0001-97

Leia-se: Associação dos Amigos do Centro de Cultura de Belo Horizonte - AMICULT

CNPJ/CPF: 04.784.704/0001-53

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 528, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao projeto "Nas Águas do Lago", Pronac nº 11-7160, na Portaria nº 519 de 07/08/2018, publicada no D.O.U. nº 152 de 08/08/2018, Seção 1, páginas 23 e 24.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 426 de 29/06/2018, publicada no D.O.U. de 02/07/2018, Seção 1, referente ao Projeto DVD Bom dLove - Pronac: 18 1916.

Onde se lê: MARCOS SILVA PINHO - ME

Leia-se: CABELINHO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 124, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 795, de 10 de julho de 2018 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO MAIA MASCARENHAS

ANEXO I

182418 - VI BIFF - Festival Internacional de Cinema de Brasília (Brazilian International Film Festival)
Cinecultura Projeções Cinematográficas Ltda - EPP
CNPJ/CPF: 05.968.600/0001-61
Processo: 01400.013275/2018-09
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 451.058,50
Prazo de Captação: 10/08/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O VI BIFF - Festival Internacional de Cinema de Brasília (Brasilia International Film Festival) é um projeto que será realizado no período de 09 a 18 de novembro de 2018, no Cine Brasília, no Teatro da Praça (Taguatinga-DF) e no Cine Cultura Liberty Mall. Em cada edição, o Festival realiza mostras competitivas de filmes internacionais oriundos de todos os continentes, além de mostras paralelas com uma ampla diversidade temática e de gênero. A principal proposta do BIFF é promover reflexões sobre a sétima arte e fomentar novos olhares através da exibição de filmes inéditos, escolhidos por uma equipe de curadoria especializada em cinema.

182428 - CineBrasil
Cinear Produções e Exibições Cinematográficas LTDA
CNPJ/CPF: 07.137.708/0001-38
Processo: 01400.013370/2018-02
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 978.495,89
Prazo de Captação: 10/08/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto CineBrasil consiste na realização gratuita de 18 sessões de cinema em praças públicas de 18 cidades da região norte e nordeste do Brasil, com exibição de 01 longa e 02 curtas-metragem. O projeto prevê, também, realização de 01 oficina lúdica de fotografia para pessoal da terceira idade e adolescentes, 01 apresentação de grupos de artistas locais, 01 produção e exibição de um vídeo-documentário de até 12" em MP4 produzido a partir de depoimentos da população local, em cada cidade visitada.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 43/GM-MD, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o Regulamento da Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto, de 12 de junho de 2018, os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.554, de 6 de novembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 60080.000366/2017-14, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento da Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, na forma desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Este Regulamento estará disponível, em seu inteiro teor, no Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e no sítio eletrônico do Ministério da Defesa.

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 2º O presente Regulamento tem por finalidade estabelecer as especificações, as condições de uso, os critérios de concessão, as competências e demais disposições relacionadas à Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (MMEMCFA), instituída pelo Decreto nº 8.554, de 6 de novembro de 2015, e destinada a agraciar militares e civis, brasileiros ou estrangeiros, organizações militares e instituições civis nacionais que tenham prestado serviços relevantes ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

CAPÍTULO II

INSÍGNIA

Art. 3º A MMEMCFA obedecerá às seguintes especificações:

I - Medalha: no formato do Brasão do EMCFA, em dourado fosco, medindo trinta e seis milímetros de diâmetro. No anverso, um laço na mesma cor fixado na parte inferior do brasão e carregado com a inscrição "25 AGO 2010", data de criação do EMCFA; no reverso, o contorno do mapa do Brasil e ao centro o Brasão da República, com a inscrição, na parte superior, "MINISTÉRIO DA DEFESA" e, na parte inferior, "BRASIL". Fita medindo trinta e cinco milímetros de largura: ao centro uma faixa vertical na cor amarela, alusiva ao Ministério da Defesa, medindo onze milímetros; e três faixas verticais nas extremidades direita e esquerda da fita, medindo quatro milímetros cada, nas cores verde, branca e azul, a partir da sua respectiva borda. As cores branca, verde e azul são alusivas à Marinha do Brasil, ao Exército Brasileiro e à Força Aérea Brasileira, respectivamente;

II - Insígnia de Bandeira: formada com fita de gorgorão de seda chamalotada, com insígnia pendente ao laço, medindo oitenta milímetros de largura, revestida pelo mesmo tecido e com as cores da fita que sustenta a medalha, mantendo a proporcionalidade das dimensões das faixas verticais;

III - Barreta: de trinta e cinco milímetros de largura por dez milímetros de altura; revestida pelo mesmo tecido e com as cores da fita que sustenta a medalha; IV - Roseta: botão circular medindo dez milímetros de diâmetro, dividido em oito seções de quarenta e cinco graus, por quatro hastes de nove milímetros cada; sendo uma na vertical na cor branca, uma na horizontal na cor amarela, diagonais superior e inferior esquerdos na cor verde, e diagonais superior e inferior direitas na cor azul; revestido com o mesmo tecido e nas cores da fita que sustenta a medalha; e V- Miniatura da Medalha: medindo vinte e um milímetros de diâmetro; fita medindo dezessete milímetros de largura; ao centro uma faixa vertical na cor amarela medindo cinco milímetros; e três faixas verticais nas extremidades direita e esquerda da fita, medindo dois milímetros cada, nas cores verde, branca e azul, a partir da sua respectiva borda. Parágrafo único. As especificações das insígnias, da barreta, da roseta e da miniatura, o memorial descritivo; o formulário de indicação à MMEMCFA e o diploma de concessão estarão estabelecidos nos Anexos A, B, C e D deste Regulamento.

CAPÍTULO III

USO DA MEDALHA

Art. 4º A MMEMCFA será usada: I - pelos militares, de acordo com o previsto no Regulamento de Uniformes próprio de cada Força Armada ou Auxiliar; II - pelas personalidades civis, de acordo com o estabelecido nas Normas do Cerimonial Público; e III - pelas organizações militares ou instituições civis, agraciadas com a insígnia de Bandeira, no Estandarte Histórico, quando o possuir; na falta deste, na Bandeira Nacional e, na ausência de ambos, deverá ser guardada em local de destaque.

Parágrafo único. A barreta, por ser de uso exclusivo em uniformes militares, não será entregue às personalidades civis agraciadas.

CAPÍTULO IV

INDICAÇÃO

Art. 5º Concorrerão à indicação para a MMEMCFA:

I - os oficiais, praças e servidores públicos assemelhados, que possuam, no mínimo, dez anos de tempo de serviço e dois anos de serviço no EMCFA;

II - os militares das Forças Armadas brasileiras, não integrantes do EMCFA, que tenham se distinguido pelos méritos e pela dedicação e relevância dos serviços prestados ao EMCFA e possuam, no mínimo, quinze anos de tempo de serviço;

III - as personalidades nacionais e estrangeiras de reconhecida competência e relevantes serviços ao EMCFA; e

IV - as organizações militares e instituições civis nacionais que tenham prestado relevantes serviços ao EMCFA.

CAPÍTULO V

CONSELHO

Seção I

Composição

Art. 6º O Conselho da Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CONMMEMCFA) é composto por quatro membros e um secretário, a saber:

I - Presidente - o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

II - Membros - o Chefe de Assuntos Estratégicos, o Chefe de Logística e Mobilização e o Chefe de Operações Conjuntas; e

III - Secretário - o Chefe do Gabinete do EMCFA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção II
Sessões
Art. 7º O CONMMEMCFA realizará, anualmente, no mês de agosto, uma sessão ordinária para apreciar o mérito dos militares e civis em condições de serem agraciados, bem como de outros assuntos que exijam o pronunciamento do Conselho.
Parágrafo único. O CONMMEMCFA poderá reunir-se em sessão extraordinária em qualquer época, por convocação do Presidente, para tratar de questões de relevante interesse relacionado à MMEMCFA.
Seção III
Competências
Art. 8º Compete ao CONMMEMCFA:
I - zelar pelo bom nome da MMEMCFA e pela fiel observância das disposições deste Regulamento e normas subsidiárias;
II - analisar as propostas de concessão;
III - deliberar sobre a exclusão de agraciados;
IV - apreciar as propostas de alterações nas regras de concessão; e
V - decidir sobre os assuntos de interesse da Medalha.
Art. 9º Compete ao Presidente:
I - conceder a MMEMCFA aos indicados aprovados pelo CONMMEMCFA, observado o disposto no art. 14 deste Regulamento;
II - conduzir as sessões do Conselho;
III - decidir ad referendum do Conselho, em caso de urgência, sobre assuntos concernentes à MMEMCFA;
IV - assinar os diplomas de concessão da MMEMCFA; e
V - baixar normas complementares.
Parágrafo único. Nos seus impedimentos, o Presidente será substituído pelo membro do Conselho que imediatamente lhe seguir dentro do critério de precedência.
Art. 10. Compete ao Secretário:
I - convocar o Conselho, mediante determinação de seu Presidente;
II - secretariar as sessões do Conselho e lavrar as respectivas atas;
III - tratar de todos os documentos e correspondências alusivos à MMEMCFA;
IV - manter atualizados e ter sob sua guarda os registros e arquivos da MMEMCFA;
V - divulgar as normas complementares estabelecidas pelo Presidente do Conselho;
VI - elaborar, atualizar e divulgar anualmente o Almanaque da MMEMCFA;
VII - coordenar a realização da solenidade de entrega da MMEMCFA; e
VIII - providenciar a publicação em Diário Oficial da União dos atos de concessão e de perda do direito de uso da MMEMCFA.
CAPÍTULO VI
CONCESSÃO
Art. 11. As propostas para concessão da MMEMCFA serão apresentadas pelos Membros e Secretário do CONMMEMCFA e serão analisadas em sessão ordinária, anualmente, no mês de agosto.
Parágrafo único. As propostas para concessão da MMEMCFA serão encaminhadas ao Secretário do Conselho, anualmente, até o dia 17 de agosto.
Art. 12. O número de propostas da MMEMCFA obedecerá a seguinte distribuição:
I - Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas: até dez;
II - Chefe de Assuntos Estratégicos: até oito;
III - Chefe de Logística e Mobilização: até oito;
IV - Chefe de Operações Conjuntas: até oito; e
V - Chefe do Gabinete do EMCFA: até quatro.
Parágrafo único. A fim de manter o valor e prestígio, para a qual foi instituída a MMEMCFA, sua concessão deverá ser limitada ao máximo de cinquenta condecorações por ano.
Art. 13. Fica estabelecido, para as deliberações do Conselho, o quórum mínimo de dois terços dos seus membros.
Parágrafo único. Em caso de empate nas deliberações do Conselho, o Presidente proferirá o voto de desempate.
Art. 14. A concessão da MEMCFA é formalizada mediante Portaria do CEMCFA, na qualidade de Presidente do CONMMEMCFA.
Parágrafo único. A concessão da Medalha ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, quando de sua investidura no cargo, é da competência do Ministro de Estado de Defesa.
Art. 15. A posse do Ministro de Estado de Defesa, do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, do Chefe de Assuntos Estratégicos, do Chefe de Logística e Mobilização e do Chefe de Operações Conjuntas implicará na concessão compulsória da MMEMCFA, que será imposta em cerimônia própria, a ser definida pelo Presidente do CONMMEMCFA.
CAPÍTULO VII
IMPOSIÇÃO DA MEDALHA
Art. 16. A imposição da MMEMCFA será realizada, anualmente, na solenidade alusiva à ativação do EMCFA, 23 de novembro, ou em ocasiões excepcionais, a critério do Presidente do CONMMEMCFA.
Parágrafo único. Os civis e militares estrangeiros agraciados com a MMEMCFA poderão recebê-la em seus países, por ocasião de solenidades conduzidas pelos Adidos de Defesa às Embaixadas do Brasil.
CAPÍTULO VIII
PERDA DO DIREITO À MEDALHA
Art. 17. Os agraciados perderão o direito à Medalha, bem como ao respectivo Diploma, devendo restituí-los ao EMCFA, nos seguintes casos:
I - os agraciados nacionais que:
a) nos termos da Constituição, tiverem perdido a nacionalidade;
b) tiverem seus direitos políticos perdidos ou suspensos; ou
c) tiverem cometido atos contrários à dignidade e à honra militar, à moralidade da corporação ou da sociedade civil, desde que apurados e confirmados em investigação, sindicância ou inquérito;
II - os agraciados nacionais ou estrangeiros que:
a) tenham sido condenados pela justiça brasileira, em qualquer foro, por crime contra a integridade e a soberania nacionais, ou atentado contra o erário, instituições e a sociedade; ou
b) a critério do Conselho, tenham praticado atos que invalidem as razões pelas quais foram concedidas as MMEMCFA.
§ 1º As perdas do direito à Medalha resultantes das alíneas "a" e "b" do inciso I e alínea "a" do inciso II deste artigo serão realizadas ex officio, em função dos atos que as tenham provocado, e as demais, mediante decisão do CONMMEMCFA, formalizadas por meio de Portaria do CEMCFA.
§ 2º Após a publicação em Diário Oficial da União do ato da perda do direito à MMEMCFA, o Presidente do CONMMEMCFA requisitará ao agraciado a sua devolução, em até trinta dias.
Art. 18. Os agraciados que perderem o direito à MMEMCFA, por um dos motivos constantes do art. 17, poderão readquiri-lo por decisão do CONMMEMCFA, mediante:
I - proposta de um dos membros do Conselho; ou
II - requerimento do interessado, dirigido ao Presidente do CONMMEMCFA.
CAPITULO IX
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 19. Findo o prazo de um ano, a contar da data fixada para a entrega da condecoração, o agraciado que deixar de comparecer ao ato, sem motivo justificável, poderá, a critério do Presidente do Conselho, ter sua concessão suspensa.
Art. 20. A critério do Presidente do CONMMEMCFA, a Medalha poderá ser outorgada a personalidade falecida como homenagem post mortem.
Art. 21. Fica revogada a Portaria Normativa nº 25/MD, de 9 de maio de 2016.
Art. 22. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 755, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:
Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 286/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201108992;
Art. 2º Fica recredenciada a Escola Superior Paulista de Administração, com sede na Avenida Guarulhos, nº 1844, bairro Vila Augusta, no Município de Guarulhos, no Estado de São Paulo, mantida pela UNIESP S.A. (CNPJ 19.347.410/0001-31).
Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 756, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:
Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 277/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201606047;
Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Max Planck, por transformação da Faculdade Max Planck, com sede na Avenida Nove de Dezembro, nº 460, bairro Jardim Pedroso, no Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo, mantido pelo Instituto de Ensino Superior de Indaiatuba Ltda. (CNPJ 03.791.661/0001-70).
Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 757, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:
Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 302/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510379;
Art. 2º Fica recredenciada a Instituto Tecnológico e das Ciências Sociais Aplicadas e da Saúde do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora (ITCSAS/CENSA), com sede na Rua Salvador Corrêa, nº 139, Centro, no Município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, mantido pelo Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora (CNPJ 28.955.961/0001-79).
Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 758, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:
Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 301/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200902811;
Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Única de Contagem (FUNIC), com sede na rua Professor Sigefredo Marques, nº 341, bairro Estância do Hibisco, no Município de Contagem, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Única Educacional Ltda. (CNPJ 03.939.757/0001-33).
Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 759, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:
Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 321/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20076911;
Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Triângulo Mineiro (FTM), com sede na Avenida Geraldo Alves Tavares, nº 1.980, bairro Universitário, no Município de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba. (CNPJ 17.819.731/0001-66).
Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 760, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:
Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 322/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416716;
Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Shalom de Ensino Superior (FASES), com sede na rua Joaquim Leal de Camargos, nº 220, bairro Planalto, no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Serviço Para o Bem-Estar Humano (CNPJ 21.238.233/0001-05).
Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 761, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 290/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200813870;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Delta (FacDelta), com sede na Avenida Luiz Viana, nº 3172, Imbuí, no Município de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pela Iuni Educacional - Unime Salvador Ltda. (CNPJ 03.395.289/0001-83).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 762, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 298/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20078861;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Maria Milza (FAMAM), com sede na BR-101, Km 215, estrada de Cruz das Almas, no Município de Governador Mangabeira, no Estado da Bahia, mantida pelo Centro Educacional Maria Milza Ltda. ME. (CNPJ 00.543.858/0001-00).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 763, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 335/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201604603;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Uninassau Lauro de Freitas, com sede na estrada do Coco Km 4,5 s/n, centro, no Município de Lauro de Freitas, no Estado da Bahia, mantida pelo Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. (Ceteba) (CNPJ 04.073.841/0001-80).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 764, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 312/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201406623;

Art. 2º Fica recredenciada a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), com sede na Rua Uruguai, nº 458, Centro, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Fundação Universidade do Vale do Itajaí (CNPJ 84.307.974/0001-02).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 765, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 272/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201610330;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Metropolitana de Itajaí (FMIT), a ser instalada na Avenida Irineu Bornhausen, nº 1065, São João, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.- UNIASSELVI (CNPJ 01.894.432/0001-56).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 766, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 305/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201504317;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Leonardo da Vinci - Santa Catarina, com sede na Rua Blumenau, nº 4664, Araponginha, no Município de Timbó, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. (CNPJ 01.894.432/0001-56).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 767, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 316/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201507547;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Pitágoras de Luziânia, a ser instalada na Rua Bate Couro, nº 425, Bairro Rosário, no Município de Luziânia, no Estado de Goiás, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (CNPJ 38.733.648/0001-40).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 768, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 296/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201511060;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Sul-Americana (Fasam), com sede na Rodovia BR 153, s/n, KM 502, Jardim da Luz, no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela União Sul-Americana de Educação Ltda. (CNPJ 03.798.621/0001-50).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 769, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 304/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200808783;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Informática de Ouro Preto do Oeste (FIOURO), com sede na Rua Marechal Castelo Branco, nº 184, bairro Incra, no Município de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia, mantida pela Escolas Unidas de Ouro Preto do Oeste (UNEOURO) (CNPJ 04.892.637/0001-90).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 770, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 300/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201101411;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Pan Amazônica (Fapan), com sede na Rua dos Mundurucus, nº 4.010, bairro Cremação, no Município de Belém, no Estado do Pará, mantida pela Assobes Ensino Superior S/S Ltda. (CNPJ 01.711.282/0001-06).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 771, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 293/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201107237;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Presidente Antônio Carlos (Fapac), com sede na Rua 2, Quadra 7, s/n, Jardim dos Ypês, no Município de Porto Nacional, no Estado de Tocantins, mantida pelo ITPAC Porto Nacional - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto Ltda. (CNPJ 10.261.569/0001-64).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Altera a Portaria Interministerial nº 376, de 18 de setembro de 2014, que dispõe sobre os procedimentos relacionados ao pagamento de prestação do parcelamento no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, previsto nos arts. 10 e 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e a MINISTRA DE ESTADO DA FAZENDA, Substituta, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º, 10 e 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e no Acórdão 1755/2017-TCU-Plenário, de 16 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º O art. 8º da Portaria Interministerial nº 376, de 18 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 8º.....

§ 1º A autorização para realização de pagamento antecipado de parcelas vincendas de que trata o caput estará condicionada à consulta de disponibilidade orçamentária e financeira ao Ministério da Educação.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, os pedidos de antecipação recebidos pela PGFN deverão ser submetidos ao FNDE, via ofício, para verificação da disponibilidade orçamentária.

I - havendo disponibilidade orçamentária, o FNDE providenciará a reserva do orçamento correspondente ao valor solicitado e encaminhará à PGFN, via ofício, a autorização para prosseguimento da análise do pedido da antecipação; e

II - não havendo disponibilidade orçamentária, o FNDE informará à PGFN, via ofício, a impossibilidade de atendimento ao pedido de antecipação.

§ 3º A reserva orçamentária de que trata o inciso I do § 2º será mantida pelo prazo de até noventa dias, devendo ser efetuada nova solicitação à PGFN pela mantenedora e encaminhada ao FNDE, caso o pagamento da antecipação não seja realizado nesse período.

§ 4º O valor a ser antecipado, nos termos do inciso I do § 2º, será informado pela PGFN ao FNDE na forma prevista no art. 2º, de forma discriminada entre parcela normal e parcela antecipada, devendo a entidade mantenedora observar o disposto no art. 7º quanto ao pagamento do saldo remanescente da parcela em moeda corrente." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro da Educação

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Ministra da Fazenda
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 544, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Será arquivado o processo relacionado no Anexo II, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade, contendo informações sobre as bolsas de estudo e respectivos demonstrativos contábeis e financeiros.

Art. 4º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	69.127.611/0001-00	PROMOVE ACAO SOCIO CULTURAL	São Paulo/SP	71000.043170/2015-11	1384/2018	Concessão	3 (três) anos
2	12.829.376/0001-92	INSTITUTO TRANCOSO	Porto Seguro/BA	23000.049459/2017-63	1068/2018	Concessão	3 (três) anos

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo Arquivado	Nota Técnica
1	69.127.611/0001-00	PROMOVE ACAO SOCIO CULTURAL	São Paulo/SP	23000.015523/2018-93	1384/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 1.667, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O Reitor da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.002613/2017-21, resolve:

Prorrogar pelo período de 14-09-2018 a 13-09-2019, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, realizado por meio do Edital nº 073/2017, cujo resultado foi homologado por meio do Edital nº 117/2017, de 13-09-2017, publicado no DOU de 14-09-2017, Seção 3, fl. 62.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº: 17944.001142/2013-60.
Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Liquidação antecipada relativa à parcela do saldo devedor do Contrato nº 923/PGFN/CAF, celebrado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 14 de março de 2014.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e o Acórdão nº 2975/2016 - TCU - Plenário, do Tribunal de Contas da União, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016, autorizo a liquidação parcial antecipada do referido Contrato, observadas as formalidades legais.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Ministra

DESPACHO DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº: 17944.000789/2014-55.
Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Liquidação Antecipada do saldo devedor do Contrato nº 962/PGFN/CAF, celebrado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 24 de junho de 2014.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e o Acórdão nº 2975/2016 - TCU - Plenário, do Tribunal de Contas da União, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016, autorizo a liquidação antecipada do referido Contrato, observadas as formalidades legais.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Ministra

DESPACHO DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº: 17944.001755/2014-88.
Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Liquidação Antecipada do saldo devedor do Contrato nº 1017/PGFN/CAF, celebrado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 16 de dezembro de 2014.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e o Acórdão nº 2975/2016 - TCU - Plenário, do Tribunal de Contas da União, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016, autorizo a liquidação antecipada do referido Contrato, observadas as formalidades legais.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Ministra

BANCO DO BRASIL S/A

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

BB CORRETORA DE SEGUROS ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2018

I. DATA, HORA, LOCAL: Em vinte e cinco de maio de dois mil e dezoito, às dezoito horas, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (CNPJ 27.833.136/0001-39; NIRE: 5330000467-6), na Sede Social da Empresa, Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília - DF. II. PRESENÇA: BB Seguridade Participações S.A., única acionista, representada por seu Diretor Sr. Werner Romera Suffert, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. III. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. IV. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Ismael Tessari Grandi, Diretor-Presidente da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., que, ao instalar a Assembleia, convidou o Sr. Rafael Alves Barbosa da Silva para atuar como Secretário. V. ORDEM DO DIA: Distribuição de dividendos intercalares da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. VI. DELIBERAÇÕES: O acionista aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$ 204.028.629,54 (duzentos e quatro milhões, vinte e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais, cinquenta e quatro centavos), correspondente ao índice de 80% sobre o lucro líquido apurado nos meses de março e abril de 2018, deduzidas as destinações legais, esclarecido que o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável sobre o assunto. VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da Acionista da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., da qual eu, Rafael Alves Barbosa da Silva, secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Brasília (DF), 25 de maio de 2018. Ass.) Ismael Tessari Grandi, Diretor-Presidente da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., Presidente da Assembleia e Werner Romera Suffert, Representante do Acionista. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 9 FOLHA 31. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 21.06.2018 sob o número 1077957 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/MVA Nº 15, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nas cláusulas oitava e décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, torna público que o Estado de São Paulo, a partir de 16 de agosto de 2018, adotará as margens de valor agregado, a seguir indicadas nas Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV do Ato COTEPE/ICMS 42/13, de 20 de setembro de 2013.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool Hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
						7%	12%	Originado de Importação 4%				
*SP	46,88%	95,10%	46,88%	95,10%	20,32%	29,37%	36,73%	25,33%	10,48%	34,73%	-	-

ANEXO II

OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	46,88%	95,10%	46,88%	95,10%	42,06%	60,97%	43,94%	63,09%	137,82%	170,25%	58,69%	80,18%	-	-	-	-

ANEXO III

OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	46,88%	95,10%	46,88%	95,10%	42,06%	60,97%	43,94%	63,09%	137,82%	170,25%	58,69%	80,18%	40,76%	87,69%	20,32%	25,33%

ANEXO IV

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	51,91%	101,88%	51,91%	101,88%	18,73%	44,80%

ANEXO V

OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	51,91%	101,88%	51,91%	101,88%	45,22%	64,63%	47,07%	66,72%	137,82%	170,25%	58,69%	80,18%	-	-

ANEXO VI

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	100,05%	165,85%	100,05%	165,85%	19,11%	45,25%

ANEXO VII

OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	100,05%	165,85%	100,05%	165,85%	78,65%	102,53%	80,08%	104,15%	149,50%	159,46%	95,30%	121,78%	-	-

ANEXO VIII

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	109,64%	178,60%	109,64%	178,60%	24,26%	51,54%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IX

OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	109,64%	178,60%	109,64%	178,60%	83,80%	108,36%	85,13%	109,87%	149,50%	159,46%	95,30%	121,78%	-	-

ANEXO X

OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-Estaduais
*SP	51,91%	101,88%	51,91%	101,88%	45,22%	64,63%	47,07%	66,72%	137,82%	170,25%	58,69%	80,18%	47,69%	96,92%	20,32%	25,33%

ANEXO XI

OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 3 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP e COFINS pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	100,05%	165,85%	100,05%	165,85%	78,65%	102,53%	80,08%	104,15%	149,50%	159,46%	95,30%	121,78%	47,97%	97,29%	20,32%	25,33%

ANEXO XII

OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 4 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP, COFINS e CIDE pelo Importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	109,64%	178,60%	109,64%	178,60%	83,80%	108,36%	85,13%	109,87%	149,50%	159,46%	95,30%	121,78%	55,25%	107,00%	20,32%	25,33%

ANEXO XIII

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 5 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pela distribuidora de combustíveis)

UF	Álcool Hidratado			
	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	20,32%	-	36,73%	-

ANEXO XIV

OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS, PRODUTOR NACIONAL DE LUBRIFICANTES, IMPORTADOR DE LUBRIFICANTES E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, II - lubrificantes)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

ATO COTEPE/PMPF Nº 15, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ, e considerando o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, divulga que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 16 de agosto de 2018, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
AC	5,0416	5,0416	4,2202	4,1763	6,0078	6,0078	-	3,9920	-	-	-	-
AL	**4,7029	**4,8298	**3,6213	**3,5197	-	*5,2476	2,3200	**3,6935	**2,9040	-	-	-
AM	*4,5032	*4,5032	**3,5333	**3,4154	-	*5,4727	-	**3,5349	2,1588	1,6979	-	-
AP	**3,9600	**3,9600	**4,2640	**3,7120	**5,6292	**5,6292	-	3,8500	-	-	-	-
BA	*4,6800	*5,1500	3,5500	3,4500	4,7800	4,8500	-	3,5000	2,4400	-	-	-
CE	4,1700	4,1700	3,2895	3,2500	4,6700	4,6700	-	3,2085	-	-	-	-
DF	**4,4460	*6,4260	**3,6030	**3,5440	**5,5993	**5,5993	-	**3,2190	3,2990	-	-	-
ES	4,4657	5,6940	2,9057	2,8192	4,5321	4,5321	2,5835	3,6063	-	-	-	-
GO	**4,6104	**6,5176	**3,5342	**3,4356	**5,6223	**5,6223	-	**2,7438	-	-	-	-
MA	*4,3050	5,7000	3,4590	3,3400	-	**5,3184	-	**3,5780	-	-	-	-
MG	4,8756	6,3089	3,6431	3,5602	5,5231	5,5231	4,5852	3,1101	-	-	-	-
MS	4,3727	5,8943	3,6149	3,5036	5,6279	5,6279	3,1608	3,2649	2,5799	-	-	-
MT	4,7215	*6,2554	3,8445	3,7486	7,3736	7,3736	4,0669	**2,6795	2,6641	2,2000	-	-
PA	*4,5210	*4,5210	*3,6020	*3,6120	*5,5184	*5,5184	-	*3,6630	-	-	-	-
PB	4,4967	7,6000	3,5044	3,4056	-	**5,3146	2,3246	*3,5379	3,1986	-	2,4814	2,4814

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	4,4290	4,4290	3,3890	3,3890	5,0092	5,0092	-	**3,3740	-	-	-	-
PI	4,5000	4,5000	3,5356	3,4161	5,2500	5,2500	2,2772	3,4269	-	-	-	-
PR	4,2500	5,5000	3,0500	2,9500	4,9700	4,9700	-	**2,7500	-	-	-	-
RJ	*4,9280	*5,5734	3,5510	3,4550	-	*5,4163	2,4456	**3,4140	**2,6180	-	-	-
RN	4,5040	7,1900	3,5750	3,4020	5,1954	5,1954	-	3,6740	3,1930	-	1,6900	1,6900
RO	4,5640	4,5640	3,6580	3,5810	-	5,9040	-	3,7920	-	-	2,9656	-
RR	4,3425	4,4991	3,5587	3,4434	5,9900	6,8200	3,3400	3,8195	-	-	-	-
RS	4,8038	6,3063	3,4261	3,3291	5,2933	6,5921	-	4,0158	2,8275	-	-	-
SC	4,1200	5,5600	3,2400	3,1200	5,3500	5,3500	-	3,4800	2,4500	-	-	-
SE	*4,4560	**4,5120	3,3100	3,3100	**5,7780	**5,7780	*3,1262	**3,6770	*3,2530	-	-	-
SP	**4,2410	**4,2410	**3,3680	**3,2580	*5,1277	5,1224	-	**2,5170	-	-	-	-
TO	4,6800	7,1500	3,3400	3,2700	6,4000	6,4000	3,7300	3,5500	-	-	-	-

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DESPACHO Nº 102, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a forma e o procedimento de entrega da reinstituição dos benefícios fiscais, previsto nas cláusulas sétima e nona do Convênio ICMS 190/18.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, considerando o disposto na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, no Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, e suas alterações trazidas pelos Convênios ICMS 35/18, de 03 de abril de 2018, e 51/18, de 05 de julho de 2018, em especial, para o atendimento ao disposto nas suas cláusulas sétima e nona, torna público que:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal para o cumprimento das condições previstas nas cláusulas sétima e nona do Convênio ICMS 190/17, com vista à obtenção do registro, do depósito, da certificação da reinstituição dos benefícios fiscais e da publicação no Portal Nacional da Transparência Tributária - PNTT - disponibilizado no sítio do CONFAZ, devem entregar relação com as informações referentes aos atos reinstituídos em arquivo de planilha eletrônica, extensão XLS, na forma do Anexo Único deste despacho.

Parágrafo único. Fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal acrescerem colunas no anexo deste despacho, em complementação às informações solicitadas.

Art. 2º Os atos a serem reinstituídos, conforme previsto nas cláusulas sétima e nona do Convênio ICMS 190/18, devem:

I - estar em vigência na unidade federada;

II - ter o registro e depósito devidamente certificado pela Secretaria Executiva do CONFAZ;

III - estar dentro do prazo de fruição, conforme enquadramento previsto na cláusula décima do Convênio ICMS 190/18.

Art. 3º O procedimento de entrega da documentação para efeitos de registro e depósito na Secretaria Executiva do CONFAZ deve obedecer ao disposto nos arts. 2º, 3º e 4º do Despacho 96/18, de 25 de julho de 2018.

Parágrafo único. As planilhas, documentação comprobatória e arquivos eletrônicos recebidos referidos no caput deste artigo serão inseridos no processo SEI específico de cada unidade federada.

Art. 4º A SE/CONFAZ emitirá "CERTIFICADO DE REGISTRO E DEPÓSITO DA REINSTITUIÇÃO" seguindo numeração sequencial dos demais certificados, que será disponibilizado no site do CONFAZ.

Art. 5º O prazo previsto no § 1º da cláusula décima primeira do Convênio ICMS 190/17 terá como marco inicial de contagem a data da publicação no PNTT da planilha prevista no Anexo Único deste despacho.

Art. 6º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

ANEXO ÚNICO

ATOS REINSTITUÍDOS
(Convênio ICMS 190/17, cláusulas sétima e nona)
UNIDADE FEDERADA:

ITEM (1)	LEGISLAÇÃO/ ESPÉCIE (2)	NÚMERO (3)	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE (4)	ENQUADRAMENTO (5)	TERMO FINAL (6)	Nº DO CERTIFICADO (7)	OBSERVAÇÕES (8)

ORIENTAÇÕES DE PREEENCHIMENTO:
(1) Item: informar número sequencial em arábico.
(2) Legislação/Espécie

1	LEI COMPLEMENTAR
2	LEI ORDINÁRIA
3	MEDIDA PROVISÓRIA
4	DECRETO
5	PORTARIA
6	INSTRUÇÃO NORMATIVA
7	RESOLUÇÃO
8	TERMO DE ACORDO
9	PROTOCOLO DE INTENÇÃO
10	REGIME ESPECIAL
11	DESPACHO
12	AUTORIZAÇÃO ESPECÍFICA (COMPREENDE AS DEMAIS ESPÉCIES)

(3) Número: informar o número do ato e das suas alterações.
(4) Data da publicação no DOE: informar a data de publicação do ato no diário oficial da unidade federada declarante, no formato dd/mm/aaaa
(5) Enquadramento: indicar o enquadramento de acordo com a legenda (Convênio ICMS 190/17, cláusula décima).

1	FOMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL, INCLUSIVE AGROINDUSTRIAL, E AO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA, AQUAVIÁRIA, FERROVIÁRIA, PORTUÁRIA, AEROPORTUÁRIA E DE TRANSPORTE URBANO
2	MANUTENÇÃO OU AO INCREMENTO DAS ATIVIDADES PORTUÁRIA E AEROPORTUÁRIA VINCULADAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL, INCLUÍDA A OPERAÇÃO SUBSEQUENTE À DA IMPORTAÇÃO, PRATICADA PELO CONTRIBUINTE IMPORTADOR
3	MANUTENÇÃO OU AO INCREMENTO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS, DESDE QUE O BENEFICIÁRIO SEJA O REAL REMETENTE DA MERCADORIA
4	OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS COM PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E EXTRATIVOS VEGETAIS *IN NATURA*
5	DEMAIS CASOS

(6) Termo Final: informar o termo final de produção de efeitos do ato normativo, no formato dd/mm/aaaa.
(7) Número do Certificado: número do Certificado de Registro e Depósito do ato na SE/CONFAZ, objeto da reinstituição.
(8) Observações: campo de livre preenchimento com informações adicionais prestadas a critério da unidade federada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 30, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A SECRETÁRIA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 38 de 29 de janeiro de 2018, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 31 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de agosto de 2018, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de julho de 2018;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003300 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de julho de 2018 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de julho de 2018; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,002500.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de julho de 2018, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,002500.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação".

Art. 6º O Ministério da Fazenda, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CINARA WAGNER FREDO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 1.278, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Divulga os resultados do 2º trimestre de 2018 dos indicadores definidos pela Portaria RFB nº 412, de 19 de março de 2018 e altera a Portaria RFB nº 274, de 27 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, IV e XXX do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado do 2º trimestre de 2018, a partir dos indicadores definidos na Portaria RFB nº 412, de 19 de março de 2018.

Indicador	Resultado
1	20,5336%
2	6,5133%
3	24,1533%
4	88,3513%
5	120,6414 dias
6	28,5787%
7	350,0536 dias
8	97,1109%
9	91,2946%
10	39,7460%
11	29,3881%
12	R$ 689.309 milhões

Art. 2º O artigo 1º da Portaria nº 274, de 27 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Divulgar o resultado do 4º trimestre de 2017, a partir dos indicadores definidos na Portaria RFB nº 31, de 18 de março de 2017.

Indicador	Resultado
1	23,71%
2	26,84%
3	83,84%
4	91,86%
5	112,39 dias
6	328,85 dias
7	9,09%
8	92,72%
9	R$ 1.305.463 milhões

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

RETIFICAÇÃO

No ANEXO ÚNICO do ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COANA Nº 5, DE 25 DE JULHO DE 2018, publicado no DOU nº 152, de 8 de agosto de 2018, seção 1, página 96, Onde se lê: "As câmeras responsáveis pela cobertura das áreas destinadas a verificação física de mercadorias devem possuir resolução igual ou superior a 2560 x 1140 (2K)." Leia-se: " "

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 103, DE 30 DE JULHO DE 2018

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976, suas alterações e regulamentos, resolve:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento aos veículos e às mercadorias objeto dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

ANEXO I

Seq.	Processo	Auto de Infração e Apreensão Nº
01	13150.720163/2018-78	0130151-31620/2018
02	13150.720109/2018-22	0130100-33041/2018
03	13150.720149/2018-74	0130151-31481/2018
04	13150.720167/2018-56	0130151-32077/2018
05	13150.720170/2018-70	0130151-33378/2018
06	13150.720136/2018-03	0130151-31430/2018
07	13150.720146/2018-31	0130151-31467/2018
08	13150.720064/2018-96	0130151-27401/2018
09	13150.720140/2018-63	0130151-30821/2018
10	13150.720142/2018-52	0130151-33226/2018
11	13150.720165/2018-67	0130151-32355/2018
12	13150.720111/2018-00	0130151-31290/2018
13	13150.720126/2018-60	0130151-30737/2018
14	13150.720164/2018-12	0130151-32219/2018
15	13150.720132/2018-17	0130151-30820/2018
16	13150.720145/2018-96	0130151-33344/2018
17	13150.720083/2018-12	0130151-23765/2018
18	13150.720166/2018-10	0130151-32826/2018
19	13150.720156/2018-76	0130151-31483/2018
20	13150.720188/2018-71	0130151-35715/2018
21	13150.720106/2018-99	0130151-28620/2018
22	13150.720134/2018-14	0130151-33136/2018
23	14108.720059/2017-81	0130151-33447/2018
24	14108.720049/2017-45	0130151-28207/2018
25	13150.720085/2018-10	0130151-24012/2018
26	14108.720159/2016-26	0130100-24773/2018
27	13150.720130/2018-28	0130151-30818/2018

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 106, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Declara Cancelado Registro Especial - Papel Imune

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo qualificado, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 11 da IN-RFB nº 1.817/2018, e tendo em vista o enquadramento do estabelecimento abaixo qualificado nas situações dos incisos III e IV do mesmo art. 11, declara:

Cancelado o Registro Especial nº UP 01301/00121 emitido para EDITORA DE LIZ LTDA. - ME, CNPJ 07.773.026/0001-11, conforme consta do processo nº 10183.001697/2010-79.

MAURÍCIO FERRAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 107, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Declara Cancelado Registro Especial - Papel Imune

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo qualificado, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 11 da IN-RFB nº 1.817/2018, e tendo em vista o enquadramento do estabelecimento abaixo qualificado na situação do inciso IV do mesmo art. 11, declara:

Cancelado o Registro Especial nº GP 01301/00110 emitido para KCM EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, CNPJ 03.720.462/0001-71, conforme consta do processo nº 10183.004469/2003-21.

MAURÍCIO FERRAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 108, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Declara Cancelado Registro Especial - Papel Imune

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo qualificado, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 11 da IN-RFB nº 1.817/2018, e tendo em vista o enquadramento do estabelecimento abaixo qualificado na situação do inciso IV do mesmo art. 11, declara:

Cancelado o Registro Especial nº GP 01301/00118 emitido para PRESSGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA. - ME, CNPJ 08.386.919/0001-77, conforme consta do processo nº 14098.000048/2010-71.

MAURÍCIO FERRAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 109, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Declara Cancelado Registro Especial - Papel Imune

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo qualificado, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 11 da IN-RFB nº 1.817/2018, e tendo em vista o enquadramento do estabelecimento abaixo qualificado na situação do inciso IV do mesmo art. 11, declara:

Cancelado o Registro Especial nº GP 01301/00107 emitido para RENATO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR - EPP, CNPJ 03.044.191/0001-81, conforme consta do processo nº 14098.000049/2010-15.

MAURÍCIO FERRAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 110, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Declara Cancelado Registro Especial - Papel Imune

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo qualificado, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 11 da IN-RFB nº 1.817/2018, e tendo em vista o enquadramento do estabelecimento abaixo qualificado na situação do inciso IV do mesmo art. 11, declara:

Cancelado o Registro Especial nº UP 01301/00108 emitido para RENATO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR - EPP, CNPJ 03.044.191/0001-81, conforme consta do processo nº 14098.000049/2010-15.

MAURÍCIO FERRAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 111, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Declara Cancelado Registro Especial - Papel Imune

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo qualificado, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 11 da IN-RFB nº 1.817/2018, e tendo em vista o enquadramento do estabelecimento abaixo qualificado nas situações dos incisos III e IV do mesmo art. 11, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cancelado o Registro Especial nº DP 01301/00136 emitido para REPÚBLICA COMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, CNPJ 04.041.350/0001-57, conforme consta do processo nº 10183.002381/2010-02.

MAURÍCIO FERRAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Declara Cancelado Registro Especial - Papel Imune

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo qualificado, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 11 da IN-RFB nº 1.817/2018, e tendo em vista o enquadramento do estabelecimento abaixo qualificado nas situações dos incisos III e IV do mesmo art. 11, declara:

Cancelado o Registro Especial nº IP 01301/00135 emitido para REPÚBLICA COMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, CNPJ 04.041.350/0001-57, conforme consta do processo nº 10183.002381/2010-02.

MAURÍCIO FERRAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Declara Cancelado Registro Especial - Papel Imune

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo qualificado, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 11 da IN-RFB nº 1.817/2018, e tendo em vista o enquadramento do estabelecimento abaixo qualificado nas situações dos incisos III e IV do mesmo art. 11, declara:

Cancelado o Registro Especial nº UP 01301/00134 emitido para REPÚBLICA COMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, CNPJ 04.041.350/0001-57, conforme consta do processo nº 10183.002381/2010-02.

MAURÍCIO FERRAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Declara Cancelado Registro Especial - Papel Imune

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo qualificado, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 11 da IN-RFB nº 1.817/2018, e tendo em vista o enquadramento do estabelecimento abaixo qualificado nas situações dos incisos III e IV do mesmo art. 11, declara:

Cancelado o Registro Especial nº GP 01301/00129 emitido para TOP GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA. - ME, CNPJ 11.508.460/0001-41, conforme consta do processo nº 10183.001332/2010-44.

MAURÍCIO FERRAZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Declara a exclusão do Regime Especial unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, da empresa que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012, por força da alínea VIII, art. 13, da Portaria de Delegação de Competência do Delegado da DRF/MNS nº 71, de 09 de junho de 2014 e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso e VIII e § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e, ainda, considerando os dados constantes no processo administrativo nº 10283.721.958/2018-08, resolve:

Art. 1° Excluir do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa UATUMA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA - EPP, CNPJ: 14.181.341/0001-15;

Art.2° A exclusão surtirá efeito retroativo a partir de 1º de janeiro de 2014, nos termos do art. 29, inciso VIII e seu § 1º, combinado com os artigos 33 e 39, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art.3° Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da ciência deste, apresentar manifestação de inconformidade, dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém-PA, por meio dessa unidade, assegurados, portanto o contraditório e a ampla defesa.

Art.4° Não havendo manifestação no prazo estipulado, a exclusão tornar-se-á definitiva.

GLAYTON BATISTA DA SILVA

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar n°123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010, também aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012; atendidas as exigências do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001; da IN SRF nº 267/2002, bem como com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM n° 71 de 09 de junho de 2014 (D.O.U. 12/06/2014), e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no inciso I do art. 83 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa JEORGE SAMPAIO DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.599.481/0001-82, em virtude de quando do ingresso no Simples Nacional incorria em atividade econômica vedada, nos termos do inciso XII do art. 17, e no inciso XXI do art. 15, e alínea "e", do inciso II, do art. 81 da Resolução CGSN N° 140, de 2018, conforme apurado no Processo nº 10283.721961/2018-13.

Art. 2º A exclusão, ora declarada, surtirá efeito retroativo a partir de 1º de janeiro de 2015, em consonância com o inciso I, do art. 2º, § 6° do art. 16 da Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006, e inciso III, alínea "a", do art. 84 da Resolução CGSN N° 140, de 2018.

Art. 3º Considerar-se-á realizada a ciência no dia em que a pessoa jurídica consultar a mensagem disponibilizada em seu Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN) ou, caso essa consulta ocorra em dia não útil, será considerado o primeiro dia útil seguinte, conforme disposto nos § 1º-A e § 1º-B do art. 16 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Parágrafo único. Se a consulta não for efetuada em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da disponibilização dessa mensagem no DTE-SN, será considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo, conforme disposto no § 1º-C do art. 16 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 4º A pessoa jurídica que desejar contestar a sua exclusão do Simples Nacional deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 121 da Resolução CGSN nº 140, de 2018, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Na hipótese de apresentação de impugnação tempestiva, o termo de exclusão somente se tornará efetivo quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte, conforme disposto no § 3º do art. 83 da Resolução CGSN nº 140, de 2018, observando-se, quanto aos efeitos da exclusão, o disposto no art. 84 da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

Art. 5º Não havendo manifestação de inconformidade no prazo indicado no artigo anterior, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 6 DE AGOSTO DE 2018.

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, do artigo 243, da Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e no inciso VIII, do artigo 3º, da Portaria DRF/NAT nº 92, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica SERIDÓ COMÉRCIO DE RAÇÕES LTDA, CNPJ nº 40.797.805/0001-22, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Natal/RN, na Esplanada Silva Jardim, 83, Ribeira.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO CARVALHO DE OLIVEIRA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.027, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Ementa: A tributação concentrada prevista no art. 3º da Lei nº 10.485, de 2002, com alíquota diferenciada, aplica-se somente às vendas de produtos relacionados nos seus Anexos I e II que se destinem a uso no setor automotivo.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 55, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º e Anexos I e II; Instrução Normativa SRF nº 594, de 2005.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ementa: A tributação concentrada prevista no art. 3º da Lei nº 10.485, de 2002, com alíquota diferenciada, aplica-se somente às vendas de produtos relacionados nos seus Anexos I e II que se destinem a uso no setor automotivo.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 55, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.485, de 2002, art. 3º e Anexos I e II; Instrução Normativa SRF nº 594, de 2005.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Declara habilitada a empresa para exercer os procedimentos simplificados de embarque mediante transbordo e despacho aduaneiro de exportação de petróleo em área marítima situada em águas jurisdicionais brasileiras.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 283 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, bem como o que consta nos autos do Dossiê Digital nº 10010.022097/0618-52, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica a empresa Shell Brasil Petróleo Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.456.016/0001-67, situada na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 5, 1º andar, Barra da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados para o embarque mediante transbordo e o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto em área geográfica exclusiva localizada ao largo da costa do Estado da Bahia, na modalidade de embarque prevista no inciso II do art. 7º, da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, discriminada pelas seguintes coordenadas:

I - Ponto A: Lat. 12°45'00" S; Long. 37°05'00" W;
II - Ponto B: Lat. 12°55'00" S; Long. 36°45'00" W;
III - Ponto C: Lat. 13°30'00" S; Long. 37°06'00" W; e
IV - Ponto D: Lat. 13°18'00" S; Long. 37°28'00" W.

Art. 2º Está autorizado por este Ato como estabelecimento comercial que realizará as referidas exportações de petróleo, nos termos do art. 3º, § 2º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 2013, a SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ 10.456.016/0039-30, Av. das Américas, nº 4.200, 25º andar, Bloco 6, Sala 10 - Parte, Barra da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro/RJ.

Art. 3º O petróleo destinado à exportação será extraído da Unidade Flutuante de Produção (FPSO) Pioneiro de Libra - BM-S-09, Campo LIBRA, Latitude - 24°38'53.79"(S) e Longitude - 42°13'56.285"(W), CNPJ 10.456.016/0039-30.

Art. 4º Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto nos arts. 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 2013.

Art. 5º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados têm caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos arts. 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 2013.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO MATOS DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Declara inapta a Inscrição, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, da ASSUNÇÃO COMÉRCIO DE IMPORTADOS LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 19.562.898/0001-10, por falta de comprovação da origem lícita, da disponibilidade e da efetiva transferência dos recursos necessários à prática das operações de comércio exterior.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2017, agindo com fundamento no artigo 81 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e com supedâneo no inciso III, do artigo 40, e parágrafo 2º, do artigo 43, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, sucessora da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, tendo em vista a Representação Fiscal, firmada nos autos do Processo Administrativo Fiscal nº 12689.721073/2015-11, bem como o não acatamento da Contraposição de Razões à Representação, declara:

Art. 1º A Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, da ASSUNÇÃO COMÉRCIO DE IMPORTADOS LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 19.562.898/0001-10, fica declarada inapta, em razão da sociedade empresária não ter comprovado a origem lícita, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos necessários à prática das operações de comércio exterior;

Art. 2º Os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir de 27/03/2014, data a partir da qual foram verificadas as primeiras irregularidades concernentes ao período fiscalizado, ficam declarados ineficazes, para efeitos tributários;

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO MATOS DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial para estabelecimento que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto no artigo 7º, inciso I, da IN RFB nº 976/2009, publicada no DOU de 8 de dezembro de 2009, e suas alterações e ainda considerando o que consta do processo administrativo respectivo, declara:

Art. 1º - Cancelada a Inscrição no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945 de 4 de junho de 2009, para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, do estabelecimento abaixo identificado, sob o número e na atividade que especifica:

Nome empresarial	CENTRO ESPÍRITA CAMINHO DA REDENÇÃO
Endereço	Rua Jayme Vieira Lima, 104 - Pau da Lima, Salvador-Ba. CEP 41235-000
CNPJ	15.176.233/0001-17
Processo administrativo	10580.721135/2010-62
Nº Registro Especial	GP-05101/00168

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Termo de Diligência e Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 28, publicado no Diário Oficial, de 22 de agosto de 2017, e demais documentos integrantes do Processo nº 10660.720411/2018-32, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 210.240 (duzentos e dez mil, duzentos e quarenta) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0019-62, localizada na Rodovia Fernão Dias, km. 947,5, Área C, Bairro dos Pires, cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/158, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
VODKA ABSOLUT 12x750ML NOVA EMBALAGEM	9.240 caixas de 12 garrafas de 750ml.	110.880
VODKA ABSOLUT 12x1000ML NOVA EMBALAGEM	8.280 caixas de 12 garrafas de 1000ml.	99.360

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/Varginha/MG nº 25, de 25 de março de 2018, publicado no DOU de 03 de julho de 2018.

Art. 4º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo a empreendimento situado na área de atuação da SUDENE.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 25, de 12 de março de 2018, publicada no DOU de 13/03/2018, em seu art. 3º, inciso II; considerando o disposto no art. 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017; e considerando o disposto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, no Decreto 4213/2002 e na Instrução Normativa RFB nº 267/2002, e considerando o que consta no processo nº 10480-721.825/2018-05, declara:

Art. 1º - Habilitada a operar como beneficiária do regime de redução do IRPJ e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, a pessoa jurídica E. HOTELARIA E TURISMO LTDA - CNPJ 11.796.602/0001-13, relativamente ao empreendimento que trata o Laudo Constitutivo nº 0233/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na forma a seguir discriminada:

I - Endereço da pessoa jurídica objeto do incentivo: Av. Visconde de Jequitinhonha, 1228 - Boa Viagem - Recife - PE - CEP 51030-020 (Estabelecimento: CNPJ 11.796.602/0008-90);

II - Fundamentação legal para o reconhecimento do direito: Art. 1º da Medida Provisória nº 2199-14, de 24/08/2001, em conformidade com o estabelecido no Decreto 4213, de 26/04/2002 e com o Regulamento de Incentivos Fiscais;

III - Enquadramento do benefício: Redução de 75% do IRPJ e adicionais;

IV - Condição onerosa atendida: Implantação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do nordeste - SUDENE;

V - Setor prioritário: Turismo - empreendimentos hoteleiros;

VI - Atividade incentivada: Hotelaria;

VII - Período de fruição: 01/01/2017 a 31/12/2026 (10 anos).

Art. 2º - O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º - A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VICENTE BATTISTA JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício da atribuição privativa prevista do inciso I, alínea "b", do "caput" do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, considerando o que consta no processo administrativo nº 12217.720039/2018-28, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito o Ato Declaratório Executivo nº 31, de 25 de julho de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 143 - Seção 1, pág. 55, de 26 de julho de 2018, que cancelava o Registro Especial nº UP-08128/00035 concedido pelo ADE nº 0002/2010, de 29/03/2010, publicado no DOU em 30/03/2010, Processo 13896.001298/2007-64, para a empresa EDICOES SM LTDA, CNPJ 05.699.378/0002-20 estabelecida à Rua Tenente Lycurgo Lopes da Cruz 55, Água Branca, São Paulo/SP.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDERSON FÉLIX DE OLIVEIRA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 229, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A DELEGADA SUBSTITUTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO (SP), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e sem prejuízo das competências ali discriminadas; com base no disposto nos art. 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06/09/79, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17/09/81, e considerando a conveniência da desburocratização e da descentralização administrativa, resolve:

Art.1º - Delegar competência ao Chefe da Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário (Dicat) em relação às seguintes atribuições:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I- expedir e assinar Guias de Levantamento de Depósito - GLD, bem como estabelecer comunicação direta com a Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação em vigor;

II- firmar quaisquer documentos que envolvam a transferência de Títulos das Dívidas Agrárias - TDA apresentados à RFB para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º - Ficam convalidados os atos praticados pelos servidores, no uso das atribuições acima delegadas, até a publicação da presente portaria no DOU.

Art. 3º - Revogar a Portaria Derat/SPO nº 279 de 1 de agosto de 2012, publicada no DOU de 3 de agosto de 2012.

MARILDA APARECIDA CLAUDINO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Cancela Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA/PR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2017, e em face do disposto no artigo 15 da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 03 de outubro de 2014, resolve:

Art. único - Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com código de controle 0C68.811F.E0C4.3857, emitida indevidamente em 08/08/2018, em favor do contribuinte REFRIGERACAO ASTECA LTDA. - CNPJ nº 82.942.269/0001-51, constante do dossiê nº 10120.001176/0818-16.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Declara inapta inscrição no CNPJ

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, alterada pela Portaria MF nº 331 de 03 de julho de 2018 publicada no DOU de 04 de julho de 2018 e tendo em vista o disposto no 42, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, combinado com os artigos 81, § 5º e 82 da Lei nº 9.430/1996 com redação dada pela Lei nº 11.941/09 e artigos 40, inciso II, 42, inciso I e 47, § 3º, inciso I, letra b da referida IN, declara:

Artigo 1º. Inaptas as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, por não terem sido localizadas no endereço constante do CNPJ, conforme constatado no respectivo processo administrativo fiscal.

Artigo 2º. Tributariamente ineficazes os documentos emitidos por estas empresas, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO
JUNIOR ANSELMO DA SILVA INFORMÁTICA	25.140.649/0001-39	15165.720731/2017-16
GOMES & SANTOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	02.248.903/0001-11	10932.720031/2017-70

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 340, incisos III e VIII, da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido da empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920-721.615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 135.072 (cento e trinta e cinco mil e setenta e dois) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
135.072	11.256	Johnnie Walker White Walker	Uísque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO (SACTA), no uso da competência delegada pelo art. 5º, inc. I, da Portaria ALF/URA/nº 021/2018, de 18 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º. Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa interessada:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11075.720.569/2018-75	JOSIANNE TEREZINHA QUARTIERI ALVES	667.420.300-97

Art. 2º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro da pessoa nomeada no art. 1º, em razão de sua inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

Art. 3º. O Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA -, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE Coana nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 4º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

RICARDO LEITE LEAL

PORTARIA Nº 781, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 todo da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.006421/2017-47 e Juntada nº 0137942, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o Termo aditivo a convênio de adesão celebrado entre a Ernst & Young Serviços Tributários SP Ltda., CNPJ nº 09.504.894/0001-21, CNPJ nº 09.504.894/0001-21, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios E&Y Previdência Privada - CNPB nº 2008.0013-18, e a MultiBRA Fundo de Pensão.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 769, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas nos termos a seguir, resolve:

Art. 1º Aprovar os termos aditivos aos convênios de adesão ao Plano de Benefícios Odeprev Brasil, CNPB nº 1994.0040-29, celebrado entras as seguintes patrocinadoras e a entidade ODEBRECHT PREVIDÊNCIA.

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	PROCESSO SEI	JUNTADA
Aquapolo Ambiental S.A.	11.399.666/0001-80	44011.002771/2018-15	0139052
Companhia de Saneamento do Tocantins - SANEATINS	25.089.509/0001-83	44011.002767/2018-57	0139207
Distribuidora de Águas Triunfo S.A.	11.669.168/0001-00	44011.002774/2018-59	0138936
F.AB. Zona Oeste S.A .	14.863.079/0001-99	44011.002769/2018-46	0139036
Maua Agua S.A.	23.888.452/ 0001-57	44011.002773/2018-12	0139060
BRK Ambiental Araguaia Saneamentos S.A.	16.876.276/0001-78	44011.002786/2018-83	0139073
BRK Ambiental - Ativos Maduros S.A.	21.398.265/0001-60	44011.002793/2018-85	0138872
BRK Ambiental - Blumenau S.A.	11.609.081/0001-48	44011.002788/2018-72	0138967
BRK Ambiental - Capivari S.A.	08.583.774/0001-02	44011.002794/2018-20	0138886
BRK Ambiental - Digital S.A.	17.417.503/0001-60	44011.002770/2018-71	0138918
BRK Ambiental - Jeceaba S.A.	09.425.611/0001-56	44011.002768/2018-00	0139214
BRK Ambiental - Limeira S.A.	00.585.900/0001-48	44011.002791/2018-96	0139122
BRK Ambiental - Macaé S.A.	17.002.138/0001-22	44011.002789/2018-17	0139134
BRK Ambiental Manso S.A.	19.246.473/0001-00	44011.002782/2018-03	0139089
BRK Ambiental - Maranhão S.A.	21.480.265/0001-04	44011.002780/2018-14	0139195
BRK Operações Industriais S.A.	24.396.481/0001-64	44011.002792/2018-31	0139147
BRK Ambiental - Participações S.A.	24.396.489/0001-20	44011.002776/2018-48	0139109
BRK Ambiental - Porto Ferreira S.A.	14.001.255/0001-83	44011.002795/2018-74	0139199
BRK Ambiental - Região Metropolitana do Recife/Goiânia SPE S.A.	17.119.291/0001-34	44011.002777/2018-92	0138924
BRK Ambiental - Rio Claro S.A.	08.630.227/0001-22	44011.002772/2018-60	0139155
BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.	08.774.784/0001-17	44011.002796/2018-19	0139176
BRK Ambiental - Sumare S.A.	21.480.265/0001-04	44011.002781/2018-51	0138985
BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A.	02.628.150/0001-70	44011.002785/2018-39	0139161
BRK Ambiental - Goiás S.A.	18.123.402/0001-49	44011.002790/2018-41	0139171
BRK Ambiental Jaguaribe S.A.	08.529.701/0001-24	44011.002784/2018-94	0139186
BRK Ambiental - Maua S.A.	05.380.441/0001-80	44011.002775/2018-01	0139227
BRK Ambiental - Santa Gertrudes S.A.	12.324.465/0001-87	44011.002783/2018-40	0139046
BRK Ambiental - Uruguaiana S.A.	13.015.402/0001-01	44011.002778/2018-37	0139219
Saneaqua Mairinque S.A.	12.323.568/0001-22	44011.002765/2018-68	0139040
UVR Grajaú S.A	17.317.365/0001-47	44011.002779/2018-81	0139009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 7.168, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.618542/2018- 86, resolve:

Art. 1º Homologar a transferência do controle final de VIRGINIA SURETY COMPANHIA DE SEGUROS DO BRASIL, CNPJ n. 03.505.295/0001-46, com sede na cidade de Santo André - SP, passando-o para ASSURANT INC., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Estado de Delaware, com sede em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

Art. 2º Homologar a aquisição de participação qualificada de TPG ADVISORS VI-AIV, INC., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis das Ilhas Cayman, com sede em Fort Worth, Texas e São Francisco, nos Estados Unidos da América, em VIRGINIA SURETY COMPANHIA DE SEGUROS DO BRASIL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 45, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza a aplicação do Mecanismo de exceção à Regra de Origem em caso de desabastecimento de insumos na Argentina, no Brasil e na Colômbia.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 18 do Anexo I ao Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a aplicação do Mecanismo de exceção à Regra de Origem em caso de desabastecimento de insumos na Argentina, no Brasil e na Colômbia, previsto no Apêndice 4, do Anexo IV, do Acordo de Complementação Econômica nº 72 - ACE 72, internalizado no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 9.230, de 6 de 2017, para as exportações colombianas para o Brasil para os seguintes parâmetros:

Insumo 1:
Classificação Tarifária: 5402.45.00
Descrição do Insumo: Poliamida
Título (DX):156
Nº de filamentos: 34
Nº de cabos: 1
Lustre: Brilhante
Composição: 100% poliamida
Tipo: 6
Cor: Cru
Processo: Rígido
Quantidade autorizada em Kg: 8.300

Insumo 2:
Classificação Tarifária: 5402.45.00
Descrição do Insumo: Poliamida
Título (DX): 44
Nº de filamentos: 1
Nº de cabos: 1
Lustre: Brilhante
Composição: 100% poliamida
Tipo: 6
Color: Cru
Processo: Rígido
Quantidade autorizada e Kg: 8.200

Art. 2º Em conformidade com o disposto no art. 3º, do apêndice 4, do Anexo IV do ACE 72, para efeitos das operações de exportação amparadas pelo Mecanismo, a parte exportadora deverá indicar no Campo de Observações do Certificado de Origem a referência ao Mecanismo de exceção para o período disposto no art. 3º da presente Portaria.

Art. 3º O período de aplicação do Mecanismo para os casos previstos no art 1º da presente Portaria iniciará em 11 de Julho de 2018 até 11 Julho de 2019.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SECEX nº 35, de 10 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2018.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

RETIFICAÇÃO

NA Portaria n° 187, de 07 de junho de 2017, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, publicada no Diário Oficial da União n° 115, Seção 1, segunda-feira, de 19 de junho de 2017, pág. 68:

Onde se lê:

"...Art. 1º Dar nova redação ao disposto no segundo parágrafo do inciso III.2 - Partes relacionadas ao chassi, do art. 1º da Portaria SUFRAMA nº 238, de 17 de junho de 2017..."

"...Art. 2º Fica revogado o disposto no segundo parágrafo do inciso III.2 - Partes relacionadas ao chassi, do art. 1º da Portaria SUFRAMA nº 238, de 17 de junho de 2017..."

Leia-se:

"...Art. 1º Dar nova redação ao disposto no segundo parágrafo do inciso III.2 - Partes relacionadas ao chassi, do art. 1º da Portaria SUFRAMA nº 238, de 17 de junho de 2013..."

"...Art. 2º Fica revogado o disposto no segundo parágrafo do inciso III.2 - Partes relacionadas ao chassi, do art. 1º da Portaria SUFRAMA nº 238, de 17 de junho de 2013..."

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n. 327, de 08 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União n. 153, de 09 de agosto de 2018, seção 1, pág. 42, em sua ementa, onde se lê: "Autoriza a transferência de recursos ao Município de Nova Orleans/SC...", leia-se: "Autoriza a transferência de recursos ao Município de Orleans/SC".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 40, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º do anexo I do Decreto nº 8.980, de 1º de fevereiro de 2017, em conformidade com a delegação de competência outorgada pelo parágrafo único do art. 1º da Portaria MI nº 195, de 14 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º O preâmbulo Portaria Secex nº 107, de 9 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações: "O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere § 2º do art. 6º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, em conformidade com a delegação de competência outorgada pelo parágrafo único do art. 1º da Portaria MI nº 195, de 14 de agosto de 2015, resolve:" (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso II do artigo 1º da Portaria Secex nº 107, de 9 de dezembro de 2016;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO H. RIGODANZO CANUTO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 213, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000734/2011-15, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 5º da Portaria n. 638, de 05 de setembro de 2011, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Estado de Santa Catarina - SC, para ações de Defesa Civil, para até 30/10/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 214, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59502.000223/2016-34, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 389, de 08 de agosto de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Resplendor - MG, para ações de Defesa Civil, para até 04/02/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 215, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Itacarambi	Estiagem - 1.4.1.1.0	26	27/06/18	59051.005822/2018-61
BA	Curaçá	Estiagem - 1.4.1.1.0	056	11/07/18	59051.005746/2018-94
MG	São João da Ponte	Estiagem - 1.4.1.1.0	16	26/06/18	59051.005826/2018-40
PI	Assunção do Piauí	Seca - 1.4.1.2.0	07	24/07/18	59051.005787/2018-81

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 14, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a continuidade do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA, bem como regulamenta suas atividades.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA E O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição,

Considerando a sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº 82.00.24682-5 da 1ª Vara Federal de Brasília - Distrito Federal, bem como a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros versus Brasil ("Guerrilha do Araguaia"), e

Considerando que o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) necessita dar continuidade a seus trabalhos, de forma a cumprir sua finalidade, desenvolver suas atividades por um prazo superior ao consignado na Portaria Interministerial nº 5, de 11 de maio de 2016, resolvem:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria Interministerial dispõe sobre a continuidade do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), bem como regulamenta suas atividades no âmbito do Ministério da Justiça, do Ministério da Segurança Pública, do Ministério da Defesa e do Ministério de Direitos Humanos.

Art. 2º O GTA tem por finalidade promover as atividades necessárias à localização, ao recolhimento e à identificação dos restos mortais dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia.

Capítulo II

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Art. 3º O GTA conta com a seguinte estrutura:

I - Coordenação;

II - Equipe de Perícia;

III - Equipe de Logística;

IV - Equipe de Investigação; e

V - Comitê de Acompanhamento.

Art. 4º A Coordenação é a instância decisória responsável pelas ações desenvolvidas pelo GTA, e será exercida de forma conjunta, observadas as atribuições, pelos seguintes órgãos:

I - Ministério da Justiça;

II - Ministério da Defesa;

III - Ministério dos Direitos Humanos; e

IV - Ministério da Segurança Pública.

Art. 5º Os órgãos integrantes da coordenação do GTA deverão indicar dois representantes, por meio de ato específico, no prazo de dez dias, a contar da data de publicação desta Portaria Interministerial.

Art. 6º São atribuições da Coordenação do GTA:

I - planejar, dirigir e avaliar a execução das atividades;

II - organizar e viabilizar o atendimento às demandas de recursos materiais e humanos para execução das atividades;

III - estruturar e coordenar as equipes de trabalho, observadas as competências de cada Pasta;

IV - prover os meios necessários para coleta e análise dos dados e informações sobre a Guerrilha do Araguaia;

V - solicitar, quando necessário, apoio às Forças de Segurança durante as atividades;

VI - elaborar relatórios e demais documentos necessários ao desempenho de suas atividades;

VII - garantir a publicidade e transparência dos resultados;

VIII - representar institucionalmente o GTA; e

IX - propor a celebração de acordos de cooperação ou outros instrumentos de parceria com instituições de ensino superior ou outros órgãos com vistas à consecução dos objetivos do GTA; e

X - elaborar relatório detalhado das atividades e dos resultados produzidos pelo GTA a ser encaminhado à Advocacia-Geral da União, para as providências pertinentes no contexto das ações judiciais correlatas, seja na jurisdição interna, seja no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Parágrafo único. Competirá ao Ministério dos Direitos Humanos exercer a função de Secretaria-Executiva da Coordenação, com finalidade de consolidar informações, dados e documentos produzidos pelos órgãos do GTA, dentre outras atribuições administrativas.

Art. 7º A Equipe de Perícia será coordenada conjuntamente pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Segurança Pública, respeitadas as respectivas competências legais, e desenvolverá atividades de reconhecimento, exploração e escavação, prospecção arqueológica, bem como de análise e identificação dos restos mortais encontrados e elaboração de laudos periciais.

Parágrafo único. A Equipe de Perícia será formada por peritos e especialistas com expertise técnica necessária ao cumprimento das atividades forenses propostas.

Art. 8º São atribuições da Equipe de Perícia:

I - buscar, coletar, registrar, organizar e interpretar os vestígios e os indícios materiais relacionados às finalidades do GTA;

II - realizar prospecção arqueológica e atividades de escavação nos locais indicados pela coordenação do GTA;

III - proceder à avaliação geomorfológica dos locais indicados pela coordenação do GTA;

IV - executar as atividades de identificação de restos mortais; e

V - praticar outros atos necessários aos procedimentos periciais.

Parágrafo único. Todas as atividades desenvolvidas pela Equipe Pericial deverão ser registradas em relatórios e laudos técnicos.

Art. 9º A Coordenação da Equipe Pericial poderá convidar representantes de instituições de ensino superior, das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, entre outros órgãos e instituições, para participar das atividades do GTA.

Art. 10. A Equipe de Logística será coordenada pelo Ministério da Defesa e será responsável pela infraestrutura das expedições do GTA e pelos registros cartográficos.

Art. 11. São atribuições da Equipe de Logística:

I - planejar, coordenar, implementar e supervisionar as atividades de infraestrutura das expedições de campo;

II - realizar os registros cartográficos dos locais de trabalho durante as expedições;

III - administrar a aquisição e aluguel dos materiais necessários;

IV - planejar o emprego de pessoal necessário às expedições;

V - custear passagens aéreas e diárias para equipe de logística e representantes do Ministério da Defesa;

VI - disponibilizar os meios necessários para deslocamento dos integrantes do GTA durante as expedições de campo, em especial a locação de veículos;

VII - garantir a segurança nos locais de trabalho de campo do GTA;

VIII - disponibilizar apoio de comunicação em áreas de trabalho de campo não providas de cobertura de rede de telefonia;

IX - providenciar bens e contratar serviços para apoio logístico nas expedições de campo do GTA;

X - realizar a recomposição dos locais explorados pelo GTA;

XI - prover o apoio médico de pronto atendimento para os integrantes das expedições de campo do GTA e, em caso de urgência, a remoção para unidade da rede hospitalar pública local; e

XII - exercer outras atividades necessárias ao apoio logístico das expedições de campo.

Art. 12. A Equipe de investigação, coordenada pelo Ministério dos Direitos Humanos, desenvolverá atividades de investigação forense, pautadas na prova científica, em conformidade com sua expertise técnica e multidisciplinar, com o fim de determinar possíveis locais de inumação.

Art. 13. São atribuições da Equipe de Investigação:

I - coletar, sistematizar, organizar e interpretar testemunhos, informações, dados e documentos sobre a Guerrilha do Araguaia, com ênfase na localização dos desaparecidos políticos;

II - estabelecer contato com os familiares e compilar informações da pesquisa preliminar e ante mortem dos desaparecidos políticos;

III - convidar, para entrevistas ou testemunhos, pessoas que possam guardar relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV - solicitar acesso a informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público;

V - mapear áreas de busca e investigação e indicar possíveis locais de inumação de desaparecidos políticos; e

VI - submeter à Coordenação o planejamento das ações a serem desenvolvidas e relatórios das ações realizadas.

Art. 14 O Comitê de Acompanhamento do GTA é instância de participação dos familiares de pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia e terá por finalidade contribuir com os objetivos do GTA.

Art. 15 A Coordenação do GTA poderá convidar outros órgãos públicos e especialistas para acompanhar as atividades do GTA.

Capítulo III

ATRIBUIÇÕES DOS MINISTÉRIOS E SEUS ÓRGÃOS

Art. 16. Os Ministérios integrantes do GTA desenvolverão as atividades específicas descritas neste Capítulo, e trabalharão de maneira colaborativa, visando o integral cumprimento dos objetivos do GTA.

Art. 17. Compete ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Segurança Pública:

I - coordenar a Equipe Pericial;

II - planejar e assegurar os recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao desempenho de suas atribuições no GTA;

III - custear passagens aéreas e diárias para a Equipe Pericial; e

IV - elaborar relatório sobre as atividades periciais.

Parágrafo único. A Polícia Federal prestará apoio pericial, sob coordenação conjunta do Ministério da Justiça e do Ministério da Segurança Pública, facultada a participação de outras instituições e especialistas, quando se fizer necessário.

Art. 18. Compete ao Ministério da Defesa:

I - coordenar a Equipe de Logística;

II - planejar e assegurar os recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao desempenho de suas atribuições no GTA; e

III - elaborar relatório técnico sobre as atividades logísticas nas expedições de campo do GTA.

Parágrafo único. O Comando do Exército prestará apoio logístico, sob a orientação do Ministério da Defesa, facultada a participação e emprego de meios do Comando da Aeronáutica.

Art. 19. Compete ao Ministério dos Direitos Humanos:

I - coordenar e mediar o contato com os familiares dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia, viabilizando sua participação nas atividades do GTA;

II - coordenar a Equipe de Investigação;

III - planejar e assegurar os recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao desempenho de suas atribuições no GTA;

IV - apresentar para deliberação da Coordenação os possíveis pontos de escavação, baseado nas informações fornecidas pela equipe de investigação;

V - coordenar a coleta, a atualização, a guarda e a gestão do material biológico dos familiares dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia, assegurando a proteção dos dados pessoais e genéticos;

VI - estabelecer o contato com os integrantes do Comitê de Acompanhamento e demais familiares, visando sua participação nas atividades do GTA;

VII - elaborar relatório sobre as atividades de investigação e de planejamento, bem como disponibilizá-los à Coordenação do GTA; e

VIII - custear passagens aéreas e diárias para Equipe de Investigação e familiares.

Parágrafo único. Os familiares interessados em participar das expedições e demais atividades deverão formalizar pedido, nos termos estabelecidos pelo Ministério de Direitos Humanos, com antecedência mínima de vinte dias.

Capítulo IV

EXPEDIÇÕES DE CAMPO DO GTA

Art. 20. O trabalho de campo integra o processo de busca e investigação forense do GTA e se constitui em execução de expedições periódicas na área onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, tendo como objetivo trabalhos de prospecção arqueológica, escavação de possíveis locais de inumação, exumação dos restos mortais e coleta dos materiais encontrados.

Parágrafo único. O trabalho de campo obedecerá ao cronograma previamente estipulado, prevendo expedições com duração média de dez dias ininterruptos, podendo tal período ser alterado, a critério da Coordenação do GTA.

Capítulo V

PERFIS GENÉTICOS

Art. 21. A coleta de material biológico será realizada com técnica adequada, por equipe pericial habilitada e mediante o consentimento livre e esclarecido referente aos procedimentos de coleta, de análise e de inclusão, armazenamento e manutenção dos perfis genéticos, formalizado por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Art. 22. As amostras doadas e os respectivos perfis genéticos serão utilizados exclusivamente para a identificação da pessoa desaparecida, sendo vedado seu uso para outras finalidades.

Capítulo VI

CADEIA DE CUSTÓDIA

Art. 23. Será garantida pela Equipe de Perícia a observância da cadeia de custódia do material retirado durante as expedições, com vistas a assegurar a sua preservação e a confiabilidade dos resultados pericias.

Art. 24. Os restos mortais e demais materiais retirados nas expedições deverão ser registrados em imagens, acondicionados em urnas individuais, devidamente lacradas e identificadas, descritos em relatório preliminar e entregues ao Departamento de Polícia Federal ou a outro órgão de perícia de natureza laboratorial para realização dos exames necessários, a critério da Coordenação do GTA.

Art. 25. Os restos mortais e demais materiais serão transportados com o acompanhamento de perito responsável, preferencialmente por aeronaves do Departamento de Polícia Federal ou da Força Aérea Brasileira.

Parágrafo único. Não havendo retirada de restos mortais, a equipe pericial, garantida a cadeia de custódia, poderá optar pelo transporte dos demais materiais periciais por outro meio idôneo e seguro.

Art. 26. Os restos mortais periciados deverão ser armazenados e acautelados na sala segura do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília, de acordo com decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 82.00.24682-5 da 1ª Vara Federal de Brasília - DF.

Parágrafo único. Os demais materiais coletados descritos em relatórios serão armazenados em local adequado a ser designado pela coordenação do GTA.

Capítulo VII

REGISTROS

Art. 27. As atividades de campo serão registradas em relatórios e deverão ser disponibilizados à Advocacia-Geral da União para a adoção dos devidos encaminhamentos.

Art. 28. A Secretaria-Executiva elaborará relatório específico com os resultados das atividades de campo para que, após aval da Coordenação do GTA, seja disponibilizado aos familiares e Comitê de Acompanhamento.

Capítulo VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O GTA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para a conclusão de seus trabalhos, contados a partir da publicação desta Portaria Interministerial.

Art. 30. Dentro do prazo previsto por esta Portaria Interministerial, a Secretaria-Executiva realizará a compilação dos trabalhos de buscas e identificação de pessoas mortas e desaparecidas na Guerrilha do Araguaia e disponibilizará relatório à Coordenação do GTA.

Parágrafo único. A compilação do trabalho deverá apresentar os resultados alcançados e indicar a viabilidade da continuação dos trabalhos de campo.

Art. 31. A Coordenação do GTA, com o assessoramento da Advocacia Geral da União (Procuradoria Regional da União da Primeira Região - PRU1), elaborará relatório circunstanciado sobre a viabilidade de continuidade das buscas, que deverá ser apresentado nos autos da Ação Ordinária nº 82.00.24682-5 da 1ª Vara Federal de Brasília - Distrito Federal.

Parágrafo único. No que tange ao objeto do GTA, as conclusões apresentadas no caput deverão ser compartilhadas com a Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros versus Brasil ("Guerrilha do Araguaia").

Art. 32. A participação dos integrantes nas atividades do GTA será considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 33. O GTA empregará todos os meios necessários para a consecução de suas finalidades, observada a disponibilidade financeira e orçamentária de cada um dos Ministérios.

Art. 34. Revoga-se a Portaria Interministerial nº 5, de 12 de maio de 2016.

Art. 35. Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM
Ministro de Estado da Justiça

RAUL JUNGMANN
Ministro de Estado da Segurança Pública

JOAQUIM SILVA E LUNA
Ministro de Estado da Defesa

GUSTAVO DO VALE ROCHA
Ministro de Estado dos Direitos Humanos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 962, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.004607/2018-11. Requerentes: TAKEDA PHARMACEUTICAL COMPANY LIMITED e SHIRE plc. Advogados: Tito Amaral de Andrade, Erica Sumie Yamashita e Barbara Rosenberg. Decido pela aprovação, sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, resolve:

Nº 191 - Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 251 do Decreto nº 9.199/2017:

BRUNA GABRIELLA DA SILVA SCHMITT, nascida em 22 de maio de 1996, filha de John William Schmitt e de Sandra Moema Soares da Silva, adquirindo a nacionalidade americana (Processo nº 08000.020795/2018-11);

CAROLINE LOPES TENÓRIO DE CERQUEIRA, nascida em 10 de setembro de 1980, filha de Alexandre Cesar Tenório de Cerqueira e de Maria de Lourdes Lopes Tenório de Cerqueira, adquirindo a nacionalidade americana (Processo nº 08000.024167/2018-13);

CELINA AOKI, nascida em 13 de de fevereiro de 1957, filha de Jorge Aoki Tocikaso e de Luzia Aoki, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.024260/2018-10);

EDUARDO BAPTISTA LEAL NUNES, nascido em 09 de julho de 1979, filho de Edmilson Leal Nunes e de Sueli Maria Baptista Leal Nunes, adquirindo a nacionalidade polonesa (Processo nº 08000.024630/2018-19);

FELIPE MARÇAL PINHEIRO, nascido em 28 de outubro de 1997, filho de João Dias Pinheiro e de Alcione de Nazaré Pereira Marçal, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.023924/2018-23);

GLAUBER DOS SANTOS LOPES, nascido em 17 de junho de 1994, filho de Osvaldo Lopes e de Idelnire dos Santos Lopes, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.022762/2018-14);

JEAN SEBASTIAN DA DA COSTA ANDRADE LEITE, nascido em 27 de maio de 1982, filho de Wilson Bezerra Leite e de Maria Rosangela da Costa Leite, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.024524/2018-35);

JOSIANE COUTINHO NUNES, nascida em 12 de agosto de 1982, filha de Benedita Coutinho Nunes, adquirindo a nacionalidade, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.020440/2018-22);

MAICON OLIVEIRA FERNANDES, nascido em 22 de maio de 1987, filho de Nilto de Oliveira Fernandes e de Dileia do Rego Oliveira, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.021266/2018-35);

PHILLIPE COUTINHO MATTOS, nascido em 24 de março e 1996, filho de Francisco de Andrade Mattos Junior e de Sheyla Coutinho de Mattos, adquirindo a nacionalidade americana (Processo nº 08000.016373/2018-41);

RENATA PRISCILA SODRÉ ZACARKIM, que passou a assinar-se RENATA PRISCILA ZACARKIM, nascida em 05 de julho de 1986, filha de Carlos Alberto Bassi Zacarkim e de Marinalva Sadré Zacarkim, adquirindo a nacionalidade americana (Processo nº 08018.001019/2018-23);

ROBERTA ONIDA NASSER, que passou a assinar-se ROBERTA PELIKAN NASSER, nascida em 13 de julho de 1978, filha de Roberto Botelho Nasser e de Edna Maria Auxiliadora Botelho Nasser, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.024348/2018-31);

RONALDO ENGELKE CUNHA, nascido em 03 de agosto de 1995, filho de Ronaldo Soares Cunha e de Claudia Engelke Cunha, adquirindo a nacionalidade americana (Processo nº 08000.017352/2018-43);

ROSSANE AMORIM DE GUSMÃO, nascida em 01 de setembro de 1965, filha de Getulio José Buarque de Gusmão e de Ivone Amorim de Gusmão, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.023926/2018-12);

SAMANTHA BARCELOS PACHECO, nascida em 20 de janeiro de 1993, filha de Antonio Barbosa Pacheco e de Miriam Ferreira de Barcelos, adquirindo a nacionalidade americana (Processo nº 08000.017162/2018-26);

SARAH BERNARDES, nascida em 29 de novembro de 1995, filha de Alberto Fortuna Bernardes e de Maria Cristina Amaral Santos Bernardes, adquirindo a nacionalidade americana (Processo nº 08000.020198/2018-97);

SYLVIA VICTÓRIA CORALINA DUARTE que passou a assinar-se SYLVIA VICTORIA DUARTE, nascida em 03 de outubro de 1985, filha de Vilde Duarte e de Marlene Camargo Duarte (Processo nº 08000.018373/2018-86);

TÂNIA MARA GARRETT RODEIRO, nascida em 17 de janeiro de 1984, filha de Epídio Galdino Rodeiro e de Sonia Maria Garrett Rodeiro, adquirindo a nacionalidade americana (Processo nº 08000.017158/2018-68) e

YEDO LUIZ NOVAIS GIBSON, nascido em 26 de outubro e 1981, filho de Aluizio Gibson Neto e de Zilah Gibson, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021278/2018-60).

Nº 192 - Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do art. 251 do Decreto nº 9.199/2017:

ANGELA DA PENHA THOMES, que passou a assinar-se ANGELA DA PENHA SCHROLL, nascida em 04 de janeiro de 1964, filha de Florentino Sebastião Thomes e de Barbara Bremenkamp Thomes, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.002551/2018-57);

CRISTINA LEE, nascida em 11 de maio de 1987, filha de E Seok Lee e de No Sim Lee Myung, adquirindo a nacionalidade coreana (Processo nº 08000.003650/2018-56);

GIHAD AHMAD KHALIL, nascido em 17 de novembro de 1980, filho de Ahmad Nayef Khalil e de Mariam Ahmad Khalil, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.008304/2018-64);

ISRAEL PREMINGER, nascido em 15 de fevereiro de 1941, filho de Mosche Zeew Preminger e de Chana Sara Preminger, adquirindo a nacionalidade israelense (Processo nº 08000.007817/2018-58);

JESSICA LIAO, nascida em 07 de junho de 1994, filha de Liao Pei Pi e de Chen Tzu Hsiu, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.004337/2018-35);

KATIUCIA SATSUKI TANARE, nascida em 08 de maio de 1986 , filha de Paulo Toshiaki Tanare e de Maria das Graças Pantoja Alfaia, adquirindo nacionalidade japonesa (Processo n° 08000.002554/2018-91);

LEILA CRISTINA DA COSTA, nascida em 15 de fevereiro de 1974, filha de Ana Maria da Costa, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.003653/2018-90);

LU SHAO KI, nascido em 14 de fevereiro de 1998, filho de Lu Jung Hsin e de Liu Shun Ying, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.004342/2018-48);

LUMA LETICIA CHAVES, que passou a assinar-se LAURA LETICIA CAPPIELLO, nascida em 07 de dezembro de 1993, filha de Rildson Rodrigues Chaves e de Maria Ivone Silva Chaves, adquirindo nacionalidade alemã (Processo n° 08000.007447/2018-59);

MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA, nascida em 07 de dezembro de 1966, filha de Jadiael José da Silva e de Sebastiana da Silva, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo n°08000.002550/2018-11);

REBECA OH, nascida em 12 de fevereiro de 1986, filha de Jong Hyun Oh e de Sang Hee Oh Lee, adquirindo nacionalidade coreana (Processo n°08000.004650/2018-73);

THIAGO MORGANTE SZYMANSKI, nascido em 30 de setembro de 1989, filho de Pedro Szymanski e de Sandra Lucia Morgante Szymanski, adquirindo nacionalidade americana (Processo n° 08000.011795/2018-21) e

VICTÓRIA DO KYUNG LEE, nascida em 11 de abril de 1992, filha de Young Jae Lee e de Jong Lye Jung, adquirindo nacionalidade coreana(Processo n° 08000.003648/2018-87).

Nº 193 - Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do art. 251 do Decreto nº 9.199/2017:

CIZÉLIA SÁTIA FERREIRA PRATA, nascida em 24 de outubro de 1983, filha de Antônio Prata e de Marina Ferreira Prata, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002549/2018-88);

DANIELA FRANCISCA FRAGA, nascida em 10 de fevereiro de 1988, filha de Marinalva Francisca Fraga, adquirindo nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.002536/2018-17);

GUSTAVO MOLON SCALABRIN, nascido em 06 de janeiro de 1978, filho de Dante Armando Scalabrin e de Elisabete Molon Scalabrin, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002543/2018-19);

JOICY TAINÁ MONTEIRO DE SOUZA, nascida em 23 de julho de 1985, filha de Tânia Maria Monteiro Souza, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002547/2018-99);

LAÍS ANDRADE PAMPLONA, nascida em 08 de agosto de 1986, filha de Julio Cesar Villela Pamplona e de Jussara José de Andrade Pamplona, adquirindo nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.002542/2018-66);

LILIAN FU CHIN GENIZ SHANN, nascida em 02 de junho de 1991, filha de Jack Kuo Wei Shann e de Sirlei de Fatima Geniz, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002544/2018-55);

MARIA ROZÁRIA FERREIRA DE SOUSA, que passou a assinar-se MARIA ROZÁRIA GRALL, nascida em 07 de outubro de 1976, filha de Luis Ferreira de Souza e de Sebastiana Vieira de Souza, adquirindo nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.002541/2018-11);

NATÁLIA MARQUES BEZERRIL, nascida em 11 de outubro de 1994, filha de Antonio Carlos Silva Bezerril e de Vera Lucia Marques Pantoja, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002548/2018-33);

REJANE MARIA FERREIRA DE SOUZA, que passou a assinar-se REJANE MARIA FERREIRA DE SOUZA WOLLER, nascida em 12 de junho de 1964, filha de Antonio Candido de Souza e de Maria Lindinalva Ferreira de Souza, adquirindo nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.002546/2018-44);

ROSÂNGELA MENDES ROGÉRIO, nascida em 12 de janeiro de 1989, filha de Raimundo Nonato Rogerio e de Antonia Mendes Rogerio, adquirindo nacionalidade neerlandesa (Processo nº 08000.002537/2018-53);

SIDIMARA DE ANDRADE LIMA, nascida em 03 de setembro de 1987, filha de Sidinei Ferreira Lima e de Maria Raimunda de Andrade, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002540/2018-77);

WILLMA DIAS HOLANDA DE OLIVEIRA, que passou a assinar-se WILMA STIEGLER DIAS, nascida em 31 de outubro de 1993, filha de Williams Holanda de Oliveira e de Lêda Maria Prazeres Dias, adquirindo nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.002538/2018-06) e

ZIV BRYK, nascido em 01 de junho de 1987, filho de Túlio Bryk e de Cohava Bryk, adquirindo nacionalidade israelense (Processo nº 08000.002535/2018-64).

Nº 194 - Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do art. 251 do Decreto nº 9.199/2017:

ALEXSANDRA BONIFACIO FREIRE, nascida em 31 de julho de 1978, filha de Antonio Maximo Freire e de Antonia Bonifacio Freire, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.035360/2017-91);

ALEXSANDRO NASCIMENTO DE LIMA, nascido em 03 de maio de 1978, filho de Severino Pereira de Lima Filho e de Meire Jane Costa Nascimento, adquirindo nacionalidade neerlandesa (Processo nº 08000.071755/2017-57);

DAVI YU TU, nascido em 23 de fevereiro de 1999, filho de Tu Wan Yuan e de Yu Guo Zhen, adquirindo nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.071723/2017-51);

DIÓGENES LINO BAPTISTA, nascido em 09 de setembro de 1977, filho de Wilson Rodrigues Baptista e de Inês Lino Baptista, adquirindo nacionalidade andorrana (Processo nº 08000.071727/2017-30);

ELIZABETH DE LIMA, nascida em 20 de março de 1989, filha de Sonia Maria de Lima Sales, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.071757/2017-46);

GLORIA MARIA MATTOS WOERDENBAG, nascida em 18 de agosto de 1959, filha de João Luiz Woerdenbag e de Ruth Mattos Woerdenbag, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.071714/2017-61);

IRAM PEREIRA MATIAS, nascida no dia 27 de maio de 1967, filha de Cicero Matias Firmino e Creusa Pereira Matias, adquirindo nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.002532/2018-21);

JAKELLYNNY RODRIGUES DA SILVA CRUZ, nascida em 30 de outubro de 1984, filha de Agustinho Ramos da Cruz e de Solange Rodrigues da Silva, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.071720/2017-18);

JOSEANE BERNARDINO DO NASCIMENTO, nascida em 08 de março de 1980, filha de Damião Freire do Nascimento e de Joana Bernardino da Silva Nascimento, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.071731/2017-06);

MARCUS VINÍCIUS WATSON SOUZA DOS SANTOS, nascido em 14 de setembro de 1993, filho de João Francisco dos Santos e de Elaine de Souza Carvalho dos Santos, adquirindo nacionalidade neerlandesa (Processo nº 08000.071752/2017-13);

MAYURY KURAMAE, nascida em 18 de janeiro de 1975, filha de Tadamori Kuramae e de Teruco Kuramae, adquirindo nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.071717/2017-02);

STEPHAN ANTONIE PEREIRA, nascido em 30 de novembro de 1972, filha de Pedro Gil Pereira e de Vera Lúcia Fonseca Pereira, adquirindo nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.072411/2017-65) e

VANESSA SABRINA CAMELO, nascida em 10 de novembro de 1974, filha de José Anchiêta da Silva Camêlo e de Connie Melinda Camelo, adquirindo nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.072410/2017-11).

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Secretário Nacional de Justiça

DESPACHO Nº 45, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Assunto: Classificação indicativa da obra "ORGULHO E PAIXÃO". Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos. Interessado: Globo Comunicação e Participações S/A.

Tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, § 3º, inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, e nos termos dos arts. 50 e 56 da Lei 9.784/99;

Ref: PROCESSO nº 08000.003128/2018-74. INTERESSADO: Globo Comunicações e Participações S/A. DECISÃO: Conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento pelas razões aduzidas no PARECER n. 171/2018/COCIND/PJUS/SNJ/MJ da Coordenação de Classificação Indicativa do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, cuja fundamentação adoto.

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Secretário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS

Nº 2.721/2018
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: AHMED HUSSEIN TAHER
Processo: 08707.004766/2017-74

No uso da competência a mim atribuída por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou ter residência em território nacional pelo prazo previsto em lei, nos termos dos Art. 65 e Art. 66 da Lei 13.445/2017.

Nº 2.722/2018
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: HIBA BERRO
Processo: 08389.303008/2016-03

No uso da competência a mim atribuída por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou ter residência em território nacional pelo prazo previsto em lei, nos termos dos Art. 65 e Art. 66 da Lei 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Secretário

COORDENAÇÃO-GERAL DE MIGRAÇÃO DE NACIONALIDADE

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que ELSA DE JESUS MENDES GONÇALVES SILAS, incluída na Portaria de nº 584, de 14 de dezembro de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1992, voltou a assinar ELSA DE JESUS MENDES GONÇALVES MIGUEL, em virtude de Divórcio, lavrado no 28º Tabelião de Notas de São Paulo, em 09/09/2016, Lº 1559, fls. 123/128. Averbado o Divórcio na Certidão de Casamento Matrícula 112375 01 55 1992 2 00052 145 0015268-34. Processo nº 08000.018389/2018-99

Certifico que, CARLA DI GREGÓRIO PORCIUNCULA, incluída na Portaria Coletiva nº 351-B, de 21 de setembro de 1973, publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 1973, voltou a assinar CARLA DI GREGÓRIO, em virtude de Divórcio Consensual, decretado por sentença datada de 30 de setembro de 2014, pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara de Família Regional de Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, autos 0039493-64.2014.8.19.0203. Sentença no 1º RCPN, do Rio de Janeiro/RJ, Livro EAD-517, às fls. 238, sob o nº 155038, Matrícula 114660 01 55 1979 2 00014 295 0002606 16. Averbado o Divórcio na Certidão de Casamento Matrícula 0932520155 1976 2 00154 170 0000488 69. Processo nº 08000.029187/2018-72

Certifica que, KO HUEY JIUAN, incluída na Portaria n.º 756, de 13 de outubro de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 1987, passou assinar KO HUEY JIUAN PENG, por haver contraído matrimônio com PENG YONG SHENG, em 20 de outubro de 1994, conforme certidão de casamento expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 9º Subdistrito - Vila Mariana, Estado de São Paulo, Matrícula 122044.01.55.1994.2.00041.090.0002323-04. Processo nº 08000.029075/2018-11

Certifica que, MARIA CLEMENTINA PINTO, incluída na Portaria nº 0236, de 07 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 09 de março de 1979, passou a assinar MARIA CLEMENTINA PINTO GIORGI, por haver contraído matrimônio com Dante Marcelo Artigas Giorgi, em 30 de junho de 1979, conforme certidão de casamento expedida pelo Registro Civil do 24º Subdistrito do Município de São Paulo - Indianópolis, registrada no Livro B nº 0020, as folhas 197, sob o nº 4392, matrícula 115030.01.55.1979.2.00020.197.0004392-11. Processo nº 08000.028443/2018-12

Declara que o nome exato da genitora de ALMA MARIA LOPEZ ARRIAGA, incluída na presente Portaria de Naturalização nº 82, de 18 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2017, é MARIA CONCEPCION ARRIAGA, e não conforme constou. Processo nº 08000.028006/2018-91

Certifico que, CECILIA ANA MARIA PEREIRA, incluída na Portaria Coletiva nº 302, de 12 de março de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2003, voltou a assinar CECILIA ANA MARIA PRINSLOO, em virtude de Divórcio Consensual, com sentença proferida aos 04 de abril de 2014, pela MM. Juiza de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional VIII Tatuapé-SP, Dra. Roseleine Belver dos Santos Ricci, expedida dos autos nº 1002543-47.2014.8.26.0008, averbada na certidão de casamento, matrícula 121160 01 55 2013 7 00798 117 0019985 01. Processo nº 08000.027637/2018-92

Certifica que, MARIA MERCEDES MARTINEZ GAYOSO, incluída na Portaria n.º 0038, de 12 de janeiro de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 1982, passou assinar MARIA MERCEDES MARTINEZ KOTOUC, por haver contraído matrimônio com Carlos Frederico Leipnik Kotouc, em 13 de novembro de 1982, conforme certidão de casamento expedida pelo Oficial Vitalício da Quinta Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais, Comarca da Capital - Freguesias: Lagoa e Gávea, livro B. R/74, fls. 116, sob o nº 6706. Processo nº 08000.027172/2018-70

Declara que a correta data de nascimento de VIRA DROKIN TCHIKHE, incluída na Portaria Naturalização nº 135, de 25 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2018, é 15 de setembro de 1938 e não como constou. Processo nº 08018.009006/2015-50

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 139, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: O CANDIDATO HONESTO 2 (Brasil - 2018)
Produtor(es): Camisa Listrada
Diretor(es): Roberto Santucci
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.026303/2018-00
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CRÔ EM FAMÍLIA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Marcos Didonet/Vilma Lustosa/Walkiria Barbosa
Diretor(es): Cininha de Paula
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Atos criminosos e Drogas Lícitas
Processo: 08000.028300/2018-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SHAZAM! (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Warner Bros. International
Diretor(es): David F. Sandberg
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.029535/2018-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: FANTÁSTICA (FANTASTICA, China - 2017)
Produtor(es): Huaqiang Fangte Pictures Investment/You Yang/Dong Man Culture Media
Diretor(es): Ding Liang
Distribuidor(es): LANÇA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000879/2018-50
Requerente: DISTRIBUIDORA LANÇA FILMES

Filme: O ESTIGMA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Aguinaldo Di Fiore Filho/Fábio Di Fiore/Thiago Di Fiore
Diretor(es): Fábio Di Fiore
Distribuidor(es): MAFF DISTRIBUIDORA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000988/2018-77
Requerente: GIOCONDA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E EDIÇÕES CULTURAIS LTDA.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 140, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: DETROIT: BECOME HUMAN (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: Ação
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000249/2018-85
Requerente: LUIS NEGRON JR.

Título: SPIDER-MAN (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT AMERICA
Distribuidor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT AMERICA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000703/2018-06

Requerente: IAN JONES
Título: FARMING SIMULATOR 19 (Suíça - 2018)
Produtor(es): FOCUS HOME INTERACTIVE
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001062/2018-07
Requerente: FOCUS HOME INTERACTIVE

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHOS DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso IX, do Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018; e

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 504 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social O.C.I. - ORGANIZAÇÃO, CIDADANIA E INTEGRAÇÃO, com sede em Jaú - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.601.325/0001-02, em razão do descumprimento dos artigos: 2º, inciso V; 4º, inciso V e 5º, inciso I da Lei nº 9.790/99.
De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.027721/2018-14.

Nº 519 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO GENE BLUMENAU, com sede em Blumenau - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.421.267/0001-76, em razão do descumprimento de: Artigo 3º, inciso III da Lei nº 9.790/99; Artigo 4º, inciso III da Lei nº 9.790/99; artigo 6º, inciso II e § 1º e § 2º do Decreto nº 3.100/99; artigo 2º, inciso III do Decreto nº 3.100/99 e Art 3º, inciso V da Portaria MJ nº 362/2016.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.028585/2018-71.

Nº 522 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido do interessado, da entidade social INSTITUTO EDUCAÇÃO PARA A VIDA, com sede em Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.362.803/0001-83.

Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá observar o disposto no art. 4º da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.027620/2018-35.

Nº 523 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, com sede em Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 21.590.044/0001-99. Processo SEI/MJ nº 08000.028193/2018-11.

Nº 524 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social IMAGINACOM, com sede em Cubatão - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 19.697.502/0001-41. Processo SEI/MJ nº 08000.027990/2018-72.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.254, DE 26 DE JULHO DE 2018

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná e do Município de Colorado.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Deliberação CIB/PR nº 160, de 31 de outubro de 2016, que aprova a Rede de Urgência e Emergência da Região de Saúde Macro Noroeste do Estado do Paraná no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

Considerando a Portaria nº 1.288/GM/MS, de 25 de maio de 2017, que aprova o Componente Hospitalar do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e dos Municípios do Paraná e, para sua implantação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o Anexo III - Institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Paraná e Município de Colorado, no montante anual de R$ 2.326.875,00 (dois milhões trezentos e vinte e seis mil oitocentos e setenta e cinco reais).

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1° desta Portaria referem-se à habilitação de 15 (quinze) leitos novos de enfermaria clínica de retaguarda e qualificação de 15 (quinze) leitos existentes, disponíveis ao SUS, do Hospital e Maternidade Santa Clara, CNES 2733307, localizada no Município de Colorado (PR), previstos no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios do Paraná, conforme Portaria nº 1.288/GM/MS, de 25 de maio de 2017.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 1º desta Portaria, ao Fundo Municipal de Saúde de Colorado, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	CÓD	Leitos de enfermaria clínica de retaguarda		Valor anual
							Novos	Qualificados	
PR	410590	Colorado	2733307	Hospital e Maternidade Santa Clara	Municipal	82.15	15	15	2.326.875,00
Total							1.396.125,00	930.750,00	

PORTARIA Nº 2.255, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera a habilitação do Hospital Evangélico de Curitiba - PR para UNACON com Serviço de Hematologia e Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná e Município de Curitiba.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Resolução nº 71, de 12 de março de 2018; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada - CGAE/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterada a habilitação do Hospital Evangélico de Curitiba, localizado em Curitiba/PR, para UNACON com Serviço de Hematologia e Radioterapia de Complexo Hospitalar, conforme descrito a seguir:

Estabelecimento - Município/UF	CNES	Código da habilitação	Habilitação	CNPJ
Hospital Evangélico de Curitiba	0015245	17.07 e 17.08	UNACON com Serviço de Radioterapia e Hematologia	76.575.604/0002-09
Clínica RADION - Curitiba/PR	9130780	17.15	Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar	18.833.591/0001-43

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.765.955,37 (um milhão, setecentos e sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná e do Município de Curitiba.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba-PR - IBGE 410690, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 2.394, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Suspende a transferência de incentivos financeiros referente à Equipe de Saúde Bucal do Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira julho/2018, a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde Bucal do Município de Sertãozinho/SP, em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), especialmente no que tange a irregularidades no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão, ora formalizada, dar-se-á em 1 (um) Agente Comunitário de Saúde e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.399, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Desabilita e habilita Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) nos Municípios de Atibaia e de Paraguaçu Paulista (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 217/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2005, que habilita Centros de Especialidades Odontológicas - CEO, a receberem os incentivos financeiros destinados à implantação e ao custeio mensal das ações destes serviços;

Considerando a Portarias n° 2.756/GM/MS, de 18 de novembro de 2008, que define os recursos financeiros destinados à implantação e ao custeio dos serviços especializados de saúde bucal;

Considerando a Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e dá outras providências; e

Considerando as alterações promovidas pelos Gestores Municipais nos cadastros dos estabelecimentos de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) listados a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO
SP	350410	ATIBAIA	POSTO DE SAUDE DO CENTRO ATIBAIA	2066629	Municipal	II
SP	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	CENTRO DE SAUDE DE PARAGUACU PAULISTA	2086557	Municipal	I

Art. 2º Ficam habilitados os seguintes Centros de Especialidades Odontológicas (CEO):

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO
SP	350410	ATIBAIA	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS ATIBAIA	7842376	Municipal	II
SP	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	CENTRO DE ESPEC ODONTOLOGICAS DR JOAO TARCIO DE PAIVA	9539220	Municipal	I

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 2.424, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Habilita a Associação de Pais e Amigos Excepcionais - APAE de Maragogi como Centro Especializado em Reabilitação - CER II e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Alagoas e Município de Maragogi.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando o Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento descrito a seguir, como Centro Especializado em Reabilitação (CER II) nas modalidades física e intelectual, conforme Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

UF	Município	Número da Proposta SAIPS	Estabelecimento	CNES	Gestão	Código e Descrição das Habilitações	Código e Descrição dos Incentivos	Custeio anual	Custeio mensal
AL	Maragogi	49254	Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) de Maragogi	9371974	Municipal	22.08 - Física 22.09 - Intelectual	82.23 CER II	R$ 1.680.000,00	R$ 140.000,00

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.680.000,00 (um milhão e seiscentos e oitenta mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Alagoas e Município de Maragogi.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Maragogi, IBGE 270450, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

DESPACHO Nº 191/2018

Processo MS/SIPAR: nº 25000.183183/2015-13
INTERESSADOS: Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul
ASSUNTO: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em saúde (CEBAS).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 309-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 00800/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 03056/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 03143/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul.

GILBERTO OCCHI
Ministro

DESPACHO Nº 195, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Processo MS/SIPAR: nº 25000.666497/2009-09
INTERESSADOS: Associação Portuguesa de Beneficência de São José do Rio Preto (SP)
ASSUNTOS: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em saúde (CEBAS).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir o Parecer nº 00831/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 03026/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 03145/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, todos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, para dar PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela Associação Portuguesa de Beneficência de São José do Rio Preto.

GILBERTO OCCHI
Ministro

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2.123/GM/MS, de 11 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 133, de 12 de julho de 2018, Seção 1, página 361,

Onde se lê:

Considerando Ofício nº 283/2018, de 11 de julho de 2018, da Prefeitura Municipal de Caxias/MA, que solicita incremento financeiro referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial de Caxias/MA; e

Leia-se:

Considerando Ofício nº 284/2018, de 11 de julho de 2018, da Prefeitura Municipal de Caxias/MA, que solicita incremento financeiro referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial de Caxias/MA; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 832, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

Instituição: Fundação Pio XII - Hospital de Câncer de Barretos

CNPJ: 49.150.352/0001-12

Nome do Projeto: Estruturação em Tecnologia da Informação, Desenvolvimento e Implantação de Soluções para o Aprimoramento do Atendimento ao Paciente.

NUP: 25000.202764/2016-34

Prazo de execução: 12 meses

Valor readequado: R$ 4.644.218,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil e duzentos e dezoito reais).

Resumo do projeto: Aprimorar o desenvolvimento de soluções tecnológicas e readequar o parque tecnológico da instituição através da atualização dos equipamentos que suportam a operação. Potencializar o atual sistema de informação utilizando novos recursos tecnológicos, integrar novas funcionalidades e aprimorar processos hospitalares baseando-se em informações seguras no tratamento dos pacientes. Introduzir novos métodos e aprimorar processos atuais de desenvolvimento de software

Art. 2º Revogar a Portaria SE/MS nº 1.320, de 28 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

PORTARIA Nº 1.007, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 44, IV, aliado ao art. 54, III, § 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar aos servidores designados lotados na Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF) ou em uma de suas unidades, pelo prazo de três anos, a seguinte ação de competência da Gerência de Produtos Controlados (GPCON):

I - Realizar as atividades necessárias à concessão de anuência nas exportações de substâncias sujeitas a controle especial, bem como, dos medicamentos que as contenham, pelo Portal Único de Comércio Exterior, ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1.758, de 14 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 178-A, de 15 de setembro de 2016, Edição Extra, Seção 1, pág. 29.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM DIB

DESPACHO Nº 179, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

WILLIAM DIB

ANEXO

Empresa: SMITHS MEDICAL DO BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.019.570/0001-00
Processo: 25351.692975/2017-58
Expediente: 0463630/18-9
Nome Comercial (Produto): KIT DE CRICOTOMIA DE EMERGÊNCIA PORTEX
Data do Protocolo: 08/06/2018

Empresa: CASEX IND DE PLAST PRODS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 78.746.773/0001-09
Processo: 25351282069201820
Expediente: 0463637/18-6
Nome Comercial (Produto): Removedor de Adesivo Casex
Data do Protocolo: 08/06/2018

Empresa: COPELI COSMÉTICOS E PERFUMES LTDA - EPP
CNPJ: 01.156.613/0001-85
Processo: 25351.437312/2017-54
Expediente: 0482509/18-8
Nome Comercial (Produto): BIOSOMA Loção Dermoprotetora
Data do Protocolo: 14/06/2018

Empresa: COPELI COSMÉTICOS E PERFUMES LTDA - EPP
CNPJ: 01.156.613/0001-85
Processo: 25351437332201798
Expediente: 0482513/18-6
Nome Comercial (Produto): BIOSOMA Creme Barreira Dermoprotetor
Data do Protocolo: 14/06/2018

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.103, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da fabricação e comércio do produto cosmético GEL CURA TUDO 250g sem registro/notificação na Anvisa, por empresa desconhecida, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto GEL CURA TUDO 250g, fabricado por empresa e CNPJ desconhecidos, localizada em local incerto e distribuído por NATU MAX.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.104, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto saneante, ÁGUA SANITÁRIA TOQ MÁGICO, sem registro na Anvisa pela empresa Marcus Vinicius de Freitas Carvalho - ME, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto ÁGUA SANITÁRIA TOQ MÁGICO, que consta na rotulagem o CNPJ 22.373.130/0001-02 pertencente a empresa Marcus Vinicius de Freitas Carvalho - ME, nome fantasia TOQ MÁGICO.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.105, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da fabricação e o comércio do produto cosmético SABONETE LÍQUIDO AROEIRA E ENXOFRE, sem registro/notificação na Anvisa, pela suposta empresa KW IND. DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ nº 55.447.991/0001-77 (inválido), sem Autorização de Funcionamento, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto cosmético SABONETE LÍQUIDO AROEIRA E ENXOFRE, fabricado pela suposta empresa KW IND. DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ nº 55.447.991/0001-77 (inválido), localizada na Rua 18 nº 43 Qd. 23, Lt.41, Rio Verde /GO, CEP: 55.874.000.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.106, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto saneante, ÁGUA SANITÁRIA BOM FORT, sem registro na Anvisa pela empresa Reginaldo Félix - ME, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto ÁGUA SANITÁRIA BOM FORT, que consta na rotulagem o nome das empresas RF EMBALAGENS-ME e BOM FORT PRODUTOS DE LIMPEZA e o CNPJ 03.849.516/0001-01.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.145, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12 e 67, item I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação de produtos cosméticos sem registro/notificação na Anvisa, todos da marca BELEZA BRASIL, pela empresa Naturax Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos cosméticos LEAVE-IN PÓS QUÍMICA BANANA BELEZA BRASIL COSMÉTICOS, SHAMPOO PÓS QUÍMICA BANANA BELEZA BRASIL, KIT LINHA CAPILAR BELEZA BRASIL COSMÉTICOS, fabricados por Naturax Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., CNPJ 10.666.871/0001-00, situada a Rua Conde de Irajá, Quadra 01, lote 15, Setor Buriti Sereno, Aparecida de Goiânia - GO.

Art. 2 Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.148, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da fabricação, comércio e divulgação dos produtos cosméticos Gel Massageador Pomada Negra- 200g; Gel Massageador Canela de Velho 250g; Gel Massageador Veneno de Abelha 250g; Óleo de Banha de Cascavel e Pomada Jurubeba Atalaia do Norte Composto Banha de Cascavel 170 g, sem registro/notificação na Anvisa, fabricados pela empresa Sertão Cosméticos Ltda, CNPJ: 08.363.912/0001-59 (inválido), resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos Gel Massageador Pomada Negra 200g; Gel Massageador Canela de Velho 250g; Gel Massageador Veneno de Abelha 250g; Óleo de Banha de Cascavel e Pomada Jurubeba Atalaia do Norte Composto Banha de Cascavel 170 g, fabricados por Sertão Cosméticos Ltda, CNPJ: 08.363.912/0001-59 (inválido), Autorização de Funcionamento nº 2.05.105-2 (pertencente a empresa NATURAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA), supostamente localizada na Rua Machado de Assis nº 15 Mooca, São Paulo/SP.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades dos produtos descritos no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.169, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação, comércio e divulgação dos produtos VINAGRE DE ÁLCOOL + CONCENTRADO 6% CASTELO 21 e VINAGRE DE LIMPEZA, sem registro/notificação na Anvisa, pela empresa CASTELO ALIMENTOS S.A, CNPJ nº 07.814.284/0001-07, sem Autorização de Funcionamento de saneantes, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos VINAGRE DE ÁLCOOL + CONCENTRADO 6% CASTELO 21 e VINAGRE DE LIMPEZA, fabricado pela empresa CASTELO ALIMENTOS S.A, CNPJ nº 07.814.284/0001-07, localizada na AV PROFESSORA MARIA DO CARMO GUIMARAES PELLEGRINI, 480, BAIRRO RETIRO, JUNDIAÍ/SP, CEP:13.209-500.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 183, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: SUPERINTENDENCIA DO PORTO DO RIO GRANDE CNPJ/CPF: 01.039.203/0001-54
25751.000284/2005-95 - AIS:599130/18-7 - CAJIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: PEDRO ROSSI CNPJ/CPF: 577.960.338-34
25759.569689/2012-38 - AIS:0815802/12-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

AUTUADO: MR. SAYAN KHLUENNMJAI CNPJ/CPF: 966.872.-
25757.247436/2014-70 - AIS:0340667/14-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência

AUTUADO: RYSON FRANZ JOSEPH VAZ CNPJ/CPF: MUM.101.608-
25757.203895/2015-99 - AIS:0294593/15-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência

AUTUADO: SAN CARLOS NAVIEROS(PANAMA) S.A/FRANCO DAREMIL DELOS SANTOS CNPJ/CPF: EB2.105.247-
25757.451711/2014-86 - AIS:0628345/14-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Nulidade

AUTUADO: SAGA SHIPHOLDING (NORNOST) A.S CNPJ/CPF: IMO: 9160798.-
25757.123396/2012-88 - AIS:0177358125 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.261, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 18 MG 08
II - denominação: Hospital Mater Dei S A Unidade Contorno
III - CNPJ: 16.676.520/0005-82
IV - CNES: 7684878
V - endereço: Avenida do Contorno, n° 9.090, Bairro: Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-064.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 21 18 CE 01
II - denominação: Hospital Antônio Prudente Ltda
III - CNPJ: 05.874.946/0001-09
IV - CNES: 2415631
V - endereço: Avenida Aguanambi, nº 1.827, Bairro: Fátima, Fortaleza/CE, CEP: 60.055-401.

Art. 3° Ficam concedidas renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08
MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT: 2 01 99 MS 01 II - denominação: Santa Casa - Associação Beneficente de Campo Grande
III - CNPJ: 03.276.524/0001-06 IV - CNES: 0009717 V - endereço: Eduardo Santos Pereira, nº 88, Bairro: Centro, Campo Grande/MS, CEP: 79002-250.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 06 MG 05
II - denominação: Hospital das Clínicas Samuel Libânio Pouso Alegre - Fundação Ensino Superior do Vale do Sapucaí
III - CNPJ: 23.951.916/0004-75
IV - CNES: 2127989
V - endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 777, Bairro: Centro, Pouso Alegre/MG, CEP: 37553-079.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 02 10 MG 05
II - denominação: Hospital Santa Casa de Montes Claros - Irmandade Nossa Senhora das Merces de Montes Claros
III - CNPJ: 22.669.931/0001-10
IV - CNES: 2149990
V - endereço: Praça Honorato Alves, nº 22, Bairro: Centro, Montes Claros/MG, CEP: 39400-103.

Art. 5° Ficam concedidas renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
PIAUÍ

I - Nº do SNT: 2 11 00 PI 05
II - denominação: Hospital Getúlio Vargas - Piauí Secretaria de Saúde
III - CNPJ: 06.553.564/0104-43
IV - CNES: 2726971
V - endereço: Frei Serafim, nº 2.352, Bairro: Centro, Teresina/PI, CEP: 64001-020.

I - Nº do SNT: 2 11 16 PI 01
II - denominação: Clínica de Olhos Tercio Resende - Centro de Catarata Ltda
III - CNPJ: 01.876.013/0001-91
IV - CNES: 5888972
V - endereço: Rua Gabriel Ferreira, nº 262, Bairro: Centro Sul, Teresina/PI, CEP: 64001-250.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 11 16 RJ 01
II - denominação: Hospital Universitário Gaffree e Guinle
III - CNPJ: 34.023.077/0002-80
IV - CNES: 2295415
V - endereço: Rua Mariz e Barros, nº 775, Bairro: Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.270-004.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 12 01 RJ 04
II - denominação: MS Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad
III - CNPJ: 00.394.544/0212-63
IV - CNES: 2273276
V - endereço: Avenida Brasil, nº 500, Bairro: São Cristovão, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20940-070.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT: 2 21 08 ES 02 II - denominação: Hospital Santa Rita de Cássia Vitória - AFECC Associação Feminina Educação de Combate ao Câncer III - CNPJ: 28.137.925/0001-06 IV - CNES: 0011738
V - endereço: Avenida Marechal Campos, nº 1.579, Bairro: Santa Cecília, Vitória/ES, CEP: 29042-715.

Art. 8° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08
DISTRITO DEFERAL

I - Nº do SNT 1 01 18 DF 01
II - responsável técnico: Viviane Brandão Bandeira de Mello Santana, nefrologista, CRM 13803; III - membro: Gustavo João Sebba, nefrologista, CRM 15824; IV - membro: Pedro Rincon Cintra da Cruz, urologista, CRM 15035;
V - membro: Flávio Henrique Frederico Guimarães, urologista, CRM 8114.

Art. 9° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 18 MG 11
II - responsável técnico: Gustavo Ferreira Capanema de Almeida, oftalmologista, CRM 24783; III - membro: Bruno Lovaglio Cançado Trindade, oftalmologista, CRM 44725.

Art. 10 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
CEARÁ

I - Nº do SNT: 1 21 18 CE 02
II - responsável técnico: Rodrigo Monteiro Ribeiro, hematologista e hemoterapeuta, CRM 9620;
III - membro: Diana Jorge Pires, hematologista e hemoterapeuta, CRM 5724;
IV - membro: João Paulo Caxié Barbosa, hematologista e hemoterapeuta, CRM 9077;
V - membro: Ana Paula Lopes Moreira, hematologista e hemoterapeuta, CRM 6445.

Art. 11 Ficam concedidas renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08
ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT: 1 21 08 ES 02
II - responsável técnico: Edgard de Barros Nascimento, hematologista e hemoterapia, CRM 2559;
III - membro: Marcelo Alves Aduan, hematologista e hemoterapia, CRM 8316;
IV - membro: Marcio Barcelos Silveira, hematologista e hemoterapia, CRM 7527;
V - membro: Hugo Meyer Musso, hematologista e hemoterapia, CRM 3243;
VI - membro: Andressa Laranja Fragoso Ferreira da Costa, hematologista e hemoterapia, CRM 4442;
VII - membro: Paola Morelato Assunção, hematologista e hemoterapia, CRM 10514.

MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT: 1 01 14 MS 01
II - responsável técnico: Adriano Augusto Lyrio de Oliveira, urologista, CRM 2950;
III - membro: Guilherme Salati Stangarlin, urologista, CRM 4923;
IV - membro: Eduardo Fernandes Arruda, cirurgião geral e urologista, CRM 6403;
V - membro: Thiago Frainer Gonçalves, urologista, CRM 4716;
VI - membro: Waldemar Casuo Abe, urologista, CRM 491;
VII - membro: Rafaella Campanholo Grandinete, nefrologista, CRM 6556;
VIII - membro: Vinícius Carvalho Ennes, nefrologista, CRM 6140;
IX - membro: Rodrigo Silva Grilo, nefrologista, CRM 7451;
X - membro: Celso Augusto Prudêncio Pimenteira, urologista, CRM 9845.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 01 06 MG 09
II - responsável técnico: Yara Gracia Lorena, nefrologista, CRM 19608;
III - membro: Elias Kallás, cirurgião geral e cardiovascular, CRM 2896;
IV - membro: Antônio Carlos de Souza, urologista, CRM 9468;
V - membro: Felix Carlos Ocariz Bazzano, cirurgião pediátrico, CRM 18093;
VI - membro: Romar Ângelo Barbato Silveira, cirurgião geral, CRM 30207;
VII - membro: Vera Lúcia Laraia, nefrologista, CRM 18799;
VIII - membro: Volney Marques Passos, cirurgião geral, CRM 42906;
IX - membro: Pablo Girardelli Mendonça Mesquita, nefrologista, CRM 41075;
X - membro: Flávia Ferreira Paiva, cirurgiã vascular, CRM 60472;
XI - membro: Fabrízia Serra Pereira Guerrieri, cirurgiã geral, CRM 48421;
XII - membro: Ricardo Vinícius Carvalho Teixeira, urologista, CRM 50294.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 1 01 08 RS 03
II - responsável técnico: Roberto Ceratti Manfro, nefrologista, CRM 11998;
III - membro: André Luiz Carneiro Schmitt, anestesiologista, CRM 22332;
IV - membro: Andrea Carla Bauer, nefrologista, CRM 22463;
V - membro: Carmen Regina Bortolozzo, anestesiologista, CRM 19592;
VI - membro: Clarissa Mendanha, anestesiologista, CRM 33246;
VII - membro: Cristiane Bauermann Leitão, endocrinologista, CRM 24329;
VIII - membro: Cristiano Ratkus Abel, anestesiologista, CRM 26863;
IX - membro: Emanuel Burck dos Santos, urologista e cirurgião geral, CRM 22677;
X - membro: Fabiani Palagi Machado, nefrologista, CRM 33380;
XI - membro: Francisco Da Cas Porto, nefrologista, CRM 28679;
XII - membro: José Alberto Rodrigues Pedroso, nefrologista, CRM 25685;
XIII - membro: Júlia Emília Nunes Pasa, anestesiologista, CRM 18585;
XIV - membro: Leonardo Infantini Dini, urologista e cirurgião geral, CRM 20431;
XV - membro: Lucas Medeiros Burttet, urologista e cirurgião geral, CRM 31326;
XVI - membro: Luiz Felipe Santos Gonçalves, nefrologista, CRM 8910;
XVII - membro: Michele Costa Jacobsen, anestesiologista, CRM 28563;
XVIII - membro: Milton Berger, urologista, CRM 11252;
XIX - membro: Mônica Moraes Ferreira, anestesiologista, CRM 20419;
XX - membro: Nancy Tamara Denicol, urologista, CRM 8921;
XXI - membro: Odúlia Manuelita Brathwaite, anestesiologista, CRM 23071;
XXII - membro: Riad Abdel Hadi, nefrologista, CRM 17713;
XXIII - membro: Roberta Machado Vidal, anestesiologista, CRM 25121;
XXIV - membro: Rodrigo Fontanive Franco, nefrologista, CRM 20926;
XXV - membro: Rosangela Munhoz Montenegro, nefrologista, CRM 26269.

Art. 12 Ficam concedidas renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
PIAUÍ

I - Nº do SNT: 1 11 00 PI 05
II - responsável técnico: Namir Clementino Santos, oftalmologista, CRM 1967;
III - membro: Flávia Fernanda de Oliveira Barradas, oftalmologista, CRM 3954.

I - Nº do SNT: 1 11 16 PI 02
II - responsável técnico: Flávia Fernanda de Oliveira Barradas, oftalmologista, CRM 3954;
III - membro: Daniel Sousa da Silveira, oftalmologista, CRM 3478.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 11 16 RJ 03
II - responsável técnico: Gustavo Amorim Novais, oftalmologista, CRM 52771651.

Art. 13 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7º 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.257, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Inclui membro em equipe de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 512/SAS/MS, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 15 de maio de 2018, Seção 1, página 39, o membro a seguir:

CORAÇÃO: 24.11
ALAGOAS

I - Nº do SNT: 1 03 99 AL 05
II - membro: Rafaela da Hora Sales Quintella Cavalcanti, cirurgiã cardiovascular, CRM 6324.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 1.675/SAS/MS, de 27 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 210, de 1 de novembro de 2017, Seção 1, página 58, o membro a seguir:

CÓRNEA: 24.07
GOIÁS

I - Nº do SNT: 1 11 15 GO 04
II - membro: Guilherme Miranda dos Reis, oftalmologista, CRM 13038.

Art. 3º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 1.152/SAS/MS, de 20 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 182, de 21 de setembro de 2016, Seção 1, página 49, os membros a seguir:

PULMÃO: 24.10

I - Nº do SNT: 1 04 99 SP 20
II - membro: Osvaldo Gomes Júnior, cirurgião torácico, CRM 164788;
III - membro: Priscila Cilene Leon Bueno de Camargo, pneumologista, CRM 134641.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.256, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 11 18 RJ 07
II - denominação: Hospital Copa Star - Rede Dor São Luiz S. A.
III - CNPJ: 06.047.087/0026-97
IV - CNES: 9065946
V - endereço: Rua Figueiredo Magalhães, nº 700, Bairro: Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22031-012.

I - Nº do SNT: 2 11 18 RJ 08
II - denominação: Hospital São Vicente de Paulo
III - CNPJ: 18.010.750/0001-00
IV - CNES: 7859341
V - endereço: Rua Gonçalves Crespo, nº 430, Bairro: Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20270-320.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 02 MG 30
II - denominação: Hospital Santa Casa de Montes Claros - Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros
III - CNPJ: 22.669.931/0001-10
IV - CNES: 2149990
V - endereço: Praça Honorato Alves, nº 22, Bairro: Centro, Montes Claros/MG, CEP: 39400-103.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante coração aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CORAÇÃO: 24.11
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 03 00 SP 31
II - denominação: Hospital de Base de São José do Rio Preto - FUNFARME
III - CNPJ: 60.003.761/0001-29
IV - CNES: 2077396
V - endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5.544, Bairro: São Pedro, São José do Rio Preto/SP, CEP: 15.090-000.

I - Nº do SNT: 2 03 02 SP 69
II - denominação: Hospital do Coração - Associação do Sanatório Sírio
III - CNPJ: 60.453.024/0003-90
IV - CNES: 2081288
V - endereço: Rua Desembargador Eliseu Guilherme, nº 123, Bairro: Paraíso, São Paulo/SP, CEP: 04.004-030.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
BAHIA

I - Nº do SNT: 2 11 10 BA 02 II - denominação: Hospital de Olhos Beira Rio Ltda III - CNPJ: 96.792.254/0001-69 IV - CNES: 2698218 V - endereço: Av. Mário Padre, nº 185, Bairro: Goes Calmon, Itabuna/BA, CEP: 45600-200.

CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 00 CE 02
II - denominação: Prontoclínica de Fortaleza Ltda
III - CNPJ: 00.939.414/0001-80
IV - CNES: 2562472
V - endereço: Av. João Pessoa, nº 4408, Bairro: Damas, Fortaleza/CE, CEP: 60110-110.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 10 SP 16
II - denominação: Hospital UNIMED de Araçatuba
III - CNPJ: 51.093.193/0004-56
IV - CNES: 3366219
V - endereço: Rua Gaspar Lemos, nº 02, Bairro: Jardim Panorama, Araçatuba/SP, CEP: 16.013-800.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 12 16 SP 10
II - denominação: Hospital Santa Catarina
III - CNPJ: 60.922.168/0007-71
IV - CNES: 2688603
V - endereço: Avenida Paulista, nº 200, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-000.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
PERNAMBUCO

I - Nº do SNT: 2 21 10 PE 03
II - denominação: Rede D'Or São Luiz - Hospital Memorial São Luiz
III - CNPJ: 06.047.087/0092-76
IV - CNES: 2517140
V - endereço: Avenida Agamenon Magalhães, nº 2.291, Bairro: Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.100-010.

I - Nº do SNT: 2 21 12 PE 10
II - denominação: Hospital Santa Joana - Hospitais Associados de Pernambuco
III - CNPJ: 10.839.561/0001-32
IV - CNES: 2517132
V - endereço: Av. Joaquim Nabuco, nº 200, Bairro: Graças, Recife/PE, CEP: 52011-005.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 41 07 SP 16
II - denominação: Hospital do Coração - Associação do Sanatório Sírio
III - CNPJ: 60.453.024/0003-90
IV - CNES: 2081288
V - endereço: Rua Desembargador Eliseu Guilherme, nº 123, Bairro: Paraíso, São Paulo/SP, CEP: 04.004-030.

Art. 8° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 11 18 RJ 25
II - responsável técnico: Carlos Gustavo Bonfadini Rocha, oftalmologista, CRM 52786314.

I - Nº do SNT: 1 11 18 RJ 26
II - responsável técnico: Tiago Bisol, oftalmologista, CRM 52715808; III - membro: Renata Attanasio de Rezende Bisol, oftalmologista, CRM 52669270.

Art. 9° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 12 18 RJ 27
II - responsável técnico: João Alves Grangeiro Neto, ortopedista e traumatologista, CRM 52424250.

I - Nº do SNT: 1 12 18 RJ 28 II - responsável técnico: Osamu de Sandes Kimura, ortopedista e traumatologista, CRM 52865508.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:
RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 01 02 MG 51 II - responsável técnico: Geraldo Sérgio Gonçalves Meira, nefrologista, CRM 17602; III - membro: Marilda Soares Lopes Veloso, nefrologista, CRM 15280; IV - membro: Catarina Ferreira Veloso de Abreu Silva, nefrologista, CRM 16412; V - membro: Divino Urias Mendonça, nefrologista, CRM 18448; VI - membro: Sérgio Santos Rametta, urologista, CRM 41424; VII - membro: Farley Carneiro e Silva, urologista, CRM 11218; VIII - membro: Evaldo Jener, urologista, CRM 36221; IX - membro: Conrado Leonel Menezes, urologista, CRM 42201; X - membro: Christiano Simões de Oliveira, urologista, CRM 30381; XI - membro: Walfredo Gonçalves de Quadros Júnior, cirurgião geral, CRM 42945; XII - membro: Luiz Fernando Veloso, cirurgião geral, CRM 31968; XIII - membro: Gilberto Pedro Rodrigues, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 43743; XIV - membro: Pedro Felipe de Souza Xavier, anestesiologista, CRM 55319; XV - membro: Edvard Tadeu Mota Nobre, anestesiologista, CRM 13456; XVI - membro: Margarida Batista de Sousa, anestesiologista, CRM 12334; XVII - membro: Fabrício Drumond de Souza Pires, anestesiologista, CRM 44629; XVIII - membro: Lucas Martins Almeida, anestesiologista, CRM 57628; XIX - membro: Marília Guimarães Heyden Barbosa, anestesiologista, CRM 12543; XX - membro: Adriana Rodrigues Cunha Drumond, anestesiologista, CRM 24048; XXI - membro: Erickson Miranda Dourado, anestesiologista, CRM 35878; XXII - membro: Waldyr Nascimento Bessa Filho, anestesiologista, CRM 12500; XXIII - membro: Torquato Gonçalves da Fonseca, anestesiologista, CRM 8770; XXIV - membro: Larissa Lafetá Nascimento, anestesiologista, CRM 47767; XXV - membro: Fernanda Lopes Morais Machado, anestesiologista, CRM 45686; XXVI - membro: Fernando Santos da Silva, anestesiologista, CRM 36197; XXVII - membro: Amanda Fulvia Ribeiro Rego Veloso, anestesiologista, CRM 57579; XXVIII - membro: Maria Inez Bicalho Tanure, anestesiologista, CRM 5232.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
BAHIA

I - Nº do SNT: 1 11 10 BA 07 II - responsável técnico: Larissa Almeida Andrade, oftalmologista, CRM 18291; III - membro: Karine Santos Andrade, oftalmologista, CRM 22924.

CEARÁ

I - Nº do SNT: 1 11 06 CE 03
II - responsável técnico: Marcus Emmanuel Teixeira Maia, oftalmologista, CRM 6614; III - membro: Jailton Vieira Silva, oftalmologista, CRM 5622; IV - membro: Francisco Nepomuceno Neto, oftalmologista, CRM 12652.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 11 99 MG 17
II - responsável técnico: Sandro Antonini Coscarelli, oftalmologista, CRM 17908; III - membro: Maria Dulce Fornaciari Ramos Miranda, oftalmologista, CRM 28143.

I - Nº do SNT: 1 11 02 MG 25
II - responsável técnico: Frederico Augusto de Souza Pereira, oftalmologista, CRM 24790.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT
II - responsável técnico: Fabrício Teno Castilho Braga, oftalmologista, CRM 84036; III - membro: Fernando Portolani de Andrade, oftalmologista, CRM 112904.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 12 16 RJ 22
II - responsável técnico: Leonardo de Oliveira de Figueiredo, ortopedista e traumatologista, CRM 52893536.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 16 SP 22
II - responsável técnico: Emerson Garms, ortopedista e traumatologista, CRM 83461; III - membro: Cesar Janovsky, ortopedista e traumatologista, CRM 133803; IV - membro: Carlos Francisco de Molla, ortopedista e traumatologista, CRM 18752; V - membro: João Evangelista Gomes Thomazelli, ortopedista e traumatologista, CRM 20160; VI - membro: Romulo Brasil Filho, ortopedista e traumatologista, CRM 34608.

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado às equipes de saúde a seguir identificadas:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
PERNAMBUCO

I - Nº do SNT: 1 21 10 PE 05
II - responsável técnico: Danielle Padilha de Oliveira, hematologista, CRM 13336; III - membro: Marinus de Moraes Lima, hematologista, CRM 22178; IV - membro: Reijane Alves de Assis, hematologista, CRM 14729.

I - Nº do SNT: 1 21 12 PE 06
II - responsável técnico: Erika Oliveira de Miranda Coelho, hematologista e hemoterapeuta, CRM 9500; III - membro: Lorena Costa Corrêa, hematologista e hemoterapeuta, CRM 16248; IV - membro: Rosa Arcuri Vasconcelos, hematologista e hemoterapeuta, CRM 5059.

Art. 14 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7º 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 15 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÃO

No art. 4º da Portaria nº 1.192/SAS/MS, de 31 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 147 de 1º de agosto de 2018, Seção 1, página 66,

Onde se lê:

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 99 SP 15
II - responsável técnico: Cristiane Lange Saboia, hematologista, CRM 9967; III - membro: Ivo Ronchi Junior, hemoterapeuta, CRM 6192; IV - membro: Sergio Ricardo Penteado Filho, infectologista, CRM 14657; V - membro: Carlos Gustavo Wing Chong Marmanillo, nefrologista, CRM 9539; VI - membro: Caroline Cecy Kuenzer Caron Fukushima, pediatra, CRM 19866; VII - membro: Luciano do Valle Saboia, oncologista, CRM 11436; VIII - membro: Claudia Perego Fernandes, imunologista, CRM 25460; IX - membro: Silvia Cristiane Gusso Scremin, radiologista, CRM 13860; X - membro: Everson Keiti Takayama, anestesiologista, CRM 15232; XI - membro: Tiele Assis Rikimaru Caron, anestesiologista, CRM 28411.

Leia-se:

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 21 16 PR 04
II - responsável técnico: Cristiane Lange Saboia, hematologista, CRM 9967;
III - membro: Ivo Ronchi Junior, hemoterapeuta, CRM 6192;
IV - membro: Sergio Ricardo Penteado Filho, infectologista, CRM 14657;
V - membro: Carlos Gustavo Wing Chong Marmanillo, nefrologista, CRM 9539;
VI - membro: Caroline Cecy Kuenzer Caron Fukushima, pediatra, CRM 19866;
VII - membro: Luciano do Valle Saboia, oncologista, CRM 11436;
VIII - membro: Claudia Perego Fernandes, imunologista, CRM 25460;
IX - membro: Silvia Cristiane Gusso Scremin, radiologista, CRM 13860;
X - membro: Everson Keiti Takayama, anestesiologista, CRM 15232;
XI - membro: Tiele Assis Rikimaru Caron, anestesiologista, CRM 28411.

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.847, DE 4 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14253 - DPF/SMA/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOPERATIVA AGRICOLA TUPANCIRETA LTDA, CNPJ nº 87.573.952/0001-82 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1536/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 4.112, DE 13 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52424 - DPF/PHB/PI, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO PARNAIBA SHOPPING CENTER, CNPJ nº 18.661.514/0001-53 para atuar no Piauí.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 4.193, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/86307 - DPF/ROO/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MULT SERVICE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 57.273.211/0009-72, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1623/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.195, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/39435 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPERVISÃO SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 21.559.564/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1347/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.197, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/41419 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL SÃO JOÃO, CNPJ nº 10.807.907/0001-10 para atuar em Pernambuco com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1631/2018 (CNPJ nº 10.807.907/0001-10) e nº 1632/2018 (CNPJ nº 10.807.907/0006-25).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.221, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52989 - SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMB TEXTIL LTDA, CNPJ nº 58.500.398/0001-05 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.231, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/53689 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0045-56, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

390 (trezentas e noventa) Munições calibre .380

1450 (uma mil e quatrocentas e cinquenta) Munições calibre 12

2100 (duas mil e cem) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.341, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51402 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0017-40, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Pistolas calibre .380

400 (quatrocentas) Munições calibre 38

225 (duzentas e vinte e cinco) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.371, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/42723 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORÇA E AÇÃO VALENTE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.489.616/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1668/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.382, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54951 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OPERADORA DE SHOPPING CENTER ELDORADO LTDA, CNPJ nº 46.365.524/0001-87 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.442, DE 27 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/45909 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A. , CNPJ nº 07.175.725/0001-60, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

12 (doze) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.454, DE 30 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/50466 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEG SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 08.699.066/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 1699/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.455, DE 30 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51040 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IBL TRANSPORTES DE VALORES LTDA., CNPJ nº 26.729.300/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1669/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 4.479, DE 31 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/25605 - DPF/GOY/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa K9 VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 08.488.517/0001-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 960/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.488, DE 31 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/45210 - DPF/AQA/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa RAIZEN ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.070.508/0074-23, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
34 (trinta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.506, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51724 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA HOTEIS PALACE, CNPJ nº 33.374.984/0001-20 para atuar no Rio de Janeiro.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.510, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54452 - DPF/MBA/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DISTRIBUIDORA TOCANTINS COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ nº 04.387.240/0001-41 para atuar no Pará.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.523, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/58488 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.817.114/0001-54, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
11 (onze) Revólveres calibre 38
630 (seiscentas e trinta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.546, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/53648 - DPF/ILS/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa JRP VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI ME, CNPJ nº 20.160.892/0001-03, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
108 (cento e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.549, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/56495 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa NORTE FORTE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 17.337.530/0001-22, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre .380
800 (oitocentas) Munições calibre 12
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
16000 (dezesseis mil) Espoletas calibre 38
6700 (seis mil e setecentos) Gramas de pólvora
22000 (vinte e dois mil) Projéteis calibre 38
4000 (quatro mil) Espoletas calibre .380
4000 (quatro mil) Projéteis calibre .380
2400 (duas mil e quatrocentas) Buchas calibre 12
40 (quarenta) Quilos de chumbo calibre 12
2400 (duas mil e quatrocentas) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.563, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/58999 - DPF/PDE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SECVIG ACADEMIA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.970.040/0001-05, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre 12
824 (oitocentas e vinte e quatro) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.608, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52864 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0001-33, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.611, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/58201 - DPF/PDE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JBS SA, CNPJ nº 02.916.265/0029-60 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.615, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/60415 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 06.291.846/0001-04 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.634, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/59085 - DPF/SCS/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa VIGILANCIA NUNES LTDA ME, CNPJ nº 10.760.581/0001-13, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente TERESINHA DA SILVA OLIVEIRA-SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA- EPP, CNPJ nº 11.485.903/0001-26:

6 (seis) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Pistolas calibre .380

Da empresa cedente TERESINHA DA SILVA OLIVEIRA-SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA- EPP, CNPJ nº 11.485.903/0001-26:

3 (três) Munições calibre .380

6 (seis) Munições calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

105 (cento e cinco) Munições calibre .380

102 (cento e duas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.638, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/60777 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CASPVAP ACADEMIA DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 23.750.468/0001-07, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

814 (oitocentas e quatorze) Munições calibre .380

516 (quinhentas e dezesseis) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.650, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/61074 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa IDEAL CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 00.934.005/0001-91, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PENTAGONO SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 61.599.072/0001-91:

27 (vinte e sete) Revólveres calibre 38

7 (sete) Pistolas calibre .380

Da empresa cedente PENTAGONO SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 61.599.072/0001-91:

70 (setenta) Munições calibre .380

270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.199, DE 9 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.002701/2018-47-SEI/PF, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 30011, publicada no D.O.U. de 30/01/2013, à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ: 17.428.731/0165-62, localizada no Estado de ALAGOAS.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH

ALVARÁ Nº 34.200, DE 9 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.002701/2018-47-SEI/PF E 2018/17604_3-GESP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0166-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Escolta Armada, Segurança Pessoal, Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores para atuar em ALAGOAS, com Certificado de Segurança nº 765/2018-GESP, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH

ALVARÁ Nº 34.210, DE 18 DE JULHO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.003578/2018-81 - CGCSP/DIREX, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ: 25.278.459/0020-45, sediada em PARAUBEPAS/PA, para adquirir:

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0131-13:

37 (trinta e sete) Revólveres calibre 38;

444 (quatrocentas e quarenta e quatro) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0129-07:

20 (vinte) Revólveres calibre 38;

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0128-18:

57 (cinquenta e sete) Revólveres calibre 38;

684 (seiscentas e oitenta e quatro) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0132-02:

89 (oitenta e nove) Revólveres calibre 38;

28 (vinte e oito) Pistolas calibre .380;

18 (dezoito) Espingardas calibre 12;

1068 (mil e sessenta e oito) Munições calibre 38;

840 (oitocentas e quarenta) Munições calibre .380;

252 (duzenta e cinquenta e duas) Munições calibre 12;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0127-37:

55 (cinquenta e cinco) Revólveres calibre 38;

660 (seiscentas e sessenta) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0130-32:

70 (setenta) Revólveres calibre 38;

840 (oitocentas e quarenta) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0126-56:

29 (vinte e nove) Revólveres calibre 38;

348 (trezentas e quarenta e oito) Munições calibre 38;

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 34.211, DE 18 DE JULHO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.003578/2018-81 - CGCSP/DIREX, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ: 25.278.459/0019-01, sediada em BELÉM/PA, para adquirir:

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0137-09:

266 (duzentos e sessenta e seis) Revólveres calibre 38;

3192 (três mil e noventa e duas) Munições calibre 38;

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 34.212, DE 18 DE JULHO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.003578/2018-81 - CGCSP/DIREX, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ: 25.278.459/0018-20, sediada em FLORIANÓPOLIS/SC, para adquirir:

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0072-29:

10 (dez) Revólveres calibre 38;

120 (cento e vinte) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0073-00:

2 (dois) Revólveres calibre 38;

24 (vinte e quatro) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0074-90:

4 (quatro) Revólveres calibre 38;

48 (quarenta e oito) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0076-52:

21 (vinte e um) Revólveres calibre 38;

252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0078-14:

21 (vinte e um) Revólveres calibre 38;

252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38;

Da empresa cedente PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0079-03:

1 (um) Revólveres calibre 38;

12 (doze) Munições calibre 38;

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICI DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 216, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.022234/2018-84, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Cianorte no Estado do Paraná, por meio do Órgão Executivo de Trânsito, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 226, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020386/2018-42, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa FÁBRICA DE PLACAS SUDOESTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 78.182.300/0001-26, localizada na Rua Jorge Lacerda, n° 1502, bairro Claudete, Cascavel - PR, CEP 85.811-350, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 227, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021068/2018-07, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta

Portaria, a empresa MENDES PLACAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 09.138.429/0001-14, localizada na Rua Doutor Leoberto Leal, nº 240, bairro Fazenda, Itajaí - SC, CEP 88.302-230, para exercer a atividade de Empresa Estampada de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 229, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021410/2018-61, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta

Portaria, a empresa PRISMA PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME, inscrita no

CNPJ nº 11.190.340/0001-49, localizada na Rua Lívio Fróis Otoni, nº 102, bairro João Fazendeiro, Almenara - MG, CEP 36.900-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 230, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.017960/2018-85, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa VANUSA JULIA DA COSTA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.098.201/0001-12, localizada na Praça Celso Silva, nº 214, Quadra 09, Lote 352, Unidade 02, bairro Residencial Beira Lago, Silvânia - GO, CEP 75.180-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 231, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.019048/2018-68, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa RUBI PLACAS DE VEÍCULOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 08.150.632/0001-43, localizada na Rua Canela, nº 407, Quadra 100, Lote 41, Sala 01, bairro Centro, Rubiataba - GO, CEP 76.350-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 232, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.015720/2018-46, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa F C B PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 10.773.777/0001-42, localizada na Rua Jonas Munn, S/N, Quadra 155, Lote 15, Salas 4 e 5, bairro Cidade Jardim, Goiânia - GO, CEP 74.413-130, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 233, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.015345/2018-34, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EMPLACAR - EMPLACAMENTOS DE VEÍCULOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 11.054.070/0001-49, localizada na Av. Francisco Paulo Ramos, n° 41, Quadra 22, Lote 04, Bairro Vila João Braz, Trindade - GO, CEP 75.380-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 234, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.018718/2018-29, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLAVEL PLACAS PARA VEÍCULOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 26.644.559/0001-48, localizada na Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, nº 1440, bairro Vila Chaud, Catalão - GO, CEP 75.704-020, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 235, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021671/2018-81, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa N. CELESTRINI PLACAS - ME, inscrita no CNPJ nº 23.722.215/0001-11, localizada na Rua Ana Gomes dos Santos, n° 244, Sala A, bairro Jardim Aurélio Bernardi, Ji-Paraná - RO, CEP 76.907-430, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 236, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020572/2018-81, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa TATIANA NUNES PALHARES - ME, inscrita no CNPJ nº 11.291.813/0001-02 localizada na Av. Governador Valadares, nº 1138, bairro Centro, Igarapé - MG, CEP 32.900-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 237, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.016595/2018-91, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ADAILTON MACHADO BOTELHO - ME, inscrita no CNPJ nº 37.249.711/0001-04, localizada na Av. Adelino Américo de Azevedo, nº 175, Quadra 25, Lote 07, bairro Centro, Porangatu - GO, CEP 76.550-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - PIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 239, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.018889/2018-58, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa AUTO PLACAS IPORÁ EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.762.141/0001-03, localizada na Av. Goiás, n° 122, bairro Centro, Iporá - GO, CEP 76.200-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 240, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.018726/2018-75, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa LAURO FÁBRICA DE PLACAS PARA VEÍCULOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 27.165.295/0001-02, localizada na Rua Dr. Clementino Schiavon Puppi, nº 419, bairro Centro, Jandaia do Sul - PR, CEP 86.900-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - PIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 241, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020571/2018-37, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EQUIPAN IGARAPÉ LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 11.680.081/0001-34, localizada na Rua Manoel Luiz, nº 231, bairro Centro, Igarapé - MG, CEP 32.900-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - PIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 242, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.018177/2018-39, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa BELLAS PLACAS INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLACAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 13.022.701/0001-73, localizada na Av. Altamiro de Moura Pacheco, nº 251, Quadra 236, Lote 15, bairro Cidade Jardim, Goiânia - GO, CEP - 74.423-020, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 243, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020573/2018-26, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAS EXPRESS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 11.079.012/0001-70, localizada na Rua Cecília Júlia do Prado, nº 143, bairro Centro, Betim/MG, CEP: 32.600.166, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 244, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.022879/2018-17, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ITAPUÃ FÁBRICA DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 20.003.552/0001-60, localizada na Av. Aracaju, nº 733, bairro Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, CEP 76.908-323, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 245, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021636/2018-61, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0001-43, localizada na Rodovia Governador Mário Covas, S/N, bairro de Fátima, Serra - ES, CEP 29.160-747, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 246, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021520/2018-22, resolve:

Ar. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta

Portaria, a empresa BRASIL PLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDDA - ME, inscrita no CNPJ nº 10.896.047/0002-10, localizada na Rua Rodrigo do Vale, nº 75, Loja 02, bairro Centro, Tupaciguara - MG, CEP 38.430-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 247, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.022881/2018-96, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa RAMONA PATRÍCIA RIBEIRO GOMES - ME, inscrita no CNPJ nº 23.849.728/0001-98, localizada na Rua Idelfonso da Silva, nº 1760, bairro Nova Brasília, Ji-Paraná - RO, CEP 76.908-356, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 248, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020232/2018-51, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa BONASINA PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 00.821.362/0001-43, localizada na Rua Alcides Santa Rosa, n° 392, bairro Guarani, Garibaldi - RS, CEP 95.720-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 249, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020344/2018-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EXTINBRAZ PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 10.989.829/0001-12, localizada na Av. Custodio Silva, n° 216, bairro Centro, Ponte Nova - MG, CEP 35.430-026, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 251, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021652/2018-54, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0009-09, localizada na Av. Hugo Gomes dos Santos, S/N, Loja 04, bairro Anchieta, Anchieta - ES, CEP 29.230-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 252, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021641/2018-74, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0013-87, localizada na Av. José Alexandre, nº 562, bairro São José, Guaçuí - ES, CEP 29.560-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 253, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021638/2018-51, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa REPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.278.853/0001-43, localizada na Rua Viriato Correa, nº 116, bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra - ES, CEP 29.165-500, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 254, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021650/2018-65, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0016-20, localizada na Rua dos Imigrantes, nº 110, bairro Centro, Santa Maria de Jetibá - ES, CEP 29.645-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 255, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.020658/2018-12, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa CASTILHO ESTAMPADORA DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 26.905.755/0001-29, localizada na Av. Abilon de Souza Naves, nº 1115, bairro Cidade Jardim, União da Vitória - PR, CEP 84.600-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 256, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021637/2018-14, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0014-68, localizada na Av. Marfisa de Barros Leite, nº 407, bairro Campo Vinte, Afonso Cláudio - ES, CEP 29.600-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - PIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 257, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021651/2018-18, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0006-58, localizada na Rua Viriato Correa, nº 116, Loja C, bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra - ES, CEP 29.165-500, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 258, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021645/2018-52, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0012-04, localizada na Rua Dr. Antônio Santos Neves, nº 82, bairro Margareth, Nova Venécia - ES, CEP 29.830-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 259, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021657/2018-87, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0008-10, localizada na Rodovia do Sol, nº 5000, Loja 0017, bairro Jockey de Itaparica, Vila Velha - ES, CEP 29.103-900, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 260, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021644/2018-16, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0003-05, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 409, bairro Centro, Domingos Martins - ES, CEP 29.260-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 261, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021655/2018-98, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0004-96, localizada na Rodovia José Espíndula Agostini, nº 119, Loja A, bairro Centenário, Santa Teresa - ES, CEP 29.650-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 262, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021658/2018-21, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0017-00, localizada na Rua Antônio Bussular, nº 70, bairro Aparecida, São Gabriel da Palha - ES, CEP 29.780-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 263, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.006259/2018-31, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica Ative Ourinhos Inspeções Veiculares LTDA- ME, CNPJ nº 11.160.713/0001-39, situada no Município de Ourinhos - SP, Rua Vicinal Dois, S/N, Lote 39, Chácara São Silvestre, Água do Jacu, CEP: 19.900-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 264, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021639/2018-03, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0011-15, localizada na Rua José Carlos Favalessa, nº 30, bairro Santo André, Cariacica - ES, CEP 29.144-774, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 265, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021640/2018-20, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0002-24, localizada na Av. Paris, nº 283, loja A, bairro Praia do Morro, Guarapari - ES, CEP 29.216-570, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 266, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021648/2018-96, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0010-34, localizada na Av. Prefeito Manoel Vila, nº 1116, Apto 101, bairro Irmãos Fernandes, Barra de São Francisco - ES, CEP 29.800-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 267, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.018732/2018-22, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa REGINA CÉLIA DE CASTRO E SILVA - ME, inscrita no CNPJ nº 05.504.473/0001-40, localizada na Rua Manoel Marcelino da Silva Alvares, nº 128, Quadra 27, Lote 7C, bairro Setor Central, Jaraguá - GO, CEP 76.330-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 268, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021642/2018-19, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACASSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.284.712/0001-33, localizada na Rua Cel Alziro Vianna, nº 127, bairro Ferroviários, Cachoeiro de Itapemirim - ES, CEP 29.308-075, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 269, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021646/2018-05, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0005-77, localizada na Rua Capitão João Inácio de Almeida, nº 201, Loja 01, bairro Centro, Iúna - ES, CEP 29.390-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 270, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021643/2018-63, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0015-49, localizada na Av. Rubens Rangel, nº 71, Loja 03, bairro Arraias, Marataízes - ES, CEP 29.345-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 271, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

Conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015;

Conforme consta no Processo Administrativo nº 80000.011078/2018-26, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Campina Grande do Sul do Paraná, por meio do Departamento Municipal de Trânsito - DEPTRAN, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 272, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021654/2018-43, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DISPLAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.271.713/0019-72, localizada na Rua Aluysio Simões, nº 360, bairro Bento Ferreira, Vitória - ES, CEP 29.050-634, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.197, DE 31 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000451/2003-77. Interessado: Usina Elétrica do Prata S/A Objeto: Alterar o cronograma de implantação da PCH Água Brava, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.029045-9.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 19, de 19 de janeiro de 2004. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.198, DE 31 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003262/2018-59. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Marcionilio Souza 34,5/13,8 kV - 6,25 MVA. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.200, DE 31 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006104/2017-70. Interessada: Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. Objeto: (i) Alterar o art. 1º e o Anexo da Resolução Autorizativa nº 6.870, de 20 de fevereiro de 2018, que declara de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessárias à passagem dos trechos de linha que perfazem os seccionamentos das Linhas de Transmissão 500 kV Cachoeira Paulista - Adrianópolis 1 e Resende - Adrianópolis 2, na Subestação Terminal Rio. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.201, DE 31 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003474/2015-93. Interessada: Transenergia Renovável S.A. Objeto: (i) Alterar o Anexo I da Resolução Autorizativa nº 5.657, de 23 de fevereiro de 2016, que passa a valer conforme Anexo. A íntegra desta Resolução (e seu anexo) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa n° 823, de 10 de julho de 2018, resultante do Processo nº 48500.004477/2017-14, publicada no D.O. de 16.07.2018, seção 1, p. 62, v. 155, n. 135, retifica-se, alterando o preâmbulo, conforme a seguir:

Onde se lê:

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria n. 5.043, de 24 de abril de 2018, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 066/1999, o que consta no Processo nº 48500.004477/2017-14, e as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 068/2017, realizada no período de 23 de novembro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, resolve:

Leia-se:

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria n. 5.043, de 24 de abril de 2018, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o que consta no Processo nº 48500.004477/2017-14, e as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 068/2017, realizada no período de 23 de novembro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.759, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Processos nº 48500.000739/2009-53. Interessada: Ibema Participações S.A. Decisão: transferir da Iener Energia Ltda. para a Ibema Participações S.A., o DRS-PCH nº 2.789, de 19 de outubro de 2016, cujo objeto é a adequabilidade da PCH Marrecas, com 5.150 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.037159-9.01, localizada nos municípios de Turvo e Prudentópolis, no estado do Paraná. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.796, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.005104/2006-83. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação comercial a partir de 10 de agosto de 2018. Usina: UHE Simplício. Unidade Geradora: UG1-Casa de Força Anta, de 14.000 kW. Localização: Municípios de Sapucaia e Três Rios, Estado do Rio de Janeiro; Chiador e Além Paraíba, Estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.797, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.000429/2017-49. Interessado: Imetame Termelétrica Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 10 de agosto de 2018. Usina: UTE Prosperidade I. Unidades Geradoras UG1, UG2 e UG3 com 9.341 kW cada, totalizando 28.023 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Camaçari, Estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO N° 1.798, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.005226/2009-39. Interessados: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - CERNHE (compradora) e Energisa Sul Sudeste. (vendedora). Decisão: não homologar os Contratos de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCE500SUP. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 692, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014400/2012-92, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada ao exercício da atividade de produção de etanol a CENTRAL ENÉRGETICA VALE DO SAPUCAÍ LTDA., CNPJ nº 00.372.496/0001-24, localizada na Estrada do Marolo, km 25, Rural Chagas, Patrocínio Paulista - SP.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 734/2018, art. 27, inciso I, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de revogação desta autorização.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

AUTORIZAÇÃO Nº 693, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014400/2012-92, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da CENTRAL ENERGÉTICA VALE DO SAPUCAÍ LTDA., CNPJ nº 00.372.496/0001-24, com capacidade de produção de 550 m³/d de etanol hidratado e 517 m³/d de etanol anidro, localizada na Estrada do Marolo, km 25, Rural Chagas, Patrocínio Paulista - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 245, de 05/03/2013, publicada no DOU de 06/03/2013, retificada no DOU de 11/04/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 684, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 03, de 19 de janeiro de 2005, e o que consta no processo n.º 48610.202398/2018-01, autoriza a empresa SERTRADING (BR) LTDA,CNPJ n.º 04.626.426/0001-06, a exercer a atividade de importação de asfaltos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 685, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP nº 203, de 29 de dezembro de 1998, e o que consta do processo n.º 48610.201184/2018-17, autoriza a empresa TRIUMPH BRAZIL TRADING COMPANY S A, CNPJ n.º 08.669.801/0001-56, a exercer a atividade de importação de importação de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 686, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 32, de 23 de fevereiro de 2000, e o que consta no processo n.º 48610.202628/2018-23, autoriza a empresa CY IMPORT TRADING LTDA, CNPJ n.º 27.273.537/0001-81, a exercer a atividade de importação de nafta petroquímica.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 687, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 148, de 01 de outubro de 1998, e o que consta no processo n.º 48610.202548/2018-78, autoriza a empresa SERTRADING (BR) LTDA, CNPJ n.º 04.626.426/0001-06, a exercer a atividade de importação de petróleo.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 688, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 03, de 19 de janeiro de 2005, e o que consta no processo n.º 48610.202495/2018-95, autoriza a empresa SMARTWAY COMÉRCIO LTDA, CNPJ n.º 30.274.809/0001-72, a exercer a atividade de importação de asfaltos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 689, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200875/2018-95, autoriza a empresa ROMANO COMÉRCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 11.496.657/0001-08, a operar a instalação de TRR localizada na Rodovia SCT 285, nº 550, Km 038, Bairro Linha Seminário, Turvo-SC, CEP: 88930-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -28:55:05,600, -49:41:33,600 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 240,00 m³. Ficam revogadas as Autorizações ANP nº 749 de 06/11/2017, nº 209 de 18/04/2016, nº 406 de 29/09/2014, nº 492 de 09/08/2010 e nº 704 de 13/12/2010.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 690, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 49, de 30 de novembro de 2016, e o que consta do processo n.º 48610.202470/2018-91, autoriza a filial da empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n.º 06.980.064/0160-03, a exercer a atividade de distribuição de GLP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 691, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta no processo n.º 48610.013572/2017-53, autoriza a filial da empresa RAIZEN MIME COMBUSTÍVEIS S.A,CNPJ 01.799.935/0010-53, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Autorização ANP n.º 666, de 1 de agosto de 2018, publicada no D.O.U. n.º 148 em 02/08/18, seção 1, página 66:

Onde se lê: " (...) E o que consta do processo n.º 48610.202261/2018, autoriza a empresa VPOWER HOLDINGS LIMITED, CNPJ n.º 27.832.581/0001-84, a exercer a atividade de importação de diesel e biodiesel."

Leia-se: " (...) E o que consta do processo n.º 48610.202261/2018, autoriza a empresa VPOWER TELEMENIA SPE LTDA., CNPJ n.º 28.231.767/0001-40, a exercer a atividade de importação de diesel e biodiesel."

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 31/2018/RO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5935/2018-886.017/2017-VAGNER DA SILVEIRA CORTES-

5936/2018-886.264/2017-NELSON OLMEDO JUNIOR-

5937/2018-886.100/2018-M. S. M INDUSTRIAL LTDA-

5938/2018-886.101/2018-M. S. M INDUSTRIAL LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5939/2018-886.201/2016-ESTANHO DE RONDONIA S A-

5940/2018-886.202/2016-ESTANHO DE RONDONIA S A-

5941/2018-886.006/2017-ESDRAS GABRIEL PEREA-

5942/2018-886.058/2017-GALAXY COMERCIAL DE PEDRAS LTDA-

5943/2018-886.173/2017-GILMAR SCHULZ-

5944/2018-886.257/2017-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-
5945/2018-886.001/2018-PEDRO OZEIS MAIFREDE-
5946/2018-886.005/2018-DANILO RODRIGUES COSTA-
5947/2018-886.027/2018-MINERACAO COSTA MARQUES LTDA ME-
5948/2018-886.064/2018-JOSÉ CLOVIS REBOLI-
5949/2018-886.070/2018-MINERADORA VALE DO CERRADO LTDA-
5950/2018-886.084/2018-SAMACA FERROS LTDA-
5951/2018-886.089/2018-JOÃO CARLOS DA SILVA MARTINS-
5952/2018-886.091/2018-ETEUVINO FRANCISCO DORNELES-
5953/2018-886.095/2018-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-
5954/2018-886.096/2018-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 121/2018/BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5909/2018-870.207/2018-NEIVA VIEIRA DE ASSUNÇÃO-
5910/2018-870.238/2018-JACYMAR DELFINNO DALCAMINI-
5911/2018-870.301/2018-LUCIANO DA SILVA ANDRADE-
5912/2018-870.306/2018-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.-
5913/2018-870.307/2018-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
5914/2018-870.312/2018-MARP TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-
5915/2018-870.315/2018-PEDREIRA AMORIM LTDA.-
5916/2018-870.359/2018-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
5917/2018-870.360/2018-AGEANDRO LAERTE PEREIRA DA SILVA-
5918/2018-870.361/2018-AGEANDRO LAERTE PEREIRA DA SILVA-
5919/2018-870.363/2018-NEIVA VIEIRA DE ASSUNÇÃO-
5920/2018-870.366/2018-MGA MARMORES E GRANITOS ALTOÉ LTDA-
5921/2018-870.369/2018-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-
5922/2018-870.370/2018-EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA-
5923/2018-870.371/2018-HELMO BAGDÁ GAMA-
5924/2018-870.378/2018-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-
5925/2018-870.395/2018-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-
5926/2018-870.404/2018-INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA-
5927/2018-870.423/2018-HELMO BAGDÁ GAMA-
5928/2018-870.453/2018-HELMO BAGDÁ GAMA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5929/2018-870.300/2018-IBAR NORDESTE LTDA.-
5930/2018-870.303/2018-MONAH OHANA GUIMARAES DA SILVA-
5931/2018-870.308/2018-PRS MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP-
5932/2018-870.379/2018-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-
5933/2018-870.393/2018-HELMO BAGDÁ GAMA-
5934/2018-870.394/2018-HELMO BAGDÁ GAMA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 33/2018/AM

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
880.103/2016-ELAINE COLETTO DOS SANTOS ARCANGELI-OF. N°0251/2018
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
880.018/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA-AI N°065/2018
880.019/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA-AI N°066/2018
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
880.022/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°067/2018
880.023/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°068/2018
880.025/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°069/2018
880.026/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°070/2018
880.032/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°071/2018
880.033/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°072/2018
880.045/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°073/2018
880.046/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°074/2018
880.047/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°075/2018
880.048/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°076/2018
880.049/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA- AI N°077/2018

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 110/2018/CE

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
801.013/2012-SUCURI GRANITOS DO BRASIL LTDA-OF. N°1153/2018
800.015/2016-MARCOS AURÉLIO MELO MARINHO ME-OF. N°1107/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.422/2015-KELFRANK FERREIRA DA SILVA-AREIA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
801.020/2012-RAIMUNDO EDUARDO CARVALHO ME-Alvará n°979/2013 - Cessionário: D FÁTIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS LTDA ME- CNPJ 22.192.766/0001-58
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
800.143/2012-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP; SEGUNDO CLASSIFICADO: C. FERNANDO R. DA PAZ E CIA LTDA e TERCEIRO CLASSIFICADO: EVEREST MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.- Substância Aprovada:QUARTZITO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.117/1995-M. L. H. VIDAL MINERAÇÃO ME-OF. N°1123/2018
800.376/2006-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI-OF. N°1128/2018
800.965/2007-MICRON ITA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS LTDA-OF. N°1105/2018
800.199/2009-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1097/2018
800.885/2012-INDÚSTRIA DE BRITAGEM DO CARIRI S A-OF. N°1090/2018
800.167/2016-PEDREIRA MAXIXE LTDA. EPP-OF. N°1110/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.117/1995-M. L. H. VIDAL MINERAÇÃO ME-OF. N°1124/2018
800.583/2009-DPA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1115/2018
800.885/2012-INDÚSTRIA DE BRITAGEM DO CARIRI S A-OF. N°1089/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.271/2011-CHAVES S A MINERAÇÃO E INDUSTRIA-OF. N°1159/2018 e 1160/2018
Fase de Licenciamento
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
800.370/2013-CM COMERCIO E SERVIÇOS DE BRITAGEM LTDA

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 111/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
j b p Dantas - 800432/16 - Not.141/2018 - R$ 2.644,72, 800535/16 - Not.143/2018 - R$ 3.910,43, 800584/16 - Not.147/2018 - R$ 3.809,52, 800585/16 - Not.149/2018 - R$ 7.967,15, 800643/16 - Not.151/2018 - R$ 167,31, 800536/16 - Not.153/2018 - R$ 3.765,70

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 112/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
j b p Dantas - 800432/16 - Not.142/2018 - R$ 3.645,78, 800535/16 - Not.144/2018 - R$ 3.645,78, 800584/16 - Not.148/2018 - R$ 3.645,78, 800585/16 - Not.150/2018 - R$ 3.645,78, 800643/16 - Not.152/2018 - R$ 3.791,55, 800536/16 - Not.154/2018 - R$ 3.645,78

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 113/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Construtora Oterrab Ltda me - 811383/75 - Not.140/2018 - R$ 3.855,69

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 78/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
866.958/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
869.959/1997-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.271/2018-PAULO HUMBERTO BUDOIA
Nega provimento ao recurso interposto(187)
866.303/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
866.141/2018-MÁRCIO ANDRÉ FABRIN
866.142/2018-MÁRCIO ANDRÉ FABRIN
866.144/2018-MÁRCIO ANDRÉ FABRIN
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.218/2012-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Votorantim Metais Zinco S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°9636/2013
866.309/2015-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Votorantim Metais Zinco S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°17198/2015
866.598/2015-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Votorantim Metais Zinco S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°2665/2016
866.744/2016-FRANCISCO EGIDIO CAVALCANTE PINHO- Cessionário:Votorantim Metais Zinco S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°7253/2017
866.143/2017-FRANCISCO EGIDIO CAVALCANTE PINHO- Cessionário:Votorantim Metais Zinco S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°5289/2017
866.147/2017-CARLOS JOSÉ FERNANDES-Cessionário:Votorantim Metais Zinco S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°1674/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.152/2010-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA - Alvará N°6889/2015
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
867.317/2007-MARCIO ANDRE FABRIN ME
866.134/2009-CIA MINERADORA OURO PAZ S. A.
866.720/2012-P.A. GOLD MINERAÇÃO E METALURGIA S A
866.723/2012-P.A. GOLD MINERAÇÃO E METALURGIA S A
866.985/2013-ROBERTO BASSO
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
866.675/2011-DRAGA PORTO SEGURO LTDA ME-ALVARÁ N°6869/2011
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
866.349/2011-CIA MINERADORA OURO PAZ S. A.-ALVARÁ N°257/2014
866.714/2011-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-ALVARÁ N°15135/2011
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
867.284/2010-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1235/2011
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
866.567/2014-JOÃO PATRICIO DO CARMO- Registro de Licença N° 037/2017 - Vencimento em 21/06/2023
866.568/2014-JOÃO PATRICIO DO CARMO- Registro de Licença N° 038/2017 - Vencimento em 21/06/2023
866.396/2015-MINERADORA A. D. O LTDA- Registro de Licença N° 055/2015 - Vencimento em 21/07/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

866.405/2016-LUIZ FELIPE JUNQUEIRA- Registro de Licença N° 014/2017 - Vencimento em 24/05/2019
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
867.092/2011-PULIDO & PEREIRA LTDA ME - "CERAMICA SANTA HELENA"
866.159/2012-CARLOS BORGES MACIEL COMÉRCIO ME
866.137/2014-AGROPECUARIA J. E. B. LTDA.
866.214/2016-SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
866.001/2018-MUNICIPIO DE CLAUDIA
866.002/2018-MUNICIPIO DE CLAUDIA
Fase de Lavra Garimpeira
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(1259)
867.015/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS-OF. N°782/2018-Fis
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.241/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.242/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.246/1992-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.398/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.403/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.577/2010-VALE DO PAITITI LTDA ME
866.076/2015-ÉRICO VINICIUS PASA HERNANDEZ
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
866.541/2015-CERAMICA PROSERRA INDUSTRIA E COMERCIO DE TIJOLOS EIRELI

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 106/2018/PA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Ana Flávia Ferreira Marques - 851310/17 - A.I. 670/18
Andorra Participações e Emprendimentos Ltda - 851079/12 - A.I. 643/18, 851080/12 - A.I. 644/18, 851081/12 - A.I. 645/18, 851082/12 - A.I. 646/18
Antônio Jorge Vidigal de Souza - 850672/17 - A.I. 654/18
Aquiles Pereira de Sousa - 850753/17 - A.I. 656/18
Belo Sun Mineração Ltda - 850970/16 - A.I. 649/18
Bernardo de Paula Lobo - 851339/17 - A.I. 671/18
Clionete Ribeiro de Sousa - 850782/17 - A.I. 659/18
Edilson Freires de Souza - 850488/17 - A.I. 652/18
Electrum Capital Pesquisa de Recursos Minerais LTDA. - 851349/17 - A.I. 672/18
Elvina Nunes de Sousa - 850748/17 - A.I. 637/18
Fernando Lopes Bernardes - 851221/17 - A.I. 667/18
Fma Fabricacao de Agua Envasada Ltda - 850907/17 - A.I. 662/18
Ivaldo de Souza Chaves - 850617/17 - A.I. 653/18
James Farllen Oliviera Martins - 850239/18 - A.I. 677/18
João Evangelista Alves - 850631/16 - A.I. 648/18
José Candido de Araujo - 850850/17 - A.I. 661/18
José Geraldo da Silva - 851207/17 - A.I. 666/18
Kaio Henrique Barbieri Souta - 850179/18 - A.I. 676/18
Luis Carlos Pereira da Silva - 850346/17 - A.I. 651/18
Luiz Omar Cardoso Pinheiro - 851286/17 - A.I. 669/18
Manoel de Matos Aguiar - 850416/17 - A.I. 636/18
Messias Rodrigues Costa - 850146/16 - A.I. 647/18
Minaoeste Industria Extrativa Ltda - 851067/16 - A.I. 634/18
Mineração Tres Fronteiras, Extração e Exportação de Pedras e Minerais Ltda me - 850762/17 - A.I. 657/18
Mineradora Ouro Roxo Ltda - 851101/17 - A.I. 664/18
Minercom Minérios do Brasil Ltda me - 850259/17 - A.I. 635/18
Mug Mineração Ltda - 850076/18 - A.I. 675/18
N.r.da Silva Mineração e Sondagem - 850913/17 - A.I. 663/18, 851278/17 - A.I. 668/18
Ourilandia Mineração - 851103/17 - A.I. 665/18
R.a Carvalho Neto Serviços Eireli me - 850705/17 - A.I. 655/18
Redstone Mineração do Brasil Ltda me - 850832/17 - A.I. 660/18
Tetramec Calcinação e Comercialização de Gipsita Ltda - 850046/18 - A.I. 673/18
wg Intermediação de Minérios Ltda Epp - 850049/18 - A.I. 674/18
Wilmar Cipriano Silva - 850774/17 - A.I. 658/18, 850776/17 - A.I. 639/18, 850777/17 - A.I. 640/18
Wilson de Alcântara Farias - 850853/17 - A.I. 638/18
xr Mineração IMP. Exportação Ltda - 850198/17 - A.I. 650/18

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 107/2018/PA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Grb Grafite do Brasil Mineração LTDA. - 850606/17, 850607/17, 850609/17, 850610/17, 850608/17

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 78/2018/PB

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Felipe Marsicano Franca - 846158/13 - Not.139/2018 - R$ 379,44
Prime Mineração LTDA. - 846519/11 - Not.136/2018 - R$ 290,62
Tanilson Tarso Nobrega Soares - 846044/11 - Not.138/2018 - R$ 2.148,56
Tantalita Extração e Exportação de Minérios LTDA. - 846012/09 - Not.137/2018 - R$ 216,34

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 59/2018/PE

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Eit - Empresa Industrial Técnica S.A. Cpf/cnpj :08.402.620/0001-69 - Processo minerário: 840110/09 - Processo de cobrança: 940160/18 Valor: R$.1.315,72, Processo minerário: 840145/09 - Processo de cobrança: 940159/18 Valor: R$.6.160,54, Processo minerário: 840144/09 - Processo de cobrança: 940158/18 Valor: R$.10.030,39, Processo minerário: 840146/09 - Processo de cobrança: 940157/18 Valor: R$.26.053,54
Titular: Mineradora Rancharia Ltda Cpf/cnpj :09.949.132/0001-39 - Processo minerário: 840164/86 - Processo de cobrança: 940151/18 Valor: R$.143.402,54, Processo minerário: 840064/82 - Processo de cobrança: 940150/18 Valor: R$.653.757,85

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 81/2018/RS

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Mvm - Mineração Visconde de Mauá Ltda - 811170/96

ROBERTO FERRARI BORBA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 78/2018/RJ

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.286/2013-CONSTRUTORA PREMOCIL LTDA.-OF. N°1.593/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.290/2013-CONSTRUTORA PREMOCIL LTDA.-OF. N°1.594/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.961/2013-AGRO CENTER 124 COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA-OF. N°1.582/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.986/2013-IBRATA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.590/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.277/2014-ALDEIR DE CARVALHO-OF. N°1.586/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.604/2014-TASSO DE MORAES-OF. N°1.599/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.639/2014-LUCAS BORGES LANGUER-OF. N°1.591/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.106/2015-VALTER CASADIO DO BEM-OF. N°1.589/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.165/2015-THS INCORPORAÇÕES LTDA. ME-OF. N°1.603/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.225/2015-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°1.602/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.378/2015-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°1.628/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.383/2015-MARIA FERNANDA NOGUEIRA RANGEL-OF. N°1.601/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.579/2015-AUGUSTO BOLIVAR MATOS RESENDE-OF. N°1.592/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.616/2015-VALE DA ONÇA AGROPECUARIA LTDA-OF. N°1.596/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.033/2016-GMN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-OF. N°1.600/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.084/2016-A S CARNEIRO MACHADO LOCAÇÃO DE MÁQUINAS ME-OF. N°1.584/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.136/2016-JODAIR ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LOCAÇÃO EIRELI-OF. N°1.583/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.241/2016-SEGMAR TRANSPORTE E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°1.585/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.285/2016-J C M ASSESSORIA E REPRESENTACOES LTDA-OF. N°1.595/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.151/2017-AMG ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.-OF. N°1.588/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.216/2017-AMARAL FILTRAGEM E FRATURAMENTO LTDA ME-OF. N°1.587/2018/DGTM/DNPM/RJ
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.274/2015-RONALDO MIRANDA MOTTA-OF. N°1.565/2018/DGTM/DNPM/RJ
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.394/1997-PEDRALAGE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA- Registro de Licença N° 1.363/1998 - Vencimento em 17/08/2037
890.064/2007-CARVALHO E MADEIRA EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA. ME- Registro de Licença N° 2.341/2007 - Vencimento em 31/12/2020
890.546/2007-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP.- Registro de Licença N° 2.494/2008 - Vencimento em 08/04/2020
890.163/2008-MASTER SAIBRO MINERAÇÃO, TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N° 2.808/2014 - Vencimento em 02/02/2022
890.409/2009-ROMILTON GARCIA DE PAULA-ME- Registro de Licença N° 2.840/2014 - Vencimento em 18/11/2020
890.317/2010-MINERAÇÕES MONTES CLAROS LTDA- Registro de Licença N° 2.710/2012 - Vencimento em 28/02/2019
890.305/2011-AREAL GRAO DE AREIA LTDE ME- Registro de Licença N° 2.729/2013 - Vencimento em 28/02/2019
890.632/2012-HELIO DA CONCEIÇÃO CRUZ ME- Registro de Licença N° 2.797/2014 - Vencimento em 11/12/2020
890.878/2012-DULGER MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N° 2.851/2015 - Vencimento em 31/12/2019
890.360/2016-GUAÇAIBA TERRAPLENAGEM LTDA ME- Registro de Licença N° 2.966/2017 - Vencimento em 18/01/2020
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
890.046/2013-JOSÉ LUIZ DOS SANTOS MINERAÇÃO ME
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.075/2003-JSL S.A- Alvará n° 8.404/2003 - Cessionário: RIBEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.- CNPJ 07.544.616/0001-72
890.398/2005-JSL S.A- Alvará n° 12.693/2005 - Cessionário: RIBEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.- CNPJ 07.544.616/0001-72

WILLIANS CARVALHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 21/2018/RR

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Ana Lúcia Bernardes de Almeida - 884011/17 - A.I. 21/18
Aurio Tessaro - 884003/17 - A.I. 20/18
Carlos Eustênio Fernandes Queiroz - 884139/14 - A.I. 17/18
Cypriano Sabino de Oliveira - 884060/11 - A.I. 14/18
Lindon Jonhson Benicio Barbosa - 884111/15 - A.I. 19/18
Oliveira & Oliveira Empreendimentos Ltda - 884002/12 - A.I. 15/18
Sociedade Geral de Mineração Ltda - 884066/13 - A.I. 16/18
Willeymar Souza Ferreira Cunha - 884167/14 - A.I. 18/18

EUGÊNIO PACCELI TAVARES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 125, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 48415.846075/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à Bentonit Uniao Nordeste Ind. e Com. Ltda., concessão para lavrar Bentonita, no Município de Boa Vista, Estado da Paraíba, numa área de 8,93 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°20'54,758"S / 36°11'05,045"W; 07°20'54,758"S / 36°11'26,359"W; 07°20'50,309"S / 36°11'26,359"W; 07°20'50,309"S / 36°11'05,045"W; 07°20'54,758"S / 36°11'05,045"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°20'54,758"S e Long. 36°11'05,045"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 653,7m-W; 136,7m-N; 653,7m-E; 136,7m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 126, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48410.800218/2014, resolve:

Art. 1° Outorgar à Agroindustrial de Bebidas Mineraqua da Serra Eireli ME, concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Tianguá, Estado do Ceará, numa área de 49,99 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 03°47'26,722"S/41°03'41,877"W; 03°47'26,722"S/41°04'01,323"W; 03°47'04,747"S/41°04'01,323"W; 03°47'04,747"S/41°03'36,530"W; 03°47'21,839"S/41°03'36,530"W; 03°47'21,839"S/41°03'38,313"W; 03°47'23,467"S/41°03'38,313"W; 03°47'23,467"S/41°03'40,096"W; 03°47'25,095"S/41°03'40,096"W; 03°47'25,095"S/41°03'41,877"W; 03°47'26,722"S/41°03'41,877"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 03°47'26,722"S e Long. 41°03'41,877"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 600,0m-W; 675,0m-N; 765,0m-E; 525,0m-S; 55,0m-W; 50,0m-S; 55,0m-W; 50,0m-S; 55,0m-W; 50,0m-S.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 134,78 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 03°47'01,027"S / 41°04'06,851"W; 03°47'01,027"S / 41°03'20,937"W; 03°47'31,999"S / 41°03'20,937"W; 03°47'31,999"S / 41°04'06,851"W; 03°47'01,027"S / 41°04'06,851"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 03°47'01,027"S e Long. 41°04'06,851"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1416,7m-E; 951,4m-S; 1416,7m-W; 951,4m-N.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 127, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM DNPM nº 27201.810.570/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à Engarrafadora Água Mineral Veios de Pedra Ltda., concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de 49,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 29°25'36,785"S/49°57'17,970"W; 29°25'36,784"S / 49°57'43,940"W; 29°25'14,049"S / 49°57'43,938"W; 29°25'14,050"S / 49°57'17,970"W; 29°25'36,785"S / 49°57'17,970"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 5825,0m, no rumo verdadeiro de 77°49'59"109 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 29°26'16,704"S e Long. 49°53'46,719"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-W; 700,0m-N; 700,0m-E; 700,0m-S.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 900,03 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 29°26'32,553"S/49°56'00,326"W; 29°26'32,553"S/49°56'37,431"W; 29°26'48,791"S/49°56'37,431"W; 29°26'48,791"S/49°57'33,092"W; 29°26'16,309"S/49°57'33,092"W; 29°26'16,309"S/49°57'51,644"W; 29°26'00,069"S/49°57'51,644"W; 29°26'00,069"S/49°58'10,195"W; 29°25'27,590"S/49°58'10,195"W; 29°25'27,590"S/49°58'28,744"W; 29°25'11,351"S/49°58'28,744"W; 29°25'11,351"S/49°58'10,196"W; 29°24'55,111"S/49°58'10,195"W; 29°24'55,111"S/49°57'33,099"W; 29°24'38,871"S/49°57'33,099"W; 29°24'38,871"S/49°57'14,553"W; 29°24'55,109"S/49°57'14,553"W; 29°24'55,109"S/49°56'56,005"W; 29°25'11,349"S/49°56'56,005"W; 29°25'11,349"S/49°56'37,457"W; 29°25'43,827"S/49°56'37,457"W; 29°25'43,827"S/49°56'18,907"W; 29°26'00,066"S/49°56'18,907"W; 29°26'00,066"S/49°56'00,326"W; 29°26'32,553"S/49°56'00,326"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 29°26'32,553"S e Long. 49°56'00,326"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,1m-W; 500,0m-S; 1500,2m-W; 1000,1m-N; 500,1m-W; 500,0m-N; 500,1m-W; 1000,0m-N; 500,1m-W; 500,0m-N; 499,9m-E; 500,0m-N; 999,9m-E; 500,0m-N; 499,9m-E; 500,0m-S; 500,0m-E; 500,0m-S; 499,9m-E; 1000,0m-S; 500,0m-E; 500,0m-S; 500,8m-E; 1000,3m-S.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 128, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48407.873.150/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à CSB - Cerâmica Simonassi Bahia LTDA., concessão para lavrar Argila, no Município de Contendas do Sincorá, Estado da Bahia, numa área de 195,66 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 13°46'06,012"S/41°02'39,875"W; 13°46'57,391"S/41°02'39,875"W; 13°46'57,394"S/41°03'24,799"W; 13°46'57,394"S/41°03'27,433"W; 13°46'57,394"S/41°03'27,435"W; 13°47'11,091"S/41°03'27,435"W; 13°47'11,091"S/41°03'46,459"W; 13°46'44,419"S/41°03'46,459"W; 13°46'44,419"S/41°03'40,868"W; 13°46'45,375"S/41°03'40,867"W; 13°46'45,381"S/41°03'40,867"W; 13°46'45,381"S/41°03'24,221"W; 13°46'42,127"S/41°03'24,221"W; 13°46'42,127"S/41°03'20,893"W; 13°46'38,873"S/41°03'20,892"W; 13°46'38,873"S/41°03'17,563"W; 13°46'35,619"S/41°03'17,563"W; 13°46'35,619"S/41°03'14,234"W; 13°46'32,365"S/41°03'14,234"W; 13°46'32,365"S/41°03'10,905"W; 13°46'29,112"S/41°03'10,905"W; 13°46'29,112"S/41°03'07,576"W; 13°46'25,858"S/41°03'07,576"W; 13°46'25,858"S/41°03'04,247"W; 13°46'22,604"S/41°03'04,247"W; 13°46'22,604"S/41°03'00,917"W; 13°46'19,350"S/41°03'00,918"W; 13°46'19,350"S/41°02'57,588"W; 13°46'16,096"S/41°02'57,588"W; 13°46'16,096"S/41°02'54,259"W; 13°46'12,843"S/41°02'54,259"W; 13°46'06,012"S/41°02'54,260"W; 13°46'06,012"S/41°02'39,875"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 13°46'06,012"S e Long. 41°02'39,875"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1579,0m-SW 00°00'00"000; 1349,4m-SW 89°59'38"600; 79,1m-SW 90°00'00"000; 0,1m-SW 90°00'00"000; 421,0m-SE 00°00'14"700; 571,4m-SW 89°59'45"561; 819,7m-NW 00°00'15"098; 167,9m-NE 89°59'47"718; 29,4m-SE 00°04'40"823; 0,2m-SE 06°42'35"413; 500,0m-NE 89°59'55"875; 100,0m-NW 00°00'41"241; 100,0m-SE 89°59'39"371; 100,0m-NE 00°00'00"000; 100,0m-NE 90°00'00"000; 100,0m-NE 00°00'00"000; 100,0m-NE 89°59'18"751; 100,0m-NW 00°00'20"631; 100,0m-NE 89°59'18"751; 100,0m-NW 00°00'20"631; 100,0m-NE 90°00'00"000; 100,0m-NE 00°00'00"000; 100,0m-NE 90°00'00"000; 100,0m-NE 00°00'00"000; 100,0m-NE 90°00'00"000; 100,0m-NW 00°00'20"624; 100,0m-NE 90°00'00"000; 100,0m-NE 00°00'00"000; 100,0m-NE 90°00'00"000; 100,0m-NE 00°00'00"000; 209,9m-NW 00°00'19"652; 432,1m-NE 89°59'55"227.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 129, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48403.831.609/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à Nova Aurora Mármores e Granitos Ltda, concessão para lavrar Granito, no Município de Itinga, Estado de Minas Gerais numa área de 777,77 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°27'47,248"S/41°49'14,093"W; 16°28'02,213"S/41°49'14,093"W; 16°28'02,213"S/41°49'13,458"W; 16°28'02,618"S/41°49'13,459"W; 16°28'02,620"S/41°48'47,795"W; 16°28'24,983"S/41°48'47,794"W; 16°28'24,983"S/41°48'35,993"W; 16°28'59,112"S/41°48'35,993"W; 16°28'59,112"S/41°49'19,820"W; 16°28'27,583"S/41°49'19,820"W; 16°28'27,583"S/41°50'47,473"W; 16°27'10,223"S/41°50'47,473"W; 16°27'06,262"S/41°50'47,473"W; 16°27'06,262"S/41°49'41,737"W; 16°27'47,248"S/41°49'41,737"W; 16°27'47,248"S/41°49'14,093"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°27'47,248"S e Long. 41°49'14,093"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 460,0m-S; 18,8m-E; 12,5m-S; 761,2m-E; 687,4m-S; 350,0m-E; 1049,2m-S; 1299,9m-W; 969,2m-N; 2600,0m-W; 2378,0m-N; 121,8m-N; 1949,9m-E; 1259,9m-S; 820,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 130, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48404.840.195/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Silva e Silva Água Mineral ME, concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco, numa área de 47,70 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 08°25'27,708"S / 35°37'26,691"W; 08°25'01,815"S / 35°37'26,691"W; 08°25'01,815"S / 35°37'07,091"W; 08°25'27,708"S / 35°37'07,091"W; 08°25'27,708"S / 35°37'26,691"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 08°25'27,708"S e Long. 35°37'26,691"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 795,5m-N; 599,6m-E; 795,5m-S; 599,6m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 12,18 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 08°25'13,439"S/35°37'18,460"W; 08°25'13,439"S/35°37'16,960"W; 08°25'15,139"S/35°37'16,960"W; 08°25'15,139"S/35°37'14,760"W; 08°25'20,639"S/35°37'14,760"W; 08°25'20,639"S/35°37'14,160"W; 08°25'26,211"S/35°37'14,160"W; 08°25'26,211"S/35°37'26,691"W; 08°25'24,040"S/35°37'26,691"W; 08°25'24,040"S/35°37'24,830"W; 08°25'20,939"S/35°37'24,830"W; 08°25'20,939"S/35°37'23,140"W; 08°25'16,539"S/35°37'23,140"W; 08°25'16,539"S/35°37'21,410"W; 08°25'08,239"S/35°37'21,410"W; 08°25'08,239"S/35°37'18,460"W; 08°25'13,439"S/35°37'18,460"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 08°25'13,439"S e Long. 35°37'18,460"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 45,9m-E; 52,2m-S; 67,3m-E; 169,0m-S; 18,4m-E; 171,2m-S; 383,3m-W; 66,7m-N; 56,9m-E; 95,3m-N; 51,7m-E; 135,2m-N; 52,9m-E; 255,0m-N; 90,2m-E; 159,8m-S.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 131, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48417.864.148/2003, resolve:

Art. 1° Outorgar à Caltins Calcário Tocantins Ltda., concessão para lavrar Calcário Dolomítico, no Município de Pau D'arco, Arapoema e Bandeirantes do Tocantins, Estado do Tocantins, numa área de 898,92 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°35'34,335"S/48°43'19,091"W; 07°36'29,782"S/48°43'19,091"W; 07°36'29,782"S/48°46'34,833"W; 07°35'41,184"S/48°46'34,833"W; 07°35'41,184"S/48°44'30,221"W; 07°35'41,185"S/48°43'23,958"W; 07°35'41,153"S/48°43'23,958"W; 07°35'34,335"S/48°43'23,959"W; 07°35'34,335"S/48°43'19,091"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°35'34,335"S e Long. 48°43'19,091"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1703,4m-S; 5999,9m-W; 1492,9m-N; 3819,6m-E; 2031,1m-E; 1,0m-N; 209,5m-N; 149,2m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 132, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM Nº 48420.890.097/1988, resolve:

Art. 1° Outorgar à Angramar Granitos e Mármores Ltda., concessão para lavrar Sienito, no Município de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo numa área de 30,69 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 20°18'32,199"S/41°11'23,062"W; 20°18'53,361"S/41°11'23,062"W; 20°18'53,361"S/41°11'28,719"W; 20°18'56,088"S/41°11'28,719"W; 20°18'56,088"S/41°11'30,824"W; 20°18'58,998"S/41°11'30,824"W; 20°18'58,998"S/41°11'32,930"W; 20°19'01,909"S/41°11'32,930"W; 20°19'01,909"S/41°11'41,906"W; 20°18'49,961"S/41°11'41,906"W; 20°18'49,961"S/41°11'40,145"W; 20°18'47,553"S/41°11'40,145"W; 20°18'47,553"S/41°11'38,040"W; 20°18'44,724"S/41°11'38,040"W; 20°18'44,724"S/41°11'35,935"W; 20°18'41,895"S/41°11'35,935"W; 20°18'41,895"S/41°11'33,485"W; 20°18'39,392"S/41°11'33,485"W; 20°18'39,392"S/41°11'31,233"W; 20°18'37,152"S/41°11'31,233"W; 20°18'37,152"S/41°11'28,728"W; 20°18'34,913"S/41°11'28,728"W; 20°18'34,913"S/41°11'26,223"W; 20°18'32,199"S/41°11'26,223"W; 20°18'32,199"S/41°11'23,062"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°18'32,199"S e Long. 41°11'23,062"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 650,8m-S; 164,1m-W; 83,9m-S; 61,1m-W; 89,5m-S; 61,1m-W; 89,5m-S; 260,4m-W; 367,4m-N; 51,1m-E; 74,1m-N; 61,1m-E; 87,0m-N; 61,1m-E; 87,0m-N; 71,1m-E; 77,0m-N; 65,3m-E; 68,9m-N; 72,7m-E; 68,9m-N; 72,7m-E; 83,5m-N; 91,7m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 133, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48409.890.502/1994, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineradora Caconda Ltda., concessão para lavrar Granito, no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro numa área de 832,90 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°35'22,450"S/41°34'49,791"W; 21°35'37,080"S/41°34'49,789"W; 21°35'37,081"S/41°35'00,142"W; 21°35'32,204"S/41°35'00,143"W; 21°35'32,204"S/41°35'00,219"W; 21°35'32,209"S/41°36'18,363"W; 21°35'15,953"S/41°36'18,363"W; 21°35'15,952"S/41°36'11,410"W; 21°35'14,327"S/41°36'11,410"W; 21°35'14,327"S/41°36'04,458"W; 21°35'09,450"S/41°36'04,458"W; 21°35'09,449"S/41°35'52,291"W; 21°35'04,572"S/41°35'52,291"W; 21°35'04,572"S/41°35'40,124"W; 21°34'59,695"S/41°35'40,124"W; 21°34'59,694"S/41°35'27,958"W; 21°34'54,817"S/41°35'27,958"W; 21°34'54,816"S/41°35'19,268"W; 21°34'36,934"S/41°35'19,270"W; 21°34'36,930"S/41°34'46,247"W; 21°34'32,053"S/41°34'46,248"W; 21°34'32,051"S/41°34'35,820"W; 21°34'25,549"S/41°34'35,821"W; 21°34'25,547"S/41°34'28,869"W; 21°34'20,670"S/41°34'28,870"W; 21°34'20,669"S/41°34'20,180"W; 21°34'15,792"S/41°34'20,181"W; 21°34'15,790"S/41°34'11,491"W; 21°34'10,913"S/41°34'11,493"W; 21°34'10,911"S/41°34'01,065"W; 21°34'06,034"S/41°34'01,066"W; 21°34'06,031"S/41°33'48,901"W; 21°33'57,903"S/41°33'48,903"W; 21°33'57,895"S/41°33'21,097"W; 21°34'46,665"S/41°33'21,080"W; 21°34'46,665"S/41°33'22,818"W; 21°35'22,430"S/41°33'22,806"W; 21°35'22,449"S/41°34'49,715"W; 21°35'22,450"S/41°34'49,791"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°35'22,450"S e Long. 41°34'49,791"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 450,0m-S; 297,8m-W; 150,0m-N; 2,2m-W; 2247,8m-W; 500,0m-N; 200,0m-E; 50,0m-N; 200,0m-E; 150,0m-N; 350,0m-E; 150,0m-N; 350,0m-E; 150,0m-N; 350,0m-E; 150,0m-N; 250,0m-E; 550,0m-N; 950,0m-E; 150,0m-N; 300,0m-E; 200,0m-N; 200,0m-E; 150,0m-N; 250,0m-E; 150,0m-N; 250,0m-E; 150,0m-N; 300,0m-E; 150,0m-N; 350,0m-E; 250,0m-N; 800,0m-E; 1500,0m-S; 50,0m-W; 1100,0m-S; 2500,0m-W; 2,2m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 134, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.820.193/1985, resolve:

Art. 1° Outorgar à Cia de Cimento Itambé, concessão para lavrar Calcário, Filito, no(s) Município(s) de Balsa Nova e Campo Largo, Estado do Paraná, numa área de 422,76 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°25'57,731"S/49°39'33,741"W; 25°26'23,728"S/49°39'33,741"W; 25°26'23,728"S/49°39'55,215"W; 25°26'33,477"S/49°39'55,215"W; 25°26'33,476"S/49°40'02,374"W; 25°26'33,479"S/49°40'02,373"W; 25°26'39,976"S/49°40'02,374"W; 25°26'39,975"S/49°40'09,532"W; 25°26'39,978"S/49°40'09,532"W; 25°26'46,475"S/49°40'09,533"W; 25°26'46,474"S/49°40'20,270"W; 25°27'05,972"S/49°40'20,272"W; 25°27'05,975"S/49°40'20,270"W; 25°27'05,974"S/49°40'43,535"W; 25°26'54,600"S/49°40'43,534"W; 25°26'54,600"S/49°40'45,073"W; 25°26'40,886"S/49°40'45,072"W; 25°26'40,884"S/49°40'59,388"W; 25°26'27,886"S/49°40'59,386"W; 25°26'27,884"S/49°41'10,123"W; 25°26'27,892"S/49°41'10,123"W; 25°26'27,892"S/49°41'10,141"W; 25°26'47,390"S/49°41'10,142"W; 25°26'47,390"S/49°41'06,563"W; 25°27'05,971"S/49°41'06,564"W; 25°27'05,968"S/49°41'26,487"W; 25°26'39,970"S/49°41'26,482"W; 25°26'39,971"S/49°41'23,082"W; 25°26'13,973"S/49°41'23,076"W; 25°26'13,976"S/49°41'05,003"W; 25°26'04,227"S/49°41'05,001"W; 25°26'04,229"S/49°40'50,686"W; 25°26'26,977"S/49°40'50,689"W; 25°26'26,977"S/49°40'43,531"W; 25°26'46,476"S/49°40'43,533"W; 25°26'46,477"S/49°40'31,006"W; 25°26'41,602"S/49°40'31,006"W; 25°26'41,603"S/49°40'22,058"W; 25°25'38,233"S/49°40'22,054"W; 25°25'38,232"S/49°39'19,427"W; 25°25'57,730"S/49°39'19,426"W; 25°25'57,731"S/49°39'33,741"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°25'57,731"S e Long. 49°39'33,741"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 800,0m-SW 00°00'00"000; 600,0m-SW 89°59'56"562; 300,0m-SE 00°00'06"876; 200,0m-SW 90°00'00"000; 0,1m-SW 00°00'00"000; 199,9m-SE 00°00'10"318; 200,0m-SW 90°00'00"000; 0,1m-SW 00°00'00"000; 199,9m-SW 00°00'00"000; 300,0m-SW 90°00'00"000; 600,0m-SE 00°00'03"438; 0,1m-SE 24°26'38"237; 650,0m-SW 89°59'50"480; 350,0m-NW 00°00'05"893; 43,0m-SW 90°00'00"000; 422,0m-NW 00°00'09"776; 400,0m-SW 89°59'49"687; 400,0m-NW 00°00'05"157; 300,0m-SW 89°59'53"125; 0,2m-SW 00°00'00"000; 0,5m-SW 90°00'00"000; 600,0m-SE 00°00'30"940; 100,0m-NE 89°59'18"747; 571,8m-SE 00°00'28"860; 556,6m-SW 89°59'48"883; 800,0m-NW 00°00'07"735; 95,0m-NE 89°59'38"288; 800,0m-NW 00°00'07"735; 505,0m-NE 89°59'51"831; 300,0m-NW 00°00'06"875; 400,0m-NE 89°59'54"843; 700,0m-SE 00°00'05"893; 200,0m-NE 89°59'49"687; 600,0m-SE 00°00'10"313; 350,0m-NE 89°59'48"213; 150,0m-NW 00°00'13"751; 250,0m-NE 89°59'51"749; 1950,0m-NW 00°00'08"462; 1750,0m-NE 89°59'49"392; 600,0m-SE 00°00'03"438; 400,0m-SW 90°00'00"000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 136, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48420.896.635/2003, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mameri Mineração Eireli, concessão para lavrar Granito, no Município de Iconha, Estado do Espírito Santo, numa área de 276,45 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 20°41'34,035"S / 40°53'29,087"W; 20°41'46,359"S / 40°53'29,086"W; 20°41'46,353"S/40°52'38,324"W; 20°42'13,017"S/40°52'38,319"W; 20°42'13,024"S/40°54'14,043"W; 20°41'34,037"S/40°54'14,043"W; 20°41'34,035"S/40°53'29,087"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°41'34,035"S e Long. 40°53'29,087"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 379,0m-S; 1469,0m-E; 820,0m-S; 2770,0m-W; 1199,0m-N; 1301,0m-E, a qual foi desmembrada da concessão outorgada pela Portaria nº 356, de 11/09/2001, publicada do D.O.U. de 13/09/2001 (DNPM n° 890.262/1990).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 5.07)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 180, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003611/2018-12. Interessada: Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.017.462/0001-63. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica (2019) que compreende a Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com Participação Financeira de Terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2018, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA N° 181, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003616/2018-45. Interessada: Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.095.183/0001-40. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica (2019) que compreende a Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com Participação Financeira de Terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2018, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 250, DE 9 DE AGOSTO 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nas Leis nº 12.395, de 16 de março de 2011 e nº 10.891, de 09 de julho de 2004, no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, nas Portarias ME nº 67, de 4 de abril de 2013, alterada pelas Portarias nºs 190, 76 e 195 de 14 de agosto de 2014, 15 de março e 21 de junho de 2017, respectivamente, e pela nº 164, de 6 de outubro de 2011, alterada pelas Portarias nºs 33, 24 e 61, de 18 de fevereiro de 2014, 12 de fevereiro de 2015 e de 15 de março de 2016, respectivamente, resolve:

Art.1º Contemplar 127 (cento e vinte e sete) atletas de modalidades olímpicas que tiveram seus Planos Esportivos aprovados no âmbito do Programa Atleta Pódio, relacionados no Anexo Único desta Portaria.

Art.2º Os Atletas contemplados deverão imprimir, assinar e enviar ao Ministério do Esporte o Termo de Adesão conforme estabelecido no item 9.4.1 do Edital nº 01, de 03 de abril de 2018, publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União de 04 de abril de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO

ESPORTES QUE COMPÕEM O PROGRAMA OLÍMPICO
BOLSA ATLETA - CATEGORIA ATLETA PÓDIO
Edital nº 01, de 03 de abril de 2018

Nº	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Valor da Bolsa
1	ALDEMIR GOMES DA SILVA JUNIOR	135.490.757-40	ATLETISMO	R$8.000,00
2	ALMIR CUNHA DOS SANTOS	049.201.991-63	ATLETISMO	R$15.000,00
3	ANDRESSA OLIVEIRA DE MORAIS	084.119.694-01	ATLETISMO	R$8.000,00
4	DARLAN ROMANI	065.346.079-13	ATLETISMO	R$11.000,00
5	ELIANE MARTINS	009.667.289-71	ATLETISMO	R$8.000,00
6	ERICA ROCHA DE SENA	061.870.314-40	ATLETISMO	R$11.000,00
7	FABIANA DOS SANTOS MORAES	115.180.327-88	ATLETISMO	R$5.000,00
8	FERNANDO CARVALHO FERREIRA	232.819.188-67	ATLETISMO	R$8.000,00
9	GABRIEL OLIVEIRA CONSTANTINO	145.260.827-08	ATLETISMO	R$8.000,00
10	GEISA RAFAELA ARCANJO	380.071.518-00	ATLETISMO	R$8.000,00
11	MARCIO SOARES TELES	153.778.367-07	ATLETISMO	R$5.000,00
12	WAGNER JOSÉ ALBERTO CARVALHO DOMINGOS	013.210.184-01	ATLETISMO	R$5.000,00
13	THIAGO BRAZ DA SILVA	412.542.248-66	ATLETISMO	R$11.000,00
14	BEATRIZ IASMIN SOARES FERREIRA	118.053.876-50	BOXE	R$8.000,00
15	MICHEL DE SOUZA BORGES	136.656.457-00	BOXE	R$11.000,00
16	PRISCILLA ANDREIA STEVAUX CARNAVAL	429.310.338-47	CICLISMO	R$11.000,00
17	RAIZA GOULÃO HENRIQUE	039.883.131-90	CICLISMO	R$8.000,00
18	ANA SATILA VIEIRA VARGAS	040.467.701-04	CANOAGEM	R$15.000,00
19	ANDREA SANTOS DE OLIVEIRA	074.135.145-59	CANOAGEM	R$11.000,00
20	ANGELA APARECIDA ELIAS DA SILVA	380.448.698-32	CANOAGEM	R$11.000,00
21	EDSON ISAIAS FREITAS DA SILVA	992.637.930-34	CANOAGEM	R$8.000,00
22	ERLON DE SOUZA SILVA	052.775.995-33	CANOAGEM	R$11.000,00
23	FELIPE BORGES DA SILVA	074.193.269-59	CANOAGEM	R$8.000,00
24	ISAQUIAS QUEIROZ DOS SANTOS	054.803.065-02	CANOAGEM	R$15.000,00
25	PEDRO HENRIQUE GONÇALVES DA SILVA	397.624.798-74	CANOAGEM	R$5.000,00
26	VAGNER JUNIOR SOUTA	086.046.129-71	CANOAGEM	R$8.000,00
27	VALDENICE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	043.661.325-59	CANOAGEM	R$11.000,00
28	ALLAN LOPES MAMEDIO DO CARMO	037.507.065-65	MARATONA AQUÁTICA	R$15.000,00
29	ANA MARCELA DE JESUS SOARES DA CUNHA	039.237.335-18	MARATONA AQUÁTICA	R$15.000,00
30	DIOGO ANDRADE VILLARINHO	040.760.221-65	MARATONA AQUÁTICA	R$8.000,00
31	FERNANDO ESTANISLAU PONTE	016.685.550-26	MARATONA AQUÁTICA	R$11.000,00
32	VIVIANE EICHELBERGER JUNGBLUT	018.087.630-92	MARATONA AQUÁTICA	R$11.000,00
33	LUISA NUNES PORTO BORGES	128.496.247-48	NADO ARTÍSTICO	R$8.000,00
34	MARIA CLARA LOBO COUTINHO	146.222.537-39	NADO ARTÍSTICO	R$8.000,00
35	BRANDONN PIERRY CRUZ DE ALMEIDA	401.427.488-89	NATAÇÃO	R$11.000,00
36	BRUNO GIUSEPPE FRATUS	033.641.395-55	NATAÇÃO	R$15.000,00
37	FERNANDO MUHLENBERG SCHEFFER	038.128.870-61	NATAÇÃO	R$8.000,00
38	GUILHERME AUGUSTO GUIDO	339.349.778-20	NATAÇÃO	R$11.000,00
39	GUILHERME PEREIRA DA COSTA	145.791.227-98	NATAÇÃO	R$8.000,00
40	ITALO MANZINE AMARAL DUARTE GAROFALO	104.825.386-43	NATAÇÃO	R$5.000,00
41	JOÃO LUIZ GOMES JUNIOR	109.086.347-06	NATAÇÃO	R$8.000,00
42	LUIZ ALTAMIR LOPES MELO	021.254.143-92	NATAÇÃO	R$8.000,00
43	PEDRO HENRIQUE SILVA SPAJARI	428.956.468-21	NATAÇÃO	R$11.000,00
44	ARTHUR NABARRETE ZANETTI	365.782.758-78	GINÁSTICA ARTÍSTICA	R$15.000,00
45	ARTHUR NORY OYAKAWA MARIANO	403.463.308-58	GINÁSTICA ARTÍSTICA	R$8.000,00
46	CAIO CAMPOS SOUZA	108.462.167-36	GINÁSTICA ARTÍSTICA	R$11.000,00
47	FLÁVIA LOPES SARAIVA	166.992.057-73	GINÁSTICA ARTÍSTICA	R$11.000,00
48	FRANCISCO CARLOS BARRETTO JÚNIOR	365.782.728-52	GINÁSTICA ARTÍSTICA	R$8.000,00
49	REBECA RODRIGUES DE ANDRADE	425.036.138-10	GINÁSTICA ARTÍSTICA	R$15.000,00
50	BEATRIZ RODRIGUES DE SOUZA	424.308.188-33	JUDÔ	R$11.000,00
51	CHARLES KOSHIRO CHIBANA	369.487.818-10	JUDÔ	R$8.000,00
52	DANIEL BORGES CARGNIN	031.967.090-27	JUDÔ	R$8.000,00
53	DAVID MOURA PEREIRA DA SILVA	003.409.151-37	JUDÔ	R$15.000,00
54	ERIC GOMES TAKABATAKE	367.265.588-05	JUDÔ	R$8.000,00
55	ERIKA DE SOUSA MIRANDA	734.236.701-00	JUDÔ	R$15.000,00
56	JESSICA PEREIRA	136.763.657-47	JUDÔ	R$11.000,00
57	KETLEYN LIMA QUADROS	730.983.451-87	JUDÔ	R$11.000,00
58	LEONARDO RIBEIRO GONÇALVES	446.904.508-03	JUDÔ	R$5.000,00
59	MARCELO GARCIA CONTINI	357.871.668-50	JUDÔ	R$8.000,00
60	MARIA DE LOURDES MAZZOLENI PORTELA	012.982.920-00	JUDÔ	R$15.000,00
61	MARIA SUELEN ALTHEMAN	358.886.788-05	JUDÔ	R$11.000,00
62	MAYRA AGUIAR DA SILVA	019.993.510-61	JUDÔ	R$15.000,00
63	RAFAEL CARLOS DA SILVA	063.832.499-83	JUDÔ	R$15.000,00
64	RAFAEL GODOY DE MACEDO	403.050.478-76	JUDÔ	R$8.000,00
65	RAFAELA LOPES SILVA	134.671.247-63	JUDÔ	R$8.000,00
66	VICTOR RODRIGUES PENALBER DE OLIVEIRA	122.778.917-38	JUDÔ	R$5.000,00
67	DOUGLAS SANTOS BROSE	057.861.929-62	CARATÊ	R$15.000,00
68	HERNANI ANTONIO VERISSIMO	436.593.688-30	CARATÊ	R$8.000,00
69	VALERIA KUMIZAKI	227.648.028-97	CARATÊ	R$15.000,00
70	VINICIUS REZENDE FIGUEIRA	084.789.919-56	CARATÊ	R$15.000,00
71	CARLOS EDUARDO RIBEIRO DA SILVA	019.365.470-90	SKATE	R$11.000,00
72	DORA VARELLA GALLACCI PEREIRA	522.251.968-69	SKATE	R$8.000,00
73	FELIPE GUSTAVO ALVES MACEDO	011.136.911-82	SKATE	R$8.000,00
74	KELVIN HOEFLER RODRIGUES	405.358.118-45	SKATE	R$15.000,00
75	LETICIA BUFONI E SILVA	392.938.918-59	SKATE	R$15.000,00
76	LUAN VILANOVA DE OLIVEIRA	016.964.430-83	SKATE	R$11.000,00
77	MURILO FEITOSA PERES	454.819.588-21	SKATE	R$8.000,00
78	PAMELA LEITE ROSA	423.900.828-07	SKATE	R$11.000,00
79	PEDRO DA SILVA BARROS	077.889.459-07	SKATE	R$15.000,00
80	TIAGO LEMOS SOARES	398.411.788-42	SKATE	R$11.000,00
81	YNDIARA ASP LOSEKANN	042.943.309-37	SKATE	R$11.000,00
82	BRUNO FRAGA SOARES	048.569.726-26	TÊNIS	R$8.000,00
83	MARCELO PINHEIRO DAVI DE MELO	053.323.096-94	TÊNIS	R$15.000,00
84	EMERSON DUARTE	007.618.577-02	TIRO ESPORTIVO	R$8.000,00
85	FELIPE ALMEIDA WU	367.852.728-07	TIRO ESPORTIVO	R$8.000,00
86	JULIO ANTONIO DE SOUZA E ALMEIDA	612.433.296-53	TIRO ESPORTIVO	R$8.000,00
87	EDIVAL MARQUES QUIRINO PONTES	086.432.764-13	TAEKWONDO	R$8.000,00
88	HENRIQUE PRECIOSO DE MOURA	313.032.678-29	TAEKWONDO	R$5.000,00
89	IRIS SILVA TANG SING	134.614.167-38	TAEKWONDO	R$8.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

90	MAICON DE ANDRADE SIQUEIRA	116.831.246-93	TAEKWONDO	R$8.000,00
91	PAULO RICARDO SOUZA DE MELO	122.492.724-92	TAEKWONDO	R$5.000,00
92	RAFAELA VIEIRA DE ARAUJO	370.194.218-81	TAEKWONDO	R$5.000,00
93	RAPHAELLA GALACHO PIMENTEL RAMOS PEREIRA	384.342.468-30	TAEKWONDO	R$8.000,00
94	VALERIA RODRIGUES DOS SANTOS	029.593.611-80	TAEKWONDO	R$8.000,00
95	HUGO MARINHO BORGES CALDERANO	144.935.077-13	TÊNIS DE MESA	R$8.000,00
96	AGATHA BEDNARCZUK RIPPEL	043.269.919-84	VÔLEI DE PRAIA	R$11.000,00
97	ALISON CONTE CERUTTI	109.022.227-08	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
98	ALVARO MAGLIANO DE MORAIS FILHO	090.283.454-18	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
99	BARBARA SEIXAS DE FREITAS	124.459.097-59	VÔLEI DE PRAIA	R$15.000,00
100	BRUNO OSCAR DE ALMEIDA NOGUEIRA SCHMIDT	010.070.561-85	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
101	CAROLINA HORTA MAXIMO	603.976.953-06	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
102	CAROLINA SALGADO COLLETT SOLBERG	111.254.777-09	VÔLEI DE PRAIA	R$11.000,00
103	EDUARDA SANTOS LISBOA	057.224.875-03	VÔLEI DE PRAIA	R$11.000,00
104	ELIZE MAIA SECOMANDI GIORNI	108.521.877-50	VÔLEI DE PRAIA	R$5.000,00
105	EVANDRO GONÇALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	133.165.517-00	VÔLEI DE PRAIA	R$15.000,00
106	GEORGE SOUTO MAIOR WANDERLEY	058.739.224-03	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
107	GUSTAVO ALBRECHT CARVALHAES	140.255.287-46	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
108	MARIA ELISA MENDES TICON ANTONELLI	106.345.307-04	VÔLEI DE PRAIA	R$11.000,00
109	PEDRO SALGADO COLLETT SOLBERG	116.281.327-01	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
110	SAYMON BARBOSA SANTOS	044.484.321-30	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
111	TAIANA DE SOUSA LIMA	002.405.683-97	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
112	TALITA ANTUNES DA ROCHA	039.194.054-63	VÔLEI DE PRAIA	R$15.000,00
113	VITOR ARAUJO GONÇALVES FELIPE	098.825.654-17	VÔLEI DE PRAIA	R$8.000,00
114	ANA LUIZA BUSATO BARBACHAN	015.797.210-01	VELA	R$8.000,00
115	BRUNA MARTINELLI CESARIO DE MELLO	008.722.644-83	VELA	R$8.000,00
116	CARLES ROBLES LORENTE	064.172.747-05	VELA	R$8.000,00
117	FERNANDA RYFF MOREIRA DE OLIVEIRA HORN	808.606.720-34	VELA	R$8.000,00
118	KAHENA KUNZE	145.858.107-14	VELA	R$15.000,00
119	MARCO SOFFIATTI GRAEL	132.536.487-88	VELA	R$8.000,00
120	MARTINE SOFFIATTI GRAEL	137.982.307-22	VELA	R$15.000,00
121	PATRÍCIA DACOSTA FREITAS	129.425.097-32	VELA	R$11.000,00
122	SAMUEL REIS ALBRECHT	988.119.750-34	VELA	R$8.000,00
123	ALINE DA SILVA RAMOS	362.182.688-29	WRESTLING	R$5.000,00
124	ANGELO RAFAEL MARQUES MOREIRA	095.940.776-62	WRESTLING	R$8.000,00
125	JOILSON DE BRITO RAMOS JUNIOR	163.649.017-43	WRESTLING	R$5.000,00
126	LAIS NUNES DE OLIVEIRA	041.058.381-21	WRESTLING	R$11.000,00
127	MARAT GARIPOV	236.380.478-30	WRESTLING	R$8.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA
COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.196, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/02/2018, 09/05/2018, 04/07/2018 e 01/08/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 242, de 01 de agosto de 2018, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/02/2018, 09/05/2018, 04/07/2018 e 01/08/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO FERREIRA TONIETTI
Presidente da Comissão
Substituto

ANEXO I

1 - Processo: 58000.118133/2017-78
Proponente: Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ronaldo Sérgio Alves Limeira Ramos
Título: Raquete de Ouro I
Registro: 02SP151762015
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 49.207.368/0001-14
Cidade: Praia Grande UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 850.398,03
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5705 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 10876-6
Período de Captação até: 01/08/2019

2 - Processo: 58000.115663/2017-64
Proponente: Associação Bauru Basketball Team
Título: O Futuro Está na Base
Registro: 02SP053952009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.200.641/0001-64
Cidade: Bauru UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 885.834,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0037 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 71041-5
Período de Captação até: 01/04/2019

3 - Processo: 58000.103734/2017-86
Proponente: Centro de Estudo Treinamento Assessoria a Cidadania
Título: Craque do Amanhã
Registro: 02RJ105312012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.265.928/0001-11
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.107.040,52
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2948 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 34065-0.
Período de Captação até: 01/08/2019

4 - Processo: 58000.118827/2017-13
Proponente: Instituto Casa do Pai
Título: Projeto Voar (Aula de Ginástica Aeróbica Ano II)
Registro: 02RJ164532017
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.913.297/0001-98
Cidade: Itaguaí UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 508.830,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0729 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 79953-X
Período de Captação até: 31/12/2019

5 - Processo: 58000.003027/2018-71
Proponente: Instituto Irmãos Nogueira
Título: Luta: Escola da Vida - Parque Olímpico da Barra
Registro: 02RJ112672012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 11.880.632/0001-03
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 601.794,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1253 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 41062-4
Período de Captação até: 01/08/2019

6 - Processo: 58000.003948/2018-34
Proponente: Instituto Sérgio Sette Câmara
Título: Minas em Busca do Pódio - Ano III
Registro: 02MG086602011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.259.214/0001-29
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 6.966.305,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 54093-5
Período de Captação até: 01/08/2019

7 - Processo: 58000.011760/2016-06
Proponente: Instituto Zeca Muggiati
Título: Kart Curitiba II
Registro: 02PR110792012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.287.203/0001-52
Cidade: Curitiba UF:PR
Valor autorizado para captação: R$ 314.760,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1522 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 39867-5
Período de Captação até: 09/05/2019

8 - Processo: 58000.005099/2018-53
Proponente: RBR Esportes e Cultura - Associação de Fomento de Atividades Esportivas e Culturais
Título: MOV - Família em Movimento - Ano II
Registro: 02SP148322015
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 01.202.249/0001-42
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.409.296,03
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3026 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 18951-0
Período de Captação até: 05/10/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

1 - Processo: 58000.114334/2017-04
Proponente: Confederação Brasileira de Judô
Título: Avança Judô
Valor autorizado para captação: R$ 2.586.662,56
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0183 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 39225-1
Período de Captação até: 04/09/2019

2 - Processo: 58701.002442/2015-68
Proponente: Cruzeiro Esporte Clube
Título: Inteligência de Jogo na Base
Valor autorizado para captação: R$ 981.797,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3392 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 6827-6
Período de Captação até: 30/09/2019

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

COORDENAÇÃO REGIONAL 1 - PORTO VELHO/RO

PORTARIA Nº 2, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Renova a portaria e modifica a composição do Consultivo da Reserva Biológica do Guaporé no estado de Rondônia (Processo nº 02119.000083/2017-91).

A COORDENADORA REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio n° 09, de 05 de dezembro de 2014;

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC, o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto n° 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS;

Considerando o Decreto nº 87.587 de 20 de setembro de 1982, que criou a Reserva Biológica do Guaporé;

Portaria ICMBio nº 171 de 14 de Março 2013 que cria o Conselho Consultivo do Reserva Biológica do Guapore-CONBIGUA;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 5 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais, resolve:

Art. 1º O Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Guaporé é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma de setores como segue abaixo:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS:

a) Órgãos Públicos Ambientais estaduais e federais;

b) Órgãos do Poder Público de áreas afins, dos três níveis da Federação.

II - USUÁRIOS DO TERRITÓRIO DE INFLUÊNCIA DO PARNA DOS CAMPOS AMAZÔNICOS:

a) Uso e exploração de recursos naturais;

b) Povos indígenas;

c) Comunidades quilombolas.

III - COLEGIADOS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Organizações da sociedade civil (ONGs, OSCIPs, associações, sindicatos e similares).

IV - INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

a) Instituições de Ensino e/ou Pesquisa.

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério de paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pela Coordenação Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pela chefe da Reserva Biológica do Guaporé a Coordenação Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2º O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Reserva Biológica do Guaporé que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Guaporé são previstas no seu regimento interno.

Art. 5° O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE NOGUEIRA DOS SANTOS

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 7.850, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5°, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009; e nos elementos que integram o processo 04905.004867/2010-81, resolve:

Art. 1° Revogar o item IV do Art. 1º, da Portaria nº 75, de 1º de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 63, Seção 1, p. 149, de 05/04/2010.

Art. 2° Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 7.427, de 26 de julho de 2018, Processo nº 05315.000295/2017-41, publicada no DOU nº 145, de 30/07/2018, Seção 1, folhas 149, Art. 1º, onde se lê: 43,0559 ha, leia-se: 42,8213 ha.

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 634, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no §2º do art. 8º e art. 32 do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 723, de 23 de abril de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

§ 1º Para inserção no CNAP, as entidades a que se referem os incisos II e III do art. 430 da CLT serão submetidas às normas de avaliação de competência previstas nesta Portaria, relativas à verificação da aptidão da entidade para ministrar programas de formação técnico-profissional que permitam a inclusão de aprendizes no mercado de trabalho.

§ 2º As entidades referidas no inciso I do art. 430 da CLT devem se inscrever no CNAP na forma do art. 3º e do art. 5º desta portaria, firmar o termo de compromisso nos termos do art. 4º, nos moldes do §3º, II e III, e informar as turmas criadas e os aprendizes nelas matriculados.

§ 3º As entidades referidas no caput do art. 430 da CLT devem se inscrever no CNAP, na forma do art. 3º, e fornecer as informações previstas no inciso IV do art. 5º, as turmas criadas e os aprendizes nelas matriculados, e não se submetem às normas de avaliação de competência previstas nesta Portaria, referentes ao programa de aprendizagem inserido." (NR)

"Art. 2º .....

.....

IV - efetuar a avaliação de competência das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica mencionadas no incisos II e III do art. 430 da CLT, validar os programas de aprendizagem de todas as entidades mencionadas no referido artigo; e

V- divulgar os programas de aprendizagem validados no CNAP na página eletrônica do MTE na rede mundial de computadores - internet, com objetivo de instrumentalizar os órgãos de fiscalização e promover informações a jovens, adolescentes e pessoas com deficiência, empregadores e sociedade civil, com a descrição:

.....

d) demais informações da turma solicitadas pela plataforma.

....." (NR)

"Art. 3º A inscrição das entidades de que trata o art. 1º desta Portaria no CNAP, dos respectivos programas, das turmas e dos aprendizes nelas matriculados deve ser efetuada por meio do sistema Mais Aprendiz, na internet, no endereço www.maisaprendiz.mte.gov.br.

§ 1º Os programas de aprendizagem, elaborados em consonância com as regras do Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional - CONAP previsto no art. 8º desta Portaria, devem ser inscritos por município no CNAP para avaliação da competência da entidade.

§ 2º O programa de aprendizagem inserido no CNAP tem prazo de vigência de dois anos contados a partir de sua validação no sistema Mais Aprendiz.

§ 3º O prazo de vigência do programa de aprendizagem profissional pode ser prorrogado por igual período, salvo se houver quaisquer alterações legislativas ou em normas referentes à(s) ocupação(s) objeto do programa de aprendizagem." (NR)

"Art. 4º Após a inscrição das escolas técnicas, das entidades sem fins lucrativos e das entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 1º, §§ 1º e 2º, será gerado pelo Sistema do Cadastro Nacional de Aprendizagem - CNAP o Termo de Compromisso da Entidade e o Termo de Compromisso do Programa de Aprendizagem, que devem ser assinados digitalmente, no referido sistema, por meio do e-CNPJ que contenha a mesma base da Pessoa Jurídica ou e-CPF do representante legal da entidade qualificadora no cadastro.

§1º Cabe à coordenação de fiscalização de aprendizagem de cada Superintendência Regional do Trabalho - SRTb conferir, atestar e registrar o recebimento da documentação anexada e do termo de compromisso no Cadastro Nacional de Aprendizagem-CNAP.

§2º O Termo de Compromisso das entidades qualificadoras mencionadas no caput deste artigo deve ser acompanhado de comprovação de:

I - registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, quando se tratar de Entidade Qualificadora Sem Fins Lucrativos, referida no inciso II do artigo 430 da CLT;

II - parecer do Conselho Estadual de Educação, quando se tratar de Escola Técnica referida no inciso I do artigo 430 da CLT;

III - comprovante de filiação ao Sistema Nacional do Desporto e/ou sistema de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§3º O Termo de Compromisso do programa de aprendizagem deve ser acompanhado de comprovação de:

I - adequação da proposta pedagógica aos princípios e diretrizes desta Portaria;

II - existência de quadro técnico docente devidamente qualificado; e

III - estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, nos termos do disposto no § 1º do art. 430 da CLT.

§ 4º Caso seja identificada pela fiscalização do trabalho alguma inadequação em relação aos documentos citados nos §§ 2º e 3º, o termo de compromisso não será registrado no sistema nos termos do § 1º deste artigo. Neste caso, o Auditor Fiscal do Trabalho registrará parecer justificando a negativa, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 5º Quando a inadequação se referir a documentação do §2º, a entidade qualificadora não estará apta a cadastrar e ministrar programas de aprendizagem. Caso a inadequação se refira a documentação do §3º, o programa de aprendizagem não será validado." (NR)

"Art. 5º .....

I - público participante do programa de aprendizagem, com informação de faixa etária;

.....

IV - estrutura do programa de aprendizagem e sua duração em horas, em função da(s) ocupação(ões) objeto do programa a ser desenvolvido e do perfil do público participante, contendo:

.....

c) respectivas cargas horárias teóricas e práticas, fixadas na forma dos §§ 2º e 3º do art. 10 desta Portaria; e

d) atividades práticas desenvolvidas no local da prática laboral, em conformidade com as atividades previstas na tabela de atividades da CBO objeto do programa.

....." (NR)

"Art. 6º O cadastro das escolas técnicas, entidades sem fins lucrativos e entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no Cadastro Nacional de Aprendizagem - CNAP será submetido à avaliação técnica da SPPE e SRTb, de acordo com suas competências, podendo a entidade se tornar apta a cadastrar programas de aprendizagem.

§ 1º A incompatibilidade do cadastro da entidade e dos programas de aprendizagem com as regras estabelecidas nesta Portaria será informada pela SPPE e SRTb à entidade por mensagem eletrônica, e as inscrições no CNAP ficarão sobrestadas até a regularização de pendências.

.....

§ 3º Os programa validados e a indicação de turmas previstas e/ou confirmadas serão disponibilizadas no portal do Ministério do Trabalho para consulta pública.

§ 4º Somente a partir da validação do programa, e durante seu período de vigência, a entidade estará autorizada a iniciar turmas.

§ 5º Os programas de aprendizagem devem ser elaborados e desenvolvidos pela entidade em consonância com esta Portaria, e devem ser inscritos e validados no CNAP para cada município onde a entidade deseja atuar." (NR)

"Art. 6º-A As entidades formadoras ficam obrigadas a registrar no CNAP as turmas previstas e/ ou confirmadas e realizar o cadastro dos aprendizes vinculados a essas turmas.

§ 1º O cadastro da turma deve conter os seguintes itens:

I - a quantidade máxima de aprendizes;

II - carga horária diária, distribuída em calendário, com a indicação de carga horária teórica e prática;

III - distribuição curricular em módulos, se houver; e

IV - especificação da carga horária teórica básica, teórica específica e prática.

§ 2º O cadastro do aprendiz deve conter:

I - os dados gerais de identificação do aprendiz;

II - escolaridade;

III - informações do estabelecimento responsável pelo cumprimento da cota;

IV - inicio e término do contrato de aprendizagem;

V - perfil socioeconômico; e

VI - a CBO constante no contrato de aprendizagem.

§ 3º O Ministério do Trabalho realizará monitoramento da inserção dos dados de turmas e aprendizes no CNAP.

§ 4º Constatada divergência com a base de dados deste Ministério ou omissão na informação dos dados, a entidade será notificada e terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para atualização e/ou correção dos dados.

§ 5º Em caso de não correção no prazo estabelecido no §4º, a entidade será suspensa até que a incorreção seja sanada." (NR)

"Art. 7º Quando identificada pela fiscalização a inadequação dos programas de aprendizagem à legislação ou a sua execução em desacordo com as informações constantes do CNAP, a chefia da inspeção do trabalho da SRTb requisitará à SPPE a suspensão do cadastro da entidade ou do programa.

§ 1º Quando suspenso o cadastro da entidade, não serão permitidos novos cadastramentos, validações e abertura de turmas.

§ 2º Quando suspenso o programa, a entidade responsável por este não poderá abrir novas turmas no programa suspenso, cadastrar e/ou validar novos programas para a mesma ocupação, arco ocupacional ou itinerário formativo.

§ 3º Quando a entidade matriz, filial ou unidade sem CNPJ estiver suspensa ou possuir algum programa suspenso, esta não poderá cadastrar e/ou ter validados programas na modalidade à distância em nível nacional.

§ 4º Os motivos que justifiquem a suspensão de entidades ou dos programas de aprendizagem devem ser fundamentados em relatório de fiscalização, do qual deve ser enviada cópia à SPPE, juntamente com a solicitação prevista no caput deste artigo.

§ 5º A suspensão da entidade qualificadora motivada pela hipótese prevista no caput deste artigo abrange somente as entidades constantes do referido relatório e, quando se tratar de suspensão de uma entidade matriz, serão suspensas automaticamente suas unidades sem CNPJ.

§ 6º Cabe à SPPE dar ciência do relatório às chefias de fiscalização das localidades em que forem identificadas filiais das respectivas entidades.

§ 7º A entidade ou o programa poderão ser suspensos por um ano em caso de reincidência.

§ 8º A entidade será suspensa nacionalmente por cinco anos caso atue em desacordo com a legislação em dois ou mais estados." (NR)

Art. 9º .....

.....

§ 2º Quando o curso for classificado no CONAP como desenvolvido na metodologia dos arcos ocupacionais ou itinerários formativos, na CTPS do aprendiz deverá constar o código CBO com a melhor condição salarial e/ou de empregabilidade.

§ 3º Na hipótese da contratação acontecer nos moldes do §2º, deverá ser especificado nas anotações gerais da CTPS o arco ocupacional ou itinerário formativo utilizado com seus respectivos códigos CBOs." (NR)

"Art. 10. As entidades ofertantes de programas de aprendizagem em nível de formação inicial devem se adequar ao CONAP e atender às seguintes diretrizes:

I - .....

a) qualificação social e profissional adequada às demandas e diversidades dos adolescentes, em conformidade com o disposto no art. 7º, parágrafo único, do Decreto nº 5.598, de 2005;

b) caracterizar-se como início de um itinerário formativo;

c) promoção social no mundo de trabalho pela aquisição de conhecimento e habilidades que contribuam para o itinerário formativo a ser desenvolvido ao longo da vida do aprendiz;

.....

f) atendimento às necessidades dos adolescentes e jovens do campo e dos centros urbanos, que exijam um tratamento diferenciado no mercado de trabalho em razão de suas especificidades ou exposição a situações de maior vulnerabilidade social, conforme definido na política nacional de assistência social, particularmente no que se refere à baixa escolaridade e às dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e deficiência; e

.....

II - .....

a) desenvolvimento pessoal, social e profissional do adolescente e do jovem, na qualidade de trabalhador e cidadão;

.....

§1º As atividades teóricas e práticas da formação do aprendiz devem ser pedagogicamente articuladas entre si sob a forma de itinerários formativos, com complexidade progressiva possibilitando ao aprendiz o desenvolvimento de sua cidadania e a compreensão das características do mundo do trabalho.

.....

§ 4º A carga horária específica, relativa à(s) ocupação(ões) objeto do programa de aprendizagem, deverá corresponder no mínimo a 40% do total da carga horária teórica, exceto para programas voltados para o público do art. 10, inciso I, alínea "f"." (NR)

"Art. 11. A parte teórica do contrato de aprendizagem deve ser desenvolvida pela entidade formadora, aplicando-se no mínimo 10% da carga horária teórica no início do contrato antes do encaminhamento para a prática profissional e distribuindo-se as demais horas no decorrer de todo o período do contrato de forma a garantir a complexidade progressiva das atividades práticas.

.....

"Art. 12. .....

.....

§ 3º A duração do contrato de aprendizagem deverá coincidir com o termo inicial e final do programa de aprendizagem.

§ 4º Excepcionalmente, quando o curso técnico tiver duração superior à do programa de aprendizagem, o contrato poderá ser celebrado após o início do curso, observadas as seguintes condições:

I - o início e término do contrato de aprendizagem e do programa de aprendizagem deverão coincidir com o início e término dos respectivos módulos;

II - o contrato deverá englobar o mínimo de módulo (s) que assegurarem a formação técnico profissional metódica completa, necessária para a certificação do curso de aprendizagem correspondente a uma ocupação prevista na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

III - a carga horária teórica não poderá ser inferior a quatrocentas horas; e

IV - a aplicação da exceção prevista neste parágrafo restringe-se à formação ofertada em escolas técnicas públicas e no âmbito da gratuidade dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

§5º A formação profissional como parte integrante do contrato de aprendizagem deve ser gratuita para o aprendiz." (NR)

"Art. 13. Ao elaborar os programas de aprendizagem, as entidades formadoras e empresas responsáveis pela contratação dos aprendizes devem observar as proibições de trabalho aos menores de 18 anos nas atividades descritas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil - Lista TIP, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008." (NR)

"Art. 14. .....

I - o potencial de contração de aprendizes no município seja inferior a 25 no setor econômico (comércio, serviços, indústria, agricultura e transporte, entre outros);

....." (NR)

"Art. 15. .....

§ 1º A análise da SPPE para autorização da validação da parceria no CNAP se fundamentará nas informações da inscrição do programa de aprendizagem e naquelas constantes do Cadastro referentes às entidades parceiras.

.....

§ 4º Em caso de constatação, pela fiscalização, de desvirtuamento da parceria, a aprendizagem será descaracterizada, devendo ser enviado relatório para a SPPE, nos moldes do art. 7º desta Portaria, para fins de suspensão do programa de aprendizagem feito em parceria e da autorização de inserção das entidades no CNAP." (NR)

"Art. 16. A entidade qualificada em formação técnico-profissional inserida no CNAP poderá desenvolver programa de aprendizagem em município diverso de sua sede, desde que cadastre no CNAP suas filiais e unidades sem CNPJ e respectivos programas para o município em que irá atuar.

§ 1º O cadastro das filiais, unidades sem CNPJ e respectivos programas deverá atender a todos os requisitos constantes nesta portaria.

§ 2º A filial ou unidade sem CPNJ que não possua registro no CMDCA poderá atuar desde que apresente o registro do CMDCA da entidade matriz, bem como efetue a inscrição do programa no CMDCA do município em que o mesmo será ministrado." (NR)

"Art. 16-A. A formação profissional teórica, ministrada pelas entidades relacionadas no art. 430 da CLT, deverá ser inteiramente gratuita para o aprendiz, sendo vedada a cobrança de matrícula, mensalidades, material didático, uniforme ou ônus de qualquer natureza." (NR)

Art. 2º O item 11 do Anexo II da Portaria nº 723, de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"11. A entidade que pretende realizar aprendizagem a distância deve ter, pelo menos, um programa de aprendizagem na modalidade presencial, devidamente validado e em andamento pelo Ministério do Trabalho." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

§ 1º A eficácia do art. 4º, quanto à assinatura digital do termo de compromisso, fica suspensa até o lançamento da Plataforma Mais Aprendiz, devendo neste ínterim ser utilizada a metodologia na plataforma juventude web.

§ 2º para as entidades mencionadas no caput do art. 430 da CLT, a eficácia dos § 3º do art. 1º, art. 3º e art. 6º-A fica condicionada ao funcionamento da plataforma Mais Aprendiz.

Art. 4º Ficam revogados a alínea "c" do inciso II do art. 2º e os incisos II e III do art. 5º da Portaria nº 723, de 23 de abril de 2012.

CAIO VIEIRA DE MELLO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 29 DE JUNHO DE 2018

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE - Substituta, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.017512/2014-93	205363270	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda. - EPP	GO
2	46234.000442/2016-89	208880836	Inovvar Mecânica, Manutenção e Montagem Industrial Ltda.	MG
3	46234.000715/2016-95	209042800	Inovvar Mecânica, Manutenção e Montagem Industrial Ltda.	MG
4	46234.000716/2016-30	209042826	Inovvar Mecânica, Manutenção e Montagem Industrial Ltda.	MG
5	46234.000717/2016-84	209042818	Inovvar Mecânica, Manutenção e Montagem Industrial Ltda.	MG
6	46234.000727/2016-10	209042834	Inovvar Mecânica, Manutenção e Montagem Industrial Ltda.	MG
7	46215.010358/2011-97	22960449	Instituto Biochimico Indústria Farmaceutica Ltda.	RJ
8	46217.008101/2015-89	207820945	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	RN
9	46217.008105/2015-67	207821178	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	RN

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.002885/2016-81	208880151	Empacotadora Amazonas Ltda - EPP	AM
2	46202.003543/2016-89	208968181	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
3	46202.003544/2016-23	208968199	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
4	46202.003547/2016-67	208968202	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
5	46202.003548/2016-10	208968211	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
6	46202.003549/2016-56	208968229	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
7	46202.003551/2016-25	208968237	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
8	46202.003552/2016-70	208968245	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
9	46202.003553/2016-14	208968253	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
10	46202.003554/2016-69	208968261	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
11	46202.003555/2016-11	208968270	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
12	46202.003556/2016-58	208968288	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
13	46202.003557/2016-01	208968296	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
14	46202.003558/2016-47	208968300	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
15	46202.003560/2016-16	208968318	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
16	46202.003561/2016-61	208968326	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
17	46202.003562/2016-13	208968334	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
18	46202.003563/2016-50	208968342	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
19	46202.003564/2016-02	208968351	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
20	46202.003565/2016-49	208968369	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
21	46202.003567/2016-38	208968377	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
22	46202.003568/2016-82	208968385	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
23	46202.003569/2016-27	208968393	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

24	46202.003570/2016-51	208968407	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
25	46202.003571/2016-04	208968415	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
26	46202.003572/2016-41	208968423	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
27	46202.003573/2016-95	208968431	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
28	46202.003574/2016-30	208968440	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
29	46202.005817/2016-74	209175222	Mastek Comercio de Suprimento de Informatica Eireli ME	AM
30	47904.004997/2014-61	203292162	On Line Recursos Humanos e Eventos Ltda	BA
31	47904.004998/2014-13	203292189	On Line Recursos Humanos e Eventos Ltda	BA
32	47904.005001/2014-34	203292219	On Line Recursos Humanos e Eventos Ltda	BA
33	46504.002672/2014-93	204602858	Andrea Araci Goncalves Felicio	MG
34	46504.002737/2014-09	204632099	Andrea Araci Goncalves Felicio	MG
35	46504.002738/2014-45	204631980	Andrea Araci Goncalves Felicio	MG
36	46504.002739/2014-90	204631611	Andrea Araci Goncalves Felicio	MG
37	46504.002740/2014-14	204631548	Andrea Araci Goncalves Felicio	MG
38	46504.002636/2014-20	204600987	Andrea Araci Goncalves Felicio	MG
39	46243.000521/2015-08	205997911	MRV Construções Ltda	MG
40	46243.000522/2015-44	205997937	MRV Construções Ltda	MG
41	46653.000745/2015-80	205910513	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
42	46653.005130/2014-69	204880858	Larc - Construções, Com. e Serviços Ltda - EPP	MT
43	46653.005102/2014-41	204880696	Larc - Construções, Com. e Serviços Ltda - EPP	MT
44	46871.001186/2012-16	20770740	Aguas de Santo Antonio S.A.	RJ
45	46334.002310/2012-30	20523220	Chevron Brasil Lubrificantes Ltda	RJ
46	46220.001147/2013-56	200291785	Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda	SC
47	46219.012417/2010-41	19781792	Limpar Serviços Esp. e Com. de Produtos Ltda	SP
48	46226.002926/2016-61	210046821	Tel Telematica e Marketing Ltda	TO
49	46226.003421/2016-14	210449870	Tel Telematica e Marketing Ltda	TO

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.007254/2011-54	17345626	TV Gazeta de Alagoas Ltda	AL
2	47904.012300/2012-63	24790524	VW Panificadora e Lanchonete Ltda	BA
3	46207.004020/2004-76	10230688	ABC Comercio e Servicos Ltda	ES
4	46237.002450/2014-78	204622531	Hospital Nossa Senhora Auxiliadora	MG
5	47533.010112/2013-47	201473411	Auto Posto Aladim Ltda	PR
6	46267.003036/2014-29	205444920	Amazonas Produtos Para Calcados Ltda	SP
7	46268.003710/2014-65	205047688	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
8	46268.003711/2014-18	205047637	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
9	46268.003712/2014-54	205047599	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
10	46268.003713/2014-07	205047581	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
11	46268.003714/2014-43	205047319	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
12	46268.003715/2014-98	205047297	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
13	46268.003716/2014-32	205047246	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
14	46268.003718/2014-21	205047165	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
15	46263.003835/2014-35	204451078	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
16	46259.007124/2015-80	207825297	Raizen Energia S.A	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.002687/2015-47	26484447	Marimar Servicos Ltda - ME	AL
2	46201.004033/2015-58	26487136	Marimar Servicos Ltda - ME	AL
3	46201.005966/2015-62	207638969	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Benef de Marmore e Granitos Prod	AL
4	47008.000233/2007-81	10026347	Cactus - Locacao de Mao-de-Obra Ltda	BA
5	46204.008283/2015-37	207915547	Conecta Empreendimentos Ltda	BA
6	47904.003353/2015-36	206195125	Conveniencias Pinheiro Ltda - ME	BA
7	47904.013654/2012-25	24795313	Fibria Celulose S/A	BA
8	47904.015066/2013-15	201607778	Foco Solucoes e Servicos de Gestao Empresarial Ltda - EPP	BA
9	47904.013136/2013-92	201377080	Francinete Galdino Feitoza - ME	BA
10	47904.000137/2011-13	20925425	Francisco Santos Neves	BA
11	47102.000279/2015-31	207847681	Luigi Guerra	BA
12	47102.000280/2015-66	207847746	Luigi Guerra	BA
13	47904.008222/2014-64	203798198	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
14	46281.000545/2007-92	17058201	MSM Manutencao e Montagem Ltda	BA
15	47904.015339/2014-02	205007872	Poty Praia Hotel e Turismo Ltda - EPP	BA
16	47904.005360/2011-49	21013233	Profederal Vigilancia Ltda	BA
17	47904.004737/2015-76	206410344	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
18	46310.000030/2015-16	25568655	Geovanir Alves de Freitas - Me	CE
19	46207.009502/2014-94	204946450	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	ES
20	46207.001078/2015-11	205920900	Contek Engenharia S/A	ES
21	46248.000302/2015-71	206151578	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
22	46240.002993/2015-17	208094431	Agropecuária Carmo Silva Ltda	MG
23	47747.005432/2015-31	206450656	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
24	47747.005434/2015-21	206450478	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
25	47747.004391/2015-66	206480491	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
26	47747.004392/2015-19	206480504	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
27	47747.004393/2015-55	206480482	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
28	47747.004398/2015-88	206481233	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
29	47747.004400/2015-19	206480466	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
30	47747.004705/2015-21	206505876	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
31	47747.004859/2015-12	206504250	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
32	47747.004523/2015-50	206497547	Viacao Torres Ltda	MG
33	47747.005588/2015-12	206686285	Viacao Zurick Ltda	MG
34	47747.005590/2015-91	206686412	Viacao Zurick Ltda	MG
35	47747.005591/2015-36	206686781	Viacao Zurick Ltda	MG
36	46239.001015/2016-78	209369841	W. Minas Gerais Idiomas Ltda - ME	MG
37	46653.001457/2015-42	206070411	Araguaia Agrícola Ltda	MT
38	46653.001986/2015-46	206317841	Eletromar Móveis e Eletrodomésticos Ltda	MT
39	46222.006608/2015-29	207169594	Tapajos Comercio de Calcados Ltda - ME	PA
40	46224.002880/2015-10	206804644	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande	PB
41	46224.002885/2015-42	206805039	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande	PB
42	46224.002889/2015-21	206805101	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande	PB
43	46224.002896/2015-22	206805969	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande	PB
44	46224.002897/2015-77	206805977	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande	PB
45	46224.002902/2015-41	206819919	Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado do Rio Grande	PB
46	46295.008036/2015-69	207951730	Autorac Veiculos Ltda	PE
47	46295.008027/2015-78	207949611	Granjapan Motores Ltda	PE
48	46212.003463/2016-12	208901311	Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná	PR
49	46212.003464/2016-59	208901329	Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná	PR
50	46318.003689/2016-27	210139501	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
51	46318.003693/2016-95	210139731	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
52	46318.003694/2016-30	210139765	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
53	46318.003695/2016-84	210139811	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
54	46318.003696/2016-29	210139862	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
55	46318.003697/2016-73	210139889	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
56	46318.003698/2016-18	210139935	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
57	46318.003699/2016-62	210139960	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
58	46318.003703/2016-92	210140038	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
59	46318.003714/2016-72	210140551	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
60	47533.016352/2015-17	208110658	Irmandade da Santa Casa de Londrina	PR
61	47533.016363/2015-05	208124926	Irmandade da Santa Casa de Londrina	PR
62	46228.003783/2014-23	204862698	Arcadis Logos S.A.	RJ
63	46228.003380/2014-84	204562465	Casalar Motel Ltda - EPP	RJ
64	46215.015392/2013-10	201142660	Joaquim Monteiro Ferraz	RJ
65	46215.006210/2010-77	19442599	Municipio de Japeri	RJ
66	46215.012000/2015-22	206556799	Sobeu - Associacao Barramansense de Ensino	RJ
67	46274.001242/2016-77	209533927	Carrefour Comercio e Industria Ltda	RS
68	46218.008555/2016-21	209506563	LF Soccer Representacoes Ltda - ME	RS
69	46218.008557/2016-10	209506547	LF Soccer Representacoes Ltda - ME	RS
70	46271.001313/2016-61	209342609	Miolo Wine Group Vitivinicultura Ltda	RS
71	47191.000452/2016-21	209662085	Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Valores e Seguranca	RS
72	47191.000413/2016-23	209598832	Sagres Comercio de Combustiveis Ltda - EPP	RS
73	46305.002325/2015-98	207624143	Coletivo Rodovel Ltda	SC
74	46304.002592/2014-94	204523796	Energia Madeiras - Industrial e Comercial S A	SC
75	46304.000858/2015-45	206419198	Sigosta Textil Ltda	SC
76	46257.004975/2016-71	210656301	Associacao Educacional Cruzeiro do Sul	SP
77	46255.000604/2013-98	200289675	Associacao Vinhedense de Educacao do Homem de Amanha	SP
78	46266.000037/2014-21	202534898	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
79	46473.000255/2015-00	205730655	Fleury S.A.	SP
80	46269.003977/2016-12	210477393	Garca Pocos Artesianos e Construtora Ltda	SP
81	47999.001996/2016-14	209331828	Gerdau Acos Longos S.A.	SP
82	46219.015750/2016-05	210648007	Konecta Brazil Outsourcing Ltda.	SP
83	46258.001951/2014-99	203495926	Posto Barao Brasil Ltda	SP
84	46473.000900/2014-03	202752461	Sareh Saude e Retaguarda Hospitalar Ltda.	SP
85	46473.000902/2014-94	202752801	Sareh Saude e Retaguarda Hospitalar Ltda.	SP
86	46473.003164/2004-65	8426236	Udesco Construcoes Metalicas Ltda	SP
87	46226.001505/2015-32	206228589	Ipanema Seguranca Ltda	TO

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.009397/2012-27	24849456	Grupo Hospitalar Matter Dei Ltda.	BA
2	46206.008911/2016-45	210153881	Rangel Carvalho Machado 10388640626	DF
3	46207.011053/2014-44	25538756	Lucinea Nogueira da Silva Duque - ME	ES
4	47747.004303/2015-26	206475284	Viação Torres Ltda.	MG
5	46653.003965/2013-01	201310392	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	MT
6	46653.004057/2013-27	201471736	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	MT
7	46216.005089/2015-61	208079661	Comercial Piranha Importação e Exportação de Materiais	RO
8	46472.006919/2016-27	211059021	Instituto Social Santa Lucia	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.011435/2012-10	24784532	Somed Socorros Medicos Ltda	BA
2	47747.005420/2015-15	206544111	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
3	47747.005426/2015-84	206650655	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
4	47747.005427/2015-29	206650710	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
5	47747.005428/2015-73	206650817	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
6	47747.005429/2015-18	206650779	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
7	47747.005430/2015-42	206650736	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
8	46237.002451/2014-12	204622522	Hospital Nossa Senhora Auxiliadora	MG
9	47747.004703/2015-31	206432283	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
10	46222.004574/2015-38	207062986	Desportiva Servicos de Fisioterapia Ltda - EPP	PA
11	46213.028332/2015-49	208323601	Una Acucar e Energia Ltda em Recuperacao Judicial	PE
12	46215.001331/2015-37	205708056	KPMG Auditores Independentes.	RJ
13	46262.000661/2015-40	206041101	Viacao Cidade de Maua Ltda - ME	SP

LAURA LEÃO OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em Apreciação de Recurso Voluntario:

1.1 Pela Procedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.021898/2015-79	208417991	Eletro Instalacoes Ltda	AM
2	46202.021899/2015-13	208417974	Eletro Instalacoes Ltda	AM
3	46202.021903/2015-43	208417982	Eletro Instalacoes Ltda	AM
4	46202.021904/2015-98	208417931	Eletro Instalacoes Ltda	AM
5	46202.021905/2015-32	208417940	Eletro Instalacoes Ltda	AM
6	46202.021906/2015-87	208417958	Eletro Instalacoes Ltda	AM
7	47904.008313/2015-81	206968680	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
8	47904.008314/2015-25	206968710	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
9	47904.008315/2015-70	206968779	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
10	47904.008316/2015-14	206968833	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
11	47904.008319/2015-58	206968965	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
12	47904.008291/2015-59	207046344	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
13	47904.008293/2015-48	207046387	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
14	47904.008294/2015-92	207046352	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
15	47904.008295/2015-37	206967641	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
16	47904.008296/2015-81	206967683	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
17	47904.008297/2015-26	206967705	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
18	47904.008298/2015-71	206967756	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
19	47904.008299/2015-15	206967802	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
20	47904.008303/2015-45	206968060	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
21	47904.008304/2015-90	206968132	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
22	47904.008305/2015-34	206968183	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
23	47904.008306/2015-89	206968221	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
24	47904.008307/2015-23	206968272	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
25	47904.008308/2015-78	206968337	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
26	47904.008310/2015-47	206968469	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
27	47904.008311/2015-91	206968639	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
28	47904.008292/2015-01	207046379	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
29	47904.008302/2015-09	206967993	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
30	47904.008300/2015-10	206967845	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
31	47904.008290/2015-12	207046395	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
32	47904.008309/2015-12	206968361	Candeias Melo Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda	BA
33	46204.012464/2015-68	208589741	Universidade Catolica do Salvador	BA
34	46208.003830/2015-58	206501960	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
35	46208.003832/2015-47	206510942	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
36	46208.003833/2015-91	206510951	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
37	46208.003834/2015-36	206510969	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
38	46208.003835/2015-81	206510977	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
39	46208.003836/2015-25	206510985	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
40	46208.003837/2015-70	206510993	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
41	46208.003838/2015-14	206511001	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
42	46208.003839/2015-69	206511027	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
43	46208.003840/2015-93	206511043	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
44	46208.003841/2015-38	206511051	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
45	46208.003842/2015-82	206511060	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
46	46208.003843/2015-27	206511078	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
47	46208.003844/2015-71	206511086	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
48	46208.003845/2015-16	206511094	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
49	46208.003846/2015-61	206511116	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
50	46208.003847/2015-13	206511124	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
51	46208.003848/2015-50	206511132	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
52	46208.003850/2015-29	206511167	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
53	46208.003851/2015-73	206511213	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
54	46208.003852/2015-18	206511302	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
55	46208.003853/2015-62	206511311	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
56	46208.003854/2015-15	206511329	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
57	46208.003855/2015-51	206511345	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
58	46208.003857/2015-41	206511485	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
59	46208.003858/2015-95	206511621	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
60	46208.003859/2015-30	206511728	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
61	46208.003860/2015-64	206511833	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
62	46208.003831/2015-01	206502508	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
63	46208.003849/2015-02	206511159	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
64	46208.003856/2015-04	206511426	Alvorada Engenharia Ltda EPP	GO
65	46208.011277/2015-27	208153411	Concelta Construções Elétricas Ltda	GO
66	46208.011276/2015-82	208153331	Concelta Construções Elétricas Ltda	GO
67	46208.011275/2015-38	208153195	Concelta Construções Elétricas Ltda	GO
68	46208.011274/2015-93	208153322	Concelta Construções Elétricas Ltda	GO
69	46208.001151/2016-25	208866311	Frederico Araújo Oliveira	GO
70	46208.001152/2016-70	208866329	Frederico Araújo Oliveira	GO
71	46208.001150/2016-81	208866302	Frederico Araújo Oliveira	GO
72	46208.000854/2016-36	208833749	Frederico Araújo Oliveira	GO
73	46208.001149/2016-56	208866299	Frederico Araújo Oliveira	GO
74	46208.000850/2016-58	208833706	Frederico Araújo Oliveira	GO
75	46208.000853/2016-91	208833731	Frederico Araújo Oliveira	GO
76	46208.000852/2016-47	208833722	Frederico Araújo Oliveira	GO
77	46208.001153/2016-14	208866337	Frederico Araújo Oliveira	GO
78	46208.000851/2016-01	208833714	Frederico Araújo Oliveira	GO
79	46208.004855/2015-79	206718152	Paviart Construtora e Incorporadora Ltda	GO
80	46208.002913/2015-20	205912001	Transportes Coletivos de Anápolis Ltda	GO
81	46208.002916/2015-63	205905196	Transportes Coletivos de Anápolis Ltda	GO
82	46208.002927/2015-43	205913831	Transportes Coletivos de Anápolis Ltda	GO
83	46208.002928/2015-98	205913482	Transportes Coletivos de Anápolis Ltda	GO
84	46208.015904/2014-18	205049150	Use Móveis Para Escritório Ltda	GO
85	46208.013946/2014-14	204757673	Use Móveis Para Escritório Ltda	GO
86	46243.002845/2015-72	207501483	Ceramica Marbeth Ltda	MG
87	46243.002848/2015-14	207502781	Ceramica Marbeth Ltda	MG
88	46243.002849/2015-51	207502960	Ceramica Marbeth Ltda	MG
89	46243.002960/2015-47	207501441	Ceramica Marbeth Ltda	MG
90	46243.002829/2015-80	207497231	Cerâmica Marbeth Ltda.	MG
91	46243.002831/2015-59	207497257	Cerâmica Marbeth Ltda.	MG
92	46243.002955/2015-34	207497290	Cerâmica Marbeth Ltda.	MG
93	46243.002957/2015-23	207497311	Cerâmica Marbeth Ltda.	MG
94	46243.002832/2015-01	207497265	Cerâmica Marbeth Ltda.	MG
95	46243.002830/2015-12	207497249	Cerâmica Marbeth Ltda.	MG
96	47747.010963/2015-46	208129821	Colmeia Centro de Educacao e Profissao	MG
97	46504.004110/2015-65	207995184	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
98	46504.004111/2015-18	208040994	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
99	46504.004112/2015-54	208042211	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
100	46504.004114/2015-43	208039848	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
101	46504.004115/2015-98	208039864	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
102	46504.004116/2015-32	208040960	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
103	46504.004117/2015-87	208039899	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
104	46504.004118/2015-21	208042318	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
105	46504.004119/2015-76	208041249	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
106	46504.004121/2015-45	208034773	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
107	46504.004122/2015-90	208039805	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
108	46504.004123/2015-34	208039791	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
109	46504.004124/2015-89	208034706	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
110	46504.004125/2015-23	208040901	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
111	46504.004126/2015-78	208041150	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
112	46504.004128/2015-67	207995494	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
113	46504.004130/2015-36	208041397	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
114	46504.004113/2015-07	208039813	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
115	46504.004120/2015-09	208041940	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
116	46504.004129/2015-10	208039856	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
117	46504.004127/2015-12	208039881	Israel Luiz Baeta Alves de Souza	MG
118	46239.003419/2014-34	205071341	Usina Acucareira Passos S.A	MG
119	46239.003420/2014-69	205071350	Usina Acucareira Passos S.A	MG
120	46222.011799/2015-41	208160906	Belem Bioenergia Brasil S/A	PA
121	46222.005456/2015-47	205541836	JBS S/A	PA
122	46085.001264/2015-83	206881363	Mediterranea Distribuidora de Bebidas Ltda	PB
123	46318.001818/2016-42	209208040	Abatedouro Coroaves Ltda	PR
124	46318.001819/2016-97	209366729	Abatedouro Coroaves Ltda	PR
125	46318.001821/2016-66	209208015	Abatedouro Coroaves Ltda	PR
126	46318.001822/2016-19	209208031	Abatedouro Coroaves Ltda	PR
127	46318.001817/2016-06	209208023	Abatedouro Coroaves Ltda	PR
128	46318.001820/2016-11	209208058	Abatedouro Coroaves Ltda	PR
129	46319.000591/2016-16	209046155	Itamar Patene Araujo - ME	PR
130	46215.008313/2014-03	203287827	Consórcio Linha 4 Sul - CLAS	RJ
131	46291.000100/2016-84	208822143	Comercial M E Ltda	RN
132	46291.000101/2016-29	208822275	Comercial M E Ltda	RN
133	46291.000102/2016-73	208822348	Comercial M E Ltda	RN
134	46291.000103/2016-18	208822551	Comercial M E Ltda	RN
135	46291.000104/2016-62	208822771	Comercial M E Ltda	RN
136	46291.000105/2016-15	208822640	Comercial M E Ltda	RN
137	46217.010256/2015-85	208108785	P & L Snacks Industria e Comercio Ltda - ME	RN
138	46217.009781/2015-58	208057137	Protele Engenharia Ltda	RN
139	46217.009782/2015-01	208057226	Protele Engenharia Ltda	RN
140	46217.009699/2015-23	208020438	R. F. de Souza Varella Barca - ME	RN
141	46217.006854/2015-50	207542899	Unimed Natal Sociedade Cooperativa de Trabalho Medico	RN
142	46217.006955/2015-21	207598738	Unimed Natal Sociedade Cooperativa de Trabalho Medico	RN
143	46217.000043/2014-64	202599370	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	RN
144	46217.000655/2015-38	205786456	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	RN
145	46217.000041/2014-75	202599388	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	RN
146	46217.000042/2014-10	202599396	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	RN
147	46301.000115/2016-86	207845891	Banco Itau S/A	SC
148	46301.000117/2016-75	207845735	Banco Itau S/A	SC
149	46301.000118/2016-10	207846715	Banco Itau S/A	SC
150	46220.005338/2015-59	207873321	Construtora Espaco Aberto Ltda	SC
151	46220.005342/2015-17	207873542	Construtora Espaco Aberto Ltda	SC
152	46220.005343/2015-61	207873496	Construtora Espaco Aberto Ltda	SC
153	46220.005361/2015-43	207857334	Construtora Espaco Aberto Ltda	SC
154	46220.005365/2015-21	207873381	Construtora Espaco Aberto Ltda	SC
155	46220.005371/2015-89	207876410	Construtora Espaco Aberto Ltda	SC
156	46220.005339/2015-01	207873518	Construtora Espaco Aberto Ltda	SC
157	46301.000967/2015-92	206664885	Cooperativa dos Transportadores Rodoviarios de Cargas de Capinzal	SC
158	46301.000703/2015-39	206351674	Cooperativa dos Transportadores Rodoviarios de Cargas de Capinzal	SC
159	46301.000965/2015-01	206664818	Cooperativa dos Transportadores Rodoviarios de Cargas de Capinzal	SC
160	46301.000700/2015-03	206351607	Cooperativa dos Transportadores Rodoviarios de Cargas de Capinzal	SC
161	46220.002836/2015-40	206791704	Instituto de Saude e Educacao Vida	SC
162	46220.002837/2015-94	206791798	Instituto de Saude e Educacao Vida	SC
163	46220.002835/2015-03	206791534	Instituto de Saude e Educacao Vida	SC
164	46221.005564/2015-20	206797800	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
165	46221.005565/2015-74	206797761	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
166	46221.005566/2015-19	206797753	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
167	46221.005567/2015-63	206797826	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

168	46221.005568/2015-16	206797923	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
169	46221.005835/2015-47	206876513	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
170	46221.005836/2015-91	206876173	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
171	46221.005971/2015-37	206906145	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
172	46221.006483/2015-47	207039887	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
173	46221.006484/2015-91	207039950	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
174	46221.006485/2015-36	207039852	Ipatinga - Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	SE
175	46266.001066/2014-19	202997871	Centro Espírita Nosso Lar Casas André Luiz	SP
176	46219.021931/2015-81	208451625	Companhia do Metropolitano de Sao Paulo Metro	SP
177	46258.001413/2016-66	209182539	Da Gente Comércio de Produtos Alimentícios Ltda	SP
178	46258.001414/2016-19	209182491	Da Gente Comércio de Produtos Alimentícios Ltda	SP
179	46258.001411/2016-77	209182644	Da Gente Comércio de Produtos Alimentícios Ltda	SP
180	46258.001415/2016-55	209182369	Da Gente Comércio de Produtos Alimentícios Ltda	SP
181	46258.001417/2016-44	209182261	Da Gente Comércio de Produtos Alimentícios Ltda	SP
182	46258.001418/2016-99	209182237	Da Gente Comércio de Produtos Alimentícios Ltda	SP
183	46258.001416/2016-08	209182326	Da Gente Comércio de Produtos Alimentícios Ltda	SP
184	46258.001412/2016-11	209182601	Da Gente Comércio de Produtos Alimentícios Ltda	SP
185	46219.004319/2016-25	209122145	Decar Autopecas Ltda	SP
186	46219.004320/2016-50	209122153	Decar Autopecas Ltda	SP
187	46256.001774/2016-22	209824654	Gerson Alves de Carvalho - ME	SP
188	47999.003815/2015-11	207553297	Industria Construcoes e Montagens Ingelec S.A. - Incomisa	SP
189	46261.002889/2015-84	206889691	Marvin - Seguranca Patrimonial Ltda.	SP
190	46261.002888/2015-30	206872658	Marvin - Seguranca Patrimonial Ltda.	SP
191	46261.002887/2015-95	206872674	Marvin - Seguranca Patrimonial Ltda.	SP
192	46261.002884/2015-51	206976585	Marvin - Seguranca Patrimonial Ltda.	SP
193	46261.002886/2015-41	206872682	Marvin - Seguranca Patrimonial Ltda.	SP
194	46261.002883/2015-15	206976640	Marvin - Seguranca Patrimonial Ltda.	SP
195	46261.002885/2015-04	206976470	Marvin - Seguranca Patrimonial Ltda.	SP
196	46258.005526/2015-50	208616667	VRG Linhas Aereas S.A.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46217.000037/2014-15	200.218.468	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	RN
2	46256.001771/2016-99	200.746.111	Gerson Alves de Carvalho - ME	SP
3	46219.011650/2015-11	200.517.031	Instituto Brasileiro de Aprendizagem Profissional	SP
4	46261.002893/2015-42	200.516.710	Marvin - Segurança Patrimonial Ltda.	SP
5	46261.002894/2015-97	200.523.899	Marvin - Segurança Patrimonial Ltda.	SP

2) Em Apreciação de Recurso de Ofício:
2.1 Pela Procedência Parcial do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46286.000004/2014-43	200.218.701	Instituto de Educação Christus Ltda.	DF

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento a Decisão Judicial exarada nos autos do Processo 0000982-78.2017.5.10.0013, procedente da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46205.009950/2015-99
Entidade	Sindicato Regional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias - Regional III - SINDRACSE- Regional III.
CNPJ	21.972.398/0001-06
Fundamento	NT 666/2018/CGRS/SRT/MTb

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

DESPACHO DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho - Substituto, em cumprimento à Decisão Judicial, Processo 1009547-37.2018.4.01.3400, procedente da 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, que determinou a análise do processo no prazo de 30(trinta) dias, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46218.000199/2015-16
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul - SINDISAMA - SAÚDE
CNPJ	05.205.571/0001-86
Fundamento	NT 665/2018/CGRS/SRT/MTb

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

DESPACHO DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo 0000017-39.2018.5.10.0022, na qual a 22ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, TRT da 10ª Região, determinou a análise dos autos no prazo máximo de 90 dias; o Secretário Substituto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 326/2013, e com base na NOTA TÉCNICA 664/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve:

Deferir o registro sindical (RES) ao Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Sumidouro, processo 46231.002615/2016-23 (SC18718), CNPJ 21.206.760/0001-20, para representar a categoria dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Pública Direta, Câmara Municipal, Autarquias, Empresas e Fundações, ativos e inativos do Município de Sumidouro, no estado do Rio de Janeiro. E para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013, resolve: a) EXCLUIR a CATEGORIA SUPRACITADA no MUNICÍPIO de Sumidouro, no estado do Rio de Janeiro, da REPRESENTAÇÃO do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, processo de registro sindical n.º 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67; b) EXCLUIR o MUNICÍPIO de Sumidouro, no estado do Rio de Janeiro, da BASE TERRITORIAL do SINSENF - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Friburgo e Região - RJ, processo de registro sindical 46000.005879/96-39, CNPJ 01.104.792/0001-07.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

DESPACHO DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho - Substituto, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial, Processo n.º 0001354-63.2017.5.10.0001 oriundo da 1ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES nº 667/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve:

Deferir o registro sindical ao Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Franca e Região - SINDITAC, CNPJ 11.695.941/0001-03, Processo 46267.002800/2016-19, para representar a Categoria Econômica dos Transportadores Autônomos de Cargas , com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Altoporã, Franca, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista - SP, Estado de São Paulo, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 8 DE AGOSTO DE 2018

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - Substituta, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Nº 173 - Aprovar o Instrumento Particular de Cessão de Imagens a ser firmado entre a Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A - MSVia e a emissora Televisão Morena LTDA, visando à cessão de imagens da Rodovia BR-163/MS, nos termos previstos na Resolução ANTT n.º 2.064/2007, de 05 de junho de 2007. Processo n.º 50520.013787/2018-14.

Nº 174 - Aprovar à Cessão de Imagens firmado entre a Concessionária Arteris Régis Bittencourt S/A e Globo Comunicação e Participações S.A, das Rodovias Concedidas sob a Sua Jurisdição e seus acessos, nos termos previstos na Resolução ANTT n.º 2.064/2007, de 05 de junho de 2007. Processo n.º 50501.303097/2018-74.

Nº 175 - Aprovar à Cessão de Imagens firmado entre a Autopista Litoral Sul S/A e Globo Comunicação e Participações S.A, das Rodovias Concedidas sob a Sua Jurisdição e seus acessos, nos termos previstos na Resolução ANTT n.º 2.064/2007, de 05 de junho de 2007. Processo n.º 50501.303095/2018-85.

Nº 176 - Aprovar à Cessão de Imagens das Rodovias Concedidas, firmado entre a Autopista Planalto Sul S/A. e Globo Comunicação e Participações S.A, das Rodovias, que estejam sob a Sua Jurisdição, nos termos previstos na Resolução ANTT n.º 2.064/2007, de 05 de junho de 2007. Processo n.º 50501.303096/2018-20.

Nº 177 - Aprovar à Cessão de Imagens das Rodovias Concedidas, firmado entre a Autopista Fluminense S/A. e Globo Comunicação e Participações S.A, das Rodovias, que estejam sob a Sua Jurisdição, nos termos previstos na Resolução ANTT n.º 2.064/2007, de 05 de junho de 2007. Processo n.º 50501.303094/2018-31.

Nº 178 - Aprovar à Cessão de Imagens das Rodovias Concedidas, firmado entre a Autopista Fernão Dias e Globo Comunicação e Participações S.A, das Rodovias, que estejam sob a Sua Jurisdição, nos termos previstos na Resolução ANTT n.º 2.064/2007, de 05 de junho de 2007. Processo n.º 50501.303093/2018-96.

Nº 179 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, por meio de subtrechos de ocupações longitudinais e travessias, no trecho entre o km 788+940m e o km 792+168m, em Vera/MT, de interesse da Telefônica Brasil S/A. Processo n.º 50520.014105/2018-82.

Nº 180 - Autorizar a implantação de equipamentos OCR - Projeto Alerta Brasil na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MS, no km 026+700m, km 038+100, km 117+200, km 134+600m, km 212+900m, km 222+200m, km 315+900m, km 327+400m, km 520+400m, km 540+400m, km 604+600m, km 619+500m, km 723+700m, km 739+000m, ambos sentidos, de interesse da SITRAN Sinalização de Trânsito Industrial LTDA. Processo n.º 50520.014548/2018-73.

Nº 181 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 653+965m e o km 654+777m, no Sentido Norte, em Jaguarão/RS, de interesse da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. Processo n.º 50520.014502/2018-54.

Nº 182 - Autorizar a regularização de rede de abastecimento de água e esgoto na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MS, por meio de subtrechos de ocupações longitudinais e travessias, no trecho entre o km 019+453m e o km 839+006m, de interesse da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A - SANESUL. Processo n.º 50520.014547/2018-29.

Nº 183 - Autorizar a ocupação através de travessia de linha de transmissão na faixa de domínio da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, por meio de paralelismo entre o km 503+920m ao km 504+075m, pista norte, no município de Santa Terezinha/BA de interesse da COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Processo n.º 50535.001339/2018-09.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 94, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50510.037673/2018-71, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Autorizar as obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de travessia aérea de rede elétrica, de responsabilidade da CEMIG Distribuição S.A., no km 886+989 m, na malha ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, no município de Patrocínio/MG.

Parágrafo único Sobre a Receita Alternativa Líquida será realizado recolhimento em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 5.746, de 21 de fevereiro de 2018, e com o previsto no Contrato de Concessão.

Art. 2º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 721, DE 19 DE JULHO DE 2018

ICP n.º 08190.005157/18-28

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO representação sobre suposta comercialização de produto impróprio para consumo, em desconformidade com as normas técnicas de fabricação;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federais n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. Autuação e registro desta Portaria;

2. Remessa de cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. Comunicação da instauração deste Inquérito Civil Público à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível do MPDFT.

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

PORTARIA N° 722, DE 19 DE JULHO DE 2018

ICP n.º 08190.005156/18-65

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO representação em desfavor da Vivo S.A afirmando que esta fornece possibilidade de contratar planos de maior valor via internet e aplicativo de celular, mas não traz esta mesma facilidade para casos de contratação para planos de menor valor;

CONSIDERANDO que se encerrou o prazo do procedimento preparatório, sendo necessário, ainda, maior lapso temporal para análise e adoção das medidas pertinentes,

RESOLVE,

com suporte nas Leis Federais n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. Autuação e registro desta Portaria;

2. Remessa de cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. Comunicação da instauração deste Inquérito Civil Público à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível do MPDFT;

4. Remessa dos autos à análise, para elaboração de minuta de ação civil pública.

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

PORTARIA N° 724, DE 26 DE JULHO DE 2018

ICP n.º 08190.005153/18-77

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO representação relatando possíveis irregularidades no descumprimento dos horários de check-in (entrada) e check-out (saída) em relação às diárias praticadas pelos hotéis localizados no DF, em descumprimento a Lei n° 11.771/2008;

CONSIDERANDO que se encerrou o prazo do procedimento preparatório, sendo necessário, ainda, maior lapso temporal para análise e adoção das medidas pertinentes, resolve:

com suporte nas Leis Federais n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. Autuação e registro desta Portaria;

2. Remessa de cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. Comunicação da instauração deste Inquérito Civil Público à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível do MPDFT;

4. Aguarde-se resposta do ofício de fl. 83

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 719, DE 9 DE JULHO DE 2018

ICP n.º 08190.005676/18-03

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Terceira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO o art. 13, da Resolução n.º 066, de 17 de outubro de 2005, editada pelo E. Conselho Superior do MPDFT, que estabelece um prazo de 90 dias para a conclusão do Procedimento Preparatório, cabendo apenas uma única prorrogação, pelo mesmo prazo;

CONSIDERANDO que o citado dispositivo, em seu parágrafo único, dispõe que, após esse prazo, deverá o feito ser convertido em Inquérito Civil, se não tiver sido arquivado ou ajuizada a respectiva ação civil pública;

CONSIDERANDO a natureza difusa e coletiva e diz respeito à suposta ausência de investimentos por parte da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB que poderiam ter levado à situação atual de crise hídrica;

CONSIDERANDO que as investigações tiveram curso e a CAESB manifestou-se indicando que o quadro de crise hoje vivido no Distrito Federal não é resultado de ausência de investimentos, mas de uma diminuição do regime de chuvas nos últimos anos, apresentando, igualmente, o planejamento de ações para diminuir as perdas de água no fornecimento à população do Distrito Federal;

CONSIDERANDO que feito encontra-se com prazo de conclusão prestes a expirar e é necessário a coleta de maiores esclarecimentos sobre as ações tomadas no passado e as que serão tomadas para evitar um quadro de crise hídrica vivido pelo Distrito Federal; resolve:

com suporte nas Leis Federai n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que terá por objeto analisar a conduta da CAESB em relação às ações tomadas após 2009, quando foi cientificada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre a possibilidade de ocorrência de crise de abastecimento de água, bem como sobre as ações que planejam tomar para evitar situação semelhante no futuro, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada do Consumidor;

2. Após, aguarde-se audiência já designada.

RUBIN LEMOS
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 720, DE 9 DE JULHO DE 2018

ICP n.º 08190.005677/18-68

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Terceira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO o art. 13, da Resolução n.º 066, de 17 de outubro de 2005, editada pelo E. Conselho Superior do MPDFT, que estabelece um prazo de 90 dias para a conclusão do Procedimento Preparatório, cabendo apenas uma única prorrogação, pelo mesmo prazo;

CONSIDERANDO que o citado dispositivo, em seu parágrafo único, dispõe que, após esse prazo, deverá o feito ser convertido em Inquérito Civil, se não tiver sido arquivado ou ajuizada a respectiva ação civil pública;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por intermédio de reclamação na Ouvidoria do MPDFT, eventual violação de direito do consumidor pela seguradora Unimed Seguros, consistente na imposição no prazo de carência para a cobertura de determinados atendimentos;

CONSIDERANDO que a Unimed Angra dos Reis manifestou-se indicando que o contrato foi celebrado com a Bem Administradora de Benefícios e foi a empresa quem solicitou a inclusão do beneficiário, ressaltando a necessidade de cumprimento de carência;

CONSIDERANDO que o feito encontra-se com prazo de conclusão prestes a expirar e há necessidade de coleta de maiores informações para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório n° 08190.004999/18-07 em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando investigar a conduta da empresa Bem Administradora de Benefícios na contratação de plano de saúde coletivo por adesão com a Unimed Angra dos Reis, especialmente em relação à eventual inclusão de carências indevidas a beneficiários do plano de saúde contratado, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada do Consumidor;

2. Após, reitere-se o ofício não respondido.

RUBIN LEMOS
Promotor de Justiça

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 717, DE 17 DE MAIO DE 2018

ICP n.º 08190.005605/18-57

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, a partir de memorando encaminhado pela 3ª Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística, notícia a respeito de edificações em parcelamento não regularizado, sem licenciamento, localizados na Colônia Agrícola Samambaia e na Região de Vicente Pires, merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. autue-se e registre-se esta Portaria;
2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;
3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;
4. Efetue o setor de apoio diligências junto à AGEFIS, ao Setor de Apoio da 3ª PROURB e, se necessário, in loco, a fim de tentar descobrir o nome e qualificação do engenheiro e corretores de imóveis responsáveis.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA N° 723, DE 23 DE JULHO DE 2018

ICP n.º 08190.005155/18-01

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por representação de consumidor, reclamação a respeito de supostas cobranças indevidas decorrentes de ligações telefônicas realizadas durante o programa de televisão TOP GAME, veiculado pela empresa Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;
2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;
3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

LUCIANA MEDEIROS COSTA
Promotora de Justiça

NÚCLEO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

PORTARIA Nº 49, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

A Promotora de Justiça em exercício no Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (NUPRI), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; artigo 1º da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e artigo 9º, inciso XVIII, da Portaria Normativa nº 344-PGJ, de 22 de outubro e 2014:

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do inquérito civil público1;

CONSIDERANDO que o artigo 67 da Lei de Execuções Penais determina que o Ministério Público fiscalizará a execução da pena e inspecionará os estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO as atribuições do Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional constantes da Portaria Normativa 344/14, dentre elas as de: "XVI - promover e acompanhar outras medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas, para a efetivação e eficácia dos serviços penitenciários previstos na Lei de Execuções Penais" e de "XXXI - fiscalizar o funcionamento da Fundação Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, para controle de adequação de suas atividades a seus fins e da legalidade e pertinência dos atos de seus administradores, considerando as disposições legais e regulamentares, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis";

CONSIDERANDO que, no bojo do PA nº 08190.057460/16-17, verificou-se que a FUNAP adquiriu em 2013 máquina de espumação e moto esmeril visando a produção de colchões no Centro de Internamento e Reeducação (CIR), mas que referidos equipamentos, apesar de terem sido devidamente instalados, jamais funcionaram e sequer foram pagos;

CONSIDERANDO que a atual gestão da FUNAP assumiu o órgão há quase 1 (um) ano e, até o momento, mesmo diante de questionamentos do Ministério Público, não colocou o maquinário em funcionamento;

CONSIDERANDO que o escorreito funcionamento da máquina traria redução de custos para o Erário e ainda contribuiria para a ressocialização dos presos;

CONSIDERANDO que a omissão da atual gestão da FUNAP pode configurar improbidade administrativa e/ou outros ilícitos; resolve:

instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a omissão da atual gestão da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP/DF) no funcionamento do maquinário de espumação localizado no Centro de Internamento e Reeducação (CIR).

1) Autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanha (cópia dos processos de aquisição do maquinário e de reconhecimento de dívida, bem como documentos extraídos do PA nº 08190.057460/16-17), promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) Comunique-se a instauração do presente procedimento à Câmara de Coordenação e Revisão Criminal e à imprensa oficial eletrônica (art. 2º, inciso VII, da Resolução 66/05 do CSMPDFT);

3) Proceda-se ao controle dos prazos previstos no artigo 28 (trimestral) e 13-A (anual), ambos da Resolução 66/05, informando sobre os respectivos vencimentos com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

4) Solicite-se à FUNAP seja informado no prazo impreterível de 10 (dez) dias: (a) relatório pormenorizado sobre as medidas até então adotadas visando ao funcionamento do maquinário; (b) a sua previsão de funcionamento; (c) decisão acerca do pagamento e/ou devolução do maquinário.

BERENICE MARIA SCHERER

PORTARIA Nº 50, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

A Promotora de Justiça em exercício no Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (NUPRI), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; artigo 1º da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e artigo 9º, inciso XVIII, da Portaria Normativa nº 344-PGJ, de 22 de outubro e 2014:

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do inquérito civil público1;

CONSIDERANDO que o artigo 67 da Lei de Execuções Penais determina que o Ministério Público fiscalizará a execução da pena e inspecionará os estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO as atribuições do Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional constantes da Portaria Normativa 344/14, dentre elas as de: "XVI - promover e acompanhar outras medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas, para a efetivação e eficácia dos serviços penitenciários previstos na Lei de Execuções Penais" e de "XXXI - fiscalizar o funcionamento da Fundação Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, para controle de adequação de suas atividades a seus fins e da legalidade e pertinência dos atos de seus administradores, considerando as disposições legais e regulamentares, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis";

CONSIDERANDO que, no bojo do PA nº 08190.057460/16-17, verificou-se que a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, em 25/3/2014, inaugurou oficina de panificação (padaria) na Penitenciária I do Distrito Federal (PDF-I) que até o momento nunca funcionou;

CONSIDERANDO também se ter verificado que a oficina de panificação da FUNAP localizada no Centro de Internamento e Reeducação (CIR) está desativada há anos;

CONSIDERANDO que a atual gestão da FUNAP assumiu o órgão há quase 1 (um) ano e, até o momento, mesmo diante de questionamentos do Ministério Público, não colocou as padarias em funcionamento;

CONSIDERANDO que o escorreito funcionamento das oficinas traria redução de custos para o Erário e ainda contribuiria para a ressocialização dos presos;

CONSIDERANDO que a omissão da atual gestão da FUNAP pode configurar improbidade administrativa e/ou outros ilícitos; resolve:

instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a omissão da atual gestão da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP/DF) no funcionamento das oficinas de panificação localizadas na Penitenciária I do Distrito Federal (PDF-I) e no Centro de Internamento e Reeducação (CIR).

1) Autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanha (documentos extraídos do PA nº 08190.057460/16-17), promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) Comunique-se a instauração do presente procedimento à Câmara de Coordenação e Revisão Criminal e à imprensa oficial eletrônica (art. 2º, inciso VII, da Resolução 66/05 do CSMPDFT);

3) Proceda-se ao controle dos prazos previstos no artigo 28 (trimestral) e 13-A (anual), ambos da Resolução 66/05, informando sobre os respectivos vencimentos com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

4) Solicite-se à FUNAP seja informado no prazo impreterível de 10 (dez) dias: (a) relatório pormenorizado sobre as medidas até então adotadas visando ao funcionamento das padarias; (b) a sua previsão de funcionamento.

BERENICE MARIA SCHERER

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Primeira Câmara, de 14/08/2018, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

003.934/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marta Anselmo Jorge; Márnia Aguida Cavalcanti; Rita de Cassia Roger Mariano
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

003.969/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edgard Pereira Nobre; Joana Darc de Almeida Teles; Maria Altair Albuquerque Rebouças; Maria Ivoneide Duarte Maia; Maria de Nazaré de Oliveira Fraga; Maria do Socorro Rodrigues Braga; Marta Maria Barbosa Rocha; Raimunda Magalhães da Silva; Raimundo Frota de Sá Nogueira; Regina Maria Bezerra Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

003.991/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalberto Felipe Machado Cheiran; Elisabeth Guterres Miranda da Silva; Fernando Pohlmann Livi; Isabel Zicca Palombini; Juarez Brusch Schwartzhaupt; Ligia Fontoura Lorenzoni
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

003.995/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Neusa Maria Burigo; Paulo Leonardo Medeiros Vieira; Pedro Paulo Flores; Regina Stela Batista Ferraro; Ricardo Tramonte; Romeu Augusto de Albuquerque Bezerra; Rui Tavares; Terezinha Maria Cardoso; Valter Nunes Teixeira; Zulamar Maria de Bittencourt e Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

005.356/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Flávio Augusto da Silva, Deputado Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

006.295/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivanete Natalia de Melo; Raimundo Martins Braga; Roberto Diniz da Silva; Sandra Maria de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há

006.302/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Antonia da Silva; Olavo Ivo Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

006.347/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Erenilde da Silva Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

006.356/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Angelo Marcos Vieira de Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

006.360/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Deile Abadia de Castro; Neida Aparecida dos Santos Figueira Messias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

006.382/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Álvaro Pereira; Angela Maria Grossi; Elizabeth Maria Costa de Carvalho; Eloina Santana Alves; Evangelista Cardoso Fonseca; Luiz Santiago de Assis; Maria das Graças Valverde Mariani Passos; Virgilio Bandeira Chagas Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

006.393/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fatima Soraia Menezes Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Representação legal: não há

006.435/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Antônio Eustáquio de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

006.440/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Divina Lopes Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

008.584/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Santos Folhadela; Maria Mirtes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

008.587/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Daiza Luiza Costa Torres; Sueli Paes de Andrade Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

008.596/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alice Fatima Melgaço Faria; Edgard Rocha Silva; Heliane Brant Machado Freire; Marcio Dario da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

008.835/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Agostinho Soares de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Representação legal: não há

008.913/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Fortes Santiago; Renata Paula Lima Beltrão; Renato Felipe de Andrade; Roberto Rorras dos Santos Moura; Rodrigo Barbosa Monteiro Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

009.287/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dayze Lucy Brito de Souza; Itacir Gregorio; Joaquim Ribeiro de Souza Melo; José Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há

009.301/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Silvia Moreno Vidal; Nilson Fernandes Thomaz da Silva; Paulo de Tarso Chaves Faustino
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

009.309/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Ribamar Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

009.311/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Orion Parente Neto; Maria Auxiliadora Ferreira Blum
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

009.320/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Airton Valentim Barban; Carmen Lúcia de Mattos; Humberto Garcia Henriques; Ivete Peixoto Pinheiro Silva; José Luiz Novais Faria; Maria Amélia Cruz Fantini; Marly Miriam de Oliveira e Silva; Maurílio Ferreira Leandro; Mirna Suely dos Santos Bracarense; Paulo Paulinelli Habib
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

009.328/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marilda Cerqueira Viegas; Marlene Fernandes Oliveira Santos; Miryam Aizenberg de Souza; Monique Aparecida Oliveira de Faria Montesanti; Noemi Correia Alves Pontes; Olga Regina Carrilho Messery; Sandra Morethe Peixoto Cordeiro de Brito; Tereza Cristina Coutinho Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro Ii
Representação legal: não há

009.375/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adrianna Neves de Assumpção; Ana Lúcia Cipriani Ferreira; Antonio Celso Pecanha Valerio; Francisco Augusto Santana; Francisco Marcelino da Silva; Guilherme Ronald Weyers; Joana D'arc Batista de Oliveira; Júlio Eustáquio Vieira; Maria Inês Charbel Zerlotini; Maria do Carmo Velloso
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

009.393/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ionaldo Batista da Rocha; Ivando Marques Abreu; Josiane Maria Leite; José Nilson de Amorim; João Eustáquio dos Reis; Jucélia Marques Alemar; Julieta dos Anjos de Paula; Leda Marcia Pereira Cardoso Favoreto; Leopoldina Divina Cabral; Nilton Pio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

009.853/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Salma Soares da Silva Rubião
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

010.510/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joaquim Alfredo Souto Loureiro; João Lasaro Custódio; Nivaldo Amaral de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

011.332/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Cezar Chaves; Mario Lucio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

011.388/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eugênio Marcos Andrade Goulart; Francisco José Penna; Geraldo Magnani; Ilda das Graças da Silva; Luciana Dias Moretzsohn
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

011.389/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marcia Regina Fantoni Torres; Maria Jussara Fernandes Fontes; Maria de Lourdes Borges de Carvalho; Mercia Catharina de Moura; Olga Maria dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

012.073/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Roberto Ribeiro de Moraes; Edgar Guimarães Victor; Ivanil de Araújo Sobreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

013.204/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Tomaz de Aquino Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

014.259/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claudio José Ramos de Almeida; Dina Soares dos Santos; Dionisio Jesus dos Santos; Lidia Gonçalves de Moura; Maria do Perpetuo Socorro de Sousa; Vilma Aparecida Jacinto Tonetti
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

014.336/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Sales de Araújo; Francisco de Paula; Gonçalo Freire da Costa; Helio Luis de Almeida; Lidia de Araujo Silva; Manoel Tomaz de Souza; Maria da Gloria Cruz Silva; Otavio de Oliveira Silva; Otoniel Marcelino de Medeiros; Pedro Augusto Lisboa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

014.337/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rubens Bezerra da Silva; Vicente de Paula Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

014.564/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sergio Augusto Peixoto; Vera Bandeira Vilamil; Vinicius Christello de Lucca
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

015.234/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Costa Ataide; Raimundo Edson Pinto Botelho; Regiane Ferreira Bastos; Rosa Maria Pimentel Cantanhede; Samir Araujo Casseb; Simone Rocha de Sousa; Zuleica de Sousa Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Representação legal: não há

015.712/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Aguiar de Freitas; Alice Carneiro da Fonseca; Aline da Costa Silva; Allan Carlo Viegas Serra; Allan Vieira de Castro Quadros; Amanda Maria Cavalcante Ramos; Ana Carolina Dias Quemel; Ana Caroline Soares Cunha; Ana Paula Oliveira Bodanese Carneiro de Lacerda; André Gomes Pontes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

015.714/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Henrique Carvalho Sampaio; André Luis de Jesus Fernandes; André Ricardo Dias Lima Mendes; Bianca de Souza Honorato; Bruno Marx Soares de Lucena e Souza; Camila Ladislau Leonardo; Camila Nascimento Maia; Carla Maria Rodrigues Pinheiro; Carlos Alfredo Sitta Fortini; Carlos Eduardo de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

015.716/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cecilia Calcagno Grillo; Clenia Moura Batista; Constança de Almeida Lazarin; Daniel Mendes de Andrade; Davi Gabriel Fernandes Gonçalves; Diogo Rabelo Cunha Ferrandini; Duscelino Pereira Borges; Edinilson Ferreira de Souza; Edna Freitas Alves; Edson Marques da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

015.718/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavia Talavera de Azeredo; Flavio Felix Abrão; Francisco Adriano de Melo Paiva; Francisco Jandervandi Matos de Amorim; Gabriel Marques Andreozzi; Giovana Gabriela Franzoni Fenili; Glauceane Sousa Pinheiro Bastos; Grinys da Rocha Souza; Guilherme Campos Gonçalves; Guilherme Moreira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

015.719/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Henrique Cordeiro Rocha; Hugo Fusco Lobo; Iara da Paixão Correa Teixeira; Iolanda de Araujo Moura; Ionei Barbosa Vilar; Isabel Cristina Silva Chagas; Janice Oliveira Godinho; Janine Vilar Ramalho; Jean Carlos Carvalho Cardoso; João Cesar da Fonseca Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

016.140/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Fernanda Candia; Maria José da Silva Albuquerque; Marilia Rosendo Rodrigues Soares; Martina Marcia Melo Coqueiro; Moises Cezar Barros Moraes; Nara Gonçalves da Rocha Vianna; Nathalia Costa Gonzaga Saraiva; Paulo Marcio Mesquita Junior; Paulo Shigueru Kisaki; Pedro Henrique de Holanda Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

016.608/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ataide Morais de Sousa; Judi Cunha Ferreira; Kathia Suely Andrade de Oliveira; Maria Mirian Malaquias Chaves; Mary da Conceicao Andrade de Oliveira; Vlademir Aexandre Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

016.944/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danielle Samira Ferreira Abdalla; Edson Moreno da Silva; Elisangela Cristine Campos Moraes; Enoch Cezar Pimentel Lins da Silva; Erica Gomes Rocha da Silva; Fernando Albano Dias; Flavia Mesquita Bernardo da Silva; Gabriel de Alvarenga Ferreira; Gisleyde Silva Sacramento; Guilherme de Souza Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Representação legal: não há

017.832/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Isabele Campos Costa Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

017.840/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vera Lucia Nascimento Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Representação legal: não há

017.902/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Danielle Pena de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

018.851/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wellington Amarante Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
Representação legal: não há

018.900/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Braga de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

018.912/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elisangela de Souza Miranda Muynarsk
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

018.922/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Renei Rocha de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Representação legal: não há

018.926/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rogerio de Castro Angelo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

018.931/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Monia Aparecida da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

018.976/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anita Oliveira Lacerda; Fabian Sá; Gabriella Garcia Moura; Gesieny Laurett Neves Damasceno; Guilherme Galhardo Franco; Isabella Pereira Rodrigues de Souza; Natalia Schultz de Souza; Natalia Viana Tamiasso; Rodrigo Dilen Louzada; Rodrigo Simões Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

018.997/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thiago de Castro Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

019.001/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jean Michel Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

019.003/2013-7
Natureza: Pedido de Reexame (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Antônio Lopes Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Representação legal: não há

019.064/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcos Daniel Nogueira Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

019.075/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Erick Oliveira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

019.077/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Espindula; Fernanda Bernadelli de Vito; Flavia Ligia da Silva Pereira Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

019.082/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Valdir Antonio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

019.089/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angela Miyuki Peixoto Taguchi; Camila Dorileo Negretti; Francielle da Silveira Pereira; Iraciara Ramos Canterle; Janine Waechter; Klay Evans dos Santos Anderson; Livia Semele Camara Balduino; Mariana Luz; Marisa Santos de Souza; Waldece Soares dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

019.090/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Giacobbo Brandão; Carolina Mesquita de Carvalho; Eduardo Freire Mello; Jakeline Gomes da Silva; Jodeli Pommerehn; Monica Leticia Schuck; Nitza Souto Franca Pinto; Rodrigo Otavio Lanza de Miranda; Sandra Cristina de Souza Andrade; Tiane Camargo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

019.094/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula de Melo Santiago; Caroline Coelho Campos; Joyce Pereira de Souza; Jucileia Raupp Baum; Juliana Mackmillan de Araujo; Lea Patrice Cavalheiro Paz; Liege Mata Alvares; Liziane Goebel Casarin Jaekel; Rachiel dos Santos Capille de Oliveira; Ulisses Masseli Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

019.096/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Mousinho Tavares; Daniele Rodrigues Silveira; Daniele de Farias Wille; Eliane da Silveira Garcia Demarco; Elisgardenia Maria Lima Servio; Fernanda Soares Gauterio; Larissa Finger; Stevao Freitas Vilela; Virginia Claudia Lins do Nascimento; William Ribeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

019.101/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alessandra Pereira Sant Anna Salimena
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

019.166/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucas Magalhães Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

019.172/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Augustus Migliori do Amaral Brito; Camila Vieira; Carin Elizabete Roll Correa; Celson Henrique Vieira de Oliveira; Cibele Rodrigues Mena; Matheus Ziemann da Costa; Milena Campello Lemos; Milena Soares de Carvalho; Vera Maria Morales Rhoden; Vitor Wawrick
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

019.177/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Franz Wienke; Luan Silveira dos Santos; Luciene da Silva Mendonça; Maria da Conceição Alves Ferreira Santana; Nathana da Graça Sartori Rodrigues; Patricia Silva Nunes; Rafael Torres de Melo Cavalcante; Samara Cavalcante Bezerra; Sidineia Bittencourt da Rocha; Wilson Magno de Medeiros Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

019.195/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Caio Cesar Pereira Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

020.282/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Laura Laise Pereira da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

020.382/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Graciella Silva dos Santos; Ana Carolina Melo Araujo Muricy; Eliane Santos Vitoria; Leandro Cruz Ramires da Silva; Patricia Bittencourt Marques Lauria; Paulo Henrique Borges Torres Perez; Raissa Mariah Ferraz Moreira; Rawllison Luciano da Costa Santos; Rozeli da Silva Oliveira; Valeria Reis Caldas
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.419/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Melquisedec Abiare Dantas de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
Representação legal: não há

020.439/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Cristina Trippia; Emmanuel Nunes Sampaio de Lacerda; Fabio Francisco Evangelista Leal; Fernanda Rosa Valle; Flavia Barbosa Barroso; Julieta Alice Moreno Rodrigues; Karina Pinheiro Teixeira; Stela Karine Braun; Thais de Magalhaes Wille; Vinicius Rodrigues da Silva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.897/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Ossuna Tamazato; Ana Maria Perger; Cecilia Pereira Almada; Daniele Trindade Vieira; Emmilyn Correa de Andrade; Iracema Terezinha Hoffmam de Mattos; Marcia Elisa Monte Silveira; Regina de Sousa Lima Braga; Sheila Cristina Cecagno Zanini; Taise Seixas Klinger Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.940/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Americo Alves da Mota Junior; Danilo Umetsu; Diogo Stradiotto; Hustany Cavatao de Freitas; Jose Antonio Elias; Jose Joaquim Gomes Nabuco; Maysa Freitas Castro Miziara Amui; Paula Daiana Silva de Santana; Renato Max Faria; Sergio Danilo Tanahara Tomiyoshi
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.962/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Edward Frota Mont Alverne Filho; Glenda da Silva; Guilherme de Resende Raposo; Isabela Resende Silva Scherrer; Janaina Mendes Madeira Vieira; Jedy Vieira Gomes; Joao Paulo Bessa de Oliveira; Joicy de Sousa Leal; Juliana Oliveira de Sousa; Julliano Carneiro Mendonca
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.980/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Lima Monteiro; Alba Patricia Passos de Sousa; Joelson Sousa de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

020.982/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Gomercindo Lima de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Representação legal: não há

021.004/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luiza Garcia Campos; Evandro Novaes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

021.010/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ana Laís de Oliveira Monte Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Representação legal: não há

021.014/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camilo Milanez; Edilene Cardoso da Silva; Gabriel Ramos; Janaina Matos Moreira; Joniel Gomes do Vale; Juliana Medeiros da Costa; Luana Dantas Cruz; Maria de Fatima da Silva Menezes; Renan Argolo de Farias; Thiago Costa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.027/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Louzada de Souza; Debora Maria Pires Gonçalves Barreira; José Luis Bolzan Rossignollo Filho; Lorenzo Falster; Odilon Oton Guimarães Neto; Rosana Huppes Engel; Valdenia das Graças Nascimento; Valeska Fernandes de Souza; Veronica Ferreira Cury; Yanna Darlly Mendes Sarmento
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.035/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sandra Mara Morais Fonseca; Sandra Ribeiro Barbosa; Vanessa Oliveira Santos; Vanessa Pimenta Rocha; Vanuza dos Reis Soares; Verena Conti; Veronica Afonso; Virginia Oliveira da Silva; Viviane Lima; Wilson Ramos Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.042/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jorgito Matiuzzi Stocchero
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

021.046/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elisandra Della Flora Weinitschke
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

021.065/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julio Cesar de Campos; Liliane Cola Ribeiro; Mauro Guimarães Albuquerque; Melissa Prado de Brito; Michelle Larissa Andrade Sousa; Milenny Andreotti e Silva; Napoleão Bonaparte de Sousa Junior; Nicanor Barreto Filho; Terezinha Ramiro Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.086/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Felipe Lira da Silva; Julio Cesar Soares Americo Filho; Luiz Fernando Almeida do Nascimento; Neliza Maria e Silva Romcy; Priscila Araujo Silva; Tiago Vieira Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

021.089/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Josani da Silva Falco
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

021.117/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Conelian Gentili; Camila Michels; Dalneltz Wenck; Guilherme Renzo Rocha Brito; Izabela Maria Drozdowska Broering; Jane da Silva; Luiz Fernando Gil; Pedro Falleiros Heise; Priscila de Oliveira Moraes; Renata Cardozo Padilha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

021.127/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carla Rodrigues Figueiredo Lara
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

021.131/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Andrielli Morais de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

021.137/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Emmanuelle Monike Silva Feitosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Cariri
Representação legal: não há

021.139/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Renato Xavier Cancado; Victor Valente Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

021.141/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Artur Costrino; Fabianni Roberto Teles; Johne Jesus Mol Peixoto; Ronald Soares dos Santos; Samantha Rodrigues de Araujo; Sincler Peixoto de Meireles
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

021.144/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jacimara Vieira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

021.541/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Charlotte Reis; Marcus Vinicius Reis; Sara Raquel Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Representação legal: não há

021.752/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Leonardo Miguel Candido Martins; Regina Helena Vilas Boas Bernardes da Silva; Rosa Maria Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - Mec
Representação legal: não há

021.756/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Benedita de Sousa Silva; Luzia Teixeira Casteluber
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Colatina - Mec
Representação legal: não há

021.869/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Iacy de Nazareth Pina Nazare
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

021.876/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Adilson Tomé da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

021.895/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gerusa de Barros Cavalcanti; Terezinha de Jesus Areias Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

022.009/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Danila de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

022.010/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Henrique Bulcão Vianna; Jeferson Ferreira Mocrosky
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

022.014/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rita de Cássia Fernandes Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.027/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Nogueira Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Representação legal: não há

022.032/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Lúcia Adjucto Dantas; Sinesio Ribeiro Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.038/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edison Chini
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

022.042/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Miguel Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

022.142/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel Joventino dos Santos Filho; Rode Maria Acioly
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Sto. Antão João Cleofas - Mec
Representação legal: não há

022.146/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vera Lúcia Maria Soares Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba
Representação legal: não há

022.150/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Genésio Bezerra Gonçalves; Maria Aparecida Torres de Brito; Maria das Graças Rodrigues Cabral; Stella Pinheiro Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Crato - MEC
Representação legal: não há

022.151/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - MEC
Representação legal: não há

022.152/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedicta Simões; Maria Aparecida Sanches Coelho; Messias Tadeu Salgado
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

022.154/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hamilton César Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

022.157/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio José da Cunha e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

022.158/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Pereira da Silva; Luiz Tomaz de Aquino Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

022.160/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Flávio Vinicio Chein Vidigal
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

022.166/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sebastião Vila Nova
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Joaquim Nabuco
Representação legal: não há

022.176/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Clovis Nei Silva da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

022.178/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Rufino dos Anjos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

022.226/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco José da Silva; Francisco de Assis Francelino Alves; Hildo Pereira da Silva; Honório Gomes dos Santos; Inácio de Paula Barros; Jane Firmino da Conceição Bezerra; Joacy Demétrio de Souza; José Alberto Moreira da Silva; José Alcides Girão; José Alcione Sousa da Rocha; João Bosco Holanda Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

022.231/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ailton Gonçalves Pereira; Alberto Marins Filho; Alcides Simão da Rosa; Aliria Carvalho dos Santos; Altair Alves Gurgel; Amancio Pereira Neto; Ana Maria Delazari Tristão; Antonio Silva Ferreira; Argemiro Pedro Morello; Ary de Almeida e Silva; Carlos Geraldo Viana Murta; Carlos José Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

022.240/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rafael Luis Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

022.263/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wilson Mayrink
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.267/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Isaura de Carvalho Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

022.270/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raimundo José da Silva; Ricardo Dubinskas; Riseuda de Menezes Moura; Rivando Bezerra Cavalcanti; Ronaldo Nunes Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

022.272/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Tereza Oliveira Abel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

022.276/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Leopoldina de Albuquerque Britto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

022.277/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Murilo de Lima Medeiros; Nelson da Costa Viana; Norma dos Santos Azevedo; Paulo Pereira da Cruz; Paulo Savio de Almeida; Ranuzia Vitorino da Costa; Severino Joaquim Vieira; Waldemar Ladosky; Wilson Farias da Silva; Zilda Maria Pires Saborido
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

022.283/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alex Sandro Nunes dos Santos; Alfredo Eurico Vizeu Pereira; Beatriz Maria Azambuja Bastos Guimarães; Davino Rodrigues de Quevedo; Eduardo Fraga; João Nunes dos Santos; Nelson Ruben Saul; Nelson Ruben Saul; Patricio Ribeiro Neto; Pedro Hugo Teixeira Fernandes; Reveca Turkenitch Behar; Udo Noll
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

022.286/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Glória Fátima do Nascimento; Paulo Roberto Evangelista
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.288/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Euza Valença Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

022.291/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ivo Sell
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

022.292/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Alfredo de Souza Luz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

022.381/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Margot Fabiana Pereira; Mariane Giacomini Schardosim; Vítor Pereira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Representação legal: não há

022.382/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bárbara Maria de Oliveira Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

022.385/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Caroline Rezende Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

022.386/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Sousa Cruz; David Gomes Pacine; Denivan do Carmo Campos da Silva; Dhenize Maria Franco Dias; Eduardo Amorim Coêlho; Eduardo Gomes Alvarenga; Evane Gentil dos Santos Barreto; Everton Sousa Ferreira; Fernanda Brito de Abreu; Fernando Antonio da Silva Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

022.387/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Francisca Jacyara Matos de Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

022.390/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ludmilla Gomes Penha de Moura; Luis Estacio de Sousa Filho; Magda Aparecida Medeiros; Maria Edivangela da Silva; Maria Luiza Barbosa da Silva; Michele Silva Costa; Monique Martins Parente; Márcia Sepúlvida do Vale; Nayana Pereira de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

022.391/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nicodemos Pereira Neves Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

022.395/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Raimundo Elias Alves Nunes Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

022.402/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcos de Andrade Segundo
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Representação legal: não há

022.404/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Michele Roberta da Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

022.412/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Ribeiro de Oliveira; Leonardo de Assunção Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

022.415/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marlon de Freitas Abreu; Matheus Paes Peçanha; Márcia Valéria de Sá Portal Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

022.419/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paula de Sousa Barbosa; Paulo Gilberto dos Santos Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

022.423/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberta da Silva Nascimento Pereira; Rodrigo Leal dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

022.425/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Stefano Luís Terra Marques; Talita Nascimento dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

022.429/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alba Valéria Cordeiro Ferreira; Bárbara da Conceição Marques; Bruno Costa Larrubia; Darlene Rieger Medeiros da Silva; Herica Cambraia Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.436/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raquel da Conceição Borges; Renata Morais Lima; Roberta Rodrigues de Alencar Mota; Sheila Cristina de Moura Valle
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.438/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Tereza Coeli Alves da França
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.525/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Maria de Assumpção; Dayanne da Silva Prudencio; Diego Faria de Souza; Elenilda de Jesus Pereira; Elliz Celestrini Mangabeira; Erika Rafaella Pallotino Miranda; Fabio Correia Malta; Fernanda Paulina Oliveira; Jaqueline Calheiros Odilon da Silva; Laura Dantas Jacome; Leonardo Meirelles Cerqueira; Luciana Platenik da Silva Barboza; Ludmila Barcelos Porto; Marcia Angelita Tiburi; Maria Cecilia Costa Mansur; Maria Fernanda Escurra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.532/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Egley Amarolina Pereira Carvalho; Fatima Ferreira de Oliveira Pereira; Raquel Araujo Curty Fernandes; Renata dos Santos Bernardo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos
Representação legal: não há

022.541/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adenair Felix Arcenio Pereira; Adriana Pinto de Oliveira; Adriano Teodoro; Alan do Nascimento Muniz; Alcides Bragança de Souza; Alessandra Cristina de Oliveira Aquino; Alessandra Lopes Gonçalves; Alessandro Reina Torres; Alexandre Luis Pinto; Alice Gonçalves Penelas Lamas; Aline Caldeira Lopes; Aline Marinho da Silva; Allan Rodrigues Vieira; Allan de Oliveira de Azevedo; Amanda de Carvalho Mello; Ana Claudia Pedrosa de Oliveira; Ana Cristina de Lima Pimentel; Ana Karla da Silva; Ana Lucia Maria Alves de Andrade; Ana Paula Gaspar da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.543/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Melo Monteiro; Bruno Siqueira Fernandes Pereira; Caio Cesar Silva Nascimento; Camila Andrade de Souza; Camila Freze Baez; Carla Fernanda Rangel Silva Carvalho; Carlos Augusto Moreira de Souza; Carlos Eduardo Santos Pinho; Carlos Eduardo de Morais Ferreira; Carmen Baur Vieira; Carolina Alejandra Parra Martinez; Caroline Mendonça Camargo; Catiani Pinheiro Lima; Cintia Rodrigues Pinheiro; Cintia de Freitas Andrade; Claudia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Amberget; Claudio Eduardo Candido de Almeida; Claudius Couto Cabral; Cristiana Ossaille Beltrame; Cristiane Borborema Chache
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.545/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elen Maiara dos Santos Reis; Elen Maria Lucas Silva; Eleonora Abad Stefenson; Eliandra Aparecida Esperante Almeida; Eliene Oliveira Kozlowski de Farias Santana; Eliete Domingues Lique Soares; Elisabeth Flavia Roberta Oliveira da Motta; Eric Monne Fraga de Oliveira; Erika Bastos de Moraes; Erika Souza Leme; Ester Vitoria Basilio Anchieta; Fabiana Ferreira Antunes; Fabiana Julio Ferreira; Fábio Eduardo Cardoso Saldanha; Fernanda Loureiro de Moura; Fernanda Machado Pinheiro; Fernanda Pereira Rodrigues; Fernanda Valentim de Souza; Fernando da Rocha Magliano; Filipe Herkenhoff Carijo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.549/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leandro de Paula Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.550/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Mitidieri Figueiredo; Leandro Reis Verdan; Leonardo Carvalho Bertolossi; Leonardo Guimarães de Souza; Leonardo de Lima Moura; Leticia Castilhos Coelho; Leticia do Carmo Titoneli
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.552/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leticia Soares de Oliveira; Leticia Zoccolaro Oliveira; Lhyvia Andrade da Silva; Lia Duarte Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.554/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Liege Rinaldi de Assis Pacheco
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.556/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lilian Michelle Giovanelli da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.557/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Liliane Cardoso D Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.559/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiz Fernando Dantas Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.560/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Fernando de Souza Lima dos Santos; Luiza Lopes Carvalho; Lyvia da Silva Figueiredo; Magaly Correa Lazzoli; Maira Gonçalves Lacerda; Manoel Messias Pinto Ribeiro Sobrinho; Manuella Trindade Lopes; Marcela Guimarães Lacerda; Marcele Lima Escocard; Marcelo Augusto de Souza; Marcelo Gomes da Silva; Marcelo de Lima Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.564/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcus Vinicius de Araujo Chagas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.566/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcus Vinicius Matos de Souza; Marcus Vinicius Menezes Leite; Maria Aparecida Oliveira Araujo; Maria Clara Ramalho Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.567/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Conceição Vicente de Anunciação; Maria Cristina dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.569/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Maria do Carmo Cantanhede Vera Cruz Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.570/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Emanuela Esteves dos Santos; Maria Eny Vargas Queiroz; Maria Ester Sampaio Silva; Maria Geralda do Nascimento Bernardo; Maria Luiza Souza Matos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.571/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Salete Delvito de Alvarenga; Mariana Bof Martinelli; Mariana dos Santos Capote Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.575/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Miriam Teresa da Cunha Costa; Mirian Alves de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.578/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nathalia Guaglini da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.579/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nathalia Mendonça Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.582/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Patricia Clarinda de Messias
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.587/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Priscila da Silva do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.591/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Cuba Mancebo; Rafael Navarra da Rosa; Raphael Braz de Carvalho; Raphaella Costa Moreira Simen; Raysa Mirelle Francelino Nicacio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.592/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Regiane Maria Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.598/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ruth Guimarães da Silva Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.604/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tania Mara Dionel Siqueira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.620/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Luís Moreira; Márcia Torres Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.621/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcio Doms de Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.625/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Natália Rodrigues de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.631/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Reis Marques Ribeiro; Timo Bartholl
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.633/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Weder Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.669/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorgimar Vicente Nogueira; José Castro de Souza; Miguel Estefânio Veiga Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

022.682/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Angela Maria Ferrarezi
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

022.687/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vandmar Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

022.689/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Inacio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

022.696/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademir Pedro da Silva; Elimar Rodrigues Silva; Helyette Azevedo dos Santos; João Farias; José Carlos Costa Pires; José Jorge dos Santos Lima; Lenya Pereira da Silva; Manoel Andrelino Rodrigues; Maria de Conceição da Silva Barros de Souza; Maria de Fatima de Mattos Salzano
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

022.708/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maris Stela do Carmo Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

022.710/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edisio de Carvalho Moura; Gilberto Baccelli Junior; Gilberto Morel de Paula e Souza; Gilson Gomes de Medeiros; José Francisco de Menezes; Leonor de Araujo Bezerra Oliveira; Manoel Cassimiro; Maria das Graças Ferreira de Melo; Maria do Socorro Diogenes Paiva; Miriam Soares de Oliveira e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

022.711/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Moyses de Souza Filho; Neuza Maria Dantas; Saint Clair Rodrigues de Carvalho; Valdemiro Severiano Junior; Vanda Maria Saraiva; Vania Marisa Niederauer Flores Severo; Wandirce Freitas de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

022.716/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Pedro Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

022.723/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Soares da Rocha Filho; Avânia Aparecida de Castro Santos; Jose Edson Horta de Auino; José Tavares da Silva; Lúcia Efigênia Santana; Maria do Carmo Santos; Silvana Azevedo Torga do Carmo; Terezinha Jesus Cardoso Verheijen; Twendell Calmon Brasileiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.724/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alfredo Braga Furtado; Ana Oliveira Bentes; Ana Sofia Resque Gonçalves; Claudia Helena Tagliaro; Jacira Nunes Carvalho; Jorge Alex Nunes Athias; Regina de Fatima Mendonça Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

022.728/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Sebastião da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

022.738/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joel Bezerra de Morais; Lamarck Souza Alcântara Araújo; Vanderson Barbosa Lima; Victor Hugo Barbosa Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

022.743/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Alonso Caputo; Murilo da Silva Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

022.746/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldemir de Melo Sotero; Denise Costa Martinelli; Diogo Cesar Benassuly Cardoso; Eliane do Socorro Lima e Silva; Gabriel Cavalcante Costa; Helder Kiyoshi Miyagawa; Ieda Maria

Gomes dos Santos; Jairo Dutra de Moraes; Jane Cecilia Silveira de Matos; Jessica Janile Monteiro de Castilho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

022.751/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Paulo Barbosa Glória; Julia Cristina Eyer de Mello; Juliana Carpes Imperial; Juliana Cordeiro Bravim; Juliana Machado Nunes Romeiro; Julio Cezar Dhyppolito Filho; Julio Todesco Longo; Jônatas Corrêa Barbosa; Laís Godinho Busquet Soares; Leonardo Marcus Perim
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.752/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Waisman de Azevedo; Lidiane Alves Mello; Lucas Silva Alves; Luciana Pacheco do Nascimento; Luciane Novaes Moreira; Luciano Nascimento Ribeiro; Marcela Mariana de Almeida Ribeiro; Marcelle Lopes de Souza; Marcio Martins Calil; Marcos Felipe Jara Casco Bade
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.755/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Regis Ferreira de Azevedo; Renata de Souza da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.757/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Elias Arminio Zampieri; Domingos Jorge Ferreira da Silva; Edileno de Almeida Santos; Edilson Nunes Pollnow; Filipe Bittencourt Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

022.761/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio Douglas da Silva Guedes Lima; Clayane Carvalho dos Santos; Fábio Mesquita de Sousa; Giovana Lopes da Silva; José Alencar Viana de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

022.763/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lenir da Silva de Sousa; Leonardo Wilton Nunes de Carvalho; Leonilson dos Santos Veras; Letícia Cabral Correia; Lívia Xerez Pinho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

022.769/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrey Dione Ferreira; Angelo Amaro Theodoro da Silva; Armando Martins de Souza; Bianca da Silva Ferreira; Camilla Ferreira Lobino
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.772/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Giselle de Almeida Oliveira; Luciana Castaneda Ribeiro; Luiz Guilherme Kochem Mathias; Marcela Carmen de Melo Burger; Marcela Guariento Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.778/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denise Estigarribia de Freitas; Francisco de Assis da Silva Medeiros; Gabriel Sgrignoli Mello; Giovanna Isabelle Bom de Medeiros Florindo; Ivan Maia Tome
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

022.782/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patrick Perosa; Paulo de Sousa Carvalho Junior; Priscila Lini; Rafael Monteiro Mendonca; Renato Jaqueto Goes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

022.789/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Milene de Cassia Santos de Castro; Patricia Oliveira do Rosario; Paula Danielle Palheta Carvalho; Paulo Lourenco Monteiro Junior; Rachel Coelho Ripardo Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

022.794/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Siqueira Viana; Flavio Alex de Oliveira Carvalhaes; Gabrielle Garofalo de Souza Faria; Giseli Rabello Lopes; Gonçalo Lencastre Torres Castro Henriques
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.802/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maurizio Monge; Meg de Carvalho Soares Accetta; Melissa Ribeiro Teixeira; Michele Costa Caetano; Michelle Gralle Botelho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.805/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paula Pimenta de Souza; Paulo Henrique Rosado de Castro; Paulo da Costa e Silva Franco de Oliveira; Priscila Andrade Magalhães Rodrigues; Priscila Ribeiro Silva Casaes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.806/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Soares Lindoso
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

023.259/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Deputado Federal João Henrique Holanda Caldas
Representação legal: não há

024.098/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

024.332/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Filho Araujo dos Reis; Denis Cardoso Parente
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

024.334/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcony Messias Soares de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

024.342/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deni Dias da Silva Junior; Elaine Freire Lessa; Josivan Aquino de Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

024.344/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jean Cássio Faria de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

024.348/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jorge Rarisson Martins Gongin
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há

024.352/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcia Alessandra Azevedo Paes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Representação legal: não há

024.357/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edemir Barbosa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
Representação legal: não há

024.360/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Dassuem Reis Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Representação legal: não há

024.362/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilio Jorge Marques; Adriana Zanela Nunes; Alessandra Gibelli; Alexandre Magno de Souza Santanna; Alexandre Pereira Lima; Aline Aurora Guida; Aline de Lima Guedes; Anderson Carlos Nogueira Oriente; Andre Luis Leite de Lemos; André Luís Contiero; André Rodrigues da Costa; Barbara de Souza Fontes; Bruno Jose Barreto Nassar; Carlos Alexandre de Souza e Silva; Carlos Kleber da Costa Arruda; Christian Nolte; Chrystyane Gerth Silveira Abreu; Claudia Romaneli Nogueira; Cíntia Machado de Oliveira; Darcy Muniz de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Representação legal: não há

024.366/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Michel Richieri da Silva; Nathalia Silva de Oliveira; Nelson Ricardo Ferreira da Costa; Pamela Marcia Ferreira Dionisio; Patricia Helena da Silva Costa; Pedro Esteban Diaz Pincheira; Priscilla Palmeiras Freitas de Moraes; Rafael Guimaraes Rodrigues; Rafael Nuernberg Lauer; Raul dos Santos Neto; Renata Faria dos Santos; Renato Schumann; Ricardo de Oliveira Razuk; Rinaldo Diniz Costa; Roberto Tommasetti; Rodrigo Vieira da Fonseca; Shirley de Oliveira Souza; Silvia Laureano Meirelles; Suellen Alice Lamas; Thyago de Lellys Faria Monção
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Representação legal: não há

024.372/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Vilar Drumond; Alexsander Magno dos Reis; Alexsandra de Oliveira Gomes; Alfeu Garcia Júnior; Alice de Araujo Nascimento Pereira; Aline Amoedo Correa; Aline Camacho de Andrade Veras; Aline Cristina Oliveira do Carmo; Aline Espinola de França Camargo; Aline Gonçalves da Silva; Aline Musse Alves Pereira; Aline Souza Oliveira Lanzillotta; Aline Verginia dos Santos; Aline da Fonseca Sa e Silveira; Alita Tortello Caiuby; Allan Vinicius de Oliveira; Aluisio Soares Peixoto; Alvaro Costa Maciel; Amanda Ferreira Marcicano; Amanda Ribeiro Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

024.373/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Santos Franco da Silva Abe; Ana Beatriz Demarchi Barel; Ana Beatriz Maia Neves; Ana Beatriz Ramos de Souza; Ana Bispo Fidelis; Ana Carolina Pinto Dantas de Souza Rego; Ana Carolina de Souza da Silva Pinto; Ana Claudia Oliveira Machado; Ana Luzia Candida Barroco; Ana Luzia Gomes da Cunha; Ana Paula Barroso; Ana Paula Duarte da Cruz; Ana Paula Giesteira de Jesus; Ana Paula Machado Francisco; Anderson Lopes Rodrigues de Lima; Andre Luiz Gonçalves Martins; Andre Luiz dos Passos; Andre de Moraes Gonçalves Dias; André Libório Capiberibe; André Luís Toríbio Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

024.375/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Mendonça Domingos; Beatriz Arosa de Mattos; Beatriz Bloise Pereira; Beatriz Helena Albinante; Beatriz dos Ramos Pinto; Bianca Brito de Carvalho Araújo; Bianca Calixtro de Melo; Bianca Ghiggino; Bianca da Rocha Mandarino; Bruna Gonçalves Pavam; Bruna Oliveira Muniz; Bruno Barboza Lage; Bruno Rafael Soares; Camila Duarte de Souza; Camila Marra de Almeida; Camille de Souza Furtado; Carla Chagas Ramalho; Carla Motta de Assis; Carla Prota Guimarães da Silva; Carlos Eduardo Oliva
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

024.380/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Cotrim Cataldo; Fernanda Luzia Fonseca Barcelos Marcondes; Fernanda Ramos dos Santos; Fernanda Souto Maior Palitot; Flavia Borges Ferraz Pitz Alves; Flavia Ferreira de Almeida; Flavia Marina Oliveira Maia; Flavia Renata Franco Lopes Coelho; Flavia de Oliveira Monteiro Barbosa; Flavio Vilela da Silva; Francisco Antonio Lopes Laudares; Gabrielle Carla Mondego Pacheco; Gabrielle Freire Domingues; Geane Cristina da Silva de Oliveira; Geiza Maia Costa Pinho; Gilvan Irineu de Oliveira; Gisele Lopes Guerra Gaspar; Gisele dos Santos Nascimento; Gizelle dos Santos Barbosa de Jesus; Gracie Brigido Pinto Zainho
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

024.381/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Grazielly de Abreu Costa; Heloiza Pereira Bernabé; Henrique Almeida Martins de Souza; Henrique Jaques Honorato; Hevelly Ferreira Acruche; Igor Vinhal Nepomuceno; Ingrid Astrid Kieling Cardona Pereira; Ingrid Marie de Moraes; Isabel Cristina Moreira Bernardo; Isabela Trivisol Arruda; Isabelle Borges Siqueira; Janaina Laport Bêta; Jansen Renato Gonçalves de Souza; Jaqueline Silva de Almeida; Jayro Mendes Coimbra; Joana D'arc da Silva Alexandre; Joana de Cassia Santos Araujo; Joelma Castelo Bernardo da Silva; João Henrique Fernandes Leite; João Luiz Farah Rayol Fontoura
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

024.382/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonathas Lidmar Junior; Jose Eduardo Pimentel Filho; Jose Rangel Alcantara Alves; Jovane Gaio; Judith da Slva Soares; Julia Damazio Bouzon; Julia Pinto de Souza; Juliana Guimarães Muniz Medeiros; Juliana Lessa Vieira; Juliana Mendes da Silva; Juliana dos Santos Gelmini; Karin Cristina Santos de Albuquerque Braz; Katia Cristina Borges da Rocha; Katia Maria Fernandes Marquez; Larissa Klock Martins de Araujo; Laudiceia Leite Tatagiba; Leandro Assis Santos; Leila da Costa Rodrigues; Leinimar de Jesus Alves Pires; Leonardo de Carvalho Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

024.386/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maricia Cristina Azeredo Correia; Marilia Alves Azevedo de Melo; Marisa Peres de Magalhães; Marissol R. Mendonça da Fonseca; Marta Gonçalves Vasconcelos; Mauricio Rodrigues Leal; Michael Silva Mendes; Michele Cunha da Silva; Michele Rodrigues de Sant'anna; Michele Seal Evaristo da Silva; Michelle Cardoso Chagas; Michelle Malagutti da Silva; Michelle Silveira da; Miljenko Zurovac; Miriam D"oliveira Loures da Silva Machado; Mirza Barros Pereira Calver; Monica Guedes Pinheiro

Chrissanto; Monica Sayuri Kitagawa; Monique Desiderio da Silva Mathias; Mônica Francisca de Mendonça Duro
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

024.390/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renan da Silva Gomes; Renato Antonio Ferreira Simoes; Renato Santoro Rezende; Renideivi Paula Souza; Ricardo Soares da Silva; Rita de Cassia Rodrigues Camelo; Roberta Figueiredo Moraes; Roberto Santana Santos; Roberto Santos; Robson Tadeu Borges do Sacramento; Rodrigo Ruan Merat Moreno; Rodrigo de Souza Pain; Rogerio Barroso Lopes; Rose Any Almeida da Silva; Roseli Barbosa da Silva; Samara Lisane de Sousa Lima Miguel; Sandra Regina Gonçalves Pimentel; Sandro de Mello Justo; Sarai Oliveira Silva; Sharlene Braga Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

024.391/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sheyla Maria de Pinho Godoy; Shirley Cristina de Barros; Silvana de Oliveira Gonçalves; Silvânia do Amaral Cavalcante; Simone Emiliano de Jesus; Simone Munis Barbosa e Caires; Solange Andrade Teixeira; Solange de Assis Costa; Soraya Godot da Silva; Stella Maria Ferreira; Sueli da Silva Araújo; Susana Alves Fernandes; Suzana Marchiori Moura Salomão; Suzana dos Santos Pires; Suzanli Estef da Silva; Tânia Maria Cunha de Oliveira; Tânia Maria Duquesnois Dubois; Tatiana Ferreira Vaz; Teresa Maria Dias Fernandes; Tereza Cristina Borges Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

024.407/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edejan Heise de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Representação legal: não há

024.411/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Fernandes da Silva; Alex Curione de Barros; Alfredo Antunes de Barros Junior; Alice Barreto Bevitori; Alice Vasconcelos Mothe; Aline Batista Rangel; Aline Couto da Costa; Aline Martins Rocha Crespo; Amanda Camerini Lima; Ana Cristina da Conceição; Angélica da Cunha Santos; Arilson Pinheiro da Silva; Bruno Machado da Silva Rangel; Carine Beatriz da Cruz Correa Nascimento; Carine de Oliveira Santos; Carla Barcelos Nogueira Soares; Carla Kwamme Latgé; Carla Márcia Alvarenga da Silva; Carlos Alberto Martins Cordeiro; Carlos Eduardo Moura da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

024.412/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Catia Cristina Brito Viana; Celia Maria Peixoto de Macedo; Claudia Ferreira Figueiredo; Claudia Maria Fiuza Alves; Cristiaine Silva Ribeiro; Cristiane Souza da Silva; Cristina Maria do Couto Queiroz; Daniele de Souza Oliveira; Danielle Cristina Pereira Passos; Danilo da Silva Moreira; Dayane da Silva Santos; Debora Maciel da Costa; Denison Barreto de Souza; Diego Firmino Pereira; Domingos Caxingue Gonga; Edmar Viana Mota; Elaine Borges da Silva; Ester Barros Bastos Gomes; Fernando Luiz de Carvalho e Silva; Geraldo Pereira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

024.416/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rachel de Salles Freitas dos Santos; Rafael Bomaro Ferreira; Rafael Espinoza Gomes Roseira Andrá; Rafael Ferreira Tardin da Silva; Rafaela Franco Binatto; Rafaela Machado Ribeiro; Ramon Ribeiro de Souza; Raphael Ferreira Luz; Renilse Paula Batista; Rita de Cássia Nonato Melo; Roberta Alvarenga dos Santos; Roberta do Rosário Siqueira Mota Alvarenga; Robertino Domingues da Silva; Roberto Cesar Zarco Câmara; Rogério de Avellar Campos Cordeiro; Ronaldo de Paula Bastos Filho; Rosane Fidalma Leocádio Dias; Rosane Rebeca de Oliveira Santos; Rosiane Lúcia Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

024.417/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rui Manuel Pinto Dantier; Salvio Fernandes de Melo; Samella Cabral Paes; Samir Lacerda da Silva; Santiago Domingo Martinich Leal; Sarah da Silva Ferreira; Solange da Silva Figueiredo; Suellen Nascimento; Tadeu Junior Kosinski; Talita Rios da Costa Elias; Tatiana Gomes da Silva; Thayana Paranhos Portal; Thiago Alonso Merici; Verônica Elisa de Souza Manhães; Vinicius Barcelos da Silva; Vinicius Nunes Carvalho; Vivia Mery de Souza; Wallace Barbosa dos Santos; Walter Cardoso de Freitas; Washington Luiz Campos Roberto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

024.422/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Renata Sathler de Queiroz; Alessandra Félix da Costa Pereira; Alexandre de Carvalho Garcia; Aline Caetano da Silva Bernardes; Aline Camila Luz Ferreira; Aline Reis; Ana Carolina Oliveira Mattos; Andreia Lúcia Nunes; Arthur Romualdo Juruena de Mello Mattos Junior; Bárbara Braga Wepler; Bruno Peres Lima; Camila Rodrigues de Souza; Carlos Henrique Duarte; Cibele Schwanke; Cláudia Maria Pinto da Costa; Cláudia de Almeida Lopes; Cristina Paiva Dias Pereira; Danielle Coelho Lins; Denilson Nogueira da Silva; Denise Marie Delgado Bouts
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.426/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bento Pereira da Costa Neto; Jaqueline Pereira da Silva; Jose Walber Alves Carneiro; Maria Eliane Souza da Silva; Nara Lidiane Borges de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

024.427/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mayara Regina dos Santos Ruy Figueira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

024.432/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sivaldo Basílio Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

024.433/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jéssica Machado Teles
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

024.516/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Cristina dos Santos Oliveira Saar; Anayran Araújo Dourado; Arquelau de Oliveira dos Santos; Carlos Adolfo Bantel; Catiúcia Rodrigues de Lima; Daniel Belik; Daniela Silva Tamwing; Hanna Talita Gonçalves Pereira de Araújo; Ivandra Rampanelli Gualberto Fernandes; José Rodrigues Arimatéia; Lidiane de Sousa Costa Ferreira; Maria Rosana Lopes do Nascimento; Nara Rosana Andrade Santos; Pâmela da Silva Monte Rodrigues; Ricardo de Araújo Marques; Wilson Luis Uceda Melgar
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Representação legal: não há

024.520/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vania de Fátima Lemes de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

024.525/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cristina de Sousa; Ana Klisse Silva Araujo; Antonio Tiago da Silva Souza; Antonio de Padua Rohca Nobrega Neto; Ceres Maria de Sousa Irene; Evelyn Karinne Macedo Mota Silva; Flavio Viveiros Oliveira; Francineide Francisca Pacheco; Francisco das Chagas Rodrigues da Silva; Heloina Alves Arnaldo; Henrique Cisne Tomaz; Joseane Mendes Ferreira; Josiel Fernandes Barbosa; Kellya Rhawyllssa Barros Luz; Maiana Marques Rocha; Marcos Fernando Rodrigues da Silva Filho; Maria do Socorro de Andrade Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

024.530/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Regiane Aparecida Ragi Pereira; Yu Kawahara
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

024.537/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Reinaldo Miranda da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.591/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Costa Moura; Jacqueline Pacifica Oliveira de Sa; Jamile Ferro de Amorim; Joselita Olivia da Silva Monteiro; Laise Soares Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

024.596/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Regina Trindade Lopes; Suelle Flores Carnauba; Thamyrys Morgana Pontes de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

024.600/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edilene Ribeiro Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

024.606/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Kappel Jordão; Alesssandra Gomes da Conceição; Alex Eiras Cosendey; Alexandra dos Santos Marques; Alexandre Barbosa Elias; Alexandre Hees de Negreiros; Alexandre Oliveira e Silva; Alexandre Palhano Correa; Alexandre de Pina Costa; Aliane de Lima Nery; Alice Bittencoutr Haddad; Aline Araujo dos Santos Rabelo; Aline Guerra Manssour Fraga; Aline Miranda da Fonseca; Aline Pernas Ferreira; Aline Simas da Silva; Aline Veronica de Oliveira Gomes; Alinne Azevedo Pereira da Silva; Almir Barbosa; Alvaro Luis Steiner Fernandes de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

024.612/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caludia Regina Gomes Ramlho; Camila Leal Guimaraes; Camila Santos e Silva; Camila Silva de Siqueira; Camila da Silveira Lopes Goes; Carina Andrade Troina; Carla Bianca Dias Peres de Argollo; Carla Esdra Lima Velasco Fernandes; Carla Falcon do Nascimento; Carla Sena Leite; Carlos Alberto Dinucci de Melo; Carlos Alberto da Silva Lima; Carlos Alexandre Santana Ferreira; Carlos Antonio de Souza Moraes; Carlos Eduardo Lourenço Torres; Carlos Eduardo Martins Carvalho; Carlos Jose Guimarães Cova; Carlos Magno Carvalho da Silva; Carlos Navarro Fontanillas; Carlos Roberto Vidal Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

024.623/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Halisson dos Santos Paes; Handerlletty Muniz Bastos; Harlene da Silva Monteiro; Hélcio Ferreira de Frias Junior; Helder Rafael de Souza Rio; Helen Conceição de Oliveira Silva; Helen Pinto de Britto Fontes; Helena Beatriz da Rocha Garbin; Helena de Souza Pereira; Hellen Angélica da Silva Almeida; Heloísa Madeira Liberto Loureiro; Helton Rangel Coutinho Junior; Henrique Cesar Monteiro Barahona Ramos; Henrique Prado Inácio; Henrique da Silva Louro; Heraldo Pereira do Nascimento; Heraldo Pimenta Borges Filho; Hilana Ceotto; Holmes Antônio Vieira Martins; Hélcio Carlos de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

024.629/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Keila Angel Lopes Barreto; Kelly Branco Lima; Kelly Cristina Demarque; Kenia Baldi El Jaick; Klauko Pinheiro Mota; Klaus Berg Nippes Bragança; Kleberson Cordeiro Araujo; Laila Priscila Graf; Laila Zarranz; Laís dos Santos Falcão; Landi Veivi Guilhermo Costilla; Larissa Dahmer Pereira; Laudicea Furtado Fiorito; Laura Camargo Macruz Feverwerker; Laura da Silva Coimbra de Carvalho; Leandro Domingues; Leandro Marcolino da Silva; Leandro Passos Soares; Leandro Tavares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

024.635/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Rodrigues de Lima; Marcelus Silva da Silveira; Márcia Carolina da Silva Fonseca; Márcia Costa; Márcia Costa Martins; Márcia Cristina Alves Bezerra; Márcia Cristina Alves dos Santos; Márcia Ferreira Albernaz Baptista; Márcia Rodrigues; Márcia Rodrigues Lisboa; Márcio Leonardo Ramos Roberto; Marco Antonio de Jesus Mário; Marco Aurélio Oliveira da Silva; Marcos Eichler de Almeida Silva; Marcos Flávio de Campos; Marcus Brauer Gomes; Marcus Machado dos Santos; Marcus Rogério Tavares Sampaio Salgado; Marcus Vinícius Bastos da Silva; Márcio José de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

024.641/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patrícia Riddell Millar; Paula Alvarenga Borges; Paula Andréa D'Ávila; Paula Bonfim Guimarães Cabral; Paula Brazilio Nóbrega; Paula Cristina Mori Coelho; Paula Oliveira Santarossa; Paula Reis da Silva; Paula de Castro Nunes; Paulo Antonio Pereira Igreja; Paulo Roberto Duarte Martins; Paulo Santos Freitas Junior; Pedro Afonso Fernandes Vasquez; Pedro Cesar Claussen; Pedro Heitor Barros Geraldo; Pedro Henrique Pedreira Campos; Pedro Paulo Melo Mendes; Péricles Guedes Alves; Pollyana Pinheiro Inácio; Pollyane Pereira da Silva Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

024.643/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raphael Monteiro de Oliveira; Raphael Vieira Monte Alto; Raphael da Costa Cruz; Raquel Luise Pret Coelho; Raquel Silva Gabeira; Regina Bispo das Chagas; Regina Célia de Lima e Silva; Regina de Lima Siqueira; Reila Taline Saraiva de Jesus; Reinaldo Ramos Silva; Renan Edgard Pereira de Lima; Renata Araujo de Carvalho Tilhe; Renata Bravo Barbosa; Renata Cop de Queiroz; Renata Costa Mathias Netto; Renata Ferreira Cumial; Renata Féo Couto; Renata de Oliveira Cardoso; Renata dos Santos Pereira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

024.650/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thais Agnese Lannes; Thais Câmara Silveira; Thais Nascimento Cordeiro; Thais Sayuri Yamamoto; Thais da Silva Souza; Thais de Andrade Rabelo; Thaise Pereira Bastos de Almeida Silva;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Thamara Santos de Castro; Thaynara Souza Lima; Thiago Carvalho de Lima; Thiago Chagas Lima; Thiago Guimarães Costa; Thiago Rodrigues Pereira; Thiago da Silva Barbosa; Thiago da Silva Pinheiro; Thiara Joanna Peçanha da Cruz; Ticiana do Prado Guimarães Nepomuceno Tostes; Valéria Elane do Nascimento; Valter do Carmo Cruz; Vanessa Balbina da Silva Hopes Miguel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

024.654/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sandro Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

024.657/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Stefanello; Débora Cristina Rodrigues; Luiz Felipe dos Santos Pippi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

024.665/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Luís de Carvalho da Costa; Camila Aparecida Abelha Rocha; Camilla Santino; Carla Cristina da Rosa de Almeida; Carla Gonçalves de Moraes; Carlos Alexandre Seruti; Carlos Eduardo Forte Feferman; Carlos Eduardo Muniz da Câmara Pereira; Carlos Eduardo Nemer Vieira; Carlos Eduardo Viana Nunes; Carlos Felipe Cardoso de Resende; Carlos Humberto Andrade Moraes; Carlos Magno Dutra Lamego; Carolina Altoe Velasco; Carolina Barros Fidalgo; Carolina Dunshee de Abranches; Carolina Magalhães de Pinho Ferreira; Cássia Freire Vaz; Cássia Quelho Tavares; Cecília Freire Mondaini
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.670/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felippe de Oliveira Tota; Fernanda Canavez de Magalhães; Fernanda Ferreira da Fonseca; Fernanda Lopes Percope; Fernanda Loureiro de Moura; Fernanda Nunes Barbosa; Fernanda Passalini de Almeida; Fernanda da Conceição Esteves; Fernando Luz Brancoli; Fernando Meda Torres; Filipe Braga dos Santos; Flávia de Andrade Durão; Flávio Coutinho da Costa; Fortunee Norma Nigri; Francisco Aerton Avelino de Oliveira; Francisco Josué Medeiros de Freitas; Gabriel Aguiar de Oliveira; Gabriel Jorge Menezes Mello; Gabriel Oscar Carneiro Suarez; Gabriel Peres Trajano de Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.672/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Santos Vecchi; Gustavo Daou Lucas; Gustavo Ferreira Nascimento; Haim Cesar Maleh; Haimon Doniz Lopes Alves; Hanna Lara da Cruz Dinéas; Hebert dos Santos Patrocínio; Helene Nara Henriques Blanc; Hellen Jannisy Vieira Beiral; Heloísa Helena Nunes da Silveira; Henrique Paiva Nascimento da Silva; Henrique Vaillant Amorim; Hércules Rigoni Bossato; Hilton Antonio Mata dos Santos; Hilton Esteves de Berredo; Hugo Maria de Mendonça Houayek; Hugo Tremonte de Carvalho; Humberto Farias de Carvalho; Iara Atie Malan
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.681/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Meyer Barreto; Philip Michael Doyle; Plínio Cunha Sathler; Pricila Vieira Magalhães; Priscila Machado Vieira Lima; Priscilla Marques Hasman Bueno; Priscilla Mouta Marques; Priscilla Valladares Broca; Rachel Cruz Alves; Rafael Áreas Vargas; Rafael Kuwer; Rafael Winter Ribeiro; Raiane Cardoso Chamon; Raoni Ferreira Tenório; Raphael Duarte Paiva; Reggina Nogueira de França; Reinaldo Ramos Diniz; Renata Borchetta Fernandes Fonseca; Renata Vilanova Lima; Renata dos Santos Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.684/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Oliveira Andrade; Adriana da Roza Chaves; Affonso Pedro de Savignon Pereira; Alexandre de Souza; Ana Luísa Carvalho Furtado; Ana Paula Morse Lobo; Ana Paula de Aragão Gama; Anderson Luiz Bezerra da Silveira; André Fioravante Guerra; André Luís dos Santos Menezes; Antonio José Rocha Luzardo; Bruno Gonçalves de Souza; Camila Pinho de Sousa; Cesar Augusto da Ros; Cláudio Eduardo Rodrigues dos Santos; Daniela Cristina Rodrigues de França; Daniele Cristina Rocha; Débora Garcia Gaspar; Diego Costa Ferreira; Efraim da Silva Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.690/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tatiane de Oliveira Pinto; Thais Ribeiro Correia Azevedo; Thiago Lima Rodrigues; Thiago Pacheco da Luz; Thilene Falcão Luiz; Tiago Sayão Rosa; Valdemir Paulo Marques; Vanessa Gomes Kelly Almeida; Vinícius Marques Pinheiro Augusto; Vítor Fraga Santos de Sousa; Vivian de Assunção Nogueira; Walter Dias Junior; Walter Valdevino Oliveira Silva; Wanderson Fernando Mello de Souza; Wesley Silva de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.700/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ivete de Souza Barbosa Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

028.922/2013-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Adecio de Sousa; Antonio Mendes de Carvalho; Leonildo Montu
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

011.412/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

011.600/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Jenipapo dos Vieiras/MA
Responsáveis: Telmiston Pereira Carvalho, Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Jenipapo dos Vieiras/MA e Ingersol Poços Artesianos Ltda. - ME
Representação legal: Mauro Henrique Ferreira Gonçalves Silva (OAB/MA 7.930), João Batista Ericeira Filho (OAB/MA 8.296) e outros

020.075/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade : Organização de Desenvolvimento e Saúde Indígena do Amarante do Maranhão
Responsáveis: Salviano Marciano Guajajara; Suluene Santana da Silva Sousa; Organização de Desenvolvimento e Saúde Indígena do Amarante do Maranhão
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

003.614/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eva Maria de Jesus; Isaira da Paz dos Santos; Maria Francisca de Jesus Silva; Rosena Carvalho da Silva; Vitalina Felicia de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.618/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Agemira Kalabaide; Beatriz dos Santos de Almeida; Doracy Sousa; Maria Francisca de Lima Ramos; Marilena Cabral de Melo; Suzanilda Gomes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

004.963/2016-4
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Paulo - SP
Representação legal: não há

010.832/2018-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - CE
Responsável: Manoel Raimundo de Santana Neto
Representação legal: não há

017.052/2005-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - Mec; Dalila Novaes Ferreira Suaid; Magda Bevilacqua
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - Mec
Representação legal: não há

018.670/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Lucia Sousa Brandao
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

021.534/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arina Santos Costa; José Ari Pereira Costa; José Ari Pereira Costa Júnior; Maria das Graças de Sousa Lima; Ângelo Santos Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Ceará - Dnit/mt
Representação legal: não há

024.553/2013-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Milta Tupam Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

024.559/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edison Damiao de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Rede Ferroviária Federal S.A
Representação legal: não há

025.125/2017-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Responsáveis: Beatriz Minatto; Carlos Alberto Alves; Carlos Magno Valverde; Flavia da Silveira; Ivanete Scharpf Moratelli; Mario Kobus
Representação legal: não há

027.913/2013-9
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no Município de Cáceres/MT
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

028.215/2017-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Responsáveis: Florivaldo Vieira Martins; Jardel Rodrigues da Silva; Maria de Nazare Alves dos Santos
Representação legal: não há

031.873/2016-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Responsáveis: Adecio Rodrigues da Silva; Aluisio Ferro Gomes Filho; Francisco Evaldo Braz Azevedo; Glauco Rogerio de Araujo Mendes; Ivan Monte Claudino; Jose Felipe Americo Cordeiro; Jose Kildare Felinto Colares; Laucimar Gomes Loiola; Nádia Maria Araújo Farias; Walter Gomes de Sousa
Representação legal: não há

032.606/2016-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Jose de Filippi Junior; Prefeitura Municipal de Diadema - SP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Diadema - SP
Representação legal: Aguinaldo Ranieri de Almeida Junior (OAB/SP 186.305) e outros, representando Prefeitura Municipal de Diadema - SP

034.736/2017-4
Natureza: Representação
Representante: Fabrício Moreira da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Icó - CE
Responsável: Jose Jaime Bezerra Rodrigues Júnior
Representação legal: Rafael Mota Reis (OAB/CE 27.985) e outros, representando Jose Jaime Bezerra Rodrigues Júnior

Ministro VITAL DO RÊGO

020.202/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caaporã/PB
Representação legal: não há

022.208/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedito Carvalho Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Amapá
Representação legal: não há

022.212/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel do Nascimento Ramos; Maria Jose de Oliveira Pires
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

022.296/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Faustino de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado de Rondônia
Representação legal: não há

022.665/2018-8
Natureza: Reforma
Interessado: Raimundo dos Santos Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

024.395/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Vinicius Tarquinio; Maria Cristina Queiroga Leite; Michelle Andrade do Nascimento; Nicea Dias Machado; Sergio Junior Xavier Rocha; Sergio Rubens Birchal Becattini; Ubiracy Neves dos Anjos; Vandeir de Assis Justo
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: não há

024.436/2018-6
Natureza: Atos de Admissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Interessados: Aniele Feiteiro; Antonio Alves da Silva Filho; Antonio Carlos de Oliveira Almeida; Antonio Juvino Dantas Neto; Antonio Miguel de Souza Almeida; Antonio de Maria; Antonio dos Reis e Silva Filho; Arlindo de Matos Fernandes; Armin Klein Mealho; Aurelio Soares Nery; Barbara Reis de Amorim Machado; Barbara Sartori Teixeira; Barbara de Oliveira Flores; Bernardo Torres Mendonca; Bianca Bileski Costa Luz; Bruna Horlle Bernardino; Bruna Vanessa Santos Oliveira; Bruno Basmadji Fatureto de Sousa; Bruno Felipe Rodrigues Moreira; Bruno Hipolito Vieira Serafim
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.437/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Gusmao Rodrigues; Caio Vinicius Oliveira da Silva; Camila Braganca Carlos; Camila Maria Antunes; Camila Rodrigues Porchetto; Camila Vieira; Camille Oliveira Smoco; Carine Ferreira da Silva; Carla Biatrice dos Santos Cecilio; Carlos Augusto Oliveira de Souza; Carlos Augusto Penha Gester; Carlos Roberto Almeida do Prado Junior; Carolina Parussolo de Souza; Carolina Velloso Okumura; Caroline Guedes da Silva; Caroline Oliveira; Caroline Regina Silva; Carolline Viegas Dutra; Caryna dos Santos Oliveira; Cassia Leticia da Luz Domingos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.438/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cassiana Santos de Jesus; Cassiane Andrade dos Santos; Cassio Vinicius Uchoa Peixoto; Catia Machado da Rosa; Charles Moreira da Silva; Clara Lourdes dos Santos Nery; Clarissa Ferrari Bortolanza; Claudemir Oliveira Santos; Claudia Rossi; Claudio Oliveira Ribeiro; Claudio Ricardo Silva Lima Junior; Clayton Alves Liberal; Clebert de Paula Junior; Cleiton Silva Santos; Clenise Maria da Rosa Pinheiro; Cleonice Santos de Mattos; Cristiane Finger; Cristiano Jobim Cardoso; Cristiano Kist Machado; Daiane Silva da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.440/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Danilo Vidal Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.442/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diego Santana Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.444/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Divino Eterno Vilela Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.446/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emanuel Silva Barros; Emerson Ferrari; Emerson Richelieu Figueiredo de Araujo; Emerson dos Santos Martins; Erick da Silva Matias; Erika Cristina de Souza Nascimento; Erika Teodosio do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.448/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eva Tatiane da Silva Veiga; Ewerton Carvalho Pereira; Ezequiel Luis da Silva Moura; Fabiano Perin Gasparin; Fabio Alves e Silva; Fabio Avila de Brito; Fabio Fagundes; Fabio Freitas Rocha; Fabio Jorge Coelho de Farias; Fabio Luismar Soares Veiga; Fabio Oliveira Ferreira; Fabio Vieira Peixoto; Fabio de Sousa Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.450/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabricio de Souza Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.451/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fausto Pires de Souza; Felipe Andrade Martins; Felipe Augusto Gali; Felipe Coelho Teixeira; Felipe Coelho do Carmo; Felipe Davilon Alves Barros; Felipe Dias da Costa Teodoro; Felipe Eugenio Jauch; Felipe Rezende Rodrigues; Felipe Sarmet Moreira; Felipe dos Reis Maia; Fellipe Chollet Madeira; Fernanda Feitoza de Brito; Fernanda Fernandes de Oliveira; Fernanda Gratao Rodrigues; Fernanda Martins Ferreira; Fernanda do Nascimento Lisboa Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.453/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Soares dos Reis; Fernando Alves Moreira; Fernando Aparecido Paulo; Fernando Augusto Susin; Fernando Barros Sousa; Fernando Borges da Costa; Fernando Carolino da Silva; Fernando Henrique Ribas Motta; Fernando Soares Rodrigues; Filipe de Medeiros Santos; Flaria Regina Brito de Oliveira; Flavio Iggo Barbalho Amador da Silva; Flavio Melo dos Santos; Flavio Vaz Domingues; Flavio Vieira Alves; Flavion Luis Walker da Silva; Francielle Gularte de Andrade; Francine Kaciellem Correia; Francisca Maria Alves Oliveira; Francisco Erijunior Cavalcante Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.456/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Alexandre Passos Dias; Gabriel Joanol Dysarsz; Gabriel Mauricio Gomes de Oliveira; Gabriel Tirintan Jordani; Gabriel de Souza Cerveira Pereira; Gabriel dos Santos Soares; Gabriela Chagas Dornelles; Gabriela Rodrigues dos Santos; Gabriela de Quadros Manzzoni; Gabriela do Ouro Alexandre; Gabriela dos Santos Vieira; Gabriella Silva de Farias Isidro; Genesis Lopes do Nascimento; George Alfredo Strobel Rossiter; Geovani Barzotto; Geraldo Ramon Fernandes Maciel; Gerson Pereira da Silva; Gessyka de Souza Silva; Giampiero Cardoso Nargi; Gian Bruner de La Cruz Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.457/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gierly Saldanha Meneses; Gilberto Antonio Moreira Bernardino; Gilberto Fugimoto de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.458/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gilmar de Santana Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.459/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gilmar Rodrigues; Gilson Nunes Vilela; Gilson Pimenta; Giovanna Pagnozzi; Gisele Martins Sampaio; Gisele Mathias de Souza; Gisele Minosso; Giselle Cristina Lopes Lambert; Giselle de Oliveira Rola; Givanildo Sousa Goncalves; Glaice de Cassia Pamplona de Lima; Gleciane Vilanova Ribeiro; Gleiciany Luiza Pereira da Silva Garvim; Gleza Bezerra Barboza; Gloria Maria Sant Anna de Hollanda Cunha; Gregor Duarte de Almeida; Guilherme Aquino Graviesz; Guilherme da Silva Granez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.462/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gustan Fortes Medeiros Netto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.463/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Mirante Alves; Gustavo Pires Cabral; Gutemberg Alves de Medeiros; Hallan Emanuel Ferreira Coelho; Hebenezer Martins Mesquita; Heitor Cavalcanti de Albuquerque; Helber de Miranda Borges; Helder Aparecido Figueiredo Lobo; Helena Maria Ribeiro; Helio Prates da Silva Junior; Helmo Silva de Oliveira; Henrique Andrew Lins de Alencar; Henrique Barros de Melo; Henrique Pereira Dias; Herbert Silva de Souza; Hilda Maria Cordeiro Pires; Hudson Allen Barboza Chaves; Hudson Luiz Moret Borghezan
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.464/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Hugo Akira Campos Akai
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.467/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Janaina Silva Domingos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.468/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jane Maria Machado da Silveira; Janilson Goncalo Rubem; Jaqueline Bavaresco; Jardyane Palhano Santos Lemos; Jarles Pires Ribeiro; Jean Rodrigues Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.471/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Arthur Santos Flesch; Joao Bernardo Filho; Joao Fernando Kmohan; Joao Henrique dos Santos; Joao Lucas da Silva Araujo; Joao Marcos Medeiros Costa; Joao Paulo Aparecido Barbosa Melo; Joao Paulo Martins da Cruz; Joao Ricardo Henrique da Mota; Joao Rodrigo Soares Amaral; Joao Victor Baima Goncalves; Joelly de Carvalho Lima; Joelma Cavalcante da Costa; Joelma Lopes de Oliveira; Joelson Silva Oliveira; John Willamys de Oliveira; Johnata de Araujo Rocha; Johnnathan Miranda de Matos; Joice Cavalcanti de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.472/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jonair Targa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.474/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Kenedy Furtado Brito Filho; Jose Luiz Marao Junior; Jose Patricio de Almeida Neto; Jose Reinaldo Pinheiro Segundo; Jose Ribamar Leite Miranda; Jose Roberto Kovalski Kulmann; Jose Victor Albrussezze da Silva; Jose Welleson Renan Araujo Ferreira; Josefa Olivia Firmino da Silva; Josenilton Pio da Silva Bezerra; Josias Borges; Josimar Inacio de Jesus Santos; Josivane Bernardo da Silva; Juarez Alves da Silva Junior; Jucilaine Bortot Osorio; Julia Laissa Pereira Cordeiro; Julia Mendes Vilela; Julia Sasso Alighieri; Juliana Aparecida Fagundes; Juliana Araujo de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.475/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Hartmann Lima; Juliana Rocha de Lima Duarte; Juliana Souza Lacerda; Juliana de Paula Silva; Juliano Gueths; Juliano Klassen Chicora; Juliano Luque Lemes; Julio Cesar Galli; Julio Cesar Nunes Lopes Rodrigues Junior; Julio dos Santos Neto; Junior Barbosa de Matos; Junior Castro Bieger; Juno Nogueira do Amaral; Juscely Carolina Carneiro; Jussara Lucia da Silveira; Karen Silveira Albrecht; Karina Louzada do Rozario; Kassandra Almeida Baptista; Kauane de Araujo Silva; Keila Santiago Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.478/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leila Rejane Garcia dos Santos; Leocadia Marta Dalabona; Leonard Luiz da Silva Baptista; Leonardo Almeida Vanaz; Leonardo Dias Ceresa; Leonardo Heitor Tedesco; Leonardo Maia de Avila; Leonardo Reis Prado; Leonardo Rodrigues; Leonardo Rola Leite Guimaraes; Leticia Nascimento Vimeney; Liane Haag; Liane Maria de Oliveira Tavares Crespo; Liane de Lima Ferraz; Lidia dos Santos Silva; Lidna Lima de Souza; Liege Tirzah de Oliveira; Ligia Bettini Novas; Ligianne Maria Beserra de Oliveira; Lilian Dalbem de Souza Feuerharmel
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.480/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Rafael Gozzi; Lucas Siqueira de Souza; Lucas Torres Noro; Lucia Helena Carneiro; Luciana Coutinho Gomes; Luciana Lucia Fonseca de Souza; Luciana Peixoto de Oliveira; Luciana Pereira da Costa; Luciana Santos Pereira Costa; Luciana Simoes Mania; Luciano Avelino de Figueredo; Luciano Cunha da Silva; Luciano Lamberti Andreoli; Luciano da Silva Monteiro; Lucimar Aparecida dos Santos; Ludellen Reis da Silva; Luis Alex de Sousa Beniz; Luis Antonio Dias Lemes; Luis Augusto Goncalves Rodrigues; Luis Claudio Rodrigues Conceicao
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.481/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luis Fabiano Casseres
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.483/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luis Fernando Moncao Nunes; Luis Fernando de Sousa Petters; Luis Marcelo da Silva de Moraes; Luis Roberto Carvalho Coelho; Luith da Silva Mota; Luiz Antonio Fontanive Linck Junior; Luiz Antonio Xavier Garcia; Luiz Augusto Barbosa Dias Silva; Luiz Carlos Neris Pereira; Luiz Celso Sa Fronckowiak Wolker; Luiz Felipe Zachelkiewicz; Luiz Fernando Fabris Junior; Luiz Fernando Pinto; Luiz Gonzaga Bonfim Filho; Luiz Henrique Queiroz Bezerra; Luiz Paulo Monteiro Mafra; Luize Leao Lima; Luri Angelica Yoshida; Lusia Barbosa Lima; Lygia Pessoa Mineiro Apolonio
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.484/2018-0
Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Madalena Pinto de Moraes; Magdo Bortole; Magnus Kelly de Miranda Rocha Neto; Magnus Roberto Diniz Junior; Maico Lacerda Moura; Maicon Desconsi; Mailson Lima Teixeira; Maira Fernanda da Silva Marques; Manoel Musa Neto; Manoel William Rodrigues Martins; Manoel de Meireles Costa; Marcel Frederico de Lima Taga; Marcela Rufino de Camargo; Marcelo Alves Santana; Marcelo Campelo Noronha; Marcelo Silva Vasconcelos; Marcelo Soares Sales; Marcia Maria Souza Villela; Marcio Lakmann Pereira; Marcio Luciano Vinas Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.486/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Divina dos Santos Leopoldino; Maria Eliana Figueiredo Rosa; Maria Estela Ferreira; Maria Goreti de Farias; Maria das Dores Teixeira Caires; Maria do Carmo Bevilacqua de Siqueira; Maria do Carmo Saraiva Lima Neta; Maria do Socorro dos Santos Cruz; Mariana Araujo Rego Pereira; Mariana Dourado; Mariana Scholze da Silva; Mariana de Padua Santos; Mariane de Moraes Costa Brito; Marilia Isabelle Souza da Costa; Marilia Nascimento da Silva; Marina Gomes de Figueiredo; Mario Romero Durao Vieira; Marisa Carvalho Pereira; Mariza Schmitt de Queiroz; Marlon de Almeida Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.487/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marlos Carvalho de Souza Junior; Marlos Vieira Coutinho; Marta Heller Northfleet; Mary Aparecida de Oliveira; Maryesi Carvalho Ribeiro; Mateus Lovato Gomes Jardim; Mateus Mezomo de Oliveira; Mateus de Sousa Andrade; Matheus Mendes de Almeida; Matheus Paiva dos Santos Souza; Matheus Pimentel Gomes; Matheus de Jesus Carvalho Moura; Mauricio da Silva Cesar; Mauro Junior Luz Gomes; Mayara Machado Monteiro; Maycon Luiz Zocolotti; Mayra de Sousa Gomes; Melissa dos Santos Coinaski; Micaella Dias Mariano; Micheilon Ednaldo Moura Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.490/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Henrique Pacheco Vieira; Paulo Jose Luciano de Almeida; Paulo Jose da Silva Filho; Paulo Renan Teixeira Araujo; Paulo Renato da Silveira dos Santos; Paulo Ricardo Conte Vasconcellos; Paulo Roberto da Silva Lima; Paulo Roberto de Lima Bandeira; Paulo Victor Lopes da Silva; Paulo Vitor do Nascimento; Paulo Yan Carloto de Souza; Pedro Aurivan de Camargo Filho; Pedro Jeovan Pereira de Sousa; Pedro Luiz Sinohara Junior; Pedro Renan Meneses Rocha; Perola Cardozo Alves; Poliane de Castro; Pollyanna da Costa Santos; Priscila Alvares Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.491/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Priscila Costa de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.493/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renan Dias Goncalves; Renan Lemos Livramento; Renata Aparecida Souza e Silva; Renata Machado Silva da Nóbrega; Renata Martinuzzi de Lima; Renata Mirelly Melo Franca; Renata de Vasconcelos Maia Lima; Renato de Almeida Melo Junior; Ricardo Gardon Batista; Ricardo dos Santos Lopes; Rita de Cassia da Rosa Aguirre; Rivaldo de Jesus Souza Oliveira; Roberta Castello Costa; Roberta Rodrigues Torres; Roberto Magarevich; Roberto Pinheiro Mota Filho; Roberto William Paulino de Souza; Robson de Oliveira Cruz Souza; Rochele Viegas Araujo; Roclylane Lima Belem
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.494/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodolfo Romulo Araujo Chagas; Rodolpho Cavalcante Teles; Rodrigo Barros Rocha; Rodrigo da Luz de Castro; Rodrigo de Campos Macedo; Rodrigo de Paula Rinaldi
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.498/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Romulo Martins Teixeira; Ronaldo Jose Ribeiro; Ronaldo Santos Guedes; Ronilda Terezinha Silveira; Rosalino Roosevelt da Silva; Rosane Marques de Souza; Rosane Rodrigues; Rosangela de Fatima da Silva Grocheveski; Rosieli Grun; Rosimara de Fatima Carvalho; Rosimaria Sesquin; Rubens Gomes de Assumpcao; Rubia Cordova de Souza; Rudisan Cesar Rodrigues de Andrade; Ryan Oliveira de Menezes; Sahara da Costa Sousa; Samia Davila de Paiva Maciel; Samuel Ferreira Cardoso; Samuel Macedo dos Santos; Samuel Sousa Oliveira Fontenele
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.500/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Samuel Vicente Basso Cibils; Sandra Franco Lemes Mota; Sandra Nadalin Drugovich; Sandra Valeria Coelho da Silva; Sandramara Daruch de Freitas; Sandro Henrique de Souza Monteiro; Sandrovan Gomes de Menezes; Sara Maria Gomes Pinheiro; Sara Oliveira Cortez; Sarah Cristina Maria Silva; Saul Viana de Novaes; Saulo Lima de Carvalho; Savio Lima Lopes; Savio Souza Moreira; Scheila Fernanda Oruoski; Sebastiao Manoel Ferreira Junior; Sergio Ferreira da Silva; Sergio Jose de Andrade; Sergio Utiyama; Sidcley da Fonseca Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.501/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sidemario Oliveira Amorim Barreto; Sidiane Braghini; Silvana Alves Silva; Silvana de Oliveira Tavares; Silvia Kasmirski; Silvia Macedo Viana; Silvia Nunes de Aguiar; Silvia Regina de Oliveira; Simone Aparecida Lima Ribeiro; Simone Silva de Melo; Simone da Silva Morais; Solange Schroer Neis; Sonia Roseane Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.502/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Suanny Gomes Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.505/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tiago Andrade Costa Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.506/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Arruda Correia Lima; Tiago Bruno Silva Pereira; Tiago Ferreira de Sousa; Tiago Rodrigues da Silva; Tiago de Souza Bido; Tiane Araujo de Paiva e Souza; Tulio Marcos Duarte Dinotti; Uine Freitas Santos; Valdener Zanardi; Valdenia Vagna Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.508/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanderley Carlos Soares; Vanessa Marchetti de Souza; Vantuir Santos Junior; Vera Lucia Rocha Cunha; Vera Rejane Pimentel Cruz; Veronica Andrade Duda Brandao; Veronica Jorcelina Moreira de Castilho; Verushka da Silva Kanaan; Victor Hugo Ribeiro Augusto; Victor Machado Domingos; Vinicius Audino; Vinicius Braga Rodrigues da Silva; Vinicius Charles de Souza; Vinicius Fernando Batista Barboza; Vinicius Magnani Santos Pena; Vinicius Miranda de Souza; Vinicius Ribeiro Moura Ramalho; Vinícius Viana Coelho; Vitor Andre Bastos Carvalho; Vitor Hugo Enes Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.510/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wallace Luis Cunha Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.513/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Zilda Nunes do Carmo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

024.705/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Belmiro Lino Marques de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

025.309/2010-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre Lima Araújo; Almerinda dos Santos Suzart; Amanda Lima Araújo; Cesar Barreto Gonçalves; Corcina da Silva Carvalho; Edilene Oliveira dos Santos; Gilda Garcia da Mota; Helenice Barbosa Cruz; Isac Conceição Santos; Ivanise Francisca Alves de Araújo; Jeane da Silva Mota; Josineide Garcia da Mota; Luis Andrade de Carvalho; Luiz André Pereira Suzart; Messias Andrade de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: Helder Araújo Mota (OAB/BA 23.912)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

000.723/2018-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Curuçá/PA
Responsáveis: Fernando Alberto Cabral da Cruz; Prefeitura Municipal de Curuçá - PA
Representação legal: não há

001.254/2017-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal
Responsável: Albano Esteves de Abreu
Representação legal: André Luis Pinheiro Guimarães (OAB-DF 33.822) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal

006.445/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Vera Lúcia Penafort Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: não há

007.085/2016-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itapema - SC
Representação legal: não há

007.230/2012-5
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no município de Tabatinga/AM
Responsável: Saul Nunes Bemerguy
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tabatinga/BA
Representação legal: não há

011.266/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eugenio Alegria de Almeida Baptista; Evandro Arenari Oliveira; Ingrid Jensen Schimidt
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

011.271/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Manoel Carlos Vieira de Moraes Junior; Marcelo Ricardo Schwarz; Marcos Eduardo de Oliveira; Marla Bruna Melo de Menezes Amorim; Michelle Izolina Lopes de Souza; Márcio Feres Bessa; Natercia Fonseca de Carvalho da Silva; Nathalia Christina de Souza Tavares Passos; Nathalia Pereira Cavaleiro; Nichele Cristina de Freitas Juchneski
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

011.275/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Panmela Pereira Merlo; Pedro Henrique Vieira Garcia; Rafael Fiorencio Mendonca; Rafael Vieira Camerini; Renan Silva Santos; Ricardo Moreira dos Santos; Silver Rodrigues Zandona; Thayse Cristina Pereira Bertucci; Uira Rodrigues da Silveira Montani; Vitor Brait Carmona; Willian Jose Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

016.603/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisca Santana Bastos; Maria Lucia Pereira de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: não há

021.810/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Auxiliadora Esteves de Souza; Benedito Jose Campos; Juliana de Souza Pedrosa; Maria Jose Vieira de Souza; Maria Rosa da Silva; Mariza Valerio de Souza do Nascimento; Nelzi Gomes Marcellino Ribeiro; Neuza Guimaraes Baptista; Nilda Faria da Silva; Olivia Frazão Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Representação legal: não há

021.812/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Samir Said Matheus
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

022.533/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Simon de Almeida Branco Silva; Waldemar Guilherme Kurten Ihlenfeld
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Representação legal: não há

023.280/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Kantro Empreendimentos Apoio e Serviços Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj)
Representação legal: Silmar Isaias Dias (OAB/RJ 189.655), representando a empresa Kantro Empreendimentos Apoio e Serviços Ltda
Representante: Kantro Empreendimentos Apoio e Serviços Ltda

029.700/2017-5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Natureza: Representação
Representante: Conselho Federal de Medicina Veterinária
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Amazonas
Representação legal: não há

032.070/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade - ES; Elza Regina dos Santos Pepino
Representação legal: Dra. Raquel Brodsky Rodrigues, Defensora Pública Federal

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

003.596/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dulcinea Fantini Costa; Lino Pereira da Silva; Maria Leite Simplício; Maria da Conceição Silvério Apolinário; Marys Tavares de Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

009.485/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cesario Floriani
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

009.836/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Aurea Lins Leitão
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.199/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Severino Quirino dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.734/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elizabeth Noronha Festa; Laercio dos Santos Crocetta
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

023.686/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Angela Maria Bohrer Pitrez
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

025.467/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Sanigran Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Representação legal: não há

034.471/2016-2
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU)
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Medicina
Representação legal: José Alejandro Bullon Silva (OAB/DF 13.792) e outros, representando Conselho Federal de Medicina

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.870/2015-7
Tomada de contas especial instaurada em decorrência da não comprovação da boa e regular da aplicação dos recursos tendo por objeto o apoio à realização do evento intitulado "Festividade de Reveillon".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Arari/MA
Responsável: Leão Santos Neto
Representação legal: não há

010.794/2016-6
Tomada de contas especial, instaurada em decorrência da reativação ilegal do benefício previdenciário 095.711.171-1, no sistema informatizado do INSS.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Eleonor Cunha de Oliveira; Maria Cicera da Silva Brito; Maria Diomar Lima da Silva
Representação legal: não há

011.276/2012-6
Atos de pensão civil instituídos por ex-servidores da Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Norte.
Interessados: Clóvis Matheus Trigueiro de Lima Pereira; Danilo de Souza Martins; Jackson do Nascimento Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: Ângelo Eugênio Couto Silveira (OAB/RN 2.265)

014.118/2014-9
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na prestação de contas de convênio com o objetivo de apoiar o evento Estação Hip Hop.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Associação Comunitária Dimensão Juventude e Rosana Soares Ferreira
Representação legal: não há

015.216/2013-6
Recurso de reconsideração em tomada de contas especial.
Recorrente: Dna Comércio e Representações
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jandira/SP
Representação legal: Marcos Rodrigues Pereira (OAB/SP 25.020); Antonio Cecilio Moreira Pires (107285/OAB-SP); Roberto Thompson Vaz Guimarães (OAB/SP 145747)

017.254/2015-9
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Araioses/MA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: José Cardozo do Nascimento
Representação legal: não há

017.574/2016-1
Tomada de contas especial instaurada em razão do não encaminhamento de documentação exigida para a prestação de contas dos recursos repassados ao município.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Peri Mirim/MA
Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social
Responsável: Afonso Pereira Lopes
Representação legal: não há

018.723/2016-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos, para execução dos Programa de Proteção Social Básica-PSB e Programa de Proteção Social Especial-PSE.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Alfenas/MG
Interessado: Ministerio do Desenvolvimento Social e Combate À Fome
Responsáveis: Luiz Antonio da Silva; Município de Alfenas/MG
Representação legal: não há

025.688/2015-4
Tomada de contas especial instaurada pela FUNASA em razão da não execução do objeto de convênio.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Vitorino Freire/MA
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Responsáveis: José Juscelino dos Santos Rezende; José Ribamar Rodrigues
Representação legal: não há

026.075/2016-4
Tomada de contas especial instaurada em razão da não consecução dos objetivos pactuados em convênio tendo por objeto "Sistema de Esgotamento Sanitário".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lagoa Grande do Maranhão/MA
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: J. A. Comércio e Representação Ltda.; Osman Fonseca dos Santos
Representação legal: não há

033.185/2015-8
Tomada de contas especial instaurada pelo FNDE em razão da omissão no dever de prestar contas de convênio.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Água Doce do Maranhão/MA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsáveis: Antonio Jose Silva Rocha; José Eliomar da Costa Dias
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

002.753/2015-4
Recurso de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas de ex-prefeito de Urbano Santos/MA, imputando-lhe débito e aplicando-lhe multa, em razão da execução parcial do Convênio 1711/2005, celebrado com a Fundação Nacional da Saúde para a construção de 84 módulos sanitários no município.
Recorrente: Aldenir Santana Neves
Representação legal: Carlos Sérgio de Carvalho Barros (OAB/MA 4.947) e outros, representando Aldenir Santana Neves

003.736/2015-6
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) inicialmente em desfavor de Guedes Marques Cardoso, ex-prefeito do município de Pontalinda/SP, em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos recebidos por meio do Convênio 704426/2009, que teve por objeto o apoio à realização do evento intitulado "17ª Festa do Peão Boiadeiro de Pontalinda/SP", no período de 20 a 23/8/2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pontalinda/SP
Responsáveis: Estrela Show Producoes Musicais Ltda. - ME; Guedes Marques Cardoso; Jair Alves do Prado - Festas - Me
Representação legal: não há

004.786/2006-0
Apreciação de aposentadorias instituídas no âmbito do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão em favor de Bianor Baldez e outros.
Interessados: Bianor Baldez; Heloisa Cardoso Varão Santos; Jacy do Vale Silva; João Batista Cardoso; João Batista Vieira Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
Representação legal: Mário de Andrade Macieira (OAB/MA 4.217) e outros, representando Heloisa Cardoso Varão Santos

006.377/2015-7
Recursos de Reconsideração contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares e os condenou em débito e ao pagamento de multa em razão de irregularidades na execução da obra de pavimentação asfáltica, objeto de convênio.
Recorrentes: José Ronaldo Pessoa Pereira; Tomas de Aquino Pereira Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Epitaciolândia - AC
Representação legal: Wanderley Cesário Rosa (OAB/AC 924) e outros, representando José Ronaldo Pessoa Pereira; Ana Maria Chalub de Aquino (OAB/AC 4.480), representando Tomas de Aquino Pereira Neto

014.985/2015-2
Tomada de contas especial instaurada pela Funasa em desfavor de C. P. Rosas Engenharia, do espólio de Clovis Pinheiro Rosas e de José Ribeiro de Loiola Neto em virtude da impugnação de despesas no âmbito do Contrato 30/2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre
Responsáveis: C. P. Rosas Engenharia; espólio de Clovis Pinheiro Rosas; e José Ribeiro de Loiola Neto
Representação legal: Cristiane Teotônio Lopes (OAB/AC 2.958), representando José Ribeiro de Loiola Neto

016.660/2016-1
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde/MS, em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos do Convênio n° 1439/2006, celebrado com o Município de Brejo/MA, tendo por objeto "melhorias sanitárias domiciliares", com vigência estipulada para o período de 29/6/2006 a 30/11/2009.
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Brejo/MA; Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Construtora Majestade Ltda. - ME; José Farias de Castro; Omar de Caldas Furtado Filho
Representação legal: não há

016.926/2015-3
Tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Osvaldo Bedusque, ex-Prefeito Municipal de Echaporã/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 739/2009 (Siafi/Siconv 704186), que tinha por objeto apoio ao projeto intitulado "1º Arraiá Junino de Echaporã".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Echaporã/SP
Responsável: Osvaldo Bedusque
Representação legal: não há

017.506/2016-6
Recurso de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, condenando-o ao pagamento de débito e multa, em razão da inexecução parcial de convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social para a implantação de hortas comunitárias no município de Rodolfo Fernades/RN.
Recorrente: Francisco Germano Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rodolfo Fernandes/RN
Representação legal: Francisco Marcos de Araújo (OAB/RN 2.359), representando Francisco Germano Filho

019.619/2015-4
Tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Nilza Bozeli Cezare, ex-Prefeita Municipal de São João das Duas Pontes/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 1017/2010 (Siafi/Siconv 739977), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "10ª Festa do Peão".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São João das Duas Pontes/SP
Responsável: Nilza Bozeli Cezare
Representação legal: Rogério Costa de Andrade

020.503/2003-1
Recurso de Reconsideração contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares e os condenou solidariamente em débito e ao pagamento de multa individual em razão de irregularidades na aplicação de recursos repassados à municipalidade pelo Ministério da Saúde.
Recorrentes: Ildon Marques de Souza, Antônio Leite Andrade e Antônio Magno de Souza Borba
Representação legal: Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho (OAB/DF 34.472) e outros, representando Ildon Marques de Souza; Eneas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6.756) e outros, representando Antônio Leite Andrade; Daniel Endrigo Almeida Macedo (OAB/MA 7.018) e outros, representando Antônio Magno de Souza Borba

021.395/2016-0
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da impugnação total de despesas realizadas com recursos captados com base na Lei Rouanet para execução do projeto "Trilhas da Música Instrumental Brasileira". Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda
Responsáveis: Antonio Carlos Belini Amorim; Felipe Vaz Amorim; Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda
Representação legal: não há

022.211/2016-0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Luiz Donizeti Sifoleli, presidente da Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 106/2009 (Siafi/Siconv 703109), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "1º Rodeio Show dos Tropeiros de Taciba".
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros
Responsáveis: Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros; Fabricio José Fernandes Taciba - ME; Jose Roberto de Souza Eventos - ME; Luiz Donizete Sifoleli; Silvia Marcela Bossoni Souza Eventos - ME
Representação legal: Jose Roberto de Souza, representando Silvia Marcela Bossoni Souza Eventos - ME

022.212/2016-7
Tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor da Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros e Luiz Donizeti Sifoleli, presidente da associação, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 1153/2009 (Siafi/Siconv 706529), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "Festa do Peão de Boiadeiro de Sandovalina/SP".
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo (MTur)
Responsáveis: Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros; Luiz Donizete Sifoleli; Silvia Marcela Bossoni Souza Eventos - ME
Representação legal: José Roberto de Souza, pela empresa Silvia Marcela Bossoni Souza Eventos - ME

024.529/2016-8
Apreciação de pensão civil instituída por Francisca de Castro Paz no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.
Interessados: Igor Macedo Pires, Joana D'arc Ribeiro da Silva e Ítalo Macedo Pires, pensionistas de Francisca de Castro Paz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí
Representação legal: não há

025.519/2015-8
Embargos de declaração opostos por Duomed Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. - EPP em face de decisão que negou provimento a recurso de reconsideração interposto pela embargante.
Embargante: Duomed Produtos Médicos e Hospitalares Ltda.-Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cambira/PR
Representação legal: Regiane de Oliveira Andreola Rigon (OAB/PR 27.262) e outros, representando Duomed Produtos Médicos e Hospitalares-Eireli

028.094/2015-8
Prestação de Contas Ordinária de Universidade Federal de Juiz de Fora relativa ao Exercício Financeiro de 2014.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Responsáveis: Alexandre Zanini; Gessilene Zigler Foine; Henrique Duque de Miranda Chaves Filho; Jackeline Fernandes Fayer; Julio Maria Fonseca Chebli; Paulo Augusto Nepomuceno Garcia
Representação legal: Robson Martins Pinheiro Melo (OAB/DF 47.207) e outros, representando Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

041.796/2012-8
Monitoramento de acórdão que considerou ilegal pensão civil instituída no âmbito da Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Interessadas: Irany Lins de Albuquerque e Ivany Lins de Albuquerque, pensionistas de Silverio Lins de Albuquerque
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

000.533/2015-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em decorrência de irregularidades constatadas na aplicação de recursos federais dos programas do Piso de Atenção Básica.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Joaquim Gomes/AL
Responsáveis: Amara Cristina da Solidade Brandão; Maria Simone Martins Machado Correia; Rogério Bezerra Santos; Sílvia Rejane de Souza Araújo
Representação legal: Bruno Mendes (OAB/DF 44.498) e outros

000.930/2005-0
Ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal do Paraná. Apreciação para fins de registro.
Interessada: Maria Amélia Sabbag Zainko
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: Marcelo Trindade de Almeida (OAB/PR 19.095) e outros

001.337/2017-3
Tomada de contas especial instaurada em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados para a execução do Projeto Fragmentos Xetá.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsável: Silvio Gomes Rocha
Representação legal: não há

002.995/2015-8
Tomada de contas especial instaurada em razão do não encaminhamento da documentação exigida para a prestação de contas de termo de compromisso que tinha por objeto a recuperação e reconstrução de pontes e estradas vicinais no município de Aquidauana/MS.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Aquidauana/MS
Responsável: Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman
Representação legal: não há

005.063/2015-9
Embargos de declaração opostos em face de decisão que conheceu do recurso de reconsideração interposto pelo embargante e concedeu provimento parcial, com o intuito de reduzir o valor do débito e da multa aplicada.
Embargante: Alberto Eustáquio Caldeira de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bocaiúva/MG
Representação legal: Frank Weslen Lopes (OAB/MG 122.336) e outros

018.784/2016-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos transferidos ao município de Patu/RN, por meio de convênio, destinado à realização de melhorias sanitárias domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Patu/RN
Responsáveis: Global Empreendimentos Ltda. e Possidônio Queiroga da Silva Neto
Representação legal: não há

028.577/2017-5
Pedidos de reexame interpostos contra decisão por meio da qual o Tribunal de Contas da União determinou a exclusão de parcela constante dos proventos dos recorrentes.
Recorrentes: Carlos Arthur de Araujo Souza; Claudia Nella Camara de Farias; Eric da Silva Barbosa; Ivan Gonçalves Poyares; Ivanema de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: Claudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005) e outros

032.048/2016-5
Tomada de contas especial em virtude da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais transferidos ao município de Sidrolância/MS para a construção de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Eldorado Parte.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sidrolândia/MS
Responsáveis: Daltro Fiúza; Nd2 - Engenharia e Comércio Ltda.
Representação legal: Jairo Fontoura Corrêa (OAB/MS 932)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

003.763/2017-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação de despesas executadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) nos exercícios de 2011 e 2012
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tucuruí/PA
Responsável: Charles Cezar Tocantins de Souza
Representação legal: Bernardo de Paula Lobo (OAB/PA 15.774-B) e outros

007.845/2017-0
Representação em que requer a instauração de tomada de contas especial, tendo em vista irregularidades cometidas, com o consequente impedimento para receber transferências voluntárias.
Representante: Município de Senador La Roque/MA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Senador La Rocque/MA
Representação legal: Felipe Mendes de Souza (OAB/MA 9.148); e outros

016.213/2015-7
Embargos de declaração opostos em face de acórdão que julgou irregulares as contas, com condenação em débitos solidários, em razão de impugnação parcial de despesas de convênio para a execução de melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas, concernentes à reconstrução de 160 unidades habitacionais no Município de Barra/BA.
Embargantes: Luka's Engenharia Ltda.; Distrito Projeto Brejos da Barra; e Frederico José Veloso de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Distrito Projeto Brejos da Barra
Responsáveis: Distrito Projeto Brejos da Barra; Frederico José Veloso de Almeida; Ingo Hulsen Lemos Nascimento; Luka's Engenharia Ltda.
Representação legal: Pedro Jose Souza de Oliveira (OAB/BA 3641) e outros, representando Luka's Engenharia Ltda., Distrito Projeto Brejos da Barra e Frederico José Veloso de Almeida

022.335/2016-1
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos de convênio que tinha por objeto a aplicação dos recursos do Ministério do Turismo para a implementação dos festejos juninos de Senhor do Bonfim, em 2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Senhor do Bonfim/BA
Responsável: Paulo Batista Machado (falecido)
Representação legal: não há

025.909/2014-2
Tomada de contas especial autuada em atendimento a acórdão, para apurar possível débito relativo à execução de contrato, visando a prestação de serviços de fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado no Campus Santo Amaro durante as obras do Complexo Educacional Abram Szajman.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado de São Paulo
Responsáveis: Amilcar Campana Neto; Heating & Cooling Tecnologia Térmica Ltda.; Luiz Francisco de Assis Salgado
Interessado: Heating & Cooling Tecnologia Térmica Ltda.
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Amilcar Campana Neto e Luiz Francisco de Assis Salgado; Fábio de Campos Lilla (OAB/SP 25.289) e outros, representando Heating & Cooling Tecnologia Térmica Ltda

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

020.467/2017-6
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da omissão da prestação de contas dos recursos repassados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola/Plano de Desenvolvimento da Escola (PDDE/PDE), exercício de 2011.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maraã/AM
Responsáveis: Dilmar Santos Ávila
Representação legal: não há

024.641/2016-2
Tomada de Contas Especial instaurada em face da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos públicos transferidos fundo a fundo, à conta de Programas de Proteção Social Básica e Especial.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Japaratuba/SE
Responsável: Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Representação legal: Rafael Resende de Andrade (OAB/SE 5.201), representando Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira

Em 9 de agosto de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Segunda Câmara, de 14/08/2018, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

016.845/2006-6
Órgãos/Entidades/Unidades: Diretório Regional do PMDB/RN; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Espólio do Sr. Aluízio Alves, representado por Henrique José Lira Alves; Luiz Benes Leocádio de Araújo
Representação legal: Rafael Pires Miranda (OAB/RN 13.298), representando Luiz Benes Leocádio de Araújo;
Sarah Roriz de Freitas (OAB/DF 48.643), representando o espólio do Sr. Aluízio Alves

Ministro AUGUSTO NARDES

003.574/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Geni Nunes da Conceição; Geralda Alves dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

006.452/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Angela Maria
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

006.512/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Teixeira Moraes dos Santos; Bianca de Andrade Silva do Nascimento; Bruno Fabiano Rocha Ramos da Silva; Bruno da Silva Ferreira; Bruno de Souza Bianchi Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

008.139/2018-0
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Gurupi/TO
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: João Lisboa da Cruz
Representação legal: não há

008.601/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cesar Silva Pontes; Maria Auxiliadora Bezerra Barroso; Maria Liduina Felix Silva; Sheila Rolim Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

008.605/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvaro Antonio Capoia; Evaldo Americo Galhardo Sanches; Marcos Esmanhotto Neto; Sergio Braga Miziara
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: não há

009.361/2018-9
Natureza: Aposentadoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Interessadas: Christine Cunha Claudino; Laura Ney Marcelino Passerat de Silans; Maria Hylda de Lourdes de Lucena Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

009.363/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joao Pinto dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Representação legal: não há

009.850/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria do Carmo Queiroz Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

016.584/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Eunice Silva dos Santos; Francisca Maria da Silva; Glaucia Paixão Ribeiro de Souza; Maria Rosa Melo Correa; Maria de Lourdes Gomes Pantaleão; Mariuza Porto de Paiva; Sylvia Ferreira de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Representação legal: não há

021.242/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joaquim Donato Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

021.564/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Deosina Simoes de Oliveira Silveira; Iracy de Paula Reis; Izabel Ferraz de Assis; Izaura Marques Binda; Julia Julião da Silva; Maria das Graças de Oliveira Moura; Mayra Mara Amorim Itabaiana; Nilza Rodrigues de Oliveira Simões
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

021.728/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Benedita Mazo Leite; Clementina Correa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Representação legal: não há

021.820/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria de Lourdes Marques Figueiredo; Raphael Nascimento Hora
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal do Andaraí
Representação legal: não há

022.057/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elizabeth Polette
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso
Representação legal: não há

022.310/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eziquio Barros Filho; Joselina Santana de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

022.316/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Alberto Costa;
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.325/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joaquim Barbosa Magalhaes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.330/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Salome
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.334/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Grigorio Pereira; Luiza Alves do Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.335/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel Jose Ribeiro; Marcio Ferreira Durao; Maria Alice Baptista de Oliveira; Maria Angela Calazans; Maria Auxiliadora Alves; Maria Celeste Ferreira Ramos; Maria de Lourdes Aguiar Teixeira; Maria de Lourdes Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.339/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nelma Lúcia dos Santos; Norma Rodrigues; Ovídio de Magalhães Santeiro; Paulo Cesar Ribeiro Malta; Paulo Cesar Ribeiro Malta; Paulo Nogueira de Luca; Porphiria de Vasconcelos; Rogério Silva; Rosa Pires Murphy; Rubem Machado; Sebastião Aridio Evangelista; Sebastião Braz dos Santos Ferreira; Shirley dos Santos Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.345/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abel Pedro dos Santos; Adriana de Carvalho e Silva; Agenor Manoel da Silva; Aldeci Andrade Moutinho; Aluisio Augusto Cabo; Alvaro Norberto da Silva Duarte; Amara de Oliveira Costa; Amauri Viana Cabral; Ana Bernardo de Barros; Ana Maria Albuquerque Paiva; Antonio Cavalcanti de Medeiros; Arnaldo Paulo de Miranda; Carlos Alberto Matheos de Lima; David Gonzaga da Silva; Doralice Martins Ferreira; Edmilson Bezerra Lima; Fatima Maria da Silva Nascimento; Genesio de Oliveira; Geraldo da Silva; Ângela Maria de Azevedo Alverga
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.348/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Vitor Cesario da Silva; Manoel Raimundo de Moraes Costa Neto; Maria Jose Rodrigues; Maria Jose Viana Bezerra; Maria Lucia Tenorio Lima; Maria das Graças Castro de Medeiros Schuler; Maria das Graças Castro de Medeiros Schuler; Marijalma Vieira da Silva; Maurício Malaquias da Silva; Milde Maria da Conceicao do Rego Barros Alves; Modesto Cavalcanti de Oliveira; Mário Francisco dos Santos; Narcilio Sa Pereira; Paulo Romualdo da Cunha; Pedro Antonio Verçosa Coelho; Raimunda Soares dos Santos; Romulo Rodolfo da Silva; Tereza Gonçalves Arcoverde; Valdecy Damásio da Silva; Vivaldo Filgueira de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.355/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eduardo Pinheiro de Moura; Geraldo Pereira Maia; Geraldo Rufino de Araujo; Iram Pereira Machado; Israel Joaquim da Silva; Jose Dacio Rodrigues de Carvalho; Jose Dacio Rodrigues de Carvalho; Jose Dacio Rodrigues de Carvalho; Jose Gaspar Ferreira; Jose Nogueira Leite; Jose Nogueira de Melo; Maria Vanilde de Carvalho; Maria Vanilde de Carvalho; Maria da Luz da Silva; Maria de Figueiredo Moreira Leite; Maria de Figueiredo Moreira Leite; Maria do Socorro Rocha de Lima; Ricardo Xavier de Goes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

022.360/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Aluisio Antonio Pereira Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

022.363/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anderson de Oliveira Azevedo; Evilasio Pereira da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

022.691/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Vanderlei Dias Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

022.719/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Suely Ferreira Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há

023.709/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosa de Lourdes Souza do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

024.561/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adeilza Martins Moreira; Adele Fatima de Paiva Rocha; Adlai de Lima Lustosa; Adoracion Andrade da Silva; Adriana Beringui de Oliveira; Adriana Rodrigues dos Santos; Adriana de Paula Mendes da Silva; Adrina Barrozo Ribeiro Furuguem; Alberto da Costa e Silva; Alessandra Fernandes de Souza; Alessandra Marins Pala; Alessandra de Barros Vilas Boas; Alex Carlos Nazaretto; Alexandra Brandao de Assuncao; Alexandra Pereira da Silva; Alexandre Alves Pereira Wolf de Oliveira; Alexandre Barbosa de Oliveira; Alexandre Martins Lessa; Alexandre da Silva Santos; Alexandre de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

024.564/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Reis Nakasato; Artur Shioji Ferradosa; Audrey da Silva Carvalho; Aurenita de Melo Silva; Barbara Cristina Goncalo da Silva; Barbara Cruz Bassini Cavallini; Beatriz Domingos Duque; Benedito Donza de Carvalho Junior; Benedito Nascimento; Bianca Gomes Veloso; Bianca Mauro Pimenta Aguieiras de Lima; Bianca de Almeida do Vale; Bruna Giarola; Bruno Paes Lima Ferreira; Bruno da Silva; Carla Amaral de Almeida; Carla Simone de Oliveira; Carlinda Molino Machado; Carlos Alberto Carvalho Campos; Carlos Alberto Venancio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

024.565/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo da Silva Santos; Carlos Garcone de Lima; Carlos Junior Daflon Ramos; Caroline Curvelo Borges; Caroline Zapate Lobo; Catia Cristina dos Santos Marques; Cely da Fonseca Ferreira; Christiane da Silva e Souza; Christie Izabelle Dauzacker Vaiani; Christine dos Santos Baroni; Cintia Goncalves Maciel; Ciro Leonardo Teixeira; Ciro de Castro Brandao; Clarissa Serodio da Rocha Baldotto; Clarisse da Silveira Bressan; Claudia Alves Faria; Claudia Calixto de Andrade; Claudia Jorge de Oliveira; Claudia Lourenco Soares; Claudia Maria Azeredo Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

024.571/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Areias Mourao; Felipe Jose Vieira Figueiredo; Felipe Santos Deveza; Fernanda Freitas Rangel; Fernanda Hermeto; Fernanda Philadelpho Arantes Pereira; Fernanda Santos do Nascimento; Fernanda Silva Teixeira; Fernanda do Espirito Santo Pires; Fernanda dos Santos Barbosa; Fernando Jose da Silva Garcia de Melo; Fernando Marques Coimbra; Flavia Cotias Vasconcellos; Flavia Ferreira Fernandes; Flavia Goncalves Thomas; Flavia Maria Branco da Motta; Flavia Mattos Silva dos Santos; Flavia Rocha Azenha Guimaraes da Silva; Flavia Souza Soares; Flavia da Rocha Robba
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

024.572/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavio Ferreira de Andrade; Francisco Antonio Freitas Santos; Francisco Jose da Cruz; Francisco Nanci Neto; Geaovane do Nascimento; Gelza Rodrigues da Silva; Georgia Renata Blanco da Silva; Geraldo Gomes da Silveira; Gerson Ribeiro Gomes de Oliveira; Gessi Raimunda Feliciano; Gessiene Neves Calueta; Gezelia Rocha Ventura Giordano; Gilberto Espindola Pereira; Gilson Andre Barcia Gall; Gilson Pereira Bernardes; Gisela Cardoso Pereira; Giseli Cristina Romano; Giselle Costa Esteves; Giselle Reinert da Costa Pinto; Giselle da Silva Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

024.573/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Giselle Rosa Ferreira da Costa Barroso; Gizelle Rodrigues Ramos; Glaucia Pinto dos Santos; Gleice Ferreira Leal; Gloria Simone Nunes Rodrigues; Guaraci Pereira da Conceicao; Guilherme Pereira Neves Cravo; Gustavo Federico Jauregui; Gustavo Henrique Santos Pereira; Gustavo Motta Pereira; Gustavo Santos Teixeira dos Santos; Halyne Limeira Pessanha; Haroldo Antonio Silva Chagas; Helio de Castro Junior; Heliton de Araujo Barbosa; Heloisa Marques Moreira Nobrega; Heloisa Marques da Paixao; Herbert Jose Cosenza Neto; Idalice Maria dos Santos Cunha e Silva; Ilana Candida Freitas Pires
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

024.574/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ilka Maria Maciel Castellar; Ilmeire Ramos Rosembach Vasconcellos; Ingrid Pinheiro Delgado; Isabel Cristina da Silva Mello; Isabela Alves Cirne; Isabela Bastos da Costa; Isabela Veiga Ribeiro; Isaura da Silva Souza; Jose Augusto Martins Lemos Jr; Jose Bento de Assis Junior; Jose Guilherme Barbosa Leite; Jose Luiz Viana da Silva; Jose Ribamar Soares Moreno Filho; Josenyeldes Evelin Carneiro Barbosa; Josimar Leal Alcantara; Juarez Barbosa Monteiro; Judith Pixinine da Silva Carvalho; Juliana Arantes de Oliveira; Juliana Fagundes de Oliveira; Juliana Monteiro Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

024.579/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Henrique Canellas Bastos; Luiza Maria Pereira da Silva; Magda de Souza da Conceicao; Maiana Eloi Ribeiro dos Santos; Marcel Tavares Quinteiro Milcent Assis; Marcela Benasse de Andrade; Marcela Cristina de Oliveira Gatti; Marcelina Rita Bezerra Bendelak; Marcelly Machado Nunes de Souza; Marcelo Favoreto Pires; Marcelo Guimaraes Barbosa; Marcelo Pecanha Cossich Pereira; Marcelo Souza da Fontoura; Marcelo de Faria Alvim; Marcia Alexandra Barros de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

024.584/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Adriana Marcilio

Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar
Representação legal: não há

024.695/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agatha Vitoriano Rocadas Pereira; Alexandre de Almeida Simoes; Ana Leticia Teixeira Ferreira; Anna Carolina Stepanski Paes; Claudia Melo Coutinho; Cristiane Aline D'almeida; Edina Rodrigues Sao Pedro Neves; Eduardo Augusto de Oliveira Xavier; Enio Gustavo Schroeder Martins; Felipe de Andrade Magalhães; Fernanda Goncalves Manhaes; Gustavo Luiz Gouvea de Almeida Junior; Juliana Gomes Melo; Liana Figueiredo Nobre; Liana Pires dos Santos; Ligia Sarmet Cunha Farah Rabello; Luiz Fernando de Almeida Pereira; Maria Cristina de Oliveira Marques; Mariana Bruno Siqueira; Marluce da Costa Timoteo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

024.696/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marne Cristine de Figueiredo Simao; Paulo Roberto Sampaio Gusmao; Rachel Souza Thompson Motta; Regina Correia Paes; Tatiana Sanjuan Ganem Prado; Wellington Barros Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

024.754/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Fidelis da Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

024.761/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Jose Silva Filho; Francisco Cortinovis Filho; Francisco Salvador Risaffi; Francisco Salvador Risaffi; Guido Loupeira Benites; Guttemberti Ademar Eller; Helvio Tavares de Almeida; Herlino Conrado de Castro Gomes; Herlino Conrado de Castro Gomes; Hugo Ribeiro Campos; Iria Teixeira de Lucena; Iria Teixeira de Lucena; Ivan Rodrigues Couto; Jacy Cordeiro; Jair Agostinho Teles; Jandira Torreiro de Carvalho Lessa; Joel de Oliveira Filho; Joethe Ferreira da Silva; Jorge Lopes; João Batista Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.784/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Heribaldo Cardoso Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Representação legal: não há

030.666/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Maria do Tocantins/TO
Responsáveis: Agnaldo Soares Botelho; C.O.S. Construtora
Representação legal: Lilian Abi-Jaudi Brandão (OAB/TO 1824)

Ministro AROLDO CEDRAZ

005.458/2018-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Carmelo Zitto Neto; Francisco Prado de Oliveira Ribeiro; Núcleo de Especialização e Educação Para Deficiente Físico e Mental - Need; Wagner Fonzi
Representação legal: não há

012.520/2018-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Umbuzeiro/PB
Representação legal: não há

014.304/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Devanir Garcia dos Santos; Marco Antônio Marques; Maria Alves de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

017.544/2016-5
Natureza: Representação
Representante: Justiça Federal em Sergipe
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Alcefredo Pereira de Souza (OAB/AM 3002) e outros, representando Caixa Econômica Federal

018.166/2016-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Responsável: Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

021.165/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Secretaria do Tesouro Nacional
Representação legal: não há

024.540/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Beatriz Percinoto; Bruno Benevides Guimaraes; Carlos Murad de Loureiro; Cesar Augusto Dantas de Farias; Daniel Eduardo de Souza Farache; Eduardo Hoffmann Reis; Elton Mendes de Souza; Fabio Queiroz Pestana; Felipe Lobel Araujo Castro; Fernanda Santos Gaspar; Fernando de Souza Ranaudo; Gilda Medeiros Garcia; Hebert Kennedy Pereira; Jeronimo Sirotheau de Almeida Eichler; Jonata Mauricio Batista da Silva; Jose Antonio Henrique Caetano; Juliana Souza Nunes; Julio Carneiro Silveira Ramos; Michele Tereza Marques Carvalho; Nilson Eduardo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

024.556/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wesley Sandim Soares; William Soares Ferreira; Willian Sandim Soares; Zaíra Izabelle Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A
Representação legal: não há

024.582/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Peres Miyamoto; Caego Seabra de Assumpção; Pedro da Silveira Sada
Órgão/Entidade/Unidade: Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Petrobras - MME
Representação legal: não há

027.471/2017-9
Natureza: Relatório de Inspeção
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Representação legal: não há

029.230/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Gabriela Roberta Galdina; Julia Marcondes Silva Rovida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.195/2018-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2017
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Responsáveis: Alberto de Lima Soares; Allan William Lucena de Oliveira; André Soares Cavalcanti; Breno Wanderley César Segundo; Diana Souto Maior Porto; Fábio de Siqueira Miranda; João Alves da Silva; José Aurélio da Cruz; Maria das Graças Morais Guedes; Sylvio Pelico Porto Filho; Tercio Chaves de Moura; Valter Félix da Silva
Representação legal: não há

003.377/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Christina Shimabuko
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

006.428/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Amanda dos Santos; Mariana Alves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

009.436/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eriseia dos Santos Gomes de Omena; José Augusto Nogueira Mendes; Leila Maria do Val Barros; Maria Assunta Jatahy Araújo; Maria Edinelza Vieira Mattos; Maria José Maciel de Almeida; Mônica Perales Rabello Oliveira; Therezinha dos Santos Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Representação legal: não há

017.754/2009-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: José Edvaldo Antunes de Souza (ex-prefeito); Luciano de Cássio Custódio Jorge (ex-secretário municipal de saúde); Paulo Dias Moreira (ex-prefeito); Prefeitura Municipal de Monte Azul/MG e Simael Lopes Leite (ex-secretário municipal de saúde)
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Monte Azul/MG
Representação legal: não há

018.951/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Responsáveis: Movimento Ecumênico de Consciência Negra Palmares; César Augusto do Nascimento Moura, Gilberto Silva da Silveira e Nelson Cândido Silva, ex-presidentes; Miriam de Moura Silva e Alexandre de Moura Silva, sucessores de Nelson Cândido Silva
Representação legal: Paula Loudal de Almeida Teixeira (OAB/PB 15.679)

021.070/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wellington Salgado Caldeira Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

021.124/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Élson Martins de Sena
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Representação legal: não há

021.645/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Eliane Leite Pinto Muniz; Nair Nery dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

022.378/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nilberto Nilson de Matos Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

022.400/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Cunha Silva; Roberto Souza da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Casa da Moeda do Brasil
Representação legal: não há

022.677/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ana Lúcia Nascimento Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

022.702/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Carlos Triques
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

024.401/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abelardo Vieira Mota; Adalberto Paes Miranda Filho; Adriana Esmeraldo de Oliveira; Ana Paula Martins Tavares dos Santos; Anália Lima Cavalcanti; Anderlon Rocha de Oliveira; Andre Duarte Ramos; Antonio Carlos Ferreira Gomes; Araceli Nascimento Teixeira; Arlindo da Silva Nunes; Awdrey Vieira Vilela; Bianca Ângelo Andrade; Breno Marques do Lago; Bruno Campos Rodrigues; Carlos Henrique dos Santos Pereira; Clodoaldo Brasilino Leite Neto; Cyro Cesar Machado Frugulhetti; Daniel Ayres de Melo; Daniel Martins Barreto; Danillo Cesar e Silva Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev
Representação legal: não há

024.406/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Saulo Tomiyoshi Medeiros; Sharlene Alissa da Silva Costa; Silvana Correa da Silva; Tatiana Cavalcanti Fernandes; Thiago Barreto Candido; Thiago Vinicius Gomes da Silva; Vinicius Sena de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev
Representação legal: não há

024.766/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Elton Moreira Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

024.772/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ítalo Orlando Ciarlini; Ivan Lemos; Ivan de Abreu; Izaias Silva do Nascimento; Jacira da Motta Menezes Pereira; Jady Vieira Moreira; Jair Loureiro Santiago; Jair Trindade Pinto; Jair da Silva; Jayme Baptista Ferreira; João Batista da Silva; João Martins Rodrigues; João Martins Rodrigues; João da Silva Melo; João Freitas; João Henrique Valente de Mendonça; João Justino Pereira; João Lucio Freitas; João Lucio de Freitas; João Luiz do Valle Cavalcanti
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

024.778/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mauro Corrêa; Mauro Rotberg; Mauro Vieira de Resende; Miriam Rose Kirjner; Moacyr Dias Moreira; Moacyr Reis Meyer; Moises Ferreira; Murillo Joaquim Alves; Nadyr Almeida Vizeu Filha; Nair Fonseca Braga; Nathanael Barbosa de Macedo e Silva; Neida Monteiro de Miranda Santos; Nelson Dias; Nelson Dias da Mota; Nestor do Amaral Nunes; Newton Vieira; Ney Câmara de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

001.905/2013-9

Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paulistas/MG
Responsáveis: Geraldo Ribeiro de Morais; GV Brasil Produções Ltda.; WM Shows Ltda. e Zaid Records Produtos Fonográficos Ltda.
Representação legal: Tiago Salvador Azevedo (OAB/MG 140.981), representando Geraldo Ribeiro de Morais

021.048/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rosangela Aclina das Virgens
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

021.114/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Frederico Hubener Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações
Representação legal: não há

021.133/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Ramos Cunha e Valderi Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

022.349/2006-3
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da União no Estado do Piauí
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
Representação legal: não há

024.542/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Kely Cristina Bezerra da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital das Forças Armadas
Representação legal: não há

024.545/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Uibson de Araujo Lima da Silva; Vanucia de Oliveira Santos Caires; Virginia Santana Correa Oliveira; Wender Rodrigues de Freitas e Wolmar Carregozi Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.a
Representação legal: não há

024.710/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Baptista Pardal
Órgão/Entidade/Unidade: Observatório Nacional
Representação legal: não há

024.740/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adolfo dos Santos Gambôa; Afonso Rodrigues Marques; Alcides Vieira Ibiapina; Aldyr Mauricio; Andre Carlos Cabalo; Anna Maria do Amaral Pinto; Antonio Carlos Finetti; Antonio Pedro da Silva; Artur Herbert Pflueger; Bento do Espirito Santo Nadaes; Carlos Alberto Lourenço Virgilio; Carlos Alfredo Guimaraes da Vinha; Carlos Eduardo Velloso dos Santos; Cemilda Milkievicz; Charles Dickens do Carmo Lacerda Mouco; Cicero Freires de Santana; David Cardoso; Djalma Ferreira; Djalma Ferreira e Eduardo Augusto Russi Berti
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

006.374/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Mauricio de Andrade da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

007.140/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Eliana Dalva Santos de Melo; Maria Coelho de Melo; Nilce Maria do Vale Scholtz; Rosalia Perrone Machado; Valdecir Rosa de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

008.174/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Labinbraz Comercial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio de Campo Grande - GAP/MS - MD/CA
Representação legal: Gustavo Felizardo Silva, OAB/SP 408.635; e outros, representando Labinbraz Comercial Ltda

011.749/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Gabriella Marques de Jesus Felix; Jacintha Alquezar de Oliveira; Marceli Muniz da Silva; Maria de Fatima Sousa Araujo; Raquel Soares Cardoso dos Santos; Silvania Caetano de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

012.283/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Danielle Mansur Gonçalves; Ephygênia Pinheiro da Silva; Francisca Rodrigues Salazar; Marilena de Freitas; Osvaldina de Barros Pimentel; Sarah Carolina Pimentel Aygun; Silvana de Freitas Ferreira; Silvia Inacio de Oliveira Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

012.661/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alcina de Souza Pavao; Celia Regina Toledo Pereira Barroso; Cleuza do Canto Santos; Luzia Silva de Mendonca; Rosa Maria Pereira Figueiredo; Silvania Fernanda da Silva; Sueli da Silva Peres; Vera Lucia Pereira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

012.769/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Clea Fraga Esteves Maciel; Daura Gomes da Silva; Junira Conceicao Cesar Leal Nazer; Lucia Maria Rosa de Souza; Maria Claudia Candida do Nascimento Torneri; Sonia Francisco do Nascimento Gameleira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

012.777/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Maria da Silva Coutinho; Clea Reis dos Santos; Denise Quirino da Silva Lino; Lecy Tardem Cucco; Marcelle Motta Ferreira dos Santos; Margarida Maria Catta Preta de Faria; Maria Elvira Catta Preta de Faria; Maria das Neves Catta Preta de Faria; Maria de Fatima Paiva Almeida de Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

012.786/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Angela Ramos de Castro; Marcia Maria Machado Franco; Maria Jose da Hora Barata; Mariza Abdel Wahed; Marta Ribeiro Pagani; Sueli Moreira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

012.788/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Anelia dos Santos Martins de Macedo; Anilda dos Santos; Daiane Cristina de Lima Souza; Dorian Aparecida Rodrigues Gaia; Edelma Gaspar de Oliveira; Gescira Gaspar de Oliveira; Guilherme Tenorio Ferreira de Souza; Lindalva Marques Bastos; Maria Lucia Gaspar de Oliveira Boso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

015.633/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Iris Lobo Barreto; Lyris da Silva Lobo; Maria Rejane Salomao; Mariza Lopes Bauer; Norma Maria Hubner Borges; Renata Guedes Paines de Almeida; Rosa Maria Lopes Pillar; Rosaura Lopes Bueno; Tirza Isabel Tedesco
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

015.738/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Doris Ferreira Maciel; Francisca Jackeline Ramos Amorim; Maria Aparecida Silva de Souza; Maria Ines Bacelar Lins de Albuquerque; Maria da Conceicao Silva de Souza; Rita de Kassia de Sousa Amorim; Sara Silva de Souza Ribeiro; Wanusia Silva de Souza; Zuleide Albuquerque de Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

015.828/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Atlântico Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio do Distrito Federal - MD/CA
Representação legal:

018.076/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Município de Arcoverde/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Arcoverde/PE
Representação legal: não há

018.200/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Carlos Augusto Almeida Rocha; Denise Campello Taraciuk; Gracina Silva dos Reis; Lusia Pinheiro Santos; Maria Cristina Silva Adam; Maria Madalena Pinheiro Sarmento; Marluci Ivana Silva Adam; Raimunda Lina Melo Damasceno Sarmento; Sandra Denise Adam Momm; Solange Campello Taraciuk
Órgão/Entidade/Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.209/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Berenisse dos Santos Ramos; Delcina Cardoso Marcelino; Eliana da Costa Dutra; Elisabet Cardoso Cabral; Helly Jorge Salgado; Judimar da Costa Dutra; Mara da Costa Dutra; Mathylde Santos da Silva; Rejane de Almeida Farias; Tania Fusco Batista; Élia Santos Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.210/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alessandra Caldas Lima; Carla Wanderley Melo da Cruz; Edna Seabra Braga; Florinda dos Reis Rodrigues; Maria Berenice de Almeida Campos; Neide Lima de Macedo; Rodrigo Nascimento Lima; Savanna Souza Silva; Wanda Cardoso Vinhas
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.211/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Aleyda Cortez de Souza; Antonia Ivani do Nascimento Valença; Elizabeth de Caldas Gomes; Maria Luíza de Souza Rezende; Maria de Fatima Pessoa Francelino; Mirtz Souza Monteiro; Samyra Vieira Freitas; Tereza Cristina de Souza Laranjeiras; Valeska Vieira Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.212/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Célia Goes Dias; Gildarth Goes Pinto; Hedinaba Goes Dias; Junaba Dias Gonçalves; Maria Nazareth Santos da Cruz; Maria Teresa Ferraz Costa; Mirian Cardoso de Oliveira; Monica Souza Cardoso Alaor; Rita de Cassia Andrade de Lima Dias; Rita de Cassia Pinheiro dos Santos; Rosangela Andrade de Lima Pereira; Rosania Pinheiro Portugal; Sandra dos Santos Marinho; Sonia Maria Ferraz Gomes; Vera Lucia de Andrade Ferraz
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.659/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/PI
Representação legal: não há

020.489/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsander Felipe da Silva; Bruno Batista Bohenkem; Eduardo Felipe da Silva; Etni Ariel Kaneske de Souza; Lucas Jonson Neves dos Santos; Marcos Junior Souza de Arruda; Marcos Torres Anchieta; Ramon Henrique de Lisboa Rugenski; Wellington Felipe Oliveira Ochinski; Wellington Oliveira Antunes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.494/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dalton Soares Ramos; Francisco Maciel dos Santos; Jonatas Bevenuto de Araujo; Lucas Bruno da Costa Mafra; Lucas Matheus Silva Nunes; Richard Matheus Lucas Cavalcanti; Rodrigo da Silva Nascimento; Wesllen Phelipe Barbosa Trindade
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.499/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucas Martins Eugenio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.558/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabricio Alaf Alves da Rocha de Souza; Gabriel Hasmann de Toledo; Guilherme dos Santos Barros; Lincoln dos Santos Silva; Lucas da Rocha Silva; Lucas de Souza Nastarino; Lucimar de Oliveira Silva Junior; Luiz Gustavo Francisco Monteiro; Nyck Allan Carvalho Faria; Rafael Luis Mota de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.562/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allison Joao Costa Marques; Izaias Avelino Bezerra; Joao Alysson de Lima Cavalcante; Kayron Matheus Trindade Santiago; Kericlis Galdino da Silva; Matias Soares da Silva; Rafael Marcos dos Santos; Vinicius Cruz Lira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.568/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abner Correa de Alcantara; Aziz Pereira de Andrade Junior; Eliezer Carvalho; Esdras Silveira Alexandre; Gesse Soares da Luz; Gustavo Santana Dias de Oliveira; Leonardo Alves da Cunha; Maxsuell Wendell Gadelha de Melo Silva; Pedro Lopes Coimbra; Thiago Sousa Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

020.574/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Augusto Cezar Silva Souza Junior; Francisco Cleiciano de Brito Oliveira; Geraldo da Costa Prado; Jonathan Souza Candido; Kaio de Souza; Luis Felipe Figueiredo Alves; Patrick Raimundo de Souza; Romerio da Silva Oliveira; Thiago Tomaz da Silva; Vinicius da Silva Bogado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.578/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alesson Souza da Silva; Filipe dos Santos Oliveira Ramos; Gabriel Moreira Lopes; Gabriel Pedro Bezerra dos Santos; Gustavo Santos da Cruz; Jose Edmilton Jesus dos Santos; Marcos Vinicios Barbosa do Prado; Matheus de Araujo Vieira; Ueslei Henrique dos Santos; Wallace dos Santos Godoy
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.584/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Erizangela de Abreu Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.589/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucas Ledesma Bianchin
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.612/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel dos Santos Dutra; Luis Henrique Godoi da Silva; Ramon Carlos Lima Reis; Rogerio Augusto Bertonazzi Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.619/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano de Souza Guimaraes; Edson Elias Vital Ferreira; Felipe Neves Ribeiro; Filipe dos Santos de Oliveira; Halisson Sales Bezerra Silva; Helton Carvalho Garcia; Heron Vitor Bruno de Lima; Mailson Lima Neves; Matheus Carlos Pereira de Souza; Patrick Lima Lassance
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.628/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Luiz Machado de Souza; Carlos Eduardo Duhou Oliveira; Daniel Denis Goncalves Junior; Diogo da Silva Moreira; Douglas Roberto Fructuozo Gerolimick; Guillermo Lima Onate; Lucas Assis de Faria; Nicholas Laranjeira Nicolau; Rodrigo Mendes da Rosa de Andrade; Victor Cardoso Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.632/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Freire de Souza; Denes Costa da Conceição; Edson Gabriel Cabral Cardoso; Jefferson Carola da Silva; Jerry Silva Alves; Jorge Bispo dos Anjos Filho; Kae Dutra Goncalves; Leonardo dos Santos Ferreira; Marconi Cezar Farias dos Santos; Matheus Araujo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.635/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Quintino Maximo; Harisson Paulo Ferreira da Silva; Luan Morenno Araujo de Oliveira; Luhan de Jesus Martins; Marlon Rogerio Almeida Guimarães; Matheus de Oliveira Machado; Pedro Vitor Justino Rooke; Ramon Abne Goncalves Moretti da Silva; Victor Lima Melo; Vinicius Marques dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.642/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz Costa Goulart; Arsenio Guilherme das Neves Santos; Daniel Costa Reis da Silva; Guilherme Diogo Barreto; Ismael Prenholato Araujo; Jadson Dias de Araujo Junior; Luis Felipe Macedo da Silva; Luiz Eduardo de Paula Machado; Matheus de Lucena Alves Coutinho; Raphael Silva de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.645/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrei Fagundes Bispo de Alcantara; Clarindo Clecio Alves Guedes; Cleyton Ferreira do Nascimento; Felipe Barbosa Cavalcante; Flavio Ricardo Oliveira Lopes Junior; Joao Henrique de Arruda; Juan Lucas Pahl Moreira; Vitor Vinicius Santos Gonsalves; Walace Lima de Carvalho; William Almeida de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.651/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Henker Franco Brum; Jefferson Claudio de Berto Ramos; Joao Marcos Fernandes Alcantara; Leonardo Silva dos Santos; Luiz Eduardo Leitao dos Santos; Matheus de Jesus Paraguassu de Sa; Reinan Merces Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.657/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Manoel Augusto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.675/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Octavio de Souza Reno; Mateus Candiani
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.679/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alison Felipe Florencio Lemos; David da Cruz Barbosa; Diogo dos Reis Fernandes; Felipe Simoes da Rocha; Italo Dedimar Santos da Silva; Joao Paulo Cesar Theodoro; Lucas dos Santos Galvão; Marlon Graciano Ferreira Fernandes; Richard Felipe Benedito da Silva; Vinicius Lessa Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.698/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandro da Costa Silva; Fabiano Silva Agapito; Felipe da Paixão Ribeiro; Henrique Luiz da Silva Ummenn; Hugo Lord Lima Galrao; Kassiano Bomfim Bressane Jorge; Lucas Henrique Barbosa da Silva Vaz; Rennan Regis Gomes da Paz; Thiago Alves de Almeida; Wemesson dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.701/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrey Jorge Lemos; Bruno Henriques Araujo; Caique Andrade Azevedo; Elison Renan Ferreira da Silva; Fabricio Antunes Moura; Lucas da Silva Sales Pontes; Luiz Felipe Silva Feitosa; Matheus Augusto Ferreira de Araujo; Matheus Franklin Cruz Ramos; Rafael de Oliveira Matias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.704/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Santana da Silva; Bruno Gerson Rocha Simplicio; Dener Viana Matos; Felipe Morais Soares; Gabriel Alegre de Lima; Igor Canedo de Oliveira Batista; Leonardo de Freitas Cortes; Philippe Gomes Ferreira; Renan de Barros Oliva; William Matheus Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.712/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Davi dos Santos Souza Menezes; Gustavo Silva Lopes; Joilson Sales de Jesus Junior; Luiz Claudio Fernandes Gonzaga Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.715/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Falcão Veiga; Daniel de Paula dos Santos; Isis Silva de Oliveira; Marco Felipe de Paula Alencar da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.717/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson de Oliveira da Silva; Diogo Aloysio Sampaio da Cruz; Jeremias Jose Rodrigues Rocha; Josimar Canejo Costa; Yuri Nobrega Teixeira Arrais
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.720/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jonathan Luiz de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.722/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isaac Costa Andrade; Marcelo Cardoso dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.725/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Caroline Ricarte Reys Ortiz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.726/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Graziella Vidal Lima Austin
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.739/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Devair Conceição da Silva; Elias Tome dos Santos; Juan Felipe Ferreira Pereira da Silva; Juan Rodrigues da Silva; Ruan Rocha Coelho; Vagner Dias dos Santos; Vinicius Fernandes do Rosario; Vitor Rafael da Silva; Wadson Gomes Freire; Wildnner Valdevino Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.745/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Alexsandro Rodrigues Lopes; George Vinicius de Oliveira Nascimento Gomes; Joao Paulo Avelino de Souza; Juan Rodrigues Gomes de Souza; Lucas Franco Malheiros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.750/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Duarte Figueira; Emerson Palmeira da Cruz; Humberto dos Santos Reis; Joao Henrique Silveira Alves de Oliveira; Pablo Garcia Schuabb; Paulo Caixeta de Oliveira; Raphael Lages Carvalho; Thiago Padilha da Silva; Ubirajara Mauricio Barsotti de Lima; Wily Chau
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.755/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Jose Galvão de Moura Mendes; Elismar Lucas Souza dos Santos; Matheus de Santana Lyra
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.797/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arlindo Rosa de Melo Junior; Claudio Benaia Pereira da Penha Sant Ana; Edionito do Carmo Mendes Dias; Felipe Augusto Aparecido de Assis; Filipe Junior Santos de Paula; Gustavo Santos Araujo; Junior da Silva Araujo; Luiz Cesar Costa dos Santos; Pablo Alexsander Mozer da Silva; Wallace Roberto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.799/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Estevao Paz Wany Sangk; Vitor Felipe Toledo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.800/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Ferreira do Carmo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.804/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Keyla de Assis Waltz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.805/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabricio Jacques Almeida; Fernando Kude de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.808/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Rodrigues Guimaraes; Daniel Goncalves de Souza; Joana Baptista Ribeiro Majerowicz; Joao Marcelo Leao Alves Santos; Leandra Ferreira do Nascimento Rodrigues; Robson Santos Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

020.816/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Marques Ferreira; Gilmar Batista da Silva; Gilvanio Lins Fidelis da Silva; Givaldo Virginio da Silva; Haldley Borlinques Pego; Jonas Quirino da Silva; Matheus Barbosa Pena; Natanael Andre Bezerra de Oliveira; Pedro Martins Moraes; Ronaldo Pedro Rodrigues Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.825/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcy Marber Bergamini Konopczyk; Aline Leone Muguet Pinto; Aline Tacacima; Caio Fernandes de Melo Lima; Claudio Siqueira Santos; Fabiano Etevaldo Cardoso da Silva; Giovanni Stefano Sanches Sarzano; Gregorio Soares de Souza; Leonardo de Souza Lima; Robson Luis Silva Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.839/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Colares da Silva; Daniel Luiz Barreto; Junio Cesar Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.841/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Fortunato da Rosa; Douglas Santos Fernandes; Fabricio Santos de Assis; Humberto Ribeiro dos Reis Oliveira; Joao Henrique Soares de Miranda; Jonathan Carrieri Silva Barros; Juan Felipe Cardoso Rodrigues; Leonardo Martins Antunes; Luis Matheus Bernardes Ferreira; Ygor Santos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.843/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Afonso Rafael Lima Thury; Ana Carolina Dantas Santos; Elisa Rodrigues Fonseca; Hernani da Costa Colucci; Laila Pinheiro Abi Abib; Leticia Santos Borges Fialho; Livia de Bustamante Azevedo; Mariana Rietmann da Cunha Madeira; Pedro Augusto Carvalho Matos; Pedro Luz Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.848/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Catarina Furtado de Mendonca Tokatjian
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.849/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Altair de Souza Ferreira; Eliano Fernandes Ribeiro; Gilberto Carlos Silva; Joao Jose de Toledo; Jose Brito da Silva; Jose Claudio de Sales; Luiz Antonio Ribeiro; William Melo do Nascimento Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.851/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alef Amorim Zanitti; Emerson de Souza Andrade Junior; Luan Pouzada Barroso; Natan Dias Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.853/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Davidy de Avila João; Jhony Taylon dos Santos Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.856/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Bueno Ribeiro de Goes; Maicon Renan Kirsch Muller
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.858/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Borba Acunha; Henrique Bueno Schmidt; Ivan Domingues Marengo; Jose Roberto Carvalho Junior; Larsson Obens Melo; Mateus Gomes Mattos; Vinicius Fernandes da Silva; Willian Ferraz de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.862/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Gomes; Camila Bastos Figueiredo Antunes; Daniel Piragibe Murai; Ednaldo Queiroga Filho; Fernanda Fernandes Muniz Correa; Marcella de Carvalho Oliveira Magalhaes; Marcos Vinicius Fernandes Machado; Marinauria Leal Pinto; Natalia Branco Coelho Tondin; Patricia de Albuquerque dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.866/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Miguel Fernando Susin; Rafael Orlandin Bodnar; Renan Sum Dutra Martins; Theodoro Martins Santos; Victor Hugo Alves de Araujo Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.867/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edson Felipe Almeida dos Santos; Felipe da Silva Corvalao; Jesse de Oliveira Tavares; Julio Valder Brendler Ferreira; Leandro da Silva Vogt; Leonardo Pereira da Silva; Marcos Oracelio dos Santos Ribeiro; Ronaldo de Almeida Rodrigues; Vitor Driel Chaves Pereira; Weslei Maria Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.873/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Hercilio Ladeira Arcebispo; Carlos Alberto Rezende; Gabriel Vitor Costa; Gustavo Jose da Silva Pereira; Lucas Augusto da Silva; Luiz Gabriel Rissi Neto Alves; Pablo Gualtier Almeida Paiva; Rafael da Silva Rocha; Reinaldo Galdino da Silva; Wesley Jose da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.875/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Evangelista Barbosa; Djalma Bruno Campos da Silva; Eduardo Cesar da Silva Marques; Eli Carlos de Almeida; Glauber Mendes Mauricio; Joao Batista Nogueira Goncalves; Joao Vitor da Silva Santos; Lucas Cimino de Abreu; Ruan Galharde Moreira Silva; Victor Adão da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.878/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel dos Santos Oliveira; Eduardo Henrique Violette Silva; Elias Pereira; Felipe da Costa Agata; Fellipe Henrique Alves Chagas; Gabriel Armando Loschi; Lucas Eduardo Goulart; Marcos Virlene Pereira Garcia; Paulo Henrique da Silva; Thalys Mateus Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.886/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nilson Coelho da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.895/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Douglas Nunes Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.901/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Armando Simoes Bento Filho; Edir Sampaio de Goes; Evandro Luiz Alvaristo; Fabiana Butti Abichabki; Fabiano Boacina de Freitas; Guilherme Benini Gastardeli; Marcelo do Nascimento Costa; Marco Aurelio Arias de Mattos; Ricardo Flor Amaral; Silvia Lucas Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.913/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luis Oliveira dos Santos; Felipe de Jesus Araujo da Silva; Romario Teixeira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.922/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abednego D. Martinho Pedreira; Alison Leandro Santos de Assis; Flavio da Conceição de Barros; Gustavo Marques Ferreira; Jeferson Lima Medeiros; Jefone Rocha dos Santos; Levi Cesar de Macedo Souza; Lucas da Silva Grigolo; Pedro Henrique Ferreira; Sanlli Luilson Faller dos Santos Canal
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.924/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Christiane de Oliveira Bensusan; Cristiane Rockenbach; Fernanda Medeiros da Silva Martins; Mariano Craveiro de Oliveira; Paula Louzada e Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.941/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe da Silva Rodrigues; Joao Victor Araujo Figueiredo; Matheus da Silva Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

021.012/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcell dos Santos Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

021.013/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel de Souza Iglesias; Mailon Figueiredo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

021.020/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Pedro Gomes da Silva; Marcos Aurelio Fragoso de Figueiredo Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

021.024/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alins Pinheiro Fernandes; Carolina Paz Trindade; Fellipe Romão Sousa Correia; Gabriel Sant Anna de Sa; Graziella Elisa de Almeida Pereira; Jenisson Lazaro Santos de Jesus; Jonatas Andrade dos Santos; Mirela Sangoi Barreto; Pedro da Luz de Carvalho Goncalves; William Onofre da Silva Vicentino Jose
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

021.030/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicius Amim Castanheira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

021.031/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lessandra Aparecida Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

021.325/2016-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Novo Santo Antônio/PI
Representação legal: não há

021.325/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alzenir Moreira Pinto; Ana Maria Moreira Pinto; Ana Zanolla Ribeiro da Silva; Denise Azevedo dos Santos; Geni dos Santos de Araujo; Maria Celia Moreira Pinto; Maria Eldamar Marques Sampaio; Maria Tereza Dias Rego Barros; Regina Maria Moreira Pinto; Zelia Pinto Augusto
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.329/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Lucia Medeiros Debelian; Anna Albertina de Queiroz; Jurema Gadioli dos Santos Coelho; Maria do Carmo Santos Almeida; Marli Torres Delia; Rosilene da Costa Coelho Amado Manão
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.334/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ivanisa Marques Hagen; Jussara Viegas Mesquita; Lorenza Carriao de Freitas; Lucilia Gislena do Nascimento Batista; Magda Regina de Paiva; Rosangela Anahi Saldanha de Freitas; Ruth Lopes Marques; Sonia Maria Denardin de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.340/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Elizabeth da Costa Lopes; Maria Eliza Costa de Carvalho; Maria Imaculada Fontes Ferreira; Maria de Lourdes Esperança Maciel; Miriam Salete de Carvalho Santos; Silmara Ilza da Conceicao Rocha Alkmin
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

021.345/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cléa Araujo das Graças; Maria de Lourdes Pinto de Oliveira; Marta Aparecida Dela Sávia Ferreira; Myrian Chrispim de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.349/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Jurema Flores Kaercher; Marly Navajas Moreira; Rosângela Guanaes Gomes Torres; Sandra Lúcia Silva Gomes; Tânia Lúcia Guanaes Gomes Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Sexta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.354/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alaiza Martins Ferreira; Ana Maria Pereira Fernandes; Aurea Pereira Daniel; Carmelita de Araújo Pereira; Salete Maria Moura de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.357/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Maria das Graças de Sousa; Iolanda Alves Pereira; Lizete da Silva Arruda; Maria Lygia da Silva Barros; Maria Lúcia Antunes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.366/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cindia Glayce Pinto da Silveira Cruz; Cintia Rubian Pinto da Silveira Neves; Claudia Reis de Souza; Edna Silva Fernandes; Fernanda Sachse; Gilda da Rosa Barbosa; Helena Reis de Souza; Heloísa Farias Modesto de Almeida; Irene Modesto de Almeida Rogers; Leda de Abreu e Lima da Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

021.371/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Antonieta de Lima Silva; Emenise Cassiano dos Santos; Gabriella Dutra Codevilla; Heloísa Silva de S. Bezerra; Ignes Aparecida Nogueira Pereira; Maria Maud Santos Codevilla; Maria das G Mendes da Fonseca; Sandra Xavier Graça; Sueli Xavier Graça
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA
Representação legal: não há

021.377/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Adair de Oliveira Reis; Astrea Teixeira de Oliveira; Lenilda Soares de Assis; Marlene da Silveira Brilhante; Rosângela Pereira dos Santos Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA
Representação legal: não há

021.384/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Angela R. D'oliveira Gomez; Dilza Monteiro Nobre; Eneida Pereira de Araujo; Maria Dalvani de Oliveira Dutra; Maria Diniz de Oliveira; Sandra Pasqual
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA
Representação legal: não há

021.533/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Fernandes Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.834/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ana Maria Gomes; Janete Barbosa de Lima; Sandra Regina Barreto Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

021.998/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adair Jose Fardin; Bernadete Duarte da Penha; Jorge Felix Caetano; Martial Ramos da Luz
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE
Representação legal: não há

022.214/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edmar Edes da Costa; Edmar Edes da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

022.643/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria de Jesus Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

022.644/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Casemiro Ferreira; Ercilia Vitalina Goulart Correia; Eva de Figueiredo Fernandes; Iolanda Ferreira Queixada; Iracy Laura da Silva; Julieta Gomes Antunes; Leocadia Fernandes Lopes; Maria Laura Andrade Ramos de Araujo; Maria Lucia Branco Sette; Maria do Rosario Carbonaro Arthur; Rosa Ferreira; Rosane Maria Sampaio de Almeida; Yonne Farias da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

022.645/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria Helena Ruffoni Ortiga
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

022.653/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Acir Barbosa de Araujo; Alda Xavier Torraca; Durval Gomes de Souza; Neuza Fernandes de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

022.656/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Edméa Joana Afonso Messias; Edna Marques Xavier; Geraldina Oliveira dos Santos; Marly Marinho da Silva; Rosa Francisco Alves; Tereza Varanis Vera; Terezinha dos Santos Barreto Filha; Thereza Gomes Aguilera de Albuquerque; Zulmira Sebastiana de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

022.657/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Beatriz Henriques de Castro; Catarina Vivan Breda; Dalila Albini Carneiro; Diva Dias Machado; Francisco Carlos de Souza; Juracy Bittencourt Neves; Lazara Alves Aragão; Lea da Paixao Silva; Maria Dalva Stanoski Cogo; Maria Dilva Dantas de Souza; Maria Luiza Carvalho Salvado; Maria Nair Matos da Silva; Maria Nazareth Santos Barreto; Maria de Jesus Reis Victor; Maura Cardoso Goulart; Regina Cogo; Vera Lucia de Oliveira Nicolini
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA
Representação legal: não há

022.658/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Enderson Jeronimo Wasculewski de Souza; Enderson Jeronimo Wasculewski de Souza; Francisco Liberato do Nascimento; José Delfino de Lima; José Delfino de Lima; José Guilherme de Santana; José Guilherme de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - MD/CM
Representação legal: não há

022.659/2018-8
Natureza: Reforma
Interessado: Geraldo Antônio Romão
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE
Representação legal: não há

022.660/2018-6
Natureza: Reforma
Interessado: Jose Antonio Sales dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

023.005/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Construtora Raio Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - AMRJ - MD/CM
Representação legal: Robison de Oliveira Mello, representando Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; Marcelo Cavalheiro, representando Construtora Raio Ltda. - EPP

023.146/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Brasconnect Telecomunicações e Informática Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Integrado de Telemática do Exército - CITEX
Representação legal: não há

023.172/2018-5
Natureza: Representação
Representante: J&M Comércio e Serviços de Telecomunicações e Informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando de Operações Terrestres do Exército - COTER - MD/CE
Representação legal: não há

023.604/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Point do Militar Cantinas e Alfaiatarias Eireli - ME
Órgão/Entidade/Unidade: 2º Regimento de Cavalaria de Guarda - 2º RCG - MD/CE
Representação legal: Alexandre Gomes de Gusmão (OAB/RJ 199.090) e outros, representando Point do Militar Cantinas e Alfaiatarias Eireli

027.606/2007-3
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Joaquina Lopes Alves; Vera Regina Sampaio Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF
Representação legal: não há

028.132/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Município de Timbaúba/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Timbaúba/PE
Representação legal: não há

028.136/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Eduardo Passos Coutinho Correa de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Água Preta/PE
Representação legal: Ody de Melo Mendes (OAB/PE 17295) e outros, representando Prefeitura Municipal de Água Preta/PE

035.316/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx - MD/CE
Órgão/Entidade/Unidade: 4º Depósito de Suprimento - MD/CE
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

003.253/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Macaparana/PE
Responsáveis: JO Produções Eventos e Publicidade Ltda. e Maviael Francisco de Morais Cavalcanti Filho
Representação legal: não há

003.640/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Osvaldo Valério
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São João da Boa Vista/SP
Representação legal: não há

004.017/2016-1
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria Federal Especializada (Ibama/RO)
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Responsáveis: Roland Carlos Wiefels e Caio Waldemar Ferreira Marques
Representação legal: não há

006.100/2017-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Sergipe
Responsável: Jorge Araújo
Representação legal: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (OAB/PE 14.265), representando Albano do Prado Pimentel Franco

009.341/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcides Ricardo Sperandio; Antônio Rosimar Guimarães Aguiar; Floracy Rosa da Silva; Geraldo Paes de Barros; Gerseni Maria de Carvalho Gondim; Ivanilda Coimbra Moreira; Mara Regina Pereira Naves; Marco Tulio Campos Tahan; Mariselma Ferreira do Nascimento e Sônia Maria da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Goiânia/GO
Representação legal: não há

009.495/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Galdino da Silva Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Distrito Federal/DF
Representação legal: não há

009.501/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Alcebíades Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Teresina/PI
Representação legal: não há

009.508/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Simiria Marques Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em João Pessoa/PB
Representação legal: não há

009.513/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel José dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro Centro/RJ
Representação legal: não há

012.775/2012-6
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Leticia Lima Asfor; Letícia Lima Asfor; Maria Adelaide Varella de Mattos Brito; Maria Adelaide Varella de Mattos Brito; Stella Maris da Silva Bandeira; Terezinha Pimentel Villar de Queiroz e Terezinha Pimentel Villar de Queiroz

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
Representação legal: não há

016.565/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Eduarda de Abreu Ribeiro, Pablo Gaspar Ribeiro e Rosana dos Santos Moreira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Luís/MA
Representação legal: não há

021.694/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Leonor Bresaula Villa e Mario Resende da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Poços de Caldas /MG
Representação legal: não há

022.098/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rogério Faria Brígido e Sueli Rachel Barbosa Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro Norte/RJ
Representação legal: não há

022.370/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joao Alexandrino da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Natal/RN
Representação legal: não há

024.369/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano de Oliveira Basto; Afonso Jose Diger de Oliveira; Álvaro Mauricio Salomão Pereira; Bráulio Erison França dos Santos; Eliane Gama; Leila do Socorro da Silva Moraes; Maira Tiomy Sacata Tongu Nazima e Paulo Sergio Picanço e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Macapá/AP
Representação legal: não há

024.550/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Vanessa Lucena Wolff
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Representação legal: não há

024.726/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco de Assis Brito Santos
Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional (FBN/MinC)
Representação legal: não há

024.730/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Walter da Silva Figueiredo
Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Macapá - AP
Representação legal: não há

024.749/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Elton Rodrigues
Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Curitiba - PR
Representação legal: não há

024.796/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivalice Cardoso de Gouveia; Ivan Carlos Frota; Jaguanhara Mignot de Carvalho; Jair Martins; Jair Martins; Jair Nunes do Amaral; Jair Soares da Silva; Jeannette da Silva Faria; Jeannette da Silva Faria; Jorge Joaquim da Costa; Jorge Joaquim da Costa; Jorge Pereira da Costa; Jorge Ubirajara da Silva; Jorge Wellington dos Santos Rebello; Jose Amâncio da Silva; Jose Luiz de Figueiredo Joaquim; Jose Rodrigues Filho; Jose da Quinta; José Ribeiro de Vasconcellos Sobrinho e João Baptista dos Reis Guida
Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Niterói - RJ
Representação legal: não há

024.799/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Otelina Vieira Miliosi; Ovídio Frutuoso Lourenço; Paulo Cesar Netto; Paulo César Franco Pessoa; Pedro Borges da Costa; Pedro Simas Filho; Percio Barbosa de Castro; Raquel Costa Dutra Nascimento; Rita de Cássia Dornellas Coelho; Roberto Nogueira; Roberto Nogueira; Roberto da Silva Coelho; Rose Mary Andrade Soares; Sergio Fernandes; Sueli da Costa Prado; Sueli da Costa Prado; Sueli da Costa Prado; Sulaiman Bedran; Sylvio de Jesus de Mattos e Teresinha Ricardo Soares
Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Niterói - RJ
Representação legal: não há

024.805/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Wilson Luiz Mendes e Zélia Santos do Nascimento
Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Duque de Caxias - RJ
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AUGUSTO NARDES

003.159/2017-5
Embargos de declaração interposto contra decisão em processo de monitoramento autuado com o objetivo de verificar o grau de cumprimento das medidas ensejadas por meio de acórdão, na forma de recomendação e determinação referentes à gestão das políticas de seleção e de remuneração de pessoal.
Embargantes: Departamento Regional do Senai no Estado do Rio de Janeiro e Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio de Janeiro
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Rio de Janeiro e Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: Luana Palmieri França Pagani (OAB/DF 23.569 e outros.

003.409/2017-1
Pedido de reexame interposto contra acórdão que aplicou multa ao recorrente em razão de irregularidades verificadas no âmbito da auditoria de conformidade que avaliou o cumprimento da legislação que disciplina o relacionamento das universidades federais com suas fundações de apoio.
Recorrente: Elmiro Santos Resende
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

007.235/2014-3
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio de convênio que teve como objeto incentivar o turismo por meio do apoio à realização do 'Projeto Brasília Capital Cultural'.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo (MTur)
Responsáveis: Samuel Mendes Barbosa; Comissão XXI de Desenvolvimento Sócio-Cultural; VM Produção e Comunicação Ltda. e Instituto Caminho das Artes
Representação legal: não há

010.608/2017-6
Atos de concessão de aposentadorias a ex-servidores vinculados ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.
Interessados: Abigail Cereja Ferreira da Luz; Alcir Rubens Monteiro; Ana Maria Vairo Peres Boratino; Ione Maria Domingues de Castro; e Jose Eduardo Gobbi Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

012.187/2013-5
Atos de concessão de aposentadoria a ex-servidoras da Gerência Executiva do INSS em Santos/SP.
Interessadas: Iara Baptista Serrazes; Rosemary Nunes Nascimento; Silvia Helena Grás Miró de Almeida; e Susan Eileen Veiga Going
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP
Representação legal: não há

025.028/2016-2
Tomada de contas especial, instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de parte dos recursos de convênio que teve por objeto a realização da 39ª Corrida de Reis em Brasília.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; João Luiz dos Santos Moreira; Paulo Cesar Boechat Lemos da Silva
Representação legal: não há

035.219/2015-7
Tomada de contas especial instaurada em razão do não cumprimento do objeto pactuado e da não comprovação da boa e da regular aplicação dos recursos repassados por intermédio de convênio cujo objeto era a realização de "Oficina de Elaboração de Projetos de Apoio à Inclusão Produtiva das Comunidades Quilombolas".
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Cultural Palmares
Responsáveis: Instituto de Apoio Técnico aos Países do Terceiro Mundo - Iattermund e Paulo Roberto da Silva
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

003.091/2015-5
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. Francivaldo Santos de Araújo, ex-prefeito do Município de Frei Martinho/PB (período 2009-2012), em face da insuficiência e da irregularidade da documentação probatória exigida para a prestação de contas dos recursos repassados por força do Convênio 706011/2009, firmado com a municipalidade para apoio ao projeto intitulado "João Pedro - Festas Juninas Fora de Época".
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Frei Martinho/PB, Ministério do Turismo
Responsáveis: Francivaldo Santos de Araújo; Márcio Costa - ME
Representação legal: não há

004.921/2016-0
Representação autuada por esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal com vistas a examinar possíveis irregularidade no pagamento de rubricas judiciais alusivas a planos econômicos a beneficiários vinculados ao Ministério da Fazenda.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.550/2016-6
Recurso de reconsideração interposto por Sergio Barreto de Miranda, ex-prefeito do município de Panelas/PE, contra o Acórdão 3.226/2017-2ª Câmara, que julgou irregulares as contas especiais, com condenação em débito e aplicação de multa, tendo em vista a omissão no dever de prestar contas.
Recorrente: Sérgio Barreto de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Panelas/PE
Representação legal: Ana Carolina Alves da Silva (OAB/PE 41.704), Felipe Augusto Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702), Walles Henrique de Oliveira Couto (OAB/PE 24.224) e outros

019.121/2016-4
Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor da Sra. Cristiane Kravetz (CPF: 029.967.819-96), ex-funcionária, em razão de realizar movimentações irregulares em contas de clientes e contabilizações fraudulentas em subcontas da Caixa Econômica Federal, na Agência Novo Mundo/PR.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Interessado: Ministério da Fazenda
Responsável: Cristiane Kravetz
Representação legal: não há

020.901/2012-7
Tomada de Contas Especial, ora em fase de análise quanto à ocorrência de possível erro material no Acórdão 10.333/2017-TCU-2ª Câmara, instaurada em razão da impugnação das despesas realizadas no âmbito do Contrato SERT/SINE 0573/1999, custeado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e firmado entre a empresa Rodycz & Witiuk S/C Ltda. e o Governo do Estado de São Paulo - este último intermediado pela Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho (SERT/SP) e pelo Sistema Nacional do Emprego naquele estado (Sine-SP) - tendo por objeto, ao custo de R$ 16.992,00, "a realização de curso de manutenção predial e pequenos reparos para 60 alunos na cidade de Barretos e São José do Rio Preto".
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT/SP), Sistema Nacional do Emprego no estado de São Paulo (Sine/SP) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Responsáveis: João Barizon Sobrinho, Luís Antônio Paulino, Nassim Gabriel Mehedff, Nerice do Prado Barizon, Pedro do Prado Barizon, Tiago do Prado Barizon, Verônica do Prado Barizon Affonso, Walter Barelli, Rodycz & Wittiuk Ltda. e Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo
Representação legal: Ronaldo de Almeida (OAB/SP 236.199), representando os Srs. Walter Barelli, Luís Antônio Paulino, Pedro do Prado Barizon, Tiago do Prado Barizon, Verônica do Prado Barizon Affonso e Nerice do Prado Barizon (procurações às peças 12, 13, 21, 22, 23 e 24, respectivamente); e Guilherme Calvo Cavalcante (OAB/PR 45.291), Jordão Violin (OAB/PR 57.615) e Cristovão Soares Cavalcante Neto (OAB/PR 44.134), representando o Sr. Elio Vitiuk e a empresa Rodycz & Wittiuk Ltda. (procurações às peças 40 e 43, respectivamente)

027.802/2014-0
Embargos de Declaração em processo de Tomada de Contas Especial, opostos pelo Sr. José Rinco Barbosa contra o Acórdão 8.295/2017-TCU-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte de Contas, ao apreciar Recurso de Reconsideração interposto pelo mesmo responsável em face do Acórdão 9.369/2015 desse mesmo Colegiado, decidiu negar provimento ao referido recurso, mantendo, por conseguinte, a irregularidade das contas julgadas nestes autos, a condenação em débito do embargante e sua apenação com multa, nos exatos termos daquela deliberação de 2015.
Embargante: José Rinco Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maripá de Minas/MG e Ministério do Turismo
Responsáveis: José Rinco Barbosa e Rogério Tavares Rodeio & Shows Ltda. - ME
Representação legal: Aprigio Perissé Vianna (OAB/RJ 200.551) e Sabrina de Paula Barbosa (OAB/MG 109.945), ambos representado José Rinco Barbosa (procuração autuada como peça 63)

035.981/2015-6
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Apolinário dos Anjos Neto, prefeito municipal de Salgado de São Félix/PB no período de 2005 a 2008, em razão da omissão no dever de prestar contas do Programa Dinheiro Direto na Escola - Ação: Projeto de Adequação de Prédios Escolares (PDDE/PAPE) e Programa Dinheiro Direto na Escola - Ação: Projeto de Melhoria da Escola (PDDE/PME), ambos no exercício de 2006.
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Salgado de São Félix/PB; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: Apolinário dos Anjos Neto
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

005.948/2015-0
recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 7.596/2017 - 2ª Câmara, proferido em sede de tomada de contas especial, em que o Tribunal julgou irregulares as contas dos responsáveis, condenou-lhes, solidariamente, ao pagamento de débito, e impôs multa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recorrentes: ONG Cata-Ventos Juventude e Cidadania e José Ahyrton da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: ONG Cata-Ventos Juventude e Cidadania
Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros

008.953/2015-5
Embargos de declaração opostos contra acórdão que não conheceu de embargos anteriores, em face de sua intempestividade.
Embargante: Jair Lira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL
Representação legal: Gustavo Henrique de Barros Callado Macêdo (OAB/AL 9.040) e outros

008.987/2016-5
Tomada de contas especial instaurada pela Funasa contra Manoel da Silva Oliveira, ex-prefeito de Atalaia/AL, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município para a construção de 231 módulos sanitários domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Atalaia/AL
Responsáveis: Manoel da Silva Oliveira e Clara Construções Ltda. - ME
Representação legal: Pedro Henrique Nicolau dos Santos (OAB/AL 13.586)

009.483/2018-7
Aposentadorias concedidas a servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.
Interessados: Adelson Silvestre Bezerra e Verônica Gonçalves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN
Representação legal: não há

011.815/2015-9
Recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 7.604/2017 - 2ª Câmara, que julgou irregulares as contas de Gildivan Lopes da Silva e o condenou ao pagamento de débito, em decorrência de irregularidades na aplicação de recursos do Convênio 723/1999, firmado entre o Ministério dos Esportes e a prefeitura municipal de São José de Caiana/PB para a construção de uma quadra poliesportiva.
Recorrente: Gildivan Lopes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São José de Caiana/PB
Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 15.975)

013.094/2016-5
Embargos de declaração opostos por ex-prefeito de Mata Grande/AL em face do Acórdão 2.937/2018 - 2ª Câmara que não conheceu embargos de declaração contra acórdão que apreciou tomada de contas especial em seu desfavor.
Embargante: Fernando José de Araújo Lou
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Mata Grande/AL
Representação legal: Marcos Vinicius do Nascimento Barros (OAB/AL 13.382); Fabiano de Amorim Jatobá (OAB/AL 5.675) e outros

014.833/2010-7
Aposentadorias concedidas a servidores do Instituto Nacional do Seguro Social em João Pessoa/PB.
Interessados: Geralda Soares da Fonseca Costa, Geraldo Teixeira da Costa, Maviael Milton da Rocha Macieira e Vinicius Dantas de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em João Pessoa/PB
Representação legal: Karinna Coeli Dantas de Oliveira Martins (OAB/RN 4.027) e Yuri Porfírio Castro de Albuquerque (OAB/PB 10.673)

020.625/2016-2
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pela inexecução parcial das despesas de convênio celebrado com o intuito de promover a manutenção de escolas públicas municipais e municipalizadas que atendam mais de vinte alunos no ensino fundamental.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Craíbas/AL
Responsável: Edielson Barbosa Lima
Representação legal: Wesley Souza de Andrade (OAB/AL 5.464)

Ministra ANA ARRAES

000.064/2017-3
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão da omissão na prestação de contas de termos de cooperação que tiveram como objeto a promoção de ações para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e prevenção do uso de álcool e de drogas de grupos sociais
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Associação Ipê Rosa/ Gays, Lésbicas, Simpatizantes e Travestis e Elandias Bezerra Sousa
Representação legal: não há

005.538/2016-5
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregularidades na aplicação dos recursos repassados por força de convênio firmado com o Ministério do Turismo para realização do projeto "65ª Exposição Agropecuária do Estado de Goiás".
Recorrentes: Luiz Humberto de Oliveira Guimarães e Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444) e outros representando a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura e Luiz Humberto de Oliveira Guimarães

006.721/2012-5
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração em face de acórdão que julgou contas especiais irregulares, com imputação de débito e multa.
Embargante: Carlo Busatto Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: município de Mangaratiba/RJ
Representação legal: Bruno Calfat (OAB/DF 36.459), Gláucia Alves Correia (OAB/DF 37.149) e outros representando Carlo Busatto Júnior; Ivo Marcelo Spínola da Rosa (OAB/MT 13.731) e outros representando a Santa Maria Comércio e Representação Ltda. e Luiz Antônio Trevisan Vedoin

015.714/2012-8
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração em face de acórdão que julgou contas especiais irregulares, com imputação de débito e multa.
Embargante: Victor Alberto Cohen Aronis
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Osnildo de Souza (OAB/SC 21.241) representando Victor Alberto Cohen Aronis; Sandra Bárbara Camilo Landi (OAB/SP 92.654) representando Guilherme Castro Malta e Christiane Castro Malta

016.863/2014-3
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Centro de Controle Interno da Marinha para apurar dano ao Erário decorrente de extravio de óleo combustível de navio.
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Controle Interno da Marinha
Responsáveis: Alexandre da Silva Moura, Antônio José Constâncio Thomaz, Davi Lazarino, Lazarini & Lazarini Transportes e Servicos Maritimos Ltda, Leonardo Henriques Guimaraes e Sonia Maria Lazarino
Representação legal: Jose Augusto Correia Neto Reginaldo Carvalho da Silva (OAB/RJ 55177), representando Leonardo Henriques Guimaraes

020.596/2016-2
Aposentadoria cujo ato inicial de concessão a ex-servidor da Universidade Federal da Bahia ora se analisa.
Interessado: Manoel de São Pedro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

001.420/2018-6
Concessão de pensão civil a beneficiárias de ex-servidores do Comando da Marinha.
Interessadas: Ana Regina Siqueira de Sousa; Emília Noronha dos Santos Amaral; Helena Cristina de Araújo Lima; Lenir Fátima Corrêa da Silva; Lucia Helena da Silva Moyses; Maria Raimunda Pereira dos Santos; Maria das Graças Rosa do Amaral; Raquel Ribeiro de Souza; Rosa Maria da Silva Nascimento; Ângela Rodrigues Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Pessoal Civil do Comando da Marinha
Representação legal: não há

004.123/2017-4
Tomada de Contas Especial deflagrada em face da impugnação total de despesas com recursos dos Programas Proteção Social Básica e Especial, no exercício de 2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Normandia/RR
Responsável: Orlando Oliveira Justino
Representação legal: não há

008.247/2018-8
Análise de cinco atos de concessão de pensão militar.
Interessadas: Eraci Autran Fernandes; Lourdes Simões Bacalhau; Miriam Guennes Tavares de Oliveira; Olivete Romulo de Vargas; Olizete Cristino Romulo; Oriete Christina Romulo; Teresa Elvira Maciel Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: 1ª Região Militar/Comando do Exército
Representação legal: não há

010.316/2018-3
Autos em que se analisam atos de concessão de pensão militar.
Interessados: Carmem Regina Souza Silveira; Irlanda Fagundes Dornelles; Sirlei Fraga Agne; Ignez Soares de Oliveira; Andreia Marques Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: 3ª Região Militar do Comando do Exército.
Representação legal: não há

017.816/2017-3
Concessão de aposentadoria a ex-Agente de Serviços de Engenharia da Marinha do Brasil.
Interessada: Paulo Samuel
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há

030.917/2015-8
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em nome do Sr. Régio de Aquino Leal, ex-Prefeito Municipal de Nova Santa Rita/PI, relativamente a irregularidades na execução do objeto referente ao Termo de Compromisso TC/PAC 611/2008, celebrado com a aludida municipalidade, que teve por objeto a implementação de sistemas de abastecimento de água.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Santa Rita/PI
Responsável: Régio de Aquino Leal
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

009.964/2015-0
Tomada de Contas Especial decorrente de conversão, nos termos do Acórdão 1868/2015-Segunda Câmara, do processo de Representação TC 010.768/2011-4, a este apensado, em desfavor do Sr. Lourivaldo da Cruz Teixeira, ex-prefeito de Pindaí - BA, da Prefeitura Municipal de Pindaí - BA e das empresas Cardoso & Lacerda Ltda. e Construtora Birajara Ltda., diante das irregularidades verificadas nos Pregões Presenciais 001/2009 e 006/2009 e com a Carta Convite 003/2009, conduzidos para a contratação da prestação de serviços de transporte escolar, de transporte para repartições municipais e de obras em três unidades escolares da rede municipal, custeados em parte com recursos federais.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pindaí/BA
Responsáveis: Cardoso & Lacerda Ltda.; Construtora Birajara Ltda. - Me; Lourivaldo da Cruz Teixeira e Município de Pindaí/BA
Representação legal: Frederico Matos de Oliveira (OAB/BA 20.450) e outros, representando Cardoso & Lacerda Ltda.; e Igor Andrade Costa (OAB/BA 20.920) e outros, representando Lourivaldo da Cruz Teixeira

014.129/2017-5
Auditoria realizada com o objetivo de verificar a conformidade dos gastos relativos ao setor de oncologia no estado de Sergipe, especificamente os destinados aos dois centros de saúde especializados, Hospital de Urgências de Sergipe Governador João Alves Filho (Huse) e Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia (FBHC), tendo como unidades fiscalizadas a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe (SES-SE) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Aracaju-SE.
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe e Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju/SE
Responsáveis: André Luís Moura Sotero; Antônio José Saraiva de Almeida; Carolina Santos Teixeira de Menezes; Dernival Souza Filho; Gilberto dos Santos e Luciano Paz Xavier
Representação legal: não há

030.004/2017-9
Representação formulada pela empresa Statuss Construtora e Serviços Ltda., com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, sobre possíveis irregularidades na Tomada de Preços 003/2017, promovida pela Prefeitura Municipal de Itapetinga - BA, que teve por objeto a contratação de empresa para a reforma de uma escola e a construção de muro de contenção em duas creches no aludido município, com recursos provenientes, em parte, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
Representante: Statuss Construtora e Serviços Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itapetinga/BA
Representação legal: não há

031.841/2014-7
Tomada de Contas Especial. Convênio Minc 702178/2008 - MBC - Movimento Brasileiro de Cordel.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
Responsáveis: Gonçalo Gonçalves Bezerra e Movimento Brasileiro de Cordel
Representação legal: não há

Em 9 de agosto de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 2ª Câmara

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ 26.994.574/0001-16

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de junho de 2018. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL

Período: Junho/2018 Valores em R$

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2018	2017		2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	**644.838.572,05**	**618.138.800,61**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**30.125,09**	**34.205,01**
Caixa e Equivalentes de Caixa	640.035.209,47	611.581.063,61	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26.479,00	27.829,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.803.362,58	6.557.737,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.646,09	6.376,01
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**15.939.251,25**	**15.939.251,25**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**660.747.698,21**	**634.043.846,85**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**15.939.251,25**	**15.939.251,25**	**Resultados Acumulados**	**660.747.698,21**	**634.043.846,85**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	15.939.251,25	15.939.251,25	Resultado do Exercício	26.703.851,36	56.651.587,01
			Resultados de Exercícios Anteriores	634.043.846,85	577.398.205,91
			(-) Ajustes de Exercícios Anteriores		-5.946,07
TOTAL DO ATIVO	**660.777.823,30**	**634.078.051,86**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO**	**660.777.823,30**	**634.078.051,86**

Período: Junho/2018 Valores em R$

DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI N.º 4.320/1964)					
ATIVO	**2018**	**2017**	**PASSIVO**	**2018**	**2017**
ATIVO FINANCEIRO	640.035.209,47	611.581.063,61	PASSIVO FINANCEIRO	9.293.743,34	810.528,98
ATIVO PERMANENTE	20.742.613,83	22.496.988,25	PASSIVO PERMANENTE	-	-
TOTAL DO ATIVO	**660.777.823,30**	**634.078.051,86**	**TOTAL DO PASSIVO**	**9.293.743,34**	**810.528,98**
			SALDO PATRIMONIAL	**651.484.079,96**	**633.267.522,88**

Período: Junho/2018 Valores em R$

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI N.º 4.320/1964)					
ATIVO			**PASSIVO**		
	2018	**2017**		**2018**	**2017**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**111.058.016,85**	**1.289.489,40**	**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**48.882,00**	**124.448.814,95**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	**111.058.016,85**	**1.289.489,40**	Execução dos Atos Potenciais Passivos	**48.882,00**	**124.448.814,95**
Direitos Contratuais a Executar	111.058.016,85	1.289.489,40	Obrigações Contrat. a Executar	48.882,00	124.448.814,95
TOTAL	**111.058.016,85**	**1.289.489,40**	**TOTAL**	**48.882,00**	**124.448.814,95**

Período: Junho/2018 Valores em R$

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI N.º 4.320/1964)	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO**
Recursos Vinculados	**630.741.466,13**
Alienação de Bens e Direitos	647.930,49
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	630.093.535,64
TOTAL	**630.741.466,13**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO FINANCEIRO

Período: Junho/2018 Valores em R$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	**33.549.346,00**	**36.496.812,31**	**Despesas Orçamentárias**	**13.593.795,64**	**3.615.523,60**
Vinculadas	**49.804.218,61**	**36.612.964,96**	**Vinculadas**	**13.593.795,64**	**3.615.523,60**
Alienação de Bens e Direitos	47.274,00	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	13.593.795,64	3.615.523,60
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	49.756.944,61	36.612.964,96			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-16.254.872,61	-116.152,65			
Transferências Financeiras Recebidas	**1.833,84**	**475,27**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**15.880.826,06**	**3.517,77**
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	3.042,50
Independentes da Execução Orçamentária	1.833,84	475,27	Repasse Concedido	-	3.042,50
Transferências Recebidas para Pagamento de	485,88	-	Independentes da Execução Orçamentária	15.880.826,06	475,27
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.347,96	475,27	Movimento de Saldos Patrimoniais	15.880.826,06	475,27
Recebimentos Extraorçamentários	**40.583.280,35**	**290.071,69**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**16.205.692,63**	**11.621.520,01**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.691,92	168.383,43
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.824.248,15	289.746,96	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	323.446,61	11.452.811,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.879.516,10	324,73	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.879.516,10	324,73
Outros Recebimentos Extraorçamentários	15.879.516,10	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	38,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	15.879.516,10	-	Pagamento de Restituições de Exercícios	38,00	-
Saldo do Exercício Anterior	**611.581.063,61**	**559.955.965,82**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**640.035.209,47**	**581.502.763,71**
Caixa e Equivalentes de Caixa	611.581.063,61	559.955.965,82	Caixa e Equivalentes de Caixa	640.035.209,47	581.502.763,71
TOTAL	**685.715.523,80**	**596.743.325,09**	**TOTAL**	**685.715.523,80**	**596.743.325,09**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180810001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Junho/2018 Valores em R$

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	29.149.071,86	21.567.796,89
INGRESSOS	65.262.938,04	36.497.612,31
Receitas Derivadas e Originárias	33.502.072,00	36.496.812,31
Receita Patrimonial	1.232.254,25	1.168.487,57
Receita de Serviços	125.208,97	86.403,45
Remuneração das Disponibilidades	27.542.597,18	30.258.141,29
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.602.011,60	4.983.780,00
Outros Ingressos das Operações	31.760.866,04	800,00
Ingressos Extraorçamentários	15.879.516,10	324,73
Transferências Financeiras Recebidas	1.833,84	475,27
Arrecadação de Outra Unidade	15.879.516,10	-
DESEMBOLSOS	-36.113.866,18	-14.929.815,42
Pessoal e Demais Despesas	-4.351.926,02	-14.925.972,92
Legislativo	-4.351.926,02	-14.925.972,92
Transferências Concedidas	-1.560,00	-
Intragovernamentais	-1.560,00	-
Outros Desembolsos das Operações	-31.760.380,16	-3.842,50
Dispêndios Extraorçamentários	-15.879.516,10	-324,73
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-38,00	-
Transferências Financeiras Concedidas	-15.880.826,06	-3.517,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-694.926,00	-20.999,00
INGRESSOS	47.274,00	-
Alienação de Bens	47.274,00	-
DESEMBOLSOS	-742.200,00	-20.999,00
Aquisição de Ativo Não Circulante	-148.200,00	-20.999,00
Outros Desembolsos de investimentos	-594.000,00	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28.454.145,86	21.546.797,89
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	611.581.063,61	559.955.965,82
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	640.035.209,47	581.502.763,71

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Junho/2018 Valores em R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	63.984.322,38	36.831.907,62
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	31.563.944,82	1.420.730,71
Venda de Mercadorias	116.485,00	76.193,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	31.447.459,82	1.344.537,71
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	27.552.353,64	30.265.542,26
Juros e Encargos de Mora	5.619,81	1.454,90
Variações Monetárias e Cambiais	4.136,65	5.946,07
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	27.542.597,18	30.258.141,29
Transferências e Delegações Recebidas	1.833,84	475,27
Transferências Intragovernamentais	1.833,84	475,27
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	48.624,00	-
Ganhos com Alienação	47.274,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.350,00	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.817.566,08	5.145.159,38
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	84.283,01	81.187,19
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.733.283,07	5.063.972,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	37.280.471,02	15.145.112,46
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	390.420,08	3.020.726,80
Serviços	390.420,08	3.020.726,80
Transferências e Delegações Concedidas	16.623.026,06	480.963,81
Transferências Intragovernamentais	15.880.826,06	3.517,77
Outras Transferências e Delegações Concedidas	742.200,00	477.446,04
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16.306.650,86	602.022,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	111.471,37	214.538,68
Incorporação de Passivos	-	245.994,26
Desincorporação de Ativos	16.195.179,49	141.489,36
Tributárias	1.560,00	-
Contribuições	1.560,00	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.958.814,02	11.041.399,55
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.958.814,02	11.041.399,55
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	26.703.851,36	21.686.795,16

LUCIO HENRIQUE XAVIER LOPES
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7504/O-8

FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 9291/O-6

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9016/O-4 T-DF

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 292, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Ementa: Reconhece acupuntura como especialidade da Biomedicina.

O Conselho Federal De Biomedicina - CFBM, através do plenário, e no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 6.684, de 03 de setembro de 1979, que regulamentou a profissão do Biomédico, devidamente desmembrado pela lei n. 7.017 de 30 de agosto de 1982; e regulamentado pelo Decreto n. 88.439/1983. Considerando que o Decreto n. 88.439, de 28 de junho de 1983, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão do Biomédico, que somente é permitida ao portador da carteira de identidade profissional, expedida pelo Conselho Regional de Biomedicina da respectiva jurisdição; Considerando, o disposto nos incisos II e IX do art. 10 da Lei nº. 6.684 de 03 de setembro de 1979, que regulamentou a profissão do Biomédico; Considerando o avançado sistema acadêmico na atividade da Acupuntura especialmente com sua integração nos cursos de graduação e pós-graduação das escolas biomédicas; Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) fixou em 1996, as "Diretrizes para o Treinamento Básico e Segurança em Acupuntura", as quais contemplam diversos níveis de formação profissional em Acupuntura e Terapias afins; Considerando legalidade da Portaria 971/2006 do Ministério da Saúde, que aprovou as práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde - SUS, inclusive a acupuntura e seu caráter multiprofissional; Considerando que a acupuntura é uma das técnicas tradicional chinesa, sendo denominada prática complementar na assistência à saúde; Considerando, a decisão acatada pelo Plenário do Conselho Federal de Biomedicina, em sessão realizada no dia 19 de Junho de 2018, resolve:

Reconhecer a acupuntura como especialidade da Biomedicina.

Art. 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSE CECCHI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o Regimento Eleitoral para escolha de conselheiros federais e regionais dos Conselhos de Psicologia.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças - APAF, realizada nos dias 25, 26 e 27/05/2018;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar o processo eleitoral para a eleição dos membros dos Conselhos Regionais de Psicologia e para a consulta dos membros do Conselho Federal de Psicologia;

CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em Sessão realizada no dia 21 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Eleitoral, o qual regerá as eleições para o preenchimento de cargos de Conselheiro-Efetivo e Conselheiro-Suplente, no âmbito dos Conselhos Regionais e da consulta para os membros do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CFP nº 004/2015, publicada no Diário Oficial da União de número 134, em 16 de julho de 2015.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

ANEXO

REGIMENTO ELEITORAL
CAPÍTULO I
SEÇÃO I
INTRODUÇÃO

Art. 1º. A consulta para o Conselho Federal de Psicologia - CFP e as eleições para os Conselhos Regionais de Psicologia - CRPs se darão unicamente na modalidade on-line e obedecerão ao presente regimento eleitoral e anexos.

Parágrafo Único - O acesso à internet para o voto on-line poderá ocorrer por meio de dispositivo eletrônico de escolha da psicóloga e do psicólogo ou em local de votação.

Art. 2º. O processo eleitoral, garantida a observância ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, terá como princípios fundamentais que nortearão o trabalho de gestores e a participação das candidatas e dos candidatos inscritos:

I - A publicidade, promovendo ampla divulgação das etapas do processo, para orientar a participação de profissionais inscritos;

II - A transparência, permitindo acesso de interessadas e interessados às informações relativas ao processo, sempre que solicitado;

III - A isonomia de tratamento, garantindo que todas as partes concorrentes tenham a mesma oportunidade de acesso, tanto aos recursos materiais quanto aos serviços da instituição que serão oferecidos de acordo com este Regimento, bem como na aplicação de suas normas;

IV - A liberdade de expressão, respeitando a livre manifestação das partes na publicidade de suas propostas;

V - O respeito pelas diferenças ideológicas, recusando prejulgamentos e ações discriminatórias, deixando a avaliação a cargo das eleitoras e dos eleitores;

VI - A organização e competência, garantindo estrutura e serviços administrativos adequados para o cumprimento das normas contidas neste Regimento e para facilitar o exercício pleno do direito político de candidatas e candidatos, e eleitoras e eleitores;

VII - A promoção de ações para a garantia do amplo conhecimento à categoria das proposições de todas as chapas concorrentes ao processo eleitoral.

Art. 3º. A inscrição de candidatas e candidatos aos cargos de conselheira e conselheiro efetivo e suplente, tanto para o Conselho Federal de Psicologia quanto para os Conselhos Regionais de Psicologia, dar-se-á sempre na forma de chapas, com número de candidatas e candidatos igual à quantidade de vagas disponíveis, para efetivos e suplentes, salvo em casos previstos no inciso I do parágrafo 4° do Art. 5º.

§ 1º O mandato de Conselheira e Conselheiro é de 3 (três) anos, permitida uma reeleição, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º. São eleitoras e eleitores as psicólogas e os psicólogos que estejam adimplentes com a tesouraria em relação aos exercícios anteriores, até o dia das respectivas eleições, ainda que sob a forma de parcelamento do débito, bem como em pleno gozo de seus direitos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º As psicólogas e os psicólogos que não estiverem adimplentes até 10 dias úteis antes da data de início da votação, e que após essa data se tornem adimplentes, só poderão votar nos locais de votação.

§ 2° O voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório e será dado à chapa completa, entre as inscritas e habilitadas ao pleito.

§ 3° O voto é facultativo para as) psicólogas e os psicólogos com idade a partir de 65 (sessenta e cinco) anos.

§ 4° As psicólogas e os psicólogos que não votarem devem apresentar justificativa no prazo de 60 (sessenta) dias do dia da votação, sob pena de aplicação de multa no valor definido pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças - APAF.

SEÇÃO II

DAS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO FEDERAL

Art. 5º. Os membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Psicologia serão eleitos pela Assembleia dos Delegados Regionais, constituída por 2 (dois) delegados eleitores de cada Conselho Regional, que se reunirá para esse fim dentro do período de 30 (trinta) dias que antecede o término do mandato, como disposto nos artigos 16 a 23 do Decreto n.º 79.822/77.

§ 1° Para a eleição dos membros do Conselho Federal, a Assembleia de Delegados Regionais deliberará pelo voto favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das delegadas e dos delegados eleitores presentes.

§ 2° A Assembleia de Delegados Regionais realizará consulta, entre as psicólogas e os psicólogos de todo o país, para a escolha dos membros do Conselho Federal de Psicologia.

§ 3º A consulta às psicólogas e aos psicólogos referida no parágrafo anterior será convocada para o mesmo período em que será realizada a eleição dos membros dos Conselhos Regionais de Psicologia e deverá constar dos editais de convocação da mencionada eleição e de toda a publicidade que a esta se venha dar.

§ 4º Nos editais de que trata o artigo anterior deverá constar que:

I - a candidatura far-se-á em chapa nacional, na qual deverão constar 11 (onze) membros efetivos e 11 (onze) suplentes, sendo 9 (nove) candidatas e candidatos aos cargos de conselheiras e conselheiros efetivos e 9 (nove) candidatas e candidatos aos cargos de conselheiras e conselheiros suplentes, como disposto no Art. 3º da Lei nº 5.766/71; e, 2 (duas) candidatas e candidatos aos cargos de conselheiras e conselheiros convidados efetivos e 2 (duas) candidatas e candidatos aos cargos de conselheiras e conselheiros convidados suplentes do Conselho Federal de Psicologia.

II - as candidatas e os candidatos podem estar inscritos em qualquer Conselho Regional, com exceção dos que concorrem aos cargos de Secretários Regionais, que devem ter inscrição principal, mesmo que provisória, em Conselhos Regionais de Psicologia das respectivas regiões geográficas que representam.

III - as candidatas e os candidatos não podem concorrer simultaneamente a cargo do Conselho Regional de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia, nem figurar em chapa regional como candidata e candidato ao Conselho Federal de Psicologia.

IV - preferencialmente as chapas serão compostas com 20% a 30% de reserva de vagas para negras e negros, e/ou indígenas e/ou pessoas com deficiência.

SEÇÃO III

DAS ELEIÇÕES PARA OS CONSELHOS REGIONAIS

Art. 6º. Os membros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Psicologia serão eleitos pelas respectivas Assembleias Gerais, convocadas exclusivamente para esse fim, constituídas por psicólogas e psicólogos com inscrição principal nos respectivos Conselhos Regionais de Psicologia, mesmo que provisória, e que atendam às condições dispostas neste Regimento

Parágrafo Único. Para a eleição dos membros dos Conselhos Regionais, as respectivas Assembleias Gerais deliberarão pelo voto favorável da maioria simples das eleitoras e dos eleitores presentes.

Art. 7º. A inscrição das candidatas e dos candidatos se dará em chapas, com tantos nomes para membros efetivos e suplentes quantas forem as vagas a serem preenchidas.

§ 1° O número de conselheiras e conselheiros efetivos e suplentes será definido em função do número de profissionais inscritos no Conselho Regional de Psicologia, de acordo com o disposto na Resolução CFP nº 003/07, ou outra que venha substituí-la.

§ 2° Somente poderão se candidatar e/ou votar nas eleições para os Conselhos Regionais de Psicologia, psicólogas e psicólogos com inscrição principal no próprio Conselho Regional de Psicologia, mesmo que provisória, e que atendam às demais condições definidas neste Regimento.

§ 3° A inscrição de chapas ocorrerá no período entre a data de publicação do edital e o encerramento do Congresso Regional da Psicologia e a eleição será realizada entre os dias 23 e 27 de agosto do ano em que terminar o mandato das conselheiras e dos conselheiros.

§ 4º Preferencialmente as chapas serão compostas com 20% a 30% de reserva de vagas para negras e negros, e/ou indígenas e/ou pessoas com deficiência.

§ 5º A votação on-line realizada nos locais de votação ocorrerá somente no dia 27 de agosto.

SEÇÃO IV

DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Art. 8º. É elegível para o Conselho Federal de Psicologia e para os Conselhos Regionais de Psicologia a psicóloga e o psicólogo que satisfaça aos seguintes requisitos:

I - ter nacionalidade brasileira;

II - estar em dia com suas obrigações eleitorais e militares;

III - encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais;

IV - ter inscrição principal, mesmo que provisória:

a) no respectivo Conselho Regional e domicílio na jurisdição correspondente, quando concorrer ao Conselho Regional;

b) em Conselho Regional da região geográfica que pretende representar, quando concorrer a cargo de Secretário Regional do Conselho Federal de Psicologia e em qualquer Conselho Regional de Psicologia quando concorrer aos demais cargos daquele órgão;

V - inexistir contra si condenação criminal com pena superior a 2 (dois) anos, em virtude de sentença transitada em julgado, salvo reabilitação legal, comprovada mediante declaração da candidata e do candidato;

VI - inexistir contra si condenação, por infração ao Código de Ética, transitada em julgado há menos de 5 (cinco) anos;

VII - inexistir contra si condenação, por infração administrativa, transitada em julgado há menos de 5 (cinco) anos;

VIII - estar adimplente com o Conselho Regional de Psicologia relativamente aos exercícios anteriores, ainda que sob a forma de parcelamento de débito, desde que observado o parágrafo 1º do artigo 4º.

Parágrafo Único. Todos os requisitos referidos no caput deste artigo deverão ser atendidos até a data limite para o deferimento do pedido de inscrição das chapas.

Art. 9º. São impedimentos para a candidatura ao Conselho Regional e ao Conselho Federal de Psicologia, além dos constantes do artigo anterior:

I - ocupar cargo na Diretoria de Conselho de Psicologia, seja Regional ou Federal, no período de 3 (três) meses que antecede a realização do pleito;

II - ocupar cargo na Comissão Gestora da Seção de Base Estadual, no período de 3 (três) meses que antecede a realização do pleito;

Parágrafo único - Caso haja inscrição de candidatura em data anterior ao prazo previsto no inciso I e II deste artigo, deve a candidata e o candidato não ocupar cargo na Diretoria de Conselho de Psicologia, seja Regional ou Federal, ou na Comissão Gestora da Seção de Base Estadual a partir da data de inscrição da sua candidatura.

III - ocupar cargo ou função com vínculo empregatício, ou manter contrato de prestação de serviço com os Conselhos de Psicologia;

IV - ter sido afastado, em um dos dois mandatos anteriores, por falta ou abandonado ou renunciado o mandato de Conselheiro Regional ou Federal, resultante de eleição para membro efetivo ou suplente, exceto quando comprovadamente houve impedimento por motivo de saúde ou mudança de residência para outra jurisdição ou país, no caso de Conselheira e Conselheiro Regional, e saúde ou mudança de país, no caso de Conselheira e Conselheiro Federal.

V - integrar qualquer Comissão Eleitoral, seja em nível regional ou federal;

VI - durante dois mandatos eleitorais, após condenação, por decisão transitada em julgado, em Processo Disciplinar Funcional, regulamentado pela Resolução CFP nº 006/2007, ou legislação posterior que a substitua, por irregularidades de natureza administrativa ou financeira, quando no exercício de mandato de Diretora e Diretor, Conselheira e Conselheiro efetivo ou suplente em exercício, de Conselho Regional ou Federal de Psicologia.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

DAS COMISSÕES ELEITORAIS

Art. 10. O processo eleitoral será planejado e conduzido por Comissões Eleitorais, em nível nacional e regional, com natureza e atribuições definidas neste Regimento, integradas por psicólogas e psicólogos, em número mínimo de 3 (três) efetivos, sendo uma destas a ou o presidente, e respectivos suplentes, nomeados por Portaria dos respectivos órgãos, como organizado nos dispositivos seguintes.

§ 1º Somente poderá ser membro das Comissões Eleitorais as psicólogas e os psicólogos que possuírem os mesmos requisitos do Art. 8 e não estarem impedidas e impedidos conforme o Art. 9, com exceção do inciso V.

§ 2º Não poderão também integrar as Comissões Eleitorais as e os cônjuges, parentes consanguíneos e afins das candidatas e dos candidatos, até o segundo grau.

Art. 11. O Conselho Federal nomeará uma Comissão Eleitoral Regular (CER), para coordenar o processo eleitoral para conselheiras e conselheiros regionais e, na hipótese de haver Consulta Nacional para indicação das conselheiras e dos conselheiros federais, nomeará também uma Comissão Eleitoral Especial, para coordenar esse processo.

§ 1º A Comissão Eleitoral Regular (CER) do Conselho Federal de Psicologia será integrada por Conselheiras e Conselheiros Federais e funcionará como instância de orientação sobre o disposto neste Regimento e de recurso para as questões referentes às eleições para os Conselhos Regionais, ad referendum do Plenário do Conselho Federal de Psicologia.

§ 2º A Comissão Eleitoral Especial (CEE) do Conselho Federal de Psicologia será integrada por psicólogas e psicólogos não conselheiras e conselheiros federais e será responsável pela consulta nacional, indicando às Comissões Regionais Eleitorais (CREs) as providências necessárias para a indicação de nomes das conselheiras e conselheiros federais, e funcionará como instância para apreciar requerimentos e recursos referentes a essa consulta, ad referendum da Assembleia de Delegados Regionais.

Art. 12. Cada Conselho Regional nomeará uma Comissão Regional Eleitoral (CRE), integrada por psicólogas e psicólogos não conselheiras e conselheiros regionais, que será responsável pela execução do processo em sua jurisdição, de acordo com o disposto neste Regimento.

§ 1º A Assembleia Geral Extraordinária indicará a ou o presidente e os demais membros da Comissão Regional Eleitoral (efetivos e suplentes).

§ 2º Os Plenários são responsáveis pelos atos das respectivas Comissões Eleitorais, podendo proceder o afastamento e substituição de suas e seus integrantes, respeitado o contraditório e ampla defesa, por prática comprovada de conduta/ato que desrespeite os princípios e normas deste Regimento, sujeito à homologação pela Comissão Eleitoral Regular, não eximida a possibilidade de responsabilização pelo exercício da função designada.

§ 3º O plenário, após o recebimento de representação, deverá notificar o membro da comissão representado para que apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação.

Art.13. As Comissões Regionais Eleitorais (CREs) e os respectivos Conselhos Regionais serão responsáveis por todos os atos operacionais da votação.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, compete às Comissões Regionais Eleitorais (CREs):

I - disponibilizar obrigatoriamente locais de votação nas sedes, subsedes e seções de base estadual .

II - disponibilizar, quando necessário, local de votação em outros locais

III - entende-se local de votação os locais disponibilizados pelos Conselhos Regionais para captação de votos on-line;

IV - expedir portarias para disciplinar e normatizar os trabalhos eleitorais, respeitando os dispositivos deste Regimento e as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão Eleitoral Regular do Conselho Federal da Psicologia;

V - apreciar os requerimentos e impugnações oferecidas no curso de todo o processo eleitoral e encaminhar à Comissão Eleitoral Regular do Conselho Federal de Psicologia os recursos, acompanhados de parecer;

VI - apropriar-se de todas as disposições contidas no presente Regimento Eleitoral, na legislação conexa citada como referência e nas informações presentes nos relatórios de eleições anteriores, possibilitando o planejamento adequado e garantindo o cumprimento de prazos, procedimentos, bem como o tratamento igualitário para as e os concorrentes e respeito à eleitora e ao eleitor;

VII - elaborar plano de trabalho e planilha de custos para todas as etapas do processo eleitoral, com base em levantamento das características e condições presentes na jurisdição, considerando o disposto nas normas citadas no inciso anterior;

VIII - encaminhar à Diretoria do Conselho Regional, ao longo de todo o processo eleitoral, as questões de competência daquele órgão, notadamente o plano de trabalho com a planilha de despesas e indicação dos documentos e logística que serão necessários;

IX - manter comunicação com as Comissões Regular e Especial do Conselho Federal de Psicologia, nas questões de competência destas, seja para interpretação de dispositivos das normas, orientação a respeito de casos omissos, comunicação de projetos de votação on-line, informação de número de profissionais inscritas e inscritos, dentre outras necessárias para a realização do pleito regional e Consulta Nacional.

Art. 14. As Comissões Eleitorais terão apoio técnico, administrativo e financeiro dos respectivos Conselhos, incluindo o suporte e a orientação técnica específica para a ferramenta de votação on-line, devendo as Comissões Eleitorais apresentar seus planos de trabalhos aos respectivos Conselhos Regionais.

§ 1º Apenas as decisões de natureza financeira deverão ser submetidas à Plenária, que verificará a adequação dos custos à realidade financeira do órgão, sem prejuízo do cumprimento do disposto neste Regimento.

§ 2º O Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia designarão conselheiras e conselheiros, e funcionárias e funcionários para as providências administrativas necessárias para a realização dos trabalhos das respectivas Comissões Eleitorais.

§ 3º Os Conselhos Regionais providenciarão a atualização do cadastro de profissionais inscritas e inscritos, com a antecedência necessária, para o suporte às diversas etapas do processo eleitoral.

Art. 15. As Comissões Regionais Eleitorais serão extintas com a posse das respectivas diretorias e as Comissões Eleitoral Regular e Eleitoral Especial serão extintas com a posse da diretoria do Conselho Federal de Psicologia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SEÇÃO II

DOS ATOS PREPARATÓRIOS

Art. 16. No mês de novembro do ano anterior às eleições, o Conselho Federal de Psicologia nomeará a Comissão Eleitoral Regular (CER) e, na hipótese de Consulta, a Comissão Eleitoral Especial (CEE).

Art. 17. Imediatamente após a nomeação, as comissões Regular (CER) e Especial (CEE) do Conselho Federal de Psicologia realizarão, em conjunto, as seguintes tarefas:

I - estudo das normas contidas neste Regimento;

II - o Cronograma Eleitoral, com a relação das providências e eventos previstos para ocorrer ao longo de todo o processo e respectivas datas;

III - o planejamento dos procedimentos para funcionamento das eleições, com vistas ao atendimento das demandas e dos prazos;

IV - confecção dos documentos básicos como modelos de Editais, de formulários para inscrição das chapas, notas informativas, dentre outras;

V - realização de Encontro Nacional ou Encontros Nacionais para capacitação e planejamento com as e os Presidentes das Comissões Regionais Eleitorais (CREs), para solução de dúvidas a respeito das normas e procedimentos comuns a todas e todos;

VI - apresentação do Plano de Trabalho com respectivo orçamento à Diretoria do Conselho Federal de Psicologia para análise, aprovação e providências;

VII - divulgação para os Conselhos Regionais de Psicologia do Cronograma Eleitoral, com as informações necessárias para as providências referentes aos primeiros eventos de responsabilidade das Diretorias, notadamente a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, a nomeação das Comissões Regionais Eleitorais e o envio da e do presidente da CRE para Encontro Nacional;

VIII - elaboração de um cronograma prevendo envio de um informativo impresso e/ou digital, bem como quantidades e épocas pertinentes;

IX - apresentação de todas as formas e prazos previstos nesse regimento para divulgação das chapas e sua plataforma (conjunto de propostas), garantindo os princípios de publicidade, transparência, isonomia e acessibilidade;

X - outras em função das demandas e referentes às suas atribuições.

Art. 18. Para deflagrar o processo eleitoral em sua jurisdição e obter a indicação de nomes para compor a Comissão Regional Eleitoral, o Conselho Regional de Psicologia deve obedecer os seguintes prazos:

I - Até o dia 21 de dezembro do ano que antecede o pleito eleitoral, publicar no Diário Oficial da União de convocação da Assembleia Geral Extraordinária,;

II - Até o dia 21 de janeiro do ano do processo eleitoral, realizar a Assembleia Geral Extraordinária,

§ 1º Caso não se obtenha a indicação da completa composição da Comissão Regional Eleitoral, o Conselho Regional de Psicologia deverá convocar segunda Assembleia Geral Extraordinária, publicando novo edital até o dia 28 de janeiro, e realizar a segunda Assembleia até o dia 28 de fevereiro do ano do pleito.

§ 2º Caso, após a segunda Assembleia Geral Extraordinária, não se obtenha a indicação completa da composição da CRE, o Plenário do Conselho Regional de Psicologia deverá convocar e nomear todas e todos os membros faltantes.

§ 3º Os membros da Comissão Regional Eleitoral serão nomeadas e nomeados por Portaria do Conselho Regional de Psicologia, até, no máximo, o dia 12 de março do ano da eleição.

Art. 19. Imediatamente após a nomeação, as Comissões Regionais Eleitorais (CRE) realizarão as seguintes tarefas:

I - estudo das normas contidas neste Regimento e anexo;

II - apropriação do Cronograma Eleitoral e demais instruções divulgados pelas Comissões Regular e Especial do Conselho Federal de Psicologia;

III - leitura dos Processos Eleitorais de eleições anteriores;

IV - planejamento dos procedimentos para funcionamento das eleições, com vistas ao atendimento das demandas e dos prazos;

V - confecção dos documentos básicos como modelos de Editais, de formulários para inscrição de chapas, informações para o voto on-line, notas informativas, dentre outras regulamentadas pelo anexo;

VI - apresentação do Plano de Trabalho com respectivo orçamento à Diretoria do Conselho Regional de Psicologia para análise, aprovação e providências;

VII - outras em função das demandas e referentes às suas atribuições.

Art. 20. Após nomeação de todas as Comissões Regionais Eleitorais, as Comissões Regular e Especial do Conselho Federal de Psicologia promoverão o Encontro ou os Encontros com as e os Presidentes das Comissões Regionais Eleitorais para orientação, solução de dúvidas e unificação de procedimentos comuns.

§ 1º na reunião ou nas reuniões referidas no caput deste artigo serão produzidos e entregues às Comissões Eleitorais, um Roteiro de Atividades com as tarefas necessárias para o cumprimento de todas as etapas do processo eleitoral e um Manual de Instruções com todas as informações necessárias para os trabalhos dos locais de votação.

§ 2º Manual de Instruções de Eleições On-line será parte integrante deste Regimento, como anexo.

CAPÍTULO III

DA CONVOCAÇÃO E DA INSCRIÇÃO

SEÇÃO I

DA CONVOCAÇÃO

Art. 21. A convocação da Assembleia Geral para as eleições será realizada com antecedência de 30 (trinta) dias em relação à data limite para o pedido de inscrição de chapas para os Conselhos Regionais de Psicologia; por meio de publicação de Edital no Diário Oficial da União; por meio de jornal de grande circulação, em cada Capital dos Estados compreendidos em sua jurisdição; por edital afixado na sede do Conselho e por publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia dirigida às psicólogas e aos psicólogos inscritas e inscritos, podendo ser impresso ou digital.

§ 1º No edital constará, obrigatoriamente:

I - a informação do período de votação on-line, de 23 a 27 de agosto;

II - a informação da votação on-line nos locais de votação, em 27 de agosto;

III - a referência sobre a obrigatoriedade do voto;

IV - a informação de que a Comissão Regional Eleitoral receberá os pedidos de inscrições de chapas para o Conselho Regional no período compreendido entre a data da divulgação do edital e o encerramento do Congresso Regional da Psicologia;

V - o número de vagas a preencher para o Conselho Regional;

VI - as informações sobre a Consulta Nacional para indicação das conselheiras e dos conselheiros federais, de acordo com o disposto no § 4º do Artigo 5º deste Regimento.

SEÇÃO II

DAS INSCRIÇÕES PARA OS CONSELHOS REGIONAIS

Art. 22. As interessadas e os interessados deverão apresentar chapa contendo tantos nomes para membros efetivos e suplentes quantas forem as vagas a serem preenchidas.

§ 1º O pedido de inscrição será feito pela encabeçadora ou pelo encabeçador da chapa, representante do grupo, que anexará ao requerimento declaração, de cada candidata e candidato, de concordância da candidatura e de elegibilidade a respeito dos incisos do artigo 8º II, III, IV e V do artigo 9º do deste Regimento.

§ 2º De posse dos pedidos de inscrição, a Comissão Regional Eleitoral deve, para cada candidata e candidato:

I - verificar junto à administração do Conselho Regional as informações necessárias, referentes ao cumprimento do que consta nos incisos III, IV, VI e VII do artigo 8º, e incisos I, II, III, IV, V e VI do artigo 9º do presente Regimento;

II - considerar a declaração feita pela candidata e pelo candidato, no ato de inscrição, para efeito da comprovação das condições de elegibilidade previstas nos demais incisos dos artigos 8º e 9º do presente Regimento, salvo se tiver posse de documento que comprove o contrário.

§ 3º Até 5 (cinco) dias úteis após o final do prazo para o pedido de inscrição de chapas, a Comissão Regional Eleitoral emitirá parecer deferindo o pedido de inscrição ou determinará a necessidade de cumprimento de exigências, por meio de:

I - comunicação dirigida à encabeçadora ou ao encabeçador da chapa, com comprovante de recebimento, com indicação precisa das exigências e sua fundamentação jurídica, se for o caso, bem como o prazo para o cumprimento das exigências ou substituição de nomes, de acordo com o disposto no Artigo 23 e seus parágrafos;

II - documento afixado em mural, na sede do Conselho Regional, em local de fácil acesso, com as mesmas informações da correspondência.

Art. 23. Na hipótese de alguma candidata ou algum candidato não preencher as condições de concorrer às eleições, poderá a chapa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cumprir as exigências, sanando as irregularidades, ou apresentar substituta ou substituto.

§ 1º A substituição de nomes deverá ser feita pela candidata ou pelo candidato que encabeçar a chapa, com requerimento acompanhado da declaração de concordância e elegibilidade assinada pela nova ou pelo novo integrante.

§ 2º Se for necessária a substituição de número superior a 20% das candidatas e dos candidatos, a chapa será excluída do processo eleitoral.

§ 3º Caso o cálculo do percentual indicado no § 2º deste artigo resulte em número decimal, a aproximação deverá ser feita para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º A substituição das candidatas e dos candidatos em condições regulares somente poderá ocorrer com o consentimento formalizado pelos mesmos.

Art. 24. A Comissão Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apreciará o cumprimento das exigências ou a condição eleitoral da substituta ou do substituto, manifestando parecer acolhendo o registro da chapa ou indeferindo-o.

Parágrafo Único. Nenhuma chapa poderá concorrer se não tiver candidatas e candidatos regulares para todos os cargos a serem preenchidos.

Art. 25. Da decisão de impugnação de uma candidata ou um candidato, ou de indeferimento do pedido de inscrição da chapa para o Conselho Regional caberá recurso à Comissão Eleitoral Regular do Conselho Federal de Psicologia, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º O prazo para a Comissão Eleitoral Regular apreciar os recursos é de 2 (dois) dias úteis, após o que deverá ser imediatamente devolvido à Comissão Regional Eleitoral para cumprimento da decisão e para efeito do prosseguimento dos atos subsequentes.

§ 2º A Comissão Eleitoral Regular poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso interposto contra a decisão da Comissão Regional Eleitoral, com base em pedido fundamentado do recorrente.

Art. 26. As chapas que tiveram seus pedidos de inscrição deferidos serão identificadas por seus respectivos nomes e/ou slogans e por números com dois dígitos, atribuídos por ordem de inscrição e segundo os critérios seguintes.

I - o número da esquerda indicará a hierarquia da entidade, sendo o número 1 indicador de Conselho Regional e o número 2 do Conselho Federal;

II - o número da direita indicará o número de ordem de inscrição da chapa;

III - as chapas inscritas para os Conselhos Regionais de Psicologia serão identificadas pelos números 11, 12, 13 e seguintes, em função da ordem de inscrição, e as chapas para o Conselho Federal de Psicologia, serão identificadas pelos números 21, 22, 23, e seguintes, em função da ordem de inscrição.

Parágrafo Único. O Parecer Final da Comissão Regional Eleitoral, com os pedidos de inscrição deferidos e os indeferidos, será afixado na sede do Conselho Regional de Psicologia e enviado para as encabeçadoras ou os encabeçadores das chapas com comprovante de recebimento.

Art. 27. Na hipótese de reclamação de uma das chapas a respeito da igualdade ou similaridade dos nomes e/ou slogans, a CRE solucionará seguindo os seguintes procedimentos, por ordem de prioridade:

I - por acordo entre as partes;

II - pela antiguidade ou tradição, permanecendo com o nome e/ou slogan o grupo/chapa que foi assim identificado em eleições anteriores ou que tenha maior número de integrantes nessa situação;

III - pela ordem de inscrição, permanecendo com o nome e/ou slogan a chapa que solicitou inscrição em primeiro lugar.

Art. 28. A substituição de candidata ou candidato inscrito, após o deferimento do pedido de inscrição, será admitida nos seguintes casos:

I - morte ou incapacidade física ou mental;

II - impedimento de força maior para a candidatura;

III - deferimento de impugnação;

§ 1º No caso previsto no caput deste artigo, a encabeçadora ou o encabeçador da chapa deverá apresentar nova ou novo integrante, no prazo de dois dias úteis do conhecimento do fato, respeitando o disposto no Artigo 23 e parágrafos deste Regimento.

§ 2º Se a substituição de nomes prevista no caput deste artigo for deferida após a publicação de Edital, a mesma será divulgada por meio de portaria a ser afixada no mural do Conselho Regional e nos locais de votação, bem como informada em todo documento previsto no Regimento Eleitoral, produzido após o ato de substituição.

SEÇÃO III

DAS INSCRIÇÕES PARA O CONSELHO FEDERAL

Art. 29. Os pedidos de inscrição de chapas, para a Consulta Nacional, deverão ser encaminhados à Comissão Eleitoral Especial (CEE), por meio de requerimento firmado pela candidata ou pelo candidato que encabeçar a chapa, acompanhado de declarações, assinadas por cada candidata e candidato, de concordância da candidatura e de elegibilidade referente aos incisos III, IV, VI e VII do artigo 8º, e incisos I, II, III, IV, V e VI do artigo 9º deste Regimento.

§ 1° A inscrição de chapas para o Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia ocorrerá no período compreendido entre a data da divulgação do edital, descrito no Art.21, e o encerramento do Congresso Nacional da Psicologia;

§ 2° O requerimento de inscrição das chapas deverá conter o nome das candidatas e dos candidatos e o cargo que ocuparão, caso eleitas e eleitos.

§ 3° As candidatas e os candidatos aos cargos de Secretários Regionais e respectivos suplentes deverão ter domicílio em Estado da região geográfica que representarão.

§ 4° A Comissão Eleitoral Especial disponibilizará modelos do requerimento e da declaração de concordância e elegibilidade.

Art. 30. A Comissão Eleitoral Especial apreciará os pedidos de inscrição de chapas, verificando as condições de elegibilidade das candidatas e dos candidatos junto aos Conselhos Regionais respectivos e procederá até a conclusão do processo de inscrição como disposto nos artigos de 22 a 24 e 26 a 28 deste Regimento.

§ 1º Os recursos ou pedidos de reconsideração serão apreciados e decididos pela própria Comissão Eleitoral Especial, que poderá reformar decisão anterior diante de novos fatos e sempre de acordo com o disposto neste Regimento.

§ 2º Todos os requerimentos, recursos e demais documentos devem ser apresentados, analisados e respondidos dentro dos prazos previstos neste Regimento Eleitoral para o processo eleitoral dos membros dos Conselhos Regionais, no que couber.

§ 3°Nas questões referentes à interpretação do Regimento Eleitoral, a Comissão Eleitoral Especial deverá recorrer à Comissão Eleitoral Regular.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 31. O Parecer Final da Comissão Eleitoral Especial, com os pedidos de inscrição deferidos e os indeferidos, será afixado na sede do Conselho Federal de Psicologia, enviado para as encabeçadoras e os encabeçadores das chapas com comprovante de recebimento e para as Comissões Regionais Eleitorais, para inclusão nos Editais de divulgação do processo de votação.

CAPÍTULO IV

DA PREPARAÇÃO PARA O PROCESSO DE VOTAÇÃO

SEÇÃO I

DO EDITAL

Art. 32. As chapas inscritas, tanto para o Conselho Regional de Psicologia quanto para o Conselho Federal de Psicologia, constarão de Edital a ser afixado na sede do Conselho Regional, imediatamente após o deferimento dos pedidos de inscrição para a informação de que a Comissão Regional Eleitoral receberá os pedidos de inscrições de chapas para o Conselho Regional no período compreendido entre a data da divulgação do edital e o encerramento do Congresso Regional da Psicologia; e para o Conselho Federal de Psicologia em, no máximo, trinta dias antes da realização das eleições, com todas as informações necessárias para a eleitora e o eleitor.

§ 1° No texto do edital constará:

I - que a votação será no sítio da internet;

II - a relação dos locais de votação e seus respectivos endereços;

III - a data e horários do processo de votação, com especificação de quando se dará a votação on-line por meio de dispositivo eletrônico com acesso à internet de escolha da psicóloga e do psicólogo, e quando se dará a votação on-line em local de votação.

IV - o número e nome das chapas inscritas, para o Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Federal de Psicologia, com relação nominal de todas e todos os integrantes;

V - a referência sobre a obrigatoriedade do voto;

§ 2º O horário de votação on-line inicia às 08hs do dia 23 de agosto e encerra às 17 horas do dia 27 de agosto, respeitados os fusos horários das diversas regiões do país.

I - Os locais de votação estarão disponíveis no dia 27 de agosto das 8 às 17 horas, respeitados os fusos horários das diversas regiões do país.

§ 3º Simultaneamente à afixação, o Conselho Regional publicará aviso resumido do Edital em pelo menos um jornal de grande circulação, em cada Capital dos Estados compreendidos em sua jurisdição.

§ 4º No aviso resumido deve constar todas as informações contidas no parágrafo primeiro deste artigo, com exceção do inciso III do §1º, que poderá apresentar apenas o número e nome das chapas e das candidatas e candidatos que as encabeçarem.

SEÇÃO II

DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

Art. 33. Os Conselhos Regionais de Psicologia deverão instalar locais de votação nas suas sedes, subsedes e seções de base estadual.

§1º A Comissão Eleitoral poderá definir outros locais para instalação dos locais de votação.

§ 2º Onde houver locais de votação, que não seja a sede do Conselho Regional de Psicologia, a Comissão Regional Eleitoral deverá nomear subcomissão de no mínimo duas psicólogas ou psicólogos, para coordenar o processo de votação nestes locais.

§ 3º Nos locais de votação, deverá ser disponibilizado espaço de terminais de votação em ambiente que salvaguarde o sigilo e a privacidade e, ainda, que contemple a acessibilidade ao voto.

§ 4º É recomendável que a acessibilidade ao voto observe a Lei nº 13.146/15, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

§ 5º Os locais de votação devem ser instalados em locais de fácil acesso e devem comportar quantidade adequada de eleitoras e eleitores, com o mínimo necessário de procedimentos para votação, proporcionando atendimento mais rápido possível.

§ 6º A convocação de psicólogas psicólogos para integrar local de votação ou subcomissão somente poderá ser recusada por motivo de força maior, devidamente comprovada, sob pena de incorrer a nomeada ou o nomeado em falta disciplinar prevista no art. 26, inciso V, da Lei nº 5.766/71.

§ 7º No momento da instalação dos locais de votação, a ausência de qualquer de suas ou seus componentes será suprida por nomeação de substituta ou substituto ad hoc pela Comissão ou Subcomissão Eleitoral.

§ 8º Todo material e orientação necessários para o trabalho nos locais de votação serão fornecidos pela Comissão ou Subcomissão Eleitoral, que deverão prestar assistência durante todo o processo.

§ 9º Nos locais de votação, deverão ser afixados cartazes contendo o número das chapas, nome das chapas com respectivos nomes das candidatas e dos candidatos e plataforma (conjunto de propostas) das chapas, em condições igualitárias, tanto para o Conselho Regional quanto para o Conselho Federal.

§ 10º Para composição dos locais de votação é facultada a contratação de serviços profissionais, desde que as ou os presidentes dos locais sejam psicólogas ou psicólogos.

SEÇÃO III

DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS INSCRITAS

Art. 34. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais garantirão às chapas concorrentes a suas respectivas vagas, a impressão e postagem gratuita de no mínimo uma correspondência, com número de caracteres ou espaço gráfico especificado pela Comissão Eleitoral, destinada a dar à categoria conhecimento de suas propostas.

§ 1º A correspondência referida no caput deste artigo pode ser de qualquer natureza, inclusive um encarte no Jornal ou Boletim oficial da entidade, desde que o espaço possibilite a apresentação dos nomes e das propostas.

§ 2º A correspondência referida no caput deste artigo poderá ser substituída por boletim on-line, caso haja esta modalidade de comunicação no respectivo Conselho Regional de Psicologia;

Art. 35. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia têm a obrigatoriedade de fazer pelo menos um debate entre as chapas, em conformidade com as respectivas Comissões Eleitorais.

§1º O Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regional de Psicologia que possuem infraestrutura, farão debate com transmissão on-line.

§ 2º Os demais Conselhos Regionais de Psicologia deverão realizar os debates e gravá-los, publicando-os em até 03 dias úteis em seus respectivos sites e/ou redes sociais do Conselho Regional de Psicologia.

Art. 36 O Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia que tiverem redes sociais devem realizar 3 postagens com divulgação das chapas e suas plataformas em iguais condições.

Art. 37 O Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia devem manter em seus sites, um espaço para divulgação das chapas e suas plataformas em iguais condições.

Art. 38. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais deverão organizar uma campanha de inclusão digital, com a organização de informativos eletrônicos e impressos, de cunho orientativo, visando às eleições.

Art. 39. Todos os recursos de comunicação, logística ou de infraestrutura utilizados pelos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia devem ser colocados à disposição de forma igualitária para as chapas concorrentes, sendo regulados pelas respectivas comissões eleitorais.

§ 1º A divulgação das propostas das chapas em eventos promovidos pelos Conselhos, como palestras, seminários, encontros e similares, pode ocorrer desde que oferecida a oportunidade a todas as concorrentes.

§ 2º Para a realização de debate público, as Comissões Eleitorais convidarão todas as chapas por escrito.

Art. 40. Em todos os casos previstos nos artigos 34 e 35 serão adotados procedimentos, desde que não firam o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que garantam a igualdade de oportunidades e condições e o respeito à liberdade de expressão, como os seguintes:

I - informar por escrito, em tempo hábil, a todos os concorrentes a respeito dos recursos disponíveis;

II - informar por escrito o espaço ou número de caracteres que podem ser utilizados em cada caso;

III - dar oportunidades iguais a respeito da ordem de apresentação, utilizando procedimentos como acordos, sorteio ou outros;

IV - lavrar ata dos eventos em que ocorreram as decisões e colher as assinaturas das ou dos representantes.

Parágrafo Único. O conteúdo e arte final do material para divulgação, serão de responsabilidade das chapas concorrentes, devendo estar de acordo com as especificações técnicas, normas e instruções referentes a cada caso, devendo ser obedecido o prazo de entrega dos mesmos, definidos pelas Comissões Eleitorais.

SEÇÃO IV

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 41 É terminantemente proibida a utilização de qualquer material ou imagem institucional na propaganda eleitoral das chapas.

SEÇÃO V

DO CREDENCIAMENTO DE FISCAIS

Art. 42. O processo de votação ocorrerá On-line e será controlado nos locais de votação pela Comissão Eleitoral e acompanhado por fiscais das chapas concorrentes.

§ 1º A Comissão Regional Eleitoral solicitará das chapas concorrentes ao pleito a relação de fiscais, que serão credenciadas e credenciados para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos atos referentes à votação em todos os locais de votação;

§ 2º As e os fiscais deverão ser psicólogas e psicólogos devidamente inscritas e inscritos no Conselho Regional de Psicologia, em pleno gozo de seus direitos profissionais;

§ 3º O pedido de credenciamento de fiscais poderá ser feito por meio de documento assinado pela encabeçadora ou pelo encabeçador, ou outra candidata ou candidato da chapa, dirigido à Comissão Regional Eleitoral, até 5 (cinco) dias antes da data da eleição, podendo ser apresentada nova lista de fiscais durante o processo de votação;

§ 4º Durante a votação, fiscais podem ser credenciadas e credenciados com o registro na folha de ocorrências e assinatura de um membro da chapa;

§ 5º As e os fiscais credenciadas e credenciados receberão crachá para sua identificação;

§ 6º Os membros componentes das chapas serão considerados fiscais natos;

§ 7º Não será permitida a atuação simultânea de mais de uma ou um fiscal por chapa em cada locais de votação no processo de votação.

§ 8º Terão acesso aos locais de votação os membros da Comissão Eleitoral, as e os componentes dos locais de votação, uma ou um fiscal de cada chapa por local de votação, devidamente credenciada e credenciado, e as funcionárias e os funcionários do Conselho Regional de Psicologia;

§ 9º Poderá haver revezamento de fiscais de cada chapa perante os locais de votação, sendo o fato registrado em folha de ocorrência a ser rubricada pelas e pelos fiscais;

§ 10º Não será permitido que fiscais que não estejam atuando nos locais de votação permaneçam no recinto de votação;

CAPÍTULO V

DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO

SEÇÃO I

DA VOTAÇÃO

Art. 43. O controle do processo de votação será determinado pela Comissão Regional Eleitoral e, quando necessário, respectivas subcomissões, assegurando-se:

I - o sigilo do voto;

II - a inexistência de pressões sobre a eleitora e o eleitor nos locais de votação;

III - a inviolabilidade dos votos on-line, mesmo que registrados nos locais de votação;

IV - a impossibilidade de voto duplo.

Parágrafo Único. O exercício do voto é pessoal, não sendo admitido o voto por procuração.

Art. 44. Para os votos presenciais, a Comissão Regional Eleitoral e as Subcomissões providenciarão a instalação dos locais de votação com todo o material necessário para o acolhimento dos votos, a saber:

I - lista de profissionais inscritas e inscritos com a situação atualizada dos mesmos perante a Tesouraria;

II - folha para o registro de ocorrências relevantes durante o processo;

III - comprovante de comparecimento;

IV- computadores, cabines e acesso à internet para realização dos votos;

V - crachás para identificação de fiscais;

VI - Material impresso com número, nome e relação de integrantes das chapas concorrentes para o Conselho Regional de Psicologia e para o Conselho Federal de Psicologia;

VII - instruções de procedimentos;

VIII - outros adotados pela Comissão Regional Eleitoral.

Parágrafo Único. No momento da instalação dos locais de votação a ausência de qualquer de seus membros será suprida por nomeação de substituta ou substituto ad hoc pela Comissão ou Subcomissão Eleitoral.

Art. 45. As e os responsáveis pelo local de votação providenciarão as condições para o cumprimento do disposto no artigo 44 deste Regimento.

§ 1º Não será permitida a utilização de material de propaganda das chapas no vestuário das mesárias e dos mesários, a exemplo de camisetas, botons, adesivos, dentre outros.

§ 2º Nos locais de votação, será proibida qualquer espécie de "boca de urna", inclusive a distribuição de material de propaganda das chapas, inclusive volantes e outros impressos, ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade da psicóloga eleitora e do psicólogo eleitor;

§ 3º A Comissão Eleitoral, em reunião com as encabeçadoras e os encabeçadores das chapas, definirá os critérios sobre a regulação das condutas de "boca de urna", fora dos locais de votação;

§ 4º A e o responsável designado pela Comissão Regional Eleitoral pelo local de votação, fornecerá comprovante de comparecimento, em formulário próprio, a quem o solicitar;

§ 5º Qualquer irregularidade será comunicada à Comissão Regional Eleitoral que, constatada a procedência da irregularidade, determinará as providências cabíveis;

§ 6º As ocorrências relevantes verificadas nos locais de votação ou mesas especiais de apuração deverão constar de folhas de ocorrência, transcritas e rubricadas pelas mesárias e pelos mesários e fiscais das chapas concorrentes, quando houver.

§ 7º Ao final do horário estabelecido para encerramento da votação, a ou o presidente do local de votação procederá à distribuição de senhas às eleitoras e aos eleitores presentes no local, permitindo ali a votação apenas aos seus portadores.

§ 8º Encerrada a votação, as e os responsáveis pelos locais de votação lavrarão atas dos respectivos trabalhos, que será assinada por seus membros, por fiscais e pelos presentes que o desejarem, da qual constará:

I - nome e função de integrantes e de Fiscais;

II - relatório sintético e objetivo das ocorrências relevantes verificadas.

SEÇÃO II

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 46. Os votos terão sua apuração efetuada após o horário do encerramento da eleição, respeitados os fusos horários em cada região.

Art. 47. Os votos online devidamente registrados no sistema eletrônico de votação serão considerados válidos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 48. A apuração será concentrada no Conselho Federal de Psicologia, através do sistema de contagem eletrônico, que poderá ser acompanhado por fiscais de chapas que concorrem à Consulta Nacional e aos Regionais.

Art. 49. Concluída a votação, a Mesa lavrará uma ata dos trabalhos, assinada por suas e seus integrantes e por fiscais, e enviarão cópia desta para a Comissão Regional Eleitoral.

§ 1º O Conselho Federal de Psicologia contratará empresa especializada em Auditoria de Votação On-Line para fiscalizar e auditar o processo de votação, devendo a mesma emitir relatórios periódicos de seus trabalhos de fiscalização, que será enviado a todas as Comissões Eleitorais.

Art. 50. Será vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos válidos, independentemente do percentual que esse número represente em relação ao total de votos apurados.

§ 1º Em caso de empate, haverá nova eleição, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do prazo final para recursos, concorrendo apenas as chapas empatadas,

§ 2º Persistindo o empate, será considerada eleita a chapa cujos integrantes somarem mais tempo de inscrição no Conselho Regional de Psicologia.

Art. 51. Na hipótese do artigo precedente, comunicado o fato imediatamente ao Conselho Federal de Psicologia, este prorrogará o mandato dos atuais Conselheiros Regionais até que sejam realizadas novas eleições, mantida a data do término do mandato seguinte.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 52. Os autos do processo eleitoral serão organizados em 2 (duas) vias, pela ou pelo Presidente do Conselho Regional de Psicologia e pela Comissão Eleitoral, de acordo com as normas, documentação e critérios estabelecidos por este Regimento.

Art. 53. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a realização do pleito, o Conselho Regional de Psicologia comunicará o resultado ao Conselho Federal de Psicologia para homologação e proclamação, fazendo acompanhar a comunicação da 2ª (segunda) via do processo eleitoral.

Parágrafo único. Os autos do Processo Eleitoral consistirão, obrigatoriamente, de uma via ou cópia, na ordem apresentada abaixo:

I - do Edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária para deflagração do processo eleitoral, previsto no art. 18 do Regimento Eleitoral, bem como de sua Ata;

II - da portaria de nomeação da Comissão Eleitoral;

III - do Edital publicado na sede do Conselho Regional de Psicologia, previsto no art. 21 deste Regimento, informando o prazo para inscrição de chapas;

IV - do Edital publicado na sede do Conselho Regional de Psicologia, previsto no art. 32 deste Regimento, com informação a respeito das chapas inscritas e os locais e horários de votação;

V - das folhas do jornal ou jornais em que foram publicados os editais ou resumos de Editais;

VI - dos requerimentos de inscrição de chapas;

VII - do material de divulgação das chapas, previsto na sessão III do capítulo IV deste Regimento;

VIII - dos mapas de apuração geral do sistema on-line nacional, respectivas atas, bem como das folhas com registros de ocorrência durante a votação;

IX - do documento encaminhado às chapas concorrentes, informando o resultado do pleito;

X - de todos os documentos referentes aos requerimentos e recursos encaminhados pelas chapas, com respectivas respostas.

Art. 54. O Conselho Federal de Psicologia, não havendo recurso fundamentado, interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da divulgação dos resultados, na secretaria do Regional, proclamará oficialmente e imediatamente o resultado do pleito.

Parágrafo único. Em caso de denegação de recurso, a proclamação será feita na própria sessão em que o mesmo for julgado.

Art. 55. Proclamado o resultado do pleito pelo Conselho Federal de Psicologia, os novos membros do Conselho Regional serão empossados em sessão solene, até 30 dias após a realização das eleições.

Art. 56. Os membros do Conselho Federal de Psicologia serão empossados em sessão solene dentro do período de 30 (trinta) dias que antecedem o término do mandato da atual gestão.

Art. 57. Declaradas empossadas e empossados, as novas Conselheiras e os novos Conselheiros elegerão a nova Diretoria do Conselho Federal dentre os membros efetivos.

CAPÍTULO VII

DAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

Art. 58. Em caso de renúncia ou destituição de conselheiras e conselheiros e para garantir o seu funcionamento, os Conselhos Regionais de Psicologia realizarão eleições suplementares para eleger novos membros, efetivos e suplentes, pelo sistema de voto pessoal, secreto e obrigatório das e dos integrantes da respectiva Assembleia Geral.

§ 1° As eleições suplementares serão necessárias, por decisão do Plenário, quando o número de conselheiras e conselheiros que permaneceram, após a convocação dos suplentes, não for suficiente para garantir o quórum para as reuniões plenárias ou para o funcionamento das comissões e realização dos projetos da entidade.

§ 2° O mandato dos novos membros dos Conselhos Regionais, eleitos por meio de eleição suplementar, será contado da data da sua posse ao término do mandato dos já empossados.

§ 3º As eleições suplementares serão anunciadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, na forma que estabelece os arts. 25, da Lei nº 5.766/71, em observância ainda ao disposto no Capítulo IV do Decreto nº 79.822/77;

Art. 59. As psicólogas e os psicólogos deverão ser informadas e informados da existência das eleições também por meio de mala direta que deverá conter a data, horário e o local da Assembleia Geral onde ocorrerá a eleição suplementar.

Art. 60. O Conselho Regional constituirá uma Comissão Eleitoral que será responsável pela eleição suplementar, tomando as providências necessárias para a eleição das novas Conselheiras e dos novos Conselheiros, e funcionará como instância para apreciar requerimentos referentes a essas eleições.

Art. 61. As interessadas e os interessados apresentarão suas inscrições individualmente, indicando seus interesses em participarem como membros efetivos ou suplentes.

§ 1° Após a inscrição das candidatas e dos candidatos, as inscritas e os inscritos poderão constituir chapas, com a indicação dos membros efetivos e suplentes, desde que preenchidas quantas forem as vagas existentes no Conselho Regional.

§ 2° Na hipótese do parágrafo anterior, será firmado documento de acordo das candidatas e dos candidatos da mesma chapa perante a Comissão Eleitoral;

§ 3° Somente será possível a composição de chapa se todas as candidatas e candidatos concordarem.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. São proibidas às gestoras e aos gestores dos Conselhos Regionais de Psicologias e Conselho Federal de Psicologia, bem como suas funcionárias e seus funcionários e prestadores de serviço, as condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatas e candidatos e chapas no pleito eleitoral, em especial, as seguintes:

§ 1º ceder ou usar, em benefício de chapa e candidata e candidato, materiais, serviços, bens móveis e imóveis pertencentes ao Conselho Regional de Psicologia e Conselho Federal de Psicologia, exceto nos casos autorizados pelas Comissões Eleitorais em condições de igualdade para todas as chapas;

§ 2º ceder funcionária e funcionário ou prestadora e prestador de serviços dos Conselhos Regional de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia ou usar de seus serviços, para candidata e candidato ou chapa, durante o horário de expediente normal, salvo se a funcionária ou o funcionário estiver licenciado;

Art. 63. Durante todo o processo eleitoral, as chapas poderão encaminhar requerimento por escrito às Comissões Regionais Eleitorais, comunicando fatos, solicitando informações e providências, desde que relacionados ao processo eleitoral e com fundamento nas normas e no código de ética da profissão;

§ 1º As Comissões Regionais Eleitorais responderão a cada documento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data e hora do recebimento, podendo ser prorrogado por igual período se houver necessidade de diligência ou outro procedimento para obtenção de informações.

§ 2º Somente após a resposta da Comissão Regional Eleitoral, caberá recurso à Comissão Eleitoral Regular do Conselho Federal de Psicologia, que deverá apreciar e responder no prazo de 3 (três) dias úteis, com base na documentação encaminhada e ad referendum da Plenária do Conselho Federal.

Art. 64. Os prazos estabelecidos neste Regimento serão prorrogados até o primeiro dia útil, caso o vencimento coincida com sábado, domingo, feriado nacional ou local.

Art. 65. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão Eleitoral Regular do Conselho Federal de Psicologia ad referendum do Plenário do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 66. O Regimento Eleitoral não poderá sofrer alteração pelo período de 1 ano que antecede as eleições.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 344/2014

PED 210/2012; Relatora Dra. Marlene Izidro Vieira; Data de julgamento 01 de dezembro de 2014; Representada: W.M.Z. Denúncia ex offício de Autoridade Policial e Ministério Público. Laudos emitidos para demandas judiciais por profissional fisioterapeuta qualificados como médicos, com preenchimento de campo próprio de médico, ainda, com avaliações não presenciais. Procedência. Deveres constantes da Resolução Coffito 10/1978, vigente ao tempo dos fatos, de qualificação profissional adequada e de atendimento presencial. Infrigência ao Código de Ética , e inciso I , do artigo 16, da Lei Federal 6316/1975. Pena, incisos , do artigo 17, multa no valor equivalente a duas anuidades, tendo em vista as situações do caso concreto.

ACÓRDÃO Nº 66/2015

PED 18/2014; Relatora Dra. Isabela Álvares dos Santos; Data de julgamento 07 de dezembro de 2015; Representado: M.F.B. Profissional fisioterapeuta, denúnciada pelo departamento de fiscalização do Crefito-8, por inadimplência de pessoa física e falta de registro de consultório. Procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, art. 15 parágrafo único, e cap. IV, art. 16, incisos VI, e art. 17; Lei Federal 6839/80, art. 1; Resolução Coffito 424/13. Pena: Multa de uma anuidade.

ACÓRDÃO Nº 333/2015

PED 43/2014; Relatora Dra. Marlene Izidro Vieira; Data de julgamento 22 de junho de 2015; Representado: D.S.L. Profissional fisioterapeuta, denúnciada ex offício por propaganda em sites de vendas coletivas. Infrigência ao artigo 46, artigo 47 e artigo 48, incisos V a VII da Resolução Cofitto 424/13. Profissional que após já ter sido orientada pela fiscalização e afirmar não estar mais anunciando, solicita permissão para anunciar em site. Elementos de prova caracterizando as faltas, com cópias de anúncios de práticas profissionais com a indicação de preço em contrariedade às regras éticas. procedência total. Pena: Multa de 3 (três) anuidades.

ACÓRDÃO Nº 318/2016

PED 266/2013; Relatora Dra. Marlene Izidro Vieira; Data de julgamento 15 de fevereiro de 2016; Representado:L.F.N. Profissional fisioterapeuta, denúnciada ex offício por falta de registro de empresa e inadimplência de pessoa jurídica. Infrigência à Lei Federal 6316/75 em seu art. 16, inciso VIII, bem como à Resolução Coffito 424/13 em seu art. 3, parágrafo 2, art. 9, inciso II, art. 25, inciso VI, art. 29 e art.30, inciso VII. Profissional com posterior pedido de baixa. Arquivamento.

ACÓRDÃO Nº 332/2016

PED 20/2015; Relatora Dra. Marlene Izidro Vieira; Data de julgamento 09 de maio de 2016; Representado: G.C.C. Profissional fisioterapeuta, denúnciada ex offício oriunda do CRN-8. Conduta antiética com a divulgação de dietas e exercícios em redes de comunicação e inadimplência de pessoa física. Infrigência à Lei Federal 6316/75 em seu art. 15, inciso VI e art. 16, inciso VI, bem como à Resolução Coffito nº 424/13 em seu art. 9, inciso II, art. 11, art. 15, inciso I e art. 29. Profissional que no curso do processo veio a cumprir com o pagamento de seus débitos junto ao Conselho, porém, com relação a prescrição de dietas, devidamente provada nos autos, descumpriu o Código de Ética, inclusive expondo a profissão e invadindo a área de outras profissões. Procedência total. Pena: Repreensão e Multa de 1 (uma) anuidade.

ACÓRDÃO Nº 303/2018

PED 25/2016; Relator Dr. Cleverson Fragoso; Data de julgamento 01 de maio de 2018; Representado: G.I.E. Profissional fisioterapeuta, denúnciada pelo departamento de fiscalização do Crefito-8, por inadimplência de pessoa física, procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, art. 15 e cap. IV, art. 16, incisos V, VI, VII e VIII; Código de Ética Profissional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional. Pena: Suspensão até a quitação total do débito.

ACÓRDÃO Nº 301/2018

PED 14/2016; Relator Dr. Cleverson Fragoso; Data de julgamento 01 de maio de 2018; Representado: A.B.M. Profissional fisioterapeuta, denúnciada pelo departamento de fiscalização do Crefito-8, por inadimplência de pessoa física, procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, art. 15 e cap. IV, art. 16, incisos V, VI, VII e VIII; Código de Ética Profissional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional. Pena: Suspensão até a quitação total do débito.

ACÓRDÃO Nº 302/2018

PED 15/2016; Relator Dr. Cleverson Fragoso; Data de julgamento 01 de maio de 2018; Representado: A.M. Profissional fisioterapeuta, denúnciada pelo departamento de fiscalização do Crefito-8, por inadimplência de pessoa física, procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, art. 15 e cap. IV, art. 16, incisos V, VI, VII e VIII; Código de Ética Profissional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional. Pena: Suspensão até a quitação total do débito.

ACÓRDÃO Nº 321/2018

PED 63/2017; Relator Dr. Cleverson Fragoso; Data de julgamento 25 de junho de 2018; Representado: D.S.M.S. Profissional fisioterapeuta, denúnciada pelo departamento de fiscalização do Crefito-8, por inadimplência de pessoa física, procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, art. 15 e cap. IV, art. 16, incisos V, VI, VII e VIII; Código de Ética Profissional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional. Pena: Suspensão até a quitação total do débito.

ACÓRDÃO Nº 322/2018

PED 64/2017; Relator Dr. Cleverson Fragoso; Data de julgamento 25 de junho de 2018; Representado: D.C.F. Profissional fisioterapeuta, denúnciada pelo departamento de fiscalização do Crefito-8, por inadimplência de pessoa física, procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, art. 15 e cap. IV, art. 16, incisos V, VI, VII e VIII; Código de Ética Profissional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional. Pena: Suspensão até a quitação total do débito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 326/2018

PED 80/2015; Relator Dr. Cleverson Fragoso; Data de julgamento 23 de abril de 2018; Representado:S.L.T. Profissional fisioterapeuta, denúnciada pelo departamento de fiscalização do Crefito-8, por inadimplência de pessoa física, procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, art. 15 e cap. IV, art. 16, incisos V, VI, VII e VIII; Código de Ética Profissional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional. Pena: Suspensão até a quitação total do débito.

ACÓRDÃO Nº 328/2018

PED 127/2016; Relator Dr. Cleverson Fragoso; Data de julgamento 23 de abril de 2018; Representado: E.M.R.B. Profissional fisioterapeuta, denúnciada pelo departamento de fiscalização do Crefito-8, por inadimplência de pessoa física, procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, art. 15 e cap. IV, art. 16, incisos V, VI, VII e VIII; Código de Ética Profissional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional. Pena: Suspensão até a quitação total do débito.

ACÓRDÃO Nº 331/2018

PED 137/2016; Relatora Dra. Naudimar di Pietro Simões; Data de julgamento 26 de março de 2018; Representado: H.C.T. Representante: M.G.V. e M.G.A.L. Profissional fisioterapeuta, denúnciado por suposto desrespeito a colega e cerciamento de autonomia, imcompatível com o inciso I do artigo 16 da Lei Federal 6316/75; inciso VII do artigo 10; artigo 21 e inciso III do artigo 25 da Resolução Coffito 424/13. Julgando por improcedente a representação.

ACÓRDÃO Nº 334/2018

PED 40/2015; Relatora Dra. Naudimar di Pietro Simões; Data de julgamento 23 de abril de 2018; Representado: Y.C.L.O. Profissional fisioterapeuta, denúnciada pelo Crefito-8 por, em tese, atuar com falta de registro de consultório e inadimplência. Infrigência à Lei Federal 6316/75, art. 16, incisos V, VII e VIII; Resolução Coffito 08/78, artigo 105, indicando a situação dos autos. Pena: Suspensão até a quitação total dos débitos .

ACÓRDÃO Nº 335/2018

PED 61/2015; Relatora Dra. Naudimar di Pietro Simões; Data de julgamento 26 de março de 2018; Representado: N.M.B.D. Profissional fisioterapeuta, denúnciada por ex offício por atuar com excesso de quantitativo, com suposta infrigência à Lei Federal 6316/75, art. 16, incisos I e VIII; Resolução Coffito 387/11, artigo 6, art. 9, inciso VI e VII, art. 10, inciso II, art. 11 e 14. Pena: Multa de 05 (cinco) anuidades.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

2ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2017.003303-6/SCA. Recte: C.L.N. (Advs: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215076). Recdo: Corregedor-Geral da OAB. Interessada: Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 017/2018/SCA. Recurso em face de decisão do Corregedor-Geral do Processo Disciplinar da OAB. Art. 30 da Resolução nº. 03/2010. Arquivamento de reclamação em vista da atuação regular dos órgãos julgadores deste Conselho Federal. Recurso que, ao invés de impugnar os fundamentos da decisão recorrida, busca do reconhecimento de nulidade do processo disciplinar que originou a atuação do órgão correcional interno. Ausência de dialeticidade. Jurisprudência madura deste Conselho Federal da OAB no sentido de que o recurso contra decisão proferida no âmbito estrito do órgão correcional interno não será admitido quando tiver por pretensão o reexame do mérito do processo administrativo que originou a atuação da Corregedoria. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Everaldo Bezerra Patriota, Relator.

HOMOLOGAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO N. 49.0000.2018.005966-5/SCA. Assunto: Homologação do Regimento Interno do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/São Paulo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). EMENTA N. 018/2018/SCA. Homologação de Regimento Interno. Ausência de envio do Regimento Interno do Tribunal de Ética e Disciplina a ser homologado, por ele organizado e submetido à aprovação pelo Conselho Seccional. Remessa do Regimento Interno do Conselho Seccional, contendo as normas mínimas de composição, modo de eleição e funcionamento do Tribunal de Ética e Disciplina, como determina o art. 114 do Regulamento Geral. Necessidade de elaboração da norma autônoma pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Modulação dos efeitos. Aproveitamento dos processos disciplinares e demais processos que tramitaram e tramitam sob a regulamentação da norma Regimental do Conselho, até a edição e homologação do respectivo regimento interno. Conversão do julgamento em diligência. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em converter o feito em diligência, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc.

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
MARCELO LAVOCAT GALVÃO
Presidente da Câmara
Em exercício

AUTOS COM VISTA

O processo a seguir relacionado encontra-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando o recurso interposto: MEDIDA CAUTELAR N. 49.0000.2018.006112-8/SCA. Recte: E.O.C. (Adv: João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203670). Recdos: Despacho de fls. 45/46 e Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
MARCELO LAVOCAT GALVÃO
Presidente da Câmara
Em exercício

DESPACHO

RECURSO N. 49.0000.2017.002979-0/SCA. Recte: J.R.S.O.J. (Advs: Vanessa Alves Leite OAB/RJ 135358 e outra). Recdo: M.R.V. (Advs: Esdras Dantas de Souza OAB/DF 3535 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). DESPACHO: "Fls. 283/288. Cuida-se de embargos de declaração com efeitos infringentes opostos pelo advogado J.R.S.O.J., em face do acórdão de fls. 255/263, proferido por esta Segunda Câmara em 16/04/2018. Às fls. 275 verifica-se certidão de trânsito em julgado, tendo em vista que, até a data de 11/05/2018, não fora recebido protocolo de recurso pela Secretaria desta Câmara, ou mesmo recebida manifestação protocolada no âmbito do Conselho Seccional (art. 139, §§ 1º e 2º, do Regulamento Geral do EAOAB), razão pela qual fora determinada a remessa dos autos à origem. Não obstante, com o retorno dos autos para execução do julgado, o Conselho Seccional competente juntou aos autos a petição de embargos de declaração, protocolada em 24/04/2018, estando, a princípio, tempestivo o recurso. Dessa forma, torno sem efeito a certidão de fls. 275 e afasto o trânsito em julgado da condenação, determinando à Secretaria desta Segunda Câmara do CFOAB que processe os embargos de fls. 283/288, na forma regulamentar.

Brasília-DF, 6 de agosto de 2018.
ELTON SADI FÜLBER
Relator

1ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2017.003735-6/SCA-PTU-ED. Embte: F.M.B. (Advs: Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800). Embdo: Acórdão de fls. 220/225. Recte: F.M.B. (Advs: Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800 e Fernanda de Melo Brito OAB/MG 107102). Recdos: Joaquim Donizetti Nascimento. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 111/2018/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de razões finais. Nulidade processual absoluta. Acolhimento dos embargos, com efeitos infringentes, para anular o processo desde o despacho que certificou a ausência de razões finais. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher os embargos de declaração, com efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Brasília, 25 de junho de 2018. Elton Sadi Fülber, Presidente em exercício e Relator.

RECURSO N. 12.0000.2013.017928-9/SCA-PTU. Recte: R.G.P. (Advs: Renata Gonçalves Pimentel OAB/MS 11980 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). EMENTA N. 112/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Conversão da censura em advertência. Ausência de punição disciplinar anterior. Circunstância atenuante. Direito subjetivo do advogado. Precedentes. Recurso parcialmente provido, para converter a censura em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos da advogada, nos termos do artigo 36, parágrafo único, da Lei n.º 8.906/94. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Wanderley Cesário Rosa, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2017.004552-7/SCA-PTU-ED. Embtes: C.L.B. e G.H.B. (Adv: Rafael Fausel OAB/SC 20384). Embdo: Acórdão de fls. 273/282. Rectes: C.L.B. e G.H.B. (Advs: Nélio Abreu Neto OAB/SC 25105, Rafael Fausel OAB/SC 20384 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Setti Aguiar (AC). EMENTA N. 113/2018/SCA-PTU. Embargos de declaração. Omissão. Acolhimento. Atribuição de efeitos infringentes. Dosimetria. Condenação disciplinar sem o trânsito em julgado ao tempo da nova infração disciplinar. Ausência de reincidência. Acolhimento dos embargos de declaração, para sanar a omissão apontada e, consequentemente, atribuir-lhes efeitos infringentes, para cominar ao primeiro embargante a sanção disciplinar de censura, sem conversão em advertência, dada à gravidade dos fatos, e reduzir o prazo de suspensão do exercício profissional para 30 (trinta) dias, em relação ao segundo embargante. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2017.008452-0/SCA-PTU. Recte: M.G.D. (Adv: Miguel Gonçalves Dias OAB/BA 9201). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 114/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal contra decisão unânime proferida pela Seccional da OAB/BA. Inadimplência. Art. 34, inciso XXIII, do EAOAB. Suspensão do exercício profissional. Legalidade. Sobrestamento do feito. Impossibilidade. Equívoco na notificação inicial para a apresentação de defesa prévia. Nulidade absoluta. Reconhecimento. Prescrição. Matéria de Ordem Pública. Verificação ex officio. 1) Não é inconstitucional a penalidade de suspensão aplicada ao advogado inadimplente, visto que os dispositivos previstos no Estatuto da Advocacia e da OAB, que regem a cobrança de anuidade, presumem-se constitucionais, uma vez que se encontram em vigor há mais de duas décadas e jamais foram declarados inconstitucionais por decisão definitiva dos órgãos competentes do Poder Judiciário, seja nas vias do controle concentrado ou no âmbito do controle difuso de constitucionalidade. 2) A sanção pela prática de infração disciplinar, consistente na falta de pagamento da anuidade, respeita integralmente o princípio constitucional da legalidade, eis que prevista na Lei 8.906/94 (EAOAB). 3) A ocorrência de equívoco na notificação inicial e o não saneamento por parte da OAB é causa de nulidade absoluta, por ofensa às garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal, asseguradas pelo art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal. 4) A prescrição constitui matéria de ordem pública e, em razão disso, pode ser reconhecida de ofício e em qualquer grau de jurisdição. 5) Decorrido lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre a última interrupção do prazo prescricional válida e o presente julgamento, impõe-se o reconhecimento da extinção da punibilidade do representado pela ocorrência da prescrição. 6) Reconhecimento da nulidade absoluta do processo disciplinar a partir da notificação inicial e se declara, por consequência, o implemento da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em reconhecer a nulidade do processo desde as notificações iniciais e declarar o implemento da prescrição da pretensão punitiva da OAB, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator.

RECURSO N. 49.0000.2017.010445-4/SCA-PTU. Recte: J.P.A. (Adv: Joel Pereira de Assis OAB/SP 148499). Recdos: Despacho de fls. 252 do Presidente da PTU/SCA e A.S.C. (Adv. assistente: Eduardo da Silva Orlandini OAB/SP 264814). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Setti Aguiar (AC). EMENTA N. 115/2018/SCA-PTU. Recurso voluntário. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Decisão monocrática de indeferimento liminar do recurso ao Conselho Federal da OAB, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94. Divergência entre o acórdão do Conselho Seccional e precedentes deste CFOAB, reconhecida de ofício. Acordo judicial firmado entre as partes, para pagamento dos valores devidos. Discussão judicial

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

envolvendo as partes que tem o condão de afastar a prorrogação da suspensão do exercício profissional, pois caberá ao Poder Judiciário decidir, definitivamente, quanto a eventuais créditos/débitos envolvendo as partes. Acordo judicial que não afasta a materialidade das infrações disciplinares do art. 34, XX e XXI, do EAOAB, que se consumam no momento em que o advogado recebe valores em nome de seu cliente e deles se apropria, não prestando as contas devidas no momento oportuno. Recurso parcialmente provido, apenas para afastar a prorrogação da suspensão do exercício profissional, mantida, no mais, a condenação disciplinar imposta pelas instâncias de origem. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2018.000464-9/SCA-PTU. Recte: M.W.S. (Adv: Marcus Werner Salvalaggio OAB/SC 16354). Recdo: Maria Terezinha Albino Alcântara. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 116/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº. 8.906/94, ao Regulamento Geral do EAOAB, ao Código de Ética e Disciplina ou aos Provimentos. Ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador deste Conselho Federal da OAB ou de Conselho Seccional. Recurso que não supera os óbices de admissibilidade previstos no artigo 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.001425-3/SCA-PTU. Recte: A.C.E.S. (Advs: Antônio Carlos Ewbank Seixas OAB/SP 16654, Antonio Moraes da Silva OAB/SP 20470 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). EMENTA N. 117/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Processo de exclusão de advogado dos quadros da OAB. Art. 38, inc. I, do EAOAB. Aplicação, por três vezes, da sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, com decisão condenatória transitada em julgado. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2018.001595-5/SCA-PTU. Recte: O.L.M. (Defensor dativo: Itamar de Souza Novaes OAB/MS 11173). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). EMENTA N. 118/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Exclusão de advogado dos quadros de forma incidental. Impossibilidade. Necessidade de instauração de processo autônomo. Inadimplência de anuidade. Hipótese na qual deve ser instaurado processo de cancelamento de inscrição (art. 22, p.ú, RG), e não de exclusão. Recurso parcialmente provido, para reformar o acórdão recorrido e manter a decisão condenatória do TED, à suspensão de 150 dias, por violação ao art. 34, XXIII, do EAOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.001807-7/SCA-PTU. Recte: L.C.L.J. (Adv: Fernando Gouvêa OAB/SC 13119). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). EMENTA N. 119/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Processo de exclusão de advogado dos quadros da OAB. Art. 38, inc. I, da Lei n. 8.906/94. Advogado que ostenta três condenações disciplinares anteriores, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, todas transitadas em julgado. Sanção disciplinar de exclusão dos quadros da OAB que se impõe. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Juliano José Breda, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002223-1/SCA-PTU. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, Ricardo Ferreira Breier-Gestão 2016/2019. Recdos: L.A.N., G.D.N. e M.F. (Advs: Marcelo Almeida Sant'Anna OAB/RS 50756, Geraldine Dossa Nedeff OAB/RS 75518, Marcos Fabiani OAB/RS 78289 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 120/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB em face de acórdão prolatado pelo Órgão Especial do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, que não conheceu o recurso interposto por ausência dos pressupostos de admissibilidade recursal. Ausência de demonstração da efetiva violação à legislação disciplinar. Impossibilidade do reexame de fatos e provas nesta seara excepcional, exceto nos casos de error in judicando ou error improcedendo, que não se aplicam à hipótese. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002443-5/SCA-PTU. Recte: I.C.O. (Adv: Ivan Couto de Oliveira OAB/RJ 52659). Recda: Maria da Graça Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relatora: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). EMENTA N. 121/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Violação aos arts. 9º, 10, 11 e 12 do CED. Advogado que não informa adequadamente à cliente sobre o andamento do processo, chegando a informar que não havia sentença proferida, quando, na verdade, já havia transcorrido o prazo para interposição de recurso. Infrações éticas configuradas. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Francilene Gomes de Brito, Relatora.

RECURSO N. 49.0000.2018.002467-0/SCA-PTU. Recte: F.H.M.A. (Adv: Fernando Henrique Modesto de Andrade OAB/SP 247320). Recdo: Silvano Bargas de Carvalho. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 122/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Exclusão de advogado dos quadros da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Recurso provido. 1) Conforme pacificado pelo Pleno da Segunda Câmara, quando do julgamento do Recurso n. 49.0000.2017.005793-0/SCA (DOU, S.1, 24.05.2018, p. 135), a interrupção do curso da prescrição da pretensão punitiva, ou prescrição quinquenal, nos termos do inciso I, do § 2º, do art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB, somente ocorrerá uma única vez, seja pela instauração do processo disciplinar, hipótese em que o processo é instaurado de ofício, ou pela notificação inicial válida, feita ao advogado, na forma do art. 137-D do Regulamento Geral, para apresentar defesa prévia ou qualquer outra manifestação nos autos, sendo considerado como marco interruptivo apenas aquele que verificar primeiro. 2) Assim, em se verificando que ocorreu a notificação do advogado para apresentar defesa prévia, e somente depois houve a declaração de instauração do processo disciplinar, a notificação inicial é o marco interruptivo do curso da prescrição. E, sobrevindo decisão condenatória recorrível após lapso temporal de 05 (cinco) anos da notificação, há que se declarar extinta a punibilidade pela prescrição quinquenal. 3) Recurso provido, para declarar extinta a punibilidade. 4) Determinada à Seccional da OAB/São Paulo que apure a responsabilidade pela paralisação do processo nos termos do artigo 43, § 1º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002474-3/SCA-PTU. Recte: E.A.G.D. (Advs: Fabio Roque Abreu Nogueira OAB/MG 129307, Miris Santiago Bensiman OAB/MG 147699 e outros). Recdos: J.M.H.J., C.A.S.L. e P.G.C.L. (Advs: José Mendes Honório Junior OAB/MG 63155, César Augusto Santiago Linhares OAB/MG 75601 e Patrícia Gontijo Cardoso Linhares OAB/MG 78808). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 123/2018/SCA-PTU. Recurso contra acórdão unânime prolatado pelo Conselho Seccional da OAB/MG. Não apresentação de alegações finais pela parte representada. Nulidade absoluta. Reconhecimento ex offício. Prescrição. Matéria de ordem pública. 1) As alegações finais (memoriais) constituem fase imprescindível do processo em que é assegurado às partes a efetiva manifestação sobre todas as provas produzidas no curso da instrução processual e, no caso do representado, a última oportunidade de sustentar eventuais alegações acerca da improcedência da representação. 2) A ausência de juntada das competentes alegações finais é caso de nulidade absoluta, por ofensa à garantia constitucional da ampla defesa assegurada pelo art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como pelo que dispõe o art. 261 do Código de Processo Penal, aplicável subsidiariamente ao processo disciplinar por força do art. 68 do EAOAB. 3) A prescrição constitui matéria de ordem pública e, em razão disso, pode ser reconhecida de ofício e em qualquer grau de jurisdição. 4) Decorrido lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre a última interrupção do prazo prescricional válida e o presente julgamento, impõe-se o reconhecimento da extinção da punibilidade do representado pela ocorrência da prescrição. 5) Recurso que se conhece e declara, ex offício, a nulidade absoluta do processo disciplinar a partir da fase suprimida, bem como reconhece o implemento da prescrição da pretensão punitiva nos termos do art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo o recurso e declarando, ex offício, a nulidade do processo desde o parecer preliminar e o implemento da prescrição da pretensão punitiva da OAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002590-0/SCA-PTU. Recte: J.B.J. (Advs: José Brun Júnior OAB/SP 128366 e outros). Recdo: Conselho Seccional OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). EMENTA N. 124/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Não transcorrendo lapso temporal superior a cinco anos de tramitação do feito entre os marcos interruptivos do art. 43, § 2º, do EAOAB, nem permanecendo o processo absolutamente paralisado por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento, não se constata nenhuma das modalidades de prescrição. Competência para instauração de processo disciplinar. Art. 70 do EAOAB. Processo disciplinar instaurado de ofício, pelo Tribunal de Ética e Disciplina, diante da constatação de fatos, no curso de outro processo disciplinar, que configuram, em tese, infração disciplinar. Inexistência de violação às regras de competência fixadas pelo EAOAB. Recurso não provido e, de ofício, convertida a sanção de censura em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do advogado, face à primariedade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso e, de ofício, converter a sanção de censura em advertência, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002614-4/SCA-PTU. Recte: D.P.A. (Adv: Dário Prates de Almeida OAB/SP 216156). Recda: Wilcilane Olavo dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). EMENTA N. 125/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento. Infração disciplinar configurada. Prescrição. Inexistência. Nulidades processuais. Mera reiteração das teses do recurso anterior, sem a impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido, que enfrentou e afastou as nulidades arguidas. Violação à dialeticidade. Reclassificação da tipificação da conduta pelo Conselho Seccional, de modo a prejudicar a situação do advogado recorrente. Impossibilidade. Reformatio in pejus. Recurso parcialmente provido, para afastar da condenação o inciso XXI do art. 34 do EAOAB, e, consequentemente, a prorrogação da suspensão até a satisfação integral da dívida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Wanderley Cesário Rosa, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002710-8/SCA-PTU. Recte: J.A.A.T. (Adv: José Apolinário de Amorim Tonéo OAB/PE 20211). Recda: Estelina Regina Silva de Oliveira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 126/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Inocorrência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre as causas interruptivas do curso da prescrição quinquenal. Conduta incompatível com a advocacia. Advogada que junta procuração em demanda já em fase recursal extraordinária, apenas para concordar com o pagamento por precatório e renunciar os honorários de sucumbência, pertencentes ao advogado então constituído nos autos. Prática infracional que vem sendo reiterada pela advogada. Nítida conduta incompatível com a advocacia. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Everaldo Bezerra Patriota, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002728-9/SCA-PTU. Recte: S.L.C.S.DPVAT.S/A. Repte. legal: M.D.L. (Adv: Ricardo da Silva Monteiro OAB/GO 37546-A e outros). Recda: F.O.C.C. (Advs: Addson Lourenço Barbosa Júnior OAB/GO 45439 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). EMENTA N. 127/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Tempestividade do recurso ao Conselho Seccional. Advogado substabelecido apenas para comparecer à sessão de julgamento pelo TED. Impossibilidade de sair notificado para interposição de recurso. Notificação posterior ao patrono da parte recorrente. Prazo que deve começar a fluir de sua notificação. Recurso provido, para declarar tempestivo o recurso ao

Conselho Seccional, com retorno dos autos para análise do mérito. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2018.002735-1/SCA-PTU. Recte: S.N.R. (Advs: Ricardo Brandt Naschenweng OAB/SC 10344 e outra). Recdo: Claudemir dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 128/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas. Infrações configuradas. Quitação posterior. Irrelevância no tocante à materialidade das infrações disciplinares. Ausência de preenchimento de ata de julgamento. Ausência de nulidade. Precedentes desta Turma. Dosimetria. Reincidência. Condenação disciplinar anterior, com o trânsito em julgado. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Everaldo Bezerra Patriota, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002933-8/SCA-PTU. Recte: R.E. (Defensora dativa: Arlene Vicente Santos Paz de Menezes OAB/MS 18902). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). EMENTA N. 129/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Inadimplência de anuidades devidas à OAB. Infração disciplinar. Recurso não provido. 1) Constitui infração disciplinar punível com suspensão do exercício profissional deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo, podendo a sanção ser prorrogada até a quitação integral da dívida, nos termos do art. 37, § 2º, da Lei nº 8.906/94. 2) Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Wanderley Cesário Rosa, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.003108-5/SCA-PTU. Recte: G.L.N. (Advs: Gustavo Lessa Neto OAB/PR 19651 e Rafael Leone Guarilha Colli OAB/PR 82356). Recdo: Rafael Milani de Oliveira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 130/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Retroatividade da Resolução nº 09/2016. Impossibilidade. Regra processual que versa sobre prazos de recurso, a qual não retroage, aplicando-se a norma existente à época da decisão impugnada. Intempestividade do recurso ao Conselho Seccional. Preclusão. Impossibilidade de superação da intempestividade e conhecimento do presente recurso, visto que a tempestividade é matéria de ordem pública, não dispondo o julgador de discricionariedade para afastá-la e conhecer do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.003130-3/SCA-PTU. Recte: P.C.L.J. (Adv: Pedro Carneiro Lobo Junior OAB/PR 39186). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto de Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 131/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal contra decisão unânime proferida pela Seccional paranaense. Nulidade da notificação inicial. Necessidade de intimação por via editalícia. Inocorrência. 1) Consoante determina o art. 137-D do Regulamento Geral do EAOAB, presume-se recebida a notificação encaminhada aos endereços constantes no cadastro da parte junto à OAB, podendo a correspondência ser enviada tanto ao endereço residencial quanto ao profissional. 2) Não há que se falar em notificação via edital, antes da designação de defensor dativo, quando a parte representada é devidamente notificada por correspondência, nos termos do caput do art. 137-D, do Regulamento Geral do EOAB. 3) Recurso que se conhece e nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.003137-9/SCA-PTU. Recte: C.M.G. (Advs: Crisaine Miranda Grespan OAB/PR 46133, Diego Magalhães Zampieri OAB/PR 47868 e outro). Recdo: Edvaldo Cesar Donadeli. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). EMENTA N. 132/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Conversão do julgamento em diligência. Art. 71, § 1º, do Regulamento Geral. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em converter o feito em diligência, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Francilene Gomes de Brito, Relatora.

RECURSO N. 49.0000.2018.003235-9/SCA-PTU. Rectes: R.S. e E.H.C. (Adv: Rodrigo Silveira OAB/MT 10410/O e Eduardo Hargesheimer Cubitza OAB/MT 10742/O). Recda: B.A.S. (Adv. assistente: Pedro Augusto de Araujo Marques Barbosa OAB/MT 12547/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relatora: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). EMENTA N. 133/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Continuidade delitiva na prática de infração disciplinar. Impossibilidade de reconhecimento na instância extraordinária. Instâncias de origem que já rejeitaram a pretensão, dadas às individualidades de cada caso. 1) Não se admite a pretensão ao reconhecimento de continuidade delitiva na instância extraordinária, quando já julgados os processos disciplinares em primeira e segunda instâncias, e já afastada a pretensão pelas instâncias de origem, sob o fundamento de que cada caso tem suas peculiaridades e individualidades, ainda que o contexto seja o mesmo. 2) Mérito recursal não analisado, face à ausência dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75, caput, do EAOAB, constatada a mera pretensão ao reexame de questões fáticas e probatórias, de modo a afastar a condenação disciplinar. 3) Recurso parcialmente conhecido, quanto à nulidade arguida e, nesse ponto, improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso interposto e, nesse ponto, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Mato Grosso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Francilene Gomes de Brito, Relatora.

RECURSO N. 49.0000.2018.003362-0/SCA-PTU. Recte: L.M.T. (Advs: Luis Mario Teixeira OAB/MT 13912/O e outro). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). EMENTA N. 134/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Conduta incompatível com a advocacia e realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la. Ajuizamento de quatro ações judiciais distintas, todas elas tendo o mesmo pedido de indenização por danos morais por inscrição nos registros de proteção ao crédito, e para o mesmo cliente. Infrações disciplinares configuradas. Divergência no julgado que se limita à dosimetria, e que além de ser favorável ao advogado, resta vencedora. Majoração da reprimenda tendo por fundamento suspensão preventiva e processos em andamento. Impossibilidade. Parcial provimento do recurso, para reduzir o prazo de suspensão ao mínimo legal de 90 (noventa) dias. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Mato Grosso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Juliano José Breda, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.003364-7/SCA-PTU. Recte: J.A.B. (Adv: João Antônio Bezerra OAB/SP 136836). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). EMENTA N. 135/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Processo de exclusão de advogado dos quadros da OAB. Art. 38, inc. I, do EAOAB. Aplicação, por três vezes, da sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, com decisão condenatória transitada em julgado. Pretensão ao reexame do mérito dos processos disciplinares que ensejaram a instauração do processo de exclusão. Impossibilidade. Contraditório que deve se limitar à existência dos requisitos objetivos para a procedência da pretensão punitiva. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2018.003560-5/SCA-PTU. Recte: D.D.G.F.M. (Adv: Giancarlo Castelan OAB/SC 7082). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). EMENTA N. 136/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Prescrição intercorrente. Despacho de redesignação de relator. Ato processual que não interrompe o curso da prescrição. Precedentes. Paralização do processo por mais de três anos entre a designação do primeiro relator e o julgamento do recurso, sem qualquer movimentação processual efetiva, apenas de redesignação de relatores. Recurso provido, para declarar extinta a punibilidade pela prescrição intercorrente. Determinada à Seccional da OAB/Santa Catarina que apure a responsabilidade pela paralisação do processo, nos termos do artigo 43, § 1º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Juliano José Breda, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.003929-3/SCA-PTU. Recte: D.C.S. (Adv: Danúbio Cunha da Silva OAB/PR 26086). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 137/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal contra decisão unânime proferida pela Seccional paranaense. Nulidade da notificação inicial por edital. Inocorrência. Nulidade por cerceamento de defesa. Utilização de revisão de processo disciplinar nitidamente para exame de supostas nulidades ocorridas no procedimento do processo disciplinar já transitada em julgado. Clara pretensão à desconstituição da coisa julgada administrativa, sem a demonstração de erro de julgamento ou condenação baseada em falsa prova. Improvimento. 1) Conforme determina o parágrafo segundo do art. 137-D do Regulamento Geral do EAOAB, impõe-se a notificação editalícia, por meio de publicação na imprensa oficial do Estado, sempre que frustrada a notificação por via postal. 2) Incabível a utilização de pedido de revisão para rediscussão de teses de mérito já analisadas no processo originário e acobertadas pela coisa julgada. 3) Recurso que se conhece e nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.004046-3/SCA-PTU. Recte: P.H.L. (Advs: Vanessa Pereira Valinas Borges Carvalho OAB/BA 38475 e outros). Recda: Isabel de Lourdes Miranda Lima. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 138/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre a notificação inicial válida e a primeira decisão condenatória recorrível, proferida pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Recurso provido para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Determinada à Seccional da OAB/Bahia que proceda a apuração da responsabilidade pela paralisação do processo, nos termos do artigo 43, § 1º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Everaldo Bezerra Patriota, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.004378-7/SCA-PTU. Recte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384). Recdo: Gilberto Gregório. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 139/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Inocorrência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre as causas interruptivas do curso da prescrição quinquenal, ou paralisação do processo por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento. Alegação de nulidade. Inexistência. Devido processo legal observado. Infração disciplinar configurada. Ausência de impugnação dos fundamentos adotados pela Seccional, resultando violação ao princípio da dialeticidade. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator.

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Presidente da Turma

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos:

RECURSO N. 49.0000.2016.011046-3/SCA-PTU. Recte: W.P.C.F. (Advs: Wagner Paulo da Costa Francisco OAB/SP 161735 e outro). Recdo: Milton Gonzaga Araújo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.002148-6/SCA-PTU. Recte: D.G. (Adv: Cléber Stevens Gerage OAB/SP 355105). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.006085-0/SCA-PTU. Recte: S.O.B. (Adv: Sidimar Oliveira Bezerra OAB/SP 198583). Recdos: Despacho de fls. 118 do Presidente da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Interessado: R.S.T. (Adv: Reginaldo dos Santos Teixeira OAB/SP 215071).

RECURSO N. 49.0000.2017.008202-5/SCA-PTU. Recte: J.O.B.S. (Advs: Arthur Bruno Fischer OAB/RJ 138292 e outros). Recda: Silvana Aparecida Pinheiro. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Paraná e P.R.P.A. (Adv: Domingos Sávio Bregalda Gussen OAB/RJ 127405). RECURSO N. 49.0000.2017.009338-4/SCA-PTU. Rectes: G.D.C., J.A.A.A.A. e N.M.K.A. (Advs: Gabriel Diniz da Costa OAB/RS 63407, Jamil Abdelrazzak Abdala Abo Abdo OAB/RS 22830 e Nádia Maria Koch Abdo OAB/RS 25983). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul.

RECURSO N. 49.0000.2017.012113-1/SCA-PTU. Recte: E.B.B. (Adv: Evaldir Borges Bonfim OAB/SP 95692). Recdos: Despacho de fls. 396 do Presidente da PTU/SCA e Francineide Alves Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2018.000985-6/SCA-PTU. Recte: E.B. (Advs: Eliane Budyk OAB/PR 51700 e Pedro Luiz Nunes OAB/PR 16459). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná.

RECURSO N. 49.0000.2018.002557-8/SCA-PTU. Recte: M.I.T. (Defensor dativo: Alessandro Pereira de Azevedo OAB/SP 224643). Recdos: Despacho de fls. 166 do Presidente da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2018.002562-6/SCA-PTU. Recte: M.D.S. (Advs: Euro Bento Maciel OAB/SP 24768 e outros). Recdos: Despacho de fls. 738 do Presidente da PTU/SCA e M.S.R. (Advs: Laudo Arthur OAB/SP 113035 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2018.002569-1/SCA-PTU. Recte: M.G. (Adv: Marcelo Gerent OAB/SP 234296). Recdos: Despacho de fls. 518 do Presidente da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2018.002607-0/SCA-PTU. Rectes: M.R.P. e D.C.D.S.P.C. (Advs: Justiniano Aparecido Borges OAB/SP 107585, Luiz Antonio Torcini OAB/SP 95708 e outros). Recdos: Despacho de fls. 266 do Presidente da PTU/SCA e Francisco de Assis Mateus. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2018.002609-6/SCA-PTU. Recte: C.A. (Advs: Cláudio De Angelo OAB/SP 116223 e outros). Recdos: Despacho de fls. 184/185 do Presidente da PTU/SCA e G.M.U. (Advs: Alex Pereira da Silva OAB/SP 370509 e Cristiane Silva Picheli OAB/SP 299588). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2018.003612-3/SCA-PTU. Recte: L.C. (Adv: Sérgio Luis Taconi OAB/PR 60986). Recdos: Despacho de fls. 15 do Presidente da PTU/SCA e L.S. (Adv: Robson Meira dos Santos OAB/PR 55629). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO N. 49.0000.2018.003783-5/SCA-PTU. Recte: S.M.C. (Advs: Jeziel Rodrigues Cruz Junior OAB/MG 97447 e outros). Recdo: Despacho de fls. 186 do Presidente da PTU/SCA e C.J.C.S. (Adv: Célio José de Carvalho Satyro OAB/PR 68879). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais.

RECURSO N. 49.0000.2018.003924-4/SCA-PTU. Recte: O.M.S. (Adv: Oberto Francisco da Silva OAB/BA 23435). Recdos: Despacho de fls. 208 do Presidente da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Bahia. RECURSO N. 49.0000.2018.004384-3/SCA-PTU. Recte: M.G. (Advs: Cyro Kusano OAB/SP 46169, Marinilda Gallo OAB/SP 51158 e outra). Recdos: Despacho de fls. 450 do Presidente da PTU/SCA e M.A.S. (Adv: Maurício Cividanes OAB/SP 314910). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Presidente da Turma

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2017.009159-4/SCA-PTU. Rectes: D.R.S., O.S.J. e P.F.L. (Advs: Daniel Reus de Souza OAB/SP 172736, Osvaldo Simões Junior OAB/SP 72004 e Paulo Ferreira Lima OAB/SP 197901). Recdo: A.G.R.J. (Adv: Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim OAB/SP 121506). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). DESPACHO: "Fls. 359. Cuida-se de recurso interposto pelos advogados O.S.J., D.R.S. e P.F.L., em face do despacho de fls. 350 exarado pelo Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara, em 06/03/2018. Às fls. 353 verifica-se certidão de trânsito em julgado, tendo em vista que, até a data de 27/03/2018, não fora recebido protocolo de recurso pela Secretaria desta Turma, ou mesmo recebida manifestação protocolada no âmbito do Conselho Seccional (art. 139, §§ 1º e 2º, do Regulamento Geral do EAOAB), razão pela qual fora determinada a remessa dos autos à origem. Não obstante, com o retorno dos autos para execução do julgado, o Conselho Seccional competente juntou aos autos a petição recursal, protocolada em 27/03/2018, estando, a princípio, tempestivo o recurso. Dessa forma, torno sem efeito a certidão de fls. 353 e afasto o trânsito em julgado da condenação, determinando à Secretaria desta Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB que processe o recurso de fls. 359, na forma regulamentar. Brasília, 6 de agosto de 2018. Alexandre Mantovani, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2017.009233-0/SCA-PTU-ED. Embte: F.C. (Adv: Gedir Medeiros Campos Junior OAB/AL 6001). Embdo: Acórdão de fls. 681/691. Recte: F.C. (Advs: Gedir Medeiros Campos Junior OAB/AL 6001 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Alagoas. Interessado: S.L.C.DPVAT.S/A. Repte. legal: M.D.L. (Advs: José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque OAB/CE 4040, Gilberto Antônio Fernandes Pinheiro Júnior OAB/CE 27722, Raphael Ayres de Moura Chaves OAB/CE 16077 e outros). Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). DESPACHO: "Cuida-se de embargos de declaração opostos pelo advogado F.C., em face do acórdão de fls. 681/691, pelo qual esta Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso por ele interposto, para afastar da condenação a tipificação do artigo 34, inciso XXVIII, do Estatuto da Advocacia e da OAB, mantendo, no mais, a condenação das instâncias de origem, à sanção disciplinar de exclusão dos quadros da OAB. Considerando a possibilidade de atribuição de efeitos infringentes aos presentes embargos, notifiquem-se os recorridos/interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias. Brasília, 6 de agosto de 2018. Alexandre Mantovani, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.000575-5/SCA-PTU-ED. Embte: C.M.S. (Adv: Paulo Gonçalez OAB/SP 48267). Embdo: Despacho de fls. 444 do Presidente da PTU/SCA. Recte: C.M.S. (Adv: Paulo Gonçalez OAB/SP 48267). Recdo: L.B. (Falecido). (Advs: Leandro Bizetto OAB/SP 255850 e Maisa Hespanholetto OAB/SP 270646). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, I.V.B.M., I.L.B.V., I.I.B.G. e L.A.B. (Advs: Leandro Bizetto OAB/SP 255850 e Maisa Hespanholetto OAB/SP 270646). Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 449/456 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 444. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 31 de julho de 2018. Wanderley Cesário Rosa, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.001603-5/SCA-PTU-ED. Embte: J.F.S. (Adv: José Francisco da Silva OAB/SP 88492, OAB/DF 1891-A e OAB/MS 7625-A). Embdo: Despacho de fls. 172 do Presidente da PTU/SCA. Recte: J.F.S. (Adv: Carlos Alberto de Jesus Marques OAB/MS 4862 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 183/188 e 192/204 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 172. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 7 de agosto de 2018. Everaldo Bezerra Patriota, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.002571-3/SCA-PTU-ED. Embte: S.R.S. (Adv: Sandra Regina Schiavinato OAB/SP 95609). Embdo: Despacho de fls. 733 do Presidente da PTU/SCA. Recte: S.R.S. (Adv: Sandra Regina Schiavinato OAB/SP 95609). Recdo: Espólio de K.G.K. Representante legal: G.K. (Adv: Rogério Lira Afonso Ferreira OAB/SP 281927 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 740/766 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 731/733. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 8 de agosto de 2018. Alexandre Mantovani, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.002598-3/SCA-PTU-ED. Embte: J.C.N. (Adv: Acácio Fernando José OAB/SP 314267). Embdo: Despacho de fls. 827 do Presidente da PTU/SCA. Recte: J.C.N. (Advs: José Cretella Neto OAB/SP 139472, Acácio Fernando José OAB/SP 314267 e outro). Recda: V.E.V.L. (Adv: Vera Elisete Vera Lívero OAB/SP 139009). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 846/863 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 827. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 7 de agosto de 2018. Franciele Gomes de Brito, Relatora".

RECURSO N. 49.0000.2018.002628-2/SCA-PTU-ED. Embte: O.F.J. (Adv: Osvaldo Flausino Junior OAB/SP 145063). Embdo: Despacho de fls. 256 do Presidente da PTU/SCA. Recte: O.F.J. (Adv: Osvaldo Flausino Junior OAB/SP 145063). Recdos: H.A. e F.S.A. (Advs: Homero de Araújo OAB/SP 14566 e Fernão Salles de Araújo OAB/SP 20651). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.A.F.R. (Adv: Rafael Augusto das Flores Rosa OAB/SP 277106 e Defensor dativo: Herbert Martins OAB/SP 105159). Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 271 e 277/281 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 256. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 7 de agosto de 2018. Juliano José Breda, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.004383-5/SCA-PTU. Recte: S.C.C. (Adv: Sinara Cristina da Costa OAB/SP 233399). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pela advogada S.C.C., em face de acórdão unânime da Sexta Câmara Recursal do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que deu parcial provimento ao recurso por ela interposto, para reduzir a sanção de suspensão do exercício profissional prazo de 60 (sessenta) dias, por violação ao art. 34, incisos IV e XXV, do EAOAB (fls. 425 e 440). (...). Pelo exposto, devem estes autos retornar à Seccional de origem para serem apensados aos autos principais, para execução da decisão única, sob pena de violação ao princípio constitucional da coisa julgada, e do postulado ne bis in idem. Brasília, 31 de julho de 2018. Wanderley Cesário Rosa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECURSO N. 49.0000.2018.005196-0/SCA-PTU. Recte: E.C.C.M. (Adv: Eder César de Castro Martins OAB/GO 26375-A). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relatora: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). Redistribuído: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro. DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado E.C.C.M., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Goiás, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de censura, cumulada com multa de 3 (três) anuidades, por violação ao artigo 34, inciso XXIII, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso interposto, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.005313-3/SCA-PTU. Recte: M.F.O. (Adv: Maria de Fátima Oliveira OAB/RJ 122913). Recdos: L.C.R.S. e F.C.N. (Advs: Suelyo Jairo Vizzoni OAB/RJ 88148, Mario Correa Calcia Junior OAB/RJ 29018 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada M.F.O., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de censura, por violação artigo 11 do Código de Ética e Disciplina. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005397-9/SCA-PTU. Rectes: C.G.C. e A.C. (Advs: Carlos Gilberto Ciampaglia OAB/SP 15581 e outro). Recda: D.A.F. (Advs: Miriam Cecília Lopes de Divitiis OAB/SP 303110 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelos advogados C.G.C. e A.C., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por eles interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 31 de julho de 2018. Wanderley Cesário Rosa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005402-4/SCA-PTU. Recte: J.A.B. (Adv: João Antônio Bezerra OAB/SP 136836). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado J.A.B., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação artigo 34, inciso I, da Lei n. 8.906/94, cominada suspensão em razão da reincidência em infração disciplinar. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Juliano José Breda, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005406-5/SCA-PTU. Recte: U.M.K.P. (Adv: Ubirajara Mangini Kuhn Pereira OAB/SP 95377). Recdo: A.E. (Advs: Eduardo Luis Ferreira Porto de Jesus OAB/SP 260848, Nilson Cruz dos Santos OAB/SP 248770, Vitor Nagib Eluf OAB/SP 254834 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado U.M.K.P., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação artigo 34, incisos II e IX, da Lei n. 8.906/94, cominada suspensão em razão da reincidência em infração disciplinar. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Everaldo Bezerra Patriota, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005407-3/SCA-PTU. Recte: G.P.C.R. (Adv: Glezer Pereira da Costa Rosa OAB/SP 278772). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado G.P.C.R., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de censura, por violação artigo 34, inciso V, da Lei n. 8.906/94, e artigos 44 e 45 do Código de Ética e Disciplina. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Alexandre Mantovani, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005478-9/SCA-PTU. Recte: M.C.A. (Adv: Maria Cristina de Almeida OAB/MG 68622). Recda: Rosângela Barros Nogueira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada M.C.A., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação artigo 34, inciso XXI, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Everaldo Bezerra Patriota, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005694-3/SCA-PTU. Recte: C.S.A.A. Reptes. legais: L.H.C.S. e G.B. (Advs: Daiana Azevedo Araújo OAB/SC 31679-B e outros). Recda: C.M. (Adv: Cíntia Machado OAB/SC 35103). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela sociedade de advogados C.S.A.A., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Elton Sadi Fülber, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005817-2/SCA-PTU. Recte: A.M.L.M.L.A. (Adv: Angela Maria Lopes Martins Leite Antunes OAB/RJ 88674). Recdo: André Monteiro Moura. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada A.M.L.M.L.A., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que deu parcial provimento ao recurso por ela interposto, para converter a censura em advertência, mantendo, no mais, a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, por violação artigo 34, inciso XI, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005818-0/SCA-PTU. Recte: C.L.M.D. (Adv: Claudia Lucia de Matos Dias OAB/RJ 79528 e outros). Recda: Claudia Santos Araujo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relatora: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). Redistribuído: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada C.L.M.D., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação artigo 34, inciso XX, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 31 de julho de 2018. Wanderley Cesário Rosa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005871-5/SCA-PTU. Recte: L.M.T. (Advs: Luís Mário Teixeira OAB/MT 13912/O e outro). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado L.M.T., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 90 (noventa) dias e multa de 02 (duas) anuidades, por violação artigo 34, incisos I, XXIV e XXV, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso interposto, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.005888-8/SCA-PTU. Recte: J.L.S.D.J. (Adv: Jorge Luiz da Silva Duarte Junior OAB/RJ 130683). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado J.L.S.D.J., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 60 (sessenta) dias e multa de 02 (duas) anuidades, por violação artigo 34, incisos III, IV, IX, XX e XXV, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 31 de julho de 2018. Wanderley Cesário Rosa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.005938-1/SCA-PTU. Recte: S.L.C.S.DPVAT.S.A. Reptes. legais: M.D.L. e J.M.B.N. (Advs: Ricardo da Silva Monteiro OAB/MT 3301/O e outros). Recdo: C.M.G. (Adv: Cleilson Menezes Guimarães OAB/MT 7960/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). Redistribuído: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela S.L.C.S.DPVAT.S.A., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso, que deu provimento ao recurso interposto pelo advogado, para julgar improcedente a representação. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 7 de agosto de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 7 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006067-5/SCA-PTU. Recte: W.B. (Advs: Tatiana Ferreira dos Santos OAB/MG 124990, Magnus Brugnara OAB/MG 96769 e outras). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Interessado: Ritz Plaza Hotel Ltda. Repte. legal: Vinícius César G. B. Coelho. Relatora: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado W.B., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que indeferiu o pedido de revisão por ele formalizado. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Francilene Gomes de Brito, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006084-5/SCA-PTU. Recte: P.A.N.R. (Advs: Paulo Afonso Nogueira Ramalho OAB/SP 89878 e outros). Recdos: F.G.G.S., A.Z., W.R.M., T.N.C., A.M.S., C.C., D.B.T., H.C.B.J., I.F.M. e C.C.S. (Advs: Fábio Guedes Garcia da Silveira OAB/SP 130563, Arthur Zeger OAB/SP 267068, Wallace Ricardo Magri OAB/SP 170625, Thais Novaes Cavalcanti OAB/SP 155526, Aarão Miranda da Silva OAB/SP 206317, Cristian Colonhese OAB/SP 241799, Daniela Batalha Trettel OAB/SP 236548, Haroldo Castello Branco Junior OAB/SP 155319, Ivelise Fonseca de Matteu OAB/SP 208390, Cristiane Caetano Simões OAB/SP 183654 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado P.A.N.R., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão do Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006163-0/SCA-PTU. Recte: C.S.A.A. Reptes. legais: L.H.C.S. e G.B. (Advs: Daiana Azevedo Araújo OAB/SC 31679B e outros). Recda: F.L.V.F.H. (Adv: Fernanda Lopes Vieira Ferreira Herdt OAB/SC 24859). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela sociedade de advogados C.S.A.A., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso interposto, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.006167-1/SCA-PTU. Rectes: V.G.L.A. e L.B. (Adv: Orídio Mendes Domingos Júnior OAB/SC 10504). Recdo: E.J.P.J. (Adv: Ernâni José Penz Júnior OAB/RS 82974). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado V.G.L.A. e pela advogada L.B., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que deu parcial provimento ao recurso por eles interposto, apenas para afastar a situação de ser apócrifo, mantendo, no mais, a decisão de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Juliano José Breda, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006229-7/SCA-PTU. Recte: J.C.V.J. (Adv: Jairo Cavalaro Vieira Junior OAB/PR 52951). Recda: Viviane Roth Viana. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado J.C.V.J., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 60 (sessenta) dias, por violação ao artigo 34, inciso XX, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Francilene Gomes de Brito, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006237-8/SCA-PTU. Recte: G.O. (Adv: Geraldo de Oliveira OAB/PR 29443). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado G.O., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de censura, por violação artigo 34, incisos VI e XIV, da Lei n. 8.906/94, e artigo 2º, incisos I e II, do Código de Ética e Disciplina. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Elton Sadi Fülber, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006395-6/SCA-PTU. Recte: João Lopes de Souza. Recda: V.M.A.M. (Adv: Verônica Moura de Araújo Meirelles OAB/RJ 132010). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por JOÃO LOPES DE SOUZA, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Alexandre Mantovani, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006696-1/SCA-PTU. Recte: M.H. (Adv: Maria Hersen OAB/SC 19381B e OAB/PR 68690). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada M.H., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação artigo 34, inciso XXIV, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 31 de julho de 2018. Wanderley Cesário Rosa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006697-0/SCA-PTU. Rectes: J.L.L. e G.A.T. (Adv: Jaime Luiz Leite OAB/SC 10239 e Giselle Amanda Trettin OAB/SC 23714). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado J.L.L. e pela advogada G.A.T., ambos em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso por eles interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação artigo 34, inciso XVII, da Lei n. 8.906/94, e artigos 11 e 17 do Código de Ética e Disciplina. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Everaldo Bezerra Patriota, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006757-9/SCA-PTU. Recte: O.M.V. (Adv: Ovídio Miguel Valente OAB/SP 54151). Recdo: José Carvalho da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). Redistribuído: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado O.M.V., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94, prorrogáveis até a satisfação integral da dívida. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Francilene Gomes de Brito, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006760-0/SCA-PTU. Recte: G.J.N. (Adv: Gelson José Nicolau OAB/SP 88296). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado G.J.N., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação artigo 44 do Código de Ética e Disciplina, fixada suspensão em face da reincidência em infração disciplinar. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Juliano José Breda, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Presidente da Turma

2ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2017.007879-7/SCA-STU-ED. Embte: M.I.G. (Advs: Maria Izabel Garcia OAB/SP 106123 e Wilson Manfrinato Junior OAB/SP 143756). Embdo: Acórdão de fls. 266/271. Recte: M.I.G. (Adv: Cristiane Lourenço Galassi OAB/SP 180129). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). EMENTA N. 111/2018/SCA-STU. Embargos de declaração. Ausência de indicação dos vícios que autorizem os embargos de declaração, quais sejam, ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão embargado, de acordo com a norma subsidiária do art. 619 e seguintes, do CPP. Recurso que não ultrapassa o juízo de admissibilidade. Pretensão ao rejulgamento da matéria pelo mesmo órgão prolator da decisão embargada. Circunstância que não se adéqua à natureza dos embargos de declaração, dado ao seu caráter integrativo, e não substitutivo. Prescrição. Inocorrência. Reiteração. Embargos de declaração não conhecidos, face à ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.000790-3/SCA-STU. Recte: R.B.R. (Adv: Dorival Angeluci OAB/PR 28297). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). EMENTA N. 112/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Processo de exclusão de advogado dos quadros da OAB. Artigo 38, inciso I, da Lei n. 8.906/94. Existência de mais de três condenações anteriores à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, transitadas em julgado. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.000917-5/SCA-STU. Recte: A.M.C. (Adv: Antonio Martins Correia OAB/SP 76848). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). EMENTA N. 113/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Exclusão de advogado dos quadros da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Recurso provido. 1) Conforme pacificado pelo Pleno da Segunda Câmara, quando do julgamento do Recurso n. 49.0000.2017.005793-0/SCA (DOU, S.1, 24.05.2018, p. 135), a interrupção do curso da prescrição da pretensão punitiva, ou prescrição quinquenal, nos termos do inciso I, do § 2º, do art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB, somente ocorrerá uma única vez, seja pela instauração do processo disciplinar, hipótese em que o processo é instaurado de ofício, ou pela notificação inicial válida, feita ao advogado, na forma do art. 137-D do Regulamento Geral, para apresentar defesa prévia ou qualquer outra manifestação nos autos, sendo considerado como marco interruptivo apenas aquele que verificar primeiro. 2) Assim, em se verificando que ocorreu a notificação do advogado para apresentar defesa prévia, e somente depois houve a declaração de instauração do processo disciplinar, a notificação inicial é o marco interruptivo do curso da prescrição. E, sobrevindo decisão condenatória recorrível após lapso temporal de 05 (cinco) anos da notificação, há que se declarar extinta a punibilidade pela prescrição quinquenal. 3) Recurso provido, para declarar extinta a punibilidade, sem prejuízo de apuração de eventual responsabilidade pela paralisação do processo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Eliseu Marques de Oliveira, Relator.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECURSO N. 10.0000.2018.001504-9/SCA-STU. Recte: J.V.S.F. (Adv: Jose Victor Spindola Furtado OAB/MA 2832). Recda: Eva Joaquina Lima Silva. Repte. legal: Gean Carlos Lima Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Maranhão. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). EMENTA N. 114/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Art. 43, caput, do EAOAB. Transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre as causas interruptivas do curso da prescrição quinquenal, no caso, entre a decisão condenatória do TED e a decisão condenatória do Conselho Seccional. Recurso provido, para declarar extinta a punibilidade pela prescrição quinquenal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Emerson Luis Delgado Gomes, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2018.0001536-3/SCA-STU. Recte: N.M.D.P.C. (Advs: Neusa Maria Dini Pivotto Cadelca OAB/SP 61849 e outra). Recda: R.O.M. (Adv: Regina Celia Baraldi Bisson OAB/SP 61338). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). EMENTA N. 115/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas. Advogada que permanece por mais de seis anos na posse de quantia devida a cliente, e somente quita o valor devido depois de instaurado o processo disciplinar. Impossibilidade de desclassificação da conduta para violação a preceito do Código de Ética e Disciplina. Precedente do Pleno da Segunda Câmara. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora.

RECURSO N. 49.0000.2018.001630-2/SCA-STU. Recte: A.S.M. (Adv: Carlos Rodrigo Euzebio Bertozo OAB/TO 8067). Recdo: G.R.P. (Advs: Gil Reis Pinheiro OAB/TO 1994 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). EMENTA N. 116/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Discussão de natureza contratual, a respeito de cláusulas de contrato de honorários advocatícios pagos pelo representante, que entende serem indevidos, face à desistência das ações judiciais. Matéria que não pode ser analisada sob o enfoque disciplinar, cabendo à parte interessada postular ao poder judiciário eventual descumprimento de obrigação contratual. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Emerson Luis Delgado Gomes, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2018.002218-3/SCA-STU. Recte: E.O.B. (Adv: Enio Otavio Brambatti OAB/RS 18891). Recda: M.L.P. (Adv: Francisco Ricardo Cichero Kury OAB/RS 21522). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). EMENTA N. 117/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Inocorrência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre as causas interruptivas do curso da prescrição quinquenal. Notificação para a sessão de julgamento pelo TED devidamente recebida. Inexistência de cerceamento de defesa. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Emerson Luis Delgado Gomes, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2018.002560-0/SCA-STU. Recte: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Recdo: Marco Aurélio Barbosa dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). EMENTA N. 118/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Alegação de nulidade processual. Inexistência. Diligência realizada pelo Relator. Possiblidade. Busca pela verdade real. Recurso não provido. 1) Ao julgador compete a busca pela verdade real dos fatos, na instância punitiva, de modo que a realização de uma consulta em site de tribunal, para aferir se o advogado patrocina ou não o processo do representante, nada mais representa do que a materialização de tal postulado. 2) O que se veda é que o Relator, de ofício, determine diligência no sentido de produzir alguma prova nova, sobre a qual as partes não têm a oportunidade de se manifestar. 3) No caso, em se tratando de um simples andamento processual, do qual as partes têm conhecimento, e o advogado somente não juntou aos autos porque contradiria sua versão, não há qualquer novidade nos autos, mas apenas a confirmação da versão apresentada pela parte representante, e negada pelo advogado. 4) No que toca à dosimetria, cabível a redução da multa para 01 (uma) anuidade, por se revelar mais adequada ao caso. 5) Recurso parcialmente provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Bastos Tavares Gama, Presidente em exercício. Eliseu Marques de Oliveira, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002594-2/SCA-STU. Rectes: A.A.M. e F.R.S. (Advs: Marcely Miani OAB/SP 329610 e outro). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). EMENTA N. 119/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre a decisão condenatória recorrível do Tribunal de Ética e Disciplina e a decisão condenatória do Conselho Seccional. Extinção da punibilidade. Recurso provido, para declarar extinta a punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Emerson Luis Delgado Gomes, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2018.002602-0/SCA-STU. Recte: E.L.J. (Adv: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recda: Maria Aparecida Graça. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). EMENTA N. 120/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Alegação de nulidade processual. Ausência de razões finais. Advogado que, no prazo para as razões finais, se insurge contra o encerramento da instrução, por entender que ainda haviam provas a ser produzidas. Petição que não pode ser considerada, materialmente, como razões finais. Ausência de manifestação do advogado sobre as provas produzidas e sobre o mérito da representação. A ausência de razões finais, materialmente, constitui nulidade processual absoluta. Recurso provido, para anular o processo e, consequentemente, declarar extinta a punibilidade, visto que, anulado o processo, a última causa válida de interrupção da prescrição passa a ser a notificação inicial, recebida há mais de 05 (cinco) anos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002612-8/SCA-STU. Recte: M.A.M. (Adv: Marcos Aurélio de Matos OAB/SP 152909). Recda: B.A.S.M. (Adv: Douglas Ricardo de Camargo Sallum Junior OAB/SP 335035). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). EMENTA N. 121/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Infração disciplinar. Dosimetria. Primariedade. Ausência de fundamentação para a aplicação da sanção de suspensão cumulada com multa. Recurso parcialmente provido, para excluir a multa cominada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício e Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002859-1/SCA-STU. Recte: G.S.S. (Adv: Guataçara Schenfelder Salles OAB/PR 6878). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). EMENTA N. 122/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Processo de exclusão de advogado dos quadros da OAB. Art. 38, inc. I, do EAOAB. Aplicação, por três vezes, da sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, com decisão condenatória transitada em julgado. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002924-9/SCA-STU. Recte: A.I.G.A. (Advs: Antonio Ivanir Gonçalves de Azevedo OAB/PR 21189 e outro) Recdo: H.P.C.Ltda. Reptes. legais: P.A.P. e H.P.N. (Advs: Enrico Luiz Pereira de Oliveira Soffiatti OAB/PR 29280, Karen Aline Costa OAB/PR 81428 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). EMENTA N. 123/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas. Artigo 34, incisos XX e XXI da Lei nº 8.906/94. Decisão judicial. Afastamento da prorrogação da sanção. Recurso parcialmente provido. 1) Havendo discussão entre as partes, em sede judicial, acerca das contas a serem prestadas, é de se excluir da condenação a prorrogação da sanção disciplinar até a efetiva prestação de contas e devolução dos valores, eis que cabe ao Poder Judiciário definir os limites da condenação e os valores que, eventualmente, devam ser restituídos. 2) Recurso parcialmente provido para excluir da condenação a prorrogação da sanção disciplinar até a satisfação total da dívida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício. Eliseu Marques de Oliveira, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.003092-3/SCA-STU. Recte: W.R.S. (Adv: William Rodrigues Santos OAB/RJ 45351). Recdo: A.F.B. (Advs: Ulisses Izabel da Silveira OAB/RJ 115630 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). EMENTA N. 124/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Inocorrência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre as causas interruptivas do curso da prescrição quinquenal, ou paralisação do processo por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício e Relator.

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestações, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos: RECURSO N. 49.0000.2017.005046-8/SCA-STU. Recte: A.V.S.N. (Advs: Rafael Vasques Sampieri Burneiko OAB/MT 6797/O e outro). Recdo: J.V.O. (Adv. assistente: Juliana Gimenes de Freitas Errante OAB/MT 6776/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso.

RECURSO N. 49.0000.2017.009155-1/SCA-STU. Recte: R.S.C. (Adv: Ricardo de Souza Cordioli OAB/SP 240882). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Interessado: L.P. (Adv: Laércio Paladini OAB/SP 268965).

RECURSO N. 49.0000.2017.009290-6/SCA-STU. Recte: J.C.F. (Adv: José Carlos Farias OAB/PR 26298). Recdo: Givaldo Francisco Ferreira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná.

RECURSO N. 49.0000.2017.010459-4/SCA-STU. Recte: A.P.D. (Adv: Amaury Pereira Diniz OAB/SP 60108). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2018.000978-3/SCA-STU. Recte: P.C.L.J. (Adv: Pedro Carneiro Lobo Junior OAB/PR 39186). Recdos: Despacho de fls. 15 do Presidente da STU/SCA e O.E.M. (Adv: Isabelle Côrtes Carnasciali OAB/PR 60277). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná.

RECURSO N. 49.0000.2018.001944-8/SCA-STU. Recte: S.L.C.S.DPVAT.S/A. Reptes. legais: M.D.L. e J.M.B.N. (Advs: Ricardo da Silva Monteiro OAB/MT 3301/O e outros). Recdos: Despacho de fls. 335 do Presidente da STU/SCA e C.M.G. (Adv: Cleilson Menezes Guimarães OAB/MT 7960/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso.

RECURSO N. 49.0000.2018.002444-3/SCA-STU. Recte: R.C.F. (Advs: Rodrigo Cougo de Figueiredo OAB/MG 120010 e outro). Recdos: Despacho de fls. 255 do Presidente da STU/SCA e M.V.L. (Advs: Livia Lefol Ferreira OAB/MG 161090 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais.

RECURSO N. 49.0000.2018.002575-4/SCA-STU. Rectes: E.A.A. e L.A.N. (Advs: Elaine Aparecida Aquino OAB/SP 145730 e Luiz Antonio Nunes OAB/SP 198517). Recdos: Despacho de fls. 370 do Presidente da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECURSO N. 49.0000.2018.003133-8/SCA-STU. Rectes: A.C.J. e C.G.J. (Advs: Ricardo Guanabara Prevedello OAB/PR 55168, Ricardo Mathias Lamers OAB/PR 50740 e Roberto Brzezinski Neto OAB/PR 25777). Recdos: Despacho de fls. 15 do Presidente da STU/SCA e M.J.L. (Adv: Mauricio José Lopes OAB/PR 43607). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná.

RECURSO N. 49.0000.2018.004390-8/SCA-STU. Recte: C.A.C. (Adv: Nereide Xavier Alves OAB/SP 242407). Recdos: Despacho de fls. 195 do Presidente da STU/SCA e C.A.S. (Adv: Izaías Manoel dos Santos OAB/SP 173632). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2018.004442-6/SCA-STU. Recte: A.O.R. (Adv: Annie Ozga Ricardo OAB/PR 31798). Recdos: Despacho de fls. 15 do Presidente da STU/SCA e P.S.P. (Adv. assistente: Danilo Alberto Brandi OAB/PR 54517). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná.

RECURSO N. 49.0000.2018.004547-0/SCA-STU. Recte: Raphael Gonçalves Marreto. Recdos: Despacho de fls. 312 do Presidente da STU/SCA e R.C.V. (Adv: Ricardo Carvalho Viana OAB/RJ 64170). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro.

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2017.004285-4/SCA-STU-ED. Embte: J.C.S.P. (Adv: José Carlos da Silva Prada OAB/SP 53505). Embdo: Acórdão de fls. 220/224. Recte: J.C.S.P. (Adv: José Carlos da Silva Prada OAB/SP 53505). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). DESPACHO: "Cuida-se de novos embargos de declaração, agora opostos em face do acórdão de fls. 220/224, pelo qual esta Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB, por unanimidade de votos, acolheu os embargos de declaração anteriormente opostos, para sanar omissão apontada, sem alteração do julgado. (...). Assim, considerando o caráter meramente protelatório dos presentes embargos de declaração, com fundamento no artigo 138, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB, nego-lhes seguimento. Destaco, ainda, por força do artigo 138, § 5º, também do Regulamento Geral, que não cabe recurso contra a decisão que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios. Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelos órgãos julgadores da OAB, determino que, desde já, qualquer manifestação após a publicação da presente decisão ou ciência pessoal pelo advogado, seja, pelo princípio da fungibilidade, recebida como recurso (art. 85, II, do Regulamento Geral do EAOAB), ainda que despida de suas formalidades legais, sem necessidade de nova manifestação desta Relatoria. E, desde já, caso não atendidas as formalidades legais de eventual manifestação inadequada, seja concedido prazo ao advogado, por publicação, para readequação da peça recursal, no prazo de 15 (quinze) dias, com posterior remessa ao Órgão Especial do Conselho Pleno deste Conselho Federal da OAB, ex officio, para o juízo de admissibilidade. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2017.005866-8/SCA-STU-ED. Embte: J.S.B. (Adv: Valdenur José da Silveira OAB/SP 50023). Embdo: Despacho de fls. 100/102 do Presidente da STU/SCA. Recte: J.S.B. (Adv: Valdenur José da Silveira OAB/SP 50023). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). DESPACHO: "Fls. 110/112 e 115/117. Cuida-se de embargos de declaração opostos pelo advogado J.S.B., em face da decisão monocrática de fls. 100/102, proferido por esta Relatoria em 07/12/2017. Às fls. 105 verifica-se certidão de trânsito em julgado, tendo em vista que, até a data de 27/02/2018, não fora recebido protocolo de recurso pela Secretaria desta Turma, ou mesmo recebida manifestação protocolada no âmbito do Conselho Seccional (art. 139, §§ 1º e 2º, do Regulamento Geral do EAOAB), razão pela qual fora determinada a remessa dos autos à origem. Não obstante, com o retorno dos autos para execução do julgado, o Conselho Seccional competente juntou aos autos a petição recursal, protocolada em 16/02/2018, estando, a princípio, tempestivos os embargos. Dessa forma, torno sem efeito a certidão de fls. 105 e afasto o trânsito em julgado da condenação, recebendo os referidos embargos como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 100/102, nos termos da decisão proferida pelo Pleno da Segunda Câmara nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, que deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 3 de agosto de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2017.007878-9/SCA-STU-ED. Embte: E.V. (Adv: Ana Paula Viesi OAB/SP 119451). Embdo: Acórdão de fls. 364/366. Recte: E.V. (Adv: Ana Paula Viesi OAB/SP 119451). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). DESPACHO: "Cuida-se de novos embargos de declaração, dessa vez em face do acórdão que acolheu os embargos anteriores, para sanar a omissão apontada, sem alteração do julgado. (...). Assim, considerando o caráter meramente protelatório dos presentes embargos de declaração, com fundamento no artigo 138, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB, nego-lhes seguimento. Destaco, ainda, por força do artigo 138, § 5º, também do Regulamento Geral, que não cabe recurso contra a decisão que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios. Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelos órgãos julgadores da OAB, determino que, desde já, qualquer manifestação após a publicação da presente decisão ou ciência pessoal pela advogada, seja, pelo princípio da fungibilidade, recebida como recurso ao Órgão Especial do Conselho Pleno (artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB), ainda que despida de suas formalidades legais, sem necessidade de nova manifestação desta Relatoria. E, caso não atendidas as formalidades legais, seja a advogada notificada, por publicação na imprensa oficial, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda às adequações ou complementações às suas razões recursais, com posterior remessa ao órgão ad quem, para o juízo de admissibilidade. Brasília 6 de agosto de 2018. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora".

RECURSO N. 49.0000.2017.012112-3/SCA-STU-ED. Embte: J.C.J. (Adv: João César Junior OAB/SP 123869). Embdo: Despacho de fls. 293 do Presidente da STU/SCA. Recte: J.C.J. (Advs: João César Junior OAB/SP 123869 e outra). Recdo: R.J.S.F. (Advs: Sérgio Gilberto de Oliveira OAB/MG 54842 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 298/308 e 313/323 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 290/293. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora".

RECURSO N. 49.0000.2018.001280-3/SCA-STU-ED. Embte: J.J.N. (Adv: José Jehovah de Nazareth OAB/MG 695A). Embdo: Despacho de fls. 210 do Presidente da STU/SCA. Recte: J.J.N. (Adv: Demir Francisco Moreira OAB/MG 42913). Recdo: A.A.M. (Advs: Magda Regina Maciel da Silva OAB/MG 78918 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 222/226 e 230/232 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 208/210. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.001600-0/SCA-STU-ED. Embte: J.F.S. (Adv: José Francisco da Silva OAB/DF 1891-A, OAB/MS 7625-A e OAB/SP 88492). Embargado: Despacho de fls. 154 do Presidente da STU/SCA. Recte: J.F.S. (Advs: Carlos Alberto de Jesus Marques OAB/MS 4862, Fernando Davanso dos Santos OAB/MS 12574, Murilo Medeiros Marques OAB/MS 19500 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 165/170 e 174/186 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 151/154. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora".

RECURSO N. 49.0000.2018.002123-5/SCA-STU-ED. Embte: M.B.O.S. (Adv: Mikael Borges de Oliveira e Silva OAB/GO 19666). Embdo: Despacho de fls. 624/625 do Presidente STU/SCA. Recte: M.B.O.S. (Adv: Mikael Borges de Oliveira e Silva OAB/GO 19666). Recdo: L.C.Ltda. Reptes. legais: A.C.A.N. e A.M.C.N. (Adv: Sirley Barbosa de Melo OAB/MG 100171). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 630/645 e 649/664 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 624/625. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 3 de agosto de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.002564-2/SCA-STU-ED. Embte: S.R.M.G. (Adv: Djalma de Souza Gayoso OAB/SP 17020). Embdo: Despacho de fls. 624 do Presidente da STU/SCA. Recte: S.R.M.G. (Adv: Djalma de Souza Gayoso OAB/SP 17020). Recdo: D.R. (Adv: Rodrigo Luiz de Oliveira Staut OAB/SP 183481 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 629/647 e 651/671 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 621/624. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília 9 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.005236-6/SCA-STU. Recte: S.L.C.S.DPVAT.S/A. Reptes. legais: M.D.L. e J.M.B.N. (Advs: Ricardo da Silva Monteiro OAB/MT 3301/O e outros). Recdo: W.M.P. (Adv: Alexander Ferreira de Santana OAB/MT 10138/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela S.L.C.S.DPVAT.S/A., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94 (fls. 247/257), em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que julgou improcedente a representação em face do advogado representado (fls. 232/238). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005309-3/SCA-STU. Recte: Everaldo Pereira da Silva Couto. Recdos: P.L.T. e S.R.G.F. (Advs: Pedro Luciano Tenuto OAB/RJ 58187 e Sheila Regina Giordano Ferraço OAB/RJ 58269). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Junior (SE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por Everaldo Pereira da Silva Couto, com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94 (fls. 224/226), em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94 (fls. 209-v e 220). (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Brasília, 3 de agosto de 2018. Arnaldo de Aguiar Machado Junior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005395-2/SCA-STU. Recte: A.J.B. (Adv: Carlos Roberto Alves de Andrade OAB/SP 344725). Recda: G.C. (Advs: Walter Carlos Cardoso Henrique OAB/SP 128600 e outros). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.A.T. (Adv: Maria Aparecida Tragliano OAB/SP 260029). Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado A.J.B., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94 (fls. 401/408), em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que julgou improcedente a representação em face da advogada representada (fls. 391/392 e 397). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Eliseu Marques de Oliveira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005400-8/SCA-STU. Recte: A.D.F. (Advs: Alexandre Dantas Fronzaglia OAB/SP 101471 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado A.D.F., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94 (fls. 369/372), em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro em seus assentamentos, por violação aos artigos 44 e 45, do CED (fls. 362/363-v e 366). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso interposto, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício e Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.005403-2/SCA-STU. Recte: Ermínia Pereira de Araújo Oliveira. Recdo: A.P.N. (Advs: Afonso Paciléo Neto OAB/SP 239824 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por Ermínia Pereira de Araújo Oliveira, com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94 (fls. 96/97), em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94 (fls. 75/79 e 91). (...). Ante o exposto, nego seguimento ao recurso interposto e proponho seu indeferimento liminar ao ilustre Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB, face à intempestividade. Brasília, 6 de agosto de 2018. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005409-0/SCA-STU. Recte: P.R.V.A. (Adv: Pedro Pedace Junior OAB/SP 113058). Recdo: Transportes São Guilherme Ltda. Reptes. legais: Bento Oliveira Cavalcante Neto e Laércio Damazio da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado P.R.V.A., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação ao art. 34, inciso XXI, do EAOAB (fls. 212/219 e 226). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005480-2/SCA-STU. Recte: G.V.S. (Adv: Geraldo Vitor da Silva OAB/MG 40489). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado G.V.S., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que deu parcial provimento ao recurso por ele interposto, para excluir a multa cominada, mantendo, contudo, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação ao art. 34, inciso XX, do EAOAB (fls. 116/120). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília 6 de agosto de 2018. Flávia Brandão Maia Perez, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005628-7/SCA-STU. Recte: G.B.S. (Adv. assistente: Maria Carolina Pessatti OAB/MT 20706/O). Recdo: I.P.S. (Adv: Izonildes Pio da Silva OAB/MT 6486/B). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). Redistribuído: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por G.B.S., por intermédio de advogada assistente, com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94 (fls. 258/260), em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso, que deu provimento ao recurso interposto pelo advogado, para julgar improcedente a representação (fls. 225/238). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso interposto, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 7 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício e Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.005697-6/SCA-STU. Recte: C.J.D.S. (Adv: Carlos José Dias da Silva OAB/MG 66724). Recdo: Márcio Antonio Penido. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado C.J.D.S., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que deu parcial provimento ao recurso por ele interposto, para reduzir a suspensão para 03 (três) meses, mantendo, no mais, a condenação disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, a sanção disciplinar de suspensão, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 3 de agosto de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente e Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.005813-1/SCA-STU. Recte: M.A.P. (Adv: Marcos Alves Pinto OAB/RJ 87437). Recda: Lívia Machado da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Junior (SE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado M.A.P., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que deu parcial provimento ao recurso para afastar a prorrogação da suspensão, mantendo a sanção de suspensão por 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94 (fls. 177/179 e 188). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 3 de agosto de 2018. Arnaldo de Aguiar Machado Júnior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Junior (SE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005819-9/SCA-STU. Recte: J.L.F. (Adv: José Lindbergh Freitas OAB/RJ 30685). Recda: R.L.S.T. (Advs: Rosane Lucia de Souza Thomé OAB/RJ 57693 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado J.L.F., em face de acórdão não unânime do Órgão Especial da OAB/Rio de Janeiro (fls. 64/66 e 71), que deu provimento ao recurso interposto pela representante, determinando o retorno dos autos para regular instrução processual. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Eliseu Marques de Oliveira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005885-3/SCA-STU. Recte: Rogério Antunes. Recda: G.F.S.S. (Adv: Gislaine França Souza Savio OAB/SC 22567). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por Rogério Antunes, com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, em razão do reconhecimento da ocorrência de litispendência (fls. 67/74). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 3 de agosto de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente e Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.006062-6/SCA-STU. Recte: A.M.C. (Adv: Antonio Mendes da Costa OAB/MG 52856). Recdos: H.A.C. e R.S.P.C. (Adv: Raquel Horta Tavares OAB/MG 111494). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Claudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado A.M.C., com fundamento no artigo 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, inciso XX, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício". RECURSO 49.0000.2018.006065-9/SCA-STU. Recte: I.R.V. (Adv: Ilzeu Robson de Vasconcelos OAB/MG 52031). Recda: M.G.M.J. (Adv: Maria de Fátima Mendes OAB/MG 46559). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado I.R.V., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que negou provimento ao recurso interposto pela Representante, para manter a improcedência da representação, mas, de ofício, determinou a instauração de processo de exclusão, constatando que o advogado ostenta três condenações anteriores de suspensão do exercício profissional. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006227-0/SCA-STU. Recte: A.D.G. (Adv: Carlos Fernandes da Veiga OAB/PR 25413). Recdo: M.P.R. (Adv: Manuel Pereira dos Reis OAB/PR 5769). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por A.D.G., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que julgou improcedente a representação em face do advogado representado (fls. 638/642 e 644 do arquivo digital em PDF). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Flávia Brandão Maia Perez, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006241-6/SCA-STU. Recte: E.N. (Adv: Marluz Lacerda Dalledone OAB/PR 61189). Recda: E.C.F.G. (Adv: Fernanda Basso Blum OAB/PR 83672). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Junior (SE). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado E.N., em face de acórdão unânime da 1ª Turma da Câmara de Disciplina do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ele interposto e, de ofício, reduziu a sanção disciplinar de suspensão para 60 (sessenta) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, e a multa para 01 (uma) anuidade, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94 (fls. 220/232 e 247 do arquivo digital em PDF). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 3 de agosto de 2018. Arnaldo de Aguiar Machado Junior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006394-0/SCA-STU. Recte: M.S.S. (Adv: Paulo Roberto Marchiori OAB/RJ 52617). Recdo: Eduardo da Silva Raymundo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado M.S.S., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a condenação disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso interposto, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício e Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.006611-8/SCA-STU. Recte: L.E.K. (Adv: Sinara Farias Lorenz OAB/RS 32490). Recda: D.F.G.K. (Advs: Jimmy Bariani Koch OAB/RS 50783 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado L.E.K., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Eliseu Marques de Oliveira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006699-6/SCA-STU. Recte: S.M.D. (Adv: Salimar Martins Damaceno OAB/GO 12653). Recda: Diva Maria das Graças. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). Redistribuído: conselheiro Federal Diego D'Avilla Cavalcante (AM). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada S.M.D., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94 (fls. 313/317), em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Goiás, que deu parcial provimento ao recurso por ele interposto, para converter a sanção de censura em advertência, sem registro em seus assentamentos, por violação ao art. 34, inciso IX, do EAOAB (fls. 303/305). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 7 de agosto de 2018. Diego D'Avilla Cavalcante, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Diego D'Avilla Cavalcante (AM), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 7 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006752-0/SCA-STU. Rectes: D.L.M.A.N., M.N.G. e M.N.F.R. (Advs: Deivid Lincoln Mendes Alves Nogueira OAB/SP 240583, Magali Nogueira Gomes OAB/SP 113204 e Meire Nogueira Ferreira Rocha OAB/SP 44163). Recdo: G.C. (Adv: Gamalher Correa OAB/SP 65105). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelas advogadas M.N.G. e M.N.F.R., e pelo advogado D.L.M.A.N., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por eles interposto, mantendo a sanção disciplinar de 30 (trinta) dias de suspensão, e multa de 01 (uma) anuidade, por violação aos incisos XVII e XXV, do art. 34, da Lei n. 8.906/94, e violação ao art. 2º, incisos I e VIII, alínea "d", e art. 6º, do CED (fls. 1.208/1.209 e 1.309). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006755-2/SCA-STU. Rectes: A.J.B.V.A. e V.H.T.V.A. (Adv. assistente: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508). Recdo: G.J.B. (Adv: Geraldo José Borges OAB/SP 30837). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). Redistribuído: Conselho Federal Emerson Luis Delgado Gomes (RR). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por A.J.B.V.A. e V.H.T.V.A., por intermédio de advogado assistente, com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por eles interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94 (fls. 106/107 e 115). (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 7 de agosto de 2018. Emerson Luis Delgado Gomes, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Emerson Luis Delgado Gomes (RR), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 7 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006759-5/SCA-STU. Recte: R.S.S. (Adv: Reginaldo Silva dos Santos OAB/SP 131219). Recdos: Victor Hugo dos Santos e Tatiana Aparecida dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Claudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado R.S.S., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a sanção disciplinar de 30 (trinta) dias de suspensão, por violação ao art. 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94 (fls. 147/148 e 153). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006763-5/SCA-STU. Rectes: A.J.C. e H.C (Advs: Ana Paula Cantão OAB/SP 253554 e Marcelo Alcazar OAB/SP 188764). Recdo: R.B.L. (Adv: Enivaldo Alarcon OAB/SP 279255). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). DESPACHO: "Cuida-se de recursos interpostos pelos advogados A.J.C. e H.C., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento aos recursos por eles interpostos, mantendo a sanção de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, ao primeiro representado, e de 02 (dois) meses de suspensão, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, e multa de 02 (duas) anuidades, ao segundo representado, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, do EAOAB (fls. 391/397 e 401). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 3 de agosto de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente e Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.006866-2/SCA-STU. Recte: A.A.L. (Advs: Angelita de Almeida Lara OAB/RS 27131 e Luis Antonio Zamboni OAB/RS 72528). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada A.A.L., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94 (fls. 380/395), em face de acórdão unânime do Órgão Especial do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, que não conheceu do recurso por ela interposto, mantendo a decisão da Segunda Câmara Recursal, que reduziu a sanção de suspensão para 60 (sessenta) dias, por violação ao artigo 34, inciso XXII, da Lei n. 8.906/94 (fls. 380/393). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília. 6 de agosto de 2018. Flávia Brandão Maia Perez, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. João Paulo Tavares Bastos Gama, Presidente em exercício".

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

3ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 26.0000.2016.004856-3/SCA-TTU. Recte: J.V.G. (Adv: João Vasconcelos Garção OAB/SE 4847). Recda: M.S.S. (Advs: Gilvan Dias dos Santos OAB/DF 46236 e OAB/SE 908A e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Sergipe. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). EMENTA N. 111/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento. Levantamento de valores de alvará judicial e ausência de repasse de valores às clientes. Infração disciplinar configurada. Ausência de demonstração do preenchimento dos pressupostos processuais de admissibilidade previstos no artigo 75, do EAOAB. Mera reiteração das razões do recurso interposto ao Conselho Seccional, padecendo de requisito de admissibilidade, por ausência de dialeticidade. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em não conhecer do recurso, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Adilar Daltoé, Relator para o acórdão.

RECURSO N. 49.0000.2016.012449-5/SCA-TTU-ED. Embte: B.S/A.E.I. Reptes. legais: S.A.F. e S.B.M. (Adv: Fabiano Toffalini OAB/MG 46846). Embdo: Acórdão de fls. 234/237. Recte: J.J.N. (Adv: Demir Francisco Moreira OAB/MG 42913). Recdo: B.S/A.E.I. Reptes. legais: S.A.F. e S.B.M. (Advs: Fabiano Toffalini OAB/MG 46846 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). EMENTA N. 112/2018/SCA-TTU. Embargos de declaração. Ausência de indicação dos vícios que autorizem os embargos de declaração, quais sejam, ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão embargado. Pretensão a novo julgamento da matéria pelo mesmo órgão prolator da decisão embargada. Circunstância que não se adéqua à natureza dos embargos de declaração, dado ao seu caráter integrativo, e não substitutivo. Embargos de declaração não conhecidos, face à ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2017.002150-0/SCA-TTU. Recte: O.A.N. (Defensor dativo: Fábio Rocha da Cruz OAB/SP 253861 e Adv: Igor André Arenas Conde Menechelli OAB/SP 177084). Recdos: Despacho de fls. 117 do Presidente da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). EMENTA N. 113/2018/SCA-TTU. Recurso voluntário. Decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso ao Conselho Federal. Artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Recurso que ignora, por completo, o conteúdo decisório do julgado recorrido para dialogar exclusivamente com o conteúdo de decisões anteriores do procedimento. Ausência de dialeticidade. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. José Agenor Dourado, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2017.005639-1/SCA-TTU-ED. Embte: G.B.J. (Adv: Gercino Bett Junior OAB/PR 18722). Embdo: Acórdão de fls. 1283/1290. Recte: G.B.J. (Adv: Gercino Bett Junior OAB/PR 18722). Recdo: Jeferson Delmir Viana. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 114/2018/SCA-TTU. Embargos de declaração. Ausência de indicação dos vícios que autorizem os embargos de declaração, quais sejam, ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão embargado, de acordo com a norma subsidiária do art. 619 e seguintes, do CPP. Recurso que não ultrapassa o juízo de admissibilidade. Pretensão ao rejulgamento da matéria pelo mesmo órgão prolator da decisão embargada. Circunstância que não se adéqua à natureza dos embargos de declaração, dado ao seu caráter integrativo, e não substitutivo. Embargos de declaração não conhecidos, face à ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Guilherme Octávio Batochio, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2017.006250-4/SCA-TTU. Recte: S.O.S. (Adv: Sebastião de Oliveira Silva OAB/GO 11874). Recdo: Ademar Vieira de Souza. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Junior (PE). EMENTA N. 115/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Locupletamento e recusa à prestação de contas. Ausência de demonstração do preenchimento dos pressupostos processuais de admissibilidade previstos no artigo 75, do EAOAB. Revolvimento do conjunto fático-probatório. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Junior (PE). Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Silvio Pessoa de Carvalho Júnior, Relator para o acórdão.

RECURSO N. 49.0000.2017.012115-6/SCA-TTU. Recte: E.R.T. (Advs: Luis Eduardo Correia Serra OAB/DF 13070, Ricardo Raboneze OAB/SP 108235 e outros). Recdo: J.R.S. (Adv: Hecio Peres Filho OAB/SP 83048). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). EMENTA N. 116/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento - inciso XX do artigo 34 da lei 8.906/94. Divergência sobre a base de cálculo sobre a qual incidem os honorários contratuais não tipifica a conduta estampada no inciso XX do artigo 34 da lei 8.906/94. Recurso ao qual se dá provimento para afastar a condenação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Adilar Daltoé, Relator para o acórdão.

RECURSO N. 49.0000.2018.000792-0/SCA-TTU. Recte: O.A.M. (Adv: Orlando Amaral Miras OAB/PR 22316). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 117/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Processo de exclusão de advogado dos quadros da OAB. Artigo 38, inciso I, da Lei n. 8.906/94. Existência de mais de três condenações anteriores à sanção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

disciplinar de suspensão do exercício profissional transitadas em julgado. Pretensão ao reexame de questões de mérito dos processos disciplinares transitados em julgado. Impossibilidade. Precedentes. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Guilherme Octávio Batochio, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.000919-1/SCA-TTU. Recte: P.F. (Advs: Paulo de Freitas OAB/MG 26513 e Maria da Glória Coelho de Freitas OAB/MG 52036). Recda: M.Q.S. Repte. legal: J.Q.S. (Adv: José Rodrigues Veloso OAB/MG 81889). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). EMENTA N. 118/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Prescrição da pretensão punitiva. Art. 115 do Código Penal. Redução dos prazos prescricionais. Aplicabilidade. A jurisprudência deste Conselho Federal da OAB acolhe a redução de prazos prescricionais pela metade, na forma do artigo 115 do Código Penal, quando o advogado representado conte mais de 70 (setenta) anos na data da condenação disciplinar. Recurso provido, para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Adilar Daltoé, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.000931-2/SCA-TTU. Recte: M.S.S. (Adv: Angelo Marcio Arouca Veloso OAB/RJ 131088). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 119/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Recurso do Presidente da Seccional provido, para majorar a sanção disciplinar de censura para suspensão, em razão da reincidência em infração disciplinar. Matéria que somente surgiu nos autos por meio do recurso. Inexistência de ficha de antecedentes da advogada nos autos e de exercício do contraditório sobre esse fato. Recurso parcialmente provido, para afastar a suspensão e manter a censura, excepcionalmente, em razão da violação ao contraditório nesse ponto. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Guilherme Octávio Batochio, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.000984-0/SCA-TTU. Recte: G.O.S. (Adv: Giovani de Oliveira Serafini OAB/PR 19567). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). EMENTA N. 120/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Inocorrência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre as causas interruptivas do curso da prescrição quinquenal. Captação de clientela e manutenção de sociedade de forma irregular. Infrações disciplinares configuradas. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. José Agenor Dourado, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.000986-4/SCA-TTU. Recte: G.C.S. (Adv: Geraldo Carlos da Silva OAB/PR 6631). Recda: Rute Schneider. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). EMENTA N. 121/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Inocorrência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre as causas interruptivas do curso da prescrição quinquenal. Recusa injustificada à prestação de contas. Advogado que se nega a fornecer recebido de honorários advocatícios à cliente. Infração disciplinar. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Charlles Sales Bordalo, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.001535-5/SCA-TTU. Recte: C.C.P. (Adv: Ceci Cintra dos Passos OAB/GO 6499). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Júnior (PE). EMENTA N. 122/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Prescrição da pretensão punitiva. Inexistência. Sustentação oral em embargos de declaração. Ausência de previsão legal. Inexistência de nulidade o seu indeferimento. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Silvio Pessoa de Carvalho Júnior, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.001539-8/SCA-TTU. Recte: L.C.C. (Adv: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981). Recda: Eva de Lurdes da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). EMENTA N. 123/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Fixação de honorários advocatícios em 50% (cinquenta por cento) sobre os benefícios recebidos pelo cliente. Violação ao art. 38 do CED. Divergência que foi favorável ao advogado, ao desclassificar a conduta. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Charlles Sales Bordalo, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.001592-2/SCA-TTU. Rectes: J.R. e M.S.P.R. (Adv: Mari Suse Finotti Ono OAB/MS 9352). Recdo: M.B.P. (Advs: Milton Batista Pedreira OAB/MS 7522 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). EMENTA N. 124/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Locupletamento. Inexistência. Prova da prestação de serviços pelo advogado representado. Embargos de declaração. Tempestividade. Divergência de data da publicação e da notificação. Prazo que deve ser aferido de forma mais benéfica ao acusado. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Adilar Daltoé, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.001947-0/SCA-TTU. Recte: F.R.S. (Advs: Flaviane Ramalho dos Santos OAB/MT 9189/O e outros). Recda: J.T.E. (Advs: Barbara Souza da Silva Monteiro OAB/MT 15833/O, Jane Teresinha Erdtmann OAB/MT 7343/O, Ricardo da Silva Monteiro OAB/MT 3301/O e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 125/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Nulidades processuais. Inexistência. Advogada que exerce o contraditório e a ampla defesa sobre os fatos apurados no processo disciplinar. Dosimetria. Critérios de individualização devidamente analisados pelas instâncias de origem. Advogada que forja acusações ao magistrado, por advogada desafeto seu, visando sua condenação criminal, vindo-se a descobrir, posteriormente, que houve a falsidade ideológica das declarações prestadas pela cliente, que, em juízo, sob pressão, negou os fatos. Conduta de gravidade inquestionável, incompatível com a advocacia. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002217-5/SCA-TTU. Recte: C.J.B. (Adv: Claudia Jaqueline Borgatti OAB/RS 26786). Recda: M.G.L. (Adv: Aline Leal Pereira OAB/RS 65470). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). EMENTA N. 126/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Inocorrência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre as causas interruptivas do curso da prescrição quinquenal. Conduta incompatível com a advocacia. Advogada que junta procuração em demanda já em fase recursal extraordinária, apenas para concordar com o pagamento por precatório e renunciar os honorários de sucumbência, pertencentes ao advogado então constituído nos autos. Prática infracional que vem sendo reiterada pela advogada. Nítida conduta incompatível com a advocacia. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002222-3/SCA-TTU. Recte: J.C.G.V. (Advs: Breno dos Anjos Gatti OAB/RS 80283, Priscila Medeiros da Silveira OAB/RS 59527 e outros). Recdo: Verildo Antunes. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 127/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Anulação de atos processuais. Transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do processo disciplinar entre as causas interruptivas do curso da prescrição quinquenal. Recurso provido, para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Guilherme Octávio Batochio, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002473-5/SCA-TTU. Recte: Lusmar Alves de Oliveira. Recdo: M.A.F. (Adv: Marco Aurélio de Freitas OAB/MG 72892). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 128/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Representação julgada improcedente. Recurso da parte representante. Ausência de demonstração de error in judicando na decisão recorrida, que considerou que o advogado, efetivamente, comprovou que fazia jus à compensação dos honorários devidos e não pagos pelo representante. Recurso não provido. Decisão de improcedência da representação mantida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Guilherme Octávio Batochio, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002595-9/SCA-TTU. Recte: A.A. (Adv: Alexandre Azzem OAB/SP 125612). Recda: Dirce de Araújo Maester. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). EMENTA N. 129/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Indeferimento de pedido de adiamento de audiência de instrução, devidamente instruído com atestado médico que recomenda afastamento das atividades físicas e profissionais. Embora se trate do terceiro pedido de adiamento, se as condições de saúde do advogado demonstram sua impossibilidade de comparecer à audiência, torna-se obrigatório seu adiamento. Por outro lado, a oitiva da representante e sua testemunha em audiência, sem a presença do advogado e de seu patrono, bem como a ausência de nomeação de defensor AD HOC para o ato processual, constitui violação ao contraditório. Recurso provido, para acolher a preliminar arguida e declarar a nulidade do processo desde às fls. 328, e, consequentemente, declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, por transcorrer lapso temporal superior a 05 anos de tramitação do processo desde a última causa válida de interrupção do curso da prescrição quinquenal, que passa a ser a notificação inicial para a defesa prévia. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002616-9/SCA-TTU. Recte: E.L.J. (Adv: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recda: N.P.V. (Adv. assistente: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Júnior (PE). EMENTA N. 130/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Notificações por edital. Previsão no art. 137-D, § 4º, do RG/EAOAB. Notificação que pode ser feita no curso do processo. Notificação da parte por correspondência. Hipótese de realização da isonomia, pois a parte, geralmente leiga, não tem o conhecimento para acompanhar publicações na imprensa oficial, o que quase inerente à profissão de advogado. Nulidades rejeitadas. Ausência de postulação por produção de provas. Irresignação manifestada apenas em sede recursal. Matéria preclusa. Ausência de prova de prejuízo à defesa. Pedido de adiamento justificado por compromisso profissional do patrono do recorrente em outra Seccional. Indeferimento do pedido sem qualquer fundamentação. Cerceamento de defesa. Anulação do julgamento pelo Conselho Seccional, determinando o retorno dos autos para novo julgamento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Silvio Pessoa de Carvalho Júnior, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002727-0/SCA-TTU. Recte: M.A.P.J. (Adv: Marcondes Alexandre Pinto Junior OAB/GO 22409). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 131/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ausência de prova de materialidade e indícios de autoria de infração às normas ético-disciplinares. Incidência do postulado in dubio pro reo. Recurso provido. 1) A ausência de provas inequívocas de autoria de infração disciplinar indica a aplicação do postulado in dubio pro reo, uma vez que os indícios constantes nos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar, por gravitar em torno do acusado a presunção de inocência. 2) O art. 68 da Lei nº 8.906/94 autoriza a aplicação subsidiária da legislação processual penal comum aos processos disciplinares, de modo que o art. 386 do CPP estabelece que o juiz absolverá o réu se reconhecer, dentre outros, não existir prova suficiente para a condenação. 3) Recurso conhecido e provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Guilherme Octávio Batochio, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002860-7/SCA-TTU. Recte: A.M.B.C. (Advs: Andrezza Maria Beltoni Caetano OAB/PR 30313 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). EMENTA N. 132/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Processo de exclusão de advogado dos quadros da OAB. Artigo 38, inciso I, da Lei n. 8.906/94. Existência de mais de três condenações anteriores à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, transitadas em julgado. Prescrição. Marco inicial será a data do trânsito em julgado da última condenação, para fins do art. 38, I, do EAOAB. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. José Agenor Dourado, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002932-0/SCA-TTU. Recte: T.D.M. (Defensor dativo: Rodrigo Presa Paz OAB/MS 15180). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 133/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Inadimplência de anuidades devidas à OAB. Infração disciplinar. Recurso não provido. 1) Constitui infração disciplinar punível com suspensão do exercício profissional deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo, podendo a sanção ser prorrogada até a quitação integral da dívida, nos termos do art. 37, § 2º, da Lei nº 8.906/94. 2) Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Guilherme Octávio Batochio, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.002985-5/SCA-TTU. Recte: V.M.P.S.G. (Adv: Vania Maria de Paula Sa Gille OAB/SP 96787). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). EMENTA N. 134/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Processo de exclusão de advogado dos quadros da OAB. Artigo 38, inciso I, da Lei n. 8.906/94. Existência de mais de três condenações anteriores à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, transitadas em julgado. Prescrição. Marco inicial será a data do trânsito em julgado da última condenação, para fins do art. 38, I, do EAOAB. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.003085-9/SCA-TTU. Recte: P.R.F.G.V. (Advs: Giselle Carreiro Silva Teixeira OAB/RJ 140725 e outros). Recdo: W.R.S. (Adv: William Rodrigues Santos OAB/RJ 45351). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). EMENTA N. 135/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Angariação de causas. Ausência de provas de materialidade de infração disciplinar. Incidência do postulado in dubio pro reo. Recurso do representante improvido, mantida a improcedência da representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator.

RECURSO N. 49.0000.2018.003125-5/SCA-TTU. Recte: P.C.L.J. (Adv: Pedro Carneiro Lobo Junior OAB/PR 39186). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). EMENTA N. 136/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Notificação pessoal. Desnecessidade. As notificações iniciais foram devidamente enviadas para o endereço do advogado, constante do cadastro da Seccional, presumindo-se recebida as notificações enviadas aos referidos endereços. Inteligência do artigo 137-D, § 1º, do Regulamento Geral do EAOAB. A notificação somente será realizada por edital, em sendo frustrada a entrega da correspondência por meio de aviso de recebimento, nos termos do artigo 137-D, § 2º, do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. José Agenor Dourado, Relator.

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
MARCELO LAVOCAT GALVÃO
Presidente da Turma
Em exercício

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos: RECURSO N. 49.0000.2016.008637-7/SCA-TTU. Recte: S.S. (Adv: Simcha Schaubert OAB/SP 150991). Recdo: J.A.C. (Adv: Solange Aparecida Gonçalves OAB/SP 199141). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2016.012138-4/SCA-TTU. Recte: E.O.S. (Adv: Evaristo Orlando Soldaini OAB/RJ 51077). Recdo: T.A.O.E.Ltda. Repte. legal: A.H.T.T. (Advs: Johnny Pereira Cavalaro de Oliveira OAB/RJ 75314 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro.

RECURSO N. 49.0000.2017.004998-5/SCA-TTU. Recte: C.M.G. (Advs: Crisaine Miranda Grespan OAB/PR 46133, Diego Magalhães Zampieri OAB/PR 47868 e Maurício Gonçalves Pereira OAB/PR 34718). Recdo: Conselho Seccional da OAB/OAB/Paraná.

RECURSO N. 49.0000.2017.005825-2/SCA-TTU. Recte: C.L.N. (Advs: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e Ariane Cristina Antunes de Oliveira OAB/SP 402018 e OAB/RS 104730). Recdo: L.P.L. Repte. legal: R.R.L.F. (Adv. assistente: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2017.005865-0/SCA-TTU. Recte: C.F.N.A. (Advs: Carlos Fernando Neves Amorim OAB/SP 99246, Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800 e outros). Recdo: V.C.B. (Adv: Rodrigo Coviello Padula OAB/SP 136385). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2017.005966-4/SCA-TTU. Recte: A.C.V.S.L. (Advs: Alfredo Carlos Venet de Souza Lima OAB/BA 5625, Josuelito de Sousa Britto OAB/BA 13224 e outros). Recda: Maria de Fátima Oliveira de Abreu. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Bahia.

RECURSO N. 49.0000.2017.006078-8/SCA-TTU. Recte: J.L.O. (Adv: José Luiz de Oliveira OAB/SP 125716). Recdos: A.J.J. Repte. legal: M.L.F.J. (Adv. assistente: Raimundo Sousa Santos OAB/SP 252992-D). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2017.007717-6/SCA-TTU. Recte: O.A.M. (Adv: Orlando Amaral Miras OAB/PR 22316). Recda: Sandra Aparecida Fortunato. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná.

RECURSO N. 49.0000.2017.012103-4/SCA-TTU. Recte: J.C.O. (Advs: Jefferson Camillo de Oliveira OAB/SP 102678 e outro). Recdos Despacho de fls. 252 do Presidente da TTU/SCA e J.S.F. (Adv: Sérgio Paulo de Sousa OAB/SP 221888). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2018.000568-4/SCA-TTU. Recte: F.C.M. (Advs: Ferdinand Georges de Borba e d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800 e outro). Recda: S.A.C. (Adv: Claudinei dos Santos OAB/SP 197640 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2018.000574-9/SCA-TTU. Recte: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Recdo: Eduardo Ladera Veloso dos Anjos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2018.000580-3/SCA-TTU. Recte: Ivonete Nery da Silva. (Adv. assistente: Arthur Viana da Silva OAB/SP 345940). Recdos: Despacho de fls. 137 do Presidente em exercício da TTU/SCA e C.D.F. (Adv: Cintia Dourado Francisco OAB/SP 223672). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2018.001277-1/SCA-TTU. Recte: A.S.F. (Adv: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957). Recdos: Despacho de fls. 245/246 do Presidente em exercício da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Interessada: Lucimara Cristina dos Santos.

RECURSO N. 49.0000.2018.001629-7/SCA-TTU. Recte: I.N.A.A. (Adv: Islan Nazareno Athayde do Amaral OAB/TO 4391). Recdos: Despacho de fls. 201 do Presidente em exercício da TTU/SCA e José Ribamar Rodrigues da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins.

RECURSO N. 49.0000.2018.002604-7/SCA-TTU. Recte: S.L.O. (Adv: Silvia Letícia de Oliveira OAB/SP 164288). Recdos: Despacho de fls. 143/144 do Presidente em exercício da TTU/SCA e Elizângela Cezário Policarpo de Almeida. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2018.002631-4/SCA-TTU. Recte: P.B. (Advs: Cristiane Cortez Bicudo Ferreira OAB/SP 117299, João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203670 e outras). Recdos: Despacho de fls. 1.389 do Presidente em exercício da TTU/SCA e M.F.A.S. (Advs: Magdalena Alves Rodrigues OAB/SP 233524 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

RECURSO N. 49.0000.2018.002730-2/SCA-TTU. Recte: J.L.L. (Adv: Jaime Luiz Leite OAB/SC 10239). Recdos: Despacho de fls. 178/179 do Presidente em exercício da TTU/SCA e Carlos Eduardo Coradini. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina.

RECURSO N. 49.0000.2018.003089-1/SCA-TTU. Recte: J.R.V. (Adv: Josué Renê Vieira OAB/RJ 59042). Recdos: Despacho de fls. 205 do Presidente em exercício da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e A.F.S. (Adv: Amanda Ribeiro Salgueirinho OAB/RJ 166501).

RECURSO N. 49.0000.2018.004380-0/SCA-TTU. Recte: M.L.G.F. (Adv: Mauro Luis Gonçalves Ferreira OAB/SP 127414). Recdos: Despacho de fls. 386 do Presidente em exercício da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Interessado: Carlos Antônio Pereira da Silva.

RECURSO N. 49.0000.2018.004468-8/SCA-TTU. Recte: A.V.J. (Adv: Arthur Vallerini Júnior OAB/SP 206893). Recdos: Despacho de fls. 197 do Presidente em exercício da TTU/SCA e Silvana Berti Marques. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
MARCELO LAVOCAT GALVÃO
Presidente da Turma
Em exercício

DESPACHOS

RECURSO N. 07.0000.2016.023655-6/SCA-TTU. Recte: A.R.C.O. (Adv: Andre Rodrigues Costa Oliveira OAB/DF 14378). Recdo: Fábio Marcelo Heldt. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado A.R.C.O., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, por violação ao artigo 34, incisos IX, XI, XX e XXI, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.002551-0/SCA-TTU-ED. Embte: V.D.C.R. (Adv: Vantuir Duarte Clarindo Russo OAB/SP 197251). Embdo: Despacho de fls. 133 do Presidente em exercício da TTU/SCA. Recte: V.D.C.R. (Adv: Vantuir Duarte Clarindo Russo OAB/SP 197251). Recda: Huda Maria da Silva. Repte. legal: Lucas da Silva Rezende. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Júnior (PE). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 138/140 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 130/133. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Silvio Pessoa de Carvalho Júnior, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.002611-0/SCA-TTU-ED. Embte: V.D.I. (Adv: José Antônio Carvalho OAB/SP 53981). Embdo: Despacho de fls. 184 do Presidente em exercício da TTU/SCA. Recte: V.D.I. (Adv: José Antônio Carvalho OAB/SP 53981). Recdo: Délcino Marques Ramos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 189/196 e 201/208 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 182/184. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo à advogada o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 6 de agosto de 2018. José Agenor Dourado, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.002625-8/SCA-TTU-ED. Embte: M.L.C. (Adv: Norberto Arivaldo Franco OAB/SP 136028). Embdo: Despacho de fls. 276 do Presidente em exercício da TTU/SCA. Recte: M.L.C. (Advs: Norberto Arivaldo Franco OAB/SP 136028 e outros). Recdo: I.S.N. (Adv: Ismael Siqueira Nunes OAB/SP 276937). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 281/290 e 294/303 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 274/276. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo à advogada o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.002746-5/SCA-TTU-ED. Embte: R.M.S.M. (Adv: Paulo Cesar Schmitt OAB/SC 25638). Embdo: Despacho de fls. 2.410 do Presidente em exercício da TTU/SCA. Recte: R.M.S.M. (Advs: Giancarlo Castelan OAB/SC 7082 e outros). Recdo: K.N.K. (Adv: Kleber Nelito Kammers OAB/SC 26474). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 2.415/2.420 e 2.424/2.429 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 2.408/2.410. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo à advogada o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.004415-9/SCA-TTU-ED. Embte: M.I.R.L.D. (Adv: Acácio Fernando José OAB/SP 314267). Embdo: Despacho de fls. 1.473 do Presidente em exercício da TTU/SCA. Recte: M.I.R.L.D. (Advs: Acácio Fernando Jose OAB/SP 314267 e outros). Recda: V.E.V.L. (Adv: Vera Elisete Vera Lívero OAB/SP 139009). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Júnior (PE). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 1.486/1.502 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 1.471/1.473. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo à advogada o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Silvio Pessoa de Carvalho Júnior, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.005394-6/SCA-TTU. Recte: A.C.S. (Adv: Romildo Romão Duarte Martinez OAB/SP 110898). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pela advogada A.C.S., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, de indeferimento de seu pedido de reabilitação. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Adilar Daltoé, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005398-7/SCA-TTU. Recte: G.B.R.R.G. (Adv: Cirlene Zubcov Santos OAB/SP 306734). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pela advogada G.B.R.R.G., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 60 (sessenta) dias, por violação ao artigo 34, inciso XXIV, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Renato da Costa Figueira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005401-6/SCA-TTU. Recte: A.S.C. (Advs: Alberto da Silva Cardoso OAB/SP 104299 e outra). Recda: Selma Cardoso de Lima. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado A.S.C., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Adilar Daltoé, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005405-7/SCA-TTU. Recte: I.G.S. (Advs: Vanessa Pinto Tecedor de Arruda OAB/SP 254142 e outros). Recdos: F.I.A., Y.S.A.M. e M.M.S. (Advs: Francisco Isidoro Aloise OAB/SP 33188, Yanne Sgarzi Aloise de Mendonça OAB/SP 141419 e Márcia Mariano de Souza OAB/SP 196849). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por I.G.S., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005408-1/SCA-TTU. Recte: J.E.R. (Advs: Carla de Campos OAB/SP 270066 e outros). Recdo: M.J.S. (Advs: Miliane Rodrigues da Silva Lima OAB/SP 264577 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por J.E.R., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005482-9/SCA-TTU. Recte: Benedita Rosa Levino. Recda: M.N.P. (Adv: Maria Nilza Pires OAB/MG 29079). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Junior (PE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por BENEDITA ROSA LEVINO, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que não conheceu do recurso por ela interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Silvio Pessoa de Carvalho Junior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Junior (PE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005735-6/SCA-TTU. Recte: M.F.M.A.C. (Advs: Leonardo Gomes Costa OAB/TO 6861 e outros). Recda: Suelangela Alves Macedo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada M.F.M.A.C., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Tocantins, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a sanção disciplinar de 120 (cento e vinte) dias de suspensão, e multa de 05 (cinco) anuidades, por violação ao art. 12, do CED, e art. 34, incisos IX, XI e XXV, da Lei n. 8.906/94, majorada a reprimenda face à reincidência e à gravidade dos fatos (fls. 124/128). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Renato da Costa Figueira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005816-4/SCA-TTU. Recte: M.S.P. (Adv: Marilene Sampaio Porto OAB/RJ 95636). Recda: Rita Conceição do Nascimento Mota. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada M.S.P., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, por violação aos artigos 42 e 43, do CED (fls. 132/133 e 141). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.005893-6/SCA-TTU. Recte: F.A.C. (Advs: Fernando Andrade Conhasca OAB/RJ 110311 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado F.A.C., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que deu provimento ao recurso interposto pelo Exmo. Presidente do referido Conselho, para reformar a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que aplicava a pena de censura, impondo-lhe a sanção de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 37, II, da Lei n. 8.906/94, em razão da reincidência em infração disciplinar, pelo cometimento da infração prevista no art. 34, IV, do EAOAB. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. José Agenor Dourado, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081000184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECURSO N. 49.0000.2018.005940-3/SCA-TTU. Recte: S.L.C.DPVAT.S/A Repte. legal: M.D.L. (Advs: Ricardo da Silva Monteiro OAB/MT 3301/O e outros). Recdos: G.T.S. e W.M.P. (Adv: Alexander Ferreira de Santana OAB/MT 10138/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela S.L.C.S.DPVAT.S/A, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que julgou improcedente a representação. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006080-2/SCA-TTU. Recte: M.A.M.J. (Adv: Fernando Ramos de Camargo OAB/SP 153313). Recda: S.F. (Advs: Silvana Fernandes OAB/SP 277116 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado M.A.M.J., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a sanção disciplinar de censura, aplicada a advogada representada, por violação ao art. 2º, parágrafo único, incisos I, II e III, do CED, e por infração ao art. 34, IV, da Lei n. 8.906/94 (fls. 979/980 e 995). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. José Agenor Dourado, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006170-1/SCA-TTU. Recte: G.C.N. (Adv: Guido Caçador Neto OAB/SC 15616). Recdo: Gustavo Garcia Remor. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado G.C.N., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei nº. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Renato da Costa Figueira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente".

RECURSO N. 49.0000.2018.006228-9/SCA-TTU. Recte: S.N.R. (Adv: Marluz Lacerda Dalledone OAB/PR 61189). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pela advogada S.N.R., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94, majorada a reprimenda face à reincidência em infração disciplinar, respondendo, inclusive, a processo de exclusão. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. José Agenor Dourado, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006232-9/SCA-TTU. Recte: E.M.B. (Adv: Edson Mauricio Beneli OAB/PR 25352). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Junior (PE). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado E.M.B., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, incisos XVII e XXV, da Lei nº. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Silvio Pessoa de Carvalho Junior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Junior (PE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006239-4/SCA-TTU. Recte: S.A.P. (Advs: Antonio Carlos de Andrade Vianna OAB/PR 7202 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pela advogada S.A.P., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de censura, por violação ao artigo 34, inciso VIII, da Lei nº. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Guilherme Octávio Batochio, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006603-7/SCA-TTU. Recte: S.S.S. (Adv: Silvar Silva Silveira OAB/SP 89605). Recda: S.M.O. (Adv. assistente: André Luiz Gomes de Jesus OAB/SP 212886). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado S.S.S., em face de acórdão não unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que deu provimento ao recurso interposto pela parte representante, para reformar a decisão de arquivamento liminar da representação e declarar instaurado o processo disciplinar, com retorno dos autos ao Tribunal de Ética e Disciplina para regular processamento. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Adilar Daltoé, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006642-6/SCA-TTU. Recte: P.D.S/A. Repte. legal: C.A.V.C. (Advs: Adriana Wirthmann Gonçalves Ferreira OAB/GO 27383, Carlos André Viana Coutinho OAB/DF 19423 e outros). Recdos: T.M.C. e G.M. (Advs: Tania Morato Costa OAB/GO 3816 e Gladys Morato OAB/GO 5274). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por P.D.S/A, com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Goiás, que deu provimento ao recurso interposto pelas advogadas, para afastar a incidência do inciso XX, do art. 34, do EAOAB, e aplicar a sanção de censura, convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro em seus assentamentos, por violação ao art. 35, § 2º do CED (fls. 748/751 e 756). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Guilherme Octávio Batochio, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006751-1/SCA-TTU. Recte: N.G.A. (Adv: Nelson Gomes de Abreu OAB/SP 97981). Recdo: S.M.C. (Adv: Silvio Marques Costa OAB/SP 233655). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por N.G.A., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 6 de agosto de 2018. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006758-7/SCA-TTU. Recte: M.C.L.M. (Advs: Rita de Cassia Levi Machado OAB/SP 125654 e outro). Recdo: F.C. (Adv: Messias Maciel Junior OAB/SP 288367). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pela advogada M.C.L.M., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que deu provimento ao recurso interposto pelo Representante, para reformar a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina e impor à advogada recorrente a sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, por violação ao artigo 34, inciso VIII, da Lei nº. 8.906/94, e artigo 2º, parágrafo único, inciso VIII, do Código de Ética e Disciplina. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006762-7/SCA-TTU. Recte: A.N. (Adv: Anderson Nakamoto OAB/SP 195953). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Junior (PE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado A.N., com fundamento no art. 75 da Lei n. 8.906/94, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a sanção disciplinar de 30 (trinta) dias de suspensão, por violação ao art. 34, incisos XX e XXV, da Lei n. 8.906/94 (fls. 351 e 357). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Silvio Pessoa de Carvalho Junior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Junior (PE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.006863-0/SCA-TTU. Recte: S.L.C.S.DPVAT.S/A Repte. legal: M.D.L. (Advs: Ricardo da Silva Monteiro OAB/GO 37546-A e outros). Recdo: F.S.N. (Adv: Francisval Souza Néres OAB/GO 14601). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela S.L.C.S.DPVAT.S/A, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que julgou improcedente a representação. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 6 de agosto de 2018. Renato da Costa Figueira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 6 de agosto de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

Brasília-DF, 9 de agosto de 2018.
MARCELO LAVOCAT GALVÃO
Presidente da Turma
Em exercício

